

# Temporalidades

Revista de História

Edição 23 - Vol. 9, nº 1

Dossiê Temático

Jan./abr. 2017

## Usos Práticos do Passado



ISSN 1984-6150

[www.fafich.ufmg.br/temporalidades](http://www.fafich.ufmg.br/temporalidades)



## Ficha Catalográfica

Temporalidades [recurso eletrônico] / Departamento de História,

T288 Programa de Pós-Graduação em História. –  
Edição 23, v. 9, n. 1 (jan./abr. 2017) – Belo Horizonte: Departamento de  
História, FAFICH/UFMG, 2017.

Quadrimestral a partir de 2013  
Títulos e resumos em português e inglês  
ISSN: 1984-6150

Modo de acesso: <http://www.fafich.ufmg.br/temporalidades>  
<http://seer.ufmg.br/index.php/temporalidades/index>

1. História - Periódicos 2. Historiografia - Periódicos I. Universidade  
Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.  
Departamento de História.

CDD 901

### Publicação Indexada

Sumários.org (Brasil)

Periódicos Capes (Brasil)

Latindex (México)

Diadorim (Brasil)

Open Aire (U. E.)

PKP Index (Estados Unidos)

Livre! (Brasil)

### Endereço:

Temporalidades Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG  
Av. Antonio Carlos, 6627 - Campus Pampulha.  
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH), 4º andar.  
31270-910 – Belo Horizonte/MG, Brasil

*e-mail:* [temporalidades@gmail.com](mailto:temporalidades@gmail.com)

*homepage:* [www.fafich.ufmg.br/temporalidades](http://www.fafich.ufmg.br/temporalidades)

Os direitos de publicação desta edição são da Universidade Federal de Minas Gerais - Faculdade de  
Filosofia e Ciências Humanas - Departamento de História – Maio/2017.



# Expediente

## **Universidade Federal de Minas Gerais**

Reitor: Jaime Arturo Ramírez

## **Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas**

Diretor: Fernando de Barros Filgueiras

## **Departamento de História**

Chefe: José Newton Coelho Meneses

## **Colegiado de Pós-Graduação**

Coordenador: Douglas Áttila Marcelino

## **Editor Chefe**

Prof. Dr. Magno Moraes Mello

## **Conselho Editorial 2016**

Áttila Augusto Guerra de Freitas

Isabela de Oliveira Dornelas

Marcus Vinícius Reis

Marina Helena Meira Carvalho

Natália Ribeiro Martins

Pedro Henrique Resende

Thiago Henrique Oliveira Prates

## **Conselho Editorial Consultivo Nacional**

Adriana Romeiro (UFMG)

Adriana Vidotte (UFG)

Angelo Adriano Faria de Assis (UFV)

Beatriz Gallotti Mamigonian (UFSC)

Benito Bisso Schmidt (UFRGS)

Bruno Tadeu Salles (UEG)

Carlos Alvarez Maia (UERJ)

Diego Omar da Silveira (UEA)

Durval Muniz Albuquerque Júnior (UFRN)

Eduardo França Paiva (UFMG) Eliana Regina de Freitas Dutra (UFMG)

Francismay Alves da Silva (UNIR)

George F. Cabral de Souza (UFPE)

Henrique Estrada Rodrigues (UFMG)

Igor Salomão Teixeira (UFRGS)

Iranilson Buriti de Oliveira (UFCEG)

João Pinto Furtado (UFMG)

Jonas Marçal de Queiroz (UFV)

Jorge Luiz Bezerra Nóvoa (UFBA)

José Antônio Dabdab Trabulsi (UFMG)

Júnia Ferreira Furtado (UFMG)

Kátia Gerab Baggio (UFMG)

Leandro Duarte Rust (UFMT)

Márcia Sueli Amantino (Univervo)

Marco Morel (UERJ)

Maria Juliana Gambogi Teixeira (UFMG)

Mauro Lúcio Leitão Condé (UFMG)

Milene de Cássia Silveira Gusmão (UESB)

Patrícia Maria Melo Sampaio (UFAM)

Paulo Pinheiro Machado (UFSC)

Raquel Costa Santos (UESB)

Regina Helena Alves da Silva (UFMG)

Roberta Guimarães Franco Faria Assis (UFLA)

Rodrigo Patto Sá Motta (UFMG)

Samantha Viz Quadrat (UFF)

Sérgio Ricardo da Mata (UFOP)

Soleni Biscouto Fressato (UFBA)

Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano (UFPB)

Tiago Luís Gil (UnB)

Virginia Maria Trindade Valadares (PUC-MG)

Yllan de Mattos Oliveira (UFRRJ)

## **Conselho Editorial Consultivo Internacional**

Claudia Damasceno Fonseca (Universidade Paris 3-Sorbonne Nouvelle)

Fátima Sebastiana Gomes Lisboa (Université Paul Valéry, Montpellier III)

Fernanda Olival (U.Évora-CIDEHUS)

Fernando Jesus Bouza Alvarez (Universidade Complutense de Madrid- UCM)

Hal Langfur (University of Buffalo)

Hernán Pas (Universidad Nacional de La Plata)

José Manuel Santos (Universidad de Salamanca)

Mafalda Soares da Cunha (U.Évora)

Maria de Deus Beites Manso (U.Évora)

Nuno M. M. P. Tarouca Camarinhas (CEDIS)

Pedro António de Almeida Cardim (UNL)

Roberta Giannubilo Stumpf (Centro de História do Além-Mar – CHAM)

Seth W. Garfield (University of Texas)

## **Revisão**

Áttila Augusto Guerra de Freitas

Isabela de Oliveira Dornelas

Marcus Vinícius Reis

Marina Helena Meira Carvalho

Pedro Henrique Resende

Thiago Henrique Oliveira Prates

## **Diagramação**

Pedro Henrique Resende

Marina Helena Meira Carvalho

## **Capa**

Foto: "A Pátria" de Pedro Bruno (1919) – Acervo do Museu da República.

Montagem por Natália Ribeiro Martins

## **Open Journal Systems/Banco de Dados**

Marcus Vinícius Reis

Natália Ribeiro Martins

Thiago Henrique Oliveira Prates



## Agradecimento aos pareceristas *ad hoc* e ao Conselho Consultivo

A revista *Temporalidades* é uma publicação discente, que almeja divulgar trabalhos científicos de excelência, que contribuam para o incremento dos debates na área de História. Esse objetivo vem sendo atingido graças à colaboração prestimosa de inúmeras pessoas, em especial dos pareceristas *ad hoc*, que, a partir de todas as regiões do Brasil, disponibilizam seu tempo e seus conhecimentos para a avaliação criteriosa dos textos confiados ao periódico. Agradecemos a esses pesquisadores pelo seu trabalho voluntário, na certeza de que, graças ao seu empenho e dedicação, esta edição de *Temporalidades* desponta como mais um capítulo de sucesso na trajetória acadêmica da revista. Agradecemos também, nesse espaço, aos membros do Conselho Consultivo que estão sempre a nossa disposição.

Alessandra Soares Santos (UFMG)  
Alexandra Martins Silva (UFRJ)  
Aline Viana Tomé (UFJF)  
Amy Buono (University of Santa Barbara, California, EUA)  
Ana Paula Lopes Pereira (UERJ)  
Anita Leocadia Prestes (UFRJ)  
Andre Luiz Moscaleski Cavazzani (Uninter)  
Andrea Vestruscci (Universidade de Milão, Itália)  
Augusto Cesar Acioly Paz Silva (EASA)  
Bruna da Silva Garcia (FURG)  
Bruno Conrado Demartini Antunes (UMESP)  
Bruno Vinicius Leite de Moraes (UFMG)  
Caio Pedrosa Silva (UNICAMP)  
Camila Rodrigues (USP)  
Carlile Lanzieri Jr. (UFF)  
Celso Luiz Terzetti Filho (PUC)  
Charleston Jose de Sousa Assis (UFF)  
Claudia Leonor López Garcés (MPEG)  
Clifford Andrew Welch (UNIFESP)  
Cristiano Bonneau (UFPB)  
Cristiano Pinheiro de Paula Couto (Universidade de Coimbra, Portugal)  
Cristina Souza da Rosa (UFF)  
Daniel Pinha Silva (UERJ)  
Fabrício Roberto Costa Oliviera (UFV)  
Flávia Aparecida Amaral (UFVJM)  
Flávia Beatriz Ferreira de Nazareth (UERJ)  
Francisco de Souza Gonçalves (SEE/RJ)  
Francisco Fernando Monteoliva Doratioto (UNB)  
Francismary Alves da Silva (UFSB)  
Frank Usarski (PUC-SP)  
Gerson Galo Ledezma Meneses (UNILA)  
Gerson Machado (UFSC)  
Henrique Gusmão (UFRJ)  
Jakob Hans Josef Schneider (UFU)  
José Newton Coelho Meneses (UFMG)  
Kátia Gerab Baggio (UFMG)  
Luciano Migliaccio (USP)  
Luiz César de Sá Júnior (UFJF)  
Luiz Felipe Viel Moreira (UEM)  
Loque Arcanjo Junior (UNI-BH)  
Marco Antonio Baldin (UNESP)  
Marcos Alexandre de Melo Santiago Arraes (UFT)  
Marcos Gerhardt (UPF)  
Marcos Olender (UFJF)  
Maria Aparecida Rezende Mota (UFRJ)  
Maria Juliana Gambogi Teixeira (UNI-BH)  
Mariana Ramos de Moraes (PUC-MG)  
Marilda Aparecida Ionta (UFV)  
Margareth Gomes de Figueiredo (UEMA)  
Nilson Carvalho Crusoé Júnior (SEE-BA)  
Odilon Caldeira Neto (UFRGS)  
Oton da Silva Araújo Júnior (ISTA)  
Paulo Donizéti Siepierski (UFRPE)  
Raquel de Fátima Parmegiani (UFAL)  
Renato Alencar Dotta (USP)  
Rhuan Fernandes Gomes (PUC-RIO)  
Ricardo Marques de Mello (UNESPAR)  
Roberta Guimarães Franco Faria de Assis (UFLA)  
Roberto Hofmeister Pich (PUC-RS)  
Salatiel Ribeiro Gomes (UniCEUB)  
Sílvia Barbosa Guimarães Borges (IUPERJ)  
Stefan Wilhelm Bolle (USP)  
Tatiana Costa Coelho (UFF)  
Thiago Lenine Tito Tolentino (UFMG)  
Vanessa Furtado Fontana (UNIOESTE)  
Vanderlei Elias Nery (USP)  
Virginia Queiroz Barreto (UESB)



## Sumário

<b>Expediente</b> .....	I
<b>Carta ao leitor</b> .....	IV
Mauro L. Condé	
<b>Editorial: Usos práticos do passado: diretrizes para o futuro</b> .....	3
Isabela de Oliveira Dornelas; Pedro Henrique Resende	

## Dossiê

<b>Apresentação do Dossiê</b> .....	9
Ana Paula Sampaio Caldeira	
<b>Tempo e temporalidade: transformações semânticas modernas e alguns desdobramentos na produção do conhecimento histórico./ Time and temporality: modern semantic transformations and some consequences in the production of historical knowledge century</b> .....	15
Luis Cláudio Palermo	
<b>A obra <i>Songe du Vieux Pèlerin</i> de Philippe de Mézières e sua proposta de reforma da cavalaria francesa na Baixa Idade Média/ <i>La obra <i>Songe du Vieux Pèlerin</i> de Philippe de Mézières y su propuesta de reforma de la caballería francesa en la Baja Edad Media</i></b> .....	39
Carmem Lúcia Druciak	
<b>La figura del Dr. Francia en la historiografía paraguaya posbélica: la batalla por los héroes/ The figure of Dr. Francia in post-war Paraguayan historiography: the battle for heroes</b> .....	56
Bárbara Natalia Gómez	
<b>Memórias conflituosas no Oeste estadunidense/ Conflicting memories in American West</b> ....	81
Lucas Henrique dos Reis	
<b>Dimensões raciais e políticas educacionais: usos do passado na conformação dos valores estadonovistas/ Racial dimensions and educational policies: past uses in shaping the values of the estadonovista</b> .....	96
Thiago de Souza Júnior	
<b>Repetir para inventar: A recepção dos clássicos na França Ocupada/ Repeating to invent: The reception of classics in the Occupied France</b> .....	119
Rafael Guimarães Tavares Silva	
<b>Black Mirror e a cegueira moral da Modernidade/ <i>Black Mirror and the moral blindness of Modernity</i></b> .....	143
Maria Visconti	



## Artigos Livres

- A História Atlântica como possibilidade de abordagem metodológica para os estudos do Atlântico e o ensino de História da África/ The Atlantic History as a possibility of methodological approach to the Atlantic studies and the teaching of African History.....167**  
Adriano Cecatto
- História e objetivismo das ciências/ History and objectivism of science .....184**  
Aleandro Gonçalves Leite
- Entre a História Intelectual e a Antropologia Histórica: possibilidades de aproximação/ Between Intellectual History and Historical Anthropology: approach possibilities.....196**  
Dionathas Moreno Boenavides
- Das formas do sertão: diálogo entre história, literatura e fotografia/Backland's forms: dialogues between history, literature and photography.....216**  
Eudes Marciel Barros Guimarães
- A luta parlamentar do movimento Diretas Já: o vazio historiográfico sobre a atuação dos deputados federais do Partido dos Trabalhadores/ The parliamentary struggle of the Diretas Já [the Direct Elections Now] movement: the historiographic hiatus about the activities of the Federal Deputies of the Partido dos Trabalhadores.....232**  
Glauber Eduardo Ribeiro Cruz
- Teologia moral e justiça na obra de Hermann Busenbaum/ Moral theology and justice in the work of Hermann Busenbaum .....248**  
Heitor Castanha Carrera
- Quem eram as bruxas de Gardner? / Who were the witches of Gardner?.....275**  
Janluis Duarte
- A produção azulejar - ensinamentos e aprendizados nas corporações de ofício em Portugal no século XVIII como muodo di fare/ Enseñanzas y aprendizajes en las corporaciones de ofício em Portugal entre los siglos XVI y XIX en la producción de azulejos. ....290**  
Juliane Panozzo Cescon
- A repercussão da deportação de Olga Benário na imprensa brasileira/ The impact of deportation of Olga Benário in the press Brazilian.....310**  
Leopoldo Leal Martins da Silva; Gabriela Hahn Francisco; Charles Sidarta Machado Domingos
- A narrativa da paixão de Cristo e os Sermões do P. Antônio Vieira: a iconografia dos mistérios dolorosos no forro da nave da capela de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos da Vila de São José del-Rei (c. 1820)/ A La narración de la pasión de Cristo y los Sermões do P. Antônio Vieira: la iconografía de los mistérios dolorosos en el techo de la nave de la capilla de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos da Vila e São José del-Rei (c. 1820).....327**  
Luciana Braga Giovannini
- O debate científico em torno do espiritismo mexicano na segunda metade do século XIX. O exemplo do Liceo Hidalgo/ The debate around the Mexican modern spiritualism in the**



second half of 19th century. The Liceo Hidalgo example.....349  
Luiz Felipe Santos Batista

**Uma análise histórica sobre a organização WikiLeaks em 2010/** A historical analysis on the  
WikiLeaks organization in 2010.....367  
Rafael Trindade Pellegrini

**O modelo de administração departamental francês e a organização das províncias do  
Império do Brasil (1823-1834)/** The French departmental administration model and the provincial  
organization of the Empire of Brazil (1823-1834).....389  
Renata Silva Fernandes

**A folia das barragens: Tempos discursivos de atingidos por hidrelétricas no Vale do  
Chopim/** Revelry of dams: Discursive times of affected people in the Vale do  
Chopim.....404  
Roberto Luiz Pocai Filho; Robson Laverdi

## Resenhas

**GUMBRECHT, Hans Ulrich. Nosso amplo presente- o tempo e a cultura contemporânea. Trad.  
Ana Isabel Soares. São Paulo: Editora da UNESP, 2015.....419**  
Igor Lemos Moreira

**SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloísa M. Brasil: uma biografia. São Paulo: Companhia  
das Letras, 2015.....424**  
Marcos Vinícius Gontijo Alves

## Entrevistas

**Entrevista com Fernando Nicolazzi.....430**  
Isabela de Oliveira Dornelas, Pedro Henrique Resende



# Carta aos jovens historiadores da ciência<sup>1</sup>

**Mauro Lúcio Leitão Condé**

Professor associado de História da Ciência UFMG  
[maurollconde@gmail.com](mailto:maurollconde@gmail.com)

Depois de anos atuando nessa área tão apaixonante e plural chamada de história da ciência, fui convidado a falar algo sobre a relação entre história e filosofia da ciência nessa mesa. O que muito me alegra. Este encontro (o Enapehc) é enormemente importante para a área. Especialmente, por ser um encontro proposto e organizado por jovens pesquisadores, isto é, aqueles que darão prosseguimento aos estudos de história da ciência, ampliando e fortalecendo esse campo de saber no Brasil. Inicialmente, pensei em algumas possibilidades de abordagem do tema nas quais eu confrontaria as diferentes compreensões da ciência feitas por filósofos e historiadores, bem como as diferentes metodologias de abordagem do saber científico praticadas por esses profissionais. Talvez, depois disso feito, no final, concluiria que filósofos e historiadores são profissionais que, sob muitos aspectos, trabalham de modo muito próximo e semelhante, às vezes se misturando, se confundindo um com o outro, ainda que, sob outros aspectos, existam profundas diferenças, ou para usar um termo já bastante gasto, haja uma incomensurabilidade entre eles. Esta seria a minha fala. Fala essa que eu não vou dizer. Pelo menos não vou dizer tão diretamente o que acabo de resumir.

No lugar disso, dada a natureza, já assinalada, desse encontro procurarei dar um tom mais pessoal e tentar dizer o que me move a ponto de passar boa parte de minha vida tentando compreender o que é a história e filosofia da ciência. Faço isso na esperança de que possamos ter uma cumplicidade, mais até que profissional, quase que existencial. Afinal, vocês jovens historiadores da ciência passarão o resto de suas vidas envolvidos com as questões de nossa área e, certamente, isso muito marcará suas existências. Então, no breve texto que se segue, inicialmente, colocarei alguns pontos subjetivos (existenciais!) para estreitar essa nossa cumplicidade e depois, ao final, irei assinalar alguns aspectos que penso serem importantes nessa relação entre história e filosofia da ciência, e com isso, tentarei atender, minimamente, a demanda do que foi solicitado para essa mesa e, assim, não destoar muito de meus colegas. Esses pontos subjetivos são como que “pistas” para

---

<sup>1</sup> Texto apresentado na mesa redonda “História e Filosofia da Ciência” no Encontro Nacional de Pós-Graduandos em História da Ciência – Enapehc, Mariana – MG, 18 de outubro de 2013.





evitarmos certos preconceitos com relação à história da ciência, que fui vendo ao longo do caminho. Essas pistas não são exatamente como os ídolos de Bacon (Mercado, Teatro, etc.) que nos cegam para o “avanço do conhecimento” mas de algum modo tentam mostrar os preconceitos que dificultam a consolidação plena da nossa carreira de historiadores e filósofos da ciência.

### **I - O ídolo das origens: quem está autorizado a fazer história da ciência?**

Basicamente, sou um filósofo de formação com um grande e profundo encantamento pela história da ciência, isto é, com as aventuras e desventuras da humanidade em produzir conhecimento ao longo do tempo, em diferentes contextos, com diferentes propósitos, dificuldades, invenção e criatividade. Em especial, me encanta mais as ideias científicas também seus contextos sociais de produção – surgidas na Europa de fins do século XIX e início do XX. Elas são plenas de aspectos filosóficos. Pela minha própria formação, advogo assim a tese de que não existe uma porta “única” de entrada na história da ciência. Existem várias! Seja pela história, seja pela filosofia, ou por qualquer uma das múltiplas formações científicas. Ignorem a idolatria da origem! Acolham todos! Interajam com todos! As ciências são multifacetadas e precisamos de todos para entender seu complexo processo histórico. Estimulem diferentes formações a fazer história da ciência.

### **II- O ídolo das fontes: apenas o saber especializado nos interessa?**

Meu primeiro contato com a história da ciência se deu, sem que ao menos eu soubesse o que era história da ciência, através de um tipo de divulgação científica. Por volta dos meus 15 anos, semanalmente parava um carro biblioteca nas imediações da minha casa, do qual eu pegava livros emprestados. Li com muito interesse toda uma enciclopédia sobre as aventuras das ciências naturais e também um pouco das ciências humanas. Depois de lido um livro, era uma grande expectativa esperar o carro biblioteca, na semana seguinte, para ler o próximo volume. Com isso aprendi que a inspiração e motivação pelo interesse na aventura da ciência pode se iniciar de muitos lugares e de diferentes fontes.

Anos mais tarde, já professor, ao incluir na minha bibliografia para os estudantes de graduação um texto de divulgação científica, fui advertido por um dos colegas historiadores da ciência (a quem muito respeito, apesar disso) de que na minha bibliografia havia uma inconsistência: eu tinha cometido a heresia de incluir um texto de divulgação científica. Discordei completamente de meu colega. Discordei e discordo. Para



mim, a princípio, tudo pode ser fonte. O importante é o que você faz com as fontes. Qual o seu propósito com ela. Divulgação científica é um forte aliado para atrair a atenção dos jovens! Não hesitem em usá-las como estimulante para uma discussão e posterior leitura de textos mais técnicos.

### **III- ídolo da centralidade (ou do patinho feio): ser historiador da ciência é algo menor frente a ser cientista?**

O historiador da ciência parece ser um constante “patinho feio”, seja entre os historiadores, seja entre os cientistas. A própria sociedade comete essa idolatria mesmo porque as pessoas não sabem exatamente o que o historiador ou o filósofo da ciência fazem. Todos ouvem falar dos cientistas, dos avanços da ciência, etc., mas vai lá explicar o que é um historiador da ciência para o senso comum.

Quando meu filho mais velho tinha uns oito ou nove anos, na escola, a professora pediu para cada aluno fazer uma entrevista com seus pais sobre suas profissões. Sentei com o meu filho e comecei: “João você já ouviu falar da ciência, né?” “Lógico pai! Ela faz muitas coisas boas, resolve problemas e é um grande conhecimento. Gosto muito de ciências!” “Pois é João, os cientistas vão pesquisando, inventando e descobrindo coisas. Como esse processo se dá no tempo, a ciência tem uma história! Assim, existem profissionais que fazem ciência, os cientistas, mas também existem aqueles que estudam essa história da ciência. E o seu pai faz essa segunda coisa!” Eis que ele falou todo entusiasmado e em bom tom: “pai, que legal, você ‘quase conseguiu’ ser um cientista!”

Não liguem para esse “quase”, tudo depende de um ponto de vista. Pense que o cientista “quase” se tornou um historiador da ciência, se tivesse ido um pouco além. Muitos dos meus orientandos de pós-graduação vindos de uma formação científica enfrentam algum tipo de preconceito de seus professores e colegas nos seus cursos de origem quando dizem que estão frequentando a história da ciência. E o que é pior, às vezes eles sofriam esse preconceito também no Departamento de História. Acho que hoje a situação é melhor, pelo menos no Departamento de história da UFMG. Como costume dizer, no caso da UFMG, é difícil atravessar a avenida que separa, de um lado, os institutos de ciência, e do outro, o Departamento de História. A pressão é grande, tanto externa quanto interna. Muitas vezes, eles próprios se cobram por terem essa “estranha” a tração pela história e filosofia da ciência. A maioria desses alunos realmente tem uma trajetória brilhante em suas graduações científicas de origem (boas notas, bolsas de iniciação



científica, etc.). E para quem iria ocupar o primeiro plano sendo um excelente cientista (potencialmente candidato ao Nobel!) ser destinado à condição de historiador da ciência não parece, a princípio, algo mais do que um “patinho feio”. Na outra via, também os alunos da graduação em História parecem sofrer um tipo de preconceito similar, pois a história da ciência não goza, entre os historiadores, mesmo grau de prestígio que a história política ou mesmo a história das artes e da cultura. Novamente, o historiador da ciência, dessa vez vindo da formação em História, parece também ser um “patinho feio”. Não se sintam incomodados com essa apenas “aparente” posição. A história da ciência não é um patinho feio. O nosso conhecimento, embora extremamente importante, é semelhante ao que Hegel disse sobre a filosofia que seria como “a coruja de Minerva que alça voo ao entardecer. Isto é, a história da ciência, enquanto disciplina, é uma atividade que se realiza depois da produção do conhecimento científico e de seus impactos. Continuando com Hegel, ela também é “pintar o cinza sobre o cinza”, uma tarefa que não aparece como sendo a “central”, cabendo essa ao cientista com a sua produção do conhecimento científico. Contudo, não se trata de pensar uma “centralidade” em relação a uma “periferia” do conhecimento. O saber da história e filosofia da ciência é o saber da “transversalidade” ao processo de produção científica. O papel de nosso saber é, assim, nunca operar paralelamente a essa produção científica, mas sempre nos posicionar transversalmente a ela.

Sendo transversal a essa produção tecnocientífica, a história da ciência constitui um tipo de saber “inútil”, como caracterizado pelo filósofo Bertrand Russell em seu divertido livro *Elogio do Lazer*<sup>2</sup>. Podemos pensar a História da ciência como algo análogo ao conhecimento das humanidades no modelo da sociedade industrial quando essas não tinham uma “utilidade” direta na engrenagem de produção. Entretanto, no mundo contemporâneo essa relação ganha novas perspectivas. Inútil para a produção, mas essencial na compreensão dos processos de produção. Para compreendermos tais processos de produção científica e seus impactos nas sociedades contemporâneas torna-se importante a compreensão das várias possibilidades de conexões das múltiplas redes rizomáticas sociais, científicas e tecnológicas: a história da ciência é excelente para isso! Diria fundamental.

Em outros termos, essa transversalidade (ou inutilidade) da história e filosofia da ciência, em contraposição à centralidade dos processos científicos e tecnológicos, é uma das ricas possibilidades de compreensão das razões dos ordenamentos (e

---

<sup>2</sup> RUSSELL, Bertrand. **Elogio do lazer**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.



desordenamentos) das redes sociais, científicas e tecnológicas que crescem em proporção vertiginosamente geométrica, dificultando, assim, nossa visão panorâmica, nosso entendimento da realidade. É preciso cada vez mais educar em história e filosofia da ciência não apenas as pessoas treinadas em ciência, os cientistas, mas também, os usuários da ciência e da tecnologia. Assim, o cidadão poderá ter com o auxílio da reflexão oferecida pelo nosso conhecimento uma chave para compreender questões tais como a sua própria condição de homem moderno, fruto dessa sociedade tecnocientífica.

#### **IV - Ídolo da instituição: em que departamento deve-se praticar a história da ciência?**

Poucas universidades têm um departamento próprio de história da ciência, como por exemplo, a Universidade de Harvard. Assim, a história da ciência emerge em diferentes lugares: departamentos de filosofia, física, educação, institutos autônomos dentro de universidades, etc. Podemos até pensar que seria natural a história da ciência emergir em um Departamento História, mas se formos analisar os múltiplos lugares em que ela surgiu, veremos que os departamentos de história estão em número reduzido. Em parte, por esse tipo de história agregar a ciência, elemento estranho ao corpus histórico. Essa parece ser uma das razões porque, segundo Carlos Maia<sup>3</sup>, a história da ciência se torna uma “história de historiadores ausentes”. Felizmente, esse quadro hoje já é muito melhor. Os historiadores da ciência começam a aparecer nos departamentos de história.

Quando iniciei minha jornada em um departamento de história, há pouco mais de 20 anos, era professor de teoria da história, algo que era permitido, mas alguns anos depois quando fui para a UFMG ser responsável pela sua primeira disciplina obrigatória de história da ciência o tom mudou um pouco. Na primeira assembleia departamental da qual participei um de meus colegas olhou para mim e manifestou seu descontentamento em um bom tom de voz: “Não é nada pessoal, mas aqui não é lugar de história da ciência. Isso é coisa de filósofo, por isso que um filósofo foi aprovado no concurso. Isso deveria estar no departamento de filosofia ou em algum outro de ciências”. Diante desse quadro pouco receptivo, a solução foi me alinhar com algumas pessoas do Departamento de História e com vários simpatizantes de história da ciência nos outros departamentos. Portanto, se organizem! A divisão do saber não é apenas epistemológica, mas, na prática, é uma divisão política. Se associem, busquem aliados, façam barulho!

#### **V- O ídolo do hibridismo: história da ciência é mais que história?**

---

<sup>3</sup> MAIA, Carlos. **História das ciências**: uma história de historiadores ausentes. Rio de Janeiro: Eduerj, 2013.



Certamente, a história da ciência não é apenas história, mas é também ciência, o que nos leva a incorporar no corpus da história saberes externos a ela. Entretanto, até mesmo para as outras disciplinas da história isso se dá. Antes de tudo é impossível ao historiador não se aproximar de outras disciplinas científicas. (ou pelo menos é altamente recomendável que ele se aproxime) O que seria de um historiador sem um bom conhecimento de antropologia sociologia, filosofia, etc.? Essas disciplinas são fundamentais na própria constituição do saber do historiador. É certo que elas são mais próximas da história e mais afins do métier do historiador do que disciplinas como fisiologia, genética, álgebra linear, engenharias, etc, uma vez que essas últimas parecem não ter uma influência tão grande na formação do saber histórico. Na maioria das vezes, elas entram nessa relação como objetos da história da ciência, visto que são objetos plenos de historicidade, ainda que certas correntes positivistas tentassem negar isso.

Contribuindo para formatar a teoria e metodologia da história ou apenas sendo objeto do conhecimento histórico, o mecanismo de aprender um conhecimento científico fora da disciplina história é o mesmo. É preciso ter interesse e paciência para adquirir esse campo de saber estrangeiro. É preciso buscar a lógica do funcionamento teórico metodológico, bem como as inserções sociais da ciência que se estuda. É preciso enfrentar os desafios de discursos e práticas diferentes do nosso saber. Contudo, ao fim e ao cabo, não estaremos fazendo algo diferente de história. Uma história que, inclusive, por vezes, o cientista não se reconhecer nela. Como dito antes, o saber da história da ciência é transversal à produção do conhecimento científico e nesse sentido é um saber genuinamente histórico. Com efeito, ainda que a história da ciência não seja apenas história, quando analisa objetos muitas vezes inusitados à maioria dos historiadores, ela é história. Enfim, não é só história, mas é essencialmente história.

\* \* \*

Por fim, agora direi algo sobre a relação entre história e filosofia da ciência. O ponto que ressalto é que, na realidade, essas são três disciplinas distintas, ainda que extremamente próximas. (1) História da ciência, (2) filosofia da ciência e a terceira que trabalha simultaneamente e de forma e integrada com aspectos das duas primeiras (3) é a história e filosofia da ciência. Sabemos por autores como Ludwik Fleck que, “Qualquer teoria do conhecimento sem estudos históricos ou comparados permaneceria um jogo de



palavras vazias, uma epistemologia imaginária *Epistemologia imaginabilis*<sup>4</sup> ou ainda com Imre Lakatos, inspirado em Kant, asseverou décadas mais tarde, “A Filosofia da ciência sem a história da ciência é vazia; a História da ciência sem a filosofia da ciência é cega”<sup>5</sup> Essa relação entre filosofia e história, assim, nos parece imprescindível. Certamente, uma área tem muito a ganhar com a outra e vice-versa.

É possível ser influenciado pela filosofia e fazer um trabalho nitidamente de história, assim como é possível também o contrário, ser inspirado pela história e fazer um trabalho nitidamente de filosofia. Na relação entre história da ciência e filosofia da ciência, enquanto disciplinas distintas, embora o objeto ciência seja o mesmo, por ser abordado por metodologias distintas, geradas por intenções distintas, como mostrou Kuhn em seu texto sobre História da Ciência e Filosofia da ciência<sup>6</sup>, o resultado final de ambos saberes é distinto.

Contudo, existe um trabalho extremamente imbricado entre história e filosofia realizado por uma longa tradição de autores como Koyré, Zilsel, Kuhn, Fleck, Bloor, Rossi, etc. Essa é uma tradição de história e filosofia da ciência, em que não se pode fazer nitidamente uma distinção entre o que é a história e o que é a filosofia. O que esses historiadores-filósofos da ciência buscaram realizar não foi apenas compreender a história da ciência, mas terminaram por desenvolver modelos teóricos explicativos do desenvolvimento da história da ciência. Esses diferentes modelos elaborados por cada um dos historiadores-filósofos acabaram por ter um comprometimento com a imbricação entre história e filosofia em suas sustentações imbricação como fundante dessas sustentações teóricas (ou modelos explicativos do comportamento das ciências), isto é, se separarmos a filosofia da ciência desses autores de suas histórias, elas não fazem sentido.

Talvez por isso Fleck chegue a falar de uma “ciência da ciência”<sup>7</sup>, incluindo aí a história, a filosofia, a sociologia interagindo para nos fornecer a compreensão de todo o complexo que produz um dado estilo de pensamento científico. Desvincular esses aspectos históricos, filosóficos e sociológicos é destruir qualquer possibilidade de compreensão da ciência e de sua história.

---

<sup>4</sup> FLECK, Ludwik. **Gênese e desenvolvimento de um fato científico**. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.

<sup>5</sup> LAKATOS, Imre. **História da ciência e suas reconstruções racionais e outros ensaios**. Lisboa: Edições 70, 1998.

<sup>6</sup> KUHN, Thomas. The relations between the history and the philosophy of science. In. **The essential Tension**. Chicago: The university of Chicago press, 1977.

<sup>7</sup> FLECK, Ludwik., Problems of the science of the science. In. **Cognition and facts**. Boston: D. Reidel Publishing Company, 1986.



Muito Obrigado.



## Usos práticos do passado: diretrizes para o futuro

O lançamento da 23ª edição da Revista *Temporalidades* marca a troca do conselho editorial do periódico que permaneceu como gestão da revista no último ano e por 4 edições. Alcançarmos essa marca nos inspira a refletir e, de certa forma, elaborar um pequeno balanço sobre o conteúdo produzido pela Revista durante este período sem, no entanto, perdermos de vista as aproximações com a temática do dossiê lançado no dia 31 de maio de 2017.

Esta gestão foi responsável pela publicação de quatro edições da revista: *História e Historiografia da Ciência: abordagens possíveis* Vol. 8, n.1 (jan./abr. 2016) e recebeu a contribuição de 8 artigos para o dossiê e 17 artigos livres foi a maior edição em número de páginas e textos. A edição 22 Vol. 8, n.2 (mai./ago. 2016) intitulada *Para além das fronteiras: histórias transnacionais, conectadas, cruzadas e comparadas* foi a primeira edição da revista a ser lançada através do uso da plataforma Open Journal Systems – OJS para adequar nossa revista às recomendações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Em 31 de Janeiro de 2017 foi lançada a 22ª edição da revista, *(In)Tolerâncias religiosas: práticas modernas e problemáticas contemporâneas* (vol.8, n.3, set./dez 2016), temática relevante não só para o nosso presente em que as questões religiosas afetam diretamente à laicidade do Estado mas também por lembrarmos o 500º aniversário da Reforma Protestante, evento que contribuiu para alterar definitivamente as relações sociais e culturais no horizonte do ocidente.

Por fim, nos despedimos de nossas funções editoriais lançando com muita alegria o número 23 da Revista *Temporalidades Usos práticos do passado* (vol.9, n.1, jan./abr 2017) movidas (os) pela inquietação da atual conjuntura política e refletindo sobre o papel da História, buscamos propiciar um canal de divulgação de pesquisas que demonstrassem justamente o movimento de apropriação do passado pelo presente.

Não só de artigos para o dossiê esta revista se compõe mas convidamos às leitoras e leitores à apreciação dos artigos livres e resenhas que integra à edição 23 do periódico. Nas resenhas, Marcos Vinícius Gontijo Alves apresenta a obra de autoria da professora titular da casa, Heloisa Starling e de Lilian Schwarcz titular do departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo, *Brasil: uma biografia*. E Igor Lemos Moreira apresenta *Nosso Amplo presente – tempo e a cultura contemporânea* do professor alemão Hans Ulrich Gumbrecht. Ambas resenhas convidam a (o) leitora





(o) a se debruçarem sobre obras que refletem sobre o passado a partir do presente e encaixam-se perfeitamente na proposta desta edição da Revista *Temporalidades*. Como artigo livre *Das formas de sertão: diálogo entre história, literatura e fotografia* de forma a conciliar diferentes tipos de fontes, Eudes Marciel Barros Guimarães analisa a construção da ideia do sertão brasileiro. *A folia das barragens: Tempos discursivos de atingidos por hidrelétricas no Vale do Chopim* da autoria de Roberto Luiz Pocai Filho e Robson Laverdi aborda por meio da história oral a memória recente de populações marcadas pelo assombro da construção de hidrelétricas e barragens. O texto cria essas narrativas, tirando as do apagamento e nos dá outra perspectiva das crises energéticas brasileira do fim do século XX. Glauber Eduardo Ribeiro Cruz no artigo *A luta parlamentar do movimento Diretas Já: o vazio historiográfico sobre a atuação dos deputados federais do Partido dos Trabalhadores* também busca fazer um balanço historiográfico apontando o vácuo das narrativas de história sobre a construção do movimento pelo voto direto no Brasil pós abertura política. Também abordando o tempo presente, ainda mais recente, Rafael Trindade Pellegrini no artigo *Uma análise histórica sobre a organização WikiLeaks em 2010* e traz uma importante reflexão sobre como não só o passado, mas também o presente se molda em função de interesses políticos futuros e expõe a engenharia política por detrás deste movimento.

Renata Silva Fernandes propõe a análise da administração imperial do Brasil em comparação com o sistema francês de gestão em seu artigo *O modelo de administração departamental francês e a organização das províncias do Império do Brasil (1823 – 1834)* e baliza os impactos da França pós-revolucionária nos Estados latino-americanos dissecando a forma organizativa imperial. Em *O debate científico em torno do espiritismo mexicano na segunda metade do século XIX. O exemplo de Liceo Hidalgo* que utilizando periódicos como fontes, Luiz Felipe Santos Batista apresenta as tensões entre positivistas e espiritualistas e seus debates ao redor da intelectualidade mexicana. Também por meio do jornal como fonte o texto de Leopoldo Leal Martins da Silva, Gabriela Hahn Francisco e Charles Sidarta Machado Domingos intitulado *A repercussão da deportação de Olga Benário na imprensa brasileira* delinea a reação da imprensa à dramática postura de Vargas em relação à militante do Partido Comunista Brasileiro chamando a atenção de que a deportação aconteceu antes do período do Estado Novo que a historiografia tradicional aponta como momento de mais aguda perseguição política aos adversários de Getúlio.

*Quem eram as bruxas de Gardner* de Jeanluis Duarte discorre sobre a construção discursiva de Gerald Gardner e os argumentos de ancestralidade e tradicionalismo a respeito da sobrevivência



de cultos pagãos na Europa apesar da milenar cristianização do continente. *Teologia moral e justiça na obra de Hermann Busenbaum* por Heitor Castanha Carreira discute as interfaces entre Direito e teologia no contexto do século XVII por meio da trajetória e produção do padre alemão jesuíta Hermann Busenbaum. *A narrativa da paixão de Cristo e o Sermões do P. Antônio Vieira: a iconografia dos mistérios dolorosos no forro da nave da capela de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos da Vila de São José del-Rei (c. 1820)* é a contribuição de autoria de Luciana Braga Giovannini e apresenta um estudo que aproxima as relações entre raça e as diretrizes do sermão do padre Antônio Vieira para que os fiéis à Nossa Senhora do Rosário praticassem uma devoção adequada à doutrina católica do contexto. Juliane Panozzo Cescon soma à edição 23 com seu artigo *Ensinamentos e aprendizados nas corporações de ofício em Portugal entre os séculos XVI e XIX na produção de azulejar* expõe o complexo processo da produção de azulejos arte transmitida no bojo das corporações de ofício.

Discutindo metodologia e refletindo sobre o fazer história Dionathas Moreno Bonavides colaborou com a Revista *Temporalidades* com seu artigo *Entre a História Intelectual e a Antropologia Histórica: possibilidades de aproximação* disserta sobre a primeira importância da interdisciplinaridade para o exercício da escrita histórica. Ainda no aspecto metodológico Adriano Cecatto em *A História Atlântica como possibilidade de abordagem metodológica para os estudos do Atlântico e o ensino de História* e aponta os usos possíveis da estabelecida História Atlântica para além de seu uso canônico.

Na chamada de artigos para o dossiê “Usos práticos do passado” evocamos o clássico trabalho de José Murilo de Carvalho *A formação das Almas* para refletirmos sobre como a representação de Tiradentes foi utilizada com o sentido de construir um herói nacional para a recém instaurada República. Ainda seguindo a esteira desse cânone, utilizamos a obra *A pátria* (1919) de Pedro Bruno para figurar como capa da Edição 23. José Murilo de Carvalho nos apresenta a conflituosa disputa entre os projetos do grande símbolo nacional e também do inconstante lugar da representação da República na figura da mulher.



A pátria – Pedro Américo 1919

*A pátria*, de uma certa forma, consegue agregar elementos reivindicados por grupos ortodoxos e positivistas. Na imagem, uma cena ambientada no espaço doméstico tem como mote um motivo público: a bandeira nacional. As mulheres preparam uma grande bandeira brasileira enquanto crianças confortavelmente repousam junto ao afago de suas mães. Chama atenção o número de crianças: quatro, em contraste com duas figuras de aspecto envelhecidas nos cantos da imagem, encurvadas nas sombras. Se de acordo com Fernando Catroga<sup>1</sup> a pátria como a paisagem afetiva se desenha como o lugar do nascimento dos pais, mas também busca sustentar sua transmissibilidade pela herança, a figura de crianças é muito adequada à obra de Pedro Bruno e condizente com o projeto político republicano à época.

Um dos usos do passado é justamente de delinear o futuro, apontar para uma direção considerada adequada. Na atual conjuntura, buscamos reinventar, usar e abusar do passado para

---

<sup>1</sup> CATROGA, Fernando. **Pátria, Nação, Nacionalismo**. In: Comunidades imaginadas: nação e nacionalismos em África. presented at the 2008. Coimbra, 2008.



fiar um projeto de um porvir marcado pela superação de desigualdades historicamente construídas e que colabore por um horizonte de investimentos na educação visto que os cortes nos orçamentos do Ministério da Educação sem deixar de manifestar nosso repúdio à extinção do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação no último ano e a sensível redução de bolsas e financiamento para pesquisa.

Nessa edição contamos com a organização da prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Paula Caldeira Sampaio, que trazendo um novo fôlego, recentemente ingressou no departamento de História da UFMG e de maneira brilhante convida a (o) leitora (o) a percorrer as páginas do dossiê preparado para esta edição. Ainda apontando para um futuro que desejamos, recebemos a especial contribuição do prof. Dr. Mauro Lúcio Leitão Condé também membro do departamento de História da UFMG, que endereça uma carta aos jovens pesquisadores da história da ciência. Este texto não poderia estar melhor alocado do que neste número de janeiro a abril, tradicionalmente organizado com enfoque nas temáticas pertinentes à teoria da história e história da ciência. Finalizamos esta edição de maneira triunfal com a rica colaboração do prof. Dr. Fernando Felizardo Nicolazzi da Universidade Federal do Rio Grande do Sul que por meio de sua entrevista nos leva a um importante balanço da historiografia brasileira discutida de forma didática e elucidativa. Ainda pautando o futuro, nos despedimos das funções editoriais da Revista *Temporalidades* e saudamos às novas conselheiras e conselheiros estimando longevidade e crescimento à Revista, trabalhando por um futuro próspero e de fecundas discussões.

Boa leitura!

Isabela Dornelas e Pedro Resende

Belo Horizonte, 31 de maio de 2017.





## Dossiê temático ‘Usos práticos do passado’

### Apresentação

Em 1998, Carl Schorske editava pela Princeton University Press o livro que, na edição brasileira, publicada alguns anos depois, recebeu o nome de *Pensando com a História. Indagações na passagem para o modernismo*. O título do livro é bastante atraente e sugestivo, uma vez que Schorske não propõe pensar *sobre* a história. Diferentemente, a intenção dele era pensar *com* a história. Uma pequena mudança, mas que acaba nos conduzindo para outro tipo de reflexão. Convém, portanto, perguntar: o que vem a ser pensar *com* e de que maneira isto se difere de pensar *sobre* a história?

Ninguém melhor do que o próprio Schorske para tentar esclarecer a diferença. Segundo ele, pensar sobre a história significa um tipo de tarefa um tanto específica, realizada especialmente pelos filósofos e teóricos desta disciplina, interessados no que ele chama de “uma forma geral de produzir sentidos”.<sup>1</sup> Pensar com a história implica outra prática, cujo elemento central está na mobilização e emprego dos materiais do passado para nos orientarmos no presente. A palavra prática não aparece aqui por acaso. Na verdade, Schorske está se referindo, especificamente, a práticas culturais que configuram sentidos ao passado e formam imagens a partir das quais os homens se definem no presente. O universo abarcado pelos ensaios de Schorske perpassa a sociedade europeia na passagem do século XIX para o XX. Para ele, se no Oitocentos Clio esteve em ascensão, alimentando, pela reflexão histórica, as respostas dadas pelos homens daquele tempo ao processo de modernização pelo qual passavam os países europeus, no século seguinte, o modernismo propôs entender esse processo por ele mesmo, buscando-se, a partir de então, um afastamento e mesmo uma crítica ao historicismo.<sup>2</sup>

As reflexões trazidas por Schorske nesse livro, em especial a proposta de pensar com a história, nos remetem à compreensão do lugar da reflexão histórica numa dada cultura e às diversas maneiras pelas quais as sociedades se relacionam com o seu passado. Isso significa partir de um pressuposto que, embora possa parecer banal, é muitas vezes esquecido por nós, historiadores: o de que as representações que construímos do passado são apenas uma possibilidade dentre os variados usos e sentidos conferidos a ele numa dada sociedade. Isso significa dizer, em primeiro lugar, que o passado não é exclusivo do historiador. Sobre ele, se debruçam diversos agentes e instituições, como outros

---

<sup>1</sup> SCHORSKE, Carl E. *Pensando com a História. Indagações na passagem para o modernismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 13.

<sup>2</sup> SCHORSKE, Carl E. *Op. Cit.* p. 13-28.



intelectuais, artistas, escritores e políticos que, de maneiras distintas, tomam o passado como referência para o presente e para a construção de projetos de futuro. Em segundo lugar, isso nos leva a problematizar a ideia de uma relação desinteressada com o passado (inclusive quando nos referimos ao passado dos historiadores), uma vez que esses usos nos apontam para interesses diversos e para o quê do passado é escolhido para ser significado pelos homens do presente.

O interesse por compreender as formas de dar sentido e utilidade ao passado certamente tem ocupado cada vez mais o universo de preocupações dos historiadores. Partindo de múltiplas referências teórico-historiográficas e mobilizando noções diversas – como “cultura histórica”, “usos do passado”, “passados práticos” –, os historiadores têm se debruçado, já há algumas décadas, não só sobre os produtos e procedimentos que caracterizam o seu próprio trabalho (isto é, o trato com a documentação, a narrativa, os pressupostos teóricos que conduzem as análises, o aparato conceitual mobilizado pelos historiadores profissionais quando “fabricam” história), como também têm se aberto para a compreensão das formas de divulgação, adaptação, mediação e vulgarização do passado produzidas por diversos agentes sociais e por meio de diferentes mídias. Tal movimento implicou também numa maior atenção por parte dos historiadores para os públicos que se interessam, consomem e se apropriam desses passados. Questão não menos importante, especialmente no momento atual, em que a maior facilidade de comunicação viabilizada pelas redes sociais faz com que diferentes discursos sobre o passado circulem de forma mais rápida. Discursos, em muitos casos, produzidos não por especialistas e com finalidades políticas muito claras. Tal movimento tem levado os historiadores a uma dupla interrogação: por um lado, acerca do lugar que a reflexão histórica ocupa hoje nas diversas sociedades e da capacidade que este discurso ainda tem de ensinar algo aos homens do presente. Uma velha e conhecida problemática que, a rigor, nos leva a toda a discussão acerca das transformações pelas quais passou o preceito da *historia magistra vitae* ao longo da Modernidade. A segunda questão pode ser sintetizada no interesse em compreender a relação (ou, talvez, as dificuldades existentes nesta relação) que os historiadores de profissão mantêm com uma audiência que extrapola o grupo dos pares universitários.<sup>3</sup>

---

<sup>3</sup> Duas reflexões interessantes nesse sentido foram propostas recentemente por Arthur Lima de Ávila e Jurandir Malerba. Cabe ressaltar que este último autor, ao tratar da questão da recepção para o caso da produção historiográfica, lança mão da noção de “audiência”, compreendendo que ela traria para o centro do debate o “leitor comum”, isto é, “qualquer leitor que não tenha a leitura como profissão”. MALERBA, Jurandir. Os historiadores e seus públicos: desafios ao conhecimento histórico na era digital. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.37, n. 74, 2017; ÁVILA, Arthur Lima de. (In)disciplinando a história: do passado histórico ao passado prático. Disponível em:



Como se vê, as duas interrogações se ligam, já que a constituição da história como conhecimento científico e especializado, produzido por um profissional, alterou também o público para o qual falava o historiador. Entretanto, é preciso considerar dois aspectos. Primeiramente, a constituição da história como conhecimento científico não anulou seu papel pedagógico, isto é, a ideia de que era possível aprender com a história. Além disso, o mesmo século XIX, que é reconhecido como o momento de disciplinarização do conhecimento histórico, foi também o período de emergência do historiador na “república das letras”, o que conferiu a ele um lugar de destaque na vida pública. Lugar este que certamente foi alterado e passou a ser ocupado por outros profissionais. Talvez seja por isso que essas questões estejam tão fortes hoje na agenda dos historiadores: qual a força e o impacto daquilo que produzimos para um público “geral”, de não especialistas? Como lidar com as diversas outras formas de dar sentido ao passado, existentes no vasto conjunto de uma cultura histórica, formas que, não raro, têm um alcance muito maior do que nossos trabalhos acadêmicos?

O dossiê temático *Usos práticos do passado*, que compõe a edição 23 da Revista *Temporalidades*, insere-se nesse universo de questões, reunindo artigos que debatem os usos e funções conferidos ao passado em momentos distintos e por diferentes sociedades. Como o leitor verá, este número da revista reúne análises bastante variadas, com enfoques e objetos instigantes. Subjacente a essa diversidade, há uma questão maior, que talvez sirva para alinhar todos os trabalhos, e que diz respeito à mobilização do passado pelos múltiplos “presentes”.

O artigo de Luis Cláudio Palermo, *Tempo e temporalidade: transformações semânticas modernas e alguns desdobramentos na produção do conhecimento histórico*, abre o dossiê tratando de algumas noções centrais para o campo do conhecimento histórico. São elas: tempo, temporalidade e aceleração do tempo. Dividindo a análise em dois momentos, o autor pretende, inicialmente, fazer uma discussão conceitual, discutindo os novos sentidos dados a esses conceitos na Modernidade à luz das contribuições trazidas por escritores como Heidegger, Norbert Elias e Edward Thompson. Em seguida, aborda o impacto da transformação dessas noções na produção do conhecimento no campo da história.

Carmem Lúcia Druciak, no artigo *A obra *Songe du Vieux Pèlerin* de Philippe de Mézières e sua proposta de reforma da cavalaria francesa na Baixa Idade Média*, leva a discussão sobre as apropriações e sentidos dados ao passado para a Europa do século XIV. Tomando o

---

[https://www.academia.edu/17902409/\\_In\\_disciplinando\\_a\\_hist%C3%B3ria\\_do\\_passado\\_hist%C3%B3rico\\_ao\\_passado\\_pr%C3%A1tico](https://www.academia.edu/17902409/_In_disciplinando_a_hist%C3%B3ria_do_passado_hist%C3%B3rico_ao_passado_pr%C3%A1tico); acessado em 28 de maio de 2017.

---





espelho de príncipe que Philippe de Mézières, diplomata e conselheiro real, escreveu para o jovem monarca Carlos VI, a autora evidencia como aquele autor elaborou uma crítica ao estado da cavalaria de sua época e procurou entender uma sociedade em transformação, buscando nos valores do passado uma proposta de reforma para esta instituição.

O artigo *La figura del Dr. Francia en la historiografía paraguaya posbélica: la batalla por los héroes*, de Bárbara Natalia Gómez, nos conduz ao Paraguai de fins do século XIX para compreender o debate em torno de quais personagens deveriam ser escolhidos para compor o panteão dos heróis nacionais, uma discussão que envolveu os intelectuais, e que ocorreu em um momento central de reconstrução do país após a guerra contra a Tríplice Aliança. A batalha mencionada no título do artigo se deu entre dois historiadores, Manuel Dominguez e Blas Garay, e em torno da figura de Gaspar Rodrigues de Francia, ditador da República paraguaia entre 1814 e 1840 e um dos participantes do movimento que levou à independência do país em 1811. O artigo, além de tratar de algumas questões próprias ao processo de conformação da disciplina histórica no país latino-americano, aponta para as profundas disputas que envolvem a narrativa em torno da independência paraguaia e os valores que seus heróis deveriam representar. Além disso, o artigo de Bárbara Gómez evidencia as intrincadas relações tecidas entre o trabalho do historiador e os interesses políticos subjacentes à construção das identidades nacionais.

As íntimas relações entre memória e história e as disputas em torno da memória nacional também constituem pontos centrais do artigo seguinte, *Memórias conflituosas no Oeste estadunidense*, de Lucas Henrique dos Reis. O espaço estudado desloca-se para o Oeste dos EUA, lugar de intensos conflitos territoriais. Dialogando com os trabalhos de Michel Pollak, o autor parte do memorial construído em uma das famosas montanhas das Black Hills, entendendo-o como representante por excelência de uma memória oficial enaltecida da Revolução Americana e da Guerra Civil. Entretanto, como mostra Reis, essa memória oficial, alimentada pelas interpretações formuladas por intelectuais e políticos, não anula (e mesmo se choca com) as memórias ditas “periféricas”, ou subterrâneas, produzidas por outros grupos, que, nas palavras de Pollak, “teimam em venerar justamente aquilo que os enquadradores de uma memória coletiva em um nível mais global se esforçam por minimizar ou eliminar”.<sup>4</sup>

A dimensão da memória nacional também está presente no artigo de Thiago de Souza Júnior, *Dimensões raciais e políticas educacionais: usos do passado na conformação dos valores*

---

<sup>4</sup> POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 10.



*estadonovistas*. Entretanto, dessa vez o olhar se volta para a dimensão do ensino e para um objeto bastante especial, o livro didático, que ganha relevo na análise. Entendendo a escola como espaço central para a realização dos projetos políticos e culturais do Estado Novo, o autor circula pelos campos dos estudos da memória e do ensino de história, evidenciando o papel ocupado pela história como disciplina escolar na promoção de um discurso identitário, cujo principal veículo de divulgação eram livros didáticos como *História do Brasil*, de Basílio de Magalhães. Assim, o livro didático de história é tomado aqui como um suporte a partir do qual se difunde uma interpretação acerca do passado, bem como valores característicos de certos projetos políticos.

Em seguida, temos o artigo *Repetir para inventar: A recepção dos clássicos na França Ocupada*, de Rafael Guimarães Tavares Silva. Aqui, o autor se vale do conceito de falsificação, entendendo-o na sua multiplicidade de sentidos, para pensar como, em uma circunstância histórica específica, escritores franceses como Sartre, Camus, Simone de Beauvoir, Paul Valéry e Jean Anouilh retomaram textos e figuras da Antiguidade Clássica, apropriando-se deles. Isso em um período especialmente crítico, quando a França foi ocupada pelos alemães durante a Segunda Guerra Mundial.

Encerramos o dossiê com o artigo *Black Mirror e a cegueira moral da Modernidade*, de Maria Visconti. Por meio dele, o leitor, seja conhecedor ou não da série televisiva que dá título ao texto, vai se deparar com uma análise do episódio “Engenharia reversa”, exibido na 3ª temporada da produção. Lançando mão das ideias apresentadas por Hannah Arendt e Zygmunt Bauman, a autora se interroga sobre as lições promovidas por episódios traumáticos do século XX, como o Holocausto, e até que ponto estaríamos, hoje, livres de outro acontecimento como esse. Mas o texto vai além, nos levando a pensar como uma série de grande sucesso, como é *Black Mirror*, apropria-se de elementos do passado para chamar a responsabilidade dos homens do presente para com o futuro.

Como é possível perceber, o leitor terá aqui a possibilidade de conhecer artigos (em muitos casos, frutos de pesquisas de mestrado e doutorado) que buscaram analisar as implicações políticas, sociais e identitárias de determinadas leituras do passado. Mas as contribuições trazidas pelos textos que compõem esse dossiê não me parecem ficar apenas nisso. Eles também apontam para uma questão central para os historiadores de hoje e que diz respeito a assumir que o profissional da história, ligado atualmente a uma universidade, não tem (e nunca teve) o monopólio sobre o passado, o que nos obriga a aguçar nosso olhar para outras formas de dar sentido ao passado, produzidas por agentes diversos, e que atingem a amplos públicos. Isto é, outras formas a partir das quais as sociedades pensam



*com* a história. Certamente, há aí uma abertura interessante para análises que circulam por campos diversos, como o estudo das memórias, dos intelectuais, da história da historiografia, do ensino e da teoria de história. Os trabalhos publicados aqui são uma amostra desses caminhos.

Belo Horizonte, 30 de maio de 2017.

Profa. Ana Paula Sampaio Caldeira (Departamento de História/ UFMG)



# Tempo e temporalidade: transformações semânticas modernas e alguns desdobramentos na produção do conhecimento histórico

Time and temporality: modern semantic transformations and some consequences in the production of historical knowledge

**Luis Cláudio Palermo**

Doutorando em História

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

luisclaudio72@gmail.com

**Recebido em:** 27/03/2017

**Aprovado em:** 05/05/2017

**RESUMO:** Este artigo analisa transformações na forma como a sociedade ocidental europeia, em seu período moderno (incluindo os historiadores), concebeu e lidou com conceitos relevantes para o campo da história, como, por exemplo, tempo, temporalidade e, por conseguinte, aceleração do tempo. Como desdobramento, visa-se apontar e analisar algumas implicações importantes para a produção da história como campo do conhecimento, que ocorreram em paralelo às transformações desses conceitos. Nesse sentido, a transição dos conceitos de tempo e temporalidade (bem como o de história) para a modernidade é fundamental para a argumentação desenvolvida. Com base na interpretação de eminentes autores, a tese central sustentada é que, na modernidade (considerada um processo que abrange basicamente os séculos XVI, XVII, XVIII e XIX), os conceitos de tempo e história passaram a ser vistos como domínios da vida humana. Assim, com a aceleração do tempo e a paulatina secularização operada na filosofia e na política, tais conceitos mudaram de semântica e essa alteração influenciou também a produção do conhecimento histórico.

**PALAVRAS-CHAVE:** Tempo; Temporalidade; Aceleração do tempo; Conceito de história; Teoria e metodologia da história.

**ABSTRACT:** This article analyzes transformations in the way European Western society (including historians) has conceived and dealt with concepts relevant to the field of history, such as time, temporality, and therefore acceleration of time. As consequence, it aims to point and analyze some important implications for the production of history as a field of knowledge, which occurred in parallel to the transformations of these concepts. In this way, the transition from the concepts of time and temporality (as well as history) to modernity is fundamental to the argumentation developed. Based on the interpretation of eminent authors, the central thesis defended here is that in modernity (considered a process that basically covers the sixteenth, seventeenth, eighteenth and nineteenth centuries), the concepts of time and history, begun to be seen as domains which were related of human life. Thus, with the acceleration of time and the gradual secularization operated in philosophy and politics, such concepts changed, in terms semantics, and this specific change influenced, as well, the production of historical knowledge.



**KEYWORDS:** Time; Temporality; Acceleration of time; Concept of history; Theory and methodology of history.

### **Introdução**

Este é um artigo cujo cerne é, em alguma medida, organizar discussões caríssimas ao campo da história, trata-se da relação entre o tempo e as sociedades humanas, além das implicações entre o conceito moderno de tempo e o campo de conhecimento da história. Evidentemente, não se propõe fazer (expor) um trabalho que irá tentar dar conta de todas as possibilidades. Essa colocação óbvia é pertinente para que se possa compreender a proposta deste trabalho, que é analisar conceitos relevantes, como, por exemplo, tempo, temporalidade e aceleração do tempo, a partir de alguns dos influentes autores do campo da história, da filosofia, da sociologia e da antropologia. Visa-se, com tal análise, mostrar como as transformações modernas desses conceitos (e do conceito de história) tiveram influência na produção do conhecimento histórico.

A proposta metodológica que acompanhou o levantamento de informações necessárias a esta empreitada, que ora se enceta, foi concebida com base na leitura de autores reconhecidamente caros à produção de conhecimento sobre o tempo, sobre a história, sobre as sociabilidades humanas, sobre os dilemas que os seres humanos enfrentam ao estarem frente ao mundo, bem como frente à vida cultural, entre outras questões. Esse levantamento e pesquisa teve, portanto, uma perspectiva interdisciplinar ou se serviu desse instrumento. Esse artigo é, destarte, resultado da minha compreensão, interpretação e análise sobre algumas teses relevantes que norteiam a produção do conhecimento em campos afins (história, sociologia e filosofia). Cabe assinalar que a seleção desses autores ocorreu concomitantemente ao desenvolvimento do pesquisador em sua trajetória acadêmica.

Em face do que foi delineado inicialmente, pode-se propor que este artigo tem interesse em tentar organizar, em alguma medida, as perspectivas modernas que se colocam para os conceitos mencionados, visando contribuir com uma leitura macro sobre alguns dos impactos que a modernidade trouxe para tais conceitos e, por conseguinte, para o campo da história. É por isso que a sequência lógica do artigo se apresenta de forma bem clara: inicia com uma discussão sobre os conceitos de tempo, temporalidade e, como desdobramento, aceleração histórica. Em seguida, pretende-se mobilizar esforços para se mostrar como as transformações na modernidade e as mudanças operadas nesses conceitos passaram a influenciar a produção do conhecimento no campo da história.



## Conceitos de tempo, temporalidade e aceleração do tempo

A história é a ciência dos homens no tempo. Esse é um dos ensinamentos clássicos que nos foi oferecido por Marc Bloch.<sup>1</sup> Esse proeminente historiador é enfático: “Ciência dos homens” é pouco, é vago demais. “É preciso acrescentar: ‘dos homens, no tempo’ ”<sup>2</sup>. É claro que não é exclusivamente para a história como ciência que o tempo é fundamental, pois ele é também um componente crucial na vida cotidiana das pessoas, não somente no sentido biológico, mas sobretudo no que concerne à produção de sentido que fazemos sobre nossa existência. Nesse sentido, há um ditado popular que afirma que o “tempo é o senhor da razão”.

Diante do exposto, não há como desconsiderar a condição de um tempo que prefigura a vida humana, um “tempo sideral”<sup>3</sup> que está contido no movimento da natureza e que estrutura a (ou faz parte da) vida de todos os seres. Entretanto, esse não corresponde à matéria-prima basilar e matricial de cuja semente se utiliza o historiador para analisar a vida dos seres humanos em sociedade e procurar explicar as inúmeras e complexas relações entre eles.

Cumprido acrescentar, neste ponto, as reflexões que Benedito Nunes<sup>4</sup> faz ao interpretar Heidegger e mostrar o quanto o filósofo alemão mudou sua linha de análise sobre o tempo, oferecendo base para muitos estudos. Segundo Nunes, em 1924, Heidegger se colocou a tarefa de pensar o tempo em sua perspectiva eterna, ou seja, um tempo natural e, *a priori*, separado da dimensão humana. É por isso que Nunes afirma que o pensador alemão identificou, neste momento de suas reflexões, o teólogo como o especialista do tempo, na medida em que o tempo, nessa perspectiva de análise, incorporava uma dimensão ou natural ou divina.

Em seguida, no entanto, a análise de Heidegger ganhou outro foco e outra semântica. Em 1927, ele buscou compreender o tempo em sua relação com o ser humano ou a partir da experiência humana que é desenvolvida no tempo. Assim, o tempo passou a ser visto por esse pensador/filósofo como algo vinculado à experiência fenomenológica, não mais como uma expressão prefigurada de algo natural ou que podia ser visto apenas como eternidade. O tempo ganha, nesse diapasão, uma complexidade que não é mais do campo da natureza ou como algo

---

<sup>1</sup> BLOCH, Marc. **Apologia da história** – Ou o ofício de historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

<sup>2</sup> \_\_\_\_\_. **Apologia da história**, p. 55.

<sup>3</sup> THOMPSON, Edward Palmer. “Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial”. In: **Costumes em comum** – estudo sobre cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 268.

<sup>4</sup> NUNES, Benedito. “Experiências do tempo”. In: NOVAES, Adatao. **Tempo e História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 131-140.



que podia somente ser compreendido por um especialista em conhecimentos transcendentais, como um teólogo, por exemplo.<sup>5</sup>

Com base em Nunes, pode-se inferir, destarte, que o tempo começou a ser visto por Heidegger “como análise ontológica do homem”, pois se pode chegar ao tempo sem “passar pela eternidade”<sup>6</sup>. Podemos depreender, então, que o tempo passou, nesse momento da filosofia heideggeriana, a ser enxergado a partir da historicidade dos seres humanos. Assim, o tempo passou a ter um conjunto quase infinito (ou infinito mesmo) de possibilidades que são representados pelas temporalidades humanas, tanto do ponto de vista do indivíduo como da perspectiva da coletividade. Desde então, Nunes identifica que se instaura, na linha de pensamento desse filósofo alemão, uma noção de que “[...] Não há precedência do tempo sobre a *história*”<sup>7</sup>.

Norbert Elias<sup>8</sup> é outro intelectual importante que pensa e problematiza a referida relação entre tempo natural e tempo humano. O autor parte do tempo como algo natural para alcançar sua dimensão social e vislumbrar, conseqüentemente, as temporalidades. Nesse sentido, Elias acrescenta às três dimensões espaciais (altura, largura e profundidade) o tempo, ou seja, aquele tempo natural que corresponde, segundo esse sociólogo, à quarta dimensão, que está intrínseca e diretamente ligada às três anteriores.

Essa poderia ser uma boa alegoria para iniciarmos uma reflexão acerca da natureza. Partindo desse autor, podemos pensar na natureza, em si, como sendo formada, em sua base, por um mundo que é integrado por quatro dimensões<sup>9</sup>, na medida em que é composto do espaço (com suas três dimensões, a saber, altura, largura e profundidade) e do tempo.

Não obstante a essas reflexões e avançando na discussão sobre o tempo, o intelectual alemão em voga afirma ser importante mesmo o tempo como a quintessência ou, colocado de outra maneira, o tempo que é referência para o comportamento humano e suas relações. O que é valorizado por esse sociólogo é, desse modo, o tempo em sua dimensão cultural, haja vista que, “[...] ao lado do devir quadridimensional, a quinta dimensão, representada pelos homens que apreendem e organizam esse devir, penetra no campo de visão dos observadores”<sup>10</sup>.

---

<sup>5</sup> NUNES. **Tempo e História**, p. 131.

<sup>6</sup> \_\_\_\_\_. **Tempo e História**, p. 131.

<sup>7</sup> \_\_\_\_\_. **Tempo e História**, p. 133.

<sup>8</sup> ELIAS, Norbert. **Sobre o tempo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

<sup>9</sup> \_\_\_\_\_. **Sobre o tempo**, p. 32.

<sup>10</sup> \_\_\_\_\_. **Sobre o tempo**, p. 31.



Por essa linha de pensamento, o tempo não tem um sentido correspondente ao simples movimento natural que impõe uma determinação cabal à vida dos seres, de modo que nenhum ser vivo escaparia a essa determinação (mesmo os seres inanimados não escapariam), especialmente no que diz respeito às transformações lineares e cumulativas do tempo. Logo, o tempo não representaria, nessa perspectiva, uma simples linha vital do nascimento à morte (contemplando início, meio e fim).

Em outros termos, a matriz de raciocínio desse intelectual nos faz pensar o tempo como mestre regente das ações sociais, como meio concatenador da vida cultural, enfim, como um campo de existência efetivo em que as relações humanas se plasam. O singelo deslocamento cognitivo operado pelo sociólogo em voga – a saber, em direção à importância das relações humanas no tempo – tem o objetivo de nos mostrar que a existência do tempo passa a ter grande valor mesmo em sua quinta dimensão, ou seja, como possibilidade concatenadora e orientadora das relações humanas. Assim,

[...] O tempo que só era apreendido, no patamar anterior [natural], como uma dimensão do universo físico, passa a ser apreendido, a partir do momento em que a sociedade se integra como sujeito do saber no campo da observação, como um símbolo de origem humana e, ainda por cima, sumamente adequado a seu objeto.<sup>11</sup>

Adentrando nas potencialidades e nas vicissitudes do tempo social, cultural e histórico, ao qual se refere o sociólogo em apreço, podemos perceber que a complexidade do tempo se torna ainda mais acentuada, haja vista que o domínio da vida e a concatenação dos tempos sociais inscritos numa cultura (ou nas interconexões culturais) apresentam seu grau de inefabilidade, na medida em que o tempo representado como a quintessência já não deve mais ser descrito ou compreendido em sua natureza pura, mas sim com base nas temporalidades diversas e complexas que são intrinsecamente ligadas à vida dos seres humanos em sociedade.

Elias fez, portanto, uma análise que remete às perspectivas complementares entre o tempo natural, o tempo simbólico (cultural) e o tempo individual. De acordo com esse autor, o que importa mesmo não é o tempo em sua dimensão natural, haja vista que seu uso social é o que define o ritmo da vida humana e é o que define as temporalidades. Desse modo, a preocupação desse sociólogo é compreender em que medida o tempo vivido pelo(s) indivíduo(s) é organizado com base numa referência dada pela coletividade. O foco de Elias está eminentemente voltado para a concatenação das diversas ações sociais inscritas num modelo cognitivo que é dado pela

---

<sup>11</sup> ELIAS. **Sobre o tempo**, p. 31.





cultura. Cabe chamar a atenção que a cultura, por sua vez, está ancorada num padrão de medição ou de organização do tempo que é comum à coletividade (e proveniente, em alguma medida, do tempo natural que lhe serve de parâmetro articulador das temporalidades).

Em adendo ao pensamento filosófico e sociológico sobre o tempo, conforme representado por Heidegger (via Nunes) e por Elias, cumpre trazer à baila uma discussão cara para a história, que é protagonizada pelo pesquisador inglês Edward P. Thompson e trata do processo de crescente aprimoramento da medição do tempo como meio de regulação da vida social – especialmente como meio de exploração da mão de obra –, bem como sobre a gradativa mudança na “percepção do tempo em seu condicionamento tecnológico”<sup>12</sup>, na Europa Ocidental.

O historiador em destaque mostra o quanto há um processo de amplas transformações que ocorrem na Europa Ocidental, entre o século XIV e o XIX, cujo cerne é o aprimoramento gradual do controle externo (social) sobre a vida das pessoas, controle esse que visava concatenar experiências, tarefas e, aos poucos, exercer a exploração sobre trabalho como atividade humana relacionada ao sistema produtivo. Esse processo foi longo e não se baseou somente na exploração da mão de obra, mas também se fez presente no ensino, nas pregações de cunho religioso, em suma, em alguns campos da vida social, tendo o trabalho como ponto referencial.<sup>13</sup>

É pertinente chamar a atenção que, segundo esse historiador, essas mudanças alteraram também a forma como as pessoas passaram a internalizar o tempo, produzindo uma gradativa inflexão no aparato cognitivo dos indivíduos, haja vista que “não existe desenvolvimento econômico que não seja ao mesmo tempo desenvolvimento ou mudança de uma cultura”<sup>14</sup>. Com isso, o gradual controle externo exercido sobre os seres humanos, com vistas a organizar a atividade produtiva, produziu, *pari passu*, uma nova forma de as pessoas perceberem o tempo.

É possível compreender, a partir das formulações de Thompson, as modificações graduais nas pressões externas protagonizadas pelo novo modo de produção, que geraram transformações na forma de o ser humano enxergar e encarar a vida de forma cada vez mais rápida e orientada pelo ritmo industrial. Complementarmente, podemos compreender, com base no sociólogo Georg Simmel, como as transformações, na modernidade europeia, engendraram, por outro ângulo, alterações significativas tanto na sociabilidade das grandes cidades como também na aceleração do tempo e do ritmo da vida social.

---

<sup>12</sup> THOMPSON. **Costumes em comum**, p. 189.

<sup>13</sup> \_\_\_\_\_. **Costumes em comum**, p.297-298.

<sup>14</sup> \_\_\_\_\_. **Costumes em comum**, p.304.



Convém evidenciar que um dos pontos deveras valorizado pela sociologia é o que remete à discussão sobre as modificações estruturais que ocorreram nas grandes cidades modernas europeias, mormente após o século XIX. E, nesse aspecto, Simmel é estimado como um dos autores clássicos da sociologia que mais contribuíram para tal debate. Dentre algumas das questões pujantes que podem ser evidenciadas sobre essas transformações, a partir do pensador em apreço, cabem destaque a três: grande adensamento populacional, “*intensificação da vida nervosa*”<sup>15</sup> e desenvolvimento de uma economia pautada na “essência contábil do dinheiro”<sup>16</sup>.

O sociólogo em voga nos mostra que um dos impactos mais relevantes promovidos por essas mudanças mencionadas ocorreu no que ele chama de a vida do espírito ou no comportamento das pessoas. A partir desse intelectual, pode-se sustentar, então, que as grandes cidades europeias modernas passaram a apresentar um singelo paradoxo: quanto maior a proximidade física entre as pessoas – proximidade decorrente sobretudo do adensamento populacional citadino –, maior se tornava a distância social entre essas mesmas pessoas. Por outro lado, a vida no campo apresentava uma distância física maior – devido à pouca quantidade de pessoas vivendo numa determinada região –, mas com proximidade social mais acentuada.

Seguindo a via dessa perspectiva sociológica, pode-se depreender que o comportamento das pessoas (nas grandes cidades) tendeu, pouco a pouco, a se tornar baseado mais no entendimento racional da vida e do mundo. O espírito moderno – e as grandes cidades representam fulcralmente este espírito – é contábil, racionalizado e inclinado a valorizar a objetividade e a individualidade, influenciando os indivíduos a terem um comportamento *blasé* – ou seja, a se apresentarem indiferentes em relação aos outros (ou ao seu próximo). As relações sociais tendem, nesse cenário, a ser pautadas na impessoalidade (distância pessoal) e não na pessoalidade (proximidade pessoal). É por isso que o autor em voga afirma que “[...] O desenvolvimento da cultura moderna caracteriza-se pela preponderância daquilo que se pode denominar espírito objetivo sobre o espírito subjetivo”<sup>17</sup>.

O que se deseja colocar em destaque é que as reflexões desse pensador e sociólogo nos permitem alcançar – além dos conhecimentos sociológicos – uma vertente teórica importante sobre o tempo, uma vez que é possível interpretar, especialmente a partir do desdobramento

---

<sup>15</sup> SIMMEL, Georg. “As grandes cidades e a vida do espírito”. In: **Mana: estudos de antropologia social**, vol. 11, n. 2, pp. 577-591, outubro, 2005, p. 577.

<sup>16</sup> \_\_\_\_\_. **As grandes cidades e a vida do espírito**, p. 580.

<sup>17</sup> \_\_\_\_\_. **As grandes cidades e a vida do espírito**, p. 588.



analítico dos três pontos elencados acima, que ocorre uma aceleração significativa do tempo e da vida nervosa, na Europa Ocidental, sobretudo após os séculos XVIII e XIX.

Nesse sentido, cumpre realçar, evidentemente, que a aceleração mencionada não tem conexão intrínseca com o tempo natural, mas sim uma relação efetiva com a acentuação no ritmo da vida social que estava pautada em movimentos cada vez mais heterogêneos e rápidos. Portanto, ao interpretar Simmel, conclui-se, aqui, que a aceleração do tempo social é mais substancialmente percebida nas grandes cidades, tendo em vista que é nesses espaços que a vida se torna profusa em termos de contatos sociais, assaz nervosa e sobremaneira pautada pelo espírito objetivo.

É pertinente destacar que o pensamento desse sociólogo em questão – assim como o do historiador E. P. Thompson – permite-nos alcançar uma dimensão da aceleração do tempo que é decorrente do modo de vida que gradualmente estava ganhando preponderância, na Europa Ocidental. É possível sustentar, em adendo, que “[...] os anos entre 1300 e 1650 presenciaram mudanças importantes na percepção do tempo no âmbito da cultura intelectual da Europa”<sup>18</sup>. Vale sublinhar que não somente na percepção, mas também houve transformações significativas no ritmo da vida social e no modo como se procurou, a partir do tempo, “regular os comportamentos do grupo”<sup>19</sup>.

Tendo em vista essas observações que se baseiam em alguns autores/pensadores clássicos, percebe-se que a noção de tempo tem, pelo menos, uma dupla dimensão: uma que é sideral, que é proporcionada pela natureza e outra que é social, cultural e histórica, que é forjada, construída e inventada pela necessidade que os seres humanos têm de conviver com outros (ou pela mudança no modo de produção que ocorre na modernidade).<sup>20</sup> Ademais, as reflexões sobre o tempo, seja sob sua condição filosófica, sociológica ou histórica conduzem-nos à consideração da complexidade do tempo que toca à vida humana e que, desse modo, instaura um conjunto de possibilidades que é dado pela percepção (que tem relação com o tempo vivido) e noção (que tem relação com o tempo refletido) de temporalidade.

---

<sup>18</sup> THOMPSON. **Costumes em comum**, p. 189.

<sup>19</sup> ELIAS. **Sobre o tempo**, p. 16.

<sup>20</sup> O historiador José Carlos Reis, numa análise mais complexa do que a que se desenvolve aqui, acrescenta que há também o tempo da consciência. Nesse sentido, ele aborda o tempo físico, o filosófico e o histórico. Ver: REIS, José Carlos. **História & Teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.



É preciso ratificar que, ao se abordar um tempo social, cultural ou histórico, não se está se referindo, aqui, ao tempo meramente contado pelos seres humanos e que se apresenta, nesse sentido, como “um curso temporal objetivo, contínuo, uniforme e infinito”<sup>21</sup>. Evidentemente que esse tempo contado é fruto da criação humana; mas ele não encerra as possibilidades de se analisar o tempo a partir das historicidades humanas. É essa relação entre tempo e historicidade que nos remete à possibilidade da “História como ciência”<sup>22</sup>, que nos possibilita pensar o tempo em seus matizes diversos, matizes esses identificados a partir da complexidade, diversidade e profusão de possibilidades propiciadas pela vida humana em sociedade.

Conforme visto acima, pouco a pouco, na modernidade europeia, o ser humano passou a vivenciar e incorporar, segundo Hannah Arendt, novas questões filosóficas e políticas, bem como passou a desenvolver mais rapidamente mudanças no campo da tecnologia. Com isso, os homens, gradativamente, começaram a ter certo controle sobre a natureza (ou maior ingerência sobre ela). Além disso, a política secularizava-se e a tecnologia propiciava a possibilidade de agir sobre o mundo, interferindo nele.

Nessa esteira de acontecimentos e mudanças na forma de pensar, o tempo foi se tornando um elemento cada vez mais visto e percebido como parte do domínio da vida humana individual e, sobretudo, cultural/social (coletiva). O tempo tornou-se, então, mais complexo, uma vez que passou a ser visto/pensado não a partir de si mesmo, mas notadamente sob o ponto de vista da historicidade da vida humana em sociedade: “natureza e história puderam desde então separar-se conceitualmente”<sup>23</sup>.

O que se deseja colocar em relevo é que o tempo pensado/concebido pelos homens ganhou múltiplas possibilidades e facetas que são inerentes à historicidade humana e que comporta temporalidades diversas. Trata-se de uma forma de compreensão que viabiliza pensar o tempo como algo inextricavelmente relacionado à vida do indivíduo e das coletividades (pensando sobretudo na relação entre indivíduo e coletividade). Nesse sentido, a temporalidade é algo inerente às historicidades.

Por essa linha de raciocínio, o tempo torna-se, pois, finito e secularizado, posto que se torna algo observável pela capacidade cognitiva do ser humano. É desse modo que se pode

---

<sup>21</sup> NUNES. **Tempo e História**, p. 134.

<sup>22</sup> NUNES. **Tempo e História**, p. 134.

<sup>23</sup> KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução do original alemão: Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto, Ed. PUC-Rio, 2006, p. 54.



entender que o “[...] interesse cognoscitivo da Historiografia depende, ontologicamente, da historicidade”<sup>24</sup>, uma vez que compreender o tempo é necessariamente pensar na sua dimensão relacional com a experiência vivida, com o que fenomenologicamente pode ser observado.

Perante a essas considerações sobre tempo, história, temporalidade e historicidade, chama-se a atenção que a aceleração do tempo não deve ser enxergada nem considerada exclusivamente pelo prisma do desenvolvimento tecnológico. Claro, é lugar-comum que tal desenvolvimento contribuiu decisivamente para produzir a aceleração do tempo. Não obstante, o que se deseja ressaltar é que o processo de aceleração do tempo é incrementado também por mudanças na forma de organização da vida humana e na forma como passamos a pensar e perceber o tempo.

Cumpra realçar, complementarmente, que algumas dessas transformações apontadas ensejaram, paulatinamente, mudanças também na produção do conhecimento histórico, de modo que a passagem do século XVIII para o XIX marcou um ponto de inflexão no qual ocorreu o amadurecimento de questões caras à filosofia da história, que possibilitam uma nova forma de pensar a história como conceito e como campo do conhecimento.

Como consequência, nesse período, “[...] a nova história [*Geschichte*] adquiriu uma qualidade temporal própria. Diferentes tempos e períodos de experiência, passíveis de alternância, tomaram o lugar outrora reservado ao passado entendido como exemplo”<sup>25</sup>. Em função do que foi exposto nesta seção, é crucial realçar, portanto, que essa é uma fase de mudanças na produção do conhecimento. E a história não ficou de fora desse movimento, conforme discutido a seguir.

### **Transformações na Europa Ocidental Moderna: mudanças na concepção da história como conceito e novas formas de pensar o tempo na produção do conhecimento histórico**

A seção anterior priorizou a organização de uma discussão sobre o conceito de tempo, sua importância e as mudanças que culminaram numa visão desnaturalizada desse conceito. Procurou-se sustentar que a principal alteração foi que o tempo passou a ser visto com base em questões que tocam a vida humana, a partir das temporalidades que são concatenadas pela vida coletiva e que ganham sentido no âmbito da cultura (ou do tempo culturalmente medido, usado como concatenação da vida social).

---

<sup>24</sup> NUNES. **Sobre o tempo**, p. 138.

<sup>25</sup> KOSELLECK. **Futuro passado**, p. 47.



Conseqüentemente, nesta seção que se inicia, o tempo é analisado primordialmente com base na perspectiva humana. As discussões estabelecidas doravante interessam-se pela forma como as pessoas passaram a enxergar os eventos – tendo por referência uma nova relação com o tempo – e como passaram a lidar com o tempo histórico. Como desdobramento, serão apontadas algumas mudanças que ocorreram na maneira como a produção do conhecimento histórico passou a lidar com o tempo ou na forma como se concebeu uma teoria do tempo histórico.

Tendo por referência o eminente historiador dos conceitos Reinhart Koselleck, sobretudo com base em seu livro *Futuro Passado*, podem ser apontados dois fatores cruciais para compreendermos algumas das transformações atinentes à forma como os seres humanos passaram a enxergar e experimentar o tempo, na Europa Ocidental, no período entre os séculos XVIII e XIX, bem como suas conseqüências para a produção do conhecimento histórico.

Tais fatores são: (i) a aceleração do tempo que ocorreu substancialmente na segunda metade do século XVIII, especialmente após os acontecimentos que encetaram a Revolução Francesa<sup>26</sup>; (ii) as mudanças nas condições de possibilidade de pensar o mundo europeu, a partir da filosofia, pois houve, por volta do século XVIII, a transição de uma visão de mundo ancorada mais substancialmente no ponto de vista religioso para a primazia da filosofia Iluminista cujos fundamentos, em sentido sinóptico, alicerçam-se na busca pela verdade, com base na razão humana<sup>27</sup>. Com isso, “[...] O Vetor da moderna filosofia da história foi o cidadão emancipado da submissão absolutista e da tutela da Igreja”<sup>28</sup>.

Um dos pontos mais conhecidos e debatidos do livro em alusão trata das categorias meta-históricas que o autor em voga denomina de “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”<sup>29</sup>. Nessa obra, o historiador dos conceitos nos apresenta a relevância dessas categorias, notadamente no que tange à sua serventia para a teoria e metodologia da história.

Suas análises nos permitem pensar as transformações históricas ocorridas na relação que os seres humanos estabeleceram com o tempo, considerando um longo período desde a antiguidade até o início da contemporaneidade histórica (transição do século XVIII para o XIX).

---

<sup>26</sup> KOSELLECK. *Futuro passado*, p. 80.

<sup>27</sup> Evidentemente que essas mudanças não ocorreram de chofre. Elas fazem parte de um processo histórico que se iniciou no período medieval europeu, mas que teve sua descontinuidade mais visível no decurso do século XVIII e em sua passagem para o XIX. A forma de tratamento aqui adotada baseia-se numa apreensão geral desse processo, tendo em vista a proposta de trabalho que é requerida.

<sup>28</sup> KOSELLECK. *Futuro passado*, p. 36.

<sup>29</sup> \_\_\_\_\_. *Futuro passado*, p. 268-305.



Assim, “[...] a escolha desses termos parece-me muito judiciousa e particularmente esclarecedora no que diz respeito a uma hermenêutica do tempo histórico”<sup>30</sup>.

Uma das principais teses que está contida no livro de Koselleck<sup>31</sup> é a que mostra a passagem do topos temporal antigo para o moderno. Segundo esse autor, há a transição de um modo de relação do ser humano com o tempo que revela uma orientação voltada para o passado, conforme o topos antigo (até o século XVII), para a uma orientação de futuro em aberto e como progresso, de acordo com o topos moderno (após o século XVIII). Nesse sentido, o historiador alemão em apreço faz uma reflexão de como se configurou o topos da história *Magistra Vitae* (mestra da vida) e como ocorreram mudanças nesse topos, especialmente a partir do século XVIII (mormente entre 1750 e 1850), orientando para o futuro a relação do ser humano com o tempo.

Na fase da história exemplar (*Magistra Vitae*) – desde a Antiguidade até por volta do século XVII –, a forma basilar e primaz de perceber o tempo era a partir dos fatos do passado cujos acontecimentos eram encarados (ou vividos) como repetitivos em relação ao momento presente das pessoas. Com efeito, os acontecimentos eram notados (ou percebidos) e vividos menos sob o ângulo de seu ineditismo, de sua singularidade. Tais acontecimentos eram enxergados, nesse contexto, como exemplares de um passado tradicional e, com isso, não guardavam em si uma perspectiva de futuro como progresso.

O que se deseja chamar a atenção é que Koselleck identifica – notadamente a partir da Revolução Francesa (século XVIII) – que o tempo da vida humana se tornou acelerado, em razão da ocorrência de uma quantidade cada vez maior de acontecimentos importantes num espaço de tempo relativamente curto. Um exemplo que se pode destacar é o fato de ter havido mudanças abruptas e significativas, no campo político, num período curto para os referenciais europeus da época. Cabe destacar que “Lamartine, em 1851, escreve que desde 1790 já tivera sob oito formas de governo diferentes, e sob dez governos”<sup>32</sup>.

Os acontecimentos ligados à vida humana começaram, nesse contexto, a ser cada vez mais percebidos e enxergados, pelas pessoas (pelos sujeitos históricos), a partir de sua singularidade e de seu caráter de ineditismo. Com isso, a aceleração do tempo passou a exercer

---

<sup>30</sup> RICOEUR, Paul. Para uma hermenêutica da consciência histórica. In: **Tempo e Narrativa**. O tempo narrado. Revisão e tradução: Márcia Valéria Martínez de Aguiar. São Paulo: Martins Fontes, 2010, p.354.

<sup>31</sup> KOSELLECK. **Futuro passado**.

<sup>32</sup> KOSELLECK. **Futuro passado**, p. 321-322.



consequências substanciais na cognição das pessoas, uma vez que as fez perceber um distanciamento entre o espaço de experiência e o horizonte de expectativa haja vista a sucessão cada vez mais veloz dos acontecimentos.

É importante aduzir que não foi somente na vida humana que a aceleração do tempo teve impacto, pois, “[...] Originou-se aí [nesse período] o impulso inicial da escola historicista, a qual resultou da reflexão sobre o espantoso ineditismo de seu próprio presente”<sup>33</sup>. Desde esse período, prevaleceu, gradativamente, a noção e percepção dos homens de que o presente abria um conjunto de possibilidades de compreensão do mundo, mas com uma orientação substancial e crucialmente voltada para o futuro, não para o passado em si. Logo, o passado como exemplo perdeu sua força e o futuro como progresso – e como prognóstico – tornou-se a referência que orientava a relação das pessoas com o mundo.

Assim como a aceleração do tempo fazia com que as pessoas percebessem, encarassem e vivessem as ocorrências históricas como inéditas e descontínuas, cumpre aduzir que a filosofia Iluminista também se tornou primaz no século XVIII e, com ela, houve uma mudança na condição de possibilidade de pensar o futuro (e de enxergá-lo também). Ora, se a perspectiva de futuro, no período em que predominou a história exemplar, estava substancialmente enquadrada pela escatologia, desde o século XVIII, principalmente, o futuro passou a se apresentar como possibilidade ou algo a ser construído pelas pessoas. Destarte, o pensamento acerca do porvir passou a não ser mais o de que se cumpriria algo já predeterminado. A tônica passou a ser, portanto, a ideia de futuro em aberto e de progresso como algo crucial.

Falando toscamente, até meados do século XVII a expectativa do futuro era limitada pela chagada do Juízo Final, quando a injustiça terrena encontraria uma compensação trans-histórica. [...] Isto só mudou no século XVIII, quando os resultados da ciência e da técnica pareciam abrir um espaço ilimitado de novas possibilidades.<sup>34</sup>

Diante do exposto, convém ressaltar que o argumento principal de Koselleck é que esses acontecimentos vividos pela Europa Ocidental Contemporânea<sup>35</sup> geraram uma mudança significativa no período, alterando o espaço de experiência e contribuindo, por conseguinte, para modificar a forma como as pessoas começaram a lidar com o horizonte de expectativa, alterando, destarte, a relação dos seres humanos com o tempo e com o mundo vivido. Como consequência

---

<sup>33</sup> \_\_\_\_\_. **Futuro passado**, p. 144.

<sup>34</sup> KOSELLECK. **Futuro passado**, p. 238.

<sup>35</sup> Revolução Francesa, progresso tecnológico e Iluminismo, entre outros menos destacados ou possíveis de serem pensados, ainda que não tenham sido mencionados pelo autor.





das mudanças na forma de pensar, emergiu a percepção de um futuro em aberto e que possibilitava àqueles seres humanos refletirem sobre o progresso sem se sentirem limitados pela perspectiva escatológica.

Desde essas mudanças na cultura, ideias e filosofia, bem como por conta da aceleração do tempo (mudanças notadamente de cunho social e político), o futuro tornou-se algo a ser construído pelas mentes, corações e ações humanos. Não se tratava mais, segundo o historiador alemão, de um futuro a ser concedido ou controlado pela providência divina. O juízo final não era mais a medida que orientava a visão das pessoas, no período em questão; logo, “[...] o fim do mundo foi sendo mais e mais adiado”<sup>36</sup>.

Tais mudanças aceleradas ocorridas na vida humana, além das alterações na forma de se experimentar o tempo (e lidar com ele), engendraram, de forma cada vez mais crescente, transformações substanciais na produção do conhecimento histórico. Em decorrência, a noção de tempo ganhou uma semântica diferente depois dos séculos XVIII/XIX e essa nova semântica foi acompanhada também pelo desenvolvimento gradual de um novo conceito de história.

Sobre o novo (moderno) conceito de história, a filósofa Hannah Arendt mostra o quanto a história antiga, com Heródoto e Tucídides, carregava em seu bojo a noção de que o papel da escrita da história era fazer com que os feitos e as obras humanas fossem imortalizados, tal como a natureza que lhes parecia imortal (ou que nunca iria acabar). Nesse sentido, “[...] através da História os homens se tornam quase iguais à natureza, e unicamente os acontecimentos, feitos ou palavras que se ergueram por si mesmos ao contínuo desafio do universo natural eram os que chamaríamos históricos”<sup>37</sup>.

A natureza, naquele período, era a referência da história. Segundo a intelectual em voga, os homens faziam história porque intentavam se tornar imortais, exatamente da mesma forma como eles percebiam a natureza. A escrita da história tinha, naquele contexto Antigo, um sentido de tentar imortalizar os eventos únicos, a fim de torná-los eternos.

Desde a transição para a modernidade, de acordo com Arendt, a política e a filosofia introduziram, cada vez mais, propostas de mudanças na relação estabelecida entre o homem e o mundo, bem como na relação entre o ser humano (como indivíduo) e a vida coletiva (social, cultural, econômica ou política). Um dos pontos mais fortemente destacados pela autora em

---

<sup>36</sup> KOSELLECK. **Futuro passado**, p. 28.

<sup>37</sup> ARENDT, Hannah. O conceito de história – Antigo e Moderno. In: **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 1992, p.76.



evidência é o que remete às propostas de laicização da vida política, da vida social e no campo da filosofia.

Vale sublinhar que essas propostas intelectuais começaram a colocar cada vez mais o ser humano (e as ideias) no centro do debate sobre a política, sociedade e filosofia. Essa época moderna foi marcada, então, pela postura do homem em busca de conhecimentos que pudessem ser testados (levados à prova) e conhecimentos que não tivessem nenhum grau de especulação nem de influência religiosa por trás.<sup>38</sup>

Modernamente, portanto, o ser humano vivenciava e incorporava, continuamente, novas questões filosóficas e políticas, além do constante aprimoramento no campo tecnológico. Desse modo, nesse período o ser humano começou, progressivamente, a ter certo controle sobre a natureza. Com isso, secularizou-se cada vez mais o campo da política e a tecnologia passou a propiciar (mais e mais) aos seres humanos a possibilidade de agir sobre o mundo, interferindo efetivamente nele. Em decorrência desses fatores, a consciência de imortalidade da natureza, que era incorporada pelo antigo conceito de história, foi pouco a pouco substituída pela história como meio de consciência da humanização do mundo (produto da força e construção humana), da secularização da política, do desenvolvimento tecnológico, entre outras mudanças.<sup>39</sup>

Pode-se sustentar, pois, que, nesse período, o domínio gradual do homem sobre o mundo, sobre a natureza e sobre as questões políticas seculares (não controladas pelo poder transcendente) engendraram condições de possibilidades para que se concebesse um novo conceito de história, um conceito em que o ser humano aparece no centro das preocupações (e propostas) e no qual a natureza e o caráter transcendente são deslocados, na medida em que passaram a ter pouca importância. Por essa linha de raciocínio, não interessava mais ao moderno conceito de história conhecer os feitos e as obras humanos para que esses fossem imortalizados. O que se tornou importante, decisivamente, foi a compreensão de como esses feitos e obras humanos foram possíveis de ter acontecido.

Além do sentido de imortalidade sobrelevado por Arendt, cumpre realçar que Koselleck acrescenta como característica do antigo conceito de história a noção de história como “instrução

---

<sup>38</sup> \_\_\_\_\_. **O conceito de história – Antigo e Moderno**, p. 85.

<sup>39</sup> Hannah Arendt não é enfática como Koselleck sobre a importância da aceleração do tempo nesse processo. Aliás, ela não confere importância efetivamente clara a essa variável. Portanto, além do marco temporal que foi ressaltado na nota de rodapé anterior, pode-se apontar que essa é uma outra diferença importante que se nota nos argumentos de Arendt e de Koselleck, em relação aos textos mencionados.



para a vida”<sup>40</sup>. Conforme apontado anteriormente, para esse autor alemão, o moderno conceito de história é concebido notadamente a partir de uma nova relação que os seres humanos passaram a ter com o tempo, sobretudo no que se refere ao horizonte de expectativa.

Portanto, com base no autor em voga, pode-se afirmar que o conceito de história não apenas se desnaturalizou e secularizou-se, ele passou também a contemplar uma visão de progresso como condição basilar de sua constituição moderna. Isso ocorreu porque a história como produção de conhecimento começou a incorporar – na transição do século XVIII para o XIX – a ideia de que o futuro é uma matriz de referência crucial para que se compreenda as ações dos homens no presente e no passado. Nesse sentido, o que está por vir, assim como a visão dos seres humanos acerca do que poderia ser esse porvir, acabaram tendo implicações na forma como o homem passou a enxergar e lidar com o passado e com o presente.

Desse modo, pode-se depreender, a partir de Koselleck, que a aceleração do tempo e o domínio secular no campo da filosofia permitiram aos teóricos e pesquisadores do campo da história atinarem, deduzirem ou chegarem à conclusão que o ponto de observação – o tempo presente do pesquisador – tornou-se crucial para que se entenda a relação dos seres humanos com o tempo (passado e futuro). Conseqüentemente, a própria posição do pesquisador deve ser colocada como relativa, especialmente no que refere ao espaço de experiência que o cerca e a seu horizonte de expectativa.

[...] Com isso, a novidade de uma história que, cada vez que se produz, pensa em si mesma como nova reivindica um direito sempre crescente sobre o conjunto da história. Torna-se evidente que a história, precisamente como história universal, precisa ser continuamente reescrita<sup>41</sup>.

Perseguindo essa trilha e essas transformações, pode-se afirmar que se chegou à conclusão, especialmente no século XIX, que o presente abria condições de possibilidades de se relativizar o conhecimento, renovando-o constantemente. Esse é um constructo historicista que nos permite captar a relação dos homens com o tempo, a partir da perspectiva da influência mútua entre passado, presente e futuro.

A história como conhecimento se tornou consciente de que é preciso compreender os sujeitos históricos estudados com base na relação entre o espaço de experiência e no horizonte de expectativa desses sujeitos. Depreende-se, então, que as ações humanas, assim como os acontecimentos históricos, estão envolvidos/revestidos por essas nuances (inclusive a pesquisa

---

<sup>40</sup> KOSELLECK. **Futuro passado**, p. 43.

<sup>41</sup> KOSELLECK. **Futuro passado**, p. 287.



histórica e seus pesquisadores), haja vista que os homens estão a todo tempo (ou quase todo tempo) medindo, calculando, projetando, em suma, pensando e avaliando suas ações, eminentemente a partir de seu campo de experiência e do que têm (ou projetam) de horizonte de expectativa.

Além da emergência paulatina de um novo conceito de história, é importante mencionar que, segundo Koselleck, novas chaves teórico-metodológicas passaram a ser desenvolvidas, especialmente na passagem para a contemporaneidade histórica (século XVIII para o XIX). Esses novos recursos concebidos e desenvolvidos visavam dar subsídios aos pesquisadores (historiadores) para que pudessem compreender um mundo cada vez mais secular e cujas mudanças ocorriam de forma contínua e crescentemente mais aceleradas.

Nesse cenário em que a vida se tornou cada vez mais acelerada, uma questão importante de se ressaltar e ratificar é que os acontecimentos puderam ser encarados como inéditos, como singulares, não como exemplares de um passado tradicional. O ritmo progressivamente acelerado da vida social, econômica e política, associado à secularização da filosofia, ofereceram à cognição humana uma percepção de que os acontecimentos estavam se tornando passageiros. E cabe sublinhar que, através desta perspectiva, o presente se configuraria em uma ponte para o futuro.<sup>42</sup> Assim,

[...] A principal conseqüência da Revolução Francesa, durante o século XIX, foi uma mudança profunda na percepção do tempo, que levou à redescoberta da história. Esse evento complexo revelou a história em duas direções: do presente ao passado, do presente ao futuro. A história foi descoberta seja como produção do futuro, seja como reconstrução do passado.<sup>43</sup>

Portanto, tendo em vista que os acontecimentos ocorriam de forma acelerada ou numa escala nunca dantes vistas, o tempo presente começou, por conseguinte, a ser enxergado como peculiar, não mais como repetição, conforme o período da história mestra da vida. Em decorrência, uma percepção mais forte de descontinuidade temporal se impôs aos seres humanos (e aos historiadores). A vida passou a ser percebida (e compreendida) menos pela continuidade,

---

<sup>42</sup> Deve-se chamar a atenção que outros pensadores consideram que essa perspectiva está ultrapassada. Como não é o foco do artigo, apresenta-se uma perspectiva importante como meio de expor brevemente as divergências interpretativas. “[...] Eu acredito pouco nisso hoje. Finalmente, podemos dizer que Koselleck também participa daquele cronótopo historicista, a impressão de que o ritmo da história vai se acelerando. O que quer dizer que o ritmo da história vai se acelerando? Quer dizer que o momento da decadência, da perda da experiência do passado acontece cada vez mais rápido. [...] Acredito que essa percepção tenha mudado profundamente”. In: GUMBRECHT, Hans Ulrich. “Depois de ‘Depois de aprender com a história’, o que fazer com o passado agora?”. In: NICOLAZZI, Fernando; MOLLO, Helena Miranda; ARAÚJO, Valdeí Lopes de. Aprender com a história? **O passado e o futuro de uma questão**. Rio de Janeiro: FGV, 2011, p.38.

<sup>43</sup> REIS. **História & Teoria**, p. 207.



conforme a história mestra da vida, e mais pela descontinuidade, uma vez que passou a prevalecer a premissa da história progresso dos séculos XVIII e XIX.

Com a aceleração do tempo e a percepção dos eventos como singulares (ou como inéditos), ocorreu, segundo Koselleck, uma mudança no tocante à valorização dos termos alemães *Historie* (que remete à história narrada, representada pelos homens) e *Geschichte* (que representa os acontecimentos efetivamente vividos). O que se deseja realçar é que, diante da aceleração do tempo, houve uma apreciação (valorização) do termo que designa tais acontecimentos (*Geschichte*), em detrimento do termo que representa a história como representação (*Historie*).

Paul Ricoeur nos lembra, nesse sentido, que o termo *Historie* cedeu lugar ao termo *Geschichte* que passou, nessa fase, a ser encarado numa dupla acepção, uma como história vivida e outra como história que pode ser dita, narrada<sup>44</sup>. Assim, o termo ligado à história acontecimento (*Geschichte*) foi visto sob uma dupla acepção: história vivida e história narrada. Mas, em seguida, “[...] Para que a soma das histórias singulares se tornasse a história, foi preciso que a própria história se tornasse *Weltgeschichte*, que, portanto, de agregado se tornasse sistema”<sup>45</sup>.

O objetivo dessa discussão sobre o crescimento da importância dos acontecimentos e, por conseguinte, da palavra *Geschichte*, é mostrar que os seres humanos, nesse contexto em voga, estavam incorporando uma acepção de tempo que valorizava cada vez mais o ineditismo dos acontecimentos que ocorriam de forma acelerada. Desse modo, “[...] a singularidade dos eventos – principal premissa teórica tanto do historicismo como das teorias do progresso – não conhece a repetição e, por isso, não permite nenhuma indicação imediata quanto ao proveito das ações passadas”<sup>46</sup>.

Portanto, cumpre evidenciar que a premissa da descontinuidade, como se pode observar via Koselleck, foi importante impulso para uma teoria da história que começou a enxergar o progresso e o futuro em aberto. “O tempo se desnaturaliza, torna-se liberdade de criação do futuro. A história está disponível na ação, pode ser feita em liberdade”<sup>47</sup>. Com isso, a aceleração fazia com que as relações entre o novo e o velho se modificassem com “inacreditável

---

<sup>44</sup> RICOEUR. *Tempo e Narrativa*, p. 355.

<sup>45</sup> RICOEUR. *Tempo e Narrativa*, p. 356.

<sup>46</sup> KOSELLECK. *Futuro passado*, p. 144.

<sup>47</sup> REIS. *História & Teoria*, p. 193.



velocidade”<sup>48</sup>. Logo, “[...] As três dimensões temporais pareciam estar cindidas entre si” (Idem, *ibidem*), haja vista que o [...] presente era muito rápido e provisório”<sup>49</sup>.

Como resposta às transformações no conceito de história e às mudanças na forma como as pessoas passaram a viver e lidar com o tempo, a visão de alguns historiadores incorporou e desenvolveu, gradualmente e a partir da filosofia da história, um elemento teórico-metodológico caro à compreensão acerca da vida humana em sociedade: a noção de tempo como processo.<sup>50</sup>

À medida que a aceleração do tempo e a secularização da filosofia contribuía para gerar o enfraquecimento da história como mestra da vida, produzindo a noção de singularidade dos acontecimentos e projetando para o futuro a perspectiva dos seres humanos, a filosofia da história propôs, gradualmente, a valorização do investimento analítico dos historiadores nas explicações que levavam em conta não o acontecimento em si, mas a compreensão acerca do processo que contribuiu para engendrar tal acontecimento. Em termos menos triviais, à oferta constante e pujante da diacronia, ocorrida sobretudo em razão da aceleração do tempo, ocorreu, paralelamente, uma busca pela explicação que levava em conta a sincronia dos acontecimentos. Assim,

[...] Com o axioma da unicidade [dos acontecimentos] não estamos procurando dar vida nova à figura ou individualidade histórica, pois qualquer história contém estruturas formais de retorno e de repetibilidade, condições de longo prazo que ajudam a criar conjunturas semelhantes [...]. Mas o que é novo em cada história não se deixa explicar causalmente. Toda explicação causal parte do fato de que um fenômeno decorre do outro, ou mesmo de fenômenos de outro tipo.<sup>51</sup>

Cumprido ressaltar, pois, que a concatenação do tempo curto (acontecimentos que ocorriam numa velocidade cada vez maior, a partir do século XVIII) com os tempos médio e longo (fatores explicativos que dão sentido às constantes mudanças promovidas pelos acontecimentos cada vez mais velozes) foram recursos gradativamente desenvolvidos e colocados

---

<sup>48</sup> KOSELLECK. *Futuro passado*, p. 181.

<sup>49</sup> \_\_\_\_\_. *Futuro passado*, p. 181.

<sup>50</sup> Não se deve tomar esse processo como algo que abarcou todas as visões teóricas e formas de produção no campo da história. Segundo Burke (1997), uma certa historiografia do século XIX, que ele denomina, panorâmica e genericamente, de “Antigo Regime na Historiografia” – e que teve Leopold Von Ranke como um dos grandes nomes – teria sido criticada pelos *Annales* (a partir de 1929) exatamente em razão de sua apreensão mais estreita da história como acontecimentos políticos, eventuais e que pensavam sobretudo grandes personagens. Com efeito, a visão que se está colocando em destaque, aqui neste artigo, especialmente a partir de Koselleck, é desenvolvida principalmente no âmbito de uma determinada vertente historicista. Nesse sentido, cabe chamar a atenção que, ao abordar a “revolução cultural historicista” o historiador José Carlos Reis afirma que “[...] A história é muito mais importante do que a teoria. As instituições humanas e o vivido humano não são o resultado do cálculo e da razão, mas de um *processo histórico*, independente da vontade consciente dos indivíduos”. In: REIS. *História & Teoria*, p. 209, grifos do autor.

<sup>51</sup> KOSELLECK. *Futuro passado*, p.263.



como premissa seminal à teoria da história. Deve-se sublinhar também que essa forma de pensar o tempo foi sendo desenvolvida e aprimorada no transcurso do século XX, ganhando, com os *Annales*, uma característica mais estrutural que não tinha na referência teórica historicista<sup>52</sup>.

A perspectiva desenvolvida por Koselleck, no livro *Los estratos del tiempo: estudios sobre la historia*, explica como pensar a mencionada concatenação dos tempos. Essa análise do autor não tem o objetivo de expor a forma como se passou a operacionalizar o tempo, no século XIX, mas nos ajuda a compreender alguns dos princípios basilares dessa concatenação temporal que passaram, pouco a pouco, a ser mobilizadas e aprimoradas por historiadores do período.

Segundo esse autor, os acontecimentos inéditos têm como condição primordial de seu surgimento, de sua efetivação, uma estrutura de repetição que lhes reveste e lhes confere um sentido. Desse modo, a singularidade do acontecimento encontra uma condição de possibilidade que é dada por uma estrutura de repetição, que permite a ocorrência dos eventos únicos. Essa estrutura de repetição encontra-se recoberta por dimensões estruturais singulares que lhes dão sentido. Estas estruturas singulares correspondem, pois, às dimensões (planos) estruturais que fazem parte da vida humana (biológica, geológica, cultural, política etc.).

Em síntese, um acontecimento (inédito, singular) deriva da condição de possibilidade provida pelas estruturas de repetição, que, por sua vez, encontram-se conectadas às dimensões estruturais mais amplas que recobrem as estruturas de repetição. Segundo esse historiador dos conceitos, por exemplo, “los actos únicos de habla se apoyan por tanto em la recurrencia del language, que es actualizado uma y outra vez em el momento de hablar y que se modifica a sí mismo lentamente”<sup>53</sup>.

Em termos mais prosaicos, mais triviais, a fala de algo inédito se apoia na recorrência de um padrão linguístico (estrutura de repetição) que, por sua vez, está ancorado numa estrutura mais ampla que é dada pela cultura de um povo ou sociedade, haja vista que a língua é parte do domínio de uma cultura.

[...] Por isso é necessário que se proceda não apenas diacrônica, mas também sincronicamente, que se fundamente não apenas *post eventum* [após o fato acontecido], mas que se mostre também *in evento* [no acontecer] o que aconteceu, e como aconteceu.<sup>54</sup>

---

<sup>52</sup> REIS. **História & Teoria**, p. 203.

<sup>53</sup> KOSELLECK, Reinhart. **Los estratos del tiempo: estudios sobre la historia**. Barcelona: Ediciones Paidés, 2001, p. 263, grifos do autor, p. 38.

<sup>54</sup> KOSELLECK. **Futuro pasado**, p. 263, grifos do autor.



É em razão disso que Koselleck valoriza sobremaneira o que chama de estruturas dinâmicas, pois é por meio dessa ferramenta analítica que se pode perceber os elementos de repetição inscritos no tempo (não só o acontecimento inédito), tornando possível a concatenação entre distintas temporalidades e permitindo ao historiador pensar o acontecimento não somente por meio do que ele expõe, mas o encaixando em um processo temporal que ajuda a tornar a compreensão histórica mais densa.

A interpretação das fontes históricas deve ter por base, portanto, a perspectiva da teoria do tempo histórico, ou seja, deve ser vista como um processo, para que o acontecimento singular ganhe sentido. É nesse caminho que Koselleck chama a atenção para fato de Tucídides ter sido um historiador antigo que teve a capacidade de incorporar a noção de separação entre o que é dito numa sequência de acontecimentos e o discurso, pois primava por pensar o acontecimento não em si (ou por si só), mas fundamentado no que estava por trás desse acontecimento ou do que se pode interpretar numa temporalidade mais longa que configura um processo histórico. Assim,

[...] Cuando un historiador transforma las experiencias sorprendentes – sean de terror o de felicidad – em conocimiento, se ve obligado a proporcionar justificaciones duraderas a medio o largo plazo para la explicación de experiencias únicas. [...] De este modo aparece em el juego de los argumentos la distinción temporal entre singularidade coyuntural y razones a largo alcance, sin la que ninguna historia puede ser conocida.<sup>55</sup>

É em função do que foi exposto que esse historiador dos conceitos afirma que precisamos de uma teoria da história para compreendermos os processos nos quais os eventos se inscrevem. E essas teorias estão reunidas nas obras de historiografia. Dessa forma, é deveras importante registrar que a historiografia é fundamental como suporte que nos transmite um conjunto de proposições “sobre a história como um todo ou mesmo sobre as histórias singulares que não podem ser respondidas de forma satisfatória a partir das fontes”<sup>56</sup>. Dedutivamente, pois, a historiografia pode ser vista como um manancial de conhecimento empírico e teórico profícuo à reflexão do historiador, além de contribuir para uma noção de processo mais alargada, mais bem arquitetada, na medida em que provém conhecimentos que podem servir de base para a compreensão densa dos acontecimentos.

---

<sup>55</sup> KOSELLECK. **Los estratos del tiempo**, pp. 60-61.

<sup>56</sup> KOSELLECK. **Futuro pasado**, p. 187.





Sobre a visão de processo, Hannah Arendt salienta que se trata de uma perspectiva que se desenvolveu com a ciência moderna como um todo. E a história não ficou de fora desse movimento intelectual. Nesse sentido, segundo a pensadora em evidência, as historiografias gregas e romanas tinham em comum a consideração de que os eventos eram uma forma de exemplo do passado e seus significados se impunham por si mesmos.

Em relação ao moderno conceito de história, essa filósofa destaca que uma de suas características mais importantes é a incorporação da noção de processo, que permite ao historiador pensar os acontecimentos a partir de uma totalidade temporal, não pelas causas inscritas no acontecimento em si. Conseqüentemente, “[...] para nossa moderna maneira de pensar nada é significativo em si e por si mesmo, nem mesmo a história e a natureza tomadas cada uma como um todo, e tampouco, decerto, ocorrências particulares na ordem física ou eventos históricos específicos”<sup>57</sup>.

Face ao que foi exposto, pode-se sustentar que tanto a nova forma de experimentar e lidar com o tempo como progresso quanto a constituição do moderno conceito de história são transformações derivadas de uma nova chave cognitiva que se desenvolveu na modernidade histórica (desde o século XVI). É essa chave que fazia com que as pessoas compreendessem sua relação com o tempo de forma diferente. É como se os modernos transitassem da pergunta “o que o tempo pode nos ensinar?” para outra que era “como podemos aprender com o tempo?”.

Ora, o que o tempo pode nos ensinar remete à história mestra da vida, aquela em que os indivíduos se colocam de forma quase que totalmente passiva diante das experiências que têm no tempo, pois os acontecimentos são encarados, vistos e/ou experimentados como exemplares de um passado tradicional. Alude também à importância da natureza como ponto central no conhecimento.

A mudança para a chave cognitiva “como podemos aprender com o tempo” desloca o campo de aprendizagem para as categorias de entendimento humanas e, desse modo, remete à capacidade das pessoas em experimentar o tempo e pensar sobre seus efeitos. Não é demais evidenciar uma expressão mais trivial de Hannah Arendt para explicar a transformação complexa na forma como a nossa ciência moderna passou a estruturar sua forma de pensar. Segundo a filósofa, “[...] Afirmou-se freqüentemente que a Ciência moderna nasceu quando a atenção

---

<sup>57</sup> ARENDT. **Entre o passado e o futuro**, p. 96.



deslocou-se da busca do ‘que’ para a investigação do ‘como’<sup>58</sup>, o que remete à noção de processo como uma chave analítica, cognitiva e heurística relacionada à ciência moderna.

### **Considerações finais**

O tempo, que é uma das chaves mais fundamentais para o historiador, não foi encarado e considerado da mesma forma ao longo da história. Houve, pois, uma transição do antigo para o moderno conceito de história, uma mudança na forma de pensar o tempo e de vivenciá-lo. Crucial nessa transição é a consideração e valorização cada vez maior do tempo que toca a vida humana, o que instaurou, na modernidade Ocidental europeia, um conjunto de possibilidades imensurável e uma complexidade significativa na reflexão sobre o tempo.

Tais mudanças, conforme argumentado, trouxeram alterações na forma como encaramos os acontecimentos da vida e na maneira como produzimos a história (narrativa sobre os acontecimentos). Ambos os impactos (na vida e na história como narrativa) foram pontuados anteriormente. Por isso, convém encerrar este trabalho abordando especificamente a dimensão da história como conhecimento e narrativa sobre o passado.

Em face do exposto, podem ser destacadas, pelo menos, duas transformações importantes na forma de elaboração do conhecimento histórico: a primeira remete a uma nova concepção de história, que se distancia da natureza e o tempo se torna, paulatinamente, uma chave crucial para compreender efetivamente a vida humana em sociedade. A segunda mudança alude à elaboração do conhecimento histórico, pois a aceleração do tempo tornou os historiadores conscientes de que as transformações acentuadas na vida humana também geravam reflexos na produção do conhecimento histórico. Consequentemente, passou-se a entender que não somente o historiador (como indivíduo) tem uma perspectiva sobre a história, mas também as condições de produção de um conhecimento estão ancoradas numa possibilidade que é oferecida pelo tempo ou pelo período em que tal conhecimento está sendo produzido.

As lições que essas transformações gerais na forma de produção do conhecimento histórico podem proporcionar ao historiador (iniciante ou não), especificamente em seu ofício, são múltiplas e complexas. Por isso, cabe finalizar com uma consideração que remete à posição do historiador em seu trabalho de pesquisa, além de ter relação com a forma como pensamos sobre tal posição.

---

<sup>58</sup> ARENDT. *Entre o passado e o futuro*, p. 88.



Deve-se sublinhar, nesse sentido, que, desde a modernidade Ocidental europeia, a pesquisa histórica tem reflexionado cada vez mais acerca do tempo como algo importante na vida pessoal dos historiadores e na vida coletiva que os envolve. Destarte, pode-se afirmar que a consciência que temos acerca da experiência temporal do historiador é, a partir do período mencionado, um elemento que permeia o processo de desenvolvimento da pesquisa no campo da história. Logo, deduz-se, por conseguinte, que se trata de algo que deve efetivamente ser levado em conta na análise que os historiadores fazem sobre a escrita da história.

Portanto, diante dos pensadores mobilizados na composição deste artigo, cumpre reiterar que é possível perceber que a problematização acerca do papel do historiador no processo de desenvolvimento de uma pesquisa, bem como sobre as condições gerais que revestem seu tempo, tornaram-se fatores cada vez mais importantes para a historiografia, desde o período em voga. Talvez, essa possa ser uma máxima a ser extraída desse trabalho. A palavra talvez é propositalmente usada aqui porque, dada a profundidade e densidade das ideias contidas nas teses dos eminentes autores mobilizados, o leitor pode também formular a sua máxima.



# A obra *Songe du Vieux Pèlerin* de Philippe de Mézières e sua proposta de reforma da cavalaria francesa na Baixa Idade Média

La obra *Songe du Vieux Pèlerin* de Philippe de Mézières  
y su propuesta de reforma de la caballería francesa  
en la Baja Edad Media

**Carmem Lúcia Druciak**  
Doutoranda em História  
Universidade Federal do Paraná  
carmem.druciak@gmail.com

**Recebido em:** 04/04/2017

**Aprovado em:** 13/05/2017

**RESUMO:** Este artigo pretende mostrar de que forma Philippe de Mézières, cavaleiro e homem de letras, compôs sua obra *Songe du Vieux Pèlerin*, no final do século XIV, na França, como um espelho de príncipes ao jovem rei Charles VI. Para isso, pautaremos nossas considerações em balizas da História da Cultura como as práticas e as representações. O aspecto de sua obra de que nos ocupamos neste trabalho diz respeito à sua proposta de reforma da cavalaria com base nos valores das cruzadas e no desempenho militar visando ao bem comum do reino francês. Ainda que Philippe de Mézières tenha se servido de valores de um passado que exaltava as ordens de cavalaria e as cruzadas, veremos que sua proposta avançava para além disso, colocando como essenciais características que foram importantes para a constituição dos exércitos nos séculos que se seguiram.

**PALAVRAS-CHAVE:** Philippe de Mézières, Cavalaria francesa, Bem comum.

**RESUMEN:** Este artículo tiene como objetivo mostrar cómo Philippe de Mézières, caballero y hombre de letras, compuso su obra *Songe du Vieux Pèlerin* a finales del siglo XIV, en Francia, como un espejo de príncipes al joven rey Charles VI. Para ello, basamos nuestras consideraciones en la Historia de la Cultura, es decir, en las prácticas y representaciones. El aspecto de su obra que nos preocupa en este artículo, se refiere a su propuesta de reforma de caballería basada en los valores cruzados y desempeño militar para el bien común del reino francés. Aunque Philippe de Mézières ha servido hasta valores de un pasado que ensalzó las órdenes de caballería, su propuesta progresó más, posando como valores fundamentales que han ayudado a apoyar la formación de los ejércitos en los siglos que siguieron.

**PALABRAS-CLAVE:** Philippe de Mézières, Caballería francesa, Bien común.



## Introdução

Homem de saber e de ação, ávido defensor das cruzadas, Philippe de Mézières (1327-1405) foi um homem atento aos acontecimentos de seu tempo. Escreveu abundantemente sobre o que se passava nas cortes onde atuou de modo a nos fazer pensar sobre o quanto buscou influenciar seus senhores com seus escritos. Para Mézières, a espada certamente foi uma arma que lhe incitou reflexões que são caras para este trabalho: sua concepção de cavalaria, ou seja, que características o homem de saber atribuía para tal grupo de guerreiros? O que representavam naquela sociedade, segundo Philippe de Mézières, e quais seriam suas funções e valores no seio daquela sociedade? E como atuavam esses homens, ou melhor, qual diagnóstico o letrado dava dessa cavalaria? Veremos como o letrado avaliava esse corpo militar na França do final do século XIV, a ponto de compor um espelho de príncipe ao jovem rei Charles VI (1380-1422), propondo nele uma reforma com base nos valores das cruzadas e no desempenho militar visando ao bem comum do reino francês.

As noções de práticas e representações da História da Cultura fundamentam a abordagem que fazemos da obra de Philippe de Mézières aqui estudada. Entendemos que ao observar a cultura letrada que era produzida na corte francesa da Baixa Idade Média, podemos tecer considerações sobre os temas trabalhados por homens e mulheres de letras em suas práticas discursivas, bem como sobre a recepção de tais escritos e o que neles o público via representado. Dessa forma nos interessamos “pelos sujeitos e receptores de cultura – o que abarca tanto a função social dos ‘intelectuais’ [...] até o público receptor, o leitor comum, ou as massas [...]”<sup>1</sup>. A organização da obra e as inovações que ela apresenta serão analisadas com o objetivo de melhor compreender a prática discursiva de Philippe de Mézières e de observar de que maneira sua visão de mundo referente ao papel da cavalaria na corte de Charles VI foi colocada na obra *Songe du Vieux Pèlerin*. Para isso, veremos, por exemplo, qual gênero textual e quais figuras de linguagem o letrado empregou para alcançar a atenção de seu público precípuo, o rei e sua corte.

Parece-nos lícito observar, antes de detalhes biográficos, de que forma Philippe de Mézières caracterizava a cavalaria por ele proposta. Segundo seu entendimento, seria um grupo definido em constante prontidão, formado por indivíduos que tinham um denominador comum, um objetivo único de existência: assegurar o bem comum de toda a cristandade, usando de suas

---

<sup>1</sup> BARROS, José D’Assunção. **O campo da história: especialidades e abordagens**. 7. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010, p. 61.



armas e táticas de guerra para essa tarefa. Aliás, essa era a proposta de cavalaria que Mézières oferecia a Charles VI, com o intuito de uniformizar a conduta de seus membros, até então diverso, em benefício do reino, com “objetivos mais utilitários”<sup>2</sup>.

Aqui cabe igualmente um rápido esclarecimento, conforme nossas leituras, sobre o que Philippe de Mézières concebia como bem comum, bem público ou coisa pública, que hoje poderia designar o que chamamos de bem-estar social e espiritual, guardada as diferenças cronológicas. Mézières absorveu, provavelmente, o conceito contido nas obras de Tomás de Aquino, em que o dominicano trata do bem comum como algo a ser buscado em favor da multidão, favorecendo o indivíduo conseqüentemente, pois “aquilo que é próprio divide, o que é comum une”, conforme a obra *De Regimine Principum*.<sup>3</sup> É justamente o anseio pela união de toda a cristandade e de todos os seres, fiéis e infiéis, demonstrado por Mézières, que nos faz ligá-lo dessa forma ao conceito tomista. Além da unidade, para Mézières quatro pilares estariam na base do bem comum: a paz, a verdade, a justiça e a misericórdia que, personificadas em rainhas, tecem um parecer moral sobre a situação do reino e nomeiam quatro das casas do jogo de xadrez, símbolo usado por Philippe de Mézières na instrução de Charles VI, como veremos mais adiante. Ademais, era o rei quem primeiro deveria zelar pelo bem comum, evitando primar por seus próprios interesses:

Caro filho, jovem Moisés, diz a rainha, como dissemos várias vezes, tu és o servidor dos habitantes do reino da Gália e dos súditos da coroa da França e, enquanto verdadeiro servidor, tu deves procurar o bem público de teus súditos muito mais do que o bem particular da tua real majestade. Lembra-te da grande caridade de teu ancestral simbólico, Moisés, o amigo de Deus que para o bem do povo de Israel, do qual era servidor, pediu a Deus para apagá-lo do Livro da Vida<sup>4</sup>.

### **A dupla carreira de Philippe de Mézières**

Mas quem foi esse intelectual que, conselheiro de sete soberanos cristãos tanto do Oriente quanto do Ocidente, percorreu o continente ora lutando, ora cumprindo tarefas diplomáticas? Philippe de Mézières nasceu em 1327 em Amiens, na Picardia, região norte da

---

<sup>2</sup> FLORI, Jean. **A cavalaria**. A origem dos nobres guerreiros da Idade Média. Trad. Eni Tenório dos Santos. São Paulo: Madras, 2005, p. 183.

<sup>3</sup> PEDRERO-SANCHÉZ, Maria Guadalupe. **História da Idade Média**: textos e testemunhas. São Paulo: Ed. UNESP, 2000, p. 213.

<sup>4</sup> “Cher fils, jeune Moïse, dit la reine, comme on l’a souvent dit, tu es le ministre des habitants du royaume de Gaille et des sujets de la couronne de France et, en tant que vrai ministre, tu dois rechercher le bien public de tes sujets bien plus que le bien particulier de ta royale majesté. Souviens-toi de la grande charité de ton ancêtre symbolique, Moïse, l’ami de Dieu, qui pour le bien du peuple d’Israël, dont il était le ministre, demanda à Dieu de l’effacer du Livre de Vie”. Cf: MÉZIÈRES, Philippe. **Songe du Vieux Pèlerin**. Traduit de l’ancien français par Joël Blanchard. Paris: Agora, Pocket, 2008, p. 844-845. As traduções das referências em língua estrangeira no original são de nossa autoria.



França, em uma família de tradição guerreira que em 1345 o enviou à Itália para se submeter a uma formação nas armas. Já no ano seguinte, o jovem se engajou na expedição militar e religiosa de Humberto II, delfim de Viennois (1333-1349), partindo de Veneza em direção a Esmirna<sup>5</sup>, hoje província da Turquia. Seria um dos acontecimentos importantes e definidores da carreira de Mézières, visto que foi armado cavaleiro após a batalha e também porque ali fez os primeiros contatos com a família Lusignan, do então rei de Chipre, Hugo IV (1324-1358). Após essa expedição, Mézières foi à Terra Santa, sem deixar de atender à família real de Chipre, colocando-os sempre a par de suas intenções de cruzada. Supõe-se igualmente que entre os anos de 1354 e 1357, Mézières tenha estado na França, na Universidade de Paris, mais precisamente. Em 1358, o sucessor e filho do rei cipriota, Pedro de Trípoli (1358-1369), ao assumir o trono, nomeou Mézières seu chanceler e juntos empreenderam percorrer os reinos da cristandade em busca de apoio para seus intentos de guerra santa. Todavia a Guerra dos Cem Anos (1337-1453) impediu que o rei francês, Jean II Le Bon (1350-1364), por exemplo, fizesse parte de um contingente em direção à Jerusalém, o que fez com que o sonho de cruzada de Pedro e de Philippe de Mézières fosse adiado.

Como estava no âmago de Mézières seu caráter de peregrino, característica que marcou de forma absoluta seus escritos, datam desse tempo, muito provavelmente, os elementos de que se serviu para redigir as regras de uma nova ordem de cavalaria, a Cavalaria da Paixão de Jesus Cristo (*Nova Passionis religio*). As primeiras redações dessa obra datam de 1368 e vão até 1396, quando o próprio Mézières traduz o texto do latim para o francês, intitulando-o *Chevalerie de la Passion*. Nesse texto, o intelectual recupera os princípios de uma ordem pautada sobretudo na condição devota de um guerreiro que se quer cavaleiro da fé católica cuja missão se daria em forma de cruzada, pois tratava-se de uma guerra santa em favor do Cristo, sendo o cavaleiro seu imitador. Nesse contexto, Jerusalém e os lugares santos seriam o destino final de uma peregrinação empreendida pelo cavaleiro. Outra produção desse período é a obra objeto deste artigo, *Songe du Vieux Pèlerin*, redigida em francês entre 1386 e 1389, que pautada sobre as reflexões anteriores de Philippe de Mézières com relação à *Nova Passionis religio*, avançou sobre o campo político, constituindo-se em espelho de príncipe para Charles VI a quem foi dedicada.

---

<sup>5</sup> Essa expedição, aos anseios de cruzada, era a segunda na intenção de atender ao apelo do papa Clemente VI conforme a bula publicada em 30 de setembro de 1343, chamada de *Insurgentibus contra fidem*, cujo objetivo era impedir o levante turco na Ásia Menor Cf: CONTAMINE, Philippe. *Croisade, réformation religieuse, politique et morale de la chrétienté au XIVe siècle* : Philippe de Mézières. **Mélanges de l'École française de Rome – Italie et Méditerranée modernes et contemporaines**, 124-1, Roma, 2012. Disponível em: <http://mefrim.revues.org/138>. Acesso em: 17 de março de 2017.



Serão os pensamentos inseridos nessa obra o objeto deste trabalho, visto que na obra *Songe Mézières* tece suas considerações, sob forma de regras, a respeito da conduta do homem de armas digno de compor a cavalaria francesa, sugerindo que houvesse uma reforma da cavalaria que ora atuava na França.

Em 1365, o rei de Chipre e seu chanceler chegaram a reunir reforços para a tomada de Alexandria, mas o intento de cruzada não se realizaria totalmente. Como Pedro I foi assassinado em 1369 em Chipre, Philippe de Mézières se refugiou em Veneza, onde se “consagrou à instauração no Ocidente de uma festa, que era uma das mais importantes da Igreja grega: a festa da Apresentação da Virgem Maria no Templo”<sup>6</sup>. Apesar da morte do monarca, Mézières continuou a prestar serviços àquela corte, agora sob o reinado de Pedro II (1369-1382) que o enviou ao papa em Avignon como embaixador. Desse período, data a aproximação de Philippe de Mézières da corte francesa, já que em 1373 Charles V (1364-1380) requisitou a presença do letrado como conselheiro, o que legitima sua carreira de homem de saber. Ademais, Charles V lhe legou a instrução de seu filho e futuro sucessor Charles VI. Era o momento em que Philippe de Mézières trocava em definitivo a espada pela pena.

Segundo Jacques Verger, Philippe de Mézières não teve uma formação comparável a outros homens e mulheres de saber da Baixa Idade Média, como muitos dos escritores e tradutores que estiveram a serviço da coroa francesa nesse período, pois possuía uma “cultura de cavaleiro autodidata” e não teria contribuído de fato, através de seus escritos, com os esforços de propaganda empreendidos pelos príncipes daquela época. Ainda assim, é importante a sua participação na corte de Charles V como conselheiro, visto que participar de tal privança era “um dado fundamental da vida pública” constituindo-se tal conselho como “organismo de deliberação política por excelência no seio do qual eram tomadas, pelo rei e pelo conselho, as decisões mais importantes”<sup>7</sup>. A historiadora francesa, Claude Gauvard, afirma que Philippe de Mézières fez parte do grupo de conselheiros, chamado posteriormente de *Marmousets*, e que auxiliou Charles VI a retomar as rédeas do reino ora nas mãos dos tios, em 1388. Ela sustenta ainda que o objetivo desses conselheiros era de se “constituir em um corpo para governar em obediência ao rei [...] compartilhando do mesmo ideal político [...]. Nascendo assim, graças a eles, o estatuto da

---

<sup>6</sup> LEFÈVRE, Sylvie. Philippe de Mézières. In: HASENOHR, Geneviève; ZINK, Michel (org.). **Dictionnaire des Lettres Françaises: Le Moyen Âge**. Paris : Le Livre de Poche, La Pochothèque, 1992, p. 1144.

<sup>7</sup> VERGER, Jacques. **Homens e Saber na Idade Média**. Tradução Carlota Boto. Bauru, SP: EDUSC, 1999, p. 173-183.





função pública”<sup>8</sup>. O grupo foi afastado do poder quando das primeiras evidências de insanidade de Charles VI, a partir de 1392.

Poderíamos, talvez, assinalar que, assim como seu status de conselheiro veio a ser transformado em função pública, como sugere a historiadora, Philippe de Mézières tenha tido uma noção semelhante com relação à função de cavaleiro. De onde seu esforço em mostrar ao rei Charles VI a importância de estar atento a esse corpo militar e sua conduta, como apontamos nas linhas seguintes.

### **O sonho do velho peregrino Philippe de Mézières**

Durante o tempo em que sustentou uma atuação pública junto aos monarcas da cristandade, Mézières alimentou seus sonhos de cruzada para reconquistar Jerusalém e os lugares santos, então, após o cisma da Igreja latina, tornou-se seu objetivo maior reuni-la novamente. Para isso, deveria contar com o apoio dos dois principais reinos daquele contexto ocidental, França e Inglaterra. Havia, no entanto, o problema da menoridade dos príncipes.<sup>9</sup> Tal situação favoreceu um período longo de tréguas nas batalhas da Guerra dos Cem Anos. Philippe de Mézières então ganhou tempo para debruçar-se sobre a redação da obra *Songe du Vieux Pèlerin*, dedicado a Charles VI, a quem se dirige na obra como a maior de suas esperanças ao restabelecimento da paz desejada, uma das premissas para a manutenção do bem comum.

Vejamos alguns elementos essenciais da obra de Mézières. A obra se inicia com o sonho<sup>10</sup> do Velho Peregrino, solitário em sua cela no convento dos Celestinos, onde o letrado se retirou no fim de sua vida. Esse sonho estrutura toda a obra, que composta sob forma alegórica, apresenta os personagens Ardente Desejo e sua irmã Boa Esperança, figuras que designam o próprio Philippe de Mézières, guiando as damas ou rainhas:

Verdade, Paz, Justiça e Misericórdia pelo mundo, para que examinem o estado moral e espiritual dos reinos e encontrem um lugar propício para forjar *les bons besants* [talentos, virtudes e boas obras] expulsos do mundo pela falsa moeda das hipocrisias de toda espécie. O fim da viagem será na França, onde as Virtudes

---

<sup>8</sup> GAUVARD, Claude. **Le temps des Valois** 1328-1515. Paris: PUF, 2013, p. 97-98.

<sup>9</sup> Na França, Charles VI havia subido ao trono, após a morte do pai em 1380, aos doze anos, o que acarretou na regência dos tios, os duques de Berry, de Anjou e de Borgogne. Já na Inglaterra, o rei inglês, Ricardo II havia sido coroado em 1377, com a idade de 10 anos.

<sup>10</sup> O sonho para Philippe não detinha em si o caráter transgressor ou pagão rechaçado ao longo de vários séculos pela Igreja, ao contrário, era um modo de estar em contato com a revelação de Deus, ou seja, a verdade, sem jamais lançar mão da astrologia. Também não há no sonho de Philippe a predição do futuro, mas uma constatação de realidade acompanhada de uma advertência. Segundo Jacques Le Goff, o sonho tornou-se “um dos motores da criação literária [...] Ele é ao mesmo tempo a ressurgência de uma prática muito antiga e a afirmação da nova autonomia da criação artística”. Cf: LE GOFF, Jacques. Sonhos. In: LE GOFF, J., SCHMITT, J.-C. (org.). **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**, vol. II Bauru, SP: EDUSC, 2006, p. 524.



conferem a Charles VI, o jovem Cervo voador, um tratado de governo pelo viés do jogo de xadrez.<sup>11</sup> [grifo nosso]

Esse pequeno resumo nos permite atentar para pontos bastante relevantes da obra *Songe* de Philippe de Mézières. Primeiramente, a forma alegórica, cabendo aqui fazer algumas pontuações sobre o que seria tal gênero na tardo-medievalidade. Tratava-se de um estilo de exposição literária e não interpretação, sendo uma forma de apresentar uma visão de mundo, usando a personificação e os símbolos sem necessariamente situá-los no tempo. E em “tal perspectiva, a alegoria, ultrapassando a singularidade do acontecimento e do sentimento, pod[ia] esperar designar a verdade”<sup>12</sup>.

Em segundo lugar, a forja como método usado pelas virtudes para reformar a cristandade: além de ser um local onde materiais metálicos são trabalhados e transformados, a forja também remete à alquimia, uma forma de medicina que, para Mézières, seria mais nobre que a rechaçada astrologia. Certamente, além desse caráter mais prático da forja, a figura de linguagem é interessante também por referir-se ao aspecto de fazer surgir, de fabricar algo que antes não havia ou, como no caso, algo que havia se perdido nos reinos cristãos. Para Mézières, a pedra filosofal é o próprio Jesus Cristo e a forja das damas que personificavam as virtudes são “as boas obras da Igreja de Deus e a santa religião católica”.

Prosseguindo, um outro aspecto, ainda ligado à forja é o uso das moedas ou talentos como símbolos das boas obras e virtudes que o homem pode expressar, são as virtudes divinas, naturais e morais. Ora, Philippe de Mézières trabalha muito bem, ao longo de toda a obra princípios financeiros muito provavelmente aprendidos em Veneza, como por exemplo, um sistema bancário que favoreceria tanto os mercadores, representando o povo, quanto o rei, “uma mesa de câmbio chamada de *banco do comum*”<sup>13</sup>. Há que se reconhecer que, ao falar dos impostos e da crueldade monetária a que a população era submetida, o letrado critica severamente a prática usual das monarquias daquela época, oferecendo em contrapartida um outro caminho para a gerência dos recursos financeiros disponíveis, sempre em benefício do bem comum.

Finalmente, o jogo de xadrez, e seria a introdução dessa figura a grande novidade apresentada na obra *Songe*. Por esse viés, Philippe de Mézières reuniria o “modelo vetero-

---

<sup>11</sup> LEFÈVRE, Sylvie. Philippe de Mézières. In : HASENOHR ; ZINK (org.). **Dictionnaire des Lettres Françaises**, p. 1144.

<sup>12</sup> POIRION, Daniel. Allégorie. In : FAVIER, Jean; MARTIN, Henri (org.). **Dictionnaire du Moyen Âge: Littérature et Philosophie**, Paris: Encyclopédia Universalis, Albin Michel, 1999, p. 44.

<sup>13</sup> “Une table de change nommée *la banque du commun*”. Cf: MÉZIÈRES. **Songe du Vieux Pèlerin**, 2008, p. 387.



testamentário e a intenção reformadora”<sup>14</sup>, já que Charles VI, destino final do texto, é apresentado também como Moisés, entre outras alegorias, tais como Cervo voador, Falcão branco, grande Mestre, grande Jardineiro e grande Mercador. Mézières apresenta o jovem soberano com tais nomes segundo o tema que trabalha nos capítulos da obra, conforme o princípio que quer ensinar ao jovem rei. Como Moisés, recebedor das tábuas da lei, Charles VI é o recebedor dos ensinamentos das virtudes, muito embora deva saber igualmente jogar com as peças de xadrez no grande tabuleiro, devendo antes de tudo agir, sem deixar de observar o que cada casa significa. Ademais, para Mézières, o jogo representa a sociedade e o que conta na verdade são as casas percorridas, não exatamente as peças tomadas. Além disso, no centro do tabuleiro há uma cruz, representando o espírito da reforma proposta por Mézières cujo fim é o Cristo.

Para alargar ainda mais a compreensão da obra de Philippe de Mézières, é válido salientar o quão didático o intelectual foi ao compor a obra *Songe*. Para isso, vejamos alguns detalhes sobre a organização da obra.

A obra *Songe* é composto de um prólogo em que o autor se remete à parábola dos talentos, presente nos Evangelhos; declara assistir ao jovem Charles VI, segundo o que lhe havia pedido a Divina Providência, e resume o conteúdo dos três livros da obra. A isso seguem uma lista com o significado de cada alegoria, bem como o conteúdo dos três livros, sempre divididos em capítulos. Não há um epílogo propriamente dito, no entanto, as virtudes concluem seus ensinamentos, nos últimos capítulos do terceiro livro, com considerações finais nada otimistas e o Velho Peregrino é despertado do sonho para ser consolado pela mesma Providência Divina do início.

No segundo livro, Philippe de Mézières também apresenta uma interpretação sua a respeito da hierarquia que organizava a sociedade daquele contexto, e a inovação de tal conteúdo está em problematizar as três ordens em quatro hierarquias: a primeira, representada pela Igreja; a segunda pela nobreza (príncipes e cavaleiros); a terceira pelos homens da lei, e a quarta hierarquia, pelo povo. Essa apresentação em hierarquias é principalmente uma evocação do Pseudo-Dionísio, o Areopagita (séc.V).<sup>15</sup>

---

<sup>14</sup> BLANCHARD, Joël. Avant-propos. In: MÉZIÈRES. *Songe du Vieux Pèlerin*, 2008, p. 41.

<sup>15</sup> A obra do neoplatônico cristão, atuante na Síria ao final do século V, chamado de Pseudo-Dionísio, o Areopagita, tornou-se conhecida no século VIII e foi traduzida por Jean Scot Érigène (século IX) no ano de 840 cuja versão teve amplo sucesso sendo retomada por nomes como Fulbert de Chartres (970-1028), Adalberão de Laon (fim do séc. X-1030) e Tomás de Aquino (1224-1274), ver BLANCHARD, Joël. Les hiérarchies de l'honneur. Avatars d'une grille



Georges Duby, ao realizar sua análise sobre as três ordens na Idade Média, retoma em dado momento as palavras de Adalberão de Laon sobre a organização ternária dos grupos que compuseram a Igreja de Deus no mundo, segundo a visão do bispo: os *oratores*, os *bellatores* e os *laboratores*. Visão bem difundida nos estudos sociais sobre a Idade Média. Todavia, o mesmo Duby aquiesce que a sociedade estava sofrendo transformações e apresentava forte diversificação, principalmente na camada dos trabalhadores, fenômeno devido à urbanização que colocava as cidades como eixo da “riqueza, do poder e das criações do espírito”. Fenômeno que nos informa igualmente sobre a “laicização de um grande número de valores e de imagens. É um fato que os principais focos de criação escapam progressivamente à tutela da Igreja e se deslocam para as cortes dos príncipes”<sup>16</sup>. Entendemos assim, que Philippe de Mézières estava atento a essas transições, bem como seguro de seu papel de preceptor.

Portanto, Philippe de Mézières pode servir de claro exemplo de tal transformação, embora seu intento fosse o de fazer convergir novamente à Igreja uma sociedade que se lhe escapava:

Essa prática nova em busca da reforma do mundo será escrita e mostrada a todas as gerações de fiéis e infiéis [...]. A rainha Verdade, em companhia das três damas já evocadas, Paz, Misericórdia e Justiça que, segundo os teus escritos, Ardente Desejo, são indispensáveis em tua peregrinação para o verdadeiro comércio e para a fabricação das puras boas obras[...], [oferecem] novamente sua moeda ao mundo inteiro, particularmente ao Branco Falcão de bico e patas dourados e ao reino da Gália.<sup>17</sup>

Philippe ainda atribui parte dos males por que passava a cristandade à hierarquia que acrescenta ao modelo ternário: os agentes da lei. Mézières se refere a eles, como os que, visando a auxiliar o rei em sua virtude da justiça, haviam corrompido o funcionamento dos reinos, tanto juridicamente quanto economicamente, deturpando essa virtude. De onde o sistema bancário de Veneza, na opinião de Mézières, proteger o povo permitindo que ele próprio gerenciasse suas economias. Seriam esses agentes, advogados, escrivães, procuradores, tesoureiros e oficiais do reino. Sobre sua má influência, o autor afirma que:

---

conceptuelle à la fin du Moyen Âge : Mézières et le Pseudo-Denys. *Revue historique*, n° 648, 2008/4, p. 789-817. Disponível em: [www.cairn.info](http://www.cairn.info). Acesso em: 2 de abril de 2017. Sobre o tema, ver DUBY, Georges. **As três ordens ou o imaginário do feudalismo**. Trad. Maria Helena Costa Dias. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

<sup>16</sup> DUBY, Georges. **Sociedades Medievais** – Lição inaugural proferida no Collège de France, em 4 de dezembro de 1970. Tradução de Augusto Joaquim. Lisboa: Terramar, 1999, p. 36;45.

<sup>17</sup> “Cette pratique nouvelle en vue de la réforme du monde sera écrite et montrée à toutes les générations de fidèles et infidèles [...]. La reine Vérité, en compagnie des trois dames déjà évoquées, Paix, Miséricorde et Justice, qui, selon tes écrits, Ardent Désir, sont indispensables dans ton pèlerinage pour le véritable commerce et la fabrication des purs besants [...], offrir à nouveau leur monnaie au monde entier, particulièrement au Blanc Faucon au bec et aux pattes dorés et au royaume de Gaule”. Cf. MÉZIÈRES. **Songe du Vieux Pèlerin**, 2008, p. 103.



os reis e os príncipes do reino estão enfeitiçados por tais oficiais e mestres de suas finanças, eles que aceitam ter o olhar envolvido pela pena de tais oficiais em todo instante, tanto no inverno quanto no verão, para o verdadeiro prejuízo da coisa pública e da majestade real. Eis o que se passa com a pobre cavalaria e com o povo da França.<sup>18</sup>

As outras três hierarquias, na exposição de Philippe de Mézières, manter-se-iam *grosso modo* da mesma forma como a apresentada pelas leituras posteriores do Pseudo-Dionísio, embora à figura do rei, Mézières atribuísse grande responsabilidade no bom funcionamento da coisa pública.

Como responsável pela reforma da cristandade, Charles VI deveria saber jogar e bem com as peças do xadrez, não permitindo, por exemplo, que a “pobre cavalaria” da França fosse prejudicada, ao contrário, que ela servisse ao rei de forma eficaz no restabelecimento do bem comum. Mas a qual cavalaria se refere Mézières? E quem eram seus membros? No tabuleiro de xadrez, que aparece no terceiro livro, estão as casas referentes a guerra, a pagamento aos homens de armas, bem como a promoções dos oficiais. Há, da mesma forma, a casa que trata da paz com a Inglaterra, um dos meios a ser alcançados para o fim maior: a união de toda a cristandade. Pois bem, acreditamos que Philippe de Mézières concebia a cavalaria, tal como a conceituava Raimundo Lúlio no século XIII ou bem antes dele, Vegécio (fim do séc. IV-início do séc. V), citado aliás na obra *Songe*. Seria um grupo composto por cavaleiros cujo ofício era “manter e defender o seu senhor terreno, pois nem rei, nem príncipe, nem alto barão poder[iam], sem ajuda, manter a justiça entre as suas gentes”<sup>19</sup>. Dessa forma, vejamos quais seriam as características que poderiam moldar um perfeito cavaleiro disposto a servir Charles VI em sua empreitada? É o que veremos nas linhas a seguir.

### **O cavaleiro digno da cavalaria**

Para bem atuar no jogo de xadrez, Charles VI deveria ser auxiliado por homens de armas, tenentes e capitães que observassem quinze regras essenciais. Essas regras seriam impostas a todos aqueles a quem era conferida a ordem da cavalaria, sendo o objetivo comum do grupo o cumprimento de todas elas. Sobre isso, Philippe de Mézières discorre no segundo livro, ao falar da segunda hierarquia, sobre a qual deveria reinar “a virtude moral” acima de tudo. Cada regra é

---

<sup>18</sup> “Le roi et les princes du royaume sont envoûtés par de tels officiers et maîtres de leurs finances, eux qui acceptent d’avoir les yeux frottés par la plume de semblables officiers à tout moment, hiver comme été, au réel préjudice de la chose publique et de la majesté royale. Voilà ce qu’il en est de la pauvre chevalerie et du peuple de France”. Cf.: MÉZIERES. *Songe du Vieux Pèlerin*, 2008, p. 386.

<sup>19</sup> LLULL, Ramon. *O Livro da Ordem da Cavalaria*. Tradução Ricardo da Costa. Disponível em: <http://www.ricardocosta.com/traducoes/textos/o-livro-da-ordem-de-cavalaria-c1274-1276>. Acesso em: 12 de março 2017.



ilustrada com exemplos bíblicos e históricos da antiguidade, da alta Idade Média e da contemporaneidade do autor, proporcionando uma leitura fluida e bastante interessante. Claro, devemos observar que, se o letrado elencava essas regras como essenciais à cavalaria, muito provavelmente a realidade era bem diferente, até mesmo contrária.

Como defensor ardente da fé católica, Mézières coloca, como primeira regra a ser observada, justamente o respeito e a observância da “santa religião católica”. Ao cumpri-la, o cavaleiro estaria apto a prosseguir com as tarefas designadas pelo seu senhor, bem como propenso a executar as duas regras seguintes: dizer a verdade (em palavras e escritos) e exercer a justiça, duas virtudes essenciais para evitar prejuízos ao bem comum e garantir a vitória nos combates.

Da quarta até a décima quinta regra, Philippe de Mézières elenca uma série de comportamentos que os cavaleiros deveriam manter em campo de batalha, discorrendo sobre atitudes bem práticas do cotidiano das tropas e que o capitão das mesmas deveria assegurar. Podemos organizar essas regras da seguinte forma: regras referentes a recursos (bélicos e financeiros) – o capitão deveria separar  $\frac{1}{3}$  de suas finanças ao pagamento de espíões; estar bem provido de armas e equipamentos; dar o dízimo à igreja e compartilhar o butim de modo a motivar a combatividade dos homens de armas – evitando sempre a avareza; regras sobre profissionais de outras áreas – as tropas deveriam dispor de doutores versados em direito civil e canônico junto a seus homens, resolvendo assim eventuais problemas ligados às leis; cuidar dos soldados doentes e feridos acompanhando-os com a ajuda de médicos, não recorrendo à astrologia – realizando o devido pagamento a esses homens de saber. Outras regras se remetem ao trato das tropas – o capitão deveria dar de comer aos homens, evitando banquetes exagerados, ou seja, “ser moderadamente generoso”; passar as tropas em revista, evitando “soldados fantasmas”; evitar excessos (comidas, bebidas, luxos e jogos). Já duas regras se aplicam aos cuidados para com os inimigos – o capitão das tropas deveria sempre proteger as informações concernentes a suas hostes, evitando que os inimigos tomassem conhecimento de quaisquer coisas, podendo usar de códigos de linguagem para proteção de dados; ele deveria igualmente evitar as desconfianças e suspeitas de traição, estando sempre acompanhado de alguns de seus homens quando das entrevistas com os inimigos.

Duas outras regras chamam a atenção por tratarem da relação dos homens de armas com a população durante os combates e as campanhas. A décima terceira regra garante aos



comerciantes e “àqueles que vão e vem” direito a ter a passagem protegida por escolta específica, a fim de bem garantir suas vidas, assim como assegurar o aprovisionamento das tropas.

Já a décima segunda regra versa sobre a proteção aos bens e à integridade física dos indivíduos do povo, portanto o capitão jamais deveria reclamar a paga de impostos, tributos ou gabela que não fosse por ordem do rei. Além disso, Mézières diz que os cavaleiros e homens de armas deveriam cuidar para não realizar pilhagens, roubos e muito menos violência física, principalmente contra as crianças e contra as mulheres, que “deveriam ser protegidas como se fossem as irmãs de seus comandantes”. Esses homens deveriam proceder da mesma forma para com as igrejas e seus servos. O discurso de Mézières nesses trechos nos remete a outro homem de letras da tardo-medievalidade, Honoré Bovet (1345-1405), cuja obra *Árvore das batalhas* trata de direito de guerra. Ambos conferem à população em geral, isto é, aos *oratores* e *laboratores*, direitos ligados à vida, a ser preservada acima de qualquer interesse.<sup>20</sup>

Philippe de Mézières arremata o elenco das quinze regras afirmando que, se assim procedessem os capitães e cavaleiros, seria forjada “uma boa moeda para o bem e a honra do rei, das gentes de armas e do povo”, pois ele bem sabia, como podemos observar nos trechos que seguem, que tais regras não eram praticadas e que “uma cavalaria mal-educada” era responsável por muitos males.

O que dizer do pobre povo da França, batido, morto, devorado, taxado não somente pelo inimigo, mas, o que é pior, por sua própria cavalaria? [...]. Os pobres homens são batidos e torturados, as mulheres desonradas, as virgens forçadas em público e violentadas, tudo como infração às regras da verdadeira cavalaria descritas acima nas quinze regras dos valentes capitães [...]. Por causa dessa prática excessiva de castigo do povo e crueldade de que dá provas essa cavalaria, sem mencionar o erro para com a religião e para com a caridade que disso derivam, grandes males surgem a ponto de ser difícil repará-los antes que se passe muito tempo<sup>21</sup>.

Cabe salientar que Philippe de Mézières parece ser bastante consciente das categorias de pessoas que poderiam formar a cavalaria. Segundo sua explanação, podemos entender que, por cavalaria, Mézières concebia um corpo militar regular encarregado da defesa e proteção do rei, do reino e do povo, bem próximo em organização dos exércitos, principalmente daquele que mais

---

<sup>20</sup> DUVAL, Frédéric. *Lectures françaises de la fin du Moyen Âge*: petite anthologie commentée de succès littéraires. Genebra : Droz, 2007, p. 260.

<sup>21</sup> “Que dire du pauvre peuple de France, battu, tué, dévoré, rançonné, pas seulement par les ennemis, mais, ce qui est pire, par sa propre chevalerie ? [...]. Les pauvres hommes sont battus et torturés, les femmes déshonorées, les vierges forcées en public et violées, en infraction aux règles de la vraie chevalerie décrites ci-dessus dans les quinze règles des vaillants capitaines [...]. A cause de cette pratique excessive de châtements du peuple et de cruauté de cette chevalerie, sans mentionner de tort à la religion et à la charité qui en découle, de grands malheurs arrivent qui seront impossibles à réparer avant bien longtemps”. Cf : MÉZIÈRES. *Songue du Vieux Pèlerin*, 2008, p. 463-464.



tarde veio a ser formado por Charles VII (1422-1461) e que muito deveu ao exemplo da prática do rei inglês, Eduardo III (1327-1377), no que se referia à formação e ao pagamento dos seus soldados.<sup>22</sup> Assim, podemos apontar uma hipótese de como essa cultura escrita reverberou na prática de um corpo militar. Não dizemos, porém, que os escritos dos letrados que se ocuparam da cavalaria nesse período tenham sido os únicos a influenciar as decisões dos monarcas que vieram a assumir os tronos no Ocidente latino. Muito embora não possamos deixar de pensar que, para além dos exemplos deixados pelos campos de batalha, a cultura letrada também teve sua parcela de contribuição na construção de uma cavalaria em transformação, não mais ligada, portanto a privilégios dados pelo nascimento.

Se nos séculos anteriores o surgimento das ordens de cavalaria e a aproximação da Igreja aos homens de guerra indicou um “enfraquecimento” do rei, a partir do final do século XIV, o soberano passou a protagonizar a organização de um grupo fixo de homens de armas visando aos interesses políticos de seu reino, disso foi pioneira a dinastia dos Valois de Charles V, conforme destaca o pesquisador da Guerra dos Cem Anos, Philippe Contamine.<sup>23</sup> Dessa maneira, vemos como Philippe de Mézières contribuiu para que o serviço ao rei fosse um legitimador da nova cavalaria que propunha, tal transformação se estenderia por séculos.

### **O diagnóstico de Philippe sobre o estado da cavalaria francesa**

Há que se considerar que os conflitos políticos da Baixa Idade Média acabaram favorecendo uma delimitação mais clara sobre territórios e domínios que não mais se sustentavam apenas pela figura do rei, pois “as monarquias que conseguiram fortalecer sua autoridade moral o fizeram, graças a uma política realista, transmutar os interesses puramente dinásticos em interesses coletivos da sociedade”<sup>24</sup>. E a reforma que propunha Philippe de Mézières se revelava bastante atenta ao bem comum da coletividade proporcionado pelo corpo militar representado pela cavalaria.

---

<sup>22</sup> Siméon Luce nos relata que Eduardo III organizou um serviço militar obrigatório entre seus sujeitos: aqueles que possuísem quarenta litros de terra ou mais (cerca de um alqueire, 24.000 m<sup>2</sup>), ou renda anual por três anos pelo menos e que ainda não fossem homens de armas deveriam abraçar a profissão militar. Outros com menos recursos deveriam ter cavalos e armaduras, outros uma espada, aqueles que quase nada tivessem deveriam ao menos ter arcos e flechas. Cf: LUCE, Siméon. **Histoire de Du Guesclin et de son époque**. Paris : Librairie Hachette, 1876, p. 147-149.

<sup>23</sup> CONTAMINE, Philippe. **La guerre au Moyen Âge**. 5. ed. Paris : PUF «Nouvelle Clio», 2014, p. 296-306.

<sup>24</sup> “Las monarquías que lograron fortalecer su autoridad moral lograron, merced a una política realista, transmutar los intereses puramente dinásticos en intereses colectivos de la sociedad”. Cf: MITRE FERNÁNDEZ, Emilio. *La Cristiandad Medieval y Las Formulaciones Fronterizas*. In: \_\_\_\_\_ [et.al.] **Fronteras y Fronterizos en la Historia**. Valladolid: Instituto de Historia Simancas, 1997, p. 47.





Todavia, esse corpo militar, ao qual faz menção Mézières, poderia ser formado pela nobreza; pelos cavaleiros e escudeiros, e a terceira categoria sendo aquela composta por não-nobres, homens de pequena condição, camponeses ou artesãos, alguns até mesmo *routiers*. Todas as três categorias deveriam obedecer às regras acima referidas para que cumprissem o desígnio da existência da cavalaria. Mas não era isso que estava acontecendo, daí a necessidade de aconselhar ao rei fazer algumas mudanças para melhor conduzir seu reino de modo que a própria cristandade fosse liberada de tais práticas. Aliás, contra os nobres Philippe de Mézières lança uma severa crítica, dizendo que naqueles dias iam à guerra apenas quando o rei estava presente. No trecho a seguir, o letrado dá o seu diagnóstico sobre o estado da cavalaria:

Que dores e que lágrimas deveriam ter os franceses ao ouvir recitar para sua vergonha tal exemplo de cavalaria da França, que antes tinha o hábito de ser crédula, amada e estimada, mas que hoje está destronada em um lamaçal cheio de restos de orgulho, de avareza, de infame luxúria por causa de sua falta de fé em Deus e do medíocre comando dos chefes de guerra e dos senhores que deveriam tomar conta do bem comum do reino e da coisa pública.<sup>25</sup>

Para alcançar o objetivo de sua proposta reformadora, Philippe de Mézières propõe o que talvez fosse bastante inusitado naquele contexto: ordenar regimentos e comandantes nas cidades e que esses estivessem em permanência em tais localidades dando-lhes proteção contínua e sendo reconhecidos pelos habitantes. Os regimentos seriam supervisionados por um “burguês, um clérigo e um conselheiro laico, escolhidos pelo povo e remunerados” e que estariam encarregados, entre outras atividades da municipalidade, de assegurar o pagamento daqueles homens de armas. Pagamento aliás, que deveria sempre ser realizado, em parte pelos vilões, não sobrecarregando assim os capitães, e nem mesmo o reino. Serão exatamente essas medidas adotadas por Charles VII em seus despachos de 2 de novembro de 1439 e de 26 de maio de 1445, ao institucionalizar o serviço militar que se manteria sem modificações até o século XVI.<sup>26</sup> Sobre esse ponto especificamente, é válido reproduzir o trecho da obra em que a rainha Verdade se dirige ao jovem Charles VI, como Moisés:

Caro filho, graças a esse remédio [pagamentos regulares] que te desencarrega de uma parte de tuas tarefas, cada vez que quiseres, com uma simples ordem, terás às ordens de tua real majestade seis mil, sete mil ou oito mil lanças e besteiros inteiramente prontos e bem pagos, que serão a valente e verdadeira cavalaria do

---

<sup>25</sup> “Quelles douleurs et quelles larmes devraient avoir les Français en entendant réciter pour leur honte un tel exemple de la chevalerie de France, qui jadis avait l’habitude d’être crainte, aimée et estimée, mais aujourd’hui elle est déchuë dans le bourbier d’ordure de l’orgueil, de la cupidité, de l’infâme luxure, à cause de son manque de crainte de Dieu et du médiocre commandement des chefs et des seigneurs qui devraient prendre soin du bien commun du royaume et de la chose publique”. MÉZIÈRES. **Songe du Vieux Pèlerin**, 2008, p. 467.

<sup>26</sup> BESSEY, Valérie. **Construire l’armée française**. Textes fondateurs des institutions militaires. Tome 1 : De la France des premiers Valois à la fin du règne de François I. Turhnout : BREPOLs, 2006, p. 88-105.



reino da Gália, sem contar teus pares, príncipes e barões que, em companhia de bom número de gentes de armas, te servirão magnificamente, como devem, de modo que o serviço deles será renovado [...]. Além disso, caro filho, graças a esse claro método, teu condestável e teus marechais estarão desobrigados de uma dura tarefa: pagar, reunir e organizar as tropas. Pois essa valente cavalaria, graças a esse método, estará tão perfeitamente pronta que esses condestáveis e marechais não farão nada além de dar ordens às gentes de armas e de colocá-los em ordem de guerra.<sup>27</sup>

Obviamente, a reforma que propunha Philippe de Mézières não seria concretizada tão facilmente. Aqui, pois devemos indagar se a avaliação do letrado era reflexo do pensamento da corte sobre o que se dizia a respeito da cavalaria ou se acabava mostrando-se como algo totalmente novo e revolucionário; nem tampouco podemos deixar de inferir o que os próprios integrantes da cavalaria julgavam ser lícito ou não praticar<sup>28</sup>. No trecho acima, Philippe de Mézières não deixa de considerar os nobres, cuja linhagem lhes dava acesso à cavalaria. Essa característica devedora de tradições anteriores denota que, em um panorama mais amplo, havia continuidades no pensamento sobre a cavalaria.

Ainda assim, é muito atraente a ideia de Philippe de Mézières sobre um corpo militar que, ao ser composto por homens dignos e bons observadores de suas regras, estivesse de prontidão, à espera tão somente de um apelo real para agir em benefício do bem comum. Pois sabemos que, apenas algumas décadas antes, Paris e o interior da França haviam sido palco de revoltas populares bastante significativas, levando o reino a uma crise política que duraria ainda muito tempo e com severos desdobramentos. Referimo-nos aqui à revolta liderada por Étienne Marcel (1310-†1358), *prévot des marchands*, oficial responsável pela administração municipal de Paris. Esse personagem liderou a revolta popular (e principalmente da burguesia endividada) contra as sucessivas medidas adotadas pela monarquia francesa, através dos Estados Gerais, com relação a aumento de impostos, fiscalização financeira e recursos para o pagamento do resgate do rei Jean II Le Bon, cativo em Londres. Outro exemplo foi a Jacquerie, revolta de camponeses que

---

<sup>27</sup> “Cher fils, grâce à ce remède qui te décharge d’une partie de tes tâches, chaque fois que tu le voudras, sur un simple ordre, tu auras aux ordres de ta royale majesté six mille, sept mille ou huit mille lances et arbalétriers, entièrement prêts et bien payés, qui seront la vaillante et véritable chevalerie du royaume de Gaule, sans compter tes pairs, princes et barons qui, en compagnie de bon nombre de gens d’armes, te serviront magnifiquement, comme ils le doivent, de sorte que leur service sera rénové [...]. En plus, cher fils, grâce à cette claire méthode, ton connétable et tes maréchaux seront déchargés d’une lourde tâche, celle de faire payer les gens d’armes, de les réunir et de faire les retenues. Car cette vaillante chevalerie, grâce à cette méthode, sera si parfaitement prête que ces connétales et maréchaux n’auront rien d’autre à faire que de donner leurs ordres aux gens d’armes et de les mettre en ordre de guerre”. Cf. MÉZIÈRES. *Songe du Vieux Pèlerin*, 2008, p. 875-876.

<sup>28</sup> É válido mencionar que o porta-auriflamma do reino francês, Geoffroy de Charny (1355-1356), morto em combate na batalha de Poitiers, manteve uma atividade escrita bastante interessante, por exemplo, o seu *Livre de Chevalerie* em que discorre sobre as dificuldades em ser cavaleiro. Cf. LEFÈVRE, Sylvie. Geoffroi de Charny. In: HASENOHR ; ZINK. *Dictionnaire des Lettres Françaises*, p. 498.



ocorreu também no ano de 1358. Podemos facilmente inferir que Philippe de Mézières tinha sobre esses acontecimentos alguma informação, o que explicaria seu cuidado ao se referir à população em geral, isto é, grupo de indivíduos que não compunham a aristocracia, nem se beneficiava da privança do rei.

### Considerações finais

Como pudemos ver, a obra de Philippe de Mézières é apresentada ao rei como um *exemplum* para que o jovem monarca fizesse as reformas na cavalaria francesa. Esse corpo militar, heterogêneo, não mais sustentado pelos privilégios das linhagens, seria agora o promotor do bem comum, com base nos valores das cruzadas e no mérito de uma boa e eficaz conduta em campo de batalha. Assim, segundo o historiador da cultura medieval, Bernard Guenée:

No século XIV [...], muitos compreenderam que suas proezas poderiam dali em diante tirá-los da obscuridade e lhes permitir a se alçar mais alto na sociedade. Durante muito tempo, o mérito havia tido contra o nascimento um combate muito desigual. No século XIV, as esperanças dos obscuros se fizeram mais vivas [...]. Mas a palavra era frágil. Apenas o livro podia garantir um renome durável.<sup>29</sup>

Em momento algum Philippe de Mézières menciona a linhagem ou a importância do sangue para que um cavaleiro fosse *adubado*, aliás, tal rito nem sequer é mencionado enquanto requisito para um bom cavaleiro. Mesmo assim, sabemos que o próprio Philippe de Mézières foi feito cavaleiro após a batalha de Esmirna e que mencionou homens de guerra que teriam “recebido” a cavalaria. O que não há na obra *Songe* é a descrição da cerimônia como algo a ser ainda observado e mantido para que um homem de armas fizesse parte do corpo militar. Talvez o que fosse corrente naquele contexto seria o reconhecimento por parte de cavaleiros mais experientes das mesmas características em outros, ao identificá-los como semelhantes, *fratres*, e a estes eram dadas a espada, de forma mais simples. Além disso, acreditamos que, por tratar também do povo como integrante da cavalaria, Mézières até mesmo ultrapassa os limites da elite a que tradicionalmente se associou a cavalaria, problematizando aquela categoria de homens a serviço da coroa francesa.

Segundo as palavras do historiador citadas acima, era necessário que aqueles que dessem provas de valentia e realizassem proezas, sendo membros da cavalaria, também tivessem a cultura

---

<sup>29</sup> “Au XIV<sup>e</sup> siècle [...], beaucoup comprirent que leurs prouesses pourraient désormais les sortir de l’obscurité et leur permettre de se hisser plus haut dans la société. Pendant longtemps, le mérite avait mené contra la naissance un combat par trop inégal. Au XIV<sup>e</sup> siècle, les espoirs des obscurs se firent plus vifs [...]. Mais la parole était fragile. Le livre, seul, pouvait garantir une renommée durable”. Cf: GUENÉE, Bernard. **Du Guesclin et Froissart**. La fabrication de la renommée. Paris : Tallandier, 2008, p. 102-103.



letrada a seu favor. Somente dessa forma seu renome e, no caso, sua institucionalização, seriam assegurados. Aqui podemos inferir que ao traduzir a realidade percebida<sup>30</sup> em espelho de príncipe, Philippe de Mézières acabou contribuindo com os estudos historiográficos sobre a cavalaria francesa da Baixa Idade Média oferecendo elementos que ajudam substancialmente o trabalho do historiador que lança seu olhar para aquela temporalidade.

A reforma que Mézières propõe sobre a cavalaria nos leva a pensar sobre as relações de poder que permanecem entre autoridades e seus funcionários. Para o letrado, havia a necessidade de encerrar uma rede de privilégios oriundos das linhagens para que o conhecimento técnico, se assim podemos dizer, ganhasse a primazia entre os membros da cavalaria ali referida. Podemos sugerir que o letrado, enquanto autor de um espelho de príncipe, tentava dar sentido a uma sociedade em transformação, pensando sobre o passado para vislumbrar um futuro melhor em seu ponto de vista. É preciso considerar, no entanto, que o contexto frágil em que se encontrava o reinado de Charles VI, recentemente tendo tomado o poder das mãos dos tios, deu a Philippe de Mézières elementos para sugerir as reformas. Ao passo que os tios poderiam representar uma época fonte de críticas, o jovem rei era visto como principal agente reformador, portanto promotor, ele próprio do bem comum.

Ademais, Philippe de Mézières nos lega um panorama sobre a situação em que se encontrava a cavalaria na França da Baixa Idade Média, ora em transformação, mas que detinha suas originalidades e permanências. Na obra *Songe*, a cavalaria, compreendida na organização hierárquica quaternária da sociedade, é forjada e repetidas vezes moldada aos interesses do reino ao “qual o serviço de Deus e da Igreja e a defesa dos humildes deveriam estar estreitamente associados”<sup>31</sup>. Eram, portanto, bem-vindas as habilidades de relacionamento e as estratégias para os combates, assim como o bom trato para com os vilões, sem deixar de lado, absolutamente, nem a fidelidade ao senhor, no caso o rei, e nem o temor a Deus, fazendo permanecer o ideal cruzado.

---

<sup>30</sup> LE GOFF, Jacques. **O Imaginário Medieval**. Lisboa: Editorial Estampa, 1994, p. 11.

<sup>31</sup> CARDINI, Franco. Guerra e cruzada. In: LE GOFF, SCHMITT (org.). **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**, vol. I, Bauru, SP: EDUSC, 2006, p. 482.



# La figura del Dr. Francia en la historiografía paraguaya posbélica: la batalla por los héroes.

The figure of Dr. Francia in post-war Paraguayan historiography:  
the battle for heroes.

**Bárbara Natalia Gómez**

Doutora em História Social da Cultura pela PUC-Rio, Brasil.  
Universidad Católica Nuestra Señora de la Asunción –  
Comité Paraguayo de Ciencias Históricas (CPCH)  
barbaranataliagomez@gmail.com

**Recebido em:** 15/04/2017

**Aprovado em:** 24/05/2017

**RESUMEN:** A fines del siglo XIX Paraguay estaba reconstruyendo sus antecedentes de república liberal, moderna y civilizada, luego de la devastadora guerra contra la Triple Alianza, 1864-1869. La “independencia nacional” es un hito histórico fundante de la nación como tal, tanto la gesta en sí misma como sus protagonistas. La cuidadosa elección de los héroes que representarán el alma de la nación es un aspecto fundamental y determinante, así como los criterios utilizados para dicha elección. Analizaremos los argumentos de Manuel Domínguez y Blas Garay, en contra y a favor de la elección de Gaspar Rodríguez de Francia como héroe nacional de la gesta independentista y las implicancias historiográficas que conllevan sus argumentos.

**PALABRAS-CLAVES:** historiografía paraguaya, dr Francia, independencia.

**ABSTRACT:** At the end of the 19th century, Paraguay was rebuilding its antecedents of liberal, modern and civilized republic, after the devastating war against the Triple Alliance, 1864-1869. "National independence" is a historical landmark of the nation as such, both the gesta in itself and its protagonists. The careful selection of the heroes who will represent the soul of the nation is a fundamental and determining aspect, as well as the criteria used for that choice. We will analyze the arguments of Manuel Domínguez and Blas Garay, against and in favor of the election of Gaspar Rodríguez de Francia as a national hero of the independence struggle and the historiographic implications that carry their arguments.

**KEYWORDS:** paraguayan historiography, dr Francia, independence.



A fines del siglo XIX Paraguay estaba reconstruyendo sus antecedentes de república liberal, moderna y civilizada, luego de la devastadora guerra contra la Triple Alianza, 1864-1869. La “independencia nacional” es un hito histórico fundante de la nación como tal, tanto la gesta en sí misma como sus protagonistas. La cuidadosa elección de los héroes que representarán el alma de la nación es un aspecto fundamental y determinante, así como los criterios utilizados para dicha elección. Esta situación fue el telón de fondo de los argumentos de Manuel Domínguez (1868-1935) y Blas Garay (1873-1899), en contra y a favor de la elección de Gaspar Rodríguez de Francia (1766-1840) como héroe nacional de la gesta independentista.

El doctor Francia, dictador perpetuo de la República de Paraguay entre 1814 y 1840, había participado activamente en los sucesos de mayo de 1811 que culminaron con la independencia de Paraguay de la corona española y la separación definitiva de las provincias que conformaban el Virreinato del Río de la Plata.<sup>1</sup> En este sentido, Francia es un personaje histórico fundamental y clave en la historia de la nación, el problema, pero también la riqueza de su personaje es que no encarnó los valores que se consideraban y se consideran “típicos” de los héroes nacionales a fines del siglo XIX en un país devastado por una guerra. Revisar los argumentos de lo que están a favor y de los que están en contra se torna sumamente ilustrativo y revelador porque nos permiten ver la concepción de héroe nacional que al parecer de los héroes del periodo el país necesitaba tener y mostrar. El papel que debe cumplir la historia en el proceso de conformación de la nación, los elementos que la componen y la función social de la historia son temáticas que también están presentes.

En la historiografía paraguaya y sobre la región existe una vasta literatura en torno al papel que cumplió el dictador perpetuo en la historia nacional y regional<sup>2</sup>, lo sustantivo de revisar y analizar la “batalla” que se da entre Manuel Domínguez y Blas Garay radica en el tiempo histórico en que sucede, la década de 1890 caracterizada por un floreciente desarrollo intelectual y político, como por el tenor historiográfico de los argumentos que se esbozan, específicamente por la estrategia de Garay para descalificar los argumentos de Domínguez.

---

<sup>1</sup> El Dr. Francia formó parte de todos los gobiernos desde el momento mismo de la independencia: primeramente, en el triunvirato (mayo-junio 1811), luego en la Junta Gubernativa (1811-1813), en el consulado (1813-1814), como dictador temporal (1814-1816) y finalmente como dictador perpetuo (1814-1840).

<sup>2</sup> Para mayores referencias: DE ANDRADA E SILVA, Raúl. **Ensaio sobre a ditadura do Paraguai**. 1814-1840. São Paulo: Universidade de São Paulo/ Fundo de Pesquisa do Museo Paulista, v. 3, 1978; CONEY, Jerry y Whigham, Thomas. (comp.) **El Paraguay bajo el Dr. Francia**. Ensayos sobre la sociedad patrimonial (1814-1840). Asunción: El Lector, 1996; RAMOS, Antonio. **La política del Brasil en el Paraguay bajo la dictadura del Dr. Francia**. Buenos Aires: Nizza, 1959.



A diferencia de la polémica historiográfica entre el dr. Cecilio Báez y el periodista Juan O’Leary de inicios del siglo XX, estudiado en profundidad por la historiadora argentina Liliana Brezzo<sup>3</sup>, lo ocurrido entre Manuel Domínguez y Blas Garay no tendría el carácter de diálogo propiamente pero consideramos puede ser tomado como un antecedente clave de discusiones históricas en el proceso de conformación de la disciplina histórica paraguaya.

El periodo histórico que nos convoca fue testigo del proceso de elección y discusión del panteón de héroes de la “renaciente” República del Paraguay. Luego de la guerra contra la Triple Alianza se evidenciaron con claridad dos tradiciones interpretativas sobre el pasado de la nación: los Regeneracionistas y los Reconstructores. Sus discusiones giraban en torno al modelo de nación que se quería construir y a quiénes fueron sus hacedores y detractores.

Entre los *Reconstructores* se puede identificar a autores que nacieron en Paraguay durante y después de la Guerra, así como a quienes participaron en ella. Ésta era concebida como una gesta patriótica en la que se luchó hasta el final contra las fuerzas invasoras y pese a no haber triunfado, la reconstrucción se daría levantando “nuevamente” las bases de la nación paraguaya cuyo máximo esplendor había sido durante el gobierno de los López. En este marco de “reconstrucción” el relato histórico de la nación era una pieza fundamental. José Falcón, José de la Cruz Ayala y Cecilio Báez son considerados algunos de sus principales representantes.<sup>4</sup>

Por otro lado, estaban los *Regeneracionistas*, grupo compuesto en su mayoría por exiliados – en Buenos Aires- del gobierno de los López, muchos de ellos incluso combatieron en la Legión Paraguaya durante la guerra. La interpretación de lo que significó el conflicto bélico era, absolutamente diferente a la precedente, la derrota de Paraguay era vista como un triunfo de la civilización sobre la barbarie. La posguerra era el momento ideal de comenzar la “regeneración” que necesitaba la nación paraguaya. El nombre del grupo fue tomado del periódico *La Regeneración* de los hermanos Decoud José Segundo y Diógenes, quienes junto con Juan Silvano Godoy y otros son considerados como los principales representantes de esta tendencia.<sup>5</sup>

---

<sup>3</sup> BREZZO, Liliana. En el mundo de Ariadna y Penélope: Hilos, tejidos y urdimbre del nacimiento de la historia del Paraguay. In: BÁEZ, C. y O’LEARY, J. **Polémica sobre la Historia del Paraguay**. Asunción: Tiempo de Historia, 2011, p. 13-65.

<sup>4</sup> SANSÓN CORBO, Tomás. **Despertar en Petrópolis**. Andrés Lamas y la influencia de Brasil en la Historia de los Estados de la Cuenca del Plata en el siglo XIX, Montevideo, Sicut Serpentes. 2015, p. 64.

<sup>5</sup> \_\_\_\_\_. **Despertar en Petrópolis**, p. 64-65.



Es relevante aclarar aquí que según Sansón Corbo y Brezzo las producciones históricas de los autores de ambas tradiciones eran de carácter ensayístico, no obstante ello, sus discusiones en torno al clave son claves para comprender el desarrollo historiográfico posterior.

Además de estas dos tradiciones –Regeneracionistas y Reconstructores- que interpretan y cuentan el pasado, entre 1887 y 1894, será el propio Estado paraguayo, quien comience a definir quiénes serán los héroes nacionales que forjaron la Patria. La historiadora paraguaya Ana Barreto explica que entre 1887 y 1894 se intenta perpetuar en el mármol la imagen de los héroes de la nación, específicamente, durante la presidencia del general Patricio Escobar, en mayo de 1887, se conformó una comisión en el Congreso a cargo del general y excombatiente Bernardino Caballero que debía elegir y edificar un monumento a los próceres de la patria. “El recuerdo debía remontarse a un pasado que no divida política y moralmente. (...) Un hecho de gloria común que mantenga en las propias filas de la comisión encargada del monumento a senadores de diferentes filas políticas.”<sup>6</sup> La comisión designó entonces a Fulgencio Yegros, Pedro Juan Caballero y Vicente Ignacio Iturbe como padres de la patria, pero el monumento nunca se realizó.

Para septiembre de 1893 explica Barreto que “la cuestión de seguir huérfanos en el sentido de la patria” salió nuevamente a la luz, pero en esta ocasión fue motivado por la primera dama de entonces doña Rosa Peña, esposa del presidente Juan G. González. Doña Rosa formó una Comisión de Damas para la construcción del ansiado monumento a los héroes de la nación, y en vistas al escaso apoyo del Senado se inició una colecta pública de dinero, lo que reencendió las discusiones públicas en torno a los héroes de la nación. Finalmente, los nombres que se estamparían en el bronce serían “los de Fulgencio Yegros, Pedro Juan Caballero y Manuel Anastasio Cavañas.”<sup>7</sup> En esta ocasión tampoco se realizó el monumento, pero se colocó la piedra fundamental en la plaza uruguaya, y en su honor se publicó el opúsculo *Recuerdos históricos. Homenaje a los próceres de la independencia paraguaya*, donde apareció el artículo de Manuel Domínguez con el que se inicia la batalla intelectual e histórica analizada en este trabajo.<sup>8</sup>

---

<sup>6</sup> BARRETO VALINOTTI, Ana. Abnegación y patriotismo en la figura de la prócer Juana María de Lara. Construcción e idealización de la “matrona” como perfil femenino ideal en el Paraguay de inicios del siglo XX. In: **Paraguay: Ideas, Representaciones & Imaginarios**. Asunción: Secretaría Nacional de Cultura, 2011. p. 123.

<sup>7</sup> \_\_\_\_\_. Abnegación y patriotismo en la figura de la prócer Juana María de Lara. Construcción e idealización de la “matrona” como perfil femenino ideal en el Paraguay de inicios del siglo XX. In: BARRETO VALINOTTI. **Paraguay: Ideas, Representaciones & Imaginarios**, p. 124-125.

<sup>8</sup> Para mayores referencias sobre la temática ver: BARRETO VALINOTTI. “Abnegación y patriotismo en la figura de la prócer Juana María de Lara. Construcción e idealización de la “matrona” como perfil femenino ideal en el Paraguay de inicios del siglo XX.”, In: **Paraguay**; TELESKA, Ignacio. Inventando tradiciones, o cómo se leyeron las misiones jesuíticas en clave de “construcción de la nación: una primera aproximación. In: BARRETO





## Los contendientes y el campo de batalla

“Yo, por lo menos, no acierto a creer que nadie que piense cuerdamente se atreva a sostener que el conocimiento del pasado no sirva para ser aplicado con provecho del presente y al porvenir, es decir, que no exista ninguna estrecha relación, ninguna afinidad entre la historia y la política.” Leopold von Ranke, 1836.

José Segundo Decoud fue coordinador del opúsculo *Recuerdos históricos. Homenaje a los próceres de la independencia paraguaya*, publicado para festejar la colocación de la piedra fundamental del Monumento a los Héroes de la Independencia en la Plaza Uruguaya, en mayo de 1894. El opúsculo era una compilación de diversos textos: poemas, declamaciones, artículos, cartas realizadas por treinta y cinco personalidades –políticas, intelectuales y sociales- destacadas del país.<sup>9</sup> Para historiador uruguayo Sansón Corbo<sup>10</sup> era una clara expresión de la tendencia regeneracionista.

El artículo de Manuel Domínguez titulado *Fin de los autores de nuestra independencia. Francia* se destacaba por su extensión, ocupaba nueve de las veintiocho páginas totales del opúsculo.<sup>11</sup> Consistía en una larga fundamentación sobre la necesidad de excluir al doctor Francia del grupo de los héroes de la independencia

en este estudio sobre la pasada dictadura, hecho precipitadamente nos hemos extendido [...] en algunas consideraciones creyendo contribuir con este humilde trabajo a desterrar de algunas imaginaciones ciertas ideas emitidas por Alberdi respecto a Francia, y que juzgamos ser una adulteración de la verdad histórica y un insulto al honor nacional.<sup>12</sup>

Pese a que Domínguez no cite ni una sola vez los argumentos que pretende corregir y responder del pensador argentino Juan Bautista Alberdi (1810-1884) ni de otros pensadores paraguayos, consideramos que entabla relaciones de “diálogo” con estos pues habían elaborado otra versión sobre la historia paraguaya. Como se puede observar, aunque nos concentremos en la disputa dentro de la historiografía paraguaya, las discusiones en torno a Francia superan ampliamente de los límites de la nación paraguaya.

---

VALINOTTI. **Paraguay: Investigaciones de historia social y política.** III Jornadas Internacionales de Historia del Paraguay en la Universidad de Montevideo, Asunción: Tiempo de Historia, 2013.

<sup>9</sup> Los otros autores fueron Otoniel Peña, Antonio Codas, Cesar Gondra, Benjamín Aceval, José S. Decoud, Celsa Sperati, José M. Collar, Rosa P. González, José Tomas Legal, V. Abente, C. Romero, Marcos Riera, José M. Fretes, Emeterio González, Juan F. Pérez, Manuel Amarilla, Aniceto Garcete, N. R. Benítez, C.A.C., Juan F. González, Venancio V. López, Manuel Gondra, Alejandro Audibert, A Ruiz, José M. Mazó, Ramón García, José C. Meza, Aurelio Oneto, J.S.A., Sabas Riquelme, B. Riquelme, J. G. I., Federico Muñoz.

<sup>10</sup> SANSÓN CORBO. **Despertar en Petrópolis**, p. 66.

<sup>11</sup> Seguidos en extensión estaban el de A. Garcete con cinco páginas y el de A. Audibert con tres páginas.

<sup>12</sup> DOMÍNGUEZ, Manuel. *Fin de los autores de nuestra independencia. Francia.* In: AAVV. **La Independencia:** publicación hecha en honor a los próceres de la patria. Asunción: Tipografía y encuadernación de La República. 14 de mayo de 1894, p. 13-14.



En el texto Domínguez refiere también a los horrorosos y cobardes asesinatos que perpetró el dictador a los verdaderos héroes de la independencia –Caballero, Yegros e Iturbe–, aclaraba además que Francia tampoco debería ser considerado ni como el creador ni como el fundador de la nacionalidad paraguaya puesto que ésta era pre-existente a los sucesos de mayo de 1811 y además “bien triste sería que uno de los pueblos más valientes de la tierra, atribuyera, sin razón alguna, la gloria de su existencia como nacionalidad independiente, a un hombre que ha sido vergüenza del género humano”<sup>13</sup>. Es este último aspecto el que nos permite afirmar que Domínguez tomaba “el guante de la discusión” con intelectuales nacionales. Como hemos escrito más arriba no citaba a los autores que sostenían que Francia era el fundador de la nacionalidad, pero inferimos que estaba contestando los argumentos de Juan de la Cruz Ayala<sup>14</sup> y de Cecilio Báez<sup>15</sup>. En palabras de Domínguez “Francia ni nadie tenía necesidad de fundar nuestra nacionalidad porque estaba hecha. Antes de fundar esto o aquello destruyó lo que existía. Minó la Patria paraguaya minando la sociedad por su base al aniquilar la libertad y atacar la propiedad y la familia”<sup>16</sup>. Para Domínguez era un insulto al honor nacional otorgarle la categoría de héroe de la independencia y de padre de la nacionalidad paraguaya a un tirano y dictador perpetuo que solo trajo barbarie y sumisión a la nación. La necesidad de mostrar un pasado que dé señales de libertad, autonomía, modernidad y civilización no podían ser nunca asociados al dr. Francia por más que este haya tenido una función clave en la gesta independentista.

Por ese entonces – mayo de 1894 – Blas Garay de 21 años estudiaba derecho en la Universidad Nacional de Asunción y trabajaba como redactor en el periódico *La Patria* del que desafortunadamente no se conservan ejemplares por lo que no se puede afirmar si hubo algún tipo de comentario inmediato al texto de Domínguez o al opúsculo. No obstante, la respuesta llegó en 1897 en un artículo titulado “La Misión de Cloiria” publicado en tres partes durante tres días consecutivamente, en el diario *La Opinión* de la ciudad de Asunción, del 11 al 13 de marzo. El texto del artículo se terminó de escribir en diciembre de 1896 y fue enviado por carta desde

---

<sup>13</sup> \_\_\_\_\_. **Fin de los autores de nuestra independencia**, p. 14.

<sup>14</sup> “Francia el tirano sombrío y brutal, ha formado una nacionalidad tan sin semejanza con ninguna otra vecina, que no desaparecerá de sobre la faz de la tierra sino después de haber esterminado [sic] el último de ellos. [...] Esta es la verdad histórica”. DE LA CRUZ AYALA, Juan. Errores y verdades históricas. **El Imparcial**, Asunción 24 de septiembre 1887, año 1, n 237, p. 1.

<sup>15</sup> “Semejante a un gran artista, fundió en el crisol de su tiranía al pueblo entonces y que era un informe amalgama de realistas porteñistas, y de amigos de la política lusitana. Toda esta escoria fue separada y derramada, y no quedó en el fondo sino el elemento puro, que fue la nacionalidad paraguaya compacta y homogénea. Tal fue Francia y tal ha sido su obra. Maldigamos aquel por sus crímenes, pero bendigamos esta última”. BAEZ, Cecilio. El dictador Francia. Fundador de la nacionalidad paraguaya. **La Ilustración Paraguaya**, revista quincenal. Asunción 31 de diciembre 1888, p. 124.

<sup>16</sup> DOMÍNGUEZ. **Fin de los autores de nuestra independencia**, p. 11.



Madrid, donde Garay residía desde marzo del mismo año fungiendo como secretario de la Legación paraguaya en España, con el objetivo específico de localizar y copiar del Archivo de Indias y de otros repositorios todos los documentos que permitan probar la propiedad paraguaya sobre los territorios del Chaco para ser utilizados en la disputa con Bolivia.<sup>17</sup>

En el artículo el joven leguleyo hacía referencias explícitas al texto de Domínguez de 1894, específicamente a la parte de la Misión de Cloiria, como su título lo indica. Las referencias no fueron solamente críticas, sino que tomaba la apuesta sugerida por el profesor de “Historia de la Patria” y director del Colegio Nacional de la Capital “que la juventud estudiosa se aficionara a las investigaciones históricas”, y explicitaba que su propósito era enmendar la historia del Paraguay y afirmaba “los que quieran ayudarme en esta obra de que los paraguayos hagamos nuestra historia nacional traerán también su contingente y poco a poco iremos formando.”<sup>18</sup>

Lo que consideramos como el segundo comentario apareció unos días después, específicamente el 18 de marzo de 1897 con la publicación del libro *La Revolución de la Independencia* en el que Garay reconstruye pormenorizadamente los sucesos que comienzan el 11 de mayo de 1810 con la noticia de la captura de Fernando VII por las fuerzas napoleónicas y que culminan con la independencia del Paraguay en mayo de 1811. Demostrando con pruebas fehacientes y veraces sus afirmaciones, que en la mayoría de los casos contradecían las proposiciones afirmadas por Domínguez, sobre el papel y las intenciones del doctor Francia en la gesta independentista.

No obstante el respeto grande que me merecen todas las opiniones, por escasa autoridad que tengan, y sin ánimo de ofender la memoria de quien goza de una gloria inmerecida, he de reivindicar para el Dr. Francia la que a mi parecer le corresponde por legítimo título; la que sus actos posteriores pueden haber empañado, mas no destruido; la que deben aplaudir todos los paraguayos, cualquiera sea el criterio con que juzguen su dictadura.<sup>19</sup>

Los “actos posteriores” se refieren a los veinticuatro años de la dictadura francista de 1816 a 1840.

Es importante no perder de vista que Garay escribe tres años después que Domínguez y lo hacía desde la posición de “historiador imparcial”, su objetivo principal y declarado no era

---

<sup>17</sup> SCAVONE YEGROS, Ricardo. **Las relaciones entre el Paraguay y Bolivia en el siglo XIX**. Asunción: Servilibro, 2004.

<sup>18</sup> GARAY, Blas. La Misión de Cloiria. **La Opinión**, Asunción, 09 de marzo de 1897, p.1 cita 1.

<sup>19</sup> \_\_\_\_\_. **La Revolución de la Independencia del Paraguay**. Madrid: Est. Tipográfica de la Viuda e hijos de Tello. 1897. p. 174.



identificar y reconocer héroes nacionales para la República, sino en enmendar la historia del Paraguay y hacer historia imparcial

No se me oculta que al sostener que fue obra en gran parte de Francia la revolución del 14 de mayo, lastimo muchas y arraigadas convicciones, para mal de quienes las profesan no tan bien fundamentadas como tenaces; pero si los hechos históricos hubiesen de amoldarse a las preocupaciones por la ignorancia o por la pasión engendradas, no mereciera la historia el dictado de imparcial dispensadora de la justicia, ni fuera posible que llevase a cumplido efecto su misión de otorgar el aplauso injustamente negado o anular el elogio tributado injustamente, y antes fuera sierva de las prevenciones de la posteridad, que no guía y maestra suya, y no pudiera encauzar sus juicios cuando se descarriasen. preciso es que la verdad resplandezca por encima de todas las cosas, y no es el menor sacrificio exigido al historiador éste de hacer tabla rasa de las nociones adquiridas sobre los personajes y los sucesos en que se ocupe, despojarse de toda idea preconcebida, para que más desembarazadamente perciba la luz que brota de los documentos y otras fuentes y de una crítica desapasionada y sana.<sup>20</sup>

Lo sustantivo de la perspectiva de Garay es su concepción y creencia de que puede elaborar una historia imparcial y desprovista de intereses de su presente. Que se despoja de las ideas preconcebidas y puede ver la verdad que brota de los documentos, en estos aspectos es un representante típico de su tiempo y de la concepción rankeana moderna de historia, perspectiva que no era muy representativa en Paraguay, porque quienes hacían historia no tenían la costumbre de usar documentos para sustentar sus argumentos ni de evaluar las escasas fuentes que utilizaban.<sup>21</sup>

Gran parte de la intelectualidad del periodo, definida por Raúl Amara<sup>22</sup> como la generación del novecientos, estaba nucleada alrededor del *Instituto Paraguayo*, creado el 26 de junio de 1895, espacio cultural cuyos intereses iniciales eran fomentar el estudio de la música, la literatura, la enseñanza de idiomas y la práctica de la gimnasia y la esgrima. La historia no aparecía como una preocupación inicial sin embargo “las cuestiones del pasado pasaron a constituirse al poco tiempo en materia predominante de las conferencias, de los discursos y otras actividades llevadas a cabo por la institución”<sup>23</sup>. Desde su creación los miembros del Instituto estaban vinculados con este a través de una serie de categorías: fundadores, activos, protectores y honorarios.

---

<sup>20</sup> GARAY. **La Revolución de la Independencia del Paraguay**, p. 173.

<sup>21</sup> BREZZO, Liliana. La historia y los historiadores. In: TELESCA, Ignacio (coord.). **Historia del Paraguay**. Asunción: Taurus, 2011a, p. 19-40.

<sup>22</sup> AMARAL, Raúl. **El novocentismo paraguayo**. Hombre e ideas de una generación fundamental del Paraguay. Asunción: Servilibro, 2006.

<sup>23</sup> BREZZO, L. **En el mundo de Ariadna y Penélope**, p. 21.



Los “miembros protectores” eran cinco, los dos primeros fueron Manuel Domínguez y Juan Leopardi en julio de 1895, al mes siguiente se agregaron Miguel Albano, Manuel D'Acosta e Idelfonso Benegas. Para septiembre de 1896 los números totales de socios eran 233 repartidos en sus distintas categorías.<sup>24</sup> Este número representaba un selecto grupo de estudiosos e intelectuales del periodo, donde Domínguez ocupaba un lugar privilegiado y Garay no formaba parte.

Para octubre de 1896 se publicó el primer número de la *Revista del Instituto Paraguayo* (RIP), definida como una publicación de carácter científica, posteriormente fue subtitulada con los términos *Historia, Ciencia y Letras*. Para mayo de 1897, dos meses después de la aparición de *La Revolución de la Independencia* de Garay, la RIP publicó una reseña de sus obras. Bajo el título *Reseñas* los comentarios fueron críticas concentradas en las afirmaciones a las que llegaba el joven leguleyo, sobre todo las vinculadas al papel del Dr. Francia en la revolución de la Independencia y en la historia de la nación paraguaya, no obstante, valoraron los aspectos metodológicos de la obra. Afirmaban que Garay “echa luz sobre partes oscuras” de la historia, pero aún no es suficiente, específicamente se refieren al “acopio de datos en el archivo” y dictaminan “aún quedan por evidenciarse ciertos puntos oscuros que irán aclarándose mediante el estudio de los documentos que han quedado de aquellos no lejanos tiempos”<sup>25</sup>.

Posicionados desde el lugar de la *historia científica* desestiman los aportes de Garay, específicamente sobre el papel de Francia y sobre la evaluación que hace de la obra de Somellera, no porque haya estado equivocada sino porque no representaba ninguna novedad, “esta opinión no es nueva y la han enunciado muchos escritores no argentinos”<sup>26</sup>. Resaltamos que el redactor no nombra a los escritores que teóricamente afirman lo mismo que Garay. La ponderación que expresa la reseña es una expresión de la incomodidad que provocaban los escritos del joven Garay.

Como una primera hipótesis afirmamos que las posibles causas de estas críticas estarían vinculadas, entre otras cosas, con el lugar que ocupaba Garay dentro de la intelectualidad paraguaya del periodo en relación con los lugares que ocupaban “los colegas” a los cuales criticaba -Manuel Domínguez, Decoud- en especial dentro del *Instituto Paraguayo*, así como algunos catedráticos de la carrera de Derecho de la Universidad Nacional.

---

<sup>24</sup> **Revista del Instituto Paraguayo**, año 1, n 1. Asunción. 1896, p. 24-41.

<sup>25</sup> Reseñas Libros. **Revista del Instituto Paraguayo**, año II, n 7. Asunción. mayo 1897, p. 54.

<sup>26</sup> Reseñas Libros. **Revista del Instituto Paraguayo**, año II, n 7. Asunción. mayo 1897, p. 54.



Garay no había sido el primero en recuperar la figura de Francia, ya lo habían realizado otros autores más de una década atrás.<sup>27</sup> En 1884 Juan De la Cruz Ayala (1863-1892) publicó artículos sobre la temática: “Existe, sí” el 09 de mayo, “Un héroe olvidado” el 14 de mayo, aparecidos ambos en el periódico *El Heraldo*. Tres años después, en 1887, publicó en el periódico *El Imparcial*, del cual era director y redactor, “Errores y verdades históricas”. Sus artículos afirmaban con vehemencia la paternidad de Francia sobre la nacionalidad paraguaya, argumentos sostenidos sobre las características más despreciables del tirano y de su gobierno, en tanto, habían sido claves para la formación de la nacionalidad. En sus propias palabras:

[...] y el Paraguay vencedor de Belgrano en Cerro Porteño (así se llama hoy), vencedor de Velazco y olvidado después, cuando se acordó el Vireynato devorado por la anarquía, era una nacionalidad Sud Americana con un déspota sombrío, cruel tirano, es cierto, pero que formó una nacionalidad. Entonces la idea de patria no existía, pero el mismo error del tirano encerrado en el castillo de su locura en esa neurosis de silencio y de aislamiento, ha impreso al pueblo paraguayo un carácter profundamente diferente de todos los otros pueblos de la orbe. Es por esto que Francia es verdadero autor consciente o inconsciente de una nacionalidad paraguaya.<sup>28</sup>

Cecilio Báez (1863-1941) también publicó artículos en favor de Francia, uno en la revista de ciencias, literaturas, bellas artes e intereses generales, *La Ilustración Paraguaya* de Hermógenes Romero. El 31 de diciembre de 1888 “El dictador Francia. Fundador de la nacionalidad paraguaya”. Posteriormente, en 1891, escribió “Datos biográficos del Dr. Francia” en el periódico *La Democracia*, N° 3089 del día 09 de octubre.

En el texto sobre el fundador de la nacionalidad paraguaya Báez explicaba que “al escribir esta breve biografía del doctor Francia, trataremos [...] de no dejarnos arrastrar ni por la pasión ni admiración del tirano”<sup>29</sup>. Sobre los argumentos que sustentan la creación de la nacionalidad paraguaya por el dictador explicaba

Quedó Francia dueño único y absoluto del mando de la República. Para conjurar todos los peligros que amenazaban su independencia y crear una nacionalidad genuinamente paraguaya, apeló al terror, pues tenía que chocar contra enemigos internos y externos, y contra costumbres sociales y hábitos inveterados. A este fin se esforzó en destruir los porteñistas y realistas españoles, que eran los *detritus* dejados por la dominación española, destruyó los privilegios de la nobleza y del clero, favoreció la población criolla, que era el núcleo de la nacionalidad, proclamó la igualdad de clases, fomentó el

---

<sup>27</sup> Para mayores referencias: FUENTES ARMADANS, C. Sarmiento vs. Cañete: Polémica previa al surgimiento del novecentismo. In WHIGHAM, Thomas y CASAL, Juan. **Memorias de las V Jornadas Internacionales de Historia del Paraguay**. Tiempo de Historia: Asunción, en prensa.

<sup>28</sup> DE LA CRUZ AYALA. **Errores y verdades históricas**, p. 1.

<sup>29</sup> BÁEZ. **El dictador Francia**, p. 122.



cruzamiento de las razas, y expulsó del país a cuantos eran sospechosos de ser adictos a la causa de la anexión.<sup>30</sup>

La diferencia fundamental de Garay con sus antecesores consistió en que las afirmaciones que realizaba sobre el dr. Francia y otros hechos históricos se basaban en fuentes originales y veraces, que además eran citadas a pie de página, práctica que mantenía tanto en libros como en artículos periodísticos; exceptuando los que realiza con fines escolares. Esta forma de escribir provocó que sus afirmaciones perdieran la categoría de “opinión” o “tradicción” de algún sector político y/o tendencia historiográfica y pasasen a adquirir la categoría de “verdad histórica”, según la concepción del periodo.

Garay expresaba su opinión sobre algunos de los autores que habían “defendido” el papel de Francia en el Apéndice B de libro *La Revolución de la Independencia*,

que el Dr. Báez fue entre nosotros el primero que se sustrajo a las estrecheces de criterio con que se suele apreciar la vida política del Dr. Francia, y señaló a la gratitud pública los méritos que tiene contraídos con la patria. Aunque el Dr. Báez ha tenido precursores en algunos escritores extranjeros, su feliz y justa iniciativa es digna de elogio, como tendiente a introducir la imparcialidad histórica, que hartas quejas tiene de los pseudo-liberales que no creen que un tirano sea capaz de pensar ni hacer nada bueno.<sup>31</sup>

Los primeros escritos sobre el doctor Francia del joven Garay comenzaron a inicios del año 1896, aparecidos el 12 y 13 de febrero en el diario *La Opinión*, números 358 y 359 respectivamente bajo el título “Breves noticias sobre el Dr. Francia antes de 1811”. Los contenidos desarrollados en este artículo fueron incorporados en su libro *La Revolución...* específicamente en el Apéndice B.

Las discusiones que se expresan en los “diálogos”, en sentido figurado, pues este no existió propiamente, de Domínguez rebatiendo a Alberdi, a Báez, a de la Cruz Ayala y a Terán, como de Garay rebatiendo los argumentos de Domínguez y de Mitre, rescatando las opiniones de Báez y criticando las fuentes de autoridad utilizadas hasta el momento –Somellera, Belgrano-; así como el uso común de autores como Vicente Fidel López, indican que dichas discusiones deben ser comprendidas en un sentido más amplio, no como exclusivas de los autores que las escriben y si como diversas interpretaciones sobre los hechos históricos determinantes de la historia paraguaya y de la cuenca del Plata en el contexto posbélico.

---

<sup>30</sup> \_\_\_\_\_. *El dictador Francia*, p. 123.

<sup>31</sup> GARAY. *La revolución de la Independencia*, p. 197.



En este sentido las discusiones entre las diferentes posiciones y concepciones historiográficas de los autores “echan luz”, por usar un término de sus protagonistas, sobre una serie de discusiones de la época en torno a la historia, la patria, la nación, la república, sus hacedores, héroes, villanos y detractores. ¿Qué debería tener un personaje histórico para transformarse en un miembro del panteón de héroes en el Paraguay finisecular y de posguerra, cuáles son los criterios de exclusión e incorporación? ¿La nacionalidad paraguaya ya estaba conformada o se va construyendo progresivamente? ¿Los sucesos de mayo de 1811 inician la nacionalidad paraguaya o ésta última provocó la independencia? ¿Las ideas independentistas eran paraguayas o fueron “inoculadas” por el contacto con sus vecinos? ¿Era posible suponer que entre los paraguayos del periodo de la independencia haya habido facciones o grupos que hayan querido anexarse a Buenos Aires o al Imperio Portugués? Dimensionar la existencia de estas discusiones permiten comprender el tipo de clima intelectual que se vivenciaban en el país a fines del siglo XIX.

### **El héroe de la independencia: Dr. Francia**

“Por eso, la verdad histórica puede ser equiparada a las nubes, que solamente ganan forma a la distancia de los ojos.” Wilhelm von Humboldt, 1821.

El argumento principal de Domínguez consistió en demostrar que Francia no fue relevante para la gesta independentista. Para sustentar su tesis niega las acciones de Francia en el proceso, sino que presenta la gesta demostrando la intrascendencia y la falta de relevancia de las acciones del dictador.

Nuestra hipótesis es que para Domínguez no hubo conductor porque la gesta independentista fue un movimiento autónomo y con dinámica propia, no necesitaba líderes. En tal sentido, aclaraba que “las relaciones del caudillo argentino [Belgrano] con Cabañas, los Yegros y otros pudieron talvez precipitar un acontecimiento que por la fuerza natural de los hechos debía de suceder, pero de ningún modo fueron su causa generadora”<sup>32</sup>.

La “fuerza natural de los hechos” era la fuerza de la nacionalidad paraguaya construida casi desde los inicios del contacto con los españoles que venía gestando internamente la necesidad de independizarse, el contacto con Belgrano pudo haber “acelerado” pero nunca creado ni generado un proceso que venía de larga data, casi tres siglos.

---

<sup>32</sup> DOMÍNGUEZ. *Fin de los autores de nuestra independencia*, p. 10.





Sobre las posibilidades de identificar algún líder para un proceso que no necesitó conductores, Domínguez afirmaba “nuestra independencia a cuya consecuencia él [Francia] no contribuyó estaba asegurada desde el fracaso de Belgrano en Paraguari”<sup>33</sup>. En esta oración añade una nota al pie de página aclarando que según Mariano Antonio Molas en su texto *Descripción de la provincia del Paraguay* sostenía que “el alma de la revolución de Mayo fue Somellera”.

Inicialmente podríamos suponer que es una contradicción que Domínguez cite a un autor –Molas- que afirma la existencia del alma de la revolución cuando su hipótesis general sobre el proceso revolucionario es que no necesitó “almas” pues era un proceso que estaba en curso. Sin embargo, la cita de Molas adquiere otro sentido cuando se interpreta como un argumento a favor de contrarrestar el papel de Francia y no tanto el papel de Somellera.

Como hemos dicho el objetivo principal de Domínguez era demostrar que Francia no solo no fue el conductor de la revolución, sino que sus aportes para combatir los intereses extranjeros –Imperio Portugués y las Provincias Unidas del Río de la Plata- no tuvieron ninguna relevancia. Dichos intereses, para la perspectiva del autor, no existieron como tal en ese periodo sumado al explícito rechazo de la población paraguaya hacia estas naciones. Posteriormente en su argumentación Domínguez sostendrá que fue interés del propio Francia anexar Paraguay al Imperio Portugués y luego a la Monarquía española. Para Domínguez el “porteñismo” nunca fue fuerte en Paraguay, ya que desde antiguo los paraguayos miraban con recelo a Buenos Aires por cuestiones de carácter económico sobretodo. Además, explicaba que:

Buenos Aires no se hallaba en condiciones de arrastrarnos tras la cola de sus provincias. Ocupado en conquistar su libertad a fuerza de heroísmo y sacrificios infinitos (pues no la obtuvo tan fácilmente como nosotros) al principio, lacerada más tarde la República Argentina por la lucha entre federales y unitarios, que de motín en motín debía alzar por fin al poder a Rosas, tenía bastante que hacer conquistándose a sí misma antes de que tuviera medios de conquistar al Paraguay. Sus continuas agitaciones a las que contribuían aun patriotas eminentes como Dorrego y Rivadavia, no le daban un minuto de tiempo sino para enviarnos diplomáticos que nada pudieron conseguir. ¿Podría estallar en el Paraguay una revolución favorable a Buenos Aires?<sup>34</sup>

Con estos argumentos Domínguez quita fuerza a la necesidad de tener que luchar contra Buenos Aires puesto que lo máximo podrían llegar a hacer era enviar diplomáticos, en este sentido las acciones de Francia relacionadas a proteger al Paraguay de Buenos Aires son absolutamente innecesarias e inútiles.

---

<sup>33</sup> \_\_\_\_\_. **Fin de los autores de nuestra independencia**, p. 09.

<sup>34</sup> DOMÍNGUEZ. **Fin de los autores de nuestra independencia**, p. 09.



Para contextualizar y comprender los argumentos elegidos por Domínguez para descalificar el papel de Francia en la gesta independentista debemos revisar los argumentos del dr. Cecilio Báez, quien sostenía que:

esta franca y enérgica declaración era necesario hacer a la Junta de Buenos Aires que a pesar de la derrota de Belgrano y consiguiente capitulación en Tacuarí, seguía alimentando la ilusión de que el Paraguay era argentino y debía someterle. Pero Francia que quería la independencia absoluta, a todo trance, supo con su astucia hacer fracasar todos sus planes y abortar todas las conspiraciones que tendían a realizar la anexión. De ahí el odio de los anexionistas argentinos contra el hábil dictador y la nacionalidad que él fundó.<sup>35</sup>

Otro sólido argumento para quitar el protagonismo de Francia en luchas que, a los ojos de Domínguez, no existieron versaba sobre la presencia y existencia de anexionistas a Buenos Aires y/o “aportañados” en el periodo de la revolución Domínguez reconoce su existencia e incluso nombra a uno, pero no tenían fuerza representativa para inclinar los intereses de la nación y como ya se citó Buenos Aires no tenía estructura ni interés para invadir a Paraguay y este a su vez no tenía espíritu para someterse.

Sobre el otro vecino con sentimientos anexionistas, el Imperio Portugués, Domínguez se preguntaba “¿pondría en peligro la existencia del Paraguay el avance de los portugueses hacia nuestras fronteras Norte y Este?”<sup>36</sup> y explicaba:

Ni la diplomacia ni las fuerzas del Brasil han hecho correr riesgo alguno al Paraguay, ni aún después trasladarse la Corte de Lisboa a Rio de Janeiro [...]. Algunas negociaciones fueron entabladas por la diplomacia portuguesa en el sentido de arrastrarnos, pero sin probabilidades de éxito porque los brasileros siempre habían sido mirados por el Paraguay con el más profundo desdén. Una proposición vergonzosa fue acariciada por Francia y de esto hablaremos en otro lugar.<sup>37</sup>

Suponemos que este argumento pretende corregir la afirmación del dr. Báez que sostenía que “habiéndose hecho sospechoso Velazco de tramar una contrarrevolución, de acuerdo con el príncipe regente de Portugal, cuya corte se había trasladado a Rio de Janeiro, fue depuesto y arrestado con muchos otros realistas”<sup>38</sup>.

Luego de mostrar y demostrar que casi no había peligros de invasiones externas sumado a la preexistencia de la nacionalidad, los aportes de Francia hacia la independencia eran absolutamente irrelevantes, Domínguez agregaba otro argumento que:

---

<sup>35</sup> BÁEZ. *El dictador Francia*, p. 123.

<sup>36</sup> DOMÍNGUEZ. *Fin de los autores de nuestra independencia*, p. 10.

<sup>37</sup> \_\_\_\_\_. *Fin de los autores de nuestra independencia*, p. 11.

<sup>38</sup> BÁEZ. *El dictador Francia*, p. 122.



consta además en documentos que [Francia] no tenía fe en el triunfo de la causa americana, no obstante, sus arranques de fingido patriotismo al comienzo de su carrera. El cuidado que puso en destruir los papeles que relatarían su pensamiento a la posteridad, también da en qué pensar. De su astucia y su maldad podía esperarse esa monstruosidad. ¡Quién sabe!<sup>39</sup>

Domínguez quiere demostrar que además de no haber creado la nacionalidad, no haber jugado un papel relevante en la gesta independentista, Francia no creía en la causa paraguaya. Por estas razones y por su accionar posterior no merece estar en el bronce de los héroes nacionales.

Presentamos una larga cita de Blas Garay sobre uno de los últimos argumentos de Domínguez para ejemplificar la manera en que el joven leguleyo rebatía sus argumentos:

El cuidado que puso [Francia] en destruir los papeles que relatarían su pensamiento a la posteridad, también da en qué pensar” dice el señor Domínguez [pág. 12]. Existe sin embargo, en nuestro archivo muy buena copia de documentos relativos a la dictadura y algunos de ellos de tal naturaleza, que quien destruye con el propósito de ocultar sus actos y sus más secretos designios, no podía olvidarlos. La tradición relativa al incendio de los papeles de la secretaría del Dictador merece escaso crédito, primero, porque algunos decían y dicen que fue casual y otros que deliberado; segundo, porque no ha sido recogida por los escritores más cercanos a aquella fecha ni consta en las actas oficiales, siendo suceso de bastante bulto para no pasar inadvertido. La actual pobreza del archivo debe pues atribuirse a las pérdidas que sufrió en sus peregrinaciones cuando la guerra y por virtud de los robos que se hicieron después y del descuido con que se le custodió.<sup>40</sup>

Por otro lado, y en directa relación con lo anterior Garay va a exigir tanto al historiador como al protagonista narrador de sus memorias criterio imparcial para las pruebas a partir de las cuales realiza sus afirmaciones, aspectos que inferimos Garay consideraba que Domínguez no cumplía:

Yo no pretendo que el dr. Francia, sobre algunos de cuyos hechos he arrojado nueva y antes de ahora ignorada luz, invocar al perdón sino a la justicia y hacer que examinando sus actos con imparcialísimo criterio, *se vea la inconsistencia de muchos de las terribles acusaciones que pesan sobre su nombre y se conozcan los títulos que tiene a la gratitud de los paraguayos*. Abomínese en hora buena la implacable crueldad de su justicia, *aunque no conozcamos sus razones, pero no le calumniemos injustamente prohibiendo novelas que repugnan a cuento del Dictador* sabemos por ahora de sus mismos enemigos. Ya que no seamos indulgentes, siquiera seamos justos y ya que no disculpamos lo que parece vituperable, cuando menos reconozcamos y aplaudamos lo que es digno de loa.<sup>41</sup>

---

<sup>39</sup> DOMÍNGUEZ. **Fin de los autores de nuestra independencia**, p. 12.

<sup>40</sup> GARAY. **La Misión de Cloiria**, p.1.

<sup>41</sup> \_\_\_\_\_. **La Misión de Cloiria**, p.1. La cursiva es nuestra



## Los bandos enfrentados: historia imparcial vs historia patria.

“No cabe duda de que para el historiador es ley suprema la exposición rigurosa de los hechos, por muy condicionados y carentes de belleza que estos sean”. Leopold von Ranke, 1824.

La historiadora Ana Barreto afirma:

alguien considerado déspota [Francia] no podía ser el padre de la patria de una nación que se imaginaba a la par del concierto de las naciones civilizadas. La elección de quienes debían ser próceres había sido acertada [...], el capitán Cavañas [había luchado] contra los porteños (esclavitud de afuera) y Yegros y Caballero contra Francia (esclavitud interna).<sup>42</sup>

La respuesta al interrogante sobre cuáles eran los valores que debería poseer un héroe nacional habían sido expresados en diversos artículos y discusiones desde incluso antes de 1887, cuando se discutía desde el gobierno quien formaría parte del panteón de héroes nacionales. Como afirma Barreto para 1894 los héroes y los villanos del hito fundante de la nación y la patria ya habían sido escogidos, pero no todos estaban de acuerdo.

Una de las discusiones giraba en torno al papel que efectivamente había cumplido Fulgencio Yegros en la Independencia, así como sus intereses más cercanos a anexionar Paraguay a Buenos Aires que hacía una independencia total durante los primeros tiempos posteriores a mayo de 1811. Manuel Domínguez en su texto explicaba que Yegros “fue uno de los primeros en entusiasmarse por la idea de la independencia, cuando se hallaba en Itapúa, a las insinuaciones de Belgrano. Personalmente no pudo contribuir a la toma de los cuarteles porque se hallaba a 80 leguas de la capital y urgía a los revolucionarios adelantarse”<sup>43</sup>. Y específicamente sobre los rumores de los intereses porteñistas del héroe, fue enfático y contundente “no hemos hallado ningún dato histórico sosteniendo que Yegros sea porteñista. Nos inclinamos a creer que Gamba a calumniado a Yegros para favorecer a Francia”<sup>44</sup>.

La posición de Domínguez sobre no porteñismo de Yegros es clara, basa su argumento en la falta de datos históricos que así lo comprueben. Para dar mayor fuerza a su interpretación desautoriza las afirmaciones del colombiano Próspero Pereira Gamba, quien con un interés espurio de favorecer al dictador provocaba un daño colateral calumniando al héroe nacional<sup>45</sup>.

---

<sup>42</sup> BARRETO VALINOTTI. **Abnegación y patriotismo en la figura de la prócer Juana María de Lara**, p. 128.

<sup>43</sup> DOMÍNGUEZ. **Fin de los autores de nuestra independencia**, p. 07.

<sup>44</sup> \_\_\_\_\_. **Fin de los autores de nuestra independencia**, p. 09.

<sup>45</sup> “Francia y Yegros estaban en perfeccionismo acuerdo en la idea de abatir el elemento monárquico, como lo demostraron en su decreto de 2 de marzo de 1814, condenando a los españoles a muerte civil y prohibiendo contraer matrimonio con mujeres blancas y hostilizándolos de varias otras maneras, pero su opinión no era uniforme respecto a otros partidos, porque Yegros deseaba la incorporación de su patria a las provincias unidas y Francia temía la



Gamba conjuntamente con el napolitano Leopoldo Gómez de Terán, eran los redactores del *Compendio de Geografía e Historia del Paraguay*, texto que se utilizaba en todas las instituciones educativas del país desde 1879<sup>46</sup>. La relevancia del texto radicaba, como lo señala el historiador argentino Ignacio Telesca, en que fue la primera versión narrada de la historia del Paraguay luego de la guerra y que era el libro de enseñanza de todas las escuelas incluido el Colegio Nacional de Asunción, donde enseñaba Domínguez y había estudiado Garay<sup>47</sup>. En vistas al alcance que tenía la obra de “Terán y Gamba” es comprensible la referencia de Domínguez y la necesidad de marcar el error. Estos aspectos contextualizan con más claridad una de las frases finales del artículo de Domínguez donde afirmaba “nuestra historia aún no ha sido escrita, pero conviene ir preparando el juicio de la posteridad derramando la luz de la verdad sobre los puntos dudosos, a la medida de nuestras fuerzas”<sup>48</sup>.

Como ya lo hemos señalado Garay toma la posta sugerida por Domínguez de “derramar la luz de la verdad sobre los puntos dudosos” de la historia nacional y afirmaba en el artículo de la “Misión de Cloiria”

Aunque no le han faltado a Yegros entusiastas apologistas que le revistieran de cualidades que no están ni con mucho probado que poseyese, son muy pocos los que desconocen o niegan que deseaba la anexión del Paraguay a la Confederación Argentina. Algunos de sus defensores han creído que esta tradición era una calumnia inventada por Terán; pero viene de mucho antes y de autores de respetabilidad mucho mayor. Las pruebas son tan concluyentes que no puede vacilarse para pronunciar con ellas juicio.<sup>49</sup>

Los argumentos más contundentes de Garay para desacreditar las afirmaciones de Domínguez sobre Yegros las realiza en el libro *La Revolución...*, sostenidos sobre fundamentos de carácter historiográfico y erudito, las críticas se focalizan en la veracidad de las fuentes utilizadas: “muchos [autores] creyendo acaso un crimen de lesa patria afean ciertas figuras que la leyenda ha embellecido como no fue nunca el original, sostienen a pie juntillas que lo del porteñismo de

---

dominación de Buenos Aires como la de los españoles”. Cf. TERAN, Leopoldo. y GAMBA, Próspero. **Compendio de Geografía e Historia del Paraguay**. Asunción: Imprenta de la Reforma, 1879, p. 119, numeral 498.

<sup>46</sup> Año en que había sido aprobado por la Honorable Junta Económico Administrativa de la ciudad de Asunción como libro de enseñanza. TELESCA, Ignacio. La República de los historiadores del Paraguay posbélico. In: **Anuario de la Academia Paraguaya de la Historia**, Volumen LIII, Asunción: La Academia, 2013, p. 123-136.

<sup>47</sup> “Para 1890 el texto iba por su duodécima edición, a razón –en promedio– de una edición por año con una tirada total no menos a diez mil copias”. Cf.; TELESCA. **La República de los historiadores del Paraguay posbélico**, p. 124.

<sup>48</sup> DOMÍNGUEZ. **Fin de los autores de nuestra independencia**, p. 14. La cursiva es nuestra.

<sup>49</sup> GARAY. **La Misión de Cloiria**, p.1. Nota al pie número 19.



Yegros es calumniosa invención de algún escritor modernísimo, que la habría cometido no concibo con qué objeto”<sup>50</sup>.

Consideramos que Garay incluye en esos “muchos autores” a Domínguez y que el “escritor modernísimo” es Próspero Gamba. Antes de continuar con el argumento del joven leguleyo, es relevante aclarar que Garay no estaba de acuerdo en absoluto con las afirmaciones sustentadas en el *Compendio* de “Terán y Gamba”, tal es así que su primera publicación en diciembre de 1896 fue un *Compendio Elemental de Historia del Paraguay* que tenía el objetivo específico y explícito de suplantar al de “Terán y Gamba”:

Continuaba Garay:

Yo, que tengo de la historia tan alto concepto que antes rompería mi pluma que incurrir deliberadamente en falsedad, deploro no poder pintar a Yegros tan grande como muchos le quieren, pero me inclino ante la verdad y la escribo, porque si es malo achacar faltas que no existen, es también muy malo ocultar las que se conocieron y convertirse en cómplice de inmerecidas apoteosis. Y de que Yegros fue partidario decidido de Buenos Aires, aunque por fortuna incapaz de hacer prevalecer su Consejo, no me cabe duda, por las razones que siguen [...].<sup>51</sup>

Para Garay un historiador no puede callar la verdad, sea ésta impura y vil o vaya contra la Patria. El historiador imparcial está por sobre el historiador patriota. Esta posición se debe a su concepción del trabajo del historiador cuyo objetivo primordial es contar la historia verdadera. Es desde el lugar de la Verdad y el de la Historia Imparcial desde donde habla el joven leguleyo.<sup>52</sup>

En un tiempo en el que la construcción y la elaboración de las historias nacionales era la principal actividad del quehacer historiográfico/del historiador, las declaraciones de Garay hacían poner en duda qué era ser un buen historiador. ¿Contar la verdad de cómo ocurrieron en realidad los hechos por más que sea “un crimen de lesa patria” en tanto permita develar la historia que hay por detrás de las leyendas patrióticas o mantener dichas leyendas en pos de la patria?

La disputa entonces parece que es entre la historia patria y la historia imparcial o verdadera, pero a la distancia de más de un siglo con los protagonistas y emulando el razonamiento de Domínguez –de que la distancia trae claridad– afirmamos que el tema central era la historia como herramienta para construir la nación y la discusión más profunda era qué tipo de historia se debía hacer para narrar la verdadera historia de la patria.

---

<sup>50</sup> GARAY. *La revolución de la Independencia*, p. 142. Nota al pie número 2.

<sup>51</sup> GARAY. *La revolución de la Independencia*, p. 142-143. Nota al pie número 2.

<sup>52</sup> Para mayores referencias ver GÓMEZ, Bárbara. Verdad e Historia en “La Revolución de la Independencia de Paraguay” de Blas Garay. In: *Revista Estudios Paraguayos*. Asunción. CEADUC. En prensa.



## Las armas de la batalla: historiador imparcial, leyenda, tradición

“La ciencia y la exposición histórica son una misión que solo puede compararse con la del sacerdote, por muy terrenales que sean los temas sobre que se vea. Las corrientes del día se esfuerzan siempre en imponerse al pasado y en interpretarlo con su propio sentido. La misión del historiador consiste en comprender y hacer que los demás comprendan el sentido de cada época por la época misma. Tiene que esforzarse por mucho trabajo que le cueste, en captar con toda imparcialidad el objeto mismo de sus investigaciones, y nada más.” Leopold von Ranke, 1873.

Las discusiones en torno a la gesta independentista nos indican que el problema no era únicamente quienes fueron los protagonistas quienes estaban a favor o en contra sino a partir de qué razones se había producido la independencia del Paraguay, no solo de España sino también de las provincias que componían el antiguo Virreinato del Río de la Plata.

Existían una serie de textos que detentaban el carácter de autoridad como *Las notas* del argentino Pedro Somellera (1774-1854)<sup>53</sup>, teniente asesor letrado del gobernador Bernardo Velazco, quien atestiguaba que la gesta había sido producto del contacto de los militares con el general Manuel Belgrano en Paraguari y que, en realidad, el gestor original de la independencia paraguaya sería el mismísimo general argentino. La obra *Historia de Belgrano y de la Independencia Argentina*<sup>54</sup>, de 1857, del historiador argentino Bartolomé Mitre (1821-1916) sostenía la misma idea. Pero su aporte más sustantivo a la consolidación de la versión de Somellera fue el sólido relato que elaboró describiendo pormenorizadamente cómo sucedieron los hechos simulando el efecto de un relator presente en los sucesos narrados. Aseveraba que fue Belgrano quien “inoculó” las ideas revolucionarias a los generales paraguayos. Al final del relato mitrista aparece la cita de Somellera cumpliendo un papel de carácter ilustrativo más que de comprobación de las ideas sostenidas.

---

<sup>53</sup> SOMELLERA, Pedro. Notas a los Capítulos del Ensayo histórico relacionados con la revolución del Paraguay, agregados a RENGGER, Juan y LONGCHAMP, Marcelino. **Ensayo histórico sobre la revolución del Paraguay**. Buenos Aires: Imprenta y librería de Mayo, de C. Casavalle, 1883.

<sup>54</sup> “Mientras se preparaban los elementos indispensables para repasar el Paraná, la comunicación diaria entre el campamento patriota y paraguayo continuaba, y se conquistaban por este medio nuevos prosélitos a las ideas de independencia y libertad, despertándose por ejemplo la ambición de los nativos. Belgrano por su parte, a la vez que cultivaba con esmero las buenas disposiciones de Cabañas, iniciaba a los oficiales que venían a visitarle en los misterios de la revolución, pulsando las cuerdas más sensibles del corazón humano. Poco a poco fue atrayéndose a los jefes más influyentes del ejército paraguayo, haciéndoles varios presentes, encargándoles de hacer distribuciones de ganados entre los pobres de la comarca, y entregó a cada uno de ellos una cuartilla de papel escrita de su puño y letra, en la cual se exponían brevemente las ideas que Buenos Aires se proponía en su revolución. De este modo Belgrano llegó a ser el promotor de una verdadera conspiración, en la que el mismo Cabañas tomaba parte sin saberlo, obedeciendo al impulso de las influencias que lo rodeaba al hábil general patriota”. Cf.; MITRE, Bartolomé. **Historia de Belgrano y de la Independencia Argentina**. Buenos Aires: Felix Lajouane, ed., 1887. Edición aumentada y corregida, p. 401-402



La necesidad de esclarecer el “verdadero” origen de las ideas independentistas paraguayas es un interés tanto de Domínguez como de Garay. Ambos rechazan el argumento de la “inoculación” de las ideas revolucionarias por el general porteño con argumentos distintos. Por un lado, fue la ya formada nacionalidad paraguaya –Domínguez- y por otro el espíritu independentista paraguayo –Garay-, ambos pre-existentes, que permiten y explican los sucesos de mayo de 1811.

Una de las explicaciones que ambos autores – MD y BG – utilizan para desacreditar la paternidad argentina de los sucesos de mayo de 1811 fueron los argumentos de otro argentino, el historiador Vicente Fidel López (1815-1903), quien afirmaba en la primera edición, de 1883, de su obra de diez tomos *Historia de la República Argentina su origen, su revolución y su desarrollo político*, específicamente en el tomo III, en el capítulo IX “La expedición al Paraguay”, que:

Nosotros no podemos participar de la entusiasta leyenda con que se ha atribuido la revolución del Paraguay a las conferencias del general Belgrano con Cavañas y los hermanos Yegros. Los hombres, repetimos otra vez, no hacen milagros. Los que se pasan de admiración delante de los resultados que atribuyen a las negociaciones de *Tacuary*, prescinden de que las condiciones naturales del país y los del pueblo paraguayo tenían preparado ese resultado como una consecuencia forroza [forzosa] del tiempo, de la oportunidad, y de los hombres mismos que contribuyeron a él. Abandonando a su propio declive, el Paraguay se habría declarado *independiente de todos* en 1811, sin la expedición y sin las negociaciones del general Belgrano. Fue un error de la Junta adelantarse a los sucesos que eran fatales.<sup>55</sup>

Cuando V. F. López sostiene “no podemos participar de la entusiasta leyenda” se está refiriendo a los argumentos de su compatriota Mitre. Resaltamos la denominación que utiliza para referirse al relato mitrista “leyenda”.

Por otro lado, veamos como los autores paraguayos presentan la versión de V. F. López. En su texto de 1894, Domínguez explicaba que:

Los autores argentinos en su generalidad atribuyen a Belgrano la gloria de haber inculcado la primera noción de nuestra independencia a los cabecillas paraguayos que la conquistaron. Así el Paraguay aparece como que debe su emancipación a la República Argentina. Pero otro historiador argentino, más imparcial ciertamente, se encarga de rectificar tal error que relega a la categoría de una leyenda.<sup>56</sup>

Domínguez hace una nota al pie especificando “Vicente F. López –Véase su *Historia Argentina*, tomo III, pág. 366 y siguientes”. Resaltamos el término “historiador imparcial” y el

---

<sup>55</sup> LÓPEZ, Vicente Fidel. **Historia de la República Argentina su origen, su revolución y su desarrollo político**, Buenos Aires: Carlos Casavalle editor, Imprenta de Mayo, 1883. p. 366-364. Las cursivas son del original.

<sup>56</sup> DOMÍNGUEZ. **Fin de los autores de nuestra independencia**, p. 10.





papel que otorga en la construcción de un relato verdadero que corrige la “leyenda” mitrista que insulta el honor nacional. Luego Domínguez presenta la cita de V. F. López de esta forma:

Las condiciones naturales del país, dice, tenían preparado ese resultado, (la obra de nuestra independencia) como una consciencia forzosa del tiempo, de la oportunidad, y de los hombres mismos que contribuyeron a él. Abandonando a su propio declive, el Paraguay *se habría de declarar independiente de todos* en 1811, sin la expedición y sin las negociaciones de Belgrano.<sup>57</sup>

Aquí ya se vislumbran algunas de las premisas que componen la preexistente nacionalidad paraguaya herramienta fundamental de los argumentos de Domínguez y clave para la declaración de la independencia: las condiciones naturales geográficas del país y sus protagonistas –Yegros, Caballero, Cabañas-.

El mismo párrafo de V. F. López es utilizado por Blas Garay con el siguiente preámbulo:

¿Es justo conceder sólo al general porteño el honor de haber preparado con su predica los espíritus de los patriotas para aquella grande obra? No, por cierto, la historia imparcial sabrá dar a aquellos hechos toda la grande importancia que tienen, como precursores de la revolución, y restringir la influencia de la propaganda de Belgrano a los estrechos límites que la corresponden en justicia.<sup>58</sup>

Para Garay es la “historia imparcial”, como ente autónomo, la herramienta fundamental para desvelar la verdad de cómo sucedieron los hechos. La historia verdadera siempre se revela, la verdad cae por su propio peso, incluso un siglo después. Los argumentos del “historiador imparcial” hacen justicia a los “verdaderos” héroes paraguayos

Ya lo ha dicho además un eminente historiador argentino, el Dr. D. Vicente F. López, apreciando con imparcialidad rarísima en sus compatriotas la situación y espíritu de nuestro país en aquella época: “Nosotros no podemos participar de la entusiasta leyenda con que se ha atribuido la revolución del Paraguay a las conferencias del general Belgrano con Cabañas y los hermanos Yegros. Los hombres, repetimos otra vez, no hacen milagros, los que se pasan de admiración delante de los resultados que atribuyen a las negociaciones de Tacuary, prescinden de que las condiciones naturales del país, y las del pueblo paraguayo, tenían preparado ese resultado, como una consecuencia forzosa del tiempo, de la oportunidad y de los hombres mismos que contribuyeron a él. Abandonado a su propio declive, el Paraguay se habría declarado independiente de todos en 1811, sin la expedición, y sin las negociaciones del general Belgrano”<sup>59</sup>.

La “imparcialidad” característica que, según Garay y Domínguez, no es común en los historiadores argentinos, aparece como el diferencial sustantivo de V. F. López. La idea de

---

<sup>57</sup> \_\_\_\_\_. **Fin de los autores de nuestra independencia**, p. 10. La cursiva es del original y la aclaración entre paréntesis es de Domínguez.

<sup>58</sup> GARAY. **La revolución de la Independencia**, p. 119.

<sup>59</sup> \_\_\_\_\_. **La revolución de la Independencia**, p. 119-120.



historiador imparcial es fuertemente asociada a contar la historia “verdadera” oponiéndose a las “leyendas” elaboradas por otros y también a la tradición. Será Garay quien irá un poco más allá y referirá que la historia imparcial tiene el don de mostrar los sucesos cómo fueron, indicando las sutilezas y los “grises” de los hechos acaecidos. En este sentido no se puede afirmar con contundencia absoluta que Belgrano no influyó en nada. La idea de imparcialidad consiste en lograr mostrar los estrechos límites de algunas influencias, no es suplantarse una leyenda por otra, contar la verdad de los hechos no es negar la existencia de estos y si demostrar la dimensión que tuvieron en el proceso general, aunque esto implica la pérdida de “belleza” del relato.

### **Los verdaderos héroes de la independencia: nacionalidad y espíritu independiente**

Domínguez desestimaba el papel del elemento extranjero y externo en la gesta independentista “el porteñismo nunca se hizo temible en la Asunción”<sup>60</sup> señalaba. Esta afirmación no era solo contra Belgrano, también tenía la función de desestimar rumores sobre intereses paraguayos en ser anexados a las Provincias Unidas del Río de la Plata, especialmente si eran de los próceres de la independencia. Aclaraba además “los paraguayos desde antiguo miraban con recelo a Buenos Aires [...] porque ejercían cierto monopolio sobre nuestros productos. Estos resentimientos contribuían a que el Paraguay se hallará predispuesto contra Buenos Aires cuando sonó la hora de la Independencia.”<sup>61</sup> Estas afirmaciones le permitirán desestimar la función de Francia en el proceso de proteger a Paraguay de Buenos Aires, argumentos que De la Cruz Ayala y Báez le otorgaban.

La hipótesis de que la independencia se daría finalmente y pese a todo, era sustentada también sobre argumentos geográficos y explicaba que “nuestros linderos como pueblo libre estaban delineados en el mapa como estaban trazados en la imaginación de los paraguayos, mucho antes de 1811. Los ríos caudalosos y las montañas que nos circundan indicaban ya el esbozo de nuestra nacionalidad como entidad geográfica cuando todavía dependíamos del Virreinato del Perú o del Río de la Plata”<sup>62</sup>.

La nacionalidad y la libertad paraguayas son anteriores a las ideas de los hombres, tienen una base natural geográfica, esto es más fuerte y fundante que muchas acciones posteriores. Se comprende entonces que la independencia se iba a dar de todos modos porque la nacionalidad paraguaya ya estaba preformada. El argumento de la preexistencia de la nacionalidad dejaba en

---

<sup>60</sup> DOMÍNGUEZ. **Fin de los autores de nuestra independencia**, p. 09.

<sup>61</sup> \_\_\_\_\_. **Fin de los autores de nuestra independencia**, p. 09.

<sup>62</sup> \_\_\_\_\_. **Fin de los autores de nuestra independencia**, p. 10.



evidencia lo equivocado de la suposición de que Paraguay podía llegar a ser anexada por Argentina o Brasil, así como del papel del dr. Francia en ésta y en el proceso de defensa de la autonomía. Por el contrario Domínguez dirá que si en algún momento se pudo haber dado la anexión a los vecinos fue a causa de las acciones posteriores del propio Francia durante su dictadura. Como ya hemos citado en el primer apartado –cita 13- no hubo ningún fundador de la nacionalidad paraguaya porque ésta era pre-existente al propio Francia y a la independencia.

Para Domínguez la base de la patria era la sociedad y las bases de ésta eran: la libertad, la propiedad y la familia, aspectos todos que Francia destruyó sistemáticamente durante su dictadura, por ello no podía ser considerado como creador de la nacionalidad paraguaya. Otros elementos sobre los que Domínguez sustentaba la existencia de la nacionalidad eran:

nuestras costumbres, las semillas de la libertad que esparcieron los comuneros, la lengua predominante, tal vez la influencia jesuítica determinando un modo especial (por cierto bien triste), la sangre guaraní con la índole propia de la raza, transfundida en las venas españolas aquí más que en cualquier otra parte, hasta nuestro clima y nuestra riente naturaleza, imprimieron al Paraguay un sello original que le distinguía profundamente de las antiguas provincias del Río de la Plata y que debía contribuir a asegurar su autonomía.<sup>63</sup>

Todos los elementos identificados por el autor remiten a una concepción romántica de la nación surgida en las primeras décadas del siglo XIX en Europa.

Por su parte Garay no hablará específicamente de una nacionalidad paraguaya, pero se referirá a la existencia de un espíritu independentista paraguayo, con antecedentes similares a la nacionalidad de Domínguez, y a diferencia de este último insistirá en la relevancia sustantiva y determinantes del dr. Francia en todo el proceso.

Así como Domínguez respondía con sus escritos a De la Cruz Ayala y a Báez, Garay hará lo suyo contra Belgrano, Somellera y Mitre, así como contra el propio Domínguez. Seguidamente citamos un párrafo de Mitre y su percepción sobre el estado del Paraguay en los inicios del proceso revolucionario en mayo de 1810:

El Paraguay cuna de la civilización del Río de la Plata, era ya en 1810 el país más atrasado y más oprimido de la América del Sur. [...] Esta colonia, tan pacífica al tiempo de estallar la revolución que había vivido antes en perpetua agitación, sosteniendo sus fueros y franquicias en pugna con las tendencias invasoras del poder real y del espíritu teocrático; que había tenido sus comuneros y su Padilla decapitado en un cadalso, era a la sazón un pueblo sin vitalidad y sin energía moral. La sangre indígena había predominado al fin sobre la sangre europea, y la disciplina teocrática domado sus instintos de libertad.

---

<sup>63</sup> DOMÍNGUEZ. **Fin de los autores de nuestra independencia**, p. 11.



Las madres americanas, transmitiendo a sus descendientes su índole suave, su idioma y su temperamento, inocularon en sus venas la pereza. Esta acción, combinada con la influencia del clima tropical, había enervado la raza primitiva que conservaba empero algunos rasgos de su noble origen y su fecundo consorcio.<sup>64</sup>

Como se puede observar muchos de los elementos que para Domínguez formaban la nacionalidad paraguaya que permitió la independencia, según Mitre lo caracterizan como el país más atrasado. Al respecto Garay dirá:

Por eso fue tan fecunda en resultados la acción de Paraguay: no estaban todavía extirpadas las profundas raíces que echaron en la conciencia del pueblo las doctrinas y la revolución de los comuneros; aún recordaba el Paraguay los gloriosos días de su historia aquellas liberales instituciones, que le fueron arrebatadas en el castigo de la novedad y la audacia de sus concepciones políticas; el sentimiento de la independencia renacía con los mayores bríos en el corazón de los patriotas y la victoria de Cerro Porteño exaltó esas ideas [...].<sup>65</sup>

Las ideas independentistas habían estado dormidas, renacieron ante las amenazas e invasiones extranjeras. Así las instituciones e ideas liberales no eran una novedad de la posguerra en la nación paraguaya, tenían más de un siglo de antigüedad, esto permite comprender que según Garay “las ideas revolucionarias, que germinaban entonces casi espontáneamente en la América, tenían terreno más propicio en el Paraguay que ninguna otra de las colonias españolas.”<sup>66</sup> El autor consideraba que Paraguay estaba preparado y dispuesto para la independencia, esto se había iniciado ya con la crisis de la monarquía española bajo el poderío francés, específicamente el 13 de mayo de 1810 con la llegada de las noticias a Montevideo. Así el “espíritu de independencia” de que siempre dio el Paraguay patentes pruebas, se sublevó contra toda idea de anexión o sometimiento al nuevo gobierno implantado en la capital del virreinato.<sup>67</sup> Pero no fue solo el espíritu de la independencia lo que permitió el resultado final sino la claridad del dr. Francia de luchar por la libertad absoluta

atestigua la historia que las ideas revolucionarias tenían ya abierto camino, y constituían materias de desazones para el gobierno, mucho antes que Belgrano se comunicara con los paraguayos. No se había dado aún ninguna batalla contra los invasores, cuando ya opinaba y sostenía el Dr. Francia en la asamblea del 24 de julio de 1810 “que había caducado el gobierno español”; cuando eran deportados a Borbón algunos patriotas que deseaban implantar en el Paraguay el mismo sistema porque se regía Buenos Aires [...].<sup>68</sup>

---

<sup>64</sup> MITRE. **Historia de Belgrano y de la Independencia Argentina**, p. 360-361.

<sup>65</sup> GARAY. **La revolución de la Independencia**, p. 86-87.

<sup>66</sup> \_\_\_\_\_. **La revolución de la Independencia**, p. 112-113.

<sup>67</sup> \_\_\_\_\_. **La revolución de la Independencia**, p. 19-20.

<sup>68</sup> \_\_\_\_\_. **La revolución de la Independencia**, p. 118.



### **Reflexiones finales**

Mostrar la batalla historiográfica de fines del siglo XIX en torno al papel del Dr. Francia en los sucesos de la independencia tuvo como objetivo principal mostrar las discusiones que se daban en el ambiente intelectual de un país que estaba en un proceso de reorganización después de la sangrienta guerra contra la Triple Alianza. La construcción y la discusión del panteón de héroes nacionales no era una acción aislada de Paraguay, era un fenómeno histórico que había sucedido y que estaba sucediendo también en las naciones vecinas –Argentina, Brasil y Uruguay–.

Las percepciones contrapuestas de Manuel Domínguez y Blas Garay sobre las acciones del Dr. Francia nos muestran una disputa en torno a cómo se debe elaborar la historia y no a la función social que debe cumplir, pues claramente para los dos autores e incluso para De la Cruz Ayala, Báez, Mitre y V. F. López era hacer grande a la patria y mostrar este proceso.

La manera en cómo se elabora el relato, la importancia de utilizar fuentes originales y verdaderas para sustenta los argumentos esbozados es parte de lo que está en juego. Los contendientes principales de la batalla –Domínguez y Garay– están bregando por poder escribir la versión de la historia del Paraguay hecha por paraguayos, libre de leyendas creadas por extranjeros, contar la verdadera historia de la nación. El punto de fricción, la batalla, se produjo entonces en el terreno de la elaboración de la historia verdadera e imparcial –Francia protagonista de la gesta independentista- y sobre qué bases debe ser escrita.



# Memórias conflituosas no Oeste estadunidense

## Conflicting memories in American West

**Lucas Henrique dos Reis**

Mestrando em História

Universidade Federal de Uberlândia – Brasil

lucas\_henrique\_reis@hotmail.com

**Recebido em:** 15/04/2017

**Aprovado em:** 24/05/2017

**RESUMO:** Este artigo pretende analisar o Oeste estadunidense a partir de monumentos e discursos construídos sobre essa região e examinar a tensão que existe entre as narrativas sobre o passado, forjadas em vários espaços. Esse artigo mostrará as disputas em torno da memória nacional dos Estados Unidos e como memórias periféricas podem entrar em conflito com a Memória Oficial, que se pretende unívoca e globalizante.

**PALAVRAS-CHAVE:** Estados Unidos, Oeste estadunidense, Memória coletiva.

**ABSTRACT:** This article intends to analyze the American West based on monuments and discourses built upon this region and examine the tension existing between narratives about the past. This article will demonstrate fights around the national memory in the United States and how peripheral memories can conflict with the Official Memory.

**KEYWORDS:** United States of America, American West, Collective Memory

### **A Guerra pelas Black Hills**

Em 1874, uma expedição de mais de mil soldados da Sétima Cavalaria marchou em direção às Black Hills, uma região montanhosa do atual estado da Dakota do Sul, nos Estados Unidos, comandada pelo famoso general George Armstrong Custer. O objetivo da expedição era fazer um reconhecimento das montanhas para confirmar a existência de ouro naquele local. Entretanto, essa expedição enviada pelo governo estadunidense descumpria um tratado de 1868 que garantia aos povos indígenas da região, os sioux, a posse daquelas montanhas.

Desrespeitado o acordo, o general Custer confirmou que as montanhas estavam cheias de ouro. Depois da confirmação, grupos de mineiros brancos começaram a invadir as Black Hills, ou Paha Sapa, no idioma lakota, dos sioux. Nuvem Vermelha, um líder idoso dos sioux oglala – uma tribo relegada a uma reserva indígena depois de uma guerra na década de 1860 –, preferiu confiar nas cláusulas do tratado e esperar que o governo dos Estados Unidos enviasse o exército para expulsar os mineiros. Guerreiros mais jovens da tribo ficaram insatisfeitos com a diplomacia de



Nuvem Vermelha, rumaram para o norte saindo da reserva, e trocaram a liderança do chefe pacífico pela de Touro Sentado e Cavalo Doido, “que não viviam em reserva nem pegavam o que os brancos ofereciam”<sup>1</sup>.

Esse episódio da história do Oeste estadunidense é narrado por Dee Brown em *Enterrem meu coração na curva do rio*, um livro publicado originalmente nos Estados Unidos, em 1970. Brown diz na introdução do seu livro que a voz do índio, vítima do processo colonizador dos homens do Leste, quase sempre foi silenciada pela voz do homem branco. O objetivo de seu livro, então, é “armar uma narrativa da conquista do Oeste Americano segundo suas vítimas, usando suas palavras sempre que possível”<sup>2</sup>. Para isso, esse autor lança mão de vários tipos de documentos que registraram a voz dos sioux, dos cheyennes, dos comanches, dos apaches, dos navajos: ele se utiliza de registros de conselhos de tratados, de relatos escritos por índios publicados em jornais e panfletos, além de entrevistas com alguns indígenas feitas no final do século XIX por repórteres interessados nas histórias dos guerreiros e chefes do Oeste.

É a partir desses documentos que Dee Brown consegue contar os eventos da guerra pela posse das Black Hills: ações que, segundo o autor, “causariam a maior derrota jamais sofrida pelo Exército dos Estados Unidos em suas guerras contra índios e, em última consequência, acabariam para sempre a liberdade dos índios das planícies do norte”<sup>3</sup>.

Depois da comprovação da existência de ouro na região das Black Hills, o território começou a ser invadido por mineiros brancos, como dito anteriormente. Frustrando as expectativas de Nuvem Vermelha, o governo dos Estados Unidos não fez esforços para expulsar os mineiros. Pelo contrário, enviou uma comissão para tratar sobre a cessão das Black Hills. A reunião da comissão com os chefes indígenas, que aconteceu em 20 de setembro de 1875, foi tensa e a compra das montanhas, proposta inicial dos representantes do governo, parecia algo inviável. Touro Sentado e Cavalo Doido, dois chefes não submetidos aos brancos, eram lideranças importantes contra as propostas do governo. Vendo, então, que os índios não venderiam aquelas terras, a comissão – formada por um senador, um reverendo, um general e um agente comercial – decidiu oferecer um acordo pela exploração mineral das Black Hills. Os chefes indígenas, por sua vez, não queriam vender nem alugar as montanhas.

---

<sup>1</sup> BROWN, Dee. *Enterrem meu coração na curva do rio*. 8. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1980, p. 201.

<sup>2</sup> \_\_\_\_\_. *Enterrem meu coração na curva do rio*, p. 14.

<sup>3</sup> \_\_\_\_\_. *Enterrem meu coração na curva do rio*, p. 206.



Com o fracasso da comissão, várias decisões foram tomadas no Congresso, em Washington. Uma delas era fazer uma ameaça para garantir que a posse das Black Hills fosse cedida ao governo dos Estados Unidos. Outra decisão foi tentar submeter os “índios hostis” ao limite das reservas.

Essas decisões trouxeram prejuízos para os dois lados. Vários ataques foram organizados contra as tribos “rebeldes”. A maior batalha aconteceu no dia 25 de julho de 1876, conhecida como a Batalha de Little Bighorn, alguns quilômetros das Black Hills, quando uma divisão comandada pelo general Custer tentou atacar de surpresa uma aldeia indígena, mas foi surpreendida por guerreiros preparados. No fim, os índios, liderados por Touro Sentado e Cavalo Doido, venceram os rifles do exército e o general Custer foi morto em combate.

Segundo Brown, quando “os brancos do Leste souberam da derrota de Cabelo Comprido [como era conhecido o general Custer], chamaram-na de massacre e ficaram loucos de ódio”<sup>4</sup>. Assim, fizeram ameaças ainda mais severas aos índios das reservas, que nem tinham participado das batalhas, a fim de conseguirem a posse das Black Hills. Se os índios não entregassem as montanhas ao governo dos Estados Unidos, suas provisões, armas e cavalos seriam recolhidos pelo exército. As Black Hills, então, foram transferidas ao domínio do Estado. Enquanto isso, grupos do exército continuavam em busca dos “índios hostis”. Cavalo Doido foi capturado e morto em 1877 e Touro Sentado foi para o Canadá fugindo da mira dos soldados.

### **Monte Rushmore**

Na segunda metade do século XIX, a posse pelas Black Hills criou uma disputa entre brancos e índios. Os estados de Wyoming, Nebraska e Dakota do Sul, no norte dos Estados Unidos, foram palco de uma guerra que trouxe danos para os dois lados envolvidos no conflito. No século seguinte, entretanto, uma das montanhas das Black Hills foi transformada num dos mais visitados pontos turísticos do país.

Depois de aprovação no Congresso, um memorial começou a ser erguido numa das montanhas das Black Hills, com financiamento tanto do governo Federal quanto da iniciativa privada. O projeto para a construção do Monte Rushmore, do escultor Gutzon Borglum, foi aprovado em 1927 e só foi concluído em 1941. Segundo o próprio Borglum, o “propósito do memorial [Memorial Nacional do Monte Rushmore] é comunicar a fundação, a expansão, a

---

<sup>4</sup> BROWN. **Enterrem meu coração na curva do rio**, p. 217.





preservação e a unificação dos Estados Unidos com estátuas colossais de [George] Washington, [Thomas] Jefferson, [Abraham] Lincoln e Theodore Roosevelt”<sup>5</sup>.

O esforço para a construção do Monte Rushmore, então, era para uma celebração patriótica de “heróis nacionais”. O site oficial do memorial responde à pergunta: por que esses quatro presidentes? Gutzon Borglum disse que, na sua opinião, esses quatro presidentes “representam os eventos mais importantes da história dos Estados Unidos”. George Washington foi, segundo o site do Monte Rushmore, quem levou os colonos para a Revolução Americana para ganhar a independência dos britânicos; Thomas Jefferson foi o principal autor da Declaração de Independência e foi o responsável pela compra do território da Louisiana, em 1803; Theodore Roosevelt foi uma importante liderança quando a América experimentou um rápido crescimento econômico; e Abraham Lincoln manteve o país unido durante a sua mais difícil provação, a Guerra Civil.<sup>6</sup>



**Figura 1:** View of the sculpture from the Sculptor's Studio area. Credit: NPS Photo. Disponível em: <<https://www.nps.gov/moru/learn/photosmultimedia/photogallery.htm>>.

A foto acima é do acervo do site do Memorial Nacional do Monte Rushmore. É possível reconhecer os rostos dos quatro ex-presidentes estadunidenses, sendo que o busto de George Washington (o primeiro à esquerda) é mais proeminente, pois, segundo Borglum, ele é o mais

---

<sup>5</sup> HISTORY & Culture. **National Park Service.**

Disponível em: <[www.nps.gov/moru/learn/historyculture/index.htm](http://www.nps.gov/moru/learn/historyculture/index.htm)>. Acesso em: 06 de julho de 2016.

<sup>6</sup> WHY These Four Presidents? **National Park Service.**

Disponível em: <[www.nps.gov/moru/learn/historyculture/why-these-four-presidents.htm](http://www.nps.gov/moru/learn/historyculture/why-these-four-presidents.htm)>. Acesso em: 06 de julho de 2016.



importante dos presidentes representados na estátua esculpida a 150 metros de altura; mesmo assim, os outros rostos não deixam de ser imponentes e majestosos.

Se um paralelo for traçado entre o século XIX e o século XX, é possível perceber uma tensão em torno da posse da narrativa histórica dos Estados Unidos. O clima belicoso entre tribos indígenas, mineiros e o exército foi ofuscado, décadas mais tarde, por um empreendimento nacionalista no mesmo território que tinha sido palco de batalhas. O Memorial Nacional do Monte Rushmore nos promete a “História Americana viva em pedra”<sup>7</sup>; mas é perceptível que apenas uma versão da história do país está ali representada. Há, portanto, uma tensão, um território de disputa em torno da memória nacional, que privilegia determinados acontecimentos em detrimento de outros. Existe um embate entre a Memória Oficial, que comemora e enaltece acontecimentos como a Revolução Americana e a Guerra Civil, e outras memórias, que disputam espaço com essa memória instituída que se diz homogênea e universal.

### **A construção do Oeste**

Desde a sua independência em 1787, as antigas treze colônias inglesas na América empreenderam um movimento para dentro do continente, para o Oeste, em direção ao Oceano Pacífico.<sup>8</sup> Era um empreendimento que pressupunha o progresso da nova nação, combinando acordos diplomáticos, comerciais e ações militares durante o processo de anexação dos territórios que aconteceu durante todo o século XIX, desde a compra do território da Louisiana dos franceses, em 1803.<sup>9</sup>

Todo esse processo da marcha para o Oeste era justificado não apenas por explicações políticas e econômicas, mas também por argumentos religiosos e morais. Os estadunidenses entendiam que o espaço que se estendia a Oeste era um presente divino e ocupar esses espaços e disseminar os louros da civilização aos povos “selvagens” além da fronteira era o *destino manifesto* do povo “americano”. O processo de avanço da fronteira em direção ao Pacífico era, então, legitimado pela convicção nesse *destino*.

Baseado em princípios calvinistas de predestinação pela qual Deus escolhe seus eleitos, o *destino manifesto* pode ser definido como uma doutrina que preconiza a superioridade branca – em

---

<sup>7</sup> Esse é um slogan que aparece na página inicial do site oficial do Mount Rushmore National Memorial.

<sup>8</sup> Entretanto, é preciso considerar que a Marcha para o Oeste é menos um movimento interno e mais uma “ação norte-americana voltada para o exterior — isto é, uma intensa atividade no campo das relações internacionais em um período definido como de isolamento”. PECEQUILLO, Cristina Soreanu. Os Estados Unidos longe do mundo: o começo da política externa (1776 a 1898). In: \_\_\_\_\_. **A política externa dos Estados Unidos: continuidade ou mudança?** 2. ed. ampl. atual. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005, p. 55.

<sup>9</sup> JUNQUEIRA, Mary Anne. **Estados Unidos: a consolidação da nação**. São Paulo: Contexto, 2001, p. 40-45.



detrimento de índios e hispano-americanos – e o excepcionalismo “americano” para fundamentar a expansão territorial. Assim, “a superioridade americana é amparada por um poder ainda mais alto: a vontade de Deus, a Divina Providência”<sup>10</sup>. Há, portanto, um “suposto conhecimento da vontade divina”<sup>11</sup>. Com essa doutrina:

a expansão territorial era racionalizada e explicada não por interesses materiais, mas pelo dever que os norte-americanos tinham de espalhar e afirmar seu espírito e visão, sintetizados no par democracia/república. Aí, a combinação de cruzada e interesse, também característica de toda a política externa norte-americana, encontrou sua primeira expressão.<sup>12</sup>

Assim a colonização das terras do Oeste adquire esse caráter altruísta e os “americanos” tornam-se líderes naturais do progresso da civilização “afirmando-se possuidores de um preeminente valor social, uma missão excelsa, acreditavam estar predestinados a civilizar qualquer território classificado (por eles mesmos!) como bárbaro e inculto”<sup>13</sup>.

Os estadunidenses, então, entendiam a fronteira mais do que uma simples delimitação geográfica, que podia se mover em direção ao Oeste: a fronteira era também uma linha divisória entre a civilização e o *wilderness*. Segundo Junqueira, o *wilderness* seria todo aquele imenso espaço “vazio” que se estendia a Oeste, no século XIX, que significa sertão, lugar primitivo, selvagem e seria um presente de Deus ao povo do Novo Mundo<sup>14</sup>. Há, portanto, uma construção discursiva – feita por intelectuais, como políticos, literatos, historiadores, artistas, etc. – que justifica o tratamento violento dado aos povos indígenas, como descrito na primeira parte deste artigo.

E desnudar essa construção discursiva sobre uma região é a proposta feita por Durval Muniz de Albuquerque Júnior em seu artigo *O Objeto em fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região*. Por mais que esse autor trate sobre o campo da história regional, uma perspectiva diferente da adotada para esse trabalho aqui apresentado, é possível se apropriar de algumas reflexões para a análise da construção do Oeste estadunidense.

---

<sup>10</sup> FERES JR., João. *Latin America* na Linguagem Cotidiana. In: **A história do conceito de “Latin America” nos Estados Unidos**. Bauru, SP: EDUSC, 2005, p. 65.

<sup>11</sup> FERES JR. **A história do conceito de “Latin America” nos Estados Unidos**, p. 65.

<sup>12</sup> PECEQUILO. **A política externa dos Estados Unidos**, p. 57-8.

<sup>13</sup> JUNQUEIRA. **Estados Unidos**, p. 51.

<sup>14</sup> JUNQUEIRA, Mary Anne. Ao Sul do Rio Grande. In: **Imaginando a América Latina em Seleções: Oeste, Wilderness e Fronteira (1942-1970)**. São Paulo: Departamento de História, USP, 1998, p. 54. *Apud*. PRADO, Maria Lígia Coelho. Natureza e identidade Nacional nas Américas. In: **América Latina no Século XIX: Tramas, Telas e Textos**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Bauru: Editora da Universidade do Sagrado Coração, 1999, p. 187.



Albuquerque Júnior critica trabalhos historiográficos que, muitas vezes, tomam uma determinada região como “um objeto fixo, já dado, um objeto evidente, não-problemático”<sup>15</sup>. O espaço para os historiadores tem sido tratado como um dado constituído a priori, atemporal, imóvel. A proposta, ao contrário dessa visão não problematizadora, é considerar as lutas empreendidas para delimitação desses espaços, ou seja, uma elaboração discursiva que justifica uma demarcação de fronteiras. Não se pode, então, tomar o Oeste estadunidense como um espaço já constituído desde todo o tempo, mas compreendê-lo como um arranjo de discursos que criam noções espaciais que “são a base e dirigem projetos políticos, administrativos, culturais, éticos, estéticos que definem e delimitam fronteiras, domínios, territórios, lugares, regiões, nações”<sup>16</sup>.

Existe um esforço, de um poder específico, em determinar fronteiras e limites e reivindicá-las como sendo “naturais, ancestrais, divinos ou legítimos”<sup>17</sup>.

As regiões, portanto, não pré-existem aos fatos que as fizeram emergir; as regiões são acontecimentos históricos, são acontecimentos políticos, estratégicos, acontecimentos militares, diplomáticos, são produto de afrontamentos, de disputas, de conflitos, de lutas, de guerras, de vitórias e de derrotas.<sup>18</sup>

E, mais adiante, o autor completa:

As regiões, como qualquer recorte espacial, qualquer instituição ou construção espacial humana, são produtos de elaborações poéticas, de elaborações que chamaríamos de ficcionais, não no sentido de que não teriam compromisso com a verdade, que seriam mentirosas, mas de que são produtos das operações de dotação de sentido com que os homens procuram dominar o caos das coisas à sua volta.<sup>19</sup>

Problematizar o exercício de forjar a delimitação de uma fronteira ou de uma região é ir contra as forças que o fizeram<sup>20</sup>. Fazer história do regional, para Albuquerque Júnior, “não é afirmar a região; é colocá-la em questão, é suspeitar de sua existência naturalizada”<sup>21</sup>.

---

<sup>15</sup> ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. O Objeto em fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região. In: **Fronteiras**, Dourados, MS, v. 10, n. 17, jan/jun 2008. p. 56.

<sup>16</sup> \_\_\_\_\_. **O Objeto em fuga**, p. 57.

<sup>17</sup> \_\_\_\_\_. **O Objeto em fuga**, p. 58.

<sup>18</sup> \_\_\_\_\_. **O Objeto em fuga**, p. 58.

<sup>19</sup> \_\_\_\_\_. **O Objeto em fuga**, p. 62.

<sup>20</sup> “A chamada história regional corre o risco permanente de se constituir em instância de veiculação e legitimação de um dado recorte regional, de se tornar um saber a serviço das forças, dos interesses e projetos políticos que deram forma ou que sustentam um dado espaço dito e visto como regional”. Cf.; ALBUQUERQUE JÚNIOR. **O objeto em fuga**, p. 59.

<sup>21</sup> \_\_\_\_\_. **O objeto em fuga**, p. 63.



Deste modo, o Oeste anexado pelos estadunidenses ao território da jovem nação é mais do que uma região geográfica, que abriga suas montanhas, desertos e cânions. O Oeste e a sua definição como *wilderness* – sertão, lugar primitivo – são construções culturais, simbólicas, discursivas que são transformadas em práticas e ações. Tomá-lo como um lugar ermo e selvagem, incrustado num território desabitado é alinhar-se ao poder que sustentou tais argumentos, como advertido por Albuquerque Júnior.

No final do século XIX, mais especificamente em 1893, o historiador Frederick Jackson Turner interpretava o Oeste e o avanço da fronteira como um elemento excepcional da história dos Estados Unidos, que permitiu a criação de um novo tipo de democracia, livre dos vícios da Europa. O Oeste era, para Turner, um espaço de regeneração: um espaço selvagem que possibilitaria a renovação da virtude. Enquanto que, para o ex-presidente estadunidense Theodore Roosevelt – o mesmo homenageado no Monte Rushmore –, o Oeste era “uma arena onde raças se enfrentam e vencem as melhores” e “a conquista do Oeste comprova a superioridade saxã na América e a americana no mundo”<sup>22</sup>. As terras para além da fronteira não seriam mais o lugar da regeneração como na tese de Turner; o Oeste se torna uma terra selvagem, de perigo, aventura e violência.

Tanto Turner quanto Roosevelt criam interpretações sobre o Oeste e sobre a fronteira que explicam o avanço em direção ao Pacífico como algo positivo, justificando toda a violência utilizada no projeto expansionista. Ou seja, o Oeste não é um fato dado, mas um espaço fabricado que, como lembrado por Albuquerque Júnior, transforma-se em pretexto para projetos políticos, administrativos, culturais, etc.

Assim, há um esforço para a determinação de uma interpretação do mundo em detrimento de outras. A delimitação de fronteiras se dá a partir de lutas de interesses. Mas a versão que se afirma como legítima esconde, atrás de si, uma série de contradições, memórias.

Conhecendo os conflitos étnicos ocorridos no Oeste estadunidense no fim do século XIX e colocando-os em paralelo com as interpretações feitas por intelectuais sobre o processo de expansão territorial em direção ao Pacífico, percebe-se que há um choque entre duas memórias sobre os acontecimentos: uma construída pela ciência e pelos intelectuais e outra periférica, circulando por outros espaços que não os da academia.

---

<sup>22</sup> As discussões sobre Turner e Roosevelt estão em: OLIVEIRA, Lúcia Lippi. A América e a Fronteira: Turner e Roosevelt. In: \_\_\_\_\_. **Americanos:** representações da identidade nacional no Brasil e nos EUA. Belo Horizonte: editora da UFMG, 2000.



## Memórias conflituosas

No artigo *História, memória e ficção: que fronteiras?*, Sérgio Campos de Matos reflete sobre a relação entre história e memória a partir de três diferentes autores. Tanto para Maurice Halbwachs quanto para Pierre Nora e Jacques Le Goff, há uma distinção clara entre a memória histórica e a memória coletiva.

Halbwachs considera que as memórias coletivas “abarcariam num sentido muito amplo o que resta do passado na experiência vivida das comunidades humanas, comunidades urbanas ou rurais, grupos étnicos, profissões, etc”. Já a memória histórica “seria o produto de uma tradição historiográfica construída pelos historiadores fora do tempo vivido”<sup>23</sup>. Nora, por sua vez, pensa que a memória coletiva é “globalizante e sem fronteira”, “fluida”, enquanto a memória histórica seria “analítica e crítica”, “precisa e distinta”<sup>24</sup>. Já Le Goff definiu uma fronteira rígida entre as duas histórias: a memória coletiva seria “essencialmente mítica, deformada, anacrônica” e a dos historiadores deveria “esclarecer” ou “rectificar” a primeira.<sup>25</sup>

Entretanto, mais do que uma diferenciação entre as duas memórias, é preciso reconhecer uma relação íntima entre as duas: uma relação nem sempre amistosa, constituída de aproximações e afastamentos.

Como dito parágrafos acima, o Oeste estadunidense foi interpretado de maneiras distintas não apenas como um espaço, mas também como um movimento. Intelectuais, como Turner e Roosevelt, enfatizam o lado positivo do avanço sobre o Oeste, segundo seus pontos de vista: o avanço da civilização, a disseminação da democracia, a regeneração do “americano”. E para a efetividade de sua argumentação, desconsideram os aspectos negativos da marcha para o Oeste, como contado por Dee Brown: a dizimação de tribos indígenas, a morte de animais, como búfalos, que serviam para a caça, a devastação da natureza. Ou seja, mesmo que os trabalhos dos historiadores (e de outros cientistas) sejam construídos a partir de métodos científicos, sejam analíticos e aparentemente imparciais, é preciso considerar que eles ainda assim expõem pontos de vista de seu lugar de fala, como já escrevia Michel de Certeau.<sup>26</sup> Por outro lado, é preciso levar

---

<sup>23</sup> MATOS, Sérgio Campos. História, memória e ficção: que fronteiras? **História da historiografia**, Ouro Preto, n. 17, abril. 2015. p. 416. Disponível em: <<http://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/718>>. Acesso em: 20 de janeiro de 2017.

<sup>24</sup> NORA, Pierre. Entre mémoire et histoire. La problématique des lieux. In: \_\_\_\_\_. **Les lieux de la mémoire**. V. I. Paris: Gallimard, 1984, p. XXII. *Apud*. MATOS. **História, memória e ficção**, p. 416.

<sup>25</sup> LE GOFF, Jacques. **História**. In: \_\_\_\_\_. Enciclopédia Einaudi. V. I: Memória-História. Lisboa: INCM, 1984. *Apud*. MATOS. **História, memória e ficção**, p. 416.

<sup>26</sup> CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p. 65-119.



em conta que as narrativas e memórias negligenciadas na construção do discurso histórico, como as levantadas em *Enterrem meu coração na curva do rio*, também são constructos organizados a partir de enquadramentos e silenciamentos, mas isso será tratado logo mais adiante.

Retornando à memória histórica: ela não deve ser encarada como uma confirmação ou um esclarecimento das memórias coletivas, como dito por Chartier, mas também como uma construção discursiva alinhada a um poder com interesses específicos, como já tratado por Albuquerque Júnior.

Mesmo com essa discordância ao posicionamento de Chartier, é coerente considerar sua afirmação de que a “história passou a ser muito mais exposta à pressão das memórias colectivas”<sup>27</sup>. Dito isto, o livro *Enterrem meu coração na curva do rio*, do Dee Brown, aparece, em 1970, como um questionamento à memória histórica: memória essa que se alinha àquela que se diz Oficial. E, aqui, é necessário retornar à conclusão da primeira parte deste artigo que afirma existir uma disputa em torno da memória nacional. Mesmo que o livro de Brown seja escrito numa linguagem literária, com falas e diálogos precisos, o que levaria o leitor a desconfiar da sua “veracidade”, é razoável considerá-lo como um interlocutor de memórias negligenciadas pela Memória Oficial: é aceitável imaginá-lo como uma voz que emerge de memórias subterrâneas, que, como já falado, disputam espaço com essa memória instituída que se diz universal.

Michael Pollak é quem reflete sobre a oposição entre memória oficial e memórias subterrâneas. Para isso, Pollak começa o seu artigo *Memória, Esquecimento, Silêncio* citando, assim como Matos, o sociólogo Halbwachs. Esse sociólogo da escola durkheimiana não vê a memória coletiva como uma imposição ou violência simbólica; pelo contrário, acredita que há uma adesão afetiva das memórias individuais às memórias coletivas<sup>28</sup>; Halbwachs acredita, portanto, que há um processo de “negociação” – o que pressupõe trocas mútuas, conciliação – entre memória coletiva e memórias individuais.

Entretanto, os trabalhos mais atuais sobre o tema interessam-se “pelos processos e atores que intervêm no trabalho de constituição e de formalização das memórias”<sup>29</sup>. Então, a partir da análise dos excluídos e das minorias, esses trabalhos ressaltam a existência de memória

---

<sup>27</sup> LE GOFF. **História**, p. 44. *Apud.* MATOS. **História, memória e ficção**, p. 416.

<sup>28</sup> POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 3.

<sup>29</sup> POLLAK. **Memória, esquecimento, silêncio**, p. 4.



subterrâneas que se opõem à Memória Oficial. Essa perspectiva, ao contrário de Halbwachs, “acentua o caráter destruidor, uniformizador e opressor da memória coletiva nacional”<sup>30</sup>.

Tratando de três casos específicos – na Rússia, na Alemanha e na Alsácia-Lorena –, Pollak vai mostrando como memórias subterrâneas podem, em momentos de crise, entrar em confronto com a memória nacional. São memórias ora proibidas ora indizíveis ou vergonhosas que podem permanecer submersas durante dezenas de anos ou até mesmo séculos.<sup>31</sup> “Opondo-se à mais legítima das memórias coletivas, a memória nacional, essas lembranças são transmitidas no quadro familiar, em associações, em redes de sociabilidade afetiva e/ou política” e aguardam a ocasião correta para invadir o espaço público “e passar do ‘não-dito’ à contestação e à reivindicação”<sup>32</sup>. Um movimento que se opõe à uma memória enquadrada.

Para Pollak, o termo memória enquadrada, de Henry Rousso, é mais específico que memória coletiva.<sup>33</sup> É adequado, então, segundo o autor, pensar em questão de enquadramento da memória e de trabalho de enquadramento, coerente às propostas recentes que tem por objetivo perceber os sujeitos que participam do processo de constituição de memórias e seus interesses.

Referindo a um passado comum, com a intenção de fortalecer o sentimento de pertencimento de um grupo, o trabalho de enquadramento de memória, segundo Pollak, é capaz de fazer inúmeras combinações com diferentes elementos; “esse trabalho reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro”<sup>34</sup>. Percebe-se, então, que a memória está longe de ser um elemento imutável; é um ingrediente em permanente transformação, reinterpretação.

Assim como o cineasta ou o fotógrafo fazem seus enquadramentos, escolhem o melhor ângulo para uma tomada, privilegiam um elemento de cena em detrimento de outro para contar uma história ou reforçar um ponto de vista, profissionais também se esforçam para um trabalho de enquadramento, recorte, escolha, seleção da memória. Os rastros desses enquadramentos são, além dos “discursos organizados em torno de acontecimentos e de grandes personagens”, os objetos materiais, como monumentos, museus, bibliotecas<sup>35</sup>: “a memória é assim guardada e

---

<sup>30</sup> POLLAK. *Memória, esquecimento, silêncio*, p. 4.

<sup>31</sup> \_\_\_\_\_. *Memória, esquecimento, silêncio*, p. 8.

<sup>32</sup> \_\_\_\_\_. *Memória, esquecimento, silêncio*, p. 8-9.

<sup>33</sup> \_\_\_\_\_. *Memória, esquecimento, silêncio*, p. 9.

<sup>34</sup> \_\_\_\_\_. *Memória, esquecimento, silêncio*, p. 10.

<sup>35</sup> \_\_\_\_\_. *Memória, esquecimento, silêncio*, p. 10-1.





solidificada nas pedras: as pirâmides, os vestígios arqueológicos, as catedrais da Idade Média, os grandes teatros, as óperas da época burguesa do século XIX e, atualmente, os edifícios dos grandes bancos”<sup>36</sup>.

Percebe-se, portanto, que há um esforço institucionalizado em enquadrar memórias que tem objetivos precisos como o já citado desejo de reforçar o sentimento de pertencimento, assim como “manter a coesão interna” dos grupos e “defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum”<sup>37</sup>. Um esforço que, assim como o do cineasta ou do fotógrafo, é obrigado a excluir determinados elementos de cena para a construção de um argumento coerente. Mas os grupos dominantes, beneficiados pela dita Memória Oficial, tem apenas um aparente controle sobre a memória, pois o que ficou fora do enquadramento teima em aparecer diante das lentes das câmeras, ou melhor, no meio do espaço público. Por sua vez, a demora para a manifestação pública dessas memórias periféricas pode contribuir, segundo Pollak, para “reforçar a amargura, o ressentimento e o ódio dos dominados, que se exprimem então com os gritos da contraviolência”<sup>38</sup>.

A partir das reflexões feitas até aqui, é possível organizar e levantar hipóteses sobre o processo de enquadramento de memória nos Estados Unidos.

Grupos diversos fazem usos do passado, apropriam-se dele e o moldam da maneira mais conveniente. Não é apenas um interesse do Estado em forjar interpretações sobre o passado, mas também de grupos menores, de comunidades, de movimentos sociais, de partidos políticos, etc., com a intenção de justificarem suas ações no presente. Nos Estados Unidos, houve (e ainda há), assim como em todas as outras nações, um esforço de construção de uma identidade nacional que faz referência a um passado e a uma memória comum, mas, nesse processo de delimitação da memória conveniente, ou seja, de enquadramento da memória, muitas outras versões do passado foram negligenciadas.

Interpretações sobre o passado do Oeste estadunidense foram feitas levando em conta os aspectos positivos do avanço da fronteira, esquecendo-se de elementos trágicos desse processo. Essa tensão entre a memória Oficial, forjada com o auxílio da ciência, e as memórias periféricas é perceptível quando se observa a região das Black Hills, na Dakota do Sul. Se na década de 1920, ela é cenário de uma celebração de heróis nacionais brancos, na década de 1870, ela foi a causa de

---

<sup>36</sup> POLLACK. **Memória, esquecimento, silêncio**, p. 11

<sup>37</sup> \_\_\_\_\_. **Memória, esquecimento, silêncio**, p. 10

<sup>38</sup> \_\_\_\_\_. **Memória, esquecimento, silêncio**, p. 10.



batalhas sangrentas que trouxeram perdas para os brancos e para os povos indígenas da região. Há, portanto, uma versão vitoriosa sobre o Oeste estadunidense. O Monte Rushmore esculpido numa das montanhas das Black Hills mostra quem ganhou essa disputa de memória.

Entretanto, há apenas um aparente silenciamento do lado mais “fraco” da batalha. Como lembrado por Pollak, a permanência por anos de um passado mudo “é muitas vezes menos o produto do esquecimento do que de um trabalho de gestão da memória segundo as possibilidades de comunicação”<sup>39</sup>. Se uma versão positiva sobre o avanço sobre o Oeste estava sendo enaltecida, outra continuava percorrendo estradas mais tempestuosas através da história oral e os índios, posteriormente, conseguiram desestruturar os arranjos da memória oficial.

No momento da Guerra Fria, da perseguição contra os comunistas e da Guerra do Vietnã, movimentos, como os *beats*, os *hippies*, os *gays*, os negros e as feministas tomam conta dos Estados Unidos e passam a contestar o *American way of life*.<sup>40</sup> Os índios, por sua vez, nesse momento de crise da identidade nacional “americana” (e, conseqüentemente, da revisão do passado comum), organizam-se no *American Indian Movement* que, formalmente, existe desde 1968 — mesmo ano da promulgação do *Indian Civil Rights Act*<sup>41</sup> —, mas que “existe há 500 anos sem um nome”<sup>42</sup>.

Wittstock e Salinas, que em 1998 escrevem um histórico do *American Indian Movement* – AIM, dizem que até aquele momento o movimento tinha empreendido ações bem-sucedidas “contra o governo federal” para a proteção dos direitos das “Nações Nativas”, garantidos nos tratados e nas leis dos Estados Unidos.<sup>43</sup> O movimento mostra-se consciente de todos esses tratados quando, em 1972, envia uma comissão até Washington e apresenta uma série de alegações no formato de um manifesto chamado de *A trilha dos tratados quebrados*. Esse manifesto, disponível no site do AIM, apresenta vinte pontos para a definição de um novo relacionamento entre os nativos e o governo, para a renovação de contratos e a reconstrução de comunidades

---

<sup>39</sup> POLLAK. **Memória, esquecimento, silêncio**, p. 14

<sup>40</sup> FERREIRA, Neliane Maria. Paz e Amor na Era de Aquário: a Contracultura nos Estados Unidos. **Revista Cadernos de Pesquisa do CDHIS**, Uberlândia, v. 33, ano 18, 2005. p. 68

<sup>41</sup> Lei dos Direitos Cívicos Indígenas.

<sup>42</sup> WITTSTOCK, Laura Waterman; SALINAS, Elaine J. **A Brief History of the American Indian Movement**. Disponível em: <<http://www.aimovement.org/ggc/history.html>>. Acesso em: 17 de julho de 2016.

<sup>43</sup> WITTSTOCK; SALINAS. **A Brief History of the American Indian Movement**.



indígenas. Um desses pontos diz respeito especificamente à restauração de 110 milhões de acres tomados das nações nativas pelos Estados Unidos.<sup>44</sup>

A construção de um monumento em homenagem aos nativos americanos na região das Black Hills também mostra a emersão de memórias subterrâneas. Em 1948, o escultor Korczak Ziolkowski foi convidado pelo índio sioux Oglala Henry Standing Bear (Urso Sentado) para a construção de um monumento em homenagem a Cavalo Doido, o guerreiro que lutou na Batalha de Little Bighorn e foi oposição forte contra a tentativa do governo estadunidense em comprar as Black Hills, como já contado no início deste artigo. Cinco sobreviventes da Batalha de Little Bighorn estavam presentes na primeira explosão nas montanhas para dar início à construção da estátua<sup>45</sup>. O *Crazy Horse Memorial* foi então construído a 25 km do Monte Rushmore. Na imagem abaixo, é possível visualizar a montanha esculpida com o rosto do Cavalo Doido. Segundo o site, o Memorial Cavalo Doido tem, para si, a missão de “proteger e preservar a cultura, a tradição e a herança viva dos índios norte-americanos”<sup>46</sup>. Um caminho oposto ao da proposta do Memorial Nacional do Monte Rushmore.



**Figura 2:** Crazy Horse Memorial. Disponível em: <<https://www.visitrapidcity.com/parks-monuments/crazy-horse-memorial>>.

<sup>44</sup> TRAIL of Broken Treaties. **American Indian Movement**. Disponível em: <<http://www.aimovement.org/ggc/trailofbrokentreaties.html>>. Acesso em: 04 de fevereiro de 2017.

<sup>45</sup> CRAZY Horse Memorial Quick Facts. **Crazy Horse Memorial**. Disponível em: <<https://crazyhorsememorial.org/faq-main.html>>. Acesso em: 13 de julho de 2016.

<sup>46</sup> MISSION & Purpose. **Crazy Horse Memorial**. Disponível em: <<https://crazyhorsememorial.org/mission-purpose.html>>. Acesso em: 13 de julho de 2016.



E, em 1970, Dee Brown publica o *Enterrem meu coração na curva do rio*, questionando a memória nacional sobre o Oeste estadunidense:

Dee Brown, nesta sua obra que veio na hora certa, quando a consciência do povo norte-americano estava sendo incomodada pela guerra vietnamita e pela questão racial, conseguiu mostrar, em primeiro lugar, a grande tragédia do índio, uma minoria incômoda para a expressão desenvolvimentista de uma nação em progresso, que precisava de terras para ampliar seu território, para fazer estradas e colonizar o interior.<sup>47</sup>

A institucionalização do *American Indian Movement*, a reivindicação de milhões de acres de terras no manifesto *A trilha dos tratados quebrados*, a construção do *Crazy Horse Memorial* no território que foi disputado pelos povos indígenas e os depoimentos levantados em *Enterrem meu coração na curva do rio* mostram que, assim como o discurso hegemônico quer se apropriar do passado, a memória compartilhada pelos indígenas também faz enquadramentos, seleções do passado; o resgate de determinados episódios da história pelos indígenas mostra que, assim como a Memória Oficial, as memórias periféricas também são parciais e colocam em relevo o seu ponto de vista sobre a realidade. A emergência dessas memórias na segunda metade do século XX faz ver o posicionamento dos povos indígenas nos jogos de poder, nas disputas pela memória nacional. E, assim, eles se apropriam de sua história e de seu território, indo na direção oposta ao que é defendido nos textos de Turner e Roosevelt. Eles acabam por circunscrever sua visão do passado na narrativa homogeneizante da Memória Oficial. Não quero com isso diminuir o caráter opressor do processo de forjamento da memória nacional, mas sim considerar o protagonismo indígena em torno da posse da narrativa histórica dos Estados Unidos.

O passado é colocado no palco principal e questionado, reinterpretado, destrinchado. É possível perceber, enfim, que as memórias são campos de disputas constantes, de interesses diversos. Há um esforço de forjar uma memória Oficial aparentemente universal, que reforce o sentimento de pertencimento de um grupo, mas memórias negligenciadas, periféricas, subterrâneas, podem, em momentos de crise, desestruturar a memória institucionalizada, obrigando-a a se reinventar. E a intenção aqui não é pensar essa memória Oficial readaptada como a superação de uma versão anterior, mas sim como uma vitória ou uma derrota de um embate que não acabou.

---

<sup>47</sup> FERRAZ, Geraldo Galvão. Apresentação. In: BROWN. **Enterrem meu coração na curva do rio**, p. 10.



# Dimensões raciais e políticas educacionais: usos do passado na conformação dos valores estadonovistas

Racial dimensions and educational policies: past uses in shaping the values of the estadonovista

**Thiago de Souza Júnior**

Doutorando em História

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Faculdade de Formação de Professores

thiagojunior17@gmail.com

**Recebido em:** 04/04/2017

**Aprovado em:** 20/04/2017

**RESUMO:** O recrudescimento do nacionalismo é a principal marca do período que a historiografia convencionou chamar de Era Vargas (1930-1945). A preocupação com a unidade entre os diferentes atores sociais e colocar os diferentes setores do país nos trilhos da modernidade orientaram o conjunto de medidas elaborado pelo poder central. Porém, foi no Estado Novo (1937-1945) que iniciativas de políticas públicas mais intervencionistas foram adotadas para conformar suas normas e valores. A pretensão com a formação do sentimento patriótico fez das políticas educacionais peças fundamentais para realização de tal ambição. Assim, a literatura escolar, para além de suas funcionalidades educacionais, é considerada um dispositivo caro à divulgação do projeto político de coesão nacional. Neste artigo, analisaremos a abordagem feita sobre as relações raciais no livro didático de História. Para nós a preocupação do Estado com a unidade nacional envolve a busca por uma identidade que revelasse, entre outras coisas, papel desempenhado por cada um dos elementos étnicos na construção do país, a fim de forjar um pressuposto ideológico de uma relação racial harmônica.

**PALAVRAS-CHAVE:** Livro didático, Política educacional, Relações raciais

**ABSTRACT:** The recrudescence of nationalism is the main mark of the period that historiography called Era Vargas (1930-1945). The concern with the unity between the different social actors and putting the different sectors of the country in the tracks of modernity guided the set of measures elaborated by the central power. However, it was in Estado Novo (1937-1945) that more interventionist public policy initiatives were adopted to conform to its norms and values. The pretension with the formation of the patriotic feeling made of the educational policies fundamental pieces for the realization of such ambition. Thus, school literature, in addition to its educational functions, is considered a costly device for the dissemination of the political project of national cohesion. In this article, we will analyze the approach made on racial relations in the History textbook. For us the state's concern for national unity involves the search for an identity that reveals, among other things, the role played by each of the ethnic elements in the construction of the country, in order to forge an ideological presupposition of a harmonious racial relation.

**KEYWORDS:** Textbook, Educational politics, Race relations



## Introdução

O período compreendido entre as décadas de 1920 a 1940 pode, sem prejuízo, ser caracterizado como um tempo de importantes redefinições sociais do cenário brasileiro. Os estudos das relações raciais desenvolvidos pelos intelectuais e cientistas no Brasil tiveram suas originalidades e, pela singularidade de cada um deles, quiseram abrir caminhos para o provimento de uma nação “moderna”. Predominava, no entanto, desde o século XIX, a concepção de que a raça era um princípio organizador da sociedade e que pelo branqueamento, independentemente do método, o país alcançaria o pleno desenvolvimento.

Tal postulado não foi o único, porém, teve destaque durante um longo período. Ao seu lado, desenvolviam-se outras previsões, teorias e métodos para o desenvolvimento e formação do que seria “o povo brasileiro”. As ambigüidades em torno da miscigenação foram ganhando, pouco a pouco, espaço e novos contornos entre a intelectualidade. Além disso, a experiência e os resultados da Primeira Guerra Mundial foram fundamentais para incitar a gradual reavaliação que o conceito de raça passava no contexto nacional.

É importante não deixar de considerar que todos esses exames sobre a raça, independentemente das vertentes científicas que seus estudiosos seguiram ou fizeram suas apropriações, eram mobilizações que estiveram vinculadas à formação de uma identidade nacional. Por sua vez, o processo de construção da identidade da nação esteve relacionado a outros projetos que, igualmente, tinham abrangência nacional e propunham a formação do povo através de processos educacionais. Neste sentido, a educação, especialmente das crianças e dos jovens, assumiu lugar estratégico na construção identitária – cujo empreendimento não se limita à República –, bem como na divulgação e estabelecimento dos ideais republicanos e da cultura cívico-patriótica.

Consideramos que entre os anos 20 e 40 houve a exacerbação – isto é, a maior realização – daquilo que esteve em debate nos anteriores. Especialmente no que tange à educação nacional e seu elemento étnico. Não obstante, não queremos propor ou defender que as características da identidade nacional já estavam definidas e consolidadas no período em questão, tampouco, que elas foram compartilhadas e aceitas sem objeções pelos atores sociais. Como se sabe, é paradoxal definir a identidade *nacional*, pois, embora o termo dê margem a uma compreensão de singularidade, seu “estabelecimento” depende da interação dos indivíduos e dos elementos comuns. Neste caso, a língua é um importante traço de vinculação entre os sujeitos no processo



de construção da identidade de uma nação, por outro lado, as ações e os discursos políticos são fundamentais nesse processo.

Pensar a identidade nacional é, antes de tudo, compreender a existência de um amplo conjunto de elementos estratégicos à sua formação. Além disso, o processo de construção identitária decorre de uma mobilização contínua e sofre mutação ao longo do tempo. Desta forma, os discursos e as proposições são múltiplos, os sujeitos envolvidos nesse campo de disputa, que se estabelece sobre a consolidação da identidade nacional, batalham para defender e apontar em seus projetos os referenciais que podem singularizar a nação e unir seu povo. Desses apontamentos e formulações podemos sublinhar duas das características fundamentais apresentadas no processo de construção de identidade: a demanda do fator espaço-temporal e a competição entre os vários projetos que são postos ao mesmo tempo e com um denominador comum.

Consideramos que o projeto de construção de uma identidade nacional e o estabelecimento de uma nação coesa ocupou lugar expressivo na agenda do Governo Vargas (1930-1945), que apresentando adequações ao longo desses quinze anos, adquiriu maior expressão no Estado Novo (1937-1945). Para nós, o espaço escolar, em suas dimensões mais amplas e profundas que o lugar proporciona, constituiu-se como lugar privilegiado (mas não só) para realização de certos projetos estadonovistas. Ao dizer da historiadora Angela de Castro Gomes, floresceu no Estado Novo uma política cultural que consagrou uma cultura histórica marcada pela apropriação de autores, obras, discursos e práticas que falavam sobre “povo” e “nação”<sup>1</sup>. Acompanhando tal argumento, defendemos que entre as múltiplas e variadas iniciativas promovidas pelo Governo Central, a fim de divulgar suas normas e os valores a serem assimilados pelos cidadãos, a literatura escolar pode ser considerada, para além de suas outras funcionalidades educacionais, como um dispositivo caro ao projeto de coesão nacional. Aqui estamos nos referindo à dimensão racial do povo brasileiro e é sobre ela que queremos argumentar.

Embora o debate racial, a qual a intelectualidade nacional teve forte engajamento, tenha sido amplo e extremamente complexo nas décadas anteriores, acreditamos que a década de 1930 possibilitou um terreno profícuo à leitura das teorias de valorização e importância dos três

---

<sup>1</sup> GOMES, Ângela de Castro. Cultura política e cultura histórica no Estado Novo. In: ABREU, M., et. all. (Orgs.). **Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de História**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 51.



principais elementos étnicos que deram forma ao “povo brasileiro”. E isto se deveu ao conjunto de medidas que, engendradas pelos ideólogos do Estado, ao fazer uso do passado, o encarou como um “manancial de inspiração”. Neste conjunto, as reformas educacionais dos anos de 1931 e 1942, configuram para nós como uma das principais investidas do regime que encarou a educação como um problema nacional. Desde já, é importante mencionar que o enfrentamento de tal questão não foi uma ação exclusiva do Estado, antes, contou com a articulação dos diferentes intelectuais e instituições da época, o que pretendia, entre outras coisas, a constituição dos valores de uma burguesia ilustrada, “camada dirigente” da nação.<sup>2</sup>

O nacionalismo caminhava pela mesma esteira do pensamento autoritário. Deste modo, os programas oficiais de ensino, ao atentar da formação étnica do Brasil, explicitavam um projeto educacional que proporcionasse ao educando a compreensão de um encadeamento histórico e nele a importância dos elementos indígenas, negros e brancos à formação da história da pátria e do que seria “o povo brasileiro”. Nesta perspectiva, apoiando-nos na ideia de que a ambição por uma sociedade coesa balizou os objetivos desse Estado autoritário e centralizado – que em suas diferentes iniciativas divulgou as normas e os valores a serem assimilados pelos cidadãos –, seguiremos nossa argumentação recorrendo ao livro didático de Basílio de Magalhães<sup>3</sup>, **História do Brasil**, dedicado à terceira série do ensino secundário<sup>4</sup>.

No didático em questão, considerando que estava submetido às exigências da Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD), não nos interessa apresentar qualquer singularidade deste em relação aos demais livros escolares publicados em igual período. Aqui, recorreremos ao livro de Basílio de Magalhães entendendo-o em dupla funcionalidade: a) como instrumento de configuração própria do aprendizado escolar; e b) como dispositivo que, concebido e regulado pelo Estado com perspectivas pedagógicas, operou nas etapas de construção da nacionalidade pretendida pelo Governo Central. Portanto, dispositivos que recorriam ao passado não só por ofício da disciplina escolar (História), mas para buscar um “sentido” nos usos do passado que ali foram narrados. De modo mais restrito, limitaremos nossa análise à questão racial abordada no **História do Brasil**, de Basílio de Magalhães.

---

<sup>2</sup> ABUD, Katia. Currículos de História e políticas públicas: os programas de história no Brasil na escola secundária. In: BITTENCOURT, Circe. M. F. **O saber histórico na sala de aula**. 12. ed. São Paulo: Contexto, 2015, p. 34.

<sup>3</sup> Basílio de Magalhães era mineiro, professor-autor de conhecidos livros didáticos de História e de livros dirigidos a um público especializado, alguns deles abordando temas como, por exemplo, o folclore nacional – tema caro às aspirações da primeira metade do século XX no Brasil.

<sup>4</sup> MAGALHÃES, Basílio de. **História do Brasil**: 3ª Série. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1946.





## **O lugar do (livro de) ensino de história na cultura política proposta pelo Estado Novo**

Não é novidade considerar que os currículos e os programas escolares apresentam-se como um importante instrumento de intervenção do Estado no ensino. A educação, encarada como um problema nacional, ganhou no nível secundário, pela chamada Reforma Francisco Campos (1931), organicidade, tornando obrigatório a matrícula e a presença dos que pretendesse o acesso ao ensino superior do país. Somado a isso e aos reflexos da crise econômica internacional, a expansão do ensino secundário incentivou e exigiu a maior produção dos livros escolares no país e padronização de seu conteúdo, de modo a uniformizar o ensino nas instituições de nível secundário espalhado pelo território nacional.

Em 1938, já no contexto do Estado Novo, os didáticos – produto que, por uma definição muito superficial, sistematiza o conteúdo a ser abordado em sala de aula – passaram a ser submetidos às regras e normatizações da CNLD, a fim de que pudessem obter o registro de autorização para circular em todo território nacional. Conforme já mencionado, o nacionalismo e o autoritarismo criavam os contornos da política cultural estadonovista que em seus desdobramentos, no plano das políticas para a educação, apresentou um programa escolar profícuo à construção de uma identidade nacional e, por conseguinte, a uma retomada da concepção de Estado Nacional.

Em sociedade, os vínculos com as instituições (a família, a religião, a escola, o Exército etc.) são importantes meios para a construção do sentimento de pertença do indivíduo em um grupo, uma região (pátria) e uma nação.<sup>5</sup> A integração do indivíduo à nação é um processo que tem o espaço escolar como lugar privilegiado. Nele, o currículo traz alguns dos principais elementos para a formação da identidade da nação a serem assimilados por seus membros – um passado comum e que os unem, a língua etc. E os usos e resgates de elementos prontos e de referência ao passado nacional alimentaram o projeto ideológico do regime balizado pelo autoritarismo e a ânsia de consolidar uma identidade para a nação.

O espaço educacional revelou-se mais que um lugar da aprendizagem da matéria a ser ensinada. Com os programas curriculares e as orientações metodológicas elaborados pelas reformas educacionais de 1931 e 1942, o ensino secundário tornou-se o nível de instrução privilegiado de intervenção do Estado. Ao passo que, sob o controle exercido pelo Governo

---

<sup>5</sup> CATROGA, Fernando. Pátria e nação. In: JORNADA SETECENTISTA, 7º, 2007, Curitiba. *Anais...* Curitiba: UFPR, 2007.



Central, o ensino de História teve por competência a “formação humana” e “educação política” dos alunos, conforme portaria emitida pelo Ministério da Educação e Saúde Pública já em 1931. A política cultural elaborada pelos ideólogos do Estado Novo tomou para si a responsabilidade da formação da nacionalidade e, para a concepção de uma harmonia social com valores centrados na unidade do país, entendeu que a instrução da camada dirigente daria o norte às demais camadas do povo. É dispensável dizer que ao voltar atenção para o secundário, por estatística dos que tinham acesso a este nível de ensino face ao elevado índice de analfabetismo do país, os interesses do Estado para com a instrução pública tinham um público majoritariamente específico: a elite branca do país.

O Estado Novo encontrou na educação (mas não só nela) a viabilidade da execução de suas ações políticas. Os programas de ensino e suas respectivas orientações metodológicas foram idealizados com a finalidade de se criar o espírito nacional através de uma recuperação do passado da nação. Com o programa do nível secundário único para todo o país e sob a inspeção do Governo Central, o conteúdo veiculado pelos materiais de ensino – aqui estamos nos referindo especificamente ao ensino de História de Brasil – deveria valorizar as origens de um passado alicerçado no que Kátia Abud chamou de “três pilares da unidade nacional brasileira: unidade étnica, unidade administrativa e territorial e unidade cultural”<sup>6</sup>.

As políticas educacionais dos anos 1930 e 1940 redefiniram substancialmente os programas e a organização do ensino secundário no Brasil. As causas foram diversas e não se limitaram às demandas nacionais. As duas reformas da educação secundária do país, desse período, condensaram as perspectivas do Estado e as aspirações pedagógicas dos intelectuais ligados aos setores da burocracia estatal a partir das demandas do contexto nacional e internacional. Deste modo, as reformas do ensino secundário assinadas pelos ministros da pasta da recém-criada – sob o nome de Ministério da Educação e da Saúde Pública – Francisco Campos (1931) e Gustavo Capanema (1942)<sup>7</sup>, evidenciaram as articulações com as mudanças e continuidades do contexto e das estruturas sociais. No que diz respeito ao percurso da História como disciplina escolar, as grandes alterações de programa curricular – do estabelecimento da

---

<sup>6</sup> ABUD. Currículos de História e políticas públicas, p. 34.

<sup>7</sup> A dissertação de mestrado de Luís Reznik, é uma importante referência para uma compreensão mais detida sobre as implementações e os desdobramentos das Reformas de 1931 e 1942. Nela o autor privilegia ainda o engajamento dos intelectuais e os rumos que tiveram o ensino de História e os livros didáticos, no período em que se verifica um primeiro esforço de legal de centralização dos programas e orientações metodológicas do ensino secundário do país. Cf: REZNIK, Luís. **Tecendo o amanhã** (a história do Brasil no ensino secundário: programas e livros didáticos 1931 a 1945). 1992. 183 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1992.



disciplina da História da Civilização (1931); ao retorno da História do Brasil e Geral como disciplinas “autônomas” na grade curricular do ensino secundário (1942) – não deixaram de reafirmar a questão da formação da nacionalidade e identidade nacional que ocupava na agenda dos nossos intelectuais há bastante tempo.

Com isso, é bom lembrar que, para além dos objetivos práticos (o da adaptação à vida cívica e econômica) esperados do ensino secundário aos educandos, as reformas conjugaram os interesses do Estado e da educação. Nas palavras Katia Abud, “na medida em que os indivíduos seriam moldados pela ação representação conservadora” e, pelos objetivos atribuídos ao ensino de História, os programas faziam uso do passado para salientar “a continuidade histórica do povo brasileiro, base do patriotismo”<sup>8</sup>. O campo da educação constituía-se um importante instrumento ideológico e de divulgação dos valores e das normas que, pelo discurso político, tinham centralidade na unidade e identidade da nação.

O programa, desenvolvido pelo Estado e pelos intelectuais a ele ligado, teve a História, enquanto disciplina escolar, um importante aliado na legitimação desse discurso. O livro didático – que depois de 1931, teve o conteúdo ali abordado definido por comissões do Ministério da Educação e Saúde Pública – constituiu-se não só meio de divulgação do conhecimento histórico, como também um instrumento de legitimação de um saber, cujas finalidades eram claramente propostas e reguladas pelo Estado.<sup>9</sup> Com isso – considerando que os conteúdos abordados no texto escolar, previamente definido, tornam-se, pela escrita dos autores, elementos articuladores da identidade e unidade nacional –, o livro didático é um documento histórico.

No bojo das demandas sociais e do “caráter utilitário” do ensino de História aos interesses político-ideológico, o qual se referiu Katia Abud, o livro didático pode, enquanto uma valiosa fonte documental, sinalizar algumas das articulações que teve a cultura política do (que se mostrou predominante no) Estado Novo com a cultura histórica. Considerando a amplitude que permeia esta última categoria, o livro didático pode ser compreendido como produtor de uma das formas de abordagem do passado num determinado tempo/lugar. É neste sentido que eles só estabelecem a relação entre a história acadêmica e a história escolar (cujo público é consideravelmente maior), como, ao recortarem e simplificarem fatos do passado em suas

---

<sup>8</sup> ABUD. Currículos de História e políticas públicas, p. 35.

<sup>9</sup> ABUD, Katia. O ensino de História como fator de coesão nacional: os programas de 1931. **Revista Brasileira da História**, São Paulo, v. 13, n. 25/26, set. 92/ago. 93, p. 166-167.



narrativas, atendendo o estabelecido pelos programas oficiais, criavam diálogo com um projeto de nação em curso.<sup>10</sup>

Parece necessário e oportuno considerar a complexidade que envolve a análise sobre o livro didático. As diferentes formas de uso e funcionalidades estão, em cada tempo, para além de uma pedagogia escolar. Pesquisador do livro escolar, Alain Choppin aponta que as funções exercidas por esse material – referencial; instrumental; ideológica e cultural; e documental – e suas variações são influenciadas pelo “ambiente sociocultural, a época, as disciplinas, os níveis de ensino, os métodos e as formas de utilização”<sup>11</sup>. Fatores que contribuem ou deveriam contribuir para evitar uma análise condenatória ou reducionista sobre o material escolar.

Essa dimensão complexa, própria do livro didático, nos auxilia para compreender sua grande participação na difusão e consolidação de ideias (políticas, religiosas etc.) e vê-lo alocado entre as fronteiras do Estado e o futuro da nação. Sobre esse aspecto, o didático é “instrumento privilegiado de construção de identidade”<sup>12</sup>, portanto, as narrativas que o compõe não são aleatórias. Ao contrário! Seu conteúdo passa por uma criteriosa avaliação durante seu complexo sistema produtivo e atenta-se aos compromissos educacionais em torno da identidade nacional, cujas finalidades variam conforme o contexto de sua publicação.

Ao acompanhar a trajetória da história, enquanto disciplina escolar, nos programas oficiais, Circe Bittencourt aponta que em diferentes momentos sócio-político a configuração da identidade nacional passou por redefinições, no entanto, não deixou de se comprometer com a “constituição de um sentimento nacionalista e [de] uma concepção de povo”<sup>13</sup>. Acerca das abordagens do conteúdo escolar sobre o “*povo brasileiro*”, a autora considera que o período que

---

<sup>10</sup> Estamos operando com a noção de “cultura histórica” a partir de Jörn Rüsen. Para ele, “a cultura histórica se refere a uma maneira particular de abordar interpretativamente o tempo, precisamente aquela que resulta em algo como ‘história’ enquanto conteúdo da experiência, produto da interpretação, medida de orientação e determinação da finalidade”. Tais fatores (percepção, interpretação, orientação e finalidade), ampliam as possibilidades de representação do passado que estão para além dos cânones historiográficos. RÜSEN, Jörn. ¿Qué es la cultura histórica?: Reflexiones sobre una nueva manera de abordar la historia. In: **Cultura Histórica**. Tradução de Marcos F. Sánchez Costa e Ib Schumacher, p. 6. (Tradução livre para o português). Trata-se de uma categoria que permite visualizar, em certa medida, as apropriações feitas nas construções de discursos e ações de fins políticos que, por sua vez, tem um sentido tridirecional no tempo (passado, presente e futuro). Por esse movimento de apropriações e interpretações pelos diferentes agentes sociais é interessante compreendermos a noção de “cultura histórica”, tal como propõe Angela de Castro Gomes (2003), numa perspectiva plural e, portanto, que mantém disputa com outras, assim como ocorre com a cultura política.

<sup>11</sup> CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. **Educação e Pesquisa**. São Paulo: v. 30, n. 3, set./dez., 2004, p. 553.

<sup>12</sup> \_\_\_\_\_. História dos livros e das edições didáticas. p. 553.

<sup>13</sup> BITTENCOURT, Circe M. F. Identidades e ensino de história no Brasil. In: CARRETERO, M. et al. (Orgs.). **Ensino de história e memória coletiva**. Porto Alegre: Artmed, 2007, p. 34



decorre desde os últimos anos do século XIX até 1945, redefiniu os contornos da identidade nacional, identificando-o como “identidade nacional patriótica”.

Nesta fase, a identidade nacional é direcionada ao “fortalecimento de um nacionalismo patriótico e de sedimentação de uma história nacional com passado homogêneo, sem conflitos e único para todos os brasileiros”<sup>14</sup>. Assim, se as preocupações sobre a modernização do país, das primeiras décadas republicanas, encontraram nos anos 1920 “um período fértil de manifestações e debates de caráter social e cultural, nas quais a educação era um tema frequente”<sup>15</sup>, as décadas de 30 e 40 produziam e colhiam, segundo o discurso político estadonovista, os frutos da ordem social e política.

O ideário nacionalista e patriótico, em curso já algum tempo, tiveram, com o autoritarismo político e centralização das políticas culturais do Estado Novo, maior evidência. Os ideólogos do Estado, dito “Novo”, haviam atribuído ao período precedente o título de “Velho” e destacavam os problemas que a “idade” encerra. Neste caso, o atraso do passado dava lugar a um presente e um futuro de realizações possíveis. As ambigüidades e diferenças que “assombravam” a intelectualidade da Primeira República, por impedir o acesso do país à modernidade, constituíam a base operatória dos ideólogos no processo de construção da cultura política do Estado Novo e, conseqüentemente de suas ações.

Nessa trama, a ideia de raça é um bom exemplo de mobilização de valores empreendidos pelas iniciativas do Estado e que, por sua vez, evidencia o rumo por ele tomado para legitimação de seu regime. A equação gerada com enfrentamento dos problemas sociais e políticos daquele tempo e com a construção da identidade nacional, tinha por postulado o **equilíbrio** das ambigüidades e das diferenças. Com isso, a esperança na perfectibilidade da raça humana e de condenação à mestiçagem, divulgada pelos homens de ciências e letras desde segunda metade do século XIX – onde atingiu o ápice de adeptos e radicalismo – chegando às primeiras décadas do XX com um caráter mais ameno, ganhava *novos* contornos. Certamente, esses *novos* contornos são apenas força de expressão para designar a evolução e destaque que a miscigenação ganhara nos anos 30.

O que ganhava terreno nas décadas de 1930 e 1940, com o rumo de uma nova orientação política tomado pelo Estado, era a positivação do elemento mestiço face à concepção de degenerescência que o negativava. Essa inversão do valor social da mestiçagem é evidenciada,

---

<sup>14</sup> BITTENCOURT. Identidades e ensino de história no Brasil. p. 38-42.

<sup>15</sup> ABUD. O ensino de História como fator de coesão nacional. p. 164.



entre outras coisas, no trabalho de Gilberto Freire, *Casa Grande & Senzala* (1933), e demarcava o quão obsoleto haviam se tornado as teorias raciológicas que inspiraram uma boa geração dos nossos intelectuais. No campo da disputa das interpretações sociais e das questões que envolviam a construção da identidade nacional, a definição do *povo brasileiro* distanciava cada vez mais dos domínios biológico e encontrava respaldo nas explicações que valorizavam a herança cultural.<sup>16</sup>

Os movimentos antirracistas – isto é, o fluxo das reflexões sociais – tenderam ao desinteresse pela hierarquização e endossavam louvores à diversidade cultural do país e, com a questão racial, vinha também a diversidade regional. Deste modo, a uniformidade que teoricamente marcaria a unidade nacional – e que tinha o branqueamento a longo prazo como solução – cedia lugar ao que originava da multiplicidade racial e cultural do país. Nesta equação, o que se valorizava era o produto singular que resultava de elementos plurais, como caminho específico para a formação de um povo brasileiro.

Se, portanto, ao enfrentamento dos problemas do presente, o Estado Novo dispensaria as idealizações, como acusaram os intelectuais da República que os ideólogos estadonovistas chamaram de “Velha”, a reavaliação da mestiçagem representava, assim, a potencialidade da “política ‘realista’”, e pelo equilíbrio dos diferentes, neste caso a raça do povo brasileiro, produzir uma harmonia social e política.<sup>17</sup>

As ambições de recuperação do passado nacional tiveram várias bases operatórias de suas políticas culturais. Como mencionamos, o campo educacional foi, entre outros, lugar privilegiado para difusão dos discursos legitimadores do Estado Novo. Não por menos, quando de seu estabelecimento, em 1937, a questão educacional passou a ser vista como problema de segurança nacional e a solução era maior centralização do sistema educacional. Das ações para efetivação de maior controle sobre o ensino e sobre o que seria ensinado, criou-se a Comissão Nacional do Livro Didático, pelo Decreto-Lei nº 1.006, de 30 de dezembro de 1938. O principal objetivo do órgão era o de estabelecer condições para produção, importação e utilização do livro didático. Seriam reprovados os livros:

- a) que atente, de qualquer forma, contra a **unidade**, a independência ou a **honra nacional**;
- b) que contenha, de modo explícito, ou implícito, pregação ideológica ou indicação da violência contra o regime político adotado pela Nação;
- c) que envolva qualquer ofensa ao Chefe da Nação, ou às autoridades constituídas, ao Exército, à Marinha, ou às demais instituições nacionais;

---

<sup>16</sup> ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

<sup>17</sup> GOMES. Cultura política e cultura histórica no Estado Novo. p. 54.



- d) que despreze ou escureça as tradições nacionais, ou tente deslustrar as figuras dos que se bateram ou se sacrificaram pela pátria;
- e) que encerre qualquer afirmação ou sugestão, que induza o pessimismo quanto ao poder e ao destino da raça brasileira;
- f) que inspire o sentimento da superioridade ou inferioridade do homem de uma região do país, com relação ao das demais regiões;
- g) que incite ódio contra as raças e as nações estrangeiras;
- h) que desperte ou alimente a oposição e a luta entre as classes sociais;
- i) que procure negar ou destruir o sentimento religioso, ou envolva combate a qualquer confissão religiosa;
- j) que atente contra a família, ou pregue ou insinue contra a indissolubilidade dos vínculos conjugais;
- k) que inspire o desamor à virtude, induza o sentimento da inutilidade ou desnecessidade do esforço individual, ou combata as legítimas prerrogativas a personalidade humana.<sup>18</sup>

Por tais recomendações se estabeleciam as políticas públicas para o livro didático e suas regras quanto ao percurso natural que o material seguiria. Ele, instrumento pedagógico, “emergia-se como peça ideológica fundamental”<sup>19</sup>, asseguram Tânia Regina de Lucca e Sônia Miranda, no desempenho de um papel estratégico na difusão dos valores apregoados pelo regime.<sup>20</sup> Nesse sentido, a CNLD pretendia, perceptivelmente, mais a uma finalidade de controle político-ideológico do que de orientação didática. Por suas regras, a Comissão apresentava-se, na feliz expressão de Luis Reznik, como “uma camisa de força”<sup>21</sup> que impunha normas e valores nos livros didáticos ainda na esfera produtiva. Assim, a ausência de descuido dos órgãos do Estado sob o material escolar, pelo menos no que diz respeito à criação de dispositivos legais, imprimia neles seus interesses sobre a História a ser ensinada.

Ademais, no mencionado artigo, seu legislador apresentou no primeiro item a centralidade do pensamento autoritário pela categoria “unidade”, de modo que, os itens subseqüentes pareciam apenas pormenorizar os caminhos da retidão a ser ensinado aos escolares. Afinal, os preceitos da pedagogia da nação eram balizados pela manutenção da ordem (harmonia) e da unidade (integração). De modo mais amplo, essas balizas, que orientavam e sustentavam os argumentos vocacionais do sentido da nacionalidade, exprimia no aspecto racial (apontado nos itens “e” e “g”) a unidade na diversidade. Parafraseando Renato Ortiz, diversidade que deveria

---

<sup>18</sup> BRASIL. Decreto-Lei nº 1.006/38, Art. 20 – Grifo nosso.

<sup>19</sup> LUCCA, Tânia Regina de; MIRANDA, Sonia Regina. O livro didático de história hoje: um panorama a partir do PNLD. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 48, 2004, p. 124-125.

<sup>20</sup> Ver também: FILGUEIRAS, Juliana Miranda. As avaliações dos livros didáticos na Comissão Nacional do Livro Didático: a conformação dos saberes escolares nos anos 1940. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, v. 13, n. 1, p. 159-192, jan./abr. 2013.

<sup>21</sup> REZNIK. **Tecendo o amanhã**, p. 109-115.



transcender e superar qualquer possível conflito e, numa operação do discurso estadonovista, simbolizava um dos traços da identidade nacional.

Assim, os usos do passado pelos autores de livros didáticos, espaço caro à representação e difusão da nacionalidade e do espírito de unidade, estariam em conformidade com o projeto do Estado por esse dispositivo legal que o regulava. Nota-se que, para além das redefinições do regime político nacional, o contexto que deu ambiência ao decreto foi também o das grandes discussões sobre o ensino. E mais! De grande euforia sobre o programa curricular para o ensino de História, cujo embate se travou, fundamentalmente, na formulação do Plano Nacional de Educação (PNE), em 1937.<sup>22</sup> Dessas circunstâncias, as propostas ofertadas pelos professores, intelectuais e instituições, aos objetivos gerais do ensino de História no ensino secundário, direcionaram a segunda reforma educacional da Era Vargas.<sup>23</sup>

O Decreto-lei 4.244, de abril de 1942, reformulou o ensino no âmbito nacional. A Reforma Capanema, como o Decreto ficou conhecido (nome do então ministro da Educação e Saúde Pública Gustavo Capanema), era fruto de grandes e antigas discussões. Para além das polêmicas e diferentes reformulações trazidas por essa Reforma, importa-nos considerar o restabelecimento da História do Brasil como cadeira autônoma, na 3ª e 4ª série do curso fundamental. Seguindo os critérios de regulação e padronização dos conteúdos e atentando ao que já havia estabelecido no decreto-lei 1.006/38, o programa de Capanema diferia, entre outras coisas, do programa de 1931 por agrupar e dedicar uma unidade dos didáticos de História do Brasil, o da terceira série, para tratar da “Formação Étnica” do Brasil.

Se por um lado, o período de vigência da Reforma Campos ao estabelecimento da de Capanema caracterizou-se, segundo o discurso oficial, “como um momento de amadurecimento

---

<sup>22</sup> Vale mencionar que o PNE não chegou a entrar em vigor devido à dissolução do Congresso Nacional, pelo Estado Novo. No mais, as reflexões foram feitas nas diferentes instituições e órgãos a partir de um questionário encaminhado pelo Ministério da Educação e Saúde, em 1936. Interpelado, o IHGB formou uma comissão cuja relatoria ficou sob o encargo de Basílio de Magalhães. Segundo Corrêa Filho, devido a sua trajetória docente, a indicação à relatoria da consulta oficial era natural. Na ocasião, Basílio manifestava-se favorável ao retorno da História do Brasil como cadeira autônoma. Ver: Arquivo IHGB apud REZNIK. **Tecendo o amanhã**, p. 76. E, CORRÊA FILHO, 1958. Basílio, em 1935, havia dirigido ao deputado Wanderley Pinho, por correspondência, aplaudindo-o calorosamente o projeto apresentado à Câmara para o restabelecimento da cadeira de História do Brasil. Na redação, se dizia “certo de que tal medida resultará reacender-se alma coração da juventude brasileira, hoje [...] bastante apagado gloriosas tradições nossa Pátria”. Ver: Correspondência de Basílio de Magalhães dirigida a Wanderley Pinho. Rio de Janeiro, 03 de setembro de 1935. Acervo IHGB – Coleção Wanderley Pinho, DL, 1505.114.

<sup>23</sup> Para um acompanhamento mais detalhado sobre as contribuições de professores e intelectuais no período que precedeu a Reforma Capanema e estruturação do ensino secundário após seu estabelecimento, ver: REZNIK. **Tecendo o amanhã**, p. 87-97.





constante”<sup>24</sup>, podemos considerar que a abordagem racial também refletia essa maturação – tanto no que diz respeito aos usos feitos pelo Estado, como por aqueles que desenvolviam os estudos, especialmente, no campo das Ciências Sociais. Por fim, o povo, elemento vivo da identidade nacional, ganha na política educacional de 1942 um espaço bem definido para o trato de sua pluralidade racial e social, porém, harmônico porque estavam isentos de classificações. Reafirmava-se a perspectiva culturalista que servia ao arcabouço dos ideólogos estadonovistas cristalizado, por exemplo, na CNLD.

### **Os elementos étnicos e seu lugar na formação do Brasil**

A rigor, estamos trabalhando com a quarta edição, de 1946, publicada pela Livraria Francisco Alves.<sup>25</sup> Comparado-a com a primeira (1943) e a quinta edição (1951), o livro não traz qualquer alteração e manteve-se com suas 294 páginas. Para além das condições de viabilidade, é necessário salientarmos que a escolha desse didático teve por critério a reserva que o programa oficial de 1942 dedicou para “A formação étnica” do Brasil.

Como já foi mencionado, o período do Estado Novo configurou-se, pela execução das variadas políticas públicas e do autoritarismo, expressão maior da unidade e da formação da identidade nacional. A assimilação do valor positivo do elemento mestiço integrou a ideologia estadonovista que, entre outras coisas, alterou substancialmente o programa curricular de 1942. A perspectiva racial narrada nos livros escolares que seguiram o programa de 1931 ficou distribuída pelas três séries finais do ensino de História da Civilização, do curso secundário (Quadro I). Além disso, as edições escolares não contemplaram a formação do mestiço enquanto elemento nacional. Aliás, como propõe o próprio nome da disciplina, esse não era o objetivo do programa curricular que havia adotado e adaptado conteúdos que valorizassem a história das civilizações a serem ensinados.

---

<sup>24</sup> REZNIK. **Tecendo o amanhã** 1992, p. 87

<sup>25</sup> No vagoio pelos sebos e livreiros, físicos e virtuais, encontrei algumas das edições escolares de Basílio de Magalhães. Entre os que consegui adquirir estão a quarta e a quinta edição desse **História do Brasil**. A primeira edição encontra-se disponível, para consulta, no acervo da Biblioteca Nacional.



**Quadro I** – Pontos do Programa Oficial, de 1931, para o ensino de História da Civilização<sup>26</sup>

3ª Série	“Classificação dos grupos brasileiros (súmula antropológica, etnográfica e lingüística)” “Estado político, social, econômico, religioso e cultural do selvagem brasileiro (vista de conjunto)”
4ª Série	“Aspectos étnicos, econômicos, sociais, políticos e culturais da Europa Ocidental na época dos descobrimentos e o contato com os primitivos habitantes” “Atividades econômicas: o trabalho agrícola e pastoril; os latifúndios; a exploração das minas: a indústria e o comércio coloniais. A escravidão indígena e a negra”.
5ª Série	“As transformações sociais e econômicas no Brasil: a questão do negro”

Esses pontos estabelecidos pela Reforma Francisco Campos deveriam ser aplicados na segunda parte do curso – nos livros constituíram a Unidade II – relacionado à “História da América e do Brasil”. No entanto, advertia o legislador que o propósito não era de isolar o conteúdo, mas articulá-lo ao sistemático estudo da História Universal.

Do ponto de vista estrutural, a Reforma Capanema, ao restabelecer o ensino de História Geral (1ª e 2ª série) e do Brasil (3ª e 4ª série) como cadeiras autônomas, reorganizou também o programa curricular do ensino. Nele, a história da formação do povo brasileiro torna-se conteúdo obrigatório da terceira série. De acordo com o programa oficial, a abordagem sobre cada elemento seria tratado no capítulo “A formação étnica”, que reunia: “1. O elemento branco; 2. O indígena brasileiro; 3. O negro; e 4. A etnia brasileira”.

Segundo Reznik, embora os livros anteriores à Reforma trouxessem informações semelhantes, “a organização programática é radicalmente distinta”, de modo que, esse tópico “dá uma nova dimensão ao tema [...], pretendendo] enfatizar a construção/consolidação de uma etnia genuinamente brasileira”<sup>27</sup>. Considera-se aí, também, a pretensão em destacar a continuidade histórica do povo brasileiro. Com uma perspectiva ainda mais nacionalista, que recebia fortes influências do cenário geopolítico (inter) nacional, as narrativas didáticas passam a integrar o elemento mestiço em seu valor positivo.

---

<sup>26</sup> Adaptado do Programa do Curso Fundamental do Ensino Secundário, expedido pelo Ministério da Educação e Saúde Pública. BRASIL. **Diário Oficial da União**, 30 de jun. de 1931, p. 12.408-12.411.

<sup>27</sup> REZNIK. **Tecendo o amanhã**, p. 123.



O ensino público secundário, destinado à formação das elites condutoras do país e que desde a Reforma Campos deixava de ser um “curso de passagem” ao ensino superior, apresentou um currículo que, entre outras coisas, refletia as ações do povo brasileiro bem delineado. Socialmente, cada grupo étnico tinha seu lugar bem definido. Nesse sentido, o conhecimento histórico impresso nos livros didáticos guardava uma distância significativa das expressões de possibilidades de confronto entre os elementos étnicos. Aliás, esse era o papel da CNLD: rejeitar qualquer narrativa que contradissesse as pretensões político-ideológicas do regime. As sensíveis contradições e desigualdades sociais – e que também eram étnicas – existentes no país, que há meio século saíra dos longos anos de escravismo, não circulavam pelos didáticos como centelhas possíveis de inflamar qualquer tipo reivindicação (ou, como nos nossos dias: reparação).

Atento ao programa nacional para o ensino de História, a narrativa escolar de Basílio de Magalhães mostra-se comprometida em levar à compreensão da continuidade histórica do povo brasileiro, base do patriotismo. E ao especificar o papel social de cada um dos elementos étnicos, ocultava as divisões sociais e étnicas, conseqüentemente, fortalecia um dos pilares da ideia de unidade no processo de formação da identidade nacional. Assim, ao mesmo tempo em que ofertava uma interpretação sobre os elementos étnicos da nação que fugia dos determinismos, Basílio conservava o lugar quase natural de cada uma das raças.

No didático em questão (e nos outros também), Basílio acompanha a disposição estrutural dos conteúdos de História feita pelo legislador. Com isso, os títulos e itens de cada capítulo do livro didático espelhavam os pontos do programa oficial. O ponto sobre a “Formação Étnica” e as contribuições de cada uma das raças ao desenvolvimento da nação foi abordado no terceiro capítulo do seu **História do Brasil**. Nele, “o elemento branco” é o primeiro a ser abordado numa narrativa que ocupa um pouco mais de duas páginas de um livro com formato estrutural de 14cm x 21cm. Tal brevidade não é de nos causar qualquer estranheza.

Na essência, as contribuições do elemento branco são narradas ao longo da história do desenvolvimento econômico e do avanço territorial do Brasil pelos colonizadores portugueses. Assim, Basílio de Magalhães ressaltava, quase que numa dimensão umbilical, o que a matriz européia exerceu sobre o Brasil e das heranças deixadas ao povo brasileiro. Reportava-se com entusiasmo aos seus leitores, professores e alunos, assegurando que,

o brasileiro deve orgulhar-se de trazer nas veias o nobre sangue dos heróis do pequeno reino de Afonso Henrique, porque recebeu deles todo um admirável



conjunto de predicados físicos, intelectuais e morais. A robustez e a coragem, a afetividade, a índole hospitaleira, o espírito de solidariedade beneficente [...]. Finalmente, é preciso acrescentar que não tendo o luso, ao contrário de muitos outros arianos, nenhum preconceito de raça – em nosso país não se formou nenhum enquistamento étnico, semelhante ao que constitui o mais grave problema da grande república yankee.<sup>28</sup>

Mais do que uma herança, a “capacidade colonizadora” caracterizava a “missão histórica de Portugal de revelar a imensidão do planeta humano para a civilização e para a cultura”. No caso brasileiro, o elemento branco português – caracterizado como o principal agente do progresso de nossa história colonial – aparece ao longo do livro com fortes traços de heroísmo. A imponente imagem de Martim Afonso de Souza, que ilustra o conteúdo sobre o início da colonização, e igualmente a de Domingos Jorge Velho – a única que integra o capítulo IV, sobre “A expansão geográfica” – são dois bons exemplos que demarcam o papel desempenhado pelo elemento branco ao longo da fase colonial acerca do regular desenvolvimento e ocupação do território brasileiro. Por fim, a missão dos portugueses, que aqui aportaram, foi a de revelar a civilização e a cultura aos “selvagens do Novo Mundo”, ao “selvagem brasileiro”. Esses sim tiveram uma abordagem uma mais ampla nessa unidade específica à formação étnica, que também pode ser considerada específica às contribuições dos elementos étnicos ao que viria a ser o brasileiro.

No segundo tópico, em que tratou de “O indígena brasileiro”, o autor apresenta duas importantes correntes teóricas sobre a origem humana – a monogenista e poligenista. Sobre a origem do *homo americanus*, o ameríndio, Basílio recorre às hipóteses sobre a onda migratória dos norte-asiáticos para a América e defende a procedência dos indígenas americanos dos mongolóides, por apresentarem semelhanças morfológicas, “particularmente os do Brasil” – destacava ele. Caracterizado como “selvagem”, “silvícolas”, “primitivo”, o elemento indígena brasileiro, o brasilíndio, além de classificado segundo suas características físicas, o que dava certo tom de singularidade entre os grupos, o autor abordava também as dimensões que chamou de “etnografia do selvagem brasileiro” para se referir ao estado político, social, econômico, religioso e cultural.

As abordagens das dimensões etnográficas nos sugerem a existência de uma estrutura uniforme entre os grupos abordados (tupis-guaranis, gês, aruacs e caraíbas). Algumas

---

<sup>28</sup> MAGALHÃES. *História do Brasil*, p.83.



especificidades foram notadas, pelo autor, no “estado econômico”, no entanto, as diferentes habilidades entre os grupos não os tiravam a perspectiva primitiva.

Dizia Basílio: “os nossos silvícolas acham-se ainda no período neolítico [...]. Conheciam alguns metais, porém não os sabiam trabalhar”<sup>29</sup>. A essa citação, se juntam as referências à poligamia e endogamia e ao politeísmo, características sociais e religiosas dos indígenas que demarcam uma narrativa comparativa entre o atrasado e o branco adiantado. A aptidão para serem “homens de guerra ou para remeiros”, Basílio engrossava o coro dos que apontavam o elemento indígena como incapaz ao trabalho da grande lavoura, e as imagens ali reproduzidas reforçavam as explicações escritas do autor. São sete as ilustrações referentes à população indígena, quatro delas, podemos considerar, com a pretensão de representar o “selvagem brasileiro” como “homens de guerra”.

Sob a perspectiva das políticas culturais do Estado Novo, a pertinência dessa abordagem não se limitava a fazer integrar as particularidades étnicas no currículo escolar. A preocupação com o lugar social dos que estavam ocupando os bancos escolares – i.e., a preocupação com o futuro da nação – salientava a importância do estudo das contribuições dos elementos étnicos. Neste sentido, o trato das habilidades de cada grupo está articulado ao desenvolvimento do país e tem, ao lado da manutenção da unidade e da ordem, centralidade na historiografia escolar do período. A inaptidão do elemento indígena ao trabalho na grande lavoura é narrada, por Basílio de Magalhães, no tópico dedicado ao elemento negro. À inabilidade do indígena ao mundo do trabalho – eles, “homens de guerra” e do remo –, tem o elemento negro como seu contraponto. As características dos *brasilíndios* e as necessidades de mão-de-obra durante o processo de colonização aparecem como justificativas para a entrada do elemento negro no Brasil.

Embora o programa curricular, da Reforma de 1942, tenha estabelecido igualdade na abordagem dos elementos indígenas e negros, não é difícil encontrarmos algumas disparidades. A começar pela questão estrutural do didático, verifica-se que enquanto o primeiro ocupou dezesseis páginas, à narrativa sobre o elemento negro o autor dedicou dez páginas, das quais: nas três primeiras páginas escritas, narrou o “início do ciclo da cana-de-açúcar e a escravização indígena”, uma espécie de sub-tópico onde discorre a justificativa da introdução do africano no Brasil; e uma página completa com fisionomias de africanos. Com isso, talvez possamos

---

<sup>29</sup> MAGALHÃES. *História do Brasil*, p. 95.



considerar o saldo de seis páginas dedicadas ao elemento negro e que, além disso, a imagem ilustrada pouco se articula com a narrativa do autor.

Enquanto o uso de imagens sobre os hábitos e costumes dos indígenas parece ocupar lugar estratégico tanto para validar a escrita do autor e como para auxiliar os alunos na interpretação de um conjunto de elementos cujos nomes não lhes são tão familiares. As imagens que retratam os africanos, não parecem auxiliar a narrativa que destaca o porte físico robusto, por exemplo. Considerando ainda que os traços faciais, os adornos e até mesmo os penteados – tendo em vista que estes são carregados de valores e simbologias na cultura africana – representados na ilustração não interage com o texto e se desconsiderarmos o papel de mediação feito pelo professor a imagem aparece solta e esvaziada de significado no didático.

Não podemos ignorar que certos aspectos da cultura dos africanos tiveram espaço nessa escrita de Basílio de Magalhães. Obviamente, a estruturação textual não acompanhou a dos elementos indígenas, que seguiu uma descrição em tópicos independentes sobre o estado político, social, econômico, religioso e cultural dos brasilíndios. Aos africanos, Basílio recorreu principalmente aos estudos sobre a cultura negra desenvolvidos por Artur Ramos que, segundo ele, dava prosseguimento àqueles desenvolvidos por Nina Rodrigues.

A abordagem, no entanto, foi literalmente digna de notas de rodapé. Da entrada à dispersão geográfica dos negros pelo Brasil, Basílio menciona também as influências que alguns deles tiveram, ainda no continente africano, dos mulçumanos – os maleses. Estes, que “tomaram partes em movimento de rebelião”, são considerados pelo autor como “relativamente mais adiantados” que os demais que, por sua vez, “achavam-se na fase do fetichismo puro (adoravam as árvores) e da propriedade coletiva, com uma organização rudimentar da família e do seu governo patriarcal”<sup>30</sup>. Ainda sobre a cultura africana e também em nota de rodapé, Basílio menciona a origem os nomes das divindades dos povos iorubas, os orixás. De Olorum a Exu, o autor identifica o mito de cada um dos orixás citados, porém, como dissemos: um assunto cuja pertinência foi, mais uma vez, considerada digna de uma breve nota de rodapé e que se referia à vida dos negros, na África.

Embora Basílio não tenha descrito os costumes e hábitos dos elementos negros no Brasil, tal como fez com o elemento indígena, considerou “significativa a influência [que eles exerceram] em todos os setores da nossa evolução”. E, segundo ele, isso era perceptível não só

---

<sup>30</sup> MAGALHÃES. *História do Brasil*, p. 107.



na culinária e no folclore como no povo que se formou a partir da fusão dos três elementos étnicos. O autor cita Augusto Comte para se referir aos negros como a “raça afetiva” e atribuir a eles a “extrema sentimentabilidade do brasileiro”<sup>31</sup>. A observação – que parece um misto de análise psicológica e antropológica sobre a etnia que contribuiu para a formação do brasileiro – traz, por uma perspectiva sociológica, a importância que essa personalidade teve para o desenvolvimento da terra recém-descoberta.

A personalidade da “raça afetiva” designava também o comportamento sóbrio e submisso do elemento negro ao mundo do trabalho. Atributos que, somado ao físico robusto, os tornaram “preferidos ordinariamente ao indígena” aos rudes trabalhos agrícolas e da mineração e ao trabalho doméstico. Pelo discurso dominante da época, a percepção dessa afeição ao mundo do trabalho parecia emanar de característica inata ao elemento negro. Uma aptidão que demarcava, portanto, a contribuição prática dos negros ao elemento brasileiro.

Não se percebe na narrativa do autor um propósito em criar/divulgar uma teoria com bases científicas sobre o comportamento e a personalidade do terceiro grupo étnico abordado no **História do Brasil**. À primeira vista, a leitura sugere que estamos diante de uma abordagem com certa dose de um determinismo biológico, no entanto, um olhar mais cuidadoso e atento às prescrições do contexto político perceberemos que a pretensão do autor consiste em positivar o elemento negro na história da formação do Brasil e, ao mesmo tempo, não dar condições a uma leitura que mobilize ações que pudessem abalar a unidade da nação.

Essa é uma abordagem típica nos livros escolares daquela época. A positivação do elemento negro, que servia às pretensões político-ideológicas do Estado Novo, não significava considerar nos escritos escolares condição degradante do negro no Brasil nem tampouco, as medidas de resistências que eles tomaram ao longo do passado escravista. No **História do Brasil**, didático orientado por regras pedagógicas estabelecidas tanto pela CNLD como pelo currículo elaborado pela Reforma Capanema, o autor trata de Palmares com uma notável valorização das campanhas militares empreendidas pelas forças oficiais para pôr fim ao quilombo constituído em 1630.

Nessa narrativa, a história do quilombo de Palmares, que, para alguns, era símbolo da resistência na Colônia, servia como pano de fundo às diversas campanhas militares que foram empreendidas contra a confederação dos negros na Serra da Barriga. Ao invés de Zumbi, o

---

<sup>31</sup> MAGALHÃES. **História do Brasil**, p. 108.



protagonismo do subtópico “Palmares” é dado a Domingos Jorge Velho, responsável pela última campanha militar que pôs fim ao quilombo. Conta-nos Basílio que

não faltou quem desse aos quilombos, onde os escravos africanos organizaram, pela primeira vez, em nosso país, o seu regime de liberdade, a denominação de “República dos Palmares, ao invés de “reino”, mais consentânea com o título de chefe, “zambi”.

A referida confederação de quilombos (que durou quase tanto quanto o império brasileiro, isto é, 65 anos), chegou a ter talvez mais de 20.000 habitantes. [...] foram realizadas em Pernambuco cerca de 25 infrutíferas expedições, destinadas a pôr termo aquele perigoso reduto.

[...] **Domingos Jorge Velho, bandeirante paulista, tomou a famosa Tróia Negra** a 14 de maio de 1695, tendo sido morto o *zambi* cerca de seis meses mais tarde e prolongando-se a captura dos últimos quilombolas até 1697<sup>32</sup>.

Além de pôr sob suspeita a ideia de república que se construiu a partir da organização social e política do quilombo de Palmares, é interessante ponderar sobre a preocupação do autor em sua construção textual para não justificar as derrotas das forças oficiais nas resistências dos quilombolas. E os trechos grifados na citação acima ajudam a compreender nossa hipótese. Tendo em vista as alterações que passavam as finalidades do ensino secundário brasileiro e a realidade sócio-política – figurada, especialmente, na valorização do nacionalismo e do civismo –, consideramos cuidadoso o uso dos tempos verbais para cada um dos sujeitos mencionados: enquanto Domingos Velho é claramente apresentado como agente da ação, Zumbi, o último líder dos quilombolas, é sujeito paciente no mesmo ato. Considerando a dimensão simbólica, a nosso ver, a não abordagem das diferentes formas de resistências conciliou a narrativa do passado às prescrições do presente, sobretudo no que diz respeito ao incentivo da coesão entre o povo brasileiro.

Entre a submissão e a revolta, Basílio de Magalhães traz em sua narrativa um negro subserviente e dócil ao rude trabalho da escravidão moderna. Em suas palavras, uma tragédia moral que foi “mais funesta aos brancos do que aos pretos, porquanto estes formaram para os seus descendentes livres, nas plagas endêmicas do Novo Mundo, um berço e uma civilização, como jamais teriam nas míseras cubatas e nos adustos rincões da África”<sup>33</sup>. Daí, tece sua condenação sobre a empresa escravista sem vitimar o elemento negro. Ao contrário, extrai do que seria um sofrimento, um proveito. Refere-se à escravidão negra no Novo Mundo, como um caminho para a inserção do africano no rol da civilidade.

---

<sup>32</sup> MAGALHÃES. **História do Brasil**, p. 108. grifos nosso.

<sup>33</sup> \_\_\_\_\_. **História do Brasil**, p.108.





Basílio mostrou-se ao longo de sua trajetória, contrário às teorias racialistas que advogavam a uma classificação das raças humanas entre superiores e inferiores. Essa desafeição às tendências deterministas e, por outro lado, a crença na existência de raças atrasadas e adiantadas, evidenciava o lugar do pensamento de Basílio de Magalhães sobre a formação da população brasileira. A abordagem dos elementos na escrita escolar era – para além das exigências político-pedagógicas dos anos 30 e 40 – a reprodução daquilo que havia defendido, nas primeiras décadas do século XX, com certa dose de pragmatismo nas abordagens “historiográficas” mais especializadas.

Se a educação era o remédio para a cura do país que em outros tempos estava doente, o livro didático era o instrumento (a bula) para veicular o conhecimento do nosso passado. Remeter-se à origem atualizava a integração do indivíduo, a partir de seu papel (suas contribuições) à identidade nacional e, nesse processo, o espaço escolar é o lugar privilegiado. O currículo dos anos 30/40 que trouxe, pela leitura de um passado comum, a positivação do elemento negro transformava o elemento mestiço em símbolo da nacionalidade.

Nascido do encontro das águas dos três afluentes (o branco, o índio e o negro), o elemento mestiço, parafraseando Von Martius, formava o grande e caudaloso rio – o povo brasileiro. “A etnia brasileira”, último tópico abordado por Basílio, reforçava a complexidade em falar da existência de uma raça pura, visto que os próprios afluentes não eram homogêneos entre si. O autor é bastante sucinto ao falar do elemento brasileiro. Em linhas gerais, atem-se à expansão demográfica do elemento que surge do cruzamento racial ao longo do extenso território nacional e, sem grandes refinamentos, pondera sobre o embranquecimento da população afirmando que “em consequência a maior robustez física do elemento ariano, da imigração do mesmo, da extinção do tráfico de escravos há quase meio século e da aplicação das leis de hereditariedade ao crescimento demográfico de nosso país, tem sido cada vez maior o embranquecimento do povo brasileiro”<sup>34</sup>.

Ao fim e ao cabo, repousa sob a escrita escolar de Basílio de Magalhães, no que diz respeito à abordagem sobre a formação do povo brasileiro, o interesse em defender a unidade entre os povos que deram forma – econômica, política e cultural – ao país. O destaque ao que havia de melhor entre os três afluentes faziam supor a inexistência dos conflitos e desigualdades

---

<sup>34</sup> MAGALHÃES. **História do Brasil**, p. 112.



raciais. A cordialidade nas relações inter-raciais e os valores culturais e simbólicos de cada uma delas apresentavam a origem de uma civilização brasileira – mestiça por natureza.

### **Considerações finais**

A busca de um “sentido” nos usos do passado, neste período, não nos permite argumentar que seus ideólogos pretendiam fazer das ocorrências históricas uma espécie de instrumento para orientar aquele presente e o que se queria do futuro. Aliás, o próprio contraponto que marcou designação dada ao período *Estado Novo* face ao período anterior, por eles chamado de *República Velha*, é um bom exemplo para exprimir que as ocorrências por eles recuperadas não nos permitem inferir que o passado nacional (história) serviria como mestre ao regime. Antes, o interesse pelas “coisas” da nação apontava a um propósito de valorização e reconhecimento do Brasil, fundamentalmente em seu aspecto sócio-cultural, o que refletiu fortemente não só nas ações de políticas públicas do Estado, como na produção historiográfica do período. Esta última com uma forte ambição de interpretar o Brasil em sua diversidade a fim de se chegar a um “conhecimento verdadeiro”<sup>35</sup>. Diversidade que incluía o complexo debate racial que, desde o século XIX, agitava a atmosfera intelectual.

O problema racial brasileiro e suas (in) definições estavam (e ainda estão) longe de serem superadas. O que se verifica é um movimento das interpretações sócio-raciais elaboradas pela intelectualidade brasileira que nos permite considerar a ocorrência, em certo sentido, de uma positivação da mestiçagem no Brasil, já não vista como um grande malefício. A miscigenação reverberou outra roupagem, perceptível fundamentalmente a partir dos anos de 1930, especialmente com na esteira de revisitar e reinterpretar o passado que ocupou a arena da intelectualidade nacional. No entanto, a concepção do elemento mestiço manteve uma narrativa paradoxal. Por um lado, a metáfora do grande e caudaloso rio, para onde afluíam as três raças e formavam a etnia brasileira, abria caminhos que permitiam a interpretação de um Brasil assentado na cordialidade e harmonia racial, cujo papel desempenhado por cada um de seus elementos, superava as desigualdades entre eles. Por outro, a miscigenação não abandonou seu ideal de embranquecimento, reafirmando, como vimos, os valores e o protagonismo do elemento branco na formação de nossa história face às ocupações de subalternidade que foram desempenhadas pelos elementos negro e indígena.

---

<sup>35</sup> FRANZINI, Fábio. A década de 1930, entre a memória e a história da historiografia brasileira. In: NEVES, L. et al. (Org.). **Estudos de historiografia brasileira**. Rio de Janeiro: FGV, 2011, p. 266.



Neste sentido, consideramos que a política cultural pensada pelos ideólogos do Estado Novo assimilava este paradoxo. Em suas narrativas, delineava uma saturação do debate condenatório à mestiçagem que havia se estabelecido nos anos anteriores, tal como, por exemplo, foi destacado nas letras “e”, “f” e “g” pelo legislador no Decreto que estabeleceu as diretrizes para a publicação dos livros escolares quando da criação da CNLD. Uma proposição que teve Gilberto Freyre, como um dos principais expoentes na defesa de uma visão mais otimista acerca do destino do povo mestiço, no seu *Casa Grande & Senzala* (1933), numa operação de resgatá-los da condenação à degenerescência – embora essa defesa não fosse novidade entre nossos (e para o nosso) intelectuais.<sup>36</sup>

Na prática, ocultavam-se as distâncias sociais que havia entre os grupos étnicos em favor de uma harmonia nas relações raciais. O discurso que se fundamentava na exaltação da pluralidade cultural enfraquecia as explicações científicas do determinismo biológico e climático que definia a configuração de cada uma das raças. Reinterpretado, o elemento mestiço assumia o lugar de símbolo da brasilidade e marca distinta da nação, ao mesmo tempo em que dissimulava o ideário de branqueamento.

Por esse caminho, era no cotidiano escolar, por uma literatura didática regulada direta e simbolicamente, elementos de fortalecimento da unidade nacional por uma perspectiva que ao mesmo tempo em que dava os contornos da identidade nacional, perpetuava, sutilmente, a posição de cada cidadão no mundo do trabalho. Divulgador de um conhecimento histórico carregado dos valores que deveriam orientar o futuro da nação, a narrativa escolar tinha por premissa a continuidade histórica do povo brasileiro, que era base do patriotismo.

---

<sup>36</sup> Sobre a formação e mobilização de entidades e “personalidades” negras antes, durante e posterior à Era Vargas ver: FERREIRA, Maria Cláudia Cardoso. **Representações sociais e práticas políticas do movimento negro paulistano: as trajetórias de Correia Leite e Veiga dos Santos (1928-1937)**, Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado, UERJ, 2005.



# Repetir para inventar: A recepção dos clássicos na França Ocupada

Repeating to invent:  
The reception of classics in the Occupied France

**Rafael Guimarães Tavares Silva**  
Mestrando em Letras  
Universidade Federal de Minas Gerais  
gts.rafa@hotmail.com

**Recebido em:** 23/04/2017

**Aprovado em:** 30/05/2017

**RESUMO:** Toda civilização estabelece suas bases e desenvolvimentos a partir de uma relação dialética entre tradição e inovação, na qual certas tendências prevalecem conforme as circunstâncias históricas específicas. Partindo da constatação de que períodos de guerra são especialmente delicados no que diz respeito à experiência humana no interior dessa dialética, pretendo sugerir que alguns escritores francófonos retomaram mais ou menos explicitamente textos e figuras da tradição ocidental para reescrevê-los durante o período de ruptura histórica que representou a ocupação da França pela Alemanha nazista: Jean Anouilh, Simone de Beauvoir, Albert Camus, Jean-Paul Sartre e Paul Valéry são alguns dos autores que esboçaram em obras escritas nesse período um aparente retorno a textos tradicionais da civilização antiga. Gostaria de propor uma tipologia para as formas desse “retorno” (na qual a avaliação de cada obra necessariamente será sucinta), valendo-me para isso do conceito de “falsificação”, nas linhas daquilo que foi desenvolvido por Lorena Lopes da Costa, em uma tese defendida em 2016.

**PALAVRAS-CHAVE:** Recepção clássica, França Ocupada, Falsificação.

**ABSTRACT:** Every civilization establishes its bases and developments from a dialectic relation between tradition and innovation, in which certain tendencies prevail according to the specific historical circumstances. Based on the realization that periods of war are especially delicate with regard to human experience within this dialectic, I intend to suggest that some French-speaking writers have taken more or less explicitly texts and figures from the Western tradition to rewrite them during the period of historical rupture Who represented the occupation of France by Nazi Germany: Jean Anouilh, Simone de Beauvoir, Albert Camus, Jean-Paul Sartre and Paul Valéry are some of the authors who outlined in works written in this period an apparent return to traditional texts of the ancient civilization. I would like to propose a typology for the forms of this "return" (in which the evaluation of each work will necessarily be succinct), using the concept of "falsification", in the lines of what was developed by Lorena Lopes da Costa, in A thesis defended in 2016.

**KEY WORDS:** Classic reception, France Busy, Falsification.



## Introduzindo uma tipologia histórico-literária

Em meados de 2016, a historiadora Lorena Lopes da Costa defendeu na Universidade Federal de Minas Gerais sua tese chamada *Heróis antigos e modernos: A falsificação* para se pensar a História.<sup>1</sup> A principal hipótese desse vasto e bem documentado estudo é resumida pela própria autora nas seguintes palavras: “*Falsificar* é uma necessidade histórica. Tal necessidade histórica verifica-se em contextos nos quais a ruptura com o passado é tão pujante que algo familiar à tradição precisa ser mantido na comunicação de tal experiência”<sup>2</sup>. Gostaria de colocar à prova tal hipótese – que eu já pressentia antes mesmo de saber da existência das pesquisas de Costa –, mas partirei da análise de um contexto diferente daqueles escolhidos por ela: enquanto a autora se voltou para o período da guerra do Peloponeso e da Primeira Guerra Mundial, eu, por outro lado, pretendo levar em consideração aqui a Segunda Guerra Mundial, concentrando-me especialmente na ocupação da França pela Alemanha nazista. Para isso trabalharei algumas obras publicadas nesse período pelos seguintes autores: Jean Anouilh, Simone de Beauvoir, Albert Camus, Jean-Paul Sartre e Paul Valéry. A quantidade de autores e textos é considerável, fato que implica alguma superficialidade na análise crítica relativa a cada um, mas creio que o ganho obtido com uma tipologia capaz de desenhar certas nuances no interior desse movimento de “falsificação” das obras antigas (movimento entendido aqui, como se há de notar, como uma modalidade de recepção) pode compensar. Antes de dar início a essa tipologia, contudo, será preciso retomar em que sentidos o conceito de “falsificação”, tal como cunhado por Costa, deve ser entendido para uma boa compreensão de minha proposta.

A autora, partindo de considerações acerca do estatuto do *pseûdos* [mentira; engano]<sup>3</sup> e do tratamento de moedas “falsas” na Antiguidade (tal como se deixa ver em certas anedotas sobre Diógenes, o Cínico, e Alexandre, o Grande), sugere alguns sentidos possíveis para palavras relacionadas ao verbo grego *parakharáttein* que poderiam ser enquadrados na seguinte classificação:

---

<sup>1</sup> COSTA, Lorena Lopes da. **Heróis antigos e modernos: a falsificação para se pensar a história**. 436f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-graduação em História, Belo Horizonte, 2016.

<sup>2</sup> \_\_\_\_\_. **Heróis antigos e modernos**, p. 6.

<sup>3</sup> Suas considerações pautam-se por muito do que é sugerido pelos capítulos 4 e 6 desta importante referência bibliográfica: BRANDÃO, Jacyntho Lins. **Antiga musa (arqueologia da ficção)**. 2. ed. rev. ampl. Belo Horizonte: Relicário, 2015.



- 1) falsificar a moeda (por meio de sua alteração, principalmente no que diz respeito à efígie [*keharaktêr*] da moeda);
- 2) marcar a efígie de uma moeda falsa para tirá-la de circulação;
- 3) marcar uma moeda oficial com uma nova efígie.<sup>4</sup>

Na conclusão desse seu primeiro argumento, a autora sugere ainda que o *pseûdos* “não apenas participa intensamente do movimento da cultura grega, mas determina, em boa medida, esse movimento”<sup>5</sup>. Embora não seja possível refazer o longo argumento desenvolvido pela historiadora para demonstrar a presença dessa tensão no interior do pensamento grego antigo – no qual um regime de falsificação funcionava de forma complementar (ainda que conflituosa) com um regime de veridicção mais estrito –, aqui seria preciso evocar os importantes debates que aconteciam na época de florescimento das obras poéticas levadas em consideração pela autora (as tragédias tardias de Eurípides e Sófocles, do fim do séc. V a.C.): discussões sofisticadas e retóricas sobre a existência da *alétheia* [verdade], sobre a possibilidade de conhecê-la, bem como sobre as dificuldades de enunciá-la, entre muitos outros tópicos controversos, davam o tom de muitas das considerações do período.<sup>6</sup> A produção de um autor como Górgias, ou mesmo um Platão (escrevendo seus diálogos pouco tempo depois, sobretudo no início do séc. IV a.C.), dá uma ideia clara das tensões que atravessavam o pensamento de autores desse período sobre as relações entre *alétheia* e *pseûdos*. Um caso emblemático dessas questões – trabalhado também por Costa – é o tratamento que uma figura complexa como a de Helena, principalmente no âmbito da guerra de Troia, recebe dos mais diversos pensadores dessa época.<sup>7</sup>

Levando em conta essa efervescência intelectual, a tese de Costa realiza uma análise da tragédia grega do fim do século V a.C., justamente porque esse gênero poético seria o responsável por instituir o pacto da ficcionalidade no qual as ideias de verdade e mentira se combinam ao extremo.<sup>8</sup> Com esse objetivo, a autora considera que a tragédia retoma o material mítico

---

<sup>4</sup> Para mais detalhes, Cf.; COSTA. **Heróis antigos e modernos**, p. 40-51. Como complemento dessas considerações, Cf.; ainda: FLORES-JÚNIOR, Olimar. Παροχαρακτείν τὸ νόμισμα ou as várias faces da moeda. **Ágora. Estudos Clássicos em Debate**. Aveiro, 2 (2000), p. 21-32. Disponível em: <<http://www2.dlc.ua.pt/classicos/moeda.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2017.

<sup>5</sup> COSTA. **Heróis antigos e modernos**, p. 45.

<sup>6</sup> Uma excelente introdução a esse contexto continua a ser o seguinte título: JAEGER, Werner. **Paideia: A formação do homem grego**. 6. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013, p. 335-85.

<sup>7</sup> Para mais detalhes, Cf.; COSTA. **Heróis antigos e modernos**, p. 102-15.

<sup>8</sup> Sobre isso, vale a pena ter em mente as acusações que o Sócrates de Platão faz contra a *mimesis* dramática ao longo da *República* (principalmente em seu livro X), acusando essa manifestação cultural de falhas a partir das mais diversas perspectivas: ontológica, psicológica, epistemológica e pedagógica. Cf.; JAEGER. **Paideia**, p. 987-1008. Para mais detalhes (inclusive com indicações recentes de bibliografia), Cf.; SILVA, Rafael. **Uma poética de Platão**. 126f.



tradicional, imprimindo uma nova efígie sobre ele e fabricando uma moeda “verdadeira-falsa”. Para isso, é empregada uma analogia que retoma expressamente o terceiro sentido acima sugerido para o verbo grego *parakharáttein*:

Dessa forma, quando o falsificador executa tal ação [*parakharáttein tò nómisma*], introjeta algo novo no que já existe. Ele cria o novo por meio da estampa [efígie], mas preserva o já existente. E, fazendo isso, não recusa totalmente a moeda, apenas altera uma parte dela, que é precisamente o seu caráter [efígie].<sup>9</sup>

Explicitando tal analogia para o objeto de suas primeiras considerações, *i.e.*, as tragédias áticas, Costa comenta o seguinte:

[...] o Odisseu das tragédias não poderia confundir-se com o Odisseu homérico, mas, ali, em cena, caracterizado como Odisseu, falando, pensando, agindo como Odisseu, ele torna-se, porque mais falso, mais verdadeiro do que o Odisseu que lhe precedeu. O teatro clássico quer tornar (e torna) a personagem mítica mais verdadeira do que até então tinha sido. O mito é seu material, mesmo que a tragédia já não seja mais o mito [...], exatamente porque, sobre esse material, o poeta trágico imprime uma nova estampa [efígie] e fabrica, assim, uma moeda falsa-verdadeira.<sup>10</sup>

Como se vê, Costa privilegia o terceiro sentido acima elencado para palavras relacionadas ao verbo *parakharáttein*, ou seja, a ideia de marcar uma moeda oficial com uma nova efígie, a fim de colocar em circulação uma novidade por meio de uma retomada do material mais tradicional. É certo que essa dimensão existe em todas as obras analisadas por ela e – acredito – em qualquer retomada de elementos de uma dada tradição por meio de uma obra posterior. Eu, contudo, gostaria de partir das considerações mais abrangentes de Costa sobre as práticas afins ao campo semântico do verbo *parakharáttein* – tal como na classificação acima proposta, onde coexistem tanto a noção mais comum de “falsificar a moeda” quanto a de “marcar a efígie de uma moeda falsa para tirá-la de circulação” – a fim de tentar enxergar certas nuances significativas nesse processo de retomada de elementos da tradição em um novo contexto de ruptura histórica por meio daquilo que tem sido aqui chamado de “falsificação”.

A analogia entre esse movimento de práticas históricas relacionadas ao campo semântico do verbo *parakharáttein* – entendidas pelo menos com relação aos três sentidos acima relacionados – e o que poderia ser chamado de “recriação cultural” – entendida como uma modalidade de recepção de uma tradição anterior – é trabalhada por Costa e orienta a construção de toda a

---

Monografia (Graduação em Letras) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Letras, Belo Horizonte, 2015. 126f.

<sup>9</sup> COSTA. **Heróis antigos e modernos**, p. 50-1.

<sup>10</sup> \_\_\_\_\_. **Heróis antigos e modernos**, p. 50-1.



tese.<sup>11</sup> A transposição de sua análise para o contexto moderno – relativamente à produção de obras retomando temas da Antiguidade após a experiência traumática da Primeira Guerra Mundial –, ainda que se dê sob a égide da ideia de *permanência*,<sup>12</sup> opera ainda com essa analogia que pretendo retomar e desenvolver no presente artigo:

A Grande Guerra então, tanto quanto a Guerra do Peloponeso, é o momento em que a experiência extrema e real do horror engendra a atualização do mito do herói e a reformulação mesma da ficção que o enreda. Mostrando-o agonizante, questionando sua beleza, sua razão de ser e a força controladora que o passado, por meio dele, exerce, a literatura da Grande Guerra reinventa o herói, tornando-o novamente verdadeiro e trágico: verdadeiro, se ainda é verdadeiro aquilo que não foi esquecido; trágico, se aquilo que volta à cena não traz respostas fáceis para os velhos conflitos, mas torna ainda mais agudos os novos conflitos a serem experimentados por ele e seu público.<sup>13</sup>

As obras a partir das quais pretendo avançar minha tipologia são as seguintes: o romance *O Estrangeiro*<sup>14</sup> e o ensaio filosófico *O mito de Sísifo*<sup>15</sup>, ambos de Albert Camus e publicados em 1942; uma peça de Jean-Paul Sartre, encenada em 1943 e publicada em 1947, *As moscas*<sup>16</sup>; uma tragédia de Jean Anouilh, encenada em 1944, embora também só tenha sido publicada em 1947, *Antígona*<sup>17</sup>; o ensaio filosófico publicado por Simone de Beauvoir em 1944, *Pirro e Cíneas*<sup>18</sup>; além da tradução das *Bucólicas* de Virgílio, executada por Paul Valéry entre 1942 e 1945 (ano de sua morte), mas publicada em grande tiragem pela primeira vez apenas em 1956.<sup>19</sup> Ou seja, considerarei seis obras produzidas e, em grande parte, divulgadas durante o período da ocupação nazista na França a fim de, por um lado, averiguar a hipótese de Costa – segundo a qual “*falsificar* é uma necessidade histórica” –, por outro, problematizar os sentidos possíveis desse “*falsificar*”, empregando para isso uma analogia a partir do que afirma a própria Costa sobre práticas afins ao campo semântico do verbo grego *parakharáttein*.

<sup>11</sup> Isso fica bastante claro quando a autora afirma, por exemplo: “O século V, dentro e fora da tragédia, estabelece uma relação própria, embebida da tradição épica, entre lembrar e esquecer. As peças retomam histórias conhecidas e, *falsificando-as*, sabem debater as questões que afetam a *pólis*. As tragédias funcionam, assim, um pouco à maneira das moedas falsas, que, sabidamente falsas, circulavam como verdadeiras. Como a moeda falsa circulava de maneira autorizada e que tinha “a mesma efígie que a ateniense” – ou seja, não tinha a efígie ateniense, mas uma que era igual a ela –, o herói trágico vai ter *a mesma efígie que o herói do passado*, sem ter, exatamente, *a efígie* do herói do passado. Os heróis da tragédia, como as moedas falsas-verdadeiras, vão poder circular livremente por Atenas, mas, apenas por serem *como* os verdadeiros heróis – não eles mesmos – é que serão capazes de colocar o uso corrente do verdadeiro em questão”. Cf.; \_\_\_\_\_. **Heróis antigos e modernos**, p. 203-204.

<sup>12</sup> \_\_\_\_\_. **Heróis antigos e modernos**, p. 211.

<sup>13</sup> \_\_\_\_\_. **Heróis antigos e modernos**, p. 221.

<sup>14</sup> CAMUS, Albert. **L'étranger**. Paris : Éditions Gallimard, 1942.

<sup>15</sup> \_\_\_\_\_. **Le mythe de Sisyphe**: Essai sur l'absurde. Paris: Éditions Gallimard, 1942.

<sup>16</sup> SARTRE, Jean-Paul. **Huis clos suivi de Les mouches**. Paris: Éditions Gallimard, 1947.

<sup>17</sup> ANOUILH, Jean. **Antigone**. Paris: Éditions de la Table Ronde, 1947.

<sup>18</sup> BEAUVOIR, Simone de. **Pour une morale de l'ambiguïté suivie de Pyrrhus et Cinéas**. Paris: Éditions Gallimard, 1947.

<sup>19</sup> VALÉRY, Paul. **Traduction en vers des Bucoliques de Virgile**. Précédé de Variations sur les Bucoliques. Paris: Gallimard, 1956 (Orig.: 1953).





Como o espaço de que disponho não é grande o bastante para abarcar a infinita riqueza interpretativa das obras analisadas – uma vez que a extensão da fortuna crítica de cada uma delas já seria vasta demais para ser tratada mesmo num artigo dedicado exclusivamente a apenas um desses textos –, desejo me limitar a breves indicações de uma tipologia possível para uma abordagem que combine elementos de uma estética da recepção e de uma história das ideias, sobretudo no que diz respeito à retomada de obras da tradição antiga em contextos posteriores. É certo que para referir cada uma das obras a um dos tipos propostos será necessário avançar uma certa interpretação da obra em questão – bem como uma interpretação implícita daquilo que ela retomaria da tradição antiga – e, nesse sentido, minha abordagem deve ser mantida sempre aberta a fim de comportar possíveis discordâncias hermenêuticas (por parte do leitor) e futuras reavaliações (por mim mesmo), embora eu acredite que o ganho com o emprego dessa tipologia – ainda que apoiada em interpretações provisórias – possa se mostrar considerável. Tenha-se em mente, portanto, que muito mais do que tentar persuadir sobre a interpretação de cada obra específica que será aqui proposta, pretendo avançar uma tipologia básica a partir da qual no futuro essas interpretações podem ser efetivamente testadas caso a caso (e nuançadas ou modificadas, se for necessário). Esse estudo futuro pode, inclusive, incorporar novos autores e títulos a fim de tornar mais complexas as relações esboçadas por essa tipologia inicial: as produções de autores colaboracionistas, os escritos clandestinos dos movimentos de resistência e as coletâneas literárias oficiais elaboradas pelo próprio regime de Vichy são algumas das obras que podem vir a ser interpretadas numa análise mais detida sobre textos específicos.

### **“Falsificar a moeda”**

Num primeiro momento, gostaria de considerar a ideia de *parakharáttein* como a de “falsificar a moeda (por meio de sua alteração, principalmente no que diz respeito a sua efígie)”. Aplicada ao sistema literário, essa ideia envolveria uma espécie de recriação cultural, na qual, partindo de certos elementos alheios à tradição hegemônica de uma dada cultura, um autor proporia uma reconfiguração desses elementos a fim de inseri-los nela, como se já fizessem parte desse contexto (ainda novo para eles).

Dentre as obras aqui analisadas, as que melhor se encaixam nesse tipo são *As moscas*, de Sartre, e a *Antígona*, de Anouilh. Em ambas, encontram-se reescrituras profundas da ação dramática a partir da retomada de uma roupagem básica das tragédias gregas: a *Oresteia*, tal como entendida a partir da trilogia de Ésquilo, a *Electra* de cada um dos outros dois tragediógrafos atenienses e *Orestes* de Eurípides (para a peça de Sartre); e a *Antígona*, de Sófocles (para a peça de



Anouilh). São essas as obras que oferecem boa parte do material tradicional sob o qual os escritores franceses propõem suas reflexões originalíssimas para o contexto em questão.

Com *As moscas*, Sartre retoma o mito dos Atridas – mais especificamente a partir do retorno de Orestes a Argos, onde Egisto e Clitemnestra usurparam o poder com o assassinato de seu pai, Agamêmnon – e, descrevendo uma situação aguda de calamidade pública na cidade (devida ao governo ilegítimo), coloca em cena as ações que levam a uma tomada de consciência (de viés existencialista) por parte do personagem principal, Orestes, bem como suas consequências para os demais personagens e o restante da trama. Como o próprio autor afirmou numa entrevista concedida pouco depois da estreia da peça:

Sob o risco de situar a tragédia clássica da qual retomei a armação e conservei os personagens, eu direi que meu herói comete o crime mais inumano em aparência. Seu gesto é o de um justiceiro, uma vez que é para vingar o rei – seu pai -, assassinado por um usurpador, que ele mata este último. Mas ele estende o castigo a sua própria mãe, a rainha, que ele sacrifica igualmente porque ela foi cúmplice do crime inicial.

Por esse gesto, que não se pode isolar de suas reações, ele restabelece a harmonia de um ritmo que ultrapassa em alcance a noção do bem e do mal. Mas seu ato permanecerá estéril se ele não for total e definitivo, se ele dever, por exemplo, arrastar a aceitação do remorso, sentimento que não é mais do que um retorno para trás, uma vez que equivale a um acorrentamento ao passado.

Livre em consciência, o homem que se alçou a tal ponto acima de si mesmo apenas se tornará livre em situação se restabelecer a liberdade para outrem, se seu ato tiver por consequência a desapareição de um estado de coisa existente e o restabelecimento do que deveria ser.<sup>20</sup>

Como o próprio autor reconhece, sua peça emprega uma retomada do mito dos Atridas a fim de inaugurar uma ação cujo conteúdo filosófico – de viés existencialista, como a menção a inúmeros conceitos importantes dessa corrente filosófica indica bem – seja capaz de dialogar com o presente em que esses elementos passam a agir. Ainda que as reações tenham se dividido com

---

<sup>20</sup> SARTRE *Apud* NOVY, Yvon. Ce que nous dit Jean-Paul Sartre de sa première pièce. *Comédia*, le 24 mars 1943. Convém notar que todas as citações em línguas estrangeiras são traduzidas por mim, a menos que seja indicado o nome de outro tradutor. Em francês:

« Au risque de situer la tragédie classique dont j'ai repris l'armature et conservé les personnages, je dirai que mon héros commet le forfait d'apparence le plus inhumain. Son geste est celui d'un justicier puisque c'est pour venger le roi son père, assassiné par un usurpateur, qu'il tue à son tour ce dernier. Mais il étend le châtement à sa propre mère, la reine, qu'il sacrifie également parce qu'elle fut la complice du crime initial.

« Par ce geste, qu'on ne peut isoler de ses réactions, il rétablit l'harmonie d'un rythme qui dépasse en portée la notion du bien et du mal. Mais son acte restera stérile s'il n'est pas total et définitif, s'il doit, par exemple, entraîner l'acceptation du remords, sentiment qui n'est qu'un retour en arrière puisqu'il équivaut à un enchaînement avec le passé.

« Libre en conscience, l'homme qui s'est haussé à ce point au-dessus de lui-même ne deviendra libre en situation que s'il rétablit la liberté pour autrui, si son acte a pour conséquence la disparition d'un état de chose existant et le rétablissement de ce qui devrait être. »



relação ao grau de sucesso da ação dramática proposta por Sartre,<sup>21</sup> não há dúvida de que o autor realize esse retorno à tradição antiga a fim de operar uma “falsificação” – entendida aqui como o resultado da ação de *parakharáttein* – por meio da qual novos elementos passam a circular com uma efígie tradicional. Que se compare a fala do Orestes de Sartre, pouco depois de sua tomada de decisão acerca da necessidade de executar sua derradeira ação, com a fala do Orestes de Ésquilo (*Coéforas*, v. 554-84)<sup>22</sup> ou do Orestes de Sófocles (*Electra*, v. 1288-301)<sup>23</sup> – muito mais objetivos, concentrados nos meios de executar seus respectivos planos – ou com as hesitações e silêncios do Orestes de Eurípides (*Electra*, v. 962-87)<sup>24</sup>:

Escute: todas essas pessoas que tremem em quartos escuros, envoltos por seus caros defuntos, suponha que eu assumo todos os seus crimes. Suponha que eu queira merecer o nome de “ladrão de remorsos” e que eu instale em mim todos os arrependimentos: os da mulher que traiu seu marido, os do vendedor que deixou morrer sua mãe, os do usurário que ceifou seus devedores até a morte? Diga, nesse dia, quando serei assombrado por remorsos mais numerosos do que as moscas de Argos, por todos os remorsos da cidade, não terei adquirido direito de cidadania entre vocês? Não estarei à vontade, entre suas muralhas sangrentas, como o açougueiro de avental vermelho está à vontade em sua loja, entre os bois sangrentos que ele acaba de esfolar?<sup>25</sup>

Mesmo os intérpretes mais críticos da obra de Sartre publicada durante os anos da ocupação nazista na França reconhecem que – seja por estar em voga um retorno a temas caros à antiguidade naqueles anos, seja por um desejo de mascarar intuitos malquistos pela censura oficial –, o autor faz passar suas ideias filosóficas sob as máscaras trágicas de um mito antigo:<sup>26</sup> para além da comparação das representações de Orestes, seria interessante levar em conta os deslocamentos implicados junto às figuras de Electra, Clitemnestra, Egisto, o pedagogo, além do próprio coro.

---

<sup>21</sup> Várias das reações da época à peça de Sartre foram reunidas em um volume que se encontra disponibilizado virtualmente. Cf. SARTRE. **Recueil sur Les Mouches de Jean-Paul Sartre. 1943.** Disponível em : < <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b105128667/f1.image.r=les%20mouches%20sartre>>. Acesso em: 09 abr. 2017.

<sup>22</sup> ÉSQLILO. **Coéforas (Oresteia II).** Estudo e tradução Jaa Torrano. São Paulo: Iluminuras FAPESP, 2004.

<sup>23</sup> SOPHOCLES. **Electra.** Translated by H. D. F. Kitto. Edited with an Introduction and Notes by Edith Hall. Oxford: Oxford University Press, 1994 [orig. 1962].

<sup>24</sup> EURÍPIDES. **Electra de Eurípides.** Tradução Trupersa; Direção de tradução e Coordenação geral Tereza Virgínia Ribeiro Barbosa. Cotia: Ateliê Editorial, 2015.

<sup>25</sup> SARTRE. **Les mouches**, p. 182. Em francês:

« Écoute : tous ces gens qui tremblent dans des chambres sombres, entourés de leurs chers défunts, suppose que j'assume tous leurs crimes. Suppose que je veuille mériter le nom de « voleur de remords » et que j'installe en moi tous leurs repentirs : ceux de la femme qui trompa son mari, ceux du marchand qui laissa mourir sa mère, ceux de l'usurier qui tondit jusqu'à la mort ses débiteurs ?

« Dis, ce jour-là, quand je serai hanté par des remords plus nombreux que les mouches d'Argos, par tous les remords de la ville, est-ce que je n'aurai pas acquis droit de cité parmi vous ? Est-ce que je ne serai pas chez moi, entre vos murailles sanglantes, comme le boucher en tablier rouge est chez lui dans sa boutique, entre les boeufs saignants qu'il vient d'écorcher ? »

<sup>26</sup> Para uma crítica acerba – ainda que nem sempre justa – da participação de Sartre no período da ocupação, cf.: JOSEPH, Gilbert. **Une si douce Occupation...** Simone de Beauvoir et Jean-Paul Sartre 1940-1944. Paris: Albin Michel, 1991. Para detalhes da encenação e recepção d'*As moscas*, cf. o capítulo 14, *Les mouches*.



Empregando uma roupagem tradicionalmente aceita por sua tradição intelectual, Sartre introduziu uma série de temas caros à filosofia que ele começava a desenvolver e que teria ampla divulgação nos anos seguintes (sobretudo a partir da publicação do livro *O ser e o nada*).<sup>27</sup>

A esse respeito, o final da entrevista de Sartre a Yvon Novy, para o jornal *Comédia*, é ainda mais específico sobre a utilidade de se falsificar a tradição para que uma novidade – como aquela representada por seu existencialismo no contexto francês da década de 1940 – se faça passar por algo tradicional:

O atalho do teatro exigia uma situação dramática de uma intensidade particular. Se eu tivesse imaginado meu herói, o horror que ele teria inspirado o condenaria sem pena a ser desconsiderado. É por isso que recorri a um personagem que estava teatralmente situado. Eu não tinha escolha.<sup>28</sup>

Nesse mesmo sentido pode ser entendida a *Antígona* de Jean Anouilh, ainda que a retomada dessa peça atenda a propósitos diversos quando foi escrita para ser levada aos palcos em 1944. Tantas ambiguidades irresolúveis subsistem na versão francesa quanto já existiam na tragédia de Sófocles e – ainda que alguns críticos tenham condenado sua técnica dramática (como Roland Purnal o faz num artigo, também do jornal *Comédia*, no dia 22 de fevereiro de 1944)<sup>29</sup> – a multiplicidade de recepções da obra dá uma noção clara de que o dramaturgo francês soube empregar a roupagem de *Antígona* para introduzir as principais ideias de um conflito aporético eminentemente contemporâneo.<sup>30</sup> Os deslocamentos implicados pela versão de Anouilh são consideráveis, sobretudo no que diz respeito às ambiguidades entre o que é de ordem dramática e o que diz respeito a questões dramatúrgicas: a *mise-en-scène* de um drama burguês sob a roupagem de uma tragédia antiga, no contexto específico em que veio a ocorrer, inaugura uma série de considerações caras à produção teatral do século XX.<sup>31</sup>

A capacidade de Anouilh para manter certas ambiguidades veladas até o fim da peça talvez explique que tanto jornais de esquerda (como o *Front National*, em um artigo de Pierre

---

<sup>27</sup> SARTRE, Jean-Paul. **L'Être et le néant**: Essai d'ontologie phénoménologique. Paris : Éditions Gallimard, 1943.

<sup>28</sup> SARTRE. **L'Être et le néant**. *apud* NOVY. *Comédia*, le 24 mars 1943. Em francês:

« Le raccourci du théâtre exigeait une situation dramatique d'une intensité particulière. Si j'avais imaginé mon héros, l'horreur qu'il eût inspirée le condamnerait sans merci à être méconnu. C'est pourquoi j'ai eu recours à un personnage qui, théâtralement, était déjà situé. Je n'avais pas le choix. »

<sup>29</sup> PURNAL, Roland. *Antigone*. *Comédia*, le 19 février 1944.

<sup>30</sup> Várias das reações da época à peça de Anouilh foram reunidas em um volume que se encontra disponibilizado virtualmente. Cf. ANOUILH, Jean. **Recueil sur Antigone de Jean Anouilh. 1944**. Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b10516174g/f1.image.r=antigone%20anouilh>>. Acesso em: 09 abr. 2017.

<sup>31</sup> Para uma comparação das duas tragédias e considerações teóricas sobre a dramaturgia de Anouilh, Cf.; HUNWICK, Andrew. *Tragédie et dramaturgie: les ambiguïtés dans l'Antigone d'Anouilh*. **Revue d'Histoire littéraire de la France**. 96e Année, N. 2 (Mar.-Apr., 1996), p. 290-312.



Bénard, publicado em 30 de setembro de 1944)<sup>32</sup> quanto de direita (como o *Je suis partout*, em um artigo de Alain Laubreux, publicado em 18 de fevereiro de 1944)<sup>33</sup> tenham aclamado a peça, ressaltando os aspectos com os quais suas tendências políticas os conduziam a exprimir uma identificação estética e ideológica. Um estudioso recente dessa obra ressalta que – embora retomando aspectos básicos de Sófocles – o dramaturgo francês introduz uma série de elementos estrangeiros à versão sofocliana do mito grego:

Mesmo admitindo que a *Antígona* de Anouilh é fundamentada numa obra antiga, na qual o destino de cada um dependia de uma fantasia divina, não se há de esquecer as liberdades que tomou Jean Anouilh ao modernizar a obra de Sófocles. Ele não apenas introduz nela numerosos anacronismos, mas traz à intriga uma importante modificação que faz com que Creonte arruíne o móbil da desobediência de Antígona. Na peça de Anouilh, não se encontra mais em questão, como em Sófocles, um simples conflito entre a justiça terrestre de um tirano e a justiça transcendente de um dever familiar, mas uma simples disputa entre um tio e sua sobrinha, que, não falando a mesma linguagem, não chegam a se entender.<sup>34</sup>

Ainda que a interpretação proposta por esse estudioso tanto para a tragédia de Sófocles quanto para o drama de Anouilh possam (e devam) ser moduladas, é evidente que o dramaturgo francês retoma certos elementos da tradição antiga – “a armação e os personagens”, para empregar aqui as palavras já citadas de Sartre –, a fim de desenvolvê-los segundo seus próprios interesses em seu próprio contexto histórico. A esse respeito, a fala do Creonte de Anouilh – rebaixando Etéocles (o irmão de Antígona que morrera “em defesa” de Tebas) ao mesmo nível de seu outro irmão, Polinice (morto no ataque contra a própria cidade natal) – é responsável por deslocar profundamente o conflito trágico, *i.e.*, a decisão sobre o enterro de um dos irmãos a partir de considerações sobre a justiça (humana ou divina), para o âmbito da política e da gestão ideológica de uma cidade. Esse rebaixamento, na peça de Anouilh, contamina o próprio Creonte (representado como um governante pragmático e desiludido de todos os ideais, considerados ingenuidades da juventude), a própria Antígona (representada como uma jovem teimosa e inconsequente, com tendências suicidas) e os demais personagens da trama. Quando se leva em consideração a seriedade dos valores colocados em conflito pelo diálogo entre Antígona e

---

<sup>32</sup> BÉNARD, Pierre. Antigone de Jean Anouilh. **Front national**, le 30 septembre 1944.

<sup>33</sup> LAUBREAU, Alain. Antigone de Jean Anouilh à l'Atelier. **Je suis partout**, le 19 février 1944.

<sup>34</sup> HUNWICK. **Tragédie et dramaturgie**, p. 309. Em francês :

« Mais tout en admettant que l'*Antigone* d'Anouilh est fondée sur une oeuvre antique, dans laquelle la destinée de chacun dépendait d'une fantaisie divine, l'on n'oubliera pas les libertés que s'est permises Jean Anouilh en modernisant l'ouvrage de Sophocle. Non seulement il y introduit de nombreux anachronismes, mais il apporte à l'intrigue une importante modification en faisant démolir par Créon le mobile de la désobéissance d'Antigone. Dans la pièce d'Anouilh, il n'est donc plus question, comme chez Sophocle, d'un simple conflit entre la justice terrestre d'un tyran et la justice transcendente d'un devoir familial, mais d'une simple dispute entre un oncle et sa nièce qui, ne parlant pas le même langage, ne parviennent pas à s'entendre. »



Creonte na tragédia de Sófocles (*Antígona*, v. 444-525),<sup>35</sup> esse mesmo diálogo – prolongado em argumentos derrisórios de ordem pragmática na versão de Anouilh<sup>36</sup> – culmina na seguinte fala de Creonte:

Mas vou te dizer uma certa coisa, uma certa coisa que apenas eu sei, uma certa coisa terrível: Etéocles, essa virtude em pessoa, não valia muito mais do que Polinices. O filho bom tinha tentado, também ele, assassinar seu próprio pai; o príncipe real tinha decidido, também ele, vender Tebas a quem oferecesse mais. Sim, você acha isso engraçado? Essa traição pela qual o corpo de Polinices está apodrecendo ao sol, agora tenho a prova que Etéocles, que dorme em seu túmulo de mármore, se preparava, também ele, para cometê-la. É um acaso se Polinices teve sucesso em seu golpe antes dele. Estávamos lidando com dois ladrões de feira que se enganavam e se degolaram como os dois pequenos vagabundos que eles eram, por um acerto de contas... Só que aconteceu de eu ter tido necessidade de fazer um herói de um deles. Então, eu mandei procurarem seus cadáveres no meio dos outros. Eles foram encontrados abraçados – pela primeira vez em sua vida, sem dúvida. Eles tinham-se agarrado mutuamente e depois a carga da cavalaria argiva passou-lhes por cima. Tinha sido feito mingau deles, Antígona, e ambos estavam irreconhecíveis. Eu mandei recolherem um dos corpos, o menos destruído dos dois, para meu funeral nacional, e dei a ordem de deixar apodrecer o outro, onde ele estava. Não sei nem mesmo qual deles. E te asseguro de que isso me é indiferente.<sup>37</sup>

Essas breves considerações sugerem que um posicionamento análogo perante a tradição trágica existe na obra dramática tanto de Anouilh quanto de Sartre: ambos se valem de uma roupagem tradicional para introduzir temas caros a seu respectivo pensamento (sem levar muito em conta o valor que essas figuras poderiam ter na tradição de onde são extraídas). Parece correto afirmar, portanto, que Anouilh, com sua *Antígona*, faz como Sartre, com suas *Moscas*: ambos “falsificam” as moedas antigas, introduzindo algo novo sob uma “mesma” efígie tradicional, a fim de colocar em circulação algo que não poderia fazê-lo sem esse disfarce.

---

<sup>35</sup> SÓFOCLES. *Antígona de Sófocles*. Tradução e introdução de Trajano Vieira. São Paulo: Perspectiva, 2009.

<sup>36</sup> ANOUILH. *Antígona*, p. 67-106.

<sup>37</sup> \_\_\_\_\_. *Antígona*, p. 95-6. Em francês:

« Mais je vais te dire quelque chose à toi, quelque chose que je sais seul, quelque chose d'effroyable : Etéocle, ce prix de vertu, ne valait pas plus cher que Polynice. Le bon fils avait essayé, lui aussi, de faire assassiner son père, le prince loyal avait décidé, lui aussi, de vendre Thèbes au plus offrant. Oui, crois-tu que c'est drôle ? Cette trahison pour laquelle le corps de Polynice est en train de pourrir au soleil, j'ai la preuve maintenant qu'Etéocle, qui dort dans son tombeau de marbre, se préparait, lui aussi, à la commettre. C'est un hasard si Polynice a réussi son coup avant lui. Nous avons affaire à deux larrons en foire qui se trompaient et qui se sont égorgés comme deux petits voyous qu'ils étaient, pour un règlement de comptes... Seulement, il s'est trouvé que j'ai eu besoin de faire un héros de l'un d'eux. Alors, j'ai fait rechercher leurs cadavres au milieu des autres. On les a retrouvés embrassés – pour la première fois de leur vie sans doute. Ils s'étaient embrochés mutuellement, et puis la charge de la cavalerie argyenne leur avait passé dessus. Ils étaient en bouillie, Antigone, méconnaissables. J'ai fait ramasser un des corps, le moins abîmé des deux, pour mes funérailles nationales, et j'ai donné l'ordre de laisser pourrir l'autre où il était. Je ne sais même pas lequel. Et je t'assure que cela m'est égal. »



### “Marcar a effigie de uma moeda falsa para tirá-la de circulação”

Gostaria agora de considerar a noção de *parakbaráttein* como “marcar a effigie de uma moeda falsa para tirá-la de circulação”. Aplicada ao sistema literário, essa ideia envolveria uma retomada crítica de certos elementos básicos de uma obra ou cultura anteriores, com o intuito de denunciar certa inadequação ao novo contexto em que passam a ser empregados. Uma outra possibilidade de abordagem comum a esse tipo de “falsificação” seria a de retomar – positivamente – elementos que eram considerados negativos pela obra ou cultura em questão: tratar-se-ia, nesse caso, de “tirar de circulação” certo tabu ou demérito com que alguma questão era então considerada na outra cultura. Como se vê, esse tipo de “falsificação” seria da ordem de uma paródia (entendida, se não literalmente em português, pelo menos de acordo com uma compreensão etimológica [*pará – ódêi*]).

Dentre as obras aqui analisadas, as que melhor se encaixam nesse tipo são: *O mito de Sísifo*, escrito por Camus, além de *Pirro e Cíneas*, de Beauvoir. Acredito ser possível sugerir algo análogo também para *O estrangeiro*, mas isso depende de uma interpretação inusitada do romance e vou sugeri-lo somente ao fim de minhas considerações principais (que partirão dos ensaios filosóficos de Camus e Beauvoir). Em todo caso, ambos os autores estabelecem um diálogo explícito não apenas com a tradição antiga, mas também entre eles.<sup>38</sup> A retomada de um motivo lendário – mítico no caso do ensaio de Camus, anedótico no caso do ensaio de Beauvoir – presta-se a uma série de considerações que terão como resultado questionar determinados valores antigos (e consideravelmente ainda em voga na atualidade, mesmo que sob novas roupagens) a fim de oferecer uma nova perspectiva acerca dos mesmos e tirá-los de circulação (ou levar a uma reconsideração acerca deles).

No caso do mito de Sísifo, a história desse mortal que trai segredos divinos e tenta sobrepujar a própria morte – conforme o resumo oferecido por Camus<sup>39</sup> – representaria na cultura antiga a exemplaridade dos tormentos reservados àqueles que, em detrimento da piedade religiosa, dessem livre curso a suas paixões. É o que fica evidente desde uma das mais antigas aparições de Sísifo na poesia grega, quando Odisseu narra o seguinte trecho sobre sua *katábasis* [descida ao Hades] (*Odisseia*, XI, v. 568-71; v. 593-600, na tradução de Christian Werner):

Vi Minos, o filho radiante de Zeus,  
com cetro dourado aplicando as normas aos mortos,  
sentado; cercado-o, pediam do senhor as sentenças,

<sup>38</sup> Beauvoir cita abertamente alguns pontos desenvolvidos por Camus em seus escritos. Cf.; BEAUVOIR. **Cinés et Pyrrhus**, p. 242.

<sup>39</sup> CAMUS. **Le mythe de Sisyphe**, p. 163-164.



sentados e de pé, pela casa de Hades com largo portão.

[...]

E, sim, vi Sísifo com seu duro sofrimento,

carregando pedra portentosa com as duas mãos.

Ele, apoiando-se nas mãos e nos pés,

empurrava a pedra morro acima; mas quando ia

lançá-la por sobre o cume, Crátaiis a revolvía;

então de volta ao solo, rolava a rocha aviltante.

Mas ele de novo a empurrava, retesando-se, suor

escorria dos membros, e poeira lançava-se da cabeça.<sup>40</sup>

Nessa famosa passagem da *Odisseia*, lê-se a referência a esse castigo exemplar designado para punir a conduta de um mortal que descumpre seus mais básicos deveres de piedade para com os deuses (um valor fundamental da cultura antiga). Camus, no entanto, faz de Sísifo o “herói absurdo” por excelência e – recusando a moralidade tradicional que veria em seu castigo uma condenação justa – faz de seu exemplo um “mito decisivo”.<sup>41</sup> A tomada de consciência do absurdo da existência por parte dessa figura mítica seria fundamental para as concepções do autor franco-argelino. Segundo ele:

Toda a alegria silenciosa de Sísifo está aí: seu destino pertence-lhe. Seu rochedo é sua coisa. Da mesma forma, o homem absurdo, quando contempla seu tormento, faz silenciar todos os ídolos. No universo subitamente restituído a seu silêncio, as mil pequenas vozes maravilhadas da terra elevam-se. Chamados inconscientes e secretos, convites de todos os rostos, são o inverso necessário e o preço da vitória. Não há sol sem sombra e é preciso conhecer a noite.

O homem absurdo diz sim e seu esforço não terá mais fim. Se há um destino pessoal, não há destinação superior ou pelo menos não há mais do que uma que ele julgue fatal e desprezível. De resto, ele se sabe mestre de seus dias. Nesse instante sutil em que o homem se volta sobre sua vida, Sísifo, voltando-se para seu rochedo, contempla essa sequência de ações sem ligação que se torna seu destino, criado por ele, unido sob o olhar de sua memória e em breve selado por sua morte. Assim, persuadido da origem totalmente humana de tudo o que é humano, cego que deseja ver e que sabe que a noite não tem fim, ele está sempre a caminho. O rochedo rola ainda.<sup>42</sup>

---

<sup>40</sup> HOMERO. **Odisseia**. Tradução e introdução de Christian Werner. 1. ed. São Paulo: Cosac Naify, 2014. Para o texto grego, empreguei a seguinte edição: HOMER. **The Odyssey with an English Translation**. By A. T. Murray. Cambridge; London: Harvard University Press; William Heinemann, 1919. Em grego:

“énth’ è toi Mínōa idon, Diòs aglaòn huiòn,/ khrýseon skêptron ékhonta, themistéuonta nékyssin,/ hêmenon, hoi dé min amphì díkas eíronto ánakta,/ hêmenoi hestaòtes te kat’ eury pylès Áidos dô./ [...] kai mên Sísyphon eiseídon kratér’ álge’ ékhonta/ láan bastázonta pelôrion amphotérēisin./ è toi ho mên skēriptómenos khersín te posín te/ láan ánō ôtheske poti lóphon: all’ hôte mélloi/ ákron hyperbaléein, tót’ apostrépsaske krataiís:/ aútis épeita pédonde kylíndeto láas anaidēs./ autàr hó g’ àps ôsaske titainómenos, katà d’ hidròs/ érrheen ek meléōn, konîē d’ ek kratòs oròrei”.

<sup>41</sup> Não custa lembrar que o título em francês do livro sugere, por meio da homofonia, o seguinte jogo de palavras: *Le mythe de Sisyphe* [O mito de Sísifo] = *Le mythe décisif* [O mito decisivo].

<sup>42</sup> CAMUS. **Le mythe de Sisyphe**, p. 167-168. Em francês :

« Toute la joie silencieuse de Sisyphe est là. Son destin lui appartient. Son rocher est sa chose. De même, l’homme absurde, quand il contemple son tourment, fait taire toutes les idoles. Dans l’univers soudain rendu à son silence, les mille petites voix émerveillées de la terre s’élèvent. Appels inconscients et secrets, invitations de tous les visages, ils sont l’envers nécessaire et le prix de la victoire. Il n’y a pas de soleil sans ombre, et il faut connaître la nuit.





Camus questiona assim a velha moralidade descontente com as infrações que a existência pode perpetuar contra a tradição e a moral, marcando essas velhas moedas e colocando-as de lado em prol de uma nova compreensão da vida humana sob o signo do absurdo (cujo emblema seria justamente o destino de Sísifo). Conforme um estudioso da filosofia de Camus, tal procedimento seria característico de um artista que sabe exprimir-se de maneira tanto metafórica e simbólica quanto mítica: diferentes figuras do mito antigo, como Helena, Ulisses, Prometeu, o Minotauro, além do próprio Sísifo, estilizariam a partir de um deslocamento para a contemporaneidade – na aura de seu drama arcaico – a própria condição humana em vários de seus escritos.<sup>43</sup>

Da mesma forma, Simone de Beauvoir, retomando uma anedota contada por Plutarco, promove uma reconsideração das velhas moedas empregadas pela filosofia ocidental. Na anedota retomada por ela, o governante grego Pirro, desejoso de conquistar os romanos, e, em seguida, as terras da Sicília, da Líbia, de Cartago, da Macedônia e da Grécia, para só então se entregar a uma vida dedicada às bebidas e ao tempo livre, é questionado pelo sábio Cíneas com as seguintes palavras:

O quê então agora está nos impedindo – caso queiramos – de aproveitar as bebidas e passar o tempo livre uns com os outros, se já temos isso e já está ao nosso alcance sem preocupação o que por meio de matança e imensos trabalhos e perigos alcançaríamos, depois de termos feito muitas coisas ruins aos outros e nós próprios termos sofrido outras tantas?<sup>44</sup>

Como se vê, trata-se de um argumento filosófico – tecido por um homem de reconhecida sabedoria, conforme Plutarco<sup>45</sup> – que apresentaria como vãs todas as empreitadas humanas cujo fim não estivesse nelas mesmas.<sup>46</sup> Beauvoir, porém, apoiando-se no arcabouço filosófico do existencialismo (como as inúmeras citações a Heidegger e Sartre o indicam claramente ao longo

---

« L'homme absurde dit oui et son effort n'aura plus de cesse. S'il y a un destin personnel, il n'y a point de destinée supérieure ou du moins il n'en est qu'une dont il juge qu'elle est fatale et méprisante. Pour le reste, il se sait le maître de ses jours. A cet instant subtil où l'homme se retourne sur sa vie, Sisyphe, revenant vers son rocher, contemple cette suite d'actions sans lien qui devient son destin, créé par lui, uni sous le regard de sa mémoire et bientôt scellé par sa mort. Ainsi, persuadé de l'origine tout humaine de tout ce qui est humain, aveugle qui désire voir et qui sait que la nuit n'a pas de fin, il est toujours en marche. Le rocher roule encore. »

<sup>43</sup> SARROCHI, Jean. Albert Camus philosophe. In: LÉVI-VALENSI, Jacqueline (Éd.). **Les critiques de notre temps et Camus**. Paris: Garnier, 1970, p. 131-136.

<sup>44</sup> PLUTARCH. Pyrrhus. In: \_\_\_\_\_. **Plutarch's Lives**. English Translation by Bernadotte Perrin. Cambridge; London: Harvard University Press; William Heinemann Ltd, 1920, § 14.7. Em grego:

“entaûtha de tôn lógōn katastêsas tôn Pýrrhon ho Kinéas, ‘eíta,’ éphē, ‘tí nýn empodōn estin hēmîn bouloménois kōthōni khrêsthai kai skholázein met’ allélōn, ei taûta ékhomen êdē kai párestin apragmónōs eph’ hà di’ haímatos kai pōnōn megálōn kai kindýnōn méllomen aphíxesthai, pollà kai drásantes hetérous kakà kai pathōntes?”

<sup>45</sup> PLUTARCH. **Pyrrhus**, § 14.1.

<sup>46</sup> Convém notar um jogo etimológico operado por Plutarco nessa anedota, ao escolher como nome do agente responsável pela ação, Pirro (relacionado a “fogo”, *pûr*, em grego antigo), e como nome do interessado pelo resultado final da ação, Cíneas (relacionado a “cinzas”, *cinis*, em latim, *keónis*, em grego antigo).



de todo o seu texto), promove uma complexa argumentação que – retomando explicitamente essa antiga anedota da tradição moralista grega – culmina nas seguintes palavras:

O paradoxo da condição humana é que todo fim pode ser ultrapassado. No entanto, o projeto define o fim como fim; para ultrapassar um fim, é preciso a princípio tê-lo projetado como aquilo que não se ultrapassa. O homem não tem outra maneira de existir. É Pirro que tem razão contra Cíneas. Pirro parte para conquistar: que ele conquiste então. “Depois?” – Depois, ele verá.<sup>47</sup>

Nesse sentido, Beauvoir questiona a velha tradição filosófica que veria nas ações humanas a futilidade de uma sequência infinita de empreendimentos vãos (por não terem um fim neles mesmos) e sugere que apenas a ação – enquanto tal – seria capaz de se definir como fim humano.<sup>48</sup> A autora marca as velhas moedas da filosofia ocidental e as coloca de lado em prol de uma nova compreensão da vida humana sob o signo de uma existência livre cujo emblema seria justamente a escolha de Pirro.

Levando em consideração essas breves análises comparativas – que todo leitor interessado num tratamento mais específico de uma das obras pode reforçar por meio de uma leitura cerrada dos textos citados, tendo atenção especialmente aos trechos aqui destacados -, sugiro que exista um posicionamento análogo de Beauvoir e Camus perante certos aspectos da tradição ocidental, no que diz respeito a algumas das figuras empregadas exemplarmente por ela. Nesse sentido, tanto Beauvoir quanto Camus levam a cabo suas propostas filosóficas por meio de um retorno à tradição antiga a fim de executar aquilo que – compreendido como uma forma de *parakharáttein* – instaura a novidade por meio de uma recusa de certos aspectos considerados ultrapassados e, portanto, dignos de serem tirados de circulação.

Sobre o *Estrangeiro*, gostaria de sugerir algo que não poderei desenvolver plenamente a contento, pois para fundamentar de fato minha interpretação seria necessário propor todo um artigo dedicado somente a isso. Em todo caso, acredito que a hipótese mereça ser enunciada para poder ser posteriormente testada e demonstrada: a meu ver, o personagem principal do

---

<sup>47</sup> BEAUVOIR. **Pyrrhus et Cíneas**, p. 296. Em francês: « Le paradoxe de la condition humaine, c'est que toute fin peut être dépassée ; et cependant le projet définit la fin comme fin ; pour dépasser une fin, il faut d'abord l'avoir projetée comme ce qui n'est pas à dépasser. L'homme n'a pas d'autre manière d'exister. C'est Pyrrhus qui a raison contre Cíneas. Pyrrhus part pour conquérir : qu'il conquière donc. « Après ? » Après, il verra. »

<sup>48</sup> Em um estudo voltado especificamente para esse ensaio de Beauvoir, a profa. portuguesa Maria de Fátima da Silva sugere o contrário do que proponho aqui. Ainda que seu artigo seja bem desenvolvido, discordo fundamentalmente de sua interpretação. Em todo caso, ainda que sua interpretação procedesse, seria possível realocar a obra de Beauvoir no interior da tipologia aqui sugerida. Acredito, contudo, que não faça sentido interpretar o “retorno” de Beauvoir a Plutarco como uma mera retomada do que o escritor antigo já estava propondo, tal como sugere a professora portuguesa ao afirmar: “[...] o preâmbulo [de *Cíneas e Pirro*] termina como começara, com o que é o sentido essencial do episódio de Pirro e Cíneas e o pensamento de Plutarco: a ambição desmesurada traz os seus perigos e é, até certo ponto, reconhecivelmente desnecessária”. Cf.; SILVA, Maria de Fátima. Pirro e Cíneas: O para quê da ação humana. **Sapere Aude**, Belo Horizonte, v. 3, n. 6, p. 298-309, 2º. sem. 2012, p. 308.



*Estrangeiro*, Meursault, é representado como uma espécie de Orestes contemporâneo. Aqui é preciso notar certos detalhes do texto de Camus: o fato de que o acusado pareça ser condenado não por ter matado um árabe, mas sim por “ter enterrado uma mãe com um coração de criminoso”<sup>49</sup>; a resposta de Meursault, questionado por seu advogado sobre o amor que sentia por sua própria mãe, afirmando que ele a amava, mas que “todos os seres são tinham mais ou menos desejado a morte dos que eles amavam”<sup>50</sup>; a preponderância do sol ao longo do romance, sobretudo como elemento que, além de ligar o enterro da mãe ao assassinato do árabe, é colocado como o verdadeiro motor dessa última ação (e, nesse sentido, seria necessário referir Apolo, deus grego do sol que aparece como responsável em grande parte pelas ações de Orestes nas versões antigas do mito grego); entre outros.

Acerca da importância do sol para a construção do enredo d’O *Estrangeiro*, seria interessante ler o final da primeira parte do romance, principalmente as seguintes frases:

A queimadura do sol ganhava minhas bochechas e senti gotas de suor juntarem-se em minhas sobrancelhas. Era o mesmo sol do dia em que eu tinha enterrado minha mãe e, como então, a frente sobretudo me doía e todas as veias batiam junto sob a pele. Por causa dessa queimadura que eu não podia mais suportar, fiz um movimento para a frente. Eu sabia que era estúpido, que não me livraria do sol me deslocando apenas um passo. Mas dei um passo, um único passo para a frente. E, dessa vez, o árabe tirou sua faca que ele me apresentou no sol.<sup>51</sup>

Esse elemento é destacado em inúmeras outras passagens do romance – no enterro da mãe (ao qual ele se mostra indiferente, devido – pelo menos em parte – a seu mal-estar físico, causado pelo calor),<sup>52</sup> durante todo o período em que transcorreram as sessões de seu

---

<sup>49</sup> CAMUS. *L’Étranger*, p. 148. Destacando o trecho da acusação final do promotor, na qual ele compara o crime de Meursault a um parricídio que seria julgado no dia seguinte pelo tribunal, lê-se a seguinte formulação (em francês): « J’en suis persuadé, messieurs, [...] vous ne trouverez pas ma pensée trop audacieuse, si je dis que l’homme qui est assis sur ce banc est coupable aussi du meurtre que cette cour devra juger demain. Il doit être puni en conséquence. ». Cf.; \_\_\_\_\_. *L’Étranger*, p. 156-157.

<sup>50</sup> \_\_\_\_\_. *L’Étranger*, p. 102. Em francês:

« Sans doute j’aimais bien maman, mais cela ne voulait rien dire. Tous les êtres sains avaient plus ou moins souhaité la mort de ceux qu’ils aimaient. »

<sup>51</sup> CAMUS. *L’Étranger*, p. 94. Em francês:

« La brûlure du soleil gagnait mes joues et j’ai senti des gouttes de sueur s’amasser dans mes sourcils. C’était le même soleil que le jour où j’avais enterré maman et, comme alors, le front surtout me faisait mal et toutes ses veines battaient ensemble sous la peau. À cause de cette brûlure que je ne pouvais plus supporter, j’ai fait un mouvement en avant. Je savais que c’était stupide, que je ne me débarrasserais pas du soleil en me déplaçant d’un pas. Mais j’ai fait un pas, un seul pas en avant. Et cette fois, sans se soulever, l’Arabe a tiré son couteau qu’il m’a présenté dans le soleil. »

<sup>52</sup> \_\_\_\_\_. *L’Étranger*, p. 28-9 : « Il me semblait que le convoi marchait un peu plus vite. Autour de moi c’était toujours la même campagne lumineuse gorgée de soleil. L’éclat du ciel était insoutenable. À un moment donné, nous sommes passés sur une partie de la route qui avait été récemment refaite. Le soleil avait fait éclater le goudron. »



juízo, <sup>53</sup> e o próprio Meursault afirma publicamente – em seu depoimento – a importância desempenhada pelo sol no dia de seu crime confesso. <sup>54</sup> Esses fatos já tinham sido bem destacados por um estudo de Roland Barthes, segundo o qual *O Estrangeiro* seria um “romance solar” <sup>55</sup>, mas gostaria de partir desses dados para propor uma comparação com algo que Orestes afirma para a deusa Atena na célebre versão de Ésquilo do mito sobre o famoso matricídio (*Eumênides*, v. 455-69, na tradução de Jaa Torrano):

Sou argivo, conheces bem o meu pai  
Agamêmnon, o comandante da esquadra,  
com que fizeste sem forte o forte de Ílion.  
Ele sucumbiu sem nobreza ao chegar  
em casa, minha mãe de coração negro  
matou-o envolto em astuto véu,  
testemunho do massacre no banho.  
Eu, antes exilado, ao regressar  
matei quem me gerou, não o nego,  
punindo a morte do querido pai.  
Co-autor disso é Lóxias, ao predizer  
dores aguilhoantes do coração  
se eu nada fizesse aos culpados.  
Se agi com justiça ou não, julga-o tu.  
Entregue a ti, seja como for, acatarei. <sup>56</sup>

Apolo é referido por Orestes – ainda que apenas levemente, como convém a uma abordagem piedosa de um ponto tão delicado – com seu nome cultual de Lóxias [Oblíquo]. A participação do deus “solar”, contudo, como responsável pelo matricídio perpetrado por Orestes é reafirmado pelo próprio Apolo, em sua intervenção pouco antes do julgamento do matricida, dirigindo-se diretamente à deusa Atena (*Eumênides*, v. 576-81, na tradução de Jaa Torrano):

---

<sup>53</sup> \_\_\_\_\_. *L'Étranger*, p. 127 : « Je peux dire qu'au fond l'été a très vite remplacé l'été. Je savais qu'avec la montée des premières chaleurs surviendrait quelque chose de nouveau pour moi. Mon affaire était inscrite à la dernière session de la cour d'assises et cette session se terminerait avec le mois de juin. Les débats se sont ouverts avec, au-dehors, tout le plein du soleil. »

<sup>54</sup> \_\_\_\_\_. *L'Étranger*, p. 105 : « Je lui ai retracé ce que déjà je lui avais raconté : Raymond, la plage, le bain, la querelle, encore la plage, la petite source, le soleil et les cinq coups de revolver. »

<sup>55</sup> BARTHES, Roland. *L'Étranger*, roman solaire. In: LÉVI-VALENSI. *Les critiques de notre temps et Camus*, p. 60-4.

<sup>56</sup> ÉSQUILO. *Eumênides (Oresteia III)*. Estudo e tradução Jaa Torrano. São Paulo: Iluminuras FAPESP, 2004. Para o texto grego: AESCHYLUS. *Eumenides*. English translation by Herbert Weir Smyth. Cambridge; London: Harvard University Press; William Heinemann, 1926. Em grego:

“Argeiôs eimi, patéra d'historeis kalôs,/ Agamêmnon', andrôn naubatôn harmóstora,/ xýn hôi sý Troían ápolin Iliou pólin/ éthēkas. éphthith' hoútos ou kalôs, molôn/ eis oíkon: allá nin kelainóphrôn emê/ mêtēr katékta, poikílois agreúmasin/ krýpsas', hà loutrôn exemartýrei phónon./ kagô katelthôn, tôn prò tou pheúgôn khrónon,/ ékteina tèn tekoúsan, ouk arnēsomai,/ antiktónois poinaísi philtátou patrôs./ kai tónde koinèi Loxías epaitios,/ álge prophônôn antíkentra kardía,/ ei mē ti tōnd' érxaimi tous epaitiōus./ sý d' ei dikaiōs eíte mē krínon dikēn:/ práxas gār en soi pantakhēi tād' ainēsō”.



Vim para ser testemunha: ele por lei  
é suplicante e hóspede em meu palácio,  
a purificação eu lhe fiz do massacre.  
Vim para defender, sou responsável  
pelo massacre de sua mãe. Dá início  
e, como conheces, conduz o processo.<sup>57</sup>

Os mesmos tipos de referências poderiam ser encontrados ainda nas outras versões antigas do mito – como naquela bastante diferente que Eurípides retrata em *Orestes*,<sup>58</sup> por exemplo – e acredito que o mesmo tipo de contraste entre a *clareza* do sol e a *opacidade* do crime é colocada em evidência nessas versões. Levando-se em conta o valor “solar” do deus Apolo na mitologia grega – além da importância que esse elemento parece desempenhar em todas essas versões do mito –, acredito ser possível sugerir que Camus tece um jogo explícito entre sua personagem Meursault e a figura tradicional de Orestes. Ainda numa passagem da peça de Eurípides, por exemplo, o coro recrimina os filhos de Agamêmnon pelo crime impiedoso cometido contra a própria mãe ao afirmar o seguinte (*Orestes*, v. 819-22):

O belo não belo: decepar  
um familiar, com punho em fogo  
e espada escura de sangue  
com assassinato, e aos raios do sol vir mostrar!<sup>59</sup>

Mencionar a exposição do crime aos raios do sol – num contraste que é evidente também no romance de Camus – parece-me um traço característico da intertextualidade construída por essa retomada do mito dos Atridas. Com relação a isso, encontrei a referência de um estudioso que em um artigo do final da década de 1960 já havia proposto uma interpretação análoga,<sup>60</sup> mas – se minha argumentação aqui for bem compreendida pelo leitor – mais do que sugerir um mero retorno ao mito grego de Orestes por Camus, gostaria de ver em sua retomada o mesmo *parakharáttein* que marca uma velha moeda julgada falsa a fim de tirá-la de circulação. Questionando diretamente o valor da razão e da justiça “solares” da tradição ocidental, *O Estrangeiro* representaria o avesso desse mito que teve como pano de fundo as discussões

---

<sup>57</sup> ÉSQUILO. **Eumênides (Oresteia III)**, v. 576-81.

<sup>58</sup> Numa passagem dessa tragédia, Orestes afirma o seguinte, por exemplo: “E veja Apolo, que habita as sedes do umbigo do mundo/ e dá aos mortais a mais clara boca!/ A ele obedecemos, em todas as coisas que ele afirme!/ A ele obedecendo matei a que me gerou./ Àquele, então, julguem ímpio, matem a ele!/ Foi ele quem errou, não eu. O que era preciso que eu fizesse?” (*Orestes*, v. 591-6). Para o texto grego: EURIPIDES. **Euripides Fabulae**. Vol. 3. Gilbert Murray. Oxford : Oxford Clarendon Press, 1913. Em grego:

‘horáis d’ Apóllōn’, hōs mesomphálous hédras/ naíōn brotoísi stōma némei saphéstaton,/ hō peithōmestha pánth’ hós’ àn keínos légēi:/ toutōi pithōmenos tēn tekoúsan éktanon./ ekeínon hēgēisth’ anōsion kai kteínete:/ ekeínos hēmart’, ouk egō. tí khrēn me drān?”

<sup>59</sup> EURIPIDES. **Orestes**, v. 819-22. Em grego: “tò kalòn ou kalòn, tokéōn/ pyrigeneî temeîn palámai/ khróa melándeton dè phónōi/ xíphos es augàs aelíoio déxai”.

<sup>60</sup> FINN, Jacobi. La métamorphose de Meursault. Une interprétation du premier chapitre de *L’Étranger* de Camus. **Revue Romane**, Bind 4 (1969), p. 138-47.



atenienses sobre as funções do Areópago nos anos de 462-1 a.C.<sup>61</sup>: se, por um lado, o matricida Orestes foi julgado e absolvido pelos assassinatos cometidos por ele, por outro, o assassino Meursault foi julgado e condenado como matricida, apesar de não ter matado a própria mãe. A inversão não me parece casual e eu gostaria de relacioná-la com uma forma de retomada da tradição em chave paródica (ainda que de viés absurdo, como não poderia deixar de ser no caso de um autor como Camus).

Sobre a relação que o ensaio filosófico, *O mito de Sísifo*, tem no interior da obra de Camus com o romance *O Estrangeiro*, vale a pena levar em conta o que afirma Sartre:

Camus distingue, como dissemos, entre o *sentimento* e a *noção* do absurdo. [...]. Seria possível dizer que *O mito de Sísifo* visa a nos dar a *noção* e que *O Estrangeiro* quer nos inspirar o *sentimento*. A ordem de publicação das duas obras parece confirmar essa hipótese: *O Estrangeiro*, publicado antes, afunda-nos sem comentário no “clima” do absurdo; o ensaio vem em seguida para esclarecer a paisagem. Ora, o absurdo é o divórcio, o espaçamento.<sup>62</sup>

Esse “divórcio” – esse “espaçamento” – poderia ser visto inclusive no que tange à relação sugerida por Camus entre sua obra (ou, de forma mais abrangente, seu pensamento) e a tradição a partir da qual ele se projeta. Em ambos os livros aqui analisados – bem como no ensaio filosófico de Beauvoir, *Pirro e Cíneas* –, acredito ser possível sugerir que partindo de uma recusa explícita de certos aspectos de um material antigo (considerado não mais apto a circular em seu contexto cultural), esses pensadores avançam suas próprias considerações. Trata-se, portanto, de uma “falsificação” entendida no segundo sentido dentre as atividades relacionadas ao campo semântico do verbo *parakharáttein*: marcar a efígie de uma moeda considerada falsa a fim de tirá-la de circulação.

### “Marcar uma moeda oficial com uma nova efígie”

Finalmente, seria preciso ainda considerar a ideia de *parakharáttein* a partir da relação com a atividade semanticamente afim de “marcar uma moeda oficial com uma nova efígie” – com o intuito de colocar em circulação uma novidade por meio de uma revisão do material mais tradicional. Aplicada ao sistema literário, tal ideia seria da ordem de uma tradução ou de uma adaptação – *i.e.*, envolveria apropriar-se de um texto antigo, criado em contexto diferente, a fim de reempregá-lo com uma efígie diferente para permitir-lhe exercer uma função análoga (ainda

<sup>61</sup> Para detalhes, cf.: DUPONT, Florence. *L'insignifiance tragique*. Paris : Éditions Gallimard, 2001, p. 54.

<sup>62</sup> SARTRE. *Explication de L'Étranger*. In: LÉVI-VALENSI. *Les critiques de notre temps et Camus*, p. 41-56. Em francês :

« M. Camus distingue, nous l'avons dit, entre le *sentiment* et la *notion* de l'absurde. [...] On pourrait dire que *Le Mythe de Sisyphé* vise à nous donner cette *notion* et que *L'Étranger* veut nous inspirer ce *sentiment*. L'ordre de parution des deux ouvrages semble confirmer cette hypothèse ; *L'Étranger*, paru d'abord, nous plonge sans commentaires dans le « climat » de l'absurde ; l'essai vient ensuite qui éclaire le paysage. Or l'absurde, c'est le divorce, le décalage. »



que deslocada) em um novo contexto. O caso das *Bucólicas*, traduzidas por Paul Valéry entre 1942 e 1945, poderia ser citado aqui como esse tipo de *parakharátein*. A esse respeito, vale a pena considerar o que escreveu o próprio autor no texto que introduz sua tradução, “Variações sobre as Bucólicas”:

Eu tive, diante de meu Virgílio, a sensação (que conheço bem) do poeta em trabalho; e discuti distraidamente comigo mesmo, para cá e para lá, a respeito dessa obra ilustre, fixada em uma glória milenar, tão livremente quanto teria feito com um poema em trabalho sobre minha mesa. Encontrei-me, por instantes, enquanto revirava minha tradução, com vontade de mudar alguma coisa no texto venerável. Era um estado de confusão ingênua e inconsciente com a vida interior imaginária de um escritor do século de Augusto. Isso durava um ou dois segundos de tempo atual e me divertia. Por que não?, eu me dizia, retornando dessa breve ausência. Por que não?<sup>63</sup>

A autonomia que o autor pretende manifestar perante o texto “do outro” – esse desejo quase blasfemo que Valéry enuncia aqui – poderia ser pensado como uma manifestação tardia de uma tendência que prevaleceu tradicionalmente entre traduções realizadas ao longo dos sécs. XVII e XVIII na França: *les belles infâdèles*.<sup>64</sup> Ainda que Valéry pareça finalmente resistir à tentação tão cara às práticas de tradução do círculo aristocrático de d’Ablancourt, é certo que existe em sua abordagem um impulso narcísico que o leva a moldar o texto alheio um pouco à semelhança de si e parece consideravelmente distante das práticas de tradição responsáveis por revolucionar a produção literária francesa da segunda metade do séc. XX.<sup>65</sup> Talvez seja esse impulso – ainda tão evidente em suas palavras e ações – que o leve a sugerir uma espécie de identificação entre sua situação histórica (de dominação pela Alemanha nazista) e a do próprio Virgílio (durante as guerras civis em Roma, no séc. I a.C.). Conforme um comentador do trabalho de Valéry:

É em si mesmo, certamente, que ele pensa – na atitude de todo intelectual durante os anos negros da guerra -, quando, ao fim das “Variações”, ele consagra, de maneira inesperada, uma digressão bastante longa às relações do poeta com o poder, tomando por pretexto a atitude de Virgílio perante seus

---

<sup>63</sup> VALÉRY. **Traduction en vers des Bucoliques de Virgile**, p. 28. Em francês :

« J’eus devant mon Virgile, la sensation (que je connais bien) du poète en travail ; et je discutai distraitement avec moi-même, par-ci, par-là, au sujet de cette oeuvre illustre, fixée dans une gloire millénaire, aussi librement que j’aurais fait d’un poème en travail sur ma table. Je me trouvai, par moments, tout en tripotant ma traduction, des envies de changer quelque chose dans le texte vénérable. C’était un état de confusion naïve et inconsciente avec la vie intérieure imaginaire d’un écrivain du siècle d’Auguste. Cela durait une ou deux secondes de temps actuel, et m’amusait. Pourquoi pas, me disais-je, en revenant de cette brève absence. Pourquoi pas ? »

<sup>64</sup> Para mais detalhes sobre essa tendência nas *belles-lettres* da França, cf. o terceiro capítulo (“*Les belles infâdèles* e a tradição alemã”) do seguinte título: MILTON, John. **Tradução: teoria e prática**. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

<sup>65</sup> Que se leve em consideração a radicalidade de propostas como, por exemplo, as seguintes:

BERMAN, Antoine. **L’Épreuve de l’étranger: culture et traduction dans l’Allemagne romantique**. Paris: Éditions Gallimard, 1984 ; DERRIDA, Jacques. « Des tours de Babel ». In : GRAHAM, Joseph (ed.). **Difference in translation**. Ithaca; London: Cornell University Press, 1985, p. 209-48; MESCHONNIC, Henri. **Critique du rythme: anthropologie historique du langage**. Paris: Verdier, 1982.



ricos protetores. Sem dúvida, durante os anos em que ele trabalha sobre as *Bucólicas*, o problema moral do engajamento do poeta se coloca de maneira aguda, e Valéry não deixa de colocá-lo em referência aos comportamentos tão diversos de Racine e Chénier, Hugo, Corneille e Goethe, sempre defendendo o princípio de uma escolha livre, segundo “o humor e a condição de cada um, ou as circunstâncias”. Mas sua escolha é implícita: mesmo se relativiza a atitude de Virgílio ao recolocá-lo num século em que os “Direitos do Homem” ainda não eram uma questão, o importante era para ele, ao preço que fosse, produzir “obras de primeira grandeza”. O culto da Poesia leva Valéry a ceder – na questão dos valores – à Arte em detrimento do problema de consciência.<sup>66</sup>

O fato de que Valéry se apoie nesse modelo de Virgílio (tal como imaginado pelo próprio Valéry) para justificar sua obra e sua vida – durante um período historicamente tão conturbado quanto aquele que precedeu a chegada de Augusto ao poder em Roma, no séc. I a.C. – deixa evidente que traduções modernas de textos antigos (ou mesmo adaptações) envolvem o reaproveitamento de um material anterior tornado possível a partir de uma renovação que necessariamente o marca com um valor diverso do que lhe era próprio em seu contexto anterior. Seguindo ainda a analogia estabelecida pela tese de Lorena Lopes da Costa, esse seria o caso em que uma moeda oficial é marcada com uma efígie diferente e criaria alguma novidade, preservando parte do conteúdo tradicional. A célebre tradução de Paul Valéry das *Bucólicas* seria apenas o melhor exemplo da aplicação dessa terceira categoria tipológica aqui sugerida (na medida em que o poeta-tradutor francês estipula a preservação do material antigo como uma das condições básicas para a criação do que pode haver de novidade por ele).<sup>67</sup>

Pretendo limitar-me aqui a uma breve indicação emblemática do procedimento inventivo de Valéry, enquanto poeta tradutor de Virgílio. Que se leve em consideração o seguinte trecho da

---

<sup>66</sup> JOUANNY, Robert. Valéry traducteur et commentateur des “Bucoliques” de Virgile. **Cahier de l'Association internationale des études françaises**, n. 53 (2001), p. 253-69. Em francês:

« Mais c'est à lui-même, assurément, qu'il songe, à l'attitude de tout intellectuel durant les années noires de la guerre, lorsque, à la fin de ses « Variations », il consacre, de manière inattendue, une assez longue digression aux rapports du poète avec le pouvoir, en prenant prétexte de l'attitude de Virgile à l'égard de ses riches protecteurs. Sans doute, durant les années où il travaille sur les Bucoliques, le problème moral de l'engagement du poète se pose-t-il de manière aiguë, et Valéry ne manque pas de le poser en se référant aux comportements si différents de Racine et Chénier, d'Hugo, Corneille et Goethe et en défendant le principe d'un libre choix, selon « l'humeur et la condition de chacun, ou les circonstances ». Mais son choix est implicite : même s'il relativise l'attitude de Virgile en le remplaçant dans un siècle où il n'était pas encore question des « Droits de l'Homme », l'important était pour lui, à quelque prix que ce fût, de produire « des ouvrages de premier ordre ». Le culte de la Poésie amène Valéry à donner le pas au problème de valeurs - à l'Art - sur le problème de conscience. »

<sup>67</sup> Conforme um tradutor brasileiro das *Bucólicas* de Virgílio, Raimundo Carvalho: “Valéry, além dos traços formais que a escolha do alexandrino demandou, se impôs também a tarefa de traduzir o mais fielmente possível o conteúdo destes poemas, mas ressaltando que uma fidelidade restrita ao sentido seria a pior espécie de traição. Assim, o que poderia ser uma desvantagem torna-se o contrário, pois, livre da tarefa de inventar um conteúdo novo para o seu texto, o poeta-tradutor pode se ater mais detidamente no trabalho de criação propriamente poético, que é o de criar, através de harmonias e ressonâncias musicais, a aparência de um objeto perfeito, cuja forma esteja reconciliada com o seu conteúdo e pareçam unidos por laços necessários, um a demandar o outro”. Cf.; CARVALHO, Raimundo. *Bucólicas* de Virgílio: uma constelação de traduções. In: VIRGÍLIO. **Bucólicas**. Tradução e comentário de Raimundo Carvalho. Belo Horizonte: Crisálida, 2005, p. 113.





IV das *Bucólicas* (v. 5-8) em latim (com uma versão bastante prosaica em português, em minha tradução):

*Ultima Cumaei venit iam carminis aetas;  
magnus ab integro saeculorum nascitur ordo.  
Iam redit et Virgo, redeunt Saturnia regna;  
iam nova progenies caelo demittitur alto.*

A última idade já vem por carmes [cantados] em Cumas;  
nasce integralmente uma magna ordem dos séculos.  
Já retorna a Virgem, retornam os reinos Saturnios,  
já é enviada do alto céu a nova progênie.<sup>68</sup>

Trata-se da célebre anunciação de novos tempos, sob o signo do nascimento de uma criança e, com ela, de uma nova Idade de Ouro. O conteúdo messiânico dessa passagem – associado ao fato de que tenha recebido as mais diversas interpretações, inclusive dos primeiros cristãos relacionando-a ao anúncio do nascimento de Jesus Cristo<sup>69</sup> – é muito bem trabalhado e explorado por Valéry, com o fim de fazer ecoar as preocupações de seu próprio tempo. A tradução que ele propõe a esse trecho é a seguinte (aqui em francês, seguida de uma versão literal para o português, devido à importância retórica de cada palavra e construção empregada por ele):

*Voici finir le temps marqué par la Sibylle.  
Un âge tout nouveau, un grand âge va naître ;  
La Vierge nous revient, et les lois de Saturne,  
Et le ciel nous envoie une race nouvelle.*

Eis findar o tempo marcado pela Sibila.  
Uma idade toda nova, uma grande idade vai nascer;  
A Virgem a nós retorna, e as leis de Saturno,  
E o céu nos envia uma raça nova.

O primeiro ponto que se nota de imediato é a substituição da “última idade [*ultima ... aetas*]” que “chega [*uenit*]” pelo “tempo marcado [*temps marqué*]” que “finda [*voici finir*]”. Valéry privilegia não o início de uma nova idade, mas o fim de um tempo já marcado, convertendo um discurso eminentemente adventício em um discurso com traços apocalípticos. As implicações do contexto de ocupação da França pela Alemanha nazista parece-me o principal motivador de um deslocamento como esse. Ademais, que ele evite traduzir a pompa contida numa expressão como “magna ordem dos séculos [*magnus ... saeculorum ... ordo*]”, com os possíveis ecos de um dos motes do III Reich de Hitler (*Tausenjähriges Reich*: um reino de mil anos), é mais uma evidência de como Valéry pretende empregar o material de Virgílio em conformidade com seu próprio contexto, segundo seus próprios interesses. Inúmeras outras passagens dessa tradução poderiam ser elencadas para evidenciar os expedientes do poeta-tradutor francês, mas acredito já ter sugerido

<sup>68</sup> VERGIL. *Bucolics, Aeneid, and Georgics of Vergil*. J. B. Greenough. Boston: Ginn & Co., 1900.

<sup>69</sup> Para mais detalhes, Cf.; CARVALHO. *Bucólicas de Virgílio*: uma constelação de traduções, p. 126-7.



bem o que me interessa em seu procedimento de “falsificação” da tradição clássica representada pelas *Bucólicas* de Virgílio.

Se a tradução de Valéry é um caso paradigmático desse aspecto da tipologia aqui proposta, outros exemplos, menos célebres, poderiam ser igualmente citados para acompanhá-lo com relação ao período estudado.<sup>70</sup> Em todo caso, é preciso levar em conta que a mera transposição para um novo contexto – espaço-temporalmente diverso – já é responsável por profundas mudanças em qualquer obra, como o “Pierre Menard, autor do *Quixote*” – na linha daquilo que foi desenvolvido por Borges<sup>71</sup> – demonstra sugestivamente de modo bastante claro. Outras mudanças na “efígie” da “moeda” retomada por uma posterior tradução (ou adaptação) estariam necessariamente envolvidas pelo próprio processo de reescrita desses textos e, nesse sentido, essa terceira categoria tipológica encaixa-se perfeitamente nos deslocamentos pelos quais é responsável um tradutor (ou adaptador) ao retomar certo material mais antigo, “oficial”, e marcá-lo com uma “nova efígie”. Além disso, a importância das traduções de obras clássicas em períodos de crise histórica atestariam facilmente o interesse dessa categoria no interior de uma tipologia histórico-literária como a que proponho aqui. Ainda que as razões por trás da voga do retorno aos clássicos por meio de traduções nesses períodos críticos ainda restem a ser explicadas, o mero fato de que essa voga seja de fato verificável em muitos contextos (como o de ocupação da França pela Alemanha nazista, por exemplo) já conta a favor da existência de uma categoria tipológica que seja capaz de compreendê-la no interior de um movimento mais amplo e complexo de relação com a tradição clássica.

### **Por uma tipologia da “falsificação” histórico-literária**

Com relação às obras aqui analisadas, acredito que seja possível falar de “falsificação”, desde que se entenda tal palavra como ligada à multiplicidade de sentidos e atividades ligadas ao campo semântico do verbo grego *parakharáttein*. Em alguns dos casos, trata-se de falsificar moedas a fim de colocar em circulação novos valores e medidas sob uma aparência tradicional, como se ainda fossem os antigos. Em outros, trata-se de tirar de circulação as moedas que são reconhecidas como falsas por trazerem valores e medidas que já não dizem mais respeito à sociedade onde circulam. Finalmente, nos casos em que se trata de marcar a moeda oficial com

---

<sup>70</sup> Entre as traduções de peças dramáticas encenadas nesse período, Joseph Gilbert menciona: *As Suplicantes*, de Ésquilo; a *Antígona*, de Sófocles; a *Ifigênia em Táuris*, de Goethe; etc. Para uma crítica da “voga da Antiguidade” na França Ocupada, Cf.; GILBERT. **Une si douce Occupation...**, p. 257-8.

<sup>71</sup> BORGES, Jorge Luis. Pierre Menard, autor del Quijote. In: \_\_\_\_\_. **Ficciones**. Madrid: Alianza Editorial Madrid, 1971, p. 47-60.



uma nova efígie, seria necessário pensar na tradução como uma forma que reaproveita parte do antigo material, fazendo-o circular com um novo valor.

Em todos esses casos, espero ter deixado claro que é imprescindível levar em conta o seguinte: toda repetição – por mais “idêntica” que seja – já traz em si um deslocamento que provoca alguma diferença. Nesse sentido, repetir seria uma forma de “falsificar” criativamente. Levando em conta a importância desse expediente para a renovação artística em “tempos sombrios”, eu poderia parafrasear a formulação da historiadora Lorena Lopes da Costa (cuja tese serviu como ponto de partida para minhas reflexões aqui), afirmando que “repetir (para inventar) é uma necessidade histórica”.



# ***Black Mirror* e a cegueira moral da Modernidade**

## *Black Mirror* and the moral blindness of Modernity

**Maria Visconti**

Mestranda em História e Culturas Políticas  
Universidade Federal de Minas Gerais  
mariavisconti92@gmail.com

**Recebido em:** 21/04/2017

**Aprovado em:** 22/05/2017

**RESUMO:** A série televisiva *Black Mirror*, criada por Charlie Brooker, nos apresenta um futuro de distopia, onde a tecnologia avançada tomou conta da vida das pessoas, e com tons de ficção científica. A série, apesar de se passar em um espaço de tempo desconhecido, nos apresenta elementos sociais muito familiares. O episódio retratado nesse texto, *Engenharia reversa (Men against fire)*, nos coloca questionamentos e desconfortos que o sociólogo Zygmunt Bauman há muito tempo nos alertava: de que não aprendemos nada com o Holocausto e de que a sociedade estaria em perigo até hoje, do mesmo jeito que estava em perigo em 1933. O objetivo desse artigo é fazer uma relação entre esse episódio e as teorias de Bauman e Hannah Arendt, acerca das lições do totalitarismo, dos elementos modernos que tornaram o Holocausto possível e da cegueira moral que acomete a sociedade moderna, fazendo com que não estejamos livres de outro Holocausto. Essa concepção se insere na proposta de Pierre Rosanvallon, nos usos da história para o presente e no constante diálogo entre o passado e o presente na história filosófica do político.

**PALAVRAS-CHAVE:** Black Mirror, Cegueira moral, Extermínio

**ABSTRACT:** The science fiction television series *Black Mirror*, created by Charlie Brooker, presents a dystopic future in which high technology embraces and overpowers people's lives. The series, although set in an unknown historic period, shows very familiar social elements. The episode analyzed in this paper is entitled *Men against fire* and it raises some of the questions and discomforts that sociologist Zygmunt Bauman warned us about: for instance, the fact that we have learned nothing from the Holocaust, and that society is still in danger today as it was in danger in 1933. This article aims to relate *Men against fire* to the theories of Bauman and Hannah Arendt about the lessons of totalitarianism, the modern elements that made the Holocaust possible and the moral blindness that afflicts modern society – thus showing us that we are still in the possibility of another Holocaust. This proposal echoes the theories of Pierre Rosanvallon regarding the uses of history for the present, and the constant dialogue between past and present within the philosophical history of politics.

**KEYWORDS:** Black Mirror, Moral blindness, Extermination



## Introdução

*Black Mirror* é uma série de televisão britânica criada por Charlie Brooker, cuja temática envolve ficção científica e um futuro distópico. A série foi sucesso absoluto nas duas primeiras temporadas<sup>1</sup>, onde cada episódio tem um elenco, um set, e um enredo diferentes. Apesar de os episódios não terem aparente relação entre si, permitindo ao espectador assistir “fora da ordem”, a série propõe que todos os episódios estejam inseridos, em maior ou menor grau, no mesmo tempo: um futuro de distopia tecnológica. Isso significa que alguns episódios acontecem simultaneamente, ou, em intervalos de tempo próximos, como se tudo estivesse no mesmo universo psicológico.

Inspirada em *Quinta Dimensão (Twilight Zone)*, a série de TV americana que misturava histórias de suspense, fantasia, terror e ficção científica, *Black Mirror* nos lembra o tempo todo dos “efeitos colaterais da tecnologia”. O nome *Black Mirror* é explicado por Brooker como um reflexo dos tempos atuais, onde a tecnologia é como uma droga viciante, e onde o “espelho negro” do título pode ser encontrado em qualquer lugar, na palma da sua mão: a tela fria de uma TV, monitor ou um smartphone<sup>2</sup>. A arte da série também sugere que, ao fim de cada episódio, o espectador se depare com o “espelho negro” de seu monitor.

Após o sucesso pelos fãs e pela crítica, a série, que era transmitida pelo canal de televisão britânica *Channel 4*, foi comprada por 40 milhões de dólares pelo serviço de streaming *Netflix*. Deu-se início a produção de uma temporada americana, criada por Charlie Brooker, que foi ao ar na *Netflix* em outubro de 2016. Este artigo pretende abordar principalmente o episódio 5 dessa terceira temporada, chamado “*Engenharia Reversa*”<sup>3</sup>(*Men against Fire*). No entanto, ao longo do texto tenho a intenção de mencionar e analisar alguns outros episódios para reforçar o argumento.

---

<sup>1</sup> A primeira temporada contou com três episódios e foi ao ar em dezembro de 2011; a segunda teve três episódios e foi ao ar em fevereiro de 2013; e o especial de Natal, com um episódio, foi ao ar em dezembro de 2014.

<sup>2</sup> O director declara: “Like an addict, I check my Twitter timeline the moment I wake up. And often I wonder: is all this really good for me? For us? None of these things have been foisted upon humankind – we’ve merrily embraced them. But where is it all leading? If technology is a drug – and it does feel like a drug – then what, precisely, are the side-effects? This area – between delight and discomfort – is where Black Mirror, my new drama series, is set. The “black mirror” of the title is the one you’ll find on every wall, on every desk, in the palm of every hand: the cold, shiny screen of a TV, a monitor, a smartphone”. Artigo feito em dezembro de 2011. Disponível em: <https://www.theguardian.com/technology/2011/dec/01/charlie-brooker-dark-side-gadget-addiction-black-mirror>. Acesso em: 19/04/2017.

<sup>3</sup> Neste artigo farei uma descrição detalhada do episódio, contendo partes do enredo e falas dos personagens para a compreensão da proposta teórica.



*Engenbaria reversa* foi interpretado de várias formas diferentes desde a sua exibição. Sabe-se que o nome em inglês, *Men against fire* é uma clara referência ao livro homônimo, *Men against fire: The problem of Battle Command*, escrito em 1947 pelo historiador militar da Segunda Guerra Mundial e ex combatente da Primeira Guerra Mundial, S.L.A. Marshall. Algumas informações apresentadas no episódio são tiradas desse livro, no qual Marshall entrevista mais de cem mil combatentes da Segunda Guerra e conclui que a cada quatro soldados, apenas um atirava suas armas com a intenção de matar o inimigo. O impacto dessa obra levou a uma reestruturação do treinamento militar, o que fez com que esses números aumentassem consideravelmente na Guerra do Vietnã, uma informação também fornecida no episódio. O produtor da série e do episódio, Charlie Brooker, também declarou outra referência para *Engenbaria Reversa*<sup>4</sup>, o livro de Dave Grossman, *On Killing: The Psychological Cost of Learning to Kill in War and Society*, publicado em 2009. Essa obra, inspirada nos trabalhos de Marshall, se aprofunda na questão das técnicas que os exércitos utilizam para aumentar o número de morte nas guerras, principalmente nas guerras do século XXI.

Dessa forma, o episódio foi visto como uma crítica às formas modernas de guerra, ou ao ataque aos imigrantes e refugiados, aos perigos das tecnologias de *drones* para o uso em combate, entre outras interpretações. No entanto, escolhi analisa-lo especificamente na chave da sua relação com a perseguição dos judeus durante o regime nazista no século XX, que culminou com o Holocausto, e também sua relação com o que Zygmunt Bauman chama de cegueira moral da sociedade moderna.

### O episódio

*Engenbaria Reversa* foi escrito por Charlie Brooker e dirigida pelo diretor belgo Jakob Verbruggen, onde acompanhamos a vida do personagem Stripe (Malachi Kirby) dentro de suas missões no exército. O episódio começa com a primeira missão de Stripe, onde os soldados têm que ir a uma aldeia investigar um ataque de *baratas* (no original em inglês *roaches*). Já nesse

---

<sup>4</sup> Brooker afirma que: “You have to be conditioned to pull the trigger, except for the 2 percent of the population who’s a psychopath who would do it. Most people don’t actually want to shoot people. It takes a lot to override that instinct. You know those [Snapchat] filters where you hold it up to your face and it makes you look like a cartoon rabbit? In a way it’s the chilling military application of that. It turns the enemy into The Other, a bogeyman, a monster. I read a book *On Killing* — a bit of cheerful holiday reading — on the psychological impact of war, and how soldiers are conditioned to kill, which goes against human nature — which in a way should be reassuring. The stuff Michael Kelly is saying, how few soldiers want to pull the trigger, is true. I was reading about how people who dropped firebombs on Dresden didn’t particularly suffer psychological consequences even though they knew they were burning people to death. Whereas if you have to slide a bayonet into somebody’s ribs that stays with you forever”. Entrevista feita em outubro de 2016. Disponível em: <http://ew.com/article/2016/10/23/black-mirror-postmortem-interview-season-3/>. Acesso em: 19/04/2016.



primeiro momento, percebe-se pela reação dos aldeões que as baratas são indesejadas, pois eles dizem que terão de jogar fora tudo o que as baratas haviam tocado, inclusive a comida, que havia sido infectada. O espectador se encontra com esse desconforto logo nos primeiros minutos – a escolha do termo barata não é por acaso, como veremos mais adiante. Também nesse primeiro momento observa-se que os soldados têm “máscaras” (*masks*) implantadas nos olhos, que permitem que eles recebam informações de combate, plantas de terrenos, dados digitalizados, enfim, como se tivessem um *smartphone* nos olhos.

Esse recurso da máscara nos olhos é utilizado em outros episódios de *Black Mirror*, como por exemplo, o terceiro episódio da primeira temporada “Toda a sua história” (*The entire history of you*), onde as pessoas têm uma espécie de grão implantado atrás de suas orelhas que permite que eles registrem tudo o que fazem, veem e ouvem. O personagem principal do episódio, Liam, revisita suas memórias durante toda a trama, às vezes voltando na mesma cena milhares de vezes, e essas cenas e esses replays são vistos pelos próprios olhos do personagem. No especial de Natal (*White Christmas*) também é explorada a possibilidade de as pessoas acessarem a internet através de um dispositivo de realidade aumentada implantado em seus olhos, o *Z-Eye*, que faz com que a imagem que o indivíduo está vendo possa ser acessada por outro pelo computador. Apesar de no episódio em questão os soldados utilizarem as máscaras para outros fins, pode-se perceber que esse recurso é recorrente no universo de *Black Mirror*.

Após informações coletadas na aldeia, os soldados se dirigem à casa do Sr. Heidekker (Francis Magee), que é descrito como um homem com problemas mentais porque alimenta e cuida das baratas, ao contrário de desprezá-las. Nesse momento, um dos soldados afirma que a extinção das baratas está demorando muito tempo por conta de pessoas em aldeias como Heidekker, porque na cidade existiam milhões de baratas e em dois anos elas foram totalmente eliminadas. Stripe logo pergunta: “como alguém pode ser burro o suficiente para ajudar uma barata?”.

Pela forma como o episódio vai se desenvolvendo nesse início, o espectador é levado a acreditar que as baratas são realmente baratas, ou criaturas nojentas, enfim, algum animal bem repulsivo. O discurso da comandante Medina (Sarah Snook) ao chegar na casa de Heidekker, no entanto, já faz com que criemos uma inquietação quanto a essa crença inicial:

Você tem uma cruz na parede, você tem princípios, você acha que toda vida é sagrada. Eu entendo, eu concordo. Se toda vida é sagrada, você se vê obrigado a proteger as baratas. Não é culpa delas que sejam assim, elas não pediram pra nascer assim. Eu entendo, nós entendemos. *Alguma porcaria no sangue delas fez com*



*que elas ficassem assim.* A doença que elas carregam não liga para a importância da vida, nem pra dor e pra quem mais vai sofrer. Se não detivermos as baratas, daqui há 5, 10, 20 anos, ainda vão nascer crianças assim e elas vão se reproduzir. E esse ciclo de dor não vai parar nunca. Nem a doença, e isso poderia ter sido evitado. Para cada barata que você salva hoje, você condena sabe-se lá quantas pessoas ao sofrimento no futuro. *Não é possível que você ainda as veja como humanas!* É um sentimento compreensível, mas é errôneo. *Temos que acabar com elas para que a humanidade continue existindo.* É a dura verdade. Precisamos fazer sacrifícios.<sup>56</sup>

O incômodo é aumentado já que, à medida que Medina vai proferindo esse discurso, os soldados estão checando a casa em busca de baratas. Rapidamente eles encontram um ninho de baratas, onde é possível observar cobertores e colchões, o que nos leva a imaginar que as baratas não são insetos. Assim que Medina termina seu discurso, Stripe e a soldada Ray (Madeline Brewer) encontram, enfim, as baratas. E vemos seres disformes, com corpo semi-humanos, porém com uma aparência demoníaca, sem olhos e com dentes afiados. O espectador é levado a crer que então, se trata de fato de criaturas não humanas, que talvez tenham sofrido uma mutação ou algo do tipo. A cena se parece com a de um filme de terror protagonizado por zumbis.

A conjuntura do encontro dos soldados com as baratas é um momento chave para a compreensão do episódio. A luta entre eles é desesperadora, as baratas emitem gemidos esganiçados e correm para todos os lados. Stripe consegue atirar em uma, e precisa lutar para matar a segunda. Ele consegue matá-la com uma faca, e mesmo depois de morta continua enfiando a faca em seu corpo, com uma expressão de nojo e medo pela aparência da barata. Ela estava segurando um dispositivo, como se fosse uma pequena lanterna. Ao apertar um botão, a lanterna solta uma luz verde nos olhos de Stripe. A partir daí o personagem começa a ficar desorientado e ter episódios de falhas em sua máscara dos olhos.

Stripe é visto como um herói pela sua tropa, os soldados enfatizam o quanto ele é sortudo por ter matado duas baratas na sua primeira missão. Um ponto muito interessante do episódio é que, ao dormir após essa missão, Stripe vê uma mulher (que aparece no começo do episódio) em um quarto claro. O sonho é visto em primeira pessoa, e logo percebe-se que Stripe e essa mulher estão iniciando uma relação sexual. Na cena seguinte, em uma área de treinamento de tiros, a soldada Ray afirma que “se tivesse matado duas baratas, eu iria querer ficar uma hora gozando!”. Logo entendemos que os soldados são recompensados sexualmente por uma tarefa cumprida com êxito, o que pode levar a uma série de questionamentos.

---

<sup>5</sup> ENGENHARIA REVERSA. **Black Mirror**. Netflix: episódio 5, temporada 3. Lançamento 21 de outubro de 2016.

<sup>6</sup> Todas as citações da série foram transcritas pela autora, assim como os trechos destacados também foram escolhas feitas pela mesma.





Stripe começa a ter falhas na sua máscara e solicita uma visita a um médico, que afirma que ele não tem nenhum problema de saúde e nem na máscara. Ele é encaminhado então para o doutor Arquette (Michael Kelly), que aparece como uma figura de poder. Stripe relata o que está sentindo, a desorientação e as falhas, e Arquette insiste em lhe dizer que não há nada de errado com ele, que ele deveria ter orgulho da sua missão e que lhe providenciaria uma “boa noite de sono”. Novamente, Stripe vai dormir e sonha com a mesma mulher, em uma fantasia sexual que o deixa tão desconfortável que ele acorda. Ao olhar para o lado, observa todos os seus colegas na mesma posição e mexendo os dedos da mesma forma em que ele estava mexendo anteriormente, o que nos leva a entender que todos estavam tendo suas recompensas sexuais nos sonhos. Charlie Brooker afirma que o objetivo dessa cena é de causar incômodo ao espectador, já que se entende que uma das motivações para uma tarefa bem-sucedida é a recompensa sexual. No entanto, o incômodo é porque é um ato vazio e impessoal: o personagem não está tendo relações com uma pessoa real em uma realidade real, e sim, com uma fantasia implantada em seus olhos e recriada em seus sonhos por meio de tecnologia avançada. Logo somos confrontados com outra realidade: os soldados não têm famílias e casas para retornar. Tudo não passa de uma ilusão.

A próxima missão dos soldados é a de ir a um abrigo vazio em busca de baratas. Stripe percebe que sua máscara de olhos está cada vez mais estranha, já que ele começa a sentir o cheiro do ambiente, ouvir os pássaros - coisas que ele não conseguia fazer anteriormente. Ao entrarem no abrigo, eles se separam, e Stripe encontra uma mulher em um dos quartos, muito assustada. Ele avisa a ela que não vai machucá-la, mas que ela deve sair de lá porque o local está infestado de baratas. Ray entra no recinto e atira na mulher, deixando Stripe revoltado, questionando-a por que matou uma mulher inocente. Rapidamente se inicia uma luta intensa entre Stripe, Ray e as baratas. A filmagem se dá de forma que quando Ray atira nas baratas, elas aparecem na sua forma disforme e demoníaca, no entanto, quando elas caem mortas no chão, parecem pessoas normais. O espectador fica com essa aflição durante toda a cena, sem entender se são pessoas ou se são realmente monstros.

Stripe, desesperado, tenta impedir a colega Ray de matar mais pessoas, perguntando por que ela está fazendo isso, por que está assassinando pessoas, ao que ela responde: “são baratas! ”. Nessa luta entre os dois soldados, ambos Ray e Stripe levam tiros. Stripe, no entanto, consegue fugir com uma moça e seu filho, mas acaba desmaiando no meio do caminho. A moça, apesar de amedrontada, salva o soldado e o leva para um esconderijo abaixo do chão. Quando ele acorda, a moça, com uma expressão curiosa, diz: “você me vê como eu sou”, ao que Stripe responde,



indignado: “é claro que eu te vejo”. Ela questiona: “você não vê uma barata? ”, e Stripe diz que ela não é uma barata, porque afinal, baratas são desfiguradas e não falam. A moça explica que ele apenas não consegue ouvi-la, e que os implantes do exército, ou seja, o sistema de máscaras, servem para ajudá-los a lutar e, funcionando corretamente, muda a forma como eles os enxergam. Stripe, assustado, replica: “você são baratas? Mas eu vi as baratas, elas são como monstros, eu as vi! ”. A moça insiste: “os implantes fazem você ver isso”. Logo se inicia um diálogo perturbador:

- Mas os aldeões, os moradores, eles não são do exército! Eles não têm implantes, e eles têm medo das baratas, eles as odeiam!

- *Todo mundo nos odeia.*

- Mas o que eles veem? Os moradores, quando olham pra você, o que eles veem?

- O mesmo que você está vendo agora. Eles nos odeiam do mesmo jeito porque *foram ensinados a nos odiar*. Começou há dez anos, após a guerra. *Com o programa de triagem, com os exames de DNA, depois o registro, as medidas de emergência. De repente todos passaram a nos chamar de criaturas, criaturas imundas*. Por toda parte: na TV, no computador. Dizem que somos doentes, que temos uma fraqueza que está no nosso sangue, que a nossa linhagem não pode continuar existindo. *Que nós não podemos existir*. Meu nome era Catarina, o dele era Alec. *Agora somos apenas baratas.*<sup>7</sup>

Nesse momento, Ray consegue entrar no esconderijo, e atira em Catarina (Ariane Laped) e em Alec. Stripe, assustado, só consegue dizer que era tudo mentira, ao passo que Ray não consegue entender o que acontece com seu colega. Em seguida, a cena muda para Stripe em uma sala toda branca, clara, e Arquette entra trazendo um café. Ele pede desculpas pelo mal funcionamento da sua máscara, dizendo que aquilo não deveria ter acontecido, e que o que Stripe havia relatado ao médico, sobre um dispositivo como uma lanterna com luz verde, era uma invenção das baratas que interferia no sinal das máscaras dos soldados. A luz transmitia um código que tentava desativar o sinal da máscara por dentro, e era uma invenção engenhosa das próprias baratas. Se segue então, a conversa dos dois:

- É tudo mentira. As baratas, são exatamente como nós.

- Claro que são. Por isso são tão perigosas. Nós, humanos, nos damos uma má reputação, mas temos uma grande empatia como espécie. *Não temos de fato vontade de matar uns aos outros. O que é bom, a menos que o seu futuro dependa da extinção do inimigo*. Não sei se você estudou história na escola. Há muitos anos atrás, no início do século XX, a maioria dos soldados nem disparava suas próprias armas. Quando disparavam, miravam acima da cabeça dos inimigos, de propósito. No exército britânico na Primeira Guerra Mundial, o brigadeiro ia até os soldados com uma vara e batia neles para que atirassem. Até mesmo na Segunda Guerra

---

<sup>7</sup> ENGENHARIA REVERSA. **Black Mirror**. Netflix: episódio 5, temporada 3. Lançamento 21 de outubro de 2016.



Mundial, em combate, somente de 15 a 20% dos soldados puxavam o gatilho. O destino do mundo estava em risco e apenas 15% deles atiravam. O que se conclui? Isso me diz que a guerra teria acabado bem mais rápido se os militares agissem devidamente. Então nos adaptamos. Treinamento melhor, condições melhores. Chegou a Guerra do Vietnã e o percentual de disparos subiu para 85%. Muitas balas eram atiradas, mas as mortes ainda eram poucas. E quem conseguia de fato matar, costumava voltar com sérios problemas mentais. As coisas continuaram assim até as máscaras chegarem. Veja, as máscaras são a maior arma militar de todas. Elas ajudam com as informações, com a mira, com a comunicação e com o condicionamento. *É muito mais fácil puxar o gatinho mirando no bicho-papão.* Mas não são só os seus olhos, outros sentidos também são afetados. Você não ouve os gritos, não sente o cheiro de sangue e de excrementos.

- Eles são seres humanos!

- Você tem alguma ideia da quantidade de porcarias que eles têm no DNA? Maior probabilidade de câncer, distrofia muscular, esclerose múltipla, síndrome de Sjögren-Larsson, QI baixo, tendências ao crime, desvios sexuais. Está tudo lá. A triagem identifica tudo. É isso que você quer para a próxima geração? Não se sinta mal por fazer o seu trabalho. Os aldeões não o farão. Os moradores da sua cidade não o farão. Eles não têm as máscaras. *As máscaras fazem com que você mate. Você está protegendo a linhagem. Isso, meu amigo, é uma honra.*<sup>8</sup>

Stripe, desesperado, grita que aquilo é um assassinato, que é tudo mentira, que mentiram para ele o tempo todo. Arquette assegura-o que ninguém mentiu para ele, que no momento do implante das máscaras, ele concordou com tudo aquilo. Que as máscaras não são implantadas arbitrariamente, o soldado precisa querer. E o mostra seu vídeo de ingresso do exército, em que ele concorda com os termos de uso daquela máscara, além de dizer que entende por que não se lembrará daquela conversa. Tudo isso fazia parte do processo, e ele havia concordado com aquilo. Arquette lhe apresenta então, duas opções: a reativação e reparo da máscara, onde ele não se lembraria de nada dos últimos dias, ou, a prisão.

O soldado diz com indignação que não aceita mais a máscara. Arquette o lembra: “a máscara é sua amiga, sem ela, você vai se lembrar de tudo que fez”. E mostra para ele a visão da fazenda de Heidekker, para que ele compreendesse o que significava a vida sem a máscara: Stripe se vê assassinando pessoas, e não mais baratas. Ele se vê com uma faca, em cima de um ser humano normal, como ele, assassinando-o de maneira brutal. Vê outros humanos mortos no chão do cômodo. A vida sem máscara é uma vida em que ele via que matou seres humanos assustados e indefesos, e não seres estranhos, disformes, nojentos. Arquette o questiona novamente se ele quer ter essa imagem em sua mente, todos os dias, sozinho em uma cela.

Na próxima cena, vemos Stripe com seu uniforme militar parado em frente a uma casa. Sua máscara havia voltado a funcionar. Ele vê uma casa bonita, arrumada, aconchegante, branca e

---

<sup>8</sup> ENGENHARIA REVERSA. **Black Mirror**. Netflix: episódio 5, temporada 3. Lançamento 21 de outubro de 2016.



limpa. A mulher de seus sonhos eróticos o espera na porta. A câmera se afasta e vemos, na verdade, uma casa semidestruída, pichada, suja e vazia. Não havia ninguém ali, mas Stripe havia feito sua escolha: ele não queria ver a realidade. O episódio termina assim.

### **O diálogo constante entre passado e presente: a história filosófica do político**

O objetivo desse artigo se insere em uma tentativa de articular os usos da história no presente, seguindo principalmente a linha de Pierre Rosanvallon de uma história filosófica do político.<sup>9</sup> Partindo de um conceito mais alargado sobre o *político*, usando definições de Claude Lefort e também de Hannah Arendt, que enxerga o mesmo como baseado na pluralidade humana, na associação de diferentes e na expressão da liberdade, Rosanvallon demonstra que na sociedade moderna, essa noção precisa ser ainda mais ampliada.

Para além da inovação da divisão entre político e política, Rosanvallon está pretendendo analisar as fontes de forma mais profunda e crítica, sem se limitar apenas a uma descrição ou um comentário, sem se ater apenas as grandes obras ou apenas a constituição política. Isso no sentido prático é bastante complexo, porém, se assimila com o que Hannah Arendt entende pelo conceito de *compreensão*.<sup>10</sup> A compreensão de fenômenos políticos e humanos nos é apresentada por Arendt como uma tarefa necessária, porém complexa e profunda, que não cessa e que se liga ao conhecimento. Para a filósofa, não existe nenhum acontecimento em que não seja possível um esforço de compreensão. Esta se mostra necessária para que os homens aceitem o que aconteceu e se reconciliem com o que existe; a compreensão se liga ao outro lado da ação política, que intrinsecamente quer dizer dar um novo início. Não necessariamente quer dizer perdoar e entendo aqui essa proposta como teórica, e não metodológica.

Sendo assim, o historiador da história filosófica do político tem um compromisso político para com o seu tema e, nesse sentido, escrever historiografia é intervir no presente, retomando de certa forma à combatida e criticada “história *magistra vitae*”. Por esse motivo, os grandes problemas históricos de Rosanvallon, estudados por ele durante toda a sua vida em uma tarefa de compreensão, são justamente os conceitos de *democracia* e de *igualdade*. Nesse sentido, ele se aproxima mais de Claude Lefort e Hannah Arendt e se afasta da história dos conceitos proposta por Quentin Skinner<sup>11</sup> e também por Reinhart Koselleck. Se, para Rosanvallon,

---

<sup>9</sup> ROSANVALLON, Pierre. **Por uma história do político**. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2010.

<sup>10</sup> ARENDT, Hannah. **Compreender: formação, exílio e totalitarismo** (ensaios). São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

<sup>11</sup> Sobre a história dos conceitos, ver: SKINNER, Quentin. **As fundações do pensamento político Moderno**. São Paulo, Companhia das Letras, 1996; KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: Contribuição à semântica dos**



compreender o passado é importante para compreender o mundo em que estamos e como chegamos aqui (sem deixar de lado a preocupação com o próprio passado, para não correr o risco de anacronismo), e se a história filosófica do político é esse constante diálogo entre passado e presente, a proposta de analisar as referências e relações de uma série televisiva para com o passado e também para com o presente e o futuro, nada mais é do que praticar a história filosófica do político. É buscar compreender as permanências e focar nas continuidades para assim, entender melhor como chegamos até aqui.

### **Escolhendo as ervas daninhas: A Solução Final da Questão Judaica e da Questão das Baratas**

O sociólogo Zygmunt Bauman aponta para as diversas questões que os estudiosos do Holocausto se deparam. O Holocausto<sup>12</sup>, além de um evento traumático, foi difícil de compreender em termos tradicionais, pois abalou as estruturas do pensamento e da moralidade humana; para o autor, abalou até a própria ideia de humanidade. O evento, segundo Bauman, era visto então como um desvio no curso da história: como algo inédito, quase patológico, que deveria ser estudado como um câncer em meio a uma sociedade civilizada e que nunca mais aconteceria novamente. Esse evento também foi tratado apenas como um fenômeno da história judaica, sendo abordado quase que exclusivamente em datas comemorativas.

A proposta do sociólogo é a de inserir o Holocausto dentro do contexto da sociedade moderna, trabalhando com as ideias de burocracia, organização, eficiência, obediência. Para ele (como para Hannah Arendt), não compreendemos o Holocausto e por não compreendermos, não apreendemos suas lições e não estaremos atentos aos sinais de alerta caso venha a acontecer algo similar novamente. Bauman entende que todos os elementos que tornaram possível o

---

tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006; JASMIN, Marcelo Gantus; JÚNIOR, João Feres. **História dos Conceitos**: debates e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2006.

<sup>12</sup> O conceito *Holocausto* aparece como uma particularidade do genocídio nazista, para que ele não tenha o mesmo significado dos outros genocídios da história da humanidade. A palavra vem do grego e faz referência a algo queimado sendo oferecido aos deuses como sacrifício, e se popularizou após 1970 como a forma de denominar o massacre dos judeus pela Alemanha nazista, uma referência aos crematórios dos campos de extermínio. Alguns autores, como Giorgio Agamben, se recusam a usar o termo Holocausto para denominar o extermínio dos judeus, por não aceitar a equiparação bíblica com o que aconteceu em Auschwitz, preferindo a utilização da palavra hebraica *Shoah*, que quer dizer calamidade. A insistência do conceito Holocausto nesse texto diz respeito a sua utilização por Zygmunt Bauman em sua proposta de tratá-lo como um fenômeno moderno, e pelo embasamento da extensa produção que consolida o Holocausto como um conceito aplicável. Como aponta Dominick LaCapra, mais importante do que a fixação por um termo ou outro, é a compreensão do caráter indizível do acontecimento dos campos de extermínio, e a limitação de qualquer termo para a explicação do que aconteceu em Auschwitz. Para mais sobre a terminologia. Cf.; AGAMBEN, Giorgio. **O que resta de Auschwitz**. São Paulo: Boitempo, 2008; LACAPRA, Dominick. **Representing the Holocaust**: history, theory, trauma. Cornell University Press, 1994; DANZIGER, Leila. Shoah ou Holocausto: a aporia dos nomes. Arquivo Maaravi: **Revista Digital de Estudos Judaicos da UFMG**. Belo Horizonte, v. 1, n. 1, out. 2007. ISSN: 1982-3053.



Holocausto ainda estão presentes em nossa sociedade e que, portanto, não foi eliminada a possibilidade de outro Holocausto.

Ele afirma que o Holocausto foi tanto um produto quanto um fracasso da civilização moderna e que a modernidade teve um papel ativo na produção desse genocídio. Um produto, devido aos elementos da modernidade que tornaram o Holocausto possível (e que, segundo ele, só foi possível da forma como se deu devido a esses elementos); e um fracasso, pois foi contra a ideia de que o homem marchava em direção ao progresso. O sociólogo apresenta uma análise do genocídio tipicamente moderno, que seria um genocídio com propósito, com um objetivo. O que seria a singularidade e a normalidade do Holocausto? Singular, porque não é equivalente a nenhum outro genocídio da história da humanidade, por ser um genocídio moderno, por ser ligado à burocracia, à ordem, à obediência, à responsabilidade flutuante; um genocídio sistemático, organizado, mecânico. Como não lembrar do caso do julgamento de Adolf Eichmann em Jerusalém, onde ele dizia repetidamente que estava “apenas cumprindo ordens”, que “pessoalmente não tinha nada contra os judeus” e que esse “era apenas seu trabalho”<sup>13</sup>? Ao mesmo tempo, sua normalidade está no fato de que o Holocausto se deu devido a fatores ordinários da vida moderna, aos quais geralmente não se presta muita atenção: “neste segundo sentido de sua singularidade, só a combinação de fatores é rara e incomum, mas não os fatores combinados. Separadamente, cada fator é normal”<sup>14</sup>.

O processo de implementação das máscaras em *Engenbaria Reversa* é muito similar ao processo de destruição em massa dos judeus. O Holocausto só foi possível porque aliou a moderna burocracia a um projeto de construção de mundo. Segundo Zygmunt Bauman, a burocracia é capaz de ação genocida, mas para isso ela precisa estar aliada a um projeto: uma ideologia. E foi isso que aconteceu na Alemanha nazista. O extermínio dos judeus era mais um trabalho de criação do que de destruição; era preciso a construção de um novo mundo, onde a raça ariana reinaria, por ser naturalmente superior. E para que isso fosse possível, para que esse mundo fosse construído, as raças inferiores deveriam ser eliminadas, pois, como lembra o historiador Raul Hilberg no documentário *Shoah*<sup>15</sup>, produzido por Claude Lanzmann em 1985, judeus convertidos podem praticar a sua fé secretamente, judeus emigrados podem voltar, mas

---

<sup>13</sup> É neste sentido que Hannah Arendt propõe o conceito de banalidade do mal; um mal que não tem raízes, baseado na ausência de pensamento e, portanto, na ausência de culpa e responsabilidade. Ver em: ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém**: um relato sobre a banalidade do mal. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

<sup>14</sup> BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e Holocausto**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998, p. 118.

<sup>15</sup> LANZMANN, Claude. **Shoah**, 1985.



judeus mortos nunca podem voltar. Os judeus iriam morrer naturalmente por serem uma raça inferior, exterminá-los era apenas uma aceleração das Leis da Natureza, como aponta Hannah Arendt.

Bauman, então, nos apresenta o genocídio moderno como a visão de um jardineiro que precisa eliminar as ervas daninhas para manter o jardim sempre bonito:

Alguns jardineiros odeiam as ervas daninhas que estragam seus projetos – uma feiura no meio da beleza, desordem na serena ordenação. Outros não são nada emocionais: trata-se apenas de um problema a ser resolvido, uma tarefa a mais. *O que não faz diferença para as ervas: ambos os jardineiros as exterminam.* Se indagados e com tempo para refletir, os dois concordariam que as ervas devem morrer não tanto pelo que são, mas pelo que deve ser o belo e organizado jardim. *A cultura moderna é um canteiro de jardim. Define-se como um projeto de vida ideal e um arranjo perfeito das condições humanas. [...] O genocídio moderno, como a cultura moderna em geral, é um trabalho de jardineiro. [...] Se o projeto de um jardim define o que é erva daninha, há ervas daninhas em todo jardim. E ervas daninhas devem ser exterminadas. Eliminá-las não é uma tarefa destrutiva, mas criativa.* Que não difere em essência de outras atividades que se somam para a construção e manutenção de um perfeito jardim. *Todas as visões da sociedade como um jardim definem parte da população como ervas daninhas.* Que, como quaisquer ervas daninhas, devem ser segregadas, contidas, impedidas de proliferar, removidas e mantidas fora dos limites da sociedade; se todos esses meios se revelarem insuficientes, elas devem ser mortas.<sup>16</sup>

Sendo assim, o processo de destruição se dá, para Raul Hilberg, a partir de uma estrutura, que se segue: 1. Definição, 2. Demissão de empregados e destruição das casas de negócio, 3. Concentração, 4. Exploração do trabalho e medidas para matar de fome, 5. Extermínio, 6. Confisco dos bens pessoais.<sup>17</sup>

Na definição, são escolhidas as ervas daninhas, ou seja, os elementos que atrapalham o projeto de um jardim mais bonito. Em um segundo momento, esse grupo de pessoas passa a ser excluído do comércio e das formas de convívio social, acabando com a proximidade e produzindo uma distância social. Na concentração, esse processo de distanciamento se completa: “o grupo vitimizado e os restantes não se encontram mais, seus processos de vida não se cruzam, a comunicação estanca”<sup>18</sup>. O quarto estágio propõe medidas que parecem misericordiosas, mas que apenas servem para legitimar práticas exterminacionistas, como matar indivíduos para poupá-los do seu sofrimento. Então, quando chega o momento do extermínio em massa, ele não aparece como uma mudança drástica e revolucionária: ele é apenas mais um passo na sequência

---

<sup>16</sup> BAUMAN. **Modernidade e Holocausto**, p. 115-116, grifos meus.

<sup>17</sup> \_\_\_\_\_. **Modernidade e Holocausto**, p. 219-220.

<sup>18</sup> \_\_\_\_\_. **Modernidade e Holocausto**, p. 221.



de passos anteriores e, embora não estivesse previsto desde o começo, aparece simplesmente como uma sequência lógica.

Bauman e Hannah Arendt concordam que a forma ideológica do governo nazista trabalhava para que se alguém concordasse com A, deveria concordar com B, C, D, até todas as letras do alfabeto. Pois afinal, qual era o momento em que se poderia dizer que havia chegado ao seu limite, sendo que o próximo passo era apenas um agravante do passo anterior? A confusão moral chega ao ponto de que se alguém se recusasse a fazer C, queria dizer que esteve disposto a fazer até B, mas, em termos morais, o que significa isso? Como Bauman aponta, “nenhum dos passos era inevitável em função do estado que as coisas já tinham atingido, mas cada um deles tornava racional a escolha do estágio seguinte na rota de destruição”<sup>19</sup>.

O processo de destruição de uma erva daninha é similar em *Engenharia Reversa*. Como Catarina alega em seu diálogo com Stripe, esse processo começou “com o programa de triagem, com os exames de DNA, depois o registro, as medidas de emergência. De repente todos passaram a nos chamar de criaturas, criaturas imundas”. Foi preciso ensinar às pessoas a odiarem as baratas, e isso não poderia ser feito do dia para noite. Foi necessário um conjunto de ações, burocráticas e precisas, que resultou em aldeões odiando um grupo de pessoas sem precisar de máscaras nos olhos. As máscaras existiam somente para facilitar o extermínio, mas o ódio pelo grupo já estava presente e disseminado.

Ao abordar o racismo antissemita na construção da ideologia nazista, Hannah Arendt possui ideias similares as de Bauman. Para ela, o racismo como ideologia<sup>20</sup> é fundamentalmente contraditório: se, por um lado, ele só foi possível devido ao imperialismo, o desenvolvimento técnico e científico e outros aspectos tipicamente modernos, por outro lado, ele vai totalmente em desacordo com as ideias pregadas na Revolução Francesa, de igualdade entre os homens e solidariedade entre os povos. Para Bauman, no entanto, o racismo é um produto estritamente moderno, que só foi possível devido ao avanço da ciência, da tecnologia e das formas de poder estatal.

O racismo moderno é um projeto de engenharia racial (e aqui não podemos deixar de comentar do título do episódio de *Black Mirror*, *Engenharia reversa*): uma necessidade de melhorar a raça para o presente e não para o futuro. Para isso, são identificadas as raças inferiores e utiliza-se linguagens técnicas e biológicas: as raças a serem exterminadas trazem doenças, cargas genéticas

---

<sup>19</sup> BAUMAN. **Modernidade e Holocausto**, p. 221.

<sup>20</sup> ARENDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.





inferiores, pestes, vírus e bactérias. Para não contaminar o projeto de uma sociedade perfeita, precisa-se que essas pessoas parem de se reproduzir e que sejam exterminadas. Como Goebbels havia dito, “a questão judaica é uma questão de higiene política”<sup>21</sup>. As vítimas são desumanizadas, o vocabulário muda para que não se perceba que se tratam de seres humanos, de pessoas iguais a nós, e sim, de “elementos”, “*Figuren*”, “baratas”. As vítimas desumanizadas são isoladas e a violência sai dos olhos do cidadão comum. A violência não deixa de existir, ela apenas está localizada, contida, concentrada. A produção social da distância nos mostra que se o sofrimento está longe, se não vemos, não nos importamos: se não vemos os efeitos práticos de uma ação, dificilmente teremos uma crise moral.

Bauman nos lembra que o extermínio não pode ser emocional. Para ser bem-sucedido, ele não pode contar com apelo emotivo, pelo contrário. A população alemã não aceitava bem atos de violência explícitos, não gostava de assistir os judeus sendo espancados, suas lojas sendo queimadas, suas sinagogas destruídas. Para dar conta de um projeto de genocídio tão grande, era necessária distância, indiferença, a transformação da violência em uma prática puramente técnica e burocrática, e a transformação do assassino em um mero agente sanitário.

Não havia ‘turba’ suficiente para a violência; a visão do assassinato e da destruição desgostava um número equivalente aos que inspirava, enquanto a maioria esmagadora preferia fechar os olhos, tapar os ouvidos e, sobretudo, pôr uma mordaca na boca. *A dizimação em massa foi acompanhada não de comoção emocional, mas de um silêncio mortal de indiferença.* Não era motivo de júbilo, mas de desinteresse público, que ‘se tornou uma corda a mais no laço que apertava inexoravelmente centenas de milhares de pescoços’. O racismo é política primeiro, ideologia depois. E, como toda política, precisa de organização, administradores e especialistas. Como todas as políticas, sua realização requer uma divisão do trabalho e um afastamento eficaz da tarefa dos efeitos desorganizadores da improvisação e do espontaneísmo. Requer que os especialistas não sejam perturbados e tenham liberdade para executar sua tarefa.<sup>22</sup>

Bauman explica que o genocídio moderno não é um genocídio como qualquer outro na história da humanidade. Além de ser um genocídio que prevê uma quantidade absurda de pessoas sendo exterminadas, ele se difere por ser um genocídio com propósito. Não é um fim em si, mas um meio para atingir um fim, e o fim é uma sociedade perfeita, saudável, bonita. Exterminar a parte doente da sociedade é apenas um meio para atingir um jardim bonito, é uma proposta de engenharia social. Segundo ele, “é difícil, talvez impossível, chegar à ideia do extermínio de todo

---

<sup>21</sup> BAUMAN. **Modernidade e Holocausto**, p. 94.

<sup>22</sup> \_\_\_\_\_. **Modernidade e Holocausto**, p. 97.



um povo sem uma imaginação racial, isto é, sem uma visão de defeitos endêmicos e fatais por princípio incuráveis e capazes, além disso, de se propagarem caso não controlados”<sup>23</sup>.

Hannah Arendt entende a ideologia como a lógica de uma ideia<sup>24</sup>, como a explicação do mundo através de um postulado. O racismo por si só não é uma ideologia, ele só se torna ideologia quando o mundo é explicado através da luta entre as raças (no caso da Alemanha, entre os arianos e os judeus, e no caso de *Black Mirror*, entre os humanos e as baratas). A ideologia tem a pretensão de explicar o passado, o presente e o futuro, e não tem nenhum compromisso com a realidade: se não é verdade que os judeus são responsáveis por uma conspiração mundial para acabar com a raça ariana, então vamos modificar os fatos para que isso seja verdade. Sendo assim, o totalitarismo elimina o espaço público onde a liberdade pode aparecer. O terror totalitário elimina a relação entre os homens e a relação entre eu e eu mesmo (*o dois-em-um*). E a ideologia, por fim, elimina a relação com a realidade e com a capacidade de pensar.

As máscaras em *Engenharia Reversa* são a ideologia em sua forma mais bem-sucedida. É através dela que o soldado tem uma visão de mundo de acordo com o que o governo em questão quer que ele acredite: que as baratas são seres inferiores que trazem doenças genéticas e que precisam ser eliminadas para que a próxima geração possa sobreviver. No entanto, como apontado anteriormente, a ideologia já adentrava na sociedade antes da implementação das máscaras. Os aldeões já acreditavam na inferioridade das baratas, as máscaras vieram para facilitar o extermínio e torná-lo menos emocional. Como Arquette afirma, “é muito mais fácil puxar o gatilho mirando no bicho-papão”. Ou seja, é muito mais fácil matar quando não consideramos que quem estamos matando é um ser humano. As máscaras evitam a crise de consciência e impossibilitam a empatia e a dor ao ver outro ser humano sofrendo, dois sentimentos tipicamente humanos, segundo Hannah Arendt. Também por isso, Bauman afirma que é mais fácil emocionalmente exterminar várias pessoas ao mesmo tempo (como o foi nas câmaras de gás) do que atirar em uma pessoa individualmente. É preciso a produção social da distância e, se estamos muito perto e se vemos as consequências de nossos atos, temos mais dificuldade de conseguir fazê-lo.

Por isso Arquette diz que as máscaras são amigas. Elas permitem ao soldado matar seres humanos de maneira bem próxima, mas transformando o ser humano em um ser repugnante. Quando questionado como se sentiu ao matar as baratas, Stripe diz que não sentiu nada, que foi

---

<sup>23</sup> BAUMAN. **Modernidade e Holocausto**, p. 95-96.

<sup>24</sup> ARENDT. **Origens do Totalitarismo**.



autodefesa, automático, e exatamente como no treinamento. Afinal, ações automáticas não requerem julgamento moral e muito menos crises de consciência e culpa. Assim, a distância é criada, o soldado não identifica a barata como um membro da mesma espécie, como um ser humano normal. É um monstro, um zumbi, um ser nojento que transmite doenças. A distância não é física, mas é visual, sensitiva. Sem as máscaras, não é tão simples entrar em uma casa e atirar em mulheres e crianças. Segundo Bauman, “é mais fácil cometer atos imorais a cada centímetro a mais de distância social”<sup>25</sup>, porque a responsabilidade moral para com o Outro requer proximidade.

### “Do diabo a pessoas assustadoramente normais e sensatas”<sup>26</sup>

Bauman, de acordo com Arendt, explica que o mundo moderno é feito por homens e que os perigos para a humanidade não estão concentrados em uma caverna escura cheia de monstros. Pelo contrário: o inferno é o que um homem pode fazer a outro homem. O mal não está concentrado nas guerras e nos regimes totalitários, ele existe como uma realidade paralela e não apenas à ausência do bem. O mal é silencioso, invisível, tipicamente moderno. Ele está à espreita de todo ser humano e ataca toda vez que desviamos o olhar, que não prestamos socorro, que não temos sensibilidade à dor de outro ser humano, que não temos empatia. E esse é um mal muito mais perigoso do que o mal produzido por demônios e monstros. O sociólogo alerta: como seria bom se só os monstros fossem capazes de atos monstruosos, afinal, contra monstros, estamos bem protegidos. Mas estamos bem protegidos contra nós mesmos?

Em seu diálogo com Leonidas Donskis, Bauman explica o conceito de *adiaphorização* da conduta humana, ou seja, a perda de sensibilidade na sociedade moderna:

Um *adiaphoron* é uma saída temporária da nossa própria zona de sensibilidade; a capacidade de não reagir, ou de reagir como se algo estivesse acontecendo não com pessoas, mas como objetos físicos, coisas, e não seres humanos. [...] Resulta que uma ‘pessoa sadia e normal’ pode se transformar durante um tempo em um idiota moral ou um sádico sociopata capaz de matar lentamente outro ser humano, ou em alguém que não demonstra solidariedade diante da dor de um ser humano torturado. Não são necessários termos clínicos – a insanidade moral pode acometer até os mais saudáveis [...] Adiaforização para mim significa os estratagemas voltados para colocar, com intenção ou não, certos atos e/ou a omissão deles em relação a certas categorias de seres humanos *fora* do eixo moral-imoral – ou seja, fora do ‘universo das obrigações morais’ e do reino dos fenômenos sujeitos à avaliação moral; estratagemas para declarar tais ações ou inações, de maneira implícita ou explícita, ‘moralmente

---

<sup>25</sup> BAUMAN. **Modernidade e Holocausto**, p. 94.

<sup>26</sup> Título do primeiro capítulo do livro *Cegueira Moral*. In: BAUMAN, Zygmunt; DONSKIS, Leonidas. **Cegueira moral: a perda de sensibilidade na modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.



neutras' e impedir que as escolhas entre elas sejam submetidas a um julgamento ético.<sup>27</sup>

A adiaforização da conduta humana consiste, portanto, na cegueira moral com relação a um grupo de seres humanos. Esse grupo é colocado como fora do eixo de preocupação moral, são as ervas daninhas. Sendo assim, as escolhas para com esse grupo não obedecem ao mesmo julgamento moral e ético que outros grupos. Definido quem são as ervas daninhas, estas estão fora do universo das obrigações morais, e para elas não existe empatia, respeito e sensibilidade.

A sociologia muitas vezes enxerga a moralidade como socialmente construída, de modo que em uma sociedade uma conduta pode ser considerada moral e em outra não. Bauman e Hannah Arendt apontam para a problemática do julgamento moral estar condicionado à sociedade em que vivemos. Bauman lembra que enquanto a moralidade for entendida e explicada dessa forma, todas as condutas imorais e que desafiam a concepção comum de bem e mal, serão considerados apenas um “resultado de uma falha ou má administração da ‘indústria moral’”, um “desvio da norma”. E dessa maneira, certos questionamentos nunca são compreendidos. Ele explica: “mesmo se condenada pelo grupo – por todos os grupos, aliás – a conduta individual deve ainda ser moral; uma ação recomendada pela sociedade – mesmo pelo conjunto da sociedade em uníssono, pode ainda assim ser imoral”<sup>28</sup>.

Dessa forma, a moralidade não é produto da sociedade, ela é algo que a sociedade usa e manipula, e os seres humanos têm a responsabilidade moral de resistir à socialização. A responsabilidade pelas ações morais recai sempre no indivíduo, e tudo se resume a uma escolha. O dever moral só conta com a responsabilidade humana essencial e incondicional pelo Outro e muitas vezes posturas morais são posturas de resistência. A administração da moralidade pela sociedade moderna se dá através da produção social da distância, da substituição da responsabilidade moral pela técnica, da tecnologia de segregação, da soberania dos poderes do Estado. Tudo isso em conjunto trabalha para produzir a cegueira moral, a abdicação de condutas éticas para determinado grupo humano. O burocrata não se preocupa com o Outro metafísico, ele preocupa-se com o Outro que é seu chefe, seu colega de trabalho, sua família. E assim são os soldados de *Engenharia Reversa*. Eles não se importam se estão matando seres humanos, eles se importam em cumprir corretamente uma missão para serem bem vistos dentro da organização e claro, para terem uma “boa noite de sono”.

---

<sup>27</sup> BAUMAN; DONSKIS. **Cegueira moral**, p. 48-49;52.

<sup>28</sup> BAUMAN. **Modernidade e Holocausto**, p. 206.



A moralidade para Hannah Arendt diz respeito ao indivíduo na sua singularidade, e não deve ser confundida com um conjunto de valores, costumes e hábitos que mudam em cada sociedade e em cada época.<sup>29</sup> A moralidade tem a ver com o outro que se quer viver junto, pois vivo com os outros e vivo comigo mesma. A transformação do homem burguês nesse homem que só se preocupa com o próprio e não com o comum é, para Hannah Arendt, uma das provas do esfacelamento da política na sociedade moderna. Um funcionário que separou de maneira tão drástica o trabalho da vida privada e familiar passa a não conseguir mais ver nenhuma relação entre as duas. Desse modo, o que ele faz no trabalho é apenas seu trabalho, não importa se seu trabalho consista em exterminar pessoas. O que importa é que o trabalho seja bem executado, que aquela tarefa seja feita da melhor maneira possível, de forma eficiente. Não há espaço para refletir sobre as suas ações, pois quem reflete sobre o que faz, é quem tem um diálogo interno muito claro, o *dois-em-um*: o diálogo silencioso entre eu e eu mesma, que chamamos de consciência.

Hannah Arendt explica que, pensar, implica em refletir sobre as ações e as consequências de suas atitudes. A conclusão disso é se colocar sob julgamento moral. Ao iniciar este diálogo *dois-em-um* (entre eu e eu mesma), entendo que não devo fazer algo porque não quero contradizer a mim mesma, segundo Sócrates, ou, segundo Kant, porque não quero desprezar a mim mesma. A conduta moral, então, não tem relação com nenhuma lei externa. Neste sentido, é melhor estar em desacordo com todos os outros do que estar em desacordo consigo mesma, e ainda, é melhor sofrer o mal do que cometê-lo, porque, ao cometer o mal, estou condenada a viver com o malfeitor numa “intimidade insuportável, nunca posso me livrar dele”. Isto deveria bastar para que o indivíduo soubesse distinguir o certo do errado e mais, para que ele fizesse o certo e evitasse o errado. A consciência então, nada mais é do que estar em paz consigo mesma.

Arendt propõe que mediante a burocracia totalitária, o que ocorreu a pessoas como Eichmann, era que estas se recusavam a fazer este diálogo do *dois-em-um*, de modo que então, jamais se sentiam culpadas e jamais entendiam o que de fato estavam fazendo. Pensavam apenas estar cumprindo uma tarefa e não compreendiam o que aquela tarefa de fato significava – eis o ponto da banalidade do mal.

E o sucesso nesse empenho é fácil porque tudo o que ele tem de fazer é nunca começar o diálogo solitário silencioso que chamamos de pensar, nunca ir para casa e examinar as coisas. Essa não é uma questão de maldade ou bondade, assim como não é uma questão de inteligência ou estupidez. Quem não

---

<sup>29</sup> ARENDT, Hannah. *Responsabilidade e Julgamento*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.



conhece a interação entre mim e mim mesma (em que examinamos o que dizemos e o que fazemos) não se importará em se contradizer, e isso significa que ele nunca será capaz de prestar contas do que diz ou faz, nem estará disposto a fazê-lo, tampouco se importará em cometer algum crime, pois pode estar seguro de que o ato será esquecido no momento seguinte.<sup>30</sup>

A questão do mal se torna um dos temas mais estudados por Arendt quando a filósofa vai ao julgamento de Eichmann em Jerusalém. É lá que ela entende que nazistas “ativos” e que corroboraram com o assassinato de milhões de judeus, não eram loucos ou sádicos como se pensava, e sim, homens normais, regulares, trabalhadores, com família, amigos e uma vida perfeitamente igual a de todos os outros. Estes homens estavam tão inseridos naquela máquina totalitária que pensavam apenas estar cumprindo seu dever, que estavam apenas apertando um botão, e não consideravam que esse botão ligava a câmara de gás e que dentro desta câmara de gás, existiam seres humanos que iriam morrer. A banalidade do mal se consiste nesse mal que não tem raízes, que se espalha, que não vem de um motivo maléfico: ele vem, principalmente, da ausência de pensamento e de juízo moral: “a simples, e de fato assustadora, verdade é que sob circunstâncias de permissividade social e legal as pessoas se entregam ao mais ultrajante comportamento criminoso”<sup>31</sup>.

O elemento da capacidade de pensamento para o juízo moral se mostra uma categoria interessante para analisar o episódio de *Black Mirror*. Arendt afirma que: “os maiores malfeitores são aqueles que não se lembram porque nunca pensam naquela questão, e, sem lembrança, nada consegue detê-los”<sup>32</sup>. Os soldados de *Engenharia Reversa*, ao colocarem a máscara, não se lembram de terem aceitado colocá-las. E as máscaras fazem com que eles exterminem as baratas de forma eficiente, mas quando a máscara é retirada e Stripe se depara com as suas próprias ações, ou seja, quando se lembra do que fez sem a máscara, ele fica desesperado. Quando Stripe vê o que fez sem a máscara, isto é, quando ele reflete sobre suas ações, quando faz o diálogo do *dois-em-um* sem a ideologia, baseado apenas no seu julgamento moral interno, toda a sua estrutura entra em colapso. Arendt explica:

Quando sua profissão o obriga a assassinar pessoas, ele não se considera um assassino, pois não fez isso por inclinação pessoal, e sim em seu papel profissional. Por ele mesmo, jamais faria mal a uma mosca. Se dissermos a um membro dessa nova categoria profissional gerada pelos nossos tempos que ele é responsável pelo que fez, a *única coisa que ele sentirá é que foi traído*. Mas se, sob o

---

<sup>30</sup> ARENDT. **Responsabilidade e Julgamento**, p. 255.

<sup>31</sup> ARENDT, Hannah. **Crises da República**. São Paulo: Perspectiva, 2010, p. 65

<sup>32</sup> ARENDT. **Eichmann em Jerusalém**, p. 106



choque da catástrofe, ele realmente toma consciência de que não era apenas um funcionário, *mas também um assassino, sua saída não será a revolta, e sim o suicídio.*<sup>33</sup>

É exatamente isso que Stripe sente quando descobre “a verdade” sobre as baratas: que foi traído. Haviam lhe contado mentiras durante toda a sua vida, ele havia sido enganado. Quando Arquette o apresenta seu vídeo de aceitação, que comprova que ele não havia sido traído, ou seja, de que ele tinha consciência do que significava sua aceitação, Stripe entra em crise. A solução poderia ser o suicídio, como Arendt propõe, mas lhe é apresentada outra alternativa: o esquecimento. Ao se ver obrigado a pensar, ele percebe que aquele que matou seres humanos não é alguém com quem ele consegue conviver. Ele não consegue conviver com um assassino pelo resto da vida. Por isso, é mais simples evitar esse confronto moral e valer-se novamente da máscara: assim ele esquece tudo o que fez e não precisa retomar a atividade do pensamento, tornando mais fácil cumprir suas tarefas no exército. A vida com a máscara ou com a ideologia, é mais simples, mais tranquila, mais despreocupada. O diálogo do *dois-em-um* e a responsabilidade moral são mais desagradáveis, requerem a compreensão de que estamos fadados a viver conosco mesmos. É melhor se esconder na cegueira moral e esquecer da responsabilidade essencial para com o Outro.

### **Quem tem medo do bicho-papão?**

*Engenharria Reversa* é um episódio feito para impactar, e muitas pessoas o descrevem como um episódio que obriga a ponderar sobre os perigos da tecnologia e das formas modernas de guerra. No entanto, penso que é um episódio que serve para refletir sobre a nossa postura como ser humano, para retirar a ideia do mal maléfico e demoníaco. Em *Engenharria Reversa*, Stripe precisa da máscara para assassinar as baratas. No entanto, os aldeões não precisam de máscaras para odiá-las, segregá-las e desprezá-las. Na Alemanha nazista não foram necessárias máscaras para que os funcionários do governo assassinassem milhões de judeus em câmaras de gás, tampouco foram necessárias máscaras para fazer com que a população, em silêncio, aceitasse o desaparecimento de um grupo enorme de pessoas. Tudo o que é preciso é de um discurso ideológico concreto, de organização burocrática e de uma dose tecnológica e científica.

O que *Black Mirror* mostra é tudo isso elevado a um grau muito maior e mais intenso, em um mundo em que existe esse tipo de tecnologia que possibilita a um indivíduo não enxergar outro indivíduo, e sim, um monstro. Todavia, isso já foi feito antes, ainda é feito hoje, em níveis maiores e menores. Como Bauman alerta, não aprendemos nada com o Holocausto. A sociedade

---

<sup>33</sup> ARENDT. *Compreender*, p. 159.



moderna ainda conta com a mesma cegueira moral, o homem moderno ainda prefere desviar o olhar a enfrentar o próprio julgamento ético. Como Arquette mostra para Stripe, as máscaras não são implantadas à força, o soldado precisa aceita-la, mesmo que depois não se lembre disso. A ideologia não é forçada às pessoas, elas precisam abraça-la.

O mal passa a ocupar, então, uma posição que nada tem a ver com vilões e mocinhos, Deus e Diabo, monstros e humanos, nazistas assassinos e judeus inocentes, humanos puros e baratas doentes. Bethânia Assy reitera: “em um período de colapso moral, o mal ocupa o habitat do normal, do lugar-comum, tornando-se, conseqüentemente, banal, e acaba perdendo uma de suas dimensões mais fundamentais: a tentação”<sup>34</sup>. Sabemos hoje muito mais sobre o Holocausto do que sabíamos antes, no entanto, ainda não compreendemos suas lições e não estamos livres de nada similar acontecer novamente. É justamente esse o incômodo do episódio de *Black Mirror*, que realmente vem como um soco no estômago.

As vozes de Zygmunt Bauman e de Hannah Arendt ecoam ao fundo: não aprendemos nada. O Holocausto não é um “quadro na parede”, diferente do resto da mobília.<sup>35</sup> Aquilo não aconteceu lá, em outro país, em outra época e não é um evento findo em si mesmo. Não somos seres humanos superiores que jamais fariam algo desse tipo novamente. Somos os mesmos seres humanos, cometendo os mesmos erros, vivendo na mesma sociedade, com os mesmos vícios. Arquette não é um louco ou sádico que gosta de ver outras pessoas sofrendo. Ele faz parte de uma estrutura de governo e de sociedade que entende que as ervas daninhas naquele momento são as baratas, e que, portanto, elas têm que ser eliminadas. Pessoalmente, ele pode não ter nada contra elas (assim como Eichmann pessoalmente não tinha nada contra os judeus), no entanto, ele sabe que elas possuem diversas “porcarias” em seu DNA, que comprometem a geração futura. Não são seres humanos, e se não são, se enquadram na adiaforização, na categoria que não se insere no julgamento moral tradicional.

A população civil não é apresentada nesse episódio de *Black Mirror*, não sabemos ao certo como a sociedade lida com a questão das baratas. No entanto, sabemos que Heidekker era visto como uma pessoa com problemas mentais por ajudar as baratas e por não ter medo e nojo delas. Sabemos também, que os aldeões as desprezam. Isso significa que são pessoas diferentes de nós, moralmente inferiores ou facilmente influenciáveis? Que é apenas um seriado, que isso jamais aconteceria em uma realidade concreta? Mas não já aconteceu? A lucidez de Bauman explica:

---

<sup>34</sup> ASSY, Bethânia. **Ética, responsabilidade e juízo em Hannah Arendt**. São Paulo: Perspectiva, 20015, p. 19.

<sup>35</sup> BAUMAN. **Modernidade e Holocausto**.





Não sei como reagiria se um estranho batesse à minha porta e me pedisse para sacrificar a mim mesmo e a minha família para salvar a vida dele. *Tal dilema me foi poupado*. Tenho certeza, porém, de que se me recusasse a abrigá-lo, seria plenamente capaz de me justificar com os outros e comigo mesmo argumentando que, pelo número de vidas salvas e perdidas, *despachar o estranho foi uma decisão inteiramente racional*.<sup>36</sup>

A oficial Medina tem um discurso muito similar no começo do episódio. Ela diz a Heidekker que enxergar as baratas como seres humanos é um sentimento compreensível, porém errado, pois “para cada barata que você salva hoje, você condena sabe-se lá quantas pessoas ao sofrimento no futuro”. Eliminá-las, portanto, é uma tarefa racional e de criação de uma sociedade melhor e mais sadia. O tempo todo ela justifica suas ações, dizendo que compreende os princípios de Heidekker, mas que eles estão completamente errados no sentido prático da necessidade social do momento. Nos foi poupado o dilema de como agir mediante a eliminação dos judeus na sociedade alemã; também nos foi poupado o dilema de como agir em uma sociedade que odeia um grupo de pessoas chamado de baratas. No entanto, isso não significa que, como seres humanos, somos superiores aos que enfrentaram esse dilema, porque provavelmente conseguiríamos nos justificar, da mesma forma que essas pessoas o fizeram.

Podemos refletir sobre quem a sociedade enxerga hoje como o *bicho-papão*. Árabes, muçulmanos, refugiados, imigrantes, negros, homossexuais, transexuais, mulheres, deficientes físicos. São pessoas que ferem o que a sociedade moderna entende como uma estrutura bonita e sadia e, para que essa definição de ervas daninhas se torne um processo de extermínio, não é preciso muito. Basicamente precisa apenas da aliança entre a ideologia (e um novo projeto de sociedade) e a burocracia. Isso até hoje, só aconteceu uma vez, na Alemanha nazista – e em *Black Mirror*. Para impedir que aconteça de novo, fundamentalmente só há uma esperança: o próprio ser humano.

Hannah Arendt acredita que o totalitarismo foi um regime criado por seres humanos, e que os mesmos seres humanos que o criaram são capazes de destruí-lo, porque somos seres providos do dom da liberdade e da ação. Para ela, a história é feita por homens que agem e que criam, porém não somos capazes de criar nada que dure para sempre, por isso podemos sempre esperar que o terror acabe. Ou seja, podemos esperar por milagres, porque quem produz os milagres são os próprios homens<sup>37</sup>. Bauman talvez seja um pouco menos otimista com essa questão, mas ainda assim, reforça a importância da escolha:

---

<sup>36</sup> BAUMAN. **Modernidade e Holocausto**, p. 234.

<sup>37</sup> ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2011.



*A importância atual do Holocausto está na lição que ele traz para toda a humanidade. A lição do Holocausto é a facilidade com que a maioria das pessoas, colocadas numa situação em que não existe boa escolha ou que a torna muito cara, arranja uma justificativa para escapar ao dever moral (ou não consegue aderir a ele), adotando em vez disso os preceitos do interesse racional e da autopreservação. Em um sistema em que a racionalidade e a ética apontam em sentidos opostos, o grande perdedor é a humanidade. O mal pode fazer o trabalho sujo, apostando que a maioria das pessoas a maior parte do tempo evita fazer coisas imprudentes e temerárias – como resistir ao mal, por exemplo. O mal não precisa nem de seguidores entusiasmados nem do aplauso de um público – basta o instinto de autopreservação, estimulado pelo reconfortante pensamento de que ainda não chegou a minha hora, graças a Deus: me curvando inteiramente ainda posso escapar [...] E há outra lição do Holocausto, de não menos importância. Se a primeira lição é um alerta, a segunda é uma esperança. É a segunda lição que faz valer a pena repetir a primeira. Esta segunda lição nos diz que colocar a autopreservação acima do dever moral não é algo de modo nenhum predeterminado, inevitável ou inelutável. Podemos ser pressionados a fazê-lo, mas não somos forçados a isso, de maneira que não se pode de fato jogar a responsabilidade da ação nos que pressionaram para tal. Não importa quantas pessoas optaram pelo dever moral acima da racionalidade da autopreservação – o que realmente importa é que alguns fizeram essa opção. O mal não é todo-poderoso. Pode-se resistir a ele. O testemunho dos poucos que resistiram desmantela a autoridade lógica da autopreservação – ele revela afinal do que se trata: de uma escolha. Fica-se a imaginar quantos precisariam desafiar essa lógica para incapacitar o mal. Existirá um limiar de desafio além do qual a tecnologia do mal bate pino e é obrigada a parar?.*<sup>38</sup>

Isso significa que séries como *Black Mirror* nos são tão incômodas porque nos mostram justamente o que nós mesmos seríamos capazes de fazer. E isso traz uma carga de responsabilidade, pois também cabe a nós mesmos mudar o presente e o futuro para que *Engenharia Reversa* não se torne uma realidade, ao invés de “apenas” uma distopia. A questão é que, para Bauman, parece que a sociedade moderna se encontra do mesmo jeito que Stripe ao final do episódio: paralisada encarando uma grande ilusão, porque isso é mais confortável do que as consequências e a dureza da verdade. Hannah Arendt, ao explicar o conceito de compreensão, entende que “vivemos num mundo onde tais coisas são possíveis”, mas que devemos tentar nos reconciliar com esse mundo; ao que Bauman responderia: “onde tais coisas *ainda* são possíveis”.

Hannah Arendt nos lembra que não é porque vivemos no deserto que devemos ser habitantes do deserto<sup>39</sup>: devemos manter a nossa humanidade e lutar para transformar o deserto em um mundo humano. Devemos entender que ainda há tempo para transformação, e que o pior mal é o mal feito por Ninguém, ou seja, o mal feito de forma mecânica, por quem não pensa sobre suas ações e não consegue assumir responsabilidade por elas. Para ela, refletir sobre essas

---

<sup>38</sup> BAUMAN. **Modernidade e Holocausto**, p. 236, grifos meus.

<sup>39</sup> ARENDT, Hannah. **A promessa da política**. Rio de Janeiro: DIFEL, 2010.



questões e acreditar que somos capazes de mudar o deserto é importante em tempos em que o Nada e o Ninguém ameaçam destruir esse mesmo mundo. A dúvida e a inquietação restantes, são: será que a humanidade vai conseguir fazer essa transformação no deserto, ou será que *Black Mirror* é uma representação bem provável do futuro iminente do regime de historicidade moderno?



# A História Atlântica como possibilidade de abordagem metodológica para os estudos do Atlântico e o ensino de História da África

The Atlantic History as a possibility of methodological approach to the Atlantic studies and the teaching of African History

**Adriano Cecatto**

Doutorando em História  
Universidade Federal de Minas Gerais  
adrianocecatto@gmail.com

**RESUMO:** A História Atlântica tem ocupado espaço principalmente nas academias norte-americana e britânica, com perspectiva de transcender os limites teórico-metodológicos que constituíam estudos hierarquizados e homogêneos acerca das comunidades do Atlântico, principalmente referente às sociedades africanas. Por sua vez, há no Brasil a obrigatoriedade do ensino de História da África, que em geral torna-se presente nos livros didáticos. O objeto de estudo é a História da África, tendo como objetivo verificar em que medida elementos da História Atlântica podem se fazer presente na produção didática e assumir um contraponto de análise historiográfico. Como metodologia, utilizamos a pesquisa bibliográfica e documental. As fontes são duas produções didáticas de distintas temporalidades. Ao considerarmos a História Atlântica, verificou-se que as obras analisadas apresentam alguns equívocos e distorções, no entanto, o livro didático de 2013 mantém maior proximidade com a historiografia contemporânea e a formação de professores em relação ao ensino de História da África.

**PALAVRAS-CHAVE:** História Atlântica, História da África, Ensino de História.

**ABSTRACT:** The Atlantic History has been occupying space especially in the north American e british academies, with the perspective of transcending the theoretical and methodological boundaries that composed the hierarchic and homogeneous studies about the Atlantic communities, mainly referring to African societies. On the other hand, the teaching of African History in Brazil is mandatory, which generally is presented in textbooks. The research object is the African History, with the intent of verifying to what extent the elements of Atlantic History can be used in the didactic production, and to assume a counterpoised historiographical analysis. Methodologically, it was used the bibliographic and documental research. The sources are two didactic works from different periods. When the Atlantic History was considered, it was verified that the analyzed works had some misconceptions and distortions, however, the didactic textbook from 2013 remains closer to the contemporary historiography and the teacher training in relation to the teaching of African History.

**KEYWORDS:** Atlantic History, African History, History Teaching.



A História Atlântica tem se apresentado desde as últimas décadas do século XX como possibilidade metodológica, repensando pesquisas e propondo-se abarcar as comunidades do Atlântico, gradativamente rompendo com os parâmetros metodológicos de uma história centrada nos pressupostos historiográficos da Europa, em que perdurara o uso de conceitos etnocêntricos para os estudos desse oceano (nação, império, etc.) e o fluxo de culturas. A partir do século XV, período das chamadas “grandes descobertas”, para a África Ocidental foi de integração do comércio costeiro e de suas culturas com as sociedades interioranas. Nesse sentido, possibilitou constituir pontos de conexão com a Europa e América por meio do Oceano Atlântico.

Essa perspectiva de estudo tem ganhado cada vez mais espaço na academia, principalmente norte-americana e britânica, começando a ser apropriado por alguns poucos historiadores brasileiros, que ao longo dos anos, até mesmo em função da sua própria história nacional, tem demandado esforços sobre a temática da diáspora africana. A História Atlântica assume a perspectiva de transcender os limites teórico-metodológicos que constituíam estudos hierarquizados e homogêneos das comunidades do Atlântico, para um olhar sobre a multiculturalidade, com estudos para além da dimensão econômica ou simplesmente quantitativa. Portanto, a circulação de pessoas, cultura, economia tem proporcionado a verificação de um Atlântico heterogêneo repleto de conexões culturais provocadas pela dinâmica de interações, sejam elas forçadas ou não.

O presente trabalho se caracteriza como bibliográfico e documental, e embora essa categoria de pesquisa, de modo geral, tenha recebido atenção quando da inexistência de um estado da arte, – que neste caso, já existe - nos é válido à medida que propomos pensar essa perspectiva metodológica atrelada ao ensino de História e pela pouca produção da academia brasileira com essa perspectiva teórico-metodológica. Se reconhece documental, por que propomos verificar em que medida elementos da História Atlântica podem se tornar presente na produção didática de História da África, especificamente aos conteúdos destinados ao ensino médio. Num primeiro momento abordaremos aspectos pertinentes à História Atlântica, suas bases teórico-metodológicas. Em seguida, verificaremos as relações possíveis entre História Atlântica e história da África em duas produções didáticas de diferentes autores e temporalidades.

### **História Atlântica**

O desenvolvimento da História Atlântica dos últimos 40 anos teve como referência alguns teóricos: Bernard Bailyn, David Eltis, David Armitage, Philip Morgan, Alison Games,



Nathaniel Millett, John Thornton, Douglas Chambers, entre outros. Tais estudos têm destacado os diferentes povos do atlântico no processo de trocas culturais e comerciais, numa tentativa de desconstruir a centralidade européia e a conseqüente marginalização e insubordinação dos povos africanos e americanos. “A história da África Atlântica deve ser capaz de exaltar a participação dos africanos para além de mercadoria essencial, procurando as contribuições desses homens e mulheres para a construção desse mundo integrado pelo oceano”<sup>1</sup>. Trabalhos acadêmicos como esses promovem a revisão da historiografia atlanticista, proporcionando maior visibilidade aos agentes africanos envolvidos na contínua construção e reconstrução de identidades políticas e culturais, próprias desta experiência atlântica. Segundo Bailyn<sup>2</sup>, o conceito de História Atlântica não trata da expansão do império marítimo europeu, uma vez que não há dominação política na África entre os séculos XVI e XVIII.

O ponto de partida para o avanço metodológico dessa discussão da História Atlântica seria romper com o eurocentrismo presente nas pesquisas, a fim de estudar o Atlântico como unidade de análise histórica<sup>3</sup>. Alison Games<sup>4</sup> apresenta alguns historiadores que iniciaram trabalhos na História Atlântica. Um dos problemas destes historiadores seria a formação que haviam recebido na Europa para se trabalhar sociedades coloniais na América e África, pois não se considerava importante a história da região pesquisada em conexão com o global. Nesse sentido, seria necessário sair dos moldes de uma história européia, dos seus padrões de colonização centrada nos estados modernos, para compreender e avançar nas pesquisas do mundo sem fronteiras. É uma crítica aos chamados historiadores dos impérios, que limitavam suas abordagens baseadas numa geografia imperial.

David Armitage, professor de história da Universidade de Harvard desde 2004, tem se destacado com os estudos coloniais. É referência para os trabalhos procedentes da abordagem da História Atlântica, que tem sido recente e pouco utilizada nos estudos do Atlântico, “surgiu como

---

<sup>1</sup> THOMPSON, Estevam C. O Atlântico Sul para além da miragem de um espaço homogêneo (séculos XV-XIX). **Temporalidades**, Belo Horizonte, v. 4, n. 2, p. 80-102, ago/dez, 2012, p.89.

<sup>2</sup> BAILYN, Bernard. **Atlantic History: concept e contours**. Massachusetts: Harvard University Press, 2005.

<sup>3</sup> GAMES, Alison. Atlantic History: Definitions, Challenges, and Opportunities. **The American Historical Review**, p.741-757, June, 2006.; THORNTON, John. **A África e os africanos na formação do mundo atlântico (1400-1800)**. Trad. Marisa Rocha Mota. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004; MILLET, Nathaniel. An analysis of the role of the study of the African Diaspora within the field of the Atlantic History. **African and Black diaspora**, Chicago, n.1, p.21-34, 2011; CHAMBERS, Douglas B. The Black Atlantic: Theory, Method, and Practice. In: FALOLA, Toyin; ROBERTS, Kevin D. **The Black Atlantic World. 1450 – 2000**. Bloomington & Indianapolis: Indiana University Press, 2008, pp.151-174.

<sup>4</sup> \_\_\_\_\_. **Atlantic History: Definitions, Challenges, and Opportunities**.



um subcampo distinto, ou mesmo como uma subdisciplina, dentro da profissão histórica.”<sup>5</sup> Há esforço do autor em problematizar a produção historiográfica centrada nos estudos da modernidade europeia, ao destacar que a África e os africanos, de modo geral, não foram considerados sujeitos históricos.

Esta versão da ‘civilização ocidental’ era a história do Atlântico Norte, e não do Atlântico Sul, a história anglo-americana mais do que latino-americana, e a das conexões entre a América e a Europa mais do que daquelas entre as Américas e a África. Tratava-se de uma história racialmente, ou etnicamente, homogênea.<sup>6</sup>

Armitage sugeriu três conceitos de História Atlântica: história *circum*-atlântica, história *trans*-atlântica e história *cis*-atlântica. Ao caracterizar cada conceito, explicita sua escolha por *cis*-atlântica “porque pode se provar o mais útil como um meio de integrar histórias nacionais, regionais ou locais em perspectivas mais amplas sustentadas pela história atlântica”<sup>7</sup>. Admite que os três conceitos se excluem e ao mesmo tempo se reforçam. “A história *cis*-atlântica, por sua vez, alimenta as comparações *trans*-atlânticas”<sup>8</sup>.

A perspectiva da história *cis*-atlântica se propõe estudar os lugares em suas singularidades, resultantes da interação do local com uma rede mais ampla de contatos em relação ao mundo atlântico. Dessa forma, dá-se atenção às cidades e vilas portuárias, em geral transformadas pela ligação e interação com o Atlântico. David Armitage destaca a necessidade da história *cis*-atlântica adentrar na esfera doméstica, nas vilas e cidades para perceber como se desenvolveu o comércio, seja pela costa ou seu interior. Como campo emergente de estudos, as três dimensões da *Atlantic History* podem sinalizar aos historiadores e demais pesquisadores um campo caracterizado pelo pluralismo metodológico.

Segundo Games<sup>9</sup>, em 1970 ocorreram ensaios de uma escrita da história do atlântico, mas seu grande marco foi 1990 com Bernard Bailyn, nos Estados Unidos. Posteriormente ampliou-se as discussões no ambiente universitário, entre os alunos de graduação e pós-graduação, nos idos dos anos 2000.

---

<sup>5</sup> ARMITAGE, David. Três conceitos de História Atlântica. **História Unisinos**, São Leopoldo-RS, v. 18, n. 2, p.206-217, mai/ago, 2014, p.207.

<sup>6</sup> \_\_\_\_\_. **Três conceitos de História Atlântica**. p.208.

<sup>7</sup> \_\_\_\_\_. **Três conceitos de História Atlântica** p.209.

<sup>8</sup> \_\_\_\_\_. **Três conceitos de História Atlântica** p.215.

<sup>9</sup> GAMES, **Atlantic History: Definitions, Challenges, and Opportunities**.



Para Bernard Bailyn<sup>10</sup>, além de apontar para a necessidade da não hierarquização das sociedades como princípio básico de pesquisa, propõe uma abordagem que leve em considerações as interações humanas à partir das conexões estabelecidas no oceano. Além disso, entender as comunidades atlânticas à partir do processo de circulação de pessoas, mercadorias, trocas culturais, aspectos políticos e administrativos, relações de gênero, articulando o contexto global em conectividade com as comunidades específicas.

Na mesma esteira, Games<sup>11</sup> destaca que a história do atlântico tem uma perspectiva sem fronteiras, diferentemente do que se vinha trabalhando, com o desrespeito das fronteiras políticas modernas cunhadas numa perspectiva eurocêntrica. “A história do Atlântico é mais do que um simples estudo de sua unidade geográfica; é também um modelo de investigação que reflete, primeiramente, o impulso que atrai historiadores para campos específicos da história do Atlântico”<sup>12</sup>.

Essa abordagem desloca a importância e ênfase demandada sobre um único lugar, pois se pretende ser uma história sem fronteiras, deixando de lado a perspectiva imperial. “A história do Atlântico pode envolver o domínio Europeu, mas não deve ser Eurocêntrico. Deve cobrir um espaço dominado numericamente por migrantes africanos, mas também não pode ser Afrocêntrico”<sup>13</sup>. Apresenta-se o desafio de repensar as convenções historiográficas, por meio do uso de uma linguagem que contemple todo o Atlântico. Por isso o cuidado dos pesquisadores para não caírem na linguagem/narrativa da dinâmica imperial, tratando dubiamente sobre os centros, periferias e margens.

Para Games<sup>14</sup> o desafio mais urgente e imediato é restaurar a África para o Atlântico, colocando-a na história não somente como um lugar associado à escravidão e ao tráfico de escravos, mas como lugar de experiências, de movimento, de circulação de notícias. “O oceano

---

<sup>10</sup> BAILYN. **Atlantic History: concept e contours.**

<sup>11</sup> GAMES, **Atlantic History: Definitions, Challenges, and Opportunities.**

<sup>12</sup> “Atlantic history is more than simply the study of a geographic unit; it is also a style of inquiry that reflects the impulse that drew historians in specific fields to Atlantic history in the first place.” GAMES, Alison. *Atlantic History. Definitions, Challenges, and Opportunities. The American Historical Review*, p.741-757, June, 2006. p.749.

<sup>13</sup> “*Atlantic history may deal with European dominion, but it should not be Eurocentric. It may cover a space dominated numerically by African migrants, but it need not be Afrocentric.*” GAMES. **Atlantic History. Definitions, Challenges, and Opportunities.** p.750.

<sup>14</sup> GAMES. *Atlantic History. Definitions, Challenges, and Opportunities.*





não foi só o veículo de circulação, mas também o único espaço com o qual bens e pessoas foram criadas, definidas e transformadas”<sup>15</sup>.

Games<sup>16</sup> e Millett<sup>17</sup> estabelecem críticas à História Atlântica, por não se tratar de um conceito homogêneo. Esses autores se apropriam de perspectivas distintas dos conceitos de David Armitage. Um dos pontos centrais na discussão dos pesquisadores norte-americanos é de tentar pensar a África no mundo atlântico em escala micro e na perspectiva global. Juntamente com Alison Games, Nathaniel Millett procura combater o discurso de homogeneização, para uma produção historiográfica que reflita para além dos impérios. Ambos retomam Bernard Bailyn<sup>18</sup> que definiu e desenvolveu o campo da História Atlântica, apontando para intelectuais que afirmaram a existência da ideia de que a noção de Atlântico Norte estaria ligada por uma história e cultura comuns.

Considerando o desafio teórico-metodológico de construir uma história baseada no oceano, Games<sup>19</sup> destaca os esforços de John Thornton para mapear as fronteiras políticas da costa africana. Por sua vez, John Thornton se propõe sistematizar a importância do comércio interno da África em relação ao resto do atlântico entre os anos de 1400 e 1800, apontando os rios como rotas importantes para essa conexão. Destaca a diáspora africana, e para isso, relata a geografia das sociedades africana e americana e suas fronteiras, contribuindo para pensar a história do atlântico de forma integrada, contrariando a ideia de que “a história do Atlântico ainda deveria ser a história dos europeus, e o resto apenas seria um pano de fundo”<sup>20</sup>.

Vias marítimas e fluviais definiam as configurações da zona atlântica. O conhecimento da geografia, tais como as rotas fluviais da América e África, principalmente da África Ocidental, utilizadas nos séculos XV e XVI, possibilitaram o comércio do interior por vias fluviais, assim como “nenhum navegador poderia ignorar os padrões de ventos e correntes do oceano”<sup>21</sup>. Tanto na África como na América, reconhece-se o controle fluvial e a sofisticação cultural dessas

---

<sup>15</sup> “The ocean was not only the vehicle of circulation, but also the unique space within which goods and people were created, defined, and transformed.” GAMES. **Atlantic History. Definitions, Challenges, and Opportunities.** p.755.

<sup>16</sup> \_\_\_\_\_. **Atlantic History. Definitions, Challenges, and Opportunities.**

<sup>17</sup> MILLET. **An analysis of the role of the study of the African Diaspora within the field of the Atlantic History.**

<sup>18</sup> BAILYN. **Atlantic History: concept e contours.**

<sup>19</sup> \_\_\_\_\_. **Atlantic History. Definitions, Challenges, and Opportunities.**

<sup>20</sup> THORNTON. **A África e os africanos na formação do mundo atlântico (1400-1800).** p.44.

<sup>21</sup> \_\_\_\_\_. **A África e os africanos na formação do mundo atlântico (1400-1800).** p.55.



sociedades. A região atlântica, portanto, vai além do litoral, por que este possibilitou maior comunicação e fluxos culturais e econômicos entre as rotas continentais.

O desenvolvimento tecnológico em torno da navegação ocorreu na medida em que se conseguiu obter lucro com tal aperfeiçoamento técnico. Embora se destaque o poder técnico e naval dos europeus, não foi isso que garantiu o domínio sobre sociedades africanas, por que estas sociedades também se posicionaram com resistência, fazendo com que os europeus seguissem suas regras políticas e comerciais. Nesse sentido, John Thornton refere-se à “dominação incompleta” dos europeus em relação às sociedades do Atlântico. O domínio político do rio, por exemplo, foi dos africanos, e por isso caberia a eles a liberação de sua interiorização comercial.

Como já mencionamos, a perspectiva transnacional da História Atlântica pode contribuir para romper com os conceitos de uma história “dos impérios”, podendo avançar na medida em que a produção historiográfica for ampliada. Essa perspectiva teórico-metodológica demanda atenção para pessoas, produtos, práticas culturais que mantiveram intercâmbio pelo atlântico de forma interligada, das comunidades com o global. Trata-se de romper com uma história etnicamente homogênea, desconstruindo a invenção de que teriam sido os europeus os ocupantes exclusivos do atlântico, pois à medida em que o oceano estabelecia conexões entre diferentes povos e suas singularidades, foi possível aproximá-los na mesma história. Conforme Alison Games,

[...] não é a história do Atlântico somente sobre os pontos literais de contato (portos, trocas, ou migrantes, por exemplo), mas sim sobre explicar transformações, experiências e eventos em um lugar, em termos de condições decorrentes da localização deste lugar em um mundo amplo, multifacetado e interconectado.<sup>22</sup>

Assim, essa perspectiva teórico-metodológica não se apresenta como exclusiva, mas como possibilidade aos estudos do mundo atlântico, principalmente para estudos coloniais. Ou seja, essa historiografia pode possibilitar o entendimento de como pessoas e comunidades das “duas costas do atlântico tiveram participação ativa na construção de uma complexa rede de transações

---

<sup>22</sup> “[...] nor is Atlantic history only about the literal points of contact (ports, traders, or migrants, for example), but rather about explaining transformations, experiences, and events in one place in terms of conditions deriving from that place’s location in a large, multifaceted, interconnected world.” GAMES, *Atlantic History*, p.747.



econômicas e políticas, bem como instituições sociais e relações humanas no vasto espaço geopolítico do Atlântico moderno”<sup>23</sup>.

### **Ensino de História da África na produção didática**

Embora a lei 11.645/08 (10.639/03) pretenda garantir formação de história da África e cultura africana na rede básica, não é possível oferecer um panorama homogêneo de como essa formação se processa nas escolas e nos cursos de graduação<sup>24</sup>. Independente da formação recebida (ou não!) nas instituições de ensino superior, os docentes acabam tendo em mãos diferentes manuais didáticos com conteúdos de África e, embora a formação docente se dê de maneira continuada, a universidade é espaço fundamental para a pesquisa e ensino por oferecer os saberes curriculares.<sup>25</sup> Para Marieta de Moraes Ferreira e Renato Franco<sup>26</sup>, há preocupação por parte das instituições formadoras em integrar a formação do pesquisador e do professor, no entanto, essa preocupação “nem sempre se reflete na organização curricular dos diferentes cursos, nos quais as disciplinas de bacharelado são frequentemente somadas às disciplinas pedagógicas, oferecidas e geridas pelas Faculdades de Educação para compor o currículo da licenciatura”<sup>27</sup>. A questão central que se coloca diz respeito a mobilização dos conhecimentos específicos do historiador no processo de pensar o ensino, para que não se limite à dimensão pedagógica no trato de metodologias, e para que as pesquisas sobre História da África possam fazer parte efetiva no currículo da graduação.

No Brasil, o livro didático tem sido por vezes o único instrumento pelo qual os alunos da Educação Básica acessam o conteúdo das disciplinas escolares, mesmo esse material assumindo a dimensão de mercadoria, “sujeita a múltiplas interferências em seu processo de produção e vendagem”<sup>28</sup>. Como artefato cultural, o livro didático fornece diversas informações, desde o

---

<sup>23</sup> LIMA, Henrique Espada. No baú de Augusto Mina: o micro e o global na história do trabalho. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 31, p. 571-595, jul./dez. 2015, p.581.

<sup>24</sup> DIAS, Ednalva. CECATTO, Adriano. Entre teoria e prática: a formação docente e a apropriação da lei 10.639/2003 no cotidiano escolar. **História & Ensino**, Londrina, v. 21, n. 2, p. 283-306, jul./dez. 2015; ALBERTI, V. Algumas estratégias para o ensino de história e cultura afrobrasileira. In: PEREIRA, A. A.; MONTEIRO, A. M. **Ensino de história e culturas afro-brasileiras e indígenas**. Rio de Janeiro: Pallas, 2013, p.27-56.

<sup>25</sup> Verificar: TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 9 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, 325p.

<sup>26</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes; FRANCO, Renato. Desafios do ensino de história. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 41, jan./jun., 2008, p. 79-93.

<sup>27</sup> BRASIL. PARECER CNE/CES nº. 492/2001 - **Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de História-MEC**, p.7.

<sup>28</sup> MIRANDA, Sonia Regina; LUCA, Tania Regina. O livro didático de história hoje: um panorama a partir do PNLD. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24, n. 48, p.123-144 – 2004, p.128.



processo de sua produção até seu uso, mas que se pretende ser instrumento de ensino que incorpore reflexão, orientação e crítica. Todo caso, a análise e escolha do livro a ser utilizado nas escolas públicas geralmente é realizado pelos docentes de cada área. De certa forma, o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) do MEC tem contribuído nos últimos anos para qualificar esse processo. No entanto, esse material didático, sua escolha à nível de conteúdo e sua utilização em sala no processo de constituição do conhecimento histórico precisa ser mediado pelo docente. A ausência de formação acerca do caráter estrutural do livro didático e dos conteúdos próprios da História, principalmente no tocante a história da África, pode gerar escolhas equivocadas. “Um dos principais desafios está justamente em fazer esse tipo de livro acompanhar as reinterpretações do passado feitas pelos historiadores acadêmicos”<sup>29</sup>. Isso nos leva a questionar: em que medida a produção historiográfica, à partir das orientações da Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de História têm interferido positivamente na produção de conhecimentos e elaboração de materiais didáticos de História da África? Ou até mesmo, como a história da África e dos africanos foram representados nos manuais didáticos?<sup>30</sup> E qual seria o papel do professor que lida diretamente com a mediação dessa material de ensino? Como o conceito de História Atlântica pode servir como instrumento de análise da produção historiográfica e didática sobre os povos do Atlântico? Nesse sentido, propomos analisar duas produções didáticas do Ensino Médio, estabelecendo como critério de análise a proposta metodológica da História Atlântica: *História: volume único*<sup>31</sup> e *História para o ensino médio*<sup>32</sup> (três volumes). O primeiro não faz parte dos livros didáticos em uso pela Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais, mas já o fez. O segundo é utilizado pela Escola Estadual José Heilbuth Gonçalves, na região da Pampulha. Atentamos para a forma como a produção didática tem se apropriado de conceitos e estabelecido conexões da história da África com o mundo Atlântico, como considera a multiculturalidade, a perspectiva historiográfica, o processo de ‘des-hierarquização’ das narrativas produzidas, os recortes/escolhas temáticas estabelecidos.

---

<sup>29</sup> FERREIRA; FRANCO. **Desafios do ensino de História.**

<sup>30</sup> Segue outro trabalho que pretendeu verificar “o que sabemos sobre a História da África?”, que por sua vez, possui relação com o que e como se tem produzido essa historiografia. “As limitações transcendem — ao mesmo tempo em que se relacionam — os preconceitos existentes na sociedade brasileira, e se refletem, de um certo modo, no descaso da Academia, no despreparo de professores e na desatenção de editoras pelo tema.” Cf. OLIVA, Anderson Ribeiro. A História da África nos bancos escolares. Representações e imprecisões na literatura didática. **Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, ano 25, n. 3, p. 421-461, 2003, p.455.

<sup>31</sup> FIGUEIRA, Divalti Garcia. **História: volume único.** São Paulo: Editora Ática, 2005.

<sup>32</sup> NAPOLITANO, Marcos; VILHAÇA, Mariana. **História para o ensino médio.** São Paulo: Editora Saraiva, 2013, v.1, v.2, v.3.



Em relação a *História: volume único*<sup>33</sup>, é possível detectar que não passou pela avaliação à partir dos critérios estabelecidos pelo Guia do PNLD, em função da distribuição e tratamento dos conteúdos. O livro trata exclusivamente da história da África em um capítulo, e indiretamente em dois outros, quando apresenta a escravidão em Minas Gerais. Não há unidade específica para a África. Isso não seria um problema, desde que tal conteúdo histórico pudesse ser tratado em conexão com a história nacional e tenha o mesmo grau de importância em seu tratamento.<sup>34</sup> Verifica-se, em linhas gerais, que a história da África é apresentada à partir da escravidão. Sobrepõe-se a descrição de forma generalizada e homogênea sobre o continente africano e “suas histórias”.

Ao destacar um capítulo sobre escravidão, inicia com a divisão da África do século VII: Deserto do Saara e Subsaariana. E entre os séculos IX e X apresenta o domínio islâmico nos reinos de Mali, Gana e Benin, assim como a economia desses “reinos”. Em seguida destaca que a escravidão já fazia parte da África e com a chegada dos portugueses teria iniciado a diáspora africana, mas não especifica o tipo de escravidão e os locais em que se processava. Essa dimensão interna e mesmo a demanda externa é apresentada de forma generalizada. No tráfico de escravos destaca-se a ausência de formas de resistência dos cativos, ênfase nos dados quantitativos, além de apresentar o trabalho dos homens se resumindo aos engenhos e das mulheres ao serviço doméstico nas casas dos senhores.

Na contramão dessa abordagem, John Thornton imbuído da História Atlântica, procura retomar a imigração de africanos para as Américas, salientando a autonomia e as “interações africanas com o mundo Atlântico, em especial de como os antecedentes africanos dos escravos nas Américas afetaram sua reação ao novo ambiente”<sup>35</sup>. John Thornton apresenta um contraponto, salientando a autonomia dos cativos e as estratégias de resistência, assim como a diversidade de trabalhos e culturas a que eram submetidos. Em relação à dinâmica do comércio de escravos, o autor critica as condições de trabalho no mundo atlântico, assim como a historiografia que coloca os africanos como meros receptores de cultura, e tais idéias estão contidas em *História: volume único*<sup>36</sup>.

---

<sup>33</sup> \_\_\_\_\_. **História: volume único.**

<sup>34</sup> ALBERTI, Verena. Algumas estratégias para o ensino de história e cultura afrobrasileira. In: PEREIRA, A. A.; MONTEIRO, A. M. **Ensino de história e culturas afro-brasileiras e indígenas.** Rio de Janeiro: Pallas, 2013, p.27-56.

<sup>35</sup> THORNTON. **A África e os africanos na formação do mundo atlântico (1400-1800).** p.50.

<sup>36</sup> FIGUEIRA. **História: volume único.**



O capítulo referente à economia açucareira situa a colonização portuguesa na América, em destaque para o Brasil, nas capitânicas de São Vicente, Bahia e Pernambuco. Essa experiência com o engenho como unidade de produção teria bom êxito por que já havia sido implementada pelos portugueses em outras ilhas do Atlântico. No capítulo sobre Minas Gerais, destaca as péssimas condições dos escravos nas minas de ouro e diamante, e atribui a esse espaço como sendo de mestiçagem. E destaca que nas Minas Gerais seria “mais fácil” de conseguir alforria - com possibilidade de juntar dinheiro-, em relação à sociedade açucareira, mas não apresenta a cultura dos africanos no mundo Atlântico, já que o desenvolvimento cultural estaria associado ao tipo de ocupação dos cativos<sup>37</sup>. Para a História Atlântica, o processo de escravidão constitui um dos elementos de análise, e a crítica desses estudos se dá pelo fato da história dos continentes africano e americano muitas vezes se restringirem à análise da dimensão da escravidão, quando da existência de elementos de conexão da escravidão com aspectos mais abrangentes das culturas em processos constantes de trocas e até mesmo alterações culturais, políticas e sociais entre grupos/comunidades.

Por último, apresenta um capítulo tratando especificamente da história da África e Ásia em relação às lutas de libertação nacional, referente à descolonização de alguns países africanos, a guerra na Argélia e os movimentos de independência com poucas páginas remetendo-se à contemporaneidade. Evidencia o *apartheid* na África do Sul, de forma descritiva, com pouca problematização. Em suma, o livro *História: volume único*<sup>38</sup> limita o conhecimento sobre o continente africano, apresentando uma historiografia que pode ser caracterizada como eurocêntrica e generalizante, além da elaboração de recorte que privilegiou a dimensão da escravidão.

Numa perspectiva distinta, o historiador americano A.J.R. Russell-Wood sinaliza que o processo migratório precisa considerar uma historiografia despreendida do hemisfério norte, retirando o hemisfério sul do isolamento acadêmico. Os reis e personagens dos estados europeus não seriam centrais nessa constituição da história, mas parte da análise dessa relação da presença portuguesa no Atlântico. Russel-Wood reconhece que a nível teórico há avanços importantes quando se pensa a fluidez do vai-e-vem de pessoas e produtos pelo Atlântico.

As rotas, as pessoas, as culturas, as mercadorias, e os produtos do Atlântico mantiveram um constante intercâmbio com outros oceanos e contribuíram,

---

<sup>37</sup> THORNTON. *A África e os africanos na formação do mundo atlântico (1400-1800)*, p.50.

<sup>38</sup> FIGUEIRA. *História: volume único*.



tanto como receptores tanto como transmissores, à interligação global de comércio, mobilidade humana, e de culturas na época moderna.<sup>39</sup>

O historiador Toby Green<sup>40</sup> operacionalizou as fontes com uma narrativa destituída de hierarquização, estimando não ser possível fazer História Atlântica sem conectar diferentes fontes documentais. Entre suas fontes, pode-se mencionar principalmente os relatos de viajantes e história oral, no entanto esse historiador foi ao continente africano e conectou essa documentação à outras fontes. A maneira como o autor trata dos dados do tráfico, o faz ir além da dimensão quantitativa, pensando a cultura que influenciou e foi influenciada no fluxo do Atlântico, considerando que as comunidades compartilhavam acontecimentos e experiências que ocorriam em diferentes partes do mundo.

Por outro lado, os três volumes de *História para o ensino médio*<sup>41</sup>, até por constituir-se uma produção mais recente, apresenta elementos ancorados na historiografia contemporânea, ampliando a abordagem sobre o continente africano ao especificar e caracterizar cada sociedade, sem perder a conexão com as histórias nacionais, porém, não isento de críticas.

Em *História para o ensino médio*<sup>42</sup>, o conteúdo referente ao 1º ano trata da África, Ásia e suas conexões. Ao relatar o comércio entre os séculos XV e XVII, centraliza na África Subsaariana, e além dos produtos, destaca o comércio de escravos na região. A partir do século XV o comércio entre Oriente e Ocidente teria deslocado as rotas comerciais do Mediterrâneo para conectar a América ao comércio mundial, definindo que desse período em diante haveria uma história das conexões. Por isso inicia o capítulo criticando a historiografia etnocêntrica, que desprezava a história africana. Embora destaque o comércio Subsaariano e suas rotas, assim como o domínio principalmente de ouro e cobre em Mali, Songai e Zimbábue, não trata das especificidades locais e centra as discussões na questão da diáspora: “A África transformou-se em tradicional fornecedora de ouro e escravos para outros continentes”<sup>43</sup>. Faz relação com o Brasil ao discutir sobre a presença dos povos Iorubás na Bahia, entre os séculos XVI-XIX e, apresenta o Candomblé e suas divindades. Embora o material reconheça aspectos da multiculturalidade e da

---

<sup>39</sup> A.J.R. RUSSELL-WOOD. Sulcando os mares: Um historiador do império português enfrenta a “Atlantic History”. **HISTÓRIA**, São Paulo, v. 1, n. 28, p.17-70, 2009, p.59.

<sup>40</sup> GREEN, Toby. **The rise of trans-atlantic slave trade in western África, 1300-1589**. Cambridge: The Cambridge University Press, p.164-264, 2011.

<sup>41</sup> NAPOLITANO; VILHAÇA. **História para o ensino médio**.

<sup>42</sup> \_\_\_\_\_. **História para o ensino médio**.

<sup>43</sup> FIGUEIRA. **História: volume único**. p.217.



relação entre diferentes povos, a narrativa não trata das particularidades da escravidão do Atlântico e não estabelece conexão com os fluxos de pessoas e novas formações populacionais.

Em *História para o ensino médio*<sup>44</sup> o continente africano é composto por sociedades de diferentes etnias, religiões e tradições, destacando a diversidade da paisagem geográfica. Quanto à religião, limita-se caracterizar a presença do Islamismo, Cristianismo e Animismo (este, não especificado em suas variações, sociedades e diversidades de manifestações). No entanto, destaca a presença mulçumana na África em três regiões: África Oriental, África Ocidental (Niger, Senegal e Volta) e Marrocos. Essa dinâmica da religião é muito mais complexa, obtendo muitas nuances em torno do comércio, conforme tratou Toby Green<sup>45</sup> sobre os cristãos novos na costa africana no século XVII. Tal dinâmica religiosa não pode se restringir aos cristãos novos, considerando a diversidades de práticas e rituais religiosos existentes. Peter Mark<sup>46</sup> trata da dificuldade dos cristãos acessarem os sacramentos na Alta Guiné, devido ao isolamento geográfico, no final do séc. XVI e início do XVII. O mesmo teria ocorrido com os judeus que escapavam das perseguições religiosas. Tal isolamento teria proporcionado a introdução da prática de rituais religiosos africanos. Após o primeiro quarto do século XVII, foi diminuindo a presença de judeus e aumentando a mistura entre rituais portugueses e africanos. A religião não pode ser analisada desconectada da economia e da própria geografia, considerando que muitos dos lançados casaram-se com mulheres das comunidades locais, atrelando-se aos interesses pessoais com o comércio. No entanto, quando se trata de religião e religiosidade do continente africano, é necessário ampliar a reflexão para além da perspectiva Ocidental monoteísta, além da necessidade de especificar as práticas locais e as respectivas variações estabelecidas no contato entre distintos grupos.

Este volume didático<sup>47</sup> trata os “reinos e impérios” de Gana, Mali, Songai, Congo, Monomopata e Etiópia entre os séculos VII e XVIII, utilizando-se de conceitos da Europa moderna para comparar as respectivas sociedades. É unânime entre os pesquisadores de História Atlântica que o conceito de império impede pensar o Atlântico: “Eles estudaram instituições e não as pessoas que viveram com esses governos ou suas atividades, e eles concentraram-se nos

---

<sup>44</sup> \_\_\_\_\_. **História para o ensino médio.**

<sup>45</sup> GREEN. **Masters of Difference - Creolization and the Jewish Presence in Cabo Verde (1497-1672).**

<sup>46</sup> MARK, Peter. The evolution of “Portuguese” Identity: Luso-Africans on the Upper Guinea Coast from the Sixteenth to the Early Nineteenth Century, **Journal of African History**, v.40, n.2, June, p.173-191, 1999.

<sup>47</sup>NAPOLITANO; VILHAÇA. **História para o ensino médio.**





assuntos de apenas uma nação”<sup>48</sup>. Ou como sugere David Armitage<sup>49</sup>, a história do Atlântico tem sido estudada a partir da história dos impérios europeus, e essa perspectiva teria predominado sobre as pesquisas desse oceano, impedindo perceber o Atlântico como unidade de análise histórica. As abordagens sofreriam comparação com os padrões de colonização de outros impérios<sup>50</sup>.

O livro *História para o ensino médio*<sup>51</sup>, correspondente ao 2º ano, demanda dois capítulos sobre a história africana. Primeiramente, trata da colonização da América Portuguesa centrando a discussão no processo de escravização, distribuição dos cativos nas colônias portuguesas, a vinda e a vida desses escravos na América. Dessa forma, relata os principais locais de proveniência desses escravos africanos. Diferentemente de *História*,<sup>52</sup> o volume do 2º ano de *História para o ensino médio*<sup>53</sup> propõe ampliar a caracterização desse comércio com relação às diferentes atribuições da mão-de-obra a que eram submetidos, de acordo com John Thornton.<sup>54</sup> A vida na América estaria associada a uma diversidade de trabalhos, destacando o engenho açucareiro na Bahia e Pernambuco. Por sua vez, os quilombos ganham destaque no processo de resistência no Estado de Pernambuco, fazendo relação com questões contemporâneas, como o Dia da Consciência Negra.

Num capítulo específico de *História para o ensino médio*<sup>55</sup>, sobre o imperialismo e neocolonialismo europeu na Ásia e África (século XIX), os autores tratam acerca de como o imperialismo teria assumido forma de neocolonialismo, causando dependência econômica e política de alguns países europeus. Descreve-se o domínio colonial do sul do continente africano e a violência empregada pelos belgas no Congo, com a morte de milhares de pessoas em função dos métodos de extração de borracha e repressão. Ao passo que evidencia as estratégias e grupos de resistência ao neocolonialismo, muito embora não especifique os países e os pormenores

---

<sup>48</sup> “they studied institutions not the people who lived within these governments or their activities, and they concentrated on the affairs of a single nation.” BAILYN. **Atlantic History: concept e contours**. p.21.

<sup>49</sup> ARMITAGE. **Três conceitos de História Atlântica**. p.207.

<sup>50</sup> GAMES, **Atlantic History: Definitions, Challenges, and Opportunities**.

<sup>51</sup> \_\_\_\_\_. **História para o ensino médio**.

<sup>52</sup> FIGUEIRA. **História: volume único**.

<sup>53</sup> NAPOLITANO; VILHAÇA. **História para o ensino médio**.

<sup>54</sup> THORNTON. **A África e os africanos na formação do mundo atlântico (1400-1800)**. Nos capítulos 6 e 7 o autor trata da rota e do impacto cultural desses escravos na inserção no atlântico, atentando para a continuidade da cultura africana e seu desenvolvimento cultural, a partir da diversidade de frentes de trabalho a que eram submetidos. De modo particular, destaca a pluralidade étnica vinda para a América e os mecanismos de sociabilidade e autonomia das diferentes culturas compartilhadas em diferentes espaços.

<sup>55</sup> \_\_\_\_\_. **História para o ensino médio v.2**.



desse processo de domínio e exploração territorial. Há neste caso, um exercício de generalização, criticado correntemente pela História Atlântica.

Por último, o livro *História para o ensino médio*<sup>56</sup>, correspondente ao 3º ano, retoma e amplia as discussões acerca da descolonização da Ásia e África, sendo este último continente o mais afetado pelo colonialismo do século XIX. Enfatiza os grupos de resistência e movimentos de libertação em relação a Portugal na década de 1970, em Angola, Guiné-Bissau, Moçambique, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, merecendo atenção o fim do *apartheid* na África do Sul. Destacou o nacionalismo árabe na Argélia e no Egito e, ainda na década de 1950, a independência da Líbia, Marrocos, Tunísia, Sudão e Gana. São conteúdos centrados numa narrativa histórica linear, sem apresentar elementos que problematizem ou relacionem essas realidades. Ao mesmo tempo, percebe-se a ausência de uma historiografia que contextualize a singularidade do neocolonialismo e o processo de descolonização, articulando os contextos e realidades políticas e econômicas específicas em conexão com a diversidade do Atlântico.

### Considerações finais

Apesar das ausências e alguns equívocos contidos em *História para o Ensino Médio*<sup>57</sup>, principalmente pela presença de conceitos dos impérios europeus da era Moderna, apresenta conteúdos ancorados na historiografia contemporânea, discutindo a história da África em conexão com as histórias nacionais. Ao passo que o próprio autor propõe problematizar a influência da historiografia europeia como um problema para os estudos da África entre os séculos XV e XIX, aproximando-se assim da perspectiva da História Atlântica. Consoante Games<sup>58</sup>, a formação recebida na Europa para se trabalhar sociedades coloniais na América, não propicia considerar as especificidades da região que se pesquisa (Atlântico). Para esse autor, é necessário sair dos moldes de uma história europeia, centrada nos padrões de colonização, a fim de compreender e avançar nas pesquisas do mundo sem fronteiras do Atlântico. Com a História Atlântica ampliou-se a compreensão do mundo Atlântico integrando-o às sociedades.

Por sua vez, o livro *História*<sup>59</sup> carece de análise historiográfica mais ampla, de uma narrativa que contemple a diversidade do continente africano e problematize a escravidão para

---

<sup>56</sup> \_\_\_\_\_. **História para o ensino médio** v.3.

<sup>57</sup>NAPOLITANO; VILHAÇA. **História para o ensino médio**, v.1, v.2, v.3.

<sup>58</sup> GAMES, Alison. Atlantic History. Definitions, Challenges, and Opportunities. *The American Historical Review*, p.741-757, June, 2006.

<sup>59</sup> FIGUEIRA. **História: volume único**.



que não se limite a narrar, retirando as experiências de autonomia e resistência da cultura africana. E ao mesmo tempo possa contemplar a diversidade étnica, cultural, e religiosa à partir da singularidade de cada sociedade. Portanto, a História Atlântica propõem um olhar sobre o Atlântico pelo viés da diáspora para além do comércio e escravidão, considerando o movimento cultural, político e econômico estabelecido e interligado entre distintas regiões do Atlântico.

*História*<sup>60</sup> e *História para o ensino médio*<sup>61</sup> refletem diferentes momentos de formação e as possíveis incorporações curriculares referentes ao ensino de História da África, debatidas na formação do profissional de História. Mas principalmente, a formação docente no tocante a historiografia sobre a África também pode estar refletindo a ausência de pesquisas ou falta de conexão dessas pesquisas com a produção didática e a educação básica, que ainda tem como um de seus instrumentos de ensino o livro de História como referência.

Por sua vez, ao considerarmos as preocupações da História Atlântica, especificamente nesta análise da história da África nos materiais didáticos, verificamos que em geral os recortes de conteúdo privilegiam a escravidão, generalizando-a, apontando a necessidade de rever a produção historiográfica e o próprio ensino que se encontra permeado por conceitos de uma história dos impérios, que não considera as especificidades dos povos do Atlântico e a heterogeneidade de experiências e trocas culturais em conexão com a política, economia, religião. As novas discussões da História Atlântica nos permite pensar o Atlântico e as sociedades que o compõe num processo de conexão de culturas que possibilita maior compreensão à partir das permanências e mudanças. As relações econômicas e sociais das diversas sociedades do Atlântico não podem ser pensadas somente no âmbito quantitativo, mas conectadas à lugares e transformações que se interligam pelos fluxo constante de comunidades. Assim, essa perspectiva teórico-metodológica,- pensando principalmente a incorporação dos três conceitos de História Atlântica sugeridos por David Armitage -, ao se deparar com uma produção historiográfica e materiais didáticos, poderá oferecer elementos de análise para uma melhor desnaturalização/desconstrução de narrativas que frequentemente hierarquizam, homogêizam e generalizam as comunidades do Atlântico. Constatamos que a produção de conteúdos de História da África pautam-se numa historiografia que desprivilegia a multiculturalidade e determinados recortes temáticos e temporais, além de centralizar-se em elementos de análise que

---

<sup>60</sup> \_\_\_\_\_. **História: volume único.**

<sup>61</sup> \_\_\_\_\_. **História para o ensino médio.**, v.1, v.2, v.3.



continuam a remeter a uma história dos impérios. A História Atlântica pode oferecer elementos de contraponto de análise, mas para isso, a academia necessita ampliar tais discussões no encaminhamento de suas pesquisas acerca das comunidades que compõe o “mundo atlântico”, assim como conectar tais produções com a produção didática ofertada para o ensino na educação básica.



# História e objetivismo das ciências

## History and objectivism of science

**Aleandro Gonçalves Leite**

Graduando

Universidade Federal de Rondônia

aleandrokeane@gmail.com

**Recebido em:** 10/02/2016

**Aceito em:** 29/04/2016

**RESUMO:** O presente artigo analisa a forma como o filósofo Edmund Husserl estabelece os critérios elementares para se entender a relação de um tipo de objetivismo e a crise da humanidade europeia durante o período entre guerras. Essa análise se baseia principalmente na conferência proferida pelo autor em Viena no ano de 1935, que foi publicada, e posteriormente traduzida para o português, em forma de artigo sob o título *A crise da humanidade europeia e a filosofia*. Nessa obra Husserl sintetiza um tipo de análise da história que é permeada por princípios da sua fenomenologia, elencando conceitos e adequações às diferentes temporalidades que são trabalhadas pelo autor. Tal síntese é exposta e sistematizada no presente artigo, no intuito de se perceber as possibilidades metodológicas husserlianas de se pensar o estudo dos homens no tempo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Husserl, Crise europeia, História.

**ABSTRACT:** This article analyzes at how the philosopher Edmund Husserl establishes the basic criteria for understanding the relationship of a kind of Objectivism and the crisis of European humanity during the period between wars. This analysis is based mainly at the conference given by author in Vienna in the year 1935, it was published, and later translated into portuguese, in the form article under the title the *Crisis of European humanity and philosophy*. In this work Husserl synthesizes a type of analysis of history that is permeated with by principles of phenomenology, listing concepts and adjustments the different temporalities that are worked by the author. This synthesis is exposed and systematized in the article, in order to realize the husserlian methodological possibilities to think about the study of men in time.

**KEYWORDS:** Husserl, European crisis, History.

A escola fenomenológica formada por Husserl torna este autor, em si, um objeto de estudo extremamente complexo, pois, os resultados oriundos direta ou indiretamente das suas sistematizações fluem para direções diversas no campo daquilo que ele chamava de *ciências do espírito*.<sup>1</sup> Essa diversidade de direções se manifesta no peso de influência do autor em adaptações

---

<sup>1</sup> HUSSERL, Edmund. *A crise da humanidade europeia e a filosofia*. 2. ed. Trad. Urbano Zilles. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002. 96 p.



metodológicas e interpretações variadas que receberam suas teorias sobre as questões relacionadas ao ser ou não ser das coisas que se manifestam à consciência.<sup>2</sup>

No campo da história, Husserl não é um teórico muito presente nas referências das obras que tentam dar conta de estudar os homens no tempo.<sup>3</sup> De certo, é possível que isso ocorra pela suspensão que o autor faz em relação à essas duas categorias enquanto fenômenos da consciência: homens e tempo.

Durante o período auge das publicações de Husserl (1901-1935), a história, enquanto área do conhecimento científico, passava por uma série de disputas, por legitimidade, por cientificidade, por realidade e, principalmente, por necessidade.<sup>4</sup> E mesmo que de certa distância, Husserl não se furtou à crítica sobre as configurações teórico-metodológicas que iam sendo atribuídas por aqueles que reclamavam para si o título de historiadores, sendo que isso, porém, ocorre em relação ao historicismo romântico de Hegel, em diálogos com Dilthey, com um pouco mais de ênfase.<sup>5</sup>

A suspensão feita por Husserl em relação à historicização dos fenômenos se dava principalmente pelas questões de objetivação do passado em função do presente, que eram estabelecidas como critério de validade para o estudo de sociedades que estavam temporalmente deslocadas do mundo vivido no presente. Tempo, em Husserl, não parece possuir qualquer forma geométrica – seja linear ou cíclica – que o determine como algo mais do que um fenômeno da consciência, não sendo, portanto, possível qualquer tipo de estabelecimento objetivo sobre intervalos intercalados e continuamente sucessivos entre um evento e outro. A exclusão da objetividade do tempo, como possuidor de uma forma que o determine fisicamente, desnuda o tempo como sendo constituído de elementos de duração ou intervalos.<sup>6</sup> Não ocorrendo essa exclusão, a legitimidade da conformação da pretensa distância de cada período passado, por exemplo, construído em um determinado presente, submetia ideias à contextos sociais, não

---

<sup>2</sup> Há, como por exemplo, verdadeiros abismos separando Heidegger, com a sua fenomenologia hermenêutica, e Sartre, com a sua ontologia fenomenológica. Ambos, porém, descendem quase que diretamente da fenomenologia transcendental sistematizada por Husserl.

<sup>3</sup> E isso parece ser um contrassenso em relação às outras áreas das ciências humanas, há, como por exemplo, pelo menos tentativas metodológicas de se elaborar uma sociologia fenomenológica (Alfred Schutz), uma filosofia fenomenológica (Merleau-Ponty) e até mesmo uma geografia fenomenológica (Yi-Fu Tuan), ao passo de não se saber, no entanto, da tentativa de se pensar em uma “história fenomenológica”.

<sup>4</sup> FEBVRE, Lucien. *Combates pela história*. 3. Ed. Trad. Leonor Simoes e Gisela Moniz. Lisboa: Editora Presença, 1989. 259 p.

<sup>5</sup> MORUJÃO, Carlos. Husserl e a história. Sobre o “Im Zickzack Vor- und Zurückgehen”, no § 9 da Crise das Ciências Europeias. Disponível em: [http://www.uned.es/dpto\\_fim/InvFen/InvFen06/pdf/09\\_MORUJAO.pdf](http://www.uned.es/dpto_fim/InvFen/InvFen06/pdf/09_MORUJAO.pdf). Acesso em: 01 fev. 2016. 17 p.

<sup>6</sup> RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa – Tomo III*. Trad. Roberto Leal Ferreira. Campinas: Papirus, 1997. 500 pe.



permitindo a possibilidade de que os contextos sociais fossem submetidos às ideias, justamente por não ser assim no “presente” em que fora construído.<sup>7</sup>

A exclusão da objetividade do tempo, se vista de forma superficial, pode ser entendida apenas como um tipo de negação de coisas como o passado e o presente. O autor, todavia, parece entender o tempo como um fenômeno que foge inclusive dessas categorias, indicando-o não como um meio pelo qual se manifestam os fenômenos, mas sim, como um fenômeno manifesto pela consciência. Por uma questão de adequação da linguagem, o autor não abdica da quantificação temporal, nem tão pouco se empenha em promover qualquer desconstrução destas ou daquelas categorias, e recorre constantemente aos usos e às demarcações periódicas de localização no tempo. Sendo assim, Husserl prefere chamar a exclusão da objetividade do tempo de *suspensão* (ou, deixar em questão). Isso, no entanto, não o impediu de se aventurar como investigador de uma histórica origem espiritual da Europa. Aventura essa (em conferência realizada em 1935), empreendida no intuito de identificar os possíveis motivos que teriam acarretado um tipo de crise de humanidade europeia. Husserl se estabelece em uma possibilidade de análise histórica notadamente fenomenológica, cujo principal interesse parecia ser entender a origem do objetivismo que permeava as ciências do espírito durante o período entre guerras.

### **A busca pela origem da crise**

Na conferência proferida por Husserl sobre a crise pela qual a humanidade europeia passava, o filósofo tenta suscitar um interesse pelo tema à partir do desenvolvimento de uma ideia histórico-filosófica sobre os europeus. Husserl, ao que parece, vê uma parcela significativa de responsabilidade pela crise nas ciências que haviam se desenvolvido até aquele momento.

Uma distinção muito clara é feita pelo filósofo em relação às ciências naturais e as ciências do espírito, as primeiras seriam referentes aos saberes materialmente externos à consciência do homem (Química, física, matemática, anatomia e etc.), já as ciências do espírito estariam relacionadas à humanidade vivida, das intuições, ideias, sentimentos e sistematizações do pensamento. Em uma breve introdução, Husserl satiriza a relação entre a eficácia daquilo que ele chama de “Medicina científico-natural” – que é referente ao conhecimento produzido à partir do aproveitamento das sistematizações científicas que estudam o corpo humano – e a “medicina naturalista” – que surge com os saberes comuns do povo. O autor se pergunta “como se explica

---

<sup>7</sup> Tal como fez John Bury, em *The idea of progress*, (1920) ao analisar a compreensão de história em Maquiavel e compara-la com a ideia de Bacon.



que, a este respeito, não se tenha chegado nunca à Medicina científica, a uma medicina das nações e das comunidades supranacionais?”<sup>8</sup>

A questão é colocada para ilustrar a forma como as ciências do espírito propõem-se à solucionar determinadas conjecturas à partir de métodos e conhecimentos que são muito próprios das ciências da natureza. Em outras palavras, significa também uma sátira em relação aos usos de práticas tecnicistas que ciências humanas – como história, filosofia, sociologia e etc. – se apropriam para sistematizar os seus conceitos e as suas narrativas. Em certo sentido, essa intenção de uso, por parte das ciências humanas, parece estar relacionado a um tipo de tendência predominante nas ciências humanas na Europa durante as primeiras três décadas do século XX. Há exemplos muito pontuais sobre isso – como J. Bury, Oakeshott, Rickert, Spengler, Bergson e outros – mas que representam ao menos uma certa presença desse naturalismo nas ciências do espírito. Tal tendência, é vista por Husserl, de forma convicta, como corresponsável pela crise da humanidade europeia.

Para tentar explicar a forma como chegou a essa conclusão, o autor, mesmo que em poucas páginas, estabelece os critérios e as etapas que serão seguidas pela sua reflexão. Husserl (1) descreve a forma que pretende observar o problema da dita crise; (2) delimita o objeto a ser observado, ou seja, exemplifica que pessoas estão inclusas dentro de uma “humanidade europeia”; (3) demarca um período e um lugar que lhe parecem ser o ponto de origem do mundo europeu; e (4) identifica os problemas mais pontuais daquilo que teria ocasionado a crise.

Husserl entende, à partir de um rigor metodológico sobre qualquer tipo de investigação relacionada ao saber científico, a necessidade de no mínimo deixar em suspenso as categorias do presente ao se analisar um determinado período que não seja o próprio presente. Principalmente no que se refere à momentos de transição, a forma tomada pela observação daquilo que é natural ao olho do investigador dificilmente é a mesma forma tomada pelo investigado, sendo, portanto, imprescindível uma suspensão dos pressupostos e das prerrogativas que permeiam a mente e o mundo do observador. Essa ação, sintetizada por Husserl como sendo própria de um tipo de *eu transcendental*, é equivalente a uma tentativa de compreensão de intenções que estejam em poder de interferir a manifestação dos fenômenos que se pretende observar. Por meio de tal transcendência, no intuito de entender as etapas das percepções e apercepções daquilo que se

---

<sup>8</sup> HUSSERL. *A crise da humanidade europeia e a filosofia*, p. 44.





manifesta à consciência, o objeto manifestante entra em estado de nudez, permitindo assim que o mesmo seja observado de forma mais nítida.<sup>9</sup>

Quando refere-se à Europa, Husserl não está se referindo à Europa geográfica, mas sim à um jeito de se relacionar com o mundo, que é estendido, com muita força a alguns países nas américas, principalmente nos Estados Unidos. Essa delimitação, perpassa por critérios espirituais e institucionais, tais como a política, a organização social, a hierarquia familiar, os preconceitos, os interesses pessoais e os cuidados do cotidiano.

Na busca por uma origem que dê conta de unir esses critérios em uma relação comum e que seja essencialmente distinta de outros jeitos de se relacionar com o mundo o autor descarta todas as ideias evolucionistas e classistas sobre o desenvolvimento humano. Seu interesse é basicamente encontrar a formatação espiritual da humanidade europeia. Essa formatação espiritual, diz respeito aos modos e às categorias que se consolidaram com o tempo na percepção natural do mundo circundante do europeu.

Em sentido espiritual, a Europa engloba manifestamente os domínios ingleses, os EE.UU., etc. Trata-se aqui de uma unidade de vida, de uma ação, de uma criação de ordem espiritual, incluindo todos os objetivos, os interesses, as preocupações e os esforços, as obras feitas com uma intenção, as instituições e as organizações. Nelas atuam os indivíduos dentro de sociedades múltiplas de diferentes graus de complexidade, em famílias, raças, nações, nas quais todos parecem estar interior e espiritualmente vinculados uns aos outros e, como disse, na unidade de uma estrutura espiritual.<sup>10</sup>

Mesmo não querendo limitar o fenômeno da origem espiritual europeia à uma territorialidade, Husserl delega a uma nação a responsabilidade pelo nascimento espiritual da Europa. “Essa nação é a Grécia Antiga dos séculos VII e VI a.C. Nela surge uma *atitude de tipo novo* dos indivíduos para com o mundo circundante”.<sup>11</sup> Dessa atitude nova, teria surgido uma forma cultural sistematicamente fechada para si, que passaria a ser denominada pelos gregos de *Filosofia*. E Husserl parece não entender o termo filosofia de um jeito convencional (equivalente a um amor e ou apreço pela sabedoria), antes, por outros fins, afirma ser equivalente à “Ciência Universal”, que com o passar do tempo, sendo una em si, passou a se dividir em uma diversidade de ciências particulares.

Ainda que de forma paradoxal, a irrupção dessa atitude de tipo novo, é elencada na análise como sendo o profenômeno da Europa espiritual. A concentração exclusiva dessa nova

---

<sup>9</sup> HUSSERL, Edmund. *A ideia da fenomenologia*. 2. ed. Trad. Artur Mourão. Lisboa: Editora 70, 1989.

<sup>10</sup> HUSSERL. *A crise da humanidade europeia e a filosofia*, p. 47.

<sup>11</sup> \_\_\_\_\_. *A crise da humanidade europeia e a filosofia*, p. 49.



ação do pensamento humano que criava categorias e tipificações distintas daquelas que antecederam esse período não demoraria muito a ser extrapolada para além das fronteiras das cidades gregas, formando, assim, um movimento de incorporações e alienações que formaram uma normatividade que se disseminou como parâmetro para a avaliação dos saberes. Esse movimento é, na interpretação de Husserl, acelerado pela forma da própria normativa dessa nova atitude, que reside essencialmente na infinitude das coisas. Não se pode, porém, entender esse transbordamento apenas pela mutação exterior das formas que esse novo tipo de pensamento tomava em sua disseminação, pois, essa nova atitude, aparentemente compartilhada, está presente em uma permanência de direção normativa que habitava o senso individual da intuição de cada pessoa. Sendo assim, os critérios e os parâmetros gerais dessa atitude são, em uma observação precisa, extremamente mutáveis nas intersubjetividades, permanecendo, entre poucas coisas, a universalidade como essência.

Essa relativização dessa nova atitude não dissolve, porém, o volume de influência e de continuidade da filosofia. Isso ocorre principalmente pela formação de ideias e sistematizações que se tornaram eficazes no cotidiano de alguns poucos círculos. Husserl entende essa formação e sistematização de ideias, mesmo que ocorrendo em pequena escala, como sendo o ponto auge de transformação da humanidade grega. Diferente das coisas externas ao homem, que se manifestam em suas concretudes físicas, as ideias são formadoras de sentido, carregam em si a carga de atribuir significações às coisas intuitivas da consciência das pessoas. Ou seja, quando um indivíduo está sistematizando uma ideia, ele não está simplesmente conjecturando ou descrevendo pensamentos, ocorre, por certo, um processamento entre o encontro de uma consciência com o mundo sensível. Esse encontro delega, a determinados fenômenos, novos significados imbuídos por uma nova sensibilidade para com o mundo circundante (*Umwelt*) e, conseqüentemente, uma nova atitude para com aquilo que está manifesto à consciência.

O fruto desse processamento de ideias ocorre naquilo que Husserl chama de “revolucionamento da cultura”. O desenvolvimento da filosofia grega nos séculos VII e VI a.c. fundamenta uma visão sobre os fenômenos que os estabelece em circunstâncias universais, dando-lhes, portanto, o caráter de parte integrante de um *infinitum* que agrega todas as coisas. Nesse sentido, a diferença fundamental que distingue nessa análise a filosofia grega dos outros sistemas de pensamento (egípcios, babilônicos, indianos, chineses e etc., tão válidos em suas peculiaridades quanto a filosofia grega), está justamente no caráter de infinitude, ao qual, sintetizado em materializações categoriais, se manifesta em forma dos sistemas numéricos, na



ordem cíclica da vida, do círculo como símbolo geométrico de perfeição e etc. Dessa forma, moldado pelo caráter de infinitude das coisas, surge a possibilidade de se medir, ou sistematizar, as coisas concretas por meio da linguagem adequada, dando à empiria uma tradução teórica, aplicável à todas as manifestações da mesma natureza. Ou seja, para Husserl, a atitude teórica tem nos gregos a sua origem histórica, onde hábitos fixos da vida volitiva se consolidam em interesses e vontades no cotidiano. Com o desenvolver-se desse tipo de atitude, uma nova vocação estava por se consolidar no mundo grego, que consistia em uma dedicação consagrada da vida a uma reflexão universal, à tarefa de teorizar e edificar um conhecimento teórico em cima de um conhecimento teórico *in infinitum*. Aos que se dedicavam à essa vocação, deu-se o nome de filósofos.

De forma correspondente, surge também, em torno dessa nova atitude, um tipo novo de comunalização do trabalho com as ideias. As formações ideias da teoria passam a ser vividas e assumidas de forma conjunta pela reprodução e ressystematização dos princípios mais elementares da vida prática, provocando, assim, um processo maciço de difusão e disseminação dessa nova atitude.

Husserl, historicizando a origem espiritual da Europa, parece ver em decorrência da origem na filosofia grega, uma atitude globalizadora no mundo ocidental. Em 1935 o filósofo ainda percebia a permanência, mesmo que de forma análoga apenas, de uma variedade de ideias infinitas, tais como a ideia de verdade, valores universais, bens autênticos, progresso, normas absolutas e o senso de validade daquilo que é “cientificamente comprovado”.

Após essa busca genealógica, o autor sintetiza os motivos pelos quais ocorre a crise da humanidade europeia. Husserl, ao que parece, vê no próprio progresso da filosofia grega o seu ponto de crise espiritual. O rigor do caráter infinito das sistematizações filosóficas encontra o seu ápice naquilo que lhe é totalmente oposto, o irracionalismo, que, na ideia do autor, é equivalente ao racionalismo exageradamente universal. Esse tipo de racionalismo não se caracteriza, como dito, em um adultério daquilo que se desenvolveu na antiguidade, mas sim, em um desenvolvimento do senso teórico de infinitude, que culmina em uma ingenuidade para com a vida sensível que é rejeitada como parâmetro em função da busca pela objetividade do conhecimento das coisas.

Esse objetivismo não é, porém, algo restrito às competências da ciência enquanto funcionalidade metodológica, é também uma atitude disseminada pelo mundo ocidental, materializada em tão bem quistos discursos sobre o espírito de comunidade, vontade do povo e



ideais nacionalistas. Coisas estas, que para Husserl são uma transposição analógica de conceitos individuais universalizados e justificados pela ciência objetiva.

O mal-estar sentido pela Europa, é, para o autor, proveniente da ingenuidade objetivista, que designa o mundo como um algo naturalmente materializado, calculável em suas variantes elementares. Isso se constitui um problema grave no momento em que o mundo circundante de cada observador, seja um cientista natural ou do espírito, é renegado por um método universal, e o observado, gerenciado pelo observador, acaba sendo submetido aos caprichos e preconceitos do tempo em que ocorre a observação.

### **Husserl e a história**

Uma característica que provavelmente não passaria despercebida aos olhos de qualquer historiador que lesse *A crise da humanidade europeia e a filosofia* seria a ausência de citações às fontes ou autores que corroborassem a origem histórica grega da humanidade europeia da qual fala Husserl. Essa ausência só não é completa pelo fato de o autor citar o livro *História universal da idade da pedra* de Oswald Menghin. Este, porém, é utilizado apenas para situar uma pretensa origem dos deslocamentos de alguns grupos em direção à Grécia. Dessa forma, por fugir metodologicamente à tradição historiográfica predominante naquele período, a reflexão feita por Husserl poderia ser classificada muito mais como sendo um ensaio filosófico do que como uma análise histórica.

Ocorre, porém, que a reflexão husserliana sobre a história foge inclusive dessa classificação que toma como pressuposto a distinção das competências historiográficas, filosóficas, sociológicas e etc. Distinção essa que, nascida e disseminada pelas ideias de Galileu sobre o isolamento dos corpos e de Descartes sobre o *dualismo de substâncias*<sup>12</sup>, ainda estava, no período entre guerras, dando a tônica das discussões envolvendo as ciências do espírito. O advento das ciências disciplinares em Galileu e Descartes, é entendido por Husserl como um tipo de polarização dos sentidos possíveis de serem atribuídos à filosofia. Dessa forma, mesmo respeitando os diversos contextos históricos em que são sintetizadas as ideias relacionadas à filosofia, o autor ressalva que a mesma, em qualquer momento, deixou de possuir a infinitude como base essencial das suas ideias. O grande problema consiste, ao que parece, no processo de especialização das reduções que, pelas competências que vão sendo divididas e requeridas por

---

<sup>12</sup> AIUB, Monica. Interdisciplinaridade: da origem à atualidade. *O Mundo da Saúde*, São Paulo, v. 30, n.1, p. 107-116, 2006. 09 p.



determinados grupos, estabelecem critérios particulares baseados em grandes sistemas filosóficos, que distinguem as propriedades de cada área dos saberes entre si.

E aqui reside o perigo. Ao dizer “filosofia” devemos distinguir entre a filosofia como fato histórico de uma respectiva época e a filosofia como ideia de uma tarefa infinita. A filosofia efetiva em cada caso historicamente real é o intento, mais ou menos sucedido, de realizar a ideia condutora da infinitude e, com isso, do conjunto total das verdades. Ideais práticos, intuídos como polos eternos, dos quais ninguém se pode afastar em toda a sua vida sem arrependimento. Sem tornar-se infiel a si mesmo e, com isso, infeliz, de maneira alguma na mera intuição já são claros e precisos, mas se antecipam numa generalidade vaga. Sua determinação somente emerge no agir concreto e no êxito, ao menos relativo, do proceder. Por isso correm o constante perigo de serem atraídos por interpretações unilaterais que satisfazem prematuramente; mas a sanção vem em forma de contradições subsequentes. Daí o contraste entre as grandes pretensões dos sistemas filosóficos que, sem dúvida, são incompatíveis entre si. A isso se acrescenta a necessidade, e também o perigo, da especialização.<sup>13</sup>

Nesse processo de especialização, duas coisas são elencadas como extremamente problemáticas para o autor: (1) a fabricação artificial de uma racionalidade unilateral, por ser na maior parte das vezes justificada e teorizada por um sistema genuinamente filosófico – ou seja, possuidor de um caráter de infinitude –, estabelece parâmetros universais, dentro das competências atribuídas a determinada especialização, para questões pontuais e particulares do ser e não ser das coisas; ao mesmo tempo, (2) esse trato, por meios universais, de questões particulares, reduz a legitimidade dos saberes especializados à convenção de um determinado grupo, provocando, assim, um isolamento em nichos do saber, onde se criam discursos de autoridade para se creditar ou não validade ao conhecimento das coisas.

Sobre a leitura histórica das origens da filosofia, Husserl não se preocupa em fazer uma história aos moldes objetivistas, mas apenas cita alguns momentos históricos a partir dos pressupostos da fenomenologia como ciência universal. Entretanto, respeitando o rigor teórico-metodológico da fenomenologia, o autor demonstra uma metodologia de análise que não permite que sua observação seja entendida apenas como uma filosofia especulativa da história.

No intuito de manter em uso a fenomenologia e a sua radicalidade para o saber científico, a suspensão das prerrogativas da constituição do tempo objetivo, da permanência ou evolução das ideias, Husserl se propõe estabelecer-se, em sua análise, em uma espécie de movimento cíclico na busca pela consciência de uma espiritualidade europeia.

A compreensão do começo só se pode obter completamente a partir da ciência dada na sua configuração atual, num olhar retrospectivo sobre o seu

---

<sup>13</sup> HUSSERL. *A crise da humanidade europeia e a filosofia*, p. 57.



desenvolvimento. Mas sem uma compreensão dos começos, este desenvolvimento, como desenvolvimento sentido, permanece mudo. Não nos resta senão o seguinte: devemos proceder em “zig-zag”, para trás e para diante: num jogo recíproco, um [movimento] deve ajudar o outro. Uma relativa clarificação num dos lados traz esclarecimento para o outro, o qual, pelo seu lado, ilumina retrospectivamente o primeiro.<sup>14</sup>

Ao que parece, esse movimento de “zig-zag”, no contato entre aquilo que se manifesta em outro momento e aquilo que está posto no presente, estabelece os critérios para que se ocorra o preenchimento da intencionalidade do observador sobre o observado. Tal preenchimento, ocorrendo de forma correspondente entre aquele que investiga e aquele que é investigado, se dá novamente pela busca daquilo que se estabelece como previamente dado, em que, de um lado desse movimento, estaria uma parte das prerrogativas metodológicas e das percepções naturalizadas pelo fluxo de informações que se processam no contexto ao qual o investigador está inserido, do outro lado, entende-se estar os princípios e prerrogativas notadamente peculiares ao que é investigado.

Em se tratando de história, nesses termos, não se nega, nesse tipo de investigação, a possibilidade de que – em função de esse movimento ocorrer em uma ordem que vai do investigador em direção do investigado – o contexto posto no presente determine as características do contexto que se investiga no passado. Na tentativa de se minimizar esses riscos, Husserl, nos §§ 38 e 39 das *Meditações cartesianas*, concentra a busca pela compreensão das prerrogativas intencionais na gênese das suas formas. Nesse sentido, há, na sistematização do autor, uma *gênese ativa* e uma *gênese passiva*<sup>15</sup>, que encontram-se sob medidas e formas distintas na compreensão da realidade.

As medidas e as formas das gêneses, passiva e ativa, elencadas pelo autor, são, no entanto, ambas correspondentes aos *princípios universais da gênese constitutiva* daquilo que é investigado. São correspondentes no sentido em que a gênese ativa, dentro da suspensão do que é previamente estabelecido, é investigada como o *eu* sendo o fator interventor que engendra, cria e constitui uma dada perspectiva de observação. O encontro que ocorre entre esse *eu* interventor e o observado é tratado por Husserl, rumo à gênese passiva, dentro do conceito de *associação*. Na fenomenologia, o conceito de associação estabelece o *ego* não como um espectador da gênese universal, mas sim como participante da constituição desta. Dessa forma, essa participação se relaciona com a constituição daquilo que lhe é sistematicamente parte de um determinado contexto, e se submete

---

<sup>14</sup> Edmund Husserl *apud* MORUJÃO. *Husserl e a história*, p. 182.

<sup>15</sup> HUSSERL, Edmund. *Meditações cartesianas*. 2. ed. Trad. Frank de Oliveira. São Paulo: Madras Editora Ltda, 2001.



a um conjunto de funções e escalas que devem necessariamente se adaptar às formas que se manifestam no tempo.

Traduzindo para a ação do historiador o conceito de associação, na fenomenologia, dentro da busca pelos princípios universais da gênese constitutiva, o trato com as fontes, o aporte teórico, a metodologia e outros elementos estão inclusos dentro da investigação daquilo que Husserl chama de gênese ativa. Nesse sentido, tudo aquilo que faz parte do universo circundante do pesquisador – ou do lugar social, como prefere chamar Michel de Certeau<sup>16</sup> – é colocado, na busca por uma gênese ativa<sup>17</sup>, em análise, para que, assim, sejam dimensionados os parâmetros utilizados para entender determinadas coisas relacionadas ao que é pesquisado. Ocorre, portanto, não apenas uma apropriação de um determinado método ou de uma justificativa teórica, tem-se, admitindo a ideia de Husserl, a necessidade de se colocar a maior quantidade possível de prerrogativas em suspenso, dando ao pesquisado, em relação ao pesquisador, maior abrangência e domínio sobre a narrativa a ser construída.

### **De encontro à crise**

A identificação feita por Husserl de uma origem para uma sensação de crise na Europa, perpassou, em um movimento de “zig-zag”, pela constituição do mundo espiritual europeu como parte significativa de um conjunto de ideias que configurou um tipo de lida com o saber científico. Nesse sentido, a razão, tomada em seu estabelecimento de critérios universais para a sistematização lógica do pensamento, foi tomada pelo autor como corresponsável pelo desenvolvimento de um objetivismo ingênuo na modernidade.

Apesar de o autor não trabalhar muito com materialidades diretas dessa crise, os efeitos dos problemas espirituais da Europa também se manifestaram em problemas materiais. Em um artigo publicado pela primeira vez em 1923 na revista *Kaiçô*, Husserl faz questão de nas primeiras linhas ressaltar que a guerra, que desde 1914 assolava a Europa, ainda não havia acabado, havia apenas preferido adotar “em vez de meios de coação militares, os meios ‘mais refinados’ das torturas da alma e das misérias econômicas moralmente depravantes”<sup>18</sup>. Esses “meios refinados”

---

<sup>16</sup> CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. 2. ed. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. 315 p.

<sup>17</sup> Ainda que Husserl não esteja, com a gênese ativa, se referindo às mesmas categorias de dependência social de Certeau, ao descrever uma das etapas da gênese ativa Husserl utiliza os termos “laços de comunidade sintética” (HUSSERL. *Meditações cartesianas*, p. 93) para se referir à uma parte do universo circundante do observador, que, apenas nesse caso, parece aproximar-se, por analogia, ao que Certeau chama de lugar social.

<sup>18</sup> HUSSERL, Edmund. *Renovação seu problema e método*. Trad. Pedro M. S. Alves. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2008. p. 03.



que fala o autor, foram os meios elencados por Husserl como sendo os mais nítidos de uma manifestação da crise espiritual que se percebeu naquele período. Não que a guerra tenha sido a causadora da crise, esta foi apenas a facilitadora de uma contexto que possibilitou a manifestação de uma nudez da espiritualidade da Europa. Nudez esta que, nas palavras do autor, teria posto em descoberto a ausência de sentido naquela cultura.

Mesmo sendo correspondente à um tipo de materialização catastrófica da vida em sociedade, o objetivismo, do qual fala Husserl, é uma chaga muito mais espiritual do mundo europeu. E essa chaga se desenvolveu não como uma deturpação da racionalidade do mundo ocidental, mas, sim, como fruto da própria exploração progressiva dos seus pressupostos. Tal como foi demonstrado acima, Husserl percorre um longo caminho, em sua investigação, através das prerrogativas de infinitude da razão filosófica que se mantiveram estabelecidas com o desenvolvimento do saber científico. O processo de enriquecimento das tarefas infinitas desse tipo de saber, fizeram da ciência um sistema de investigações objetivas; sistema esse que, na ideia do autor, possui uma relação muito íntima com a crise pela qual a humanidade europeia passava.

Essa investigação, mesmo que não correspondendo aos critérios historiográficos atuais de relação do autor com o seu conjunto de fontes, expõe, ao que parece, no mínimo uma considerável contribuição metodológica para se pensar a produção historiográfica, onde elementos de grande importância, como a relação intersubjetiva<sup>19</sup> do pesquisador com o pesquisado, precisam ser colocados em questão. Mesmo que o conceito de intersubjetividade de Husserl não seja muito cabível para o âmbito factual da pesquisa em história, a sua sistematização acerca do assunto pode vir a contribuir na busca por prerrogativas que fazem parte da composição daquilo que seriam as subjetividades comuns aos pesquisadores em história que convencionaram o ser e o não ser possível de determinadas ações, tais como o trato com as fontes, a busca por intersecções lógicas de sucessão entre um evento e outro ou até mesmo a delimitação daquilo que seria o todo e daquilo que seriam as partes no estudo de determinadas estruturas. Além disso, a relação do autor com as peculiaridades do objetivismo que permeava a ciência institucionalizada do período, denota uma caracterização relevante das apropriações realizadas pela própria tradição historiográfica que foi se estabelecendo após o período entre guerras.

---

<sup>19</sup> Para Husserl, por exemplo, a intersubjetividade equivale à uma relação que se estabelece na investigação de um tipo de *egologia* do ser, onde, à partir daquilo que ele prefere chamar de “vinculação”, ocorre o compartilhamento mútuo (mas em níveis diferentes) de significações comuns na percepção do eu em relação ao outro. Nesse sentido, aquilo que pode se tipificar como um *alter ego* é parte constituinte do mundo circundante do próprio ego, criando, dessa forma, subjetividades comuns entre o eu e o outro.





# Entre a História Intelectual e a Antropologia Histórica: possibilidades de aproximação

Between Intellectual History and Historical Anthropology:  
approach possibilities

**Dionathas Moreno Boenavides**

Mestrando em História

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

dionathas.boenavides@ufrgs.br

**Recebido em:** 30/12/2016

**Aprovado em:** 25/05/2017

**RESUMO:** Nosso artigo versa sobre a possibilidade de aproximação entre a História Intelectual e a Antropologia Histórica na prática de pesquisa. Discorremos, primeiramente, sobre problemas da História Intelectual (como a tendência ao elitismo), mas também sobre suas interessantes contribuições para a análise histórica. A seguir, fazemos o mesmo com a Antropologia histórica, ao falarmos sobre a sua dificuldade em relação à análise diacrônica e, por outro lado, sobre os ganhos que o maior interesse pela Antropologia tem trazido aos historiadores. Por fim, tentamos demonstrar como, em caráter de complementaridade, as duas áreas podem auxiliar-se reciprocamente.

**PALAVRAS-CHAVE:** História Intelectual, Antropologia histórica, Aproximação.

**ABSTRACT:** Our article is about the possibility of approach between the Intellectual History and the Historical Anthropology in the practice of research. We discourse, first of all, about the Intellectual History's problems (like the elitist tendency), but also about its interesting contributions to the historical analysis. Next, we do the same with the Historical Anthropology, seeing its difficulty with diachronic analysis and, on the other hand, the gains that the interest in Anthropology has brought to the historians. Lastly, we try to demonstrate how, complementarily, the two areas can assist each other.

**KEYWORDS:** Intellectual History; Historical Anthropology; Approach.

[...] sem o querer explicitamente, as ciências sociais se impõem umas às outras  
[...] cada uma invade o domínio de suas vizinhas crendo permanecer em casa.  
[...] Assim, malgrado as reticências, as oposições, as ignorâncias tranqüilas, a  
instalação de um “mercado comum” se esboça; valeria a pena tentá-la no  
decorrer dos anos vindouros, mesmo se, mais tarde, cada ciência tivesse  
vantagem, por um momento, em retomar uma estrada mais estreitamente  
pessoal.

Mas, é preciso aproximar-se desde logo, a operação é urgente.

(Fernand Braudel, **Escritos sobre a história**)

Cada vez mais a História se faz interdisciplinar. A realidade que pretendemos estudar e entender não está organizada em cubículos como os que formam e separam os diferentes



departamentos dentro da universidade, e a produção do conhecimento tampouco deveria. É por esse motivo que, desde pelo menos a primeira metade do século XX, a disciplina histórica tende a constantemente se repensar e se aproximar de outras áreas das Ciências Humanas. Sabemos, por experiência própria, que essa constatação não funciona exatamente como algo facilitador para aqueles que dão os primeiros passos no terreno da pesquisa em História. Entretanto, caso concordemos que algumas das novas tendências de pesquisa podem representar ganhos significativos para a produção histórica, o bônus se demonstra maior que o ônus.

Pretendemos analisar nesse artigo duas áreas da História que sofreram influências desses fenômenos sobre os quais falamos (reconfiguração e aproximação com outra disciplina): são elas, respectivamente, a História Intelectual e a Antropologia Histórica. A primeira, que hoje vive um momento de profundas incertezas epistemológicas, é alvo de inúmeras discussões sobre quais deveriam ser os objetos em que estaria centrada a sua análise e como deveria abordá-los. A segunda, bem mais nova, é uma decorrência, o que o nome já evidencia, de uma aproximação da História com a Antropologia. O objetivo desse trabalho é apresentar uma proposta de utilização conjunta, podemos dizer assim, dessas duas vertentes. Acreditamos que, ao pensar nas contribuições da História Intelectual e da Antropologia histórica concomitantemente, algumas características de uma podem auxiliar a contornar as fraquezas da outra. Dessa forma, por exemplo, a Antropologia Histórica pode oferecer mecanismos para repensar a tendência elitista da História Intelectual enquanto esta última pode auxiliar na análise diacrônica que, por vezes, é um problema nos estudos antropológicos.

### **Uma primeira definição de História Intelectual**

Afirmamos que a História Intelectual vive um momento de incertezas, como é possível perceber nos apontamentos de Carlos Altamariano. Este autor afirma que hoje a História Intelectual é praticada de muitas maneiras diferentes e não possui, necessariamente, “uma linguagem teórica ou modos de proceder que funcionem como modelos obrigatórios nem para analisar, nem para interpretar seus objetos – nem tampouco para definir [...] a quais objetos conceder primazia”<sup>1</sup>. Mas o que, então, causa essas incertezas? Depende de quem responde a pergunta. Para Di Pasquale, por exemplo, essas dificuldades têm origem em algo positivo para a História Intelectual: um “desenvolvimento crescente e dinâmico no campo historiográfico”<sup>2</sup>. Para esse autor, foi o aumento de trabalhos produzidos na área da História Intelectual que acabou

---

<sup>1</sup> ALTAMARIANO, Carlos. Idéias para um programa de História Intelectual. **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, v. 19, n. 1, 2007, pp. 9-19, p. 9.

<sup>2</sup> PASQUALE, Mariano A di. De la historia de las ideas a la nueva historia intelectual: Retrospectivas y perspectivas. Un mapeo de la cuestión. **UNIVERSUM**, n. 26, v. 1, 2011, pp. 79-92, p. 80.



causando transformações em suas categorias e multiplicou seus critérios metodológicos. Ainda sobre essas dificuldades, nos agrada a forma como elas são constatadas por Robert Darnton, quando este afirma que a História Intelectual

Não tem nenhuma *problématique* norteadora. Seus praticantes não compartilham nenhum sentimento de terem temas, métodos e estratégias conceituais em comum. Num dos extremos, eles analisam os sistemas dos filósofos; no outro, examinam os rituais dos iletrados.<sup>3</sup>

O autor afirma isso para, em seguida, propor uma separação em quatro áreas principais nas quais os estudos de História Intelectual se concentram. Para Darnton, essas áreas são

a história das ideias (o estudo do pensamento sistemático, geralmente em tratados filosóficos), a história intelectual propriamente dita (o estudo do pensamento informal, os climas de opinião e os movimentos literários), a história social das ideias (o estudo das ideologias e da difusão das ideias) e a história cultural (o estudo da cultura no sentido antropológico, incluindo concepções de mundo e *mentalités* coletivas).<sup>4</sup>

De forma não totalmente livre de problemas e, certamente, não consensual, porém didática, o autor ilustra o que vínhamos falando sobre as incertezas epistemológicas da História Intelectual.

Mas nossa ideia não é cansar o leitor discorrendo apenas sobre o fator incerto dessa modalidade historiográfica. Se pretendemos elaborar uma proposta de abordagem que possua a História Intelectual como parte integrante, é evidente que, a nosso ver, as possibilidades que ela oferece são mais importantes do que as dificuldades. O que torna esse saldo positivo, em nossa opinião: 1) a carga de reflexão que essa área tem acerca da relação Texto/Contexto<sup>5</sup>; 2) o recente rompimento da História Intelectual com alguns postulados que antes caracterizavam essa área, como, por exemplo, o de que há uma relação direta e transparente entre o produtor e o produto intelectual; e 3) as propostas que já foram feitas no sentido de posicionamento dos objetos de pesquisa nas linhas sincrônica e diacrônica, questão na qual enfatizamos a contribuição de Carl Schorske.

Sobre a relação Texto/Contexto: O pesquisador que se propõe a utilizar as ferramentas oferecidas pela História Intelectual assume que o seu interesse é analisar alguma produção ou

---

<sup>3</sup> DARNTON, Robert. História Intelectual e Cultural. Trad. Denise Bottmann. In: \_\_\_\_\_. **O Beijo de Lamourette**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, pp. 204-231, p. 219.

<sup>4</sup> \_\_\_\_\_. **História Intelectual e Cultural**, p. 219.

<sup>5</sup> Utilizamos a expressão “Texto/Contexto” por essa ser utilizada mais frequentemente nessa discussão. Mas cabe ressaltar que, na concepção de História Intelectual que assumimos, o objeto a ser analisado não precisa necessariamente ser um texto escrito. Voltaremos a isso mais adiante, mas acreditamos que qualquer produto da intelectualidade de alguém, tal como pinturas, esculturas, objetos arquitetônicos, a arte em geral e qualquer outro objeto onde o historiador acredita poder identificar traços de produção intelectual, são campos bastante interessantes de possibilidades para a História Intelectual, não havendo hierarquia entre o escrito e o não-escrito.



parte de alguma produção intelectual de algum sujeito. Ao nos preocuparmos com a relação Texto/Contexto estamos interessados em saber até que ponto o produto intelectual sofre a influência do meio em que o produtor viveu (o contexto, portanto) e até que ponto esse produto é originário da individualidade intelectual da personagem estudada. O pesquisador deve ter em mente que toda manifestação intelectual pertence, de certa forma, ao seu tempo, carregando, por isso, algumas marcas contextuais. Mas nos parece óbvio que a individualidade também tem sua importância.

Tomás de Aquino, caso não fosse um teólogo dominicano no século XIII, mestre universitário no contexto da Escolástica, que viveu em um momento de “apogeu” da cidade medieval, não teria produzido uma *Suma teológica*. Se por um acaso tivesse, ela não seria da mesma forma que conhecemos hoje. O contexto influenciou fortemente sua obra. O contrário, entretanto, também é verdadeiro. Se outra personagem convivesse nas mesmas relações sociais de Tomás, não produziria a mesma obra que ele, porque boa parte dela decorre de sua individualidade.

Como resolvemos, então, essa questão da relação entre o objeto intelectual e o momento histórico em que foi produzido? Alguns autores nos dão algumas dicas. Altamariano, por exemplo, afirma que

para estabelecer o sentido intelectual dos textos (ou os sentidos, caso se prefira) não basta vinculá-los ao campo da ação ou, como se costuma dizer, a seu contexto. Associá-los ao seu “exterior”, a suas condições pragmáticas, contribui sem dúvida para sua compreensão, mas não evita o trabalho de leitura interna ou da correspondente interpretação [...].<sup>6</sup>

Não deixar de lado uma análise interna do objeto em favorecimento unicamente de uma explicação pelo contexto (análise externa). Esse parece ser o caminho sugerido por este autor.

Di Pasquale também se posiciona nessa discussão. Inicialmente, ele afirma que essa preocupação que tem hoje a História Intelectual em analisar a relação Texto/Contexto é um ganho que se origina na aproximação da História com a Linguística, o chamado *Linguistic Turn*. E com relação a esse tema, ele propõe que essa questão

puede resumirse en una complementariedad entre ambos enfoques analíticos. Es decir, se puede concebir un esquema que muestre la acción de “texto en el contexto”. El estudio de una diversidad de documentos y obras nos puede dar la caracterización de los distintos lenguajes políticos utilizados y también otorgar ciertas nociones de cómo era el campo de producción. Evidentemente

---

<sup>6</sup> ALTAMARIANO. *Idéias para um programa*, p. 14.



este juego de acción y reacción no es lineal ni homogéneo sino que se desenvuelve de una forma dinámica, laberíntica, con pliegues y repliegues.<sup>7</sup>

O autor defende uma complementaridade entre as análises interna e externa do objeto. Além disso, para se ter uma ideia do que pode carregar a marca do contexto histórico e o que pode ser produto do individual, sugere um contato com documentos diversos para perceber “como era o campo de produção” e, ele não diz, mas fica evidente, o que do objeto analisado se mostra fora desse campo.

Sobre os postulados com os quais a História Intelectual recentemente rompeu nos baseamos basicamente nas opiniões do historiador francês Roger Chartier, em um conhecido texto intitulado *História intelectual e História das mentalidades*<sup>8</sup>. Dentre as características da História Intelectual que foram sendo revistas ao longo do seu desenvolvimento e de uma maior carga teórica que a área foi possuindo, Chartier destaca três das mais importantes.

Primeiramente, aqueles que praticam a História Intelectual teriam deixado de acreditar que há uma “relação consciente e transparente entre as intenções dos produtores intelectuais e seus produtos”<sup>9</sup>. Esse é um dos temas sobre os quais Roger Chartier mais tratou em sua trajetória acadêmica. O autor defende que a intenção de alguém ao produzir um objeto não será entendida da mesma forma por aqueles que “lerem” o objeto. Assim, por exemplo, o discurso que alguém tentou atribuir a uma lápide cemiterial ou a um vitral de uma igreja pode ser interpretado das mais diversas formas por aqueles que olham esses objetos. O próprio sujeito, ao tentar captar o discurso que essas formas carregam, produzindo inevitavelmente novos significados, estará também agindo como produtor.

O segundo postulado evocado por Chartier se cruza com a questão do Texto/Contexto que trabalhamos acima. O autor afirma que a História Intelectual já deixou de lado a ideia de que uma criação intelectual deve ser atribuída somente à “inventividade individual”, vendo as ideias como algo a-histórico, fora do desenvolvimento histórico<sup>10</sup>.

Finalmente, o terceiro postulado seria aquele que busca

---

<sup>7</sup> PASQUALE, Mariano A di. *De la historia de las ideas a la nueva historia intelectual*, p. 90.

<sup>8</sup> Esse texto pode ser encontrado em CHARTIER, R. *À Beira da Falésia: A História entre certezas e inquietudes*. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002; mas também em \_\_\_\_\_. *A História Cultural entre práticas e representações*. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. Nesse trabalho, a versão utilizada é a presente no *À Beira da Falésia*. Para uma leitura mais concisa do conceito de História Intelectual para Chartier, cf. \_\_\_\_\_. “*História Intelectual*”. In: BURGUIÉRE, A. (org.). *Dicionário das Ciências Históricas*. Rio de Janeiro: Imago, 1993, pp. 446-452.

<sup>9</sup> \_\_\_\_\_. *História intelectual e História das mentalidades*. In: \_\_\_\_\_. *À Beira da Falésia*, p. 29.

<sup>10</sup> \_\_\_\_\_. *História intelectual e História das mentalidades*, p. 219.



a explicação das concordâncias determinadas entre as diferentes produções intelectuais (ou artísticas) de um tempo, seja pelo jogo dos empréstimos e das influências (outras palavras mestras da história intelectual), seja pela referência a um “espírito da época”, conjunto compósito de traços filosóficos, psicológicos e estéticos.<sup>11</sup>

Para Chartier, a História Intelectual não explica mais, ou não deveria explicar, os traços em comum entre diferentes objetos intelectuais de uma mesma época através do preguiçoso “espírito da época”, ou *Zeitgeist*. Tentar essa explicação simplista funciona muitas vezes como forma de evitar uma análise mais profunda das produções intelectuais de um mesmo momento histórico, na sincronia.

As linhas de análise sincrônica e diacrônica: esse é um dos traços pelo qual, mais adiante no texto, defenderemos que a História Intelectual e a Antropologia Histórica podem dialogar. No ímpeto de buscar uma definição mais didática para a História Intelectual fomos atrás de uma referência encontrada no texto de Roger Chartier supracitado. A referência era a um livro de Carl Schorske, intitulado *Fin-de-siècle Vienn: Politics and Culture*, no qual este propõe uma definição que consideramos bastante interessante sobre o que o historiador deve constantemente buscar. Acreditamos que essa definição sirva enormemente para aqueles que praticam a História Intelectual. Carl Schorske afirma que

The historian seeks to locate and interpret the artifact temporally in a field where two lines intersect. One line is vertical, or diachronic, by which he establishes the relation of a text or a system of thought to previous expression in the same branch of cultural activity (paintings, politics, etc.). The other is horizontal, or synchronic; by it he assesses the relation of the content of the intellectual object to what is appearing in other branches or aspects of a culture at the same time.<sup>12</sup>

Trata-se de uma forma interessante de posicionar o objeto a ser analisado. Podemos entender isso como a proposta de imaginarmos graficamente um “T”, no qual a linha vertical é a da diacronia e a horizontal é a da sincronia. No ponto de encontro entre as duas linhas está localizado o objeto que queremos analisar, seja ele a *Suma Teológica* ou um desenho camponês. Na diacronia, o pesquisador tenta relacionar a criação intelectual que é o centro da sua análise a outras do mesmo ramo de atividade que a precederam. Na sincronia, devemos relacionar nosso objeto a outros produzidos no mesmo momento histórico, porém em outros ramos de atividade

---

<sup>11</sup> CHARTIER. *História intelectual e história das mentalidades*, p. 219.

<sup>12</sup> SCHORSKE, Carl. *Fin-de-siècle Vienna. Politics and Culture*. New York: Cambridge University Press, 1979, pp. 21-22. O historiador procura localizar e interpretar o artefato temporal no campo onde duas linhas se cruzam. Uma linha é vertical, ou diacrônica, pela qual ela estabelece a relação de um texto ou sistema de pensamento com a expressão anterior no mesmo ramo da atividade cultural (pinturas, política, etc). A outra é horizontal, ou sincrônica; por ela ele avalia a relação do conteúdo do objeto intelectual com o que está aparecendo em outros ramos ou aspectos de uma cultura ao mesmo tempo. Traduzido pelos editores.



cultural<sup>13</sup>. Parece ser uma definição suficientemente simples para aqueles que começam suas atividades na linha da História Intelectual, e não demasiadamente simplista para aqueles cujos estudos estão mais avançados.

É importante deixar claro aqui que essas concepções que evocamos não serão encontradas em todos os livros de História Intelectual. Alguns permanecem com visões que consideramos, particularmente, atrasadas acerca desse modelo historiográfico. É o caso, para citar apenas um exemplo, de Jacques Paul. Em seu livro *Historia Intelectual del Occidente Medieval*, o autor deixa transparecer uma concepção de História que, além de fraca por deixar de lado aspectos bastante importantes das produções intelectuais, mostra-se elitista na seleção de objetos considerados mais importantes.

O primeiro aspecto que nos incomoda na concepção desse historiador é a evidente colocação do contexto histórico em segundo plano, para favorecer uma leitura interna da obra. Ele afirma que uma preocupação daqueles que fazem História Intelectual tem que ser entender o sentido de “obras mais acabadas”, bem como determinada escola de pensamento. Segundo Jacques Paul, torna-se “evidente que se tem que tomá-las em consideração por si mesmas”<sup>14</sup>. Considerar as obras “por si mesmas” sem prestar atenção nos momentos de produção é o mesmo que afirmar, pelo menos é esse o nosso entendimento, que as ideias flutuam em um patamar superior, a-histórico, que não pertencem à mesma realidade dos atores que as elaboram. Opinião certamente complicada.

Continuando a discorrer sobre sua opinião acerca das relações entre “grandes obras” e a História Intelectual, Jacques Paul afirma que “o principal domínio da história intelectual é o das obras capitais, as que sobrevivem, pois tratam de problemas humanos gerais que reclamam a atenção durante gerações”<sup>15</sup>. Ora, dificilmente encontraríamos melhores exemplos do perigo de entender as criações intelectuais que analisamos apenas como algo da genialidade individual e sem vinculação com o chão da história. Torna-se difícil perceber, se ignoramos as condições sócio-históricas concretas, que uma obra não sobrevive gerações apenas porque trata de problemas mais sérios e/ou representa de forma “mais acabada” as visões de mundo de determinada sociedade. A visão do pesquisador não consegue alcançar a percepção de que uma obra elaborada por Tomás de Aquino, na Universidade de Paris, logo, muitas vezes copiada e lida tanto por seus

---

<sup>13</sup> Parece-nos que a análise sincrônica de objetos do mesmo ramo também é possível e pode gerar resultados interessantes, por mais que essa opção não apareça nas linhas escritas por Carl Schorske.

<sup>14</sup> PAUL, Jacques. **Historia intelectual del occidente medieval**. Madrid: Cátedra, 2003, p. 62.

<sup>15</sup> \_\_\_\_\_. **Historia intelectual del occidente medieval**, p. 67.



alunos quanto pelos companheiros dominicanos, entre tantas outras pessoas, e armazenada em bibliotecas, não depende apenas da genialidade individual do seu produtor. E as criações intelectuais de um aprendiz de artesão ou de um camponês mais simples? Digamos que esse camponês desenhe com frequência ou, por um acaso, escreva – cartas, notas, bilhetes, o que for. As chances de sua criação ser passada para as outras gerações são as mesmas dos escritos de Tomás de Aquino? Certamente não. E isso significa que a obra de Tomás de Aquino representa melhor uma visão de mundo? Ou, quem sabe, nós acabamos nos acostumando mais a “ler” visões de mundo nas obras “mais acabadas”, o que prejudica nossa interpretação das produções dos que não ocupam posições que garantam o armazenamento de suas criações? Outra questão: existe hierarquia de qualidade entre visões de mundo?<sup>16</sup>

O que queremos afirmar com tudo isso é que a História Intelectual ainda guarda seus perigos. Ao adotar essa abordagem temos que ser cautelosos. E é também nesse ponto que acreditamos que a mudança de olhar proporcionado por um contato mais próximo com a Antropologia pode nos auxiliar.

### **Uma tentativa de definição da Antropologia Histórica**

Tentar traçar uma definição fechada de Antropologia Histórica seria ir contra aquilo que ela mais representa hoje. Essa área da História tem por característica abrir possibilidades. Tentar delimitar isso não seria o mais adequado. O que se pode fazer, em vez disso, é entender quais são algumas das definições que já foram feitas, tentar visualizar alguns aspectos positivos que fazem com que valha a pena utilizá-la, assim como alguns cuidados que devem ser tomados.

A relação da História com a Antropologia já possui umas boas décadas de existência. Em verdade, a proximidade que vemos hoje decorre de uma reaproximação, tendo em vista que as duas disciplinas só se separaram no século XIX<sup>17</sup>. As origens dessa reaproximação são muitas vezes atribuídas aos historiadores dos *Annales* e, mais especificamente, ao debate ocorrido entre Claude Lévi-Strauss e Fernand Braudel<sup>18</sup>. Lévi-Strauss, considerado pai da Antropologia

---

<sup>16</sup> Como indicação de um interessante texto sobre a necessidade de problematizar as relações sociais de poder que possibilitam a permanência de determinadas obras para a posteridade e favorecem que, por outro lado, outros vestígios se percam, podemos citar: LE GOFF, Jacques. **Documento/Monumento**. In: \_\_\_\_\_. História e Memória. Campinas: Editora da Unicamp, 2003, pp. 525-541.

<sup>17</sup> Cf. LE GOFF, Jacques. **O historiador e o homem cotidiano**. In: \_\_\_\_\_. Para uma outra Idade Média: Tempo, trabalho e cultura no Ocidente. Trad. Ephaim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013, pp. 425-440, p. 425, e BURGUIÈRE, André. A Antropologia Histórica. In: NOVAIS, F. & SILVA, R. (orgs.). **Nova História em perspectiva**. V. 1. São Paulo: Cosac Naify, 2011, pp. 297-328, p. 297. Esse texto de autoria de André Burguière, considerado um dos clássicos sobre Antropologia histórica, pode ser encontrado também em LE GOFF, J. (org.). **A História Nova**. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

<sup>18</sup> No intuito de destacar aspectos originais da aproximação entre História e Antropologia, cabe destacar o papel desempenhado pela obra *Os Reis Taumaturgos*, de autoria de Marc Bloch, lançado originalmente na década de 20 do





Estrutural, escreveu um texto intitulado *História e etnologia*, discorrendo sobre o que aproximaria e o que distanciaria as duas disciplinas<sup>19</sup>. Nas questões levantadas pelo antropólogo, transparecia que a concepção de História que ele adotava já não era mais consenso entre os historiadores. A ideia de História que Lévi-Strauss demonstrava possuir era aquela que se atém à análise do acontecimento no sentido positivista do termo, dos conflitos, do tempo rápido, além de separar as disciplinas entre a que estuda o inconsciente (etnologia) e a que estuda o consciente (História) das sociedades<sup>20</sup>. Fato é que naquele momento muitos historiadores rompiam com essa concepção e, ao que tudo indica, foi por isso que Fernand Braudel escreveu, logo em seguida à publicação do texto de Lévi-Strauss, o seu famoso artigo *História e ciências sociais: a longa duração*<sup>21</sup>, para demonstrar como os historiadores já estavam atentos aos fenômenos que funcionam numa temporalidade mais lenta, não do acontecimento<sup>22</sup>.

Mas o que, afinal, motivou os historiadores a buscarem a análise de fenômenos mais lentos e estudos sobre sociedades que não estudavam tradicionalmente? O que motivou esse novo interesse pela Antropologia? Alguns autores já tentaram explicar essa motivação. Por exemplo: André Burguière acredita que muito do interesse pela Antropologia entre os historiadores deriva de um questionamento das noções de desenvolvimento e de progresso na

---

século passado. Cf. BLOCH, Marc. **Os Reis Taumaturgos**. O caráter sobrenatural do poder régio: França e Inglaterra. Trad. Julia Mainard. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

<sup>19</sup> LÉVI-STRAUSS, Claude. **História e etnologia**. In: \_\_\_\_\_. Antropologia estrutural. V. 1. Trad. Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Cosac Naify, 2008, pp. 13-40.

<sup>20</sup> LÉVI-STRAUSS. **História e etnologia**, p. 32.

<sup>21</sup> Pode ser encontrado em BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a História**. Trad. Tereza Cristina Silveira. São Paulo: Perspectiva, 2013.

<sup>22</sup> Cf. BARRETO, Bruno de Souza. Historiografia e interfaces: um diálogo entre história, antropologia e arqueologia. **Revista de Teoria da História**, ano 5, n. 9, 2013, pp. 247-279, p. 267. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/teoria/article/view/29088/16181>. Consultado em: 12 de fevereiro de 2015. Há algumas divergências acerca desse debate. Alguns autores, como o supracitado Bruno de Souza Barreto e Lília Moritz Schwarcz, entendem que o texto de Claude Lévi-Strauss queria mostrar uma suposta incompatibilidade entre a Antropologia e a História, querendo inclusive, posicionar a História como área no máximo auxiliar da Antropologia (ver SCHWARCZ, Lília Moritz. Jogando com o tempo: Reflexões sobre história medieval e antropologia estrutural. **Signum**. São Paulo, n. 6, 2004, pp. 185-207). Não é esse, entretanto, o nosso entendimento. Ora, ao analisar as potencialidades oferecidas pelo relacionamento de duas disciplinas, é evidente que assumimos aquela na qual atuamos como principal e entendemos a outra, com a qual pretendemos nos relacionar, como auxiliar. Não se trata, em nosso ver, de um desmerecimento para com a outra área. Um historiador, ao pretender se apropriar de conceitos da Geografia para sua atividade de pesquisa, por exemplo, dificilmente enxergará a História como a auxiliar nessa relação. Afora isso, o texto de Lévi-Strauss, apesar da visão já batida de História naquele momento, reprende veementemente antropólogos que acreditam poder analisar determinada sociedade sem a utilização da História. Dentre as muitas passagens nesse sentido, destacamos uma: “Quando [...] limitamo-nos ao instante presente da vida de uma sociedade, somos, para começar, vítimas de uma ilusão, pois tudo é história: o que foi dito ontem é história, o que foi dito há um minuto é história. Principalmente, condenamo-nos a não conhecer o presente, pois só o desenvolvimento histórico permite avaliar, em si e em suas relações recíprocas, os elementos do presente. E muito pouca história [...] é melhor do que história nenhuma.” LÉVI-STRAUSS, Claude. *História e etnologia*, p. 26.



sociedade de hoje<sup>23</sup>. Mary Del Priore afirmou certa vez que a aceleração da história acabou fazendo com que os historiadores se interessassem pelo que permanece, se mantém estável e se repete; daí o interesse pela Antropologia<sup>24</sup>.

O historiador Peter Burke, por sua vez, atribui esse interesse a três fatores: a perda de fé no progresso, tal qual Burguière, a ascensão do anticolonialismo e do feminismo<sup>25</sup>. A crise do mito do progresso – aparentemente a motivação mais recorrente – está presente também nos escritos de Charles Oliver Carbonell, além da crise do eurocentrismo, em muito causada pela Segunda Guerra Mundial e pela descolonização<sup>26</sup>.

Motivos à parte, fato é que muitos acreditam que essa aproximação está consolidada, tanto historiadores quanto antropólogos. O próprio Carbonell, apesar da preocupação que demonstra com o fato de a Antropologia Histórica modificar algumas questões importantes defendidas anteriormente pelos *Annales*, reconhece o triunfo dessa área<sup>27</sup>. Clifford Geertz, um dos antropólogos com os quais os historiadores mais estabeleceram relações, se apropriando muitas vezes de seu conceito de cultura e da sua teoria da descrição densa, rebate acusações de que essa aproximação entre as duas disciplinas se trataria de um modismo. “Sobreviverá”, afirma, “ao entusiasmo que gera, aos medos que desperta e às confusões que cria”<sup>28</sup>. O diagnóstico da situação oferecido por Marshall Sahlins resume satisfatoriamente a opinião de grande parte dos teóricos acerca das diferenças entre as duas áreas e o que isso representa na tentativa de aproximá-las. Na opinião de Sahlins,

A prática, obviamente, já foi além das diferenças teóricas que supostamente separam a antropologia e a história. Os antropólogos elevam-se da estrutura abstrata para a explicação do evento concreto. Historiadores desvalorizam o evento único em favor das recorrentes estruturas subjacentes. E também paradoxalmente, os antropólogos têm sido tão diacrônicos em pontos de vista quanto os historiadores têm sido sincrônicos.<sup>29</sup>

---

<sup>23</sup> BURGUIÈRE, André. A Antropologia Histórica, p. 328.

<sup>24</sup> DEL PRIORE, Mary. A Antropologia histórica e a historiografia atual. *Ci. & Trop.*, Recife, v. 27, n. 1, 1999, pp. 71-85, p. 85.

<sup>25</sup> BURKE, Peter. **A vez da Antropologia histórica**. In: \_\_\_\_\_. O que é História Cultural?. Trad. Sérgio Góis de Paula. Rio de Janeiro: Zahar, 2008, pp. 44-67, p. 60.

<sup>26</sup> CARBONELL, Charles-Oliver. Antropologia, etnologia e história: a terceira geração na França. In: NOVAIS, F. & SILVA, R. (orgs.). **Nova História em perspectiva**. V. 2. São Paulo: Cosac Naify, 2011, pp. 280-290, p. 286.

<sup>27</sup> LÉVI-STRAUSS, **Antropologia, etnologia e história**, p. 286.

<sup>28</sup> GEERTZ, Clifford. A situação atual. In: \_\_\_\_\_. **Nova luz sobre a antropologia**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2001, pp. 86-130, p. 123.

<sup>29</sup> SAHLINS, Marshall. Outras épocas, outros costumes: a antropologia da história. In: \_\_\_\_\_. **Ilhas de História**. Trad. Barbara Sette. Rio de Janeiro: Zahar, 2011, pp. 59-99, p. 98.



Essa passagem nos serve para colocar alguns questionamentos. Quais são essas diferenças que foram, na visão de Sahlins, superadas?<sup>30</sup> O que o olhar antropológico traz de positivo para a História, para fazer com que historiadores se esforcem para vencer as divergências?

Para falar sobre as diferenças que tiveram de ser vencidas para concretizar a aproximação da História com a Antropologia, assim como para falar dos pontos positivos dessa relação, certamente teremos que selecionar dentre uma gama de possibilidades algumas que ilustram melhor nosso ponto de vista. Assim sendo, acreditamos que uma das primeiras diferenciações que tiveram de ser vencidas trata dos tipos de documentos que, supostamente, seriam objeto das duas áreas. Grosso modo, a separação tradicional afirmava que os historiadores se preocupavam em pesquisar a realidade histórica a partir de documentos escritos, enquanto os antropólogos elaboravam suas teorias partindo do pressuposto que as sociedades que queriam analisar não necessariamente produziram esse tipo de documento<sup>31</sup>. Hoje se sabe que cada vez mais os historiadores se preparam para lidar com a análise de documentos não escritos, através da análise gestual, oral, da arquitetura, iconologia, dentre outras formas de aproximação com o passado<sup>32</sup>. Muitos estudiosos atualmente defendem ainda a complementaridade dos dois tipos de fontes, a tradicionalmente chamada antropológica e a escrita, para o andamento da pesquisa<sup>33</sup>. Cada vez mais os historiadores fazem uso, em uma mesma pesquisa, de tipos de fontes diversas, enriquecendo a visão da dinâmica sociocultural.

Essa ideia de que a História estuda um tipo de documentos e a Antropologia estuda outro tem forte vinculação com mais uma separação tradicional dos campos histórico e antropológico: a visão de que haveria sociedades a serem estudadas pela Antropologia e sociedades diferentes a serem estudadas pela História. Maria Celestino de Almeida afirma que estavam ligados ao dualismo antropologia-história alguns outros como sociedades tradicionais e sociedades modernas, povos sem história e povos com história, sociedades frias e sociedades quentes<sup>34</sup>. É por isso que alguns historiadores acreditam que a queda do colonialismo, juntamente com o

---

<sup>30</sup> Também não é consensual essa ideia de a História e a Antropologia terem superado suas principais diferenças. Carbonell, inclusive, vê no fato de não terem superado divergências muito importantes um motivo para historiadores se tranquilizarem quanto à teoria de que uma História antropológica faria a disciplina perder sua essência. Cf. \_\_\_\_\_, **Antropologia, etnologia e história**, pp. 289-290.

<sup>31</sup> ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. História e antropologia. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Novos domínios da história**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, pp. 151-168, p. 152.

<sup>32</sup> Cf., por exemplo, LE GOFF, Jacques. O historiador e o homem cotidiano, pp. 436-437.

<sup>33</sup> Para um exemplo dessa defesa, cf. SANTOS, Irineia M. Franco dos. História e Antropologia: Relações Teórico-Metodológicas, Debates sobre os Objetos e os Usos das Fontes de Pesquisa. **Revista Crítica Histórica**, ano 1, n. 1, 2010, pp. 192-208, p. 205. Disponível em: <http://www.revista.ufal.br/criticahistorica/attachments/article/55/Historia%20e%20Antropologia.pdf>. Consultado em: 11 de fevereiro de 2015.

<sup>34</sup> ALMEIDA. **História e antropologia**, p. 152.



esforço de crítica direcionada ao etnocentrismo, favoreceram a aproximação da História com a Antropologia. Além disso, o aumento do número de antropólogos interessados nos processos históricos de sociedades antes chamadas de modernas, e o interesse por parte de historiadores em algumas continuidades e em sociedades antes consideradas primitivas, facilitaram que essas dicotomias mais grosseiras fossem caindo por terra.

Para finalizar o espaço destinado no texto para falar das diferenças que estão sendo vencidas, cabe ressaltar uma que ainda causa divergências de análise: a ideia de que a Antropologia se preocupa com a sincronia e a História com a diacronia. É a opinião, por exemplo, de Irineia dos Santos. A autora afirma, após elaborar um quadro das escolas interpretativas da Antropologia, que as divergências no que se refere à sincronia e à diacronia são ainda as maiores entre a História e a Antropologia. Talvez mesmo entre as Ciências Sociais de forma geral e a História.<sup>35</sup> Na leitura de Eliana Magnani, os historiadores já levam cada vez mais em conta a importância da sincronia, mas isso não significa que tenham conseguido romper com algumas concepções intrínsecas, o que acaba por manter a História e a Antropologia separadas<sup>36</sup>. Lilia Moritz Schwarcz levanta essa questão de forma pertinente, relacionando as divergências com relação à mediação entre sincronia e diacronia às tradicionais separações entre estrutura e história, ou de um tempo que tende a não mudar e outro que serve como palco para alterações constantes. Para essa autora, o desafio que deve ser enfrentado, tanto pelos historiadores quanto pelos antropólogos – ao menos por aqueles que acreditam tirar algo de positivo do relacionamento entre as duas áreas – é o de deixar de lado esses modelos que se posicionem em tão mecânica oposição no que se refere à relação entre estrutura e história. É dessa forma, ela defende, que poderemos perceber aquilo que permanece na sociedade, porém com ressignificações – portanto, alterações<sup>37</sup>. Não se trata de uma tarefa fácil, abrir mão de concepções tão fortemente enraizadas em algumas áreas das nossas disciplinas. Mas esse talvez seja um dos lados positivos de não se vincular estritamente e acriticamente a alguma corrente historiográfica ou antropológica: poder fazer com que pontos fortes de diversas áreas dialoguem, contanto que não sejam conflitantes – ou que saibamos contornar esses conflitos.

Tentemos entender o motivo pelo qual alguns historiadores consideram que os esforços para vencer as barreiras que separam as duas disciplinas valem a pena. Primeiramente, é interessante perceber a opinião de Natalie Zemon Davis sobre o assunto. Segundo a autora,

---

<sup>35</sup> SANTOS., **Franco dos. História e Antropologia**, p. 206.

<sup>36</sup> MAGNANI, Eliana. O dom entre História e Antropologia. Figuras medievais do doador. **Signum**, n. 5, 2003, pp. 169-193, p. 172.

<sup>37</sup> SCHWARCZ. **Jogando com o tempo**, pp. 204-205.



quatro são as características que fazem os estudos antropológicos serem úteis aos historiadores. A primeira característica que levanta é referente ao fato de a Antropologia já ter elaborado métodos de observação precisas para a análise de “processos vivos de interação social”<sup>38</sup>. O segundo ponto que a autora aborda é sobre os métodos que ela considera interessantes para a interpretação do comportamento simbólico<sup>39</sup>. Outro aspecto importante está presente nas “sugestões sobre como as diferentes partes de um sistema social se ajustam umas às outras”<sup>40</sup>. Por fim, a quarta característica apontada como positiva por Natalie Zemon Davis diz respeito ao material que a Antropologia disponibiliza sobre culturas outras que os historiadores não estão acostumados a estudar.<sup>41</sup>

Esses pontos levantados pela autora se relacionam com (ou proporcionam) algumas alterações interessantes para o historiador. Já falamos rapidamente de uma dessas mudanças: a atenção a novas temporalidades, ou seja, em um tempo mais lento, não naquele ditado pelos acontecimentos rápidos e conflitos de momento. Para Jacques Le Goff, um dos historiadores que mais se serviu das formulações antropológicas para o estudo histórico<sup>42</sup>, “a etnologia modifica perspectivas cronológicas da história. Conduz a uma rejeição do acontecimento”, completa o autor, “realizando o ideal de uma história não factual”<sup>43</sup>. Essa mudança nas perspectivas cronológicas da História faz com que prestemos mais atenção àquilo que se repete, ou aquilo que é esperado<sup>44</sup>. Busca, de certa forma, tirar conclusões a partir daquilo que já está interiorizado nos sujeitos.

Ao prestar atenção nessa temporalidade diferente, o historiador tende a se relacionar com temáticas que antes não percebia, ou não considerava importantes. Tentando evitar elaborar uma listagem enfadonha, mas correndo ainda assim esse risco, vejamos algumas temáticas que autores consideram terem entrado no arcabouço da História a partir do momento que ela se relacionou

---

<sup>38</sup> DAVIS, Natalie Zemon. Antropologia e história nos anos 1980. In: NOVAIS, F. & SILVA, R. (orgs.). **Nova História em perspectiva**, pp. 330-331.

<sup>39</sup> Robert Darnton entende esse como um dos pontos mais fortes da relação entre História e Antropologia. É, pelo menos, o que nos parece a partir da leitura de DARNTON, Robert. História e Antropologia. In: \_\_\_\_\_. **O beijo de Lamourette**, pp. 338-362. Ele entende como um ganho para os historiadores a aproximação com a forma como os etnógrafos trabalham com a troca simbólica, tendo em vista que eles utilizam noções que partem do pressuposto de que os símbolos transmitem diversos sentidos, e que esses sentidos são interpretados de forma variada conforme o sujeito que o interpreta.

<sup>40</sup> DAVIS. **Antropologia e história nos anos 1980**, p. 331.

<sup>41</sup> \_\_\_\_\_. **Antropologia e história nos anos 1980**, p. 331.

<sup>42</sup> Para uma visão geral das contribuições de Jacques Le Goff para a historiografia e, dentro disso, para a relação entre a História e a Antropologia, ver BARROS, José D’Assunção. Jacques Le Goff – considerações sobre contribuição para a teoria da história. **Cadernos de História**, v. 14, n. 21, 2013, pp. 135-156.

<sup>43</sup> LE GOFF. **O historiador e o homem cotidiano**, p. 428.

<sup>44</sup> \_\_\_\_\_. **O historiador e o homem cotidiano**, p. 428.



com a Antropologia. Começamos com o já citado Jacques Le Goff. Em *O historiador e o homem cotidiano*, dentre os novos temas hoje estudados, o autor elenca as festas do calendário religioso; acontecimentos e cerimônias ligados à história biológica e familiar, como nascimento, casamento e morte; liturgia; o mágico-religioso; os ritos; o mundo rural; o homem cotidiano; estruturas de parentesco; os sexos; crenças escatológicas; o corpo; vestimentas; gestos; a cultura popular<sup>45</sup>. Temas, todos esses, em algum momento, já trabalhados pelo próprio historiador francês.

Dentre os campos que mais foram influenciados pelo estreitamento das relações histórico-antropológicas, André Burguière destaca a História da Alimentação; a História do Corpo, área onde estaria localizada também a História das Enfermidades; História dos Comportamentos Sexuais; e História da Célula Familiar. Burguière também salienta que a Antropologia ganhou a História por baixo: pelas crenças populares, os ritos, culturas das minorias, tudo o que tradicionalmente era designado como folclore.<sup>46</sup>

Na opinião de Marco Aime, em diálogo com Cristina La Rocca, há dois temas que merecem destaque no que se refere às relações entre Antropologia Cultural e História e o estudo da Idade Média: o dom e as etnias<sup>47</sup>. A questão do dom no período que denominamos medieval é bastante trabalhada a partir da visão antropológica de Marcel Mauss. Parece-nos que a questão étnica, para os historiadores cujo foco é o baixo medieval, é menos recorrente do que para aqueles que, como Marco Aime, analisam as relações e encontros entre culturas na Alta Idade Média, muito disso por causa das já tradicionalmente estudadas migrações de diversos povos em direção ao território que anteriormente configurava a parte ocidental do Império Romano. Os conflitos e encontros entre etnias diversas para o período da Baixa Idade Média talvez sejam melhores percebidos apenas nos estudos sobre as Cruzadas.

Natalie Zemon Davis, em texto que já citamos, acredita que os primeiros beneficiados pelos ganhos decorrentes da Antropologia histórica foram os estudos sobre o medo e os processos contra as bruxas. Muito disso, segundo a autora, porque os historiadores foram aprendendo com os antropólogos a não rotular os fenômenos que não compreendem como “irracionais ou supersticiosos”. Os antropólogos, afirma Natalie Davis, há tempos já buscavam

---

<sup>45</sup> \_\_\_\_\_: *O historiador e o homem cotidiano*, pp. 429-437.

<sup>46</sup> BURGUIÈRE. *A Antropologia Histórica*, pp. 306-325.

<sup>47</sup> AIME, Marco; LA ROCCA, Cristina. Antropologia culturale. Due temi antropologici e storici: dono, etnicità. In: VARANINI, Gian Maria. *Intorno alla storia medievale: Archeologia medievale, storia dell'arte medievale, antropologia culturale. Reti Medievali Rivista*, n. 12, v. 2, 2011, pp. 43-60.



por trás desses comportamentos/crenças relações mais complexas do que o rótulo de “irracional”<sup>48</sup>.

Esses foram apenas alguns exemplos de temas que são cada vez mais frequentemente estudados. Acreditamos que é possível, a partir desse rápido levantamento, perceber que as influências da Antropologia na História não foram poucas. Se hoje, como é o nosso caso, pesquisamos concepções de morte na Idade Média e crenças no mundo do além; e se acreditamos que a partir disso podemos tirar conclusões importantes e pertinentes sobre aquela sociedade, provavelmente devemos algo ao novo olhar que a proximidade entre as duas áreas auxiliou a forjar nos historiadores.

É sobre esse novo olhar que queremos falar para finalizar os aspectos positivos da Antropologia histórica. Ele se relaciona, certamente, com o conceito de Alteridade, muito falado, mas de difícil (porém necessária) aplicação prática. No nosso entendimento, esse é o principal ganho dessa aproximação entre as duas disciplinas. O próprio Claude Lévi-Strauss já havia afirmado que um dos aspectos que a História e a Etnologia possuíam em comum era a característica de lidar com o diferente. É nesse sentido que ele afirma que

Ambas estudam sociedades que são *outras* em relação àquela em que vivemos. O fato de tal alteridade estar ligada a um afastamento no tempo (por menor que seja) ou no espaço, ou mesmo a uma heterogeneidade cultural, é secundário, diante da similitude das posições.<sup>49</sup>

Lidar com o outro, com o diferente, seja essa diferença causada pela distância espacial ou pela distância no tempo: seria essa uma ponte que ligaria Antropologia e História. Clifford Geertz segue essa mesma linha de raciocínio. Para ele, “lidar com um mundo noutra lugar dá mais ou menos na mesma quando esse outro lugar fica há muito tempo ou muito longe daqui”<sup>50</sup>. O autor apenas ressalta - o que parece evidente, mas cabe lembrar - que não existe uma equivalência entre a distância cultural para o lado (geográfica) e para trás (cronológica)<sup>51</sup>.

Interessantes, nesse sentido, são as reflexões de Marcos Felipe Vicente. Para ele, que coloca a questão da Alteridade como “fundamental” ao se pensar essa relação entre a História e a Antropologia, o aumento da preocupação dos historiadores com relação a essa forma de olhar o outro tem forte vínculo com o interesse de entender como esse outro interpretava e representava sua realidade<sup>52</sup>.

---

<sup>48</sup> DAVIS. **Antropologia e história nos anos 1980**, pp. 331-332.

<sup>49</sup> LÉVI-STRAUSS. **História e etnologia**, p. 30.

<sup>50</sup> GEERTZ, Clifford. **A situação atual.**, p. 113.

<sup>51</sup> \_\_\_\_\_. **A situação atual.**, p. 113.

<sup>52</sup> VICENTE, Marcos Felipe. História e Antropologia: possíveis diálogos. **AEDOS**, n. 5, v. 2, 2009, pp. 26-43, p. 31.



Perceber a própria posição enquanto “analista” e que essa posição pode influenciar na forma como entendemos o outro: essa é a ideia fundamental da Alteridade. Tentar, sabendo da impossibilidade, se colocar no lugar daquele que estudamos e entender como ele via a realidade a sua volta, evitando o máximo possível que a nossa concepção de realidade atrapalhe essa tarefa. Emblemática e exemplificadora é uma passagem inicial d’*A escrita da história*, de Michel de Certeau, quando o autor afirma:

Esta análise será, evidentemente, determinada pela prática bastante localizada da qual pude lançar mão quer dizer, pela localização do meu trabalho – ao mesmo tempo um período (a história dita “moderna”), um objeto (a história religiosa) e um lugar (a situação francesa). Este limite é capital. A evidênciação da *particularidade* deste lugar de onde falo, efetivamente prende-se ao assunto de que se vai tratar e ao ponto de vista através do qual me proponho examiná-lo.<sup>53</sup>

Saber posicionar-se e compreender a posição do objeto a ser analisado, eis a chave. Interessante iniciativa de Michel de Certeau ao fazer isso no início do seu livro. Essa prática torna-se cada vez mais frequente entre os historiadores. Isso auxilia na observação daquilo que analisamos e demonstra sinceridade para com o leitor, o que parece positivo.

Acreditamos que tenha ficado claro que o maior ganho que enxergamos nesse relacionamento entre História e Antropologia foi o fato de isso proporcionar uma mudança no olhar do historiador. Tornamo-nos mais sensíveis a aspectos que antes passavam despercebidos. Essa é, mais ou menos, a opinião de E. P. Thompson acerca desse relacionamento. Ou pelo menos é o que Marcos Felipe Vicente afirma quando diz que “para Thompson, a sua contribuição [da Antropologia] não reside no modelo, mas principalmente sobre um novo olhar que se lança sobre velhos objetos”<sup>54</sup>.

Oferecer uma definição final e sintética de Antropologia histórica é praticamente impossível. Autores diferentes tendem a entendê-la de forma diferente. Significa que pode acontecer de o conceito de Antropologia histórica ser, para Carlo Ginzburg, a ciência do vivido, para Jacques Le Goff, o estudo do homem cotidiano, para André Burguière, o estudo dos costumes<sup>55</sup>. Falaremos sobre esse último autor citado por Carbonell, na impossibilidade de trabalhar o conceito para as mais diversas opiniões, por ser este, parece-nos, o conceito mais aceito atualmente.

---

<sup>53</sup> CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. Trad. Magda Lopes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, pp. 30-31. (Grifo original)

<sup>54</sup> VICENTE. **História e Antropologia**, p. 33.

<sup>55</sup> CARBONELL. **Antropologia, etnologia e história** p. 280.





Burguière defende que tentar definir a Antropologia histórica pelo domínio que abarca é uma tarefa contraproducente. Tampouco parece válido, para esse autor, defini-la a partir das fontes que utiliza. Na sua visão, essa vertente não tem um domínio característico. O mais válido é definir essa área como “uma história dos hábitos: hábitos físicos, gestuais, alimentares, afetivos, hábitos mentais”<sup>56</sup>. Basicamente, trata-se de uma área que busca entender aspectos que, de tão automáticos na vida cotidiana dos sujeitos analisados, não chegam a ter influência de pesadas reflexões. A busca é por aquilo que foi interiorizado pelo grupo. Ou, de forma mais sintética, na elaboração do próprio Burguière, mas em outro trabalho:

Uma história dos *comportamentos* e dos *hábitos* – o que no século XVIII se chamava uma história dos *costumes* – é por acaso, em sua imprecisão, a expressão que melhor convém para designar o campo coberto pela antropologia histórica. Uma história dos hábitos para opor-se à história do acontecimento, do que não se produz mais que uma vez. Pelo contrário, é a história do que nunca constitui um acontecimento: gestos, ritos e pensamentos indefinidamente repetidos. Mas também uma história dos comportamentos para opor-se a uma história das instituições da mesma forma que à história das decisões.<sup>57</sup>

A definição oferecida é, a nosso ver, suficientemente delimitada para evitar que qualquer estudo seja considerado parte integrante e suficientemente aberta para proporcionar liberdades para o historiador. Sem falar, evidentemente, que um trabalho não precisa estar totalmente sob os parâmetros dessa única vertente. Na nossa concepção, e é o que tentamos fazer na nossa prática de pesquisa, relacionar acontecimentos e a história dos hábitos e comportamentos, ou seja, perceber as vinculações entre o tempo rápido e o tempo lento, é uma característica enriquecedora.

### **As possibilidades de diálogo entre História Intelectual e Antropologia histórica**

Já ficaram pistas ao longo do texto que indicam em quais pontos centramos nossa ideia de aproximar a História Intelectual e a Antropologia Histórica para abordar nossos objetos de estudo. Discorreremos de forma mais extensa nos itens anteriores, por acreditar que o mais importante era deixar que transparecesse tanto nossa concepção de uma área quanto de outra. Em todo caso, isso possibilita que essa parte final seja mais concisa do que o restante do nosso trabalho. Primeiramente, cabe ressaltar que a aproximação entre História Intelectual e Antropologia já ocorre de forma relativamente concretizada em uma vertente ainda não muito praticada pelos historiadores brasileiros: a Antropologia Escolástica. Tendo como o principal representante o francês Alain Boureau, essa vertente busca nas discussões ocorridas no seio da

<sup>56</sup> BURGUIÈRE. **A Antropologia Histórica**, pp. 303-306.

<sup>57</sup> \_\_\_\_\_. **Antropologia Histórica**, p. 43.



universidade medieval, principalmente entre os anos de 1150 e 1350 (período em que o meio universitário estava sob forte influência da Escolástica), concepções e discussões sobre o homem<sup>58</sup>. Entretanto, a Antropologia escolástica possui algumas delimitações: temáticas, digamos assim, por se preocupar basicamente com as concepções de homem; cronológicas, por centrar-se entre os séculos XII e XIV; além de limitar o meio social com o qual a análise deve se preocupar, o âmbito universitário. Acreditamos que se nos contentarmos com a aproximação entre a História Intelectual e a Antropologia Histórica abrimos mais possibilidades temáticas e mantemos a opção de que a análise seja das discussões universitárias, mas também a partir de documentações produzidas em outras esferas da sociedade.

O primeiro ponto em que acreditamos que essa relação pode se demonstrar profícua é aquele da dificuldade da Antropologia analisar a diacronia e da História atentar para a sincronia, cujos diagnósticos nesse sentido citamos alguns anteriormente. Ora, essa dificuldade da Antropologia Histórica pode ser bem mais facilmente vencida caso assumamos as concepções de linha horizontal e vertical, como proposto por Carl Schorske para o âmbito da História Intelectual. O leitor vai lembrar que Schorske propõe que posicionemos o nosso objeto analisado (uma produção intelectual de qualquer tipo, na nossa concepção) nas linhas que representam a diacronia (vertical) e a sincronia (horizontal). A partir disso poderíamos relacionar com outras produções que vieram antes, mas também no mesmo recorte temporal do objeto que é o centro da análise. Somando-se a isso as discussões que levantamos acerca da relação Texto/Contexto, e o equilíbrio que defendemos entre a análise interna da documentação e do contexto sócio-histórico concreto em que as produções foram elaboradas, acreditamos ter uma chave valiosa para analisar tanto o que apresentou mutações durante o tempo quanto as permanências.

Próximo aspecto positivo na relação que propomos: o pesquisador, por exemplo, o medievalista, principalmente aquele que recém inicia sua experiência na área, rapidamente percebe que a abundância de opções de documentação não será uma realidade no seu dia-a-dia. Das barreiras linguísticas – não está entre as coisas mais recorrentes alguém chegar na universidade lendo em latim ou em vernáculos como o *langue d'oïl* -, passando pela baixa taxa de permanência de objetos produzidos pelas classes desprivilegiadas, podem ser várias as causas das dificuldades de selecionar documentos. Isso acaba fazendo com que trabalhemos, muito frequentemente, com documentação escrita por setores socialmente pertencentes à elite e,

---

<sup>58</sup> Para uma introdução ao tema, direcionamos o leitor ao texto TEIXEIRA, Igor Salomão. Antropologia histórica e antropologia escolástica na obra de Alain Boureau. **Bulletin Du centre d'études médiévales d'Auxerre**, v. 18, n. 1, 2014, pp. 1-13.



principalmente, com traduções. Isso, além de dificultar trabalhos sobre temas que não aparecem tanto na escrita por serem da ordem do automático (como concepções de morte e crenças escatológicas)<sup>59</sup>, durante muito tempo fez com que os historiadores tirassem conclusões generalizantes a partir desses documentos, como se aquelas visões de mundo “de cima” representassem um todo social. A relação com a Antropologia fez com que os historiadores compreendessem melhor os “de baixo”, percebendo que suas visões de mundo não são convergentes, em via de regra, com as visões de mundo da elite letrada da Idade Média, por exemplo. Ao perceber isso, mesmo trabalhando com documentação produzida por essa elite, com uma “grande obra”, conseguimos posicionar as nossas conclusões de forma mais realista. Se através da análise da *Suma Teológica* de Tomás de Aquino conseguimos captar uma concepção de morte, em documentação diferente produzida por setores diversos, provavelmente seja possível captar outra. Ao dar voz às classes anteriormente desprezadas como irracionais e supersticiosas, nossa disciplina se aproxima mais da complexidade do real.

### Considerações finais

Acreditamos que ao nos aproximarmos da Antropologia Histórica conseguimos mais facilmente desconstruir o elitismo presente em algumas concepções de História Intelectual. Isso, certamente, por causa do novo olhar que os historiadores que se interessam por essa área antropológica podem adquirir. Falamos anteriormente, ao finalizar a parte acerca da História Intelectual nesse artigo, sobre a concepção presente na obra *Historia Intelectual del Occidente Medieval*, de Jacques Paul. É evidente que esse elitismo poderia ser problematizado de outra maneira. Poderíamos, sem o auxílio da Antropologia, dizer que é incoerente afirmar que as “grandes obras acabadas” representam melhor a visão de mundo de uma época porque permaneceram para a posteridade. Todavia, acreditamos que ganhamos propriedade se afirmamos isso também porque percebemos que já foram trazidas à superfície visões muito complexas e interessantes de mundo a partir de estudos de sociedades que sequer possuíam escrita. Esse arcabouço comparativo de culturas e visões de mundo poucas áreas poderiam oferecer como a Antropologia. Em síntese: é esse novo olhar que emerge das relações cada vez mais bem articuladas entre a História e a Antropologia e todo o saldo positivo que isso pode

---

<sup>59</sup> Nesse quesito acreditamos que o que pode nos auxiliar é, como chamou Carlo Ginzburg, o “paradigma indiciário”. Procurar nos documentos pistas sobre um assunto que não necessariamente o produtor desse documento pretendia transparecer ali. Procurar brechas nas documentações para além do que os produtores refletiram com atenção. Podemos, assim pensamos, encontrar traços de temas que só aparecem na documentação de forma indireta, como os pelos quais se interessa a Antropologia histórica. Sobre o paradigma indiciário cf. GINZBURG, Carlo. *Sinais, raízes de um paradigma indiciário*. In: \_\_\_\_\_. **Mitos, Emblemas, Sinais**. Frederico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, pp. 143-179.



acarretar para a prática da História Intelectual que nos motiva a propor essa aproximação. Acreditamos ter ficado evidente que concordamos com Thompson quando este diz que a maior contribuição da nova área é o novo olhar que é por isso possibilitado. Ou podemos afirmar com Marco Aime: “*avere nuovi sguardi è un arricchimento*”<sup>60</sup>.

---

<sup>60</sup> AIME; LA ROCCA. **Antropologia culturale**, p. 44.



# Das formas do sertão: diálogo entre história, literatura e fotografia

Backland's forms: dialogues between history, literature and  
photography

**Eudes Marciel Barros Guimarães**

Doutorando em História  
Universidade Estadual Paulista  
eudesembg@yahoo.com.br

**Recebido em:** 16/12/2016

**Aprovado em:** 17/04/2017

**RESUMO:** Este artigo trata-se de um exercício de aproximação entre duas obras da literatura brasileira – *Os Sertões* (1902), de Euclides da Cunha, e *Grande Sertão: Veredas* (1956), de João Guimarães Rosa – e as fotografias que Pierre Verger e Marcel Gautherot registraram em viagens pelo interior do Brasil nas décadas de 1940 e 1950. O objetivo consiste em elaborar uma interpretação histórica sobre formas escritas e visuais acerca dos sertões brasileiros. Para isso, retomo alguns pontos levantados pela crítica literária, especialmente a partir do estudo de Willi Bolle (2004), para tratar do tema da “nação dilacerada” presente tanto na literatura quanto na fotografia, de modo que atravessa toda a história do Brasil republicano do ponto de vista dos escritores e dos fotógrafos em questão.

**PALAVRAS-CHAVE:** Sertão, Literatura, Fotografia.

**ABSTRACT:** This article is a reflection about connections between two books of Brazilian literature – *Os sertões* (1902) by Euclides da Cunha and *Grande Sertao: Veredas* (1956) by João Guimarães Rosa – and photographs that Pierre Verger and Marcel Gautherot recorded in travel into Brazil in the 1940s and 1950. The aim is to develop a historical interpretation about written and visual forms of Brazilian backlands. For this, I return to some points raised by literary criticism, especially from the study of Willi Bolle (2004), to approach the theme of the “torn nation” present in both literature and photography, so that it crosses the whole history of republican Brazil of the writers’ point of view and of the photographers.

**KEYWORDS:** Backland, Literature, Photography.

Há um vasto repertório que se desdobra da palavra sertão. O que parece designar, a princípio, uma alteridade geográfica – espaço desconhecido que se projeta no além-fronteira – configura, em seu desdobramento, um complexo mosaico identitário, com formas e linguagens de difícil mapeamento. A partir da publicação de *Os Sertões* (1902), Euclides da Cunha elaborou um modo de narrar o sertão que se tornaria, a partir de então, paradigmático, cujas imagens



impressionantes revelam o desencontro de um país consigo mesmo num momento crucial de construção da República. Mais de meio século depois, João Guimarães Rosa dava ao público *Grande Sertão: Veredas* (1956). O momento histórico era outro, mas permanecia o desencontro social brasileiro: a ausência de diálogo entre as diferentes camadas sociais é o tom fundante dos dois livros. Rosa, no entanto, reelabora a escrita de *Os Sertões*, quando o narrador passa a ser aquele que fala de dentro do sertão. Inaugura assim, diante do insuperável livro de Euclides, um outro paradigma narrativo, igualmente insuperável.

Tendo em vista essas duas formas de contar a história do sertão, proponho incluir um terceiro tipo de narrador – o fotógrafo. Nas décadas de 1940 e 1950, quando Guimarães Rosa escrevia o seu romance, os fotógrafos franceses Pierre Verger e Marcel Gautherot percorreram diversos lugares do interior brasileiro, de que resultou um conjunto de imagens que guarda profunda relação com o tópico do desencontro social que caracteriza o país. É possível, dessa maneira, estabelecer um diálogo entre esses diferentes modos de narrar o Brasil, cujo sertão é o *locus* privilegiado. Diálogo através do qual podemos pensar, em última instância, nos entrelaçamentos entre literatura e fotografia em função da construção de uma história (entre as muitas histórias possíveis) do Brasil republicano.

Dividindo-o em duas partes, neste artigo analiso, no primeiro momento, dois livros que estão na esteira dos “retratos do Brasil”, tal como entendemos *Os Sertões* e *Grande Sertão: Veredas*, atentando-me basicamente à configuração do sertão como um lugar político por excelência – isto é, como um *locus* a partir do qual se pode discutir os destinos da nação –, para depois, no segundo momento, estabelecer um diálogo com as fotografias de Verger e Gautherot. Diante da gigantesca fortuna crítica a propósito das obras de Euclides da Cunha e Guimarães Rosa, recupero apenas alguns pontos pertinentes para cumprir com o propósito deste artigo, que não é, de modo algum, dar conta de toda uma tradição literária ou fotográfica. A proposta consiste tão-somente em levantar alguns aspectos pertinentes para perscrutar linguagens (escritas e visuais) que dão formas ao sertão.

### **Das formas literárias**

Quando convidado a escrever algumas considerações sobre livros que levaria consigo caso fosse destinado à solidão de uma ilha deserta, o escritor Moacyr Scliar teceu o seguinte comentário sobre uma de suas escolhas: “estamos agora diante do grande épico brasileiro, um livro que, como nenhum outro, captou a face oculta da brasilidade, e que consagrou pelo menos



uma expressão: ‘o sertanejo é antes de tudo um forte’<sup>1</sup>. Trata-se, evidentemente, de *Os Sertões*. Com essas palavras, Scliar reafirma o lugar privilegiado para o livro de Euclides da Cunha no cânone nacional, pois consiste, segundo ele, num épico – um livro que condensa as características daquilo que poderíamos chamar de escrito sintético sobre a formação do Brasil. Os olhos de Euclides estão voltados para os sertões do país, o que o faz conceber, na sua época, uma abordagem diferente e inovadora sobre os destinos da nação, conclamando os seus leitores a também voltarem os olhos para as profundezas do território brasileiro, num movimento redirecionado à contramão do Atlântico.

Canudos, portanto, passa a ser a metonímia do drama das populações sertanejas de todo o Brasil, mas potencializada a um estado mais brutal, posto que se trata de um estado de guerra. Para muitos comentadores do livro de Euclides, Canudos representou também uma outra possibilidade de organização social insuspeitada nos rincões mais distantes do território brasileiro. Enquanto os arautos da República e os dirigentes políticos mais poderosos – notadamente residentes nos centros urbanos das regiões litorâneas – voltavam as costas para o interior do país, ali se delineava, malgrado todo o abandono, miséria e má sorte, um modo de vida social aparentemente bem sucedido. É assim, pelo menos, que Moacyr Scliar entende a partir da leitura de *Os Sertões*, de modo que assinala:

O arraial preenchia uma necessidade na vida dos sertanejos pobres, desamparados. Não era só uma questão de religião. Em Canudos havia trabalho, inclusive para os negros e para os índios. Em Canudos havia uma escola. Em Canudos era proibido álcool e a prostituição. Resultado: a população do lugar cresceu e chegou a 25 mil habitantes – Canudos era o segundo núcleo populacional da Bahia, perdendo só para Salvador.<sup>2</sup>

Como se vê nessa passagem, Canudos aparece deslocado para um território quase utópico na cartografia do Brasil, como um lugar à margem. Talvez por isso, por fugir do controle do poder central, tornou-se uma ameaça: logo foi desbaratado e destroçado pelas “forças do centro”, isto é, pelo poder central dirigente. Esse desencontro geográfico e político tem vínculo forte com as oposições binárias caras ao pensamento social brasileiro, em que litoral e sertão, urbano e rural, cosmopolita e provinciano se opõem e se excluem. No caso em questão, o jogo entre “civilização” e “barbárie” leva à repressão e ao extermínio de um dos pares: “Agora: qual foi a atitude das autoridades, diante desse movimento? Repressão violenta. Uma guerra que durou um

---

<sup>1</sup> SCLIAR, Moacyr. Euclides da Cunha: Os Sertões. In: **Ilha deserta**: livros. São Paulo: Publifolha, 2003, p. 137.

<sup>2</sup> SCLIAR. Euclides da Cunha: Os Sertões, p. 138-139.



ano e mobilizou 10 mil soldados e que terminou com a destruição do arraial e o massacre da população”<sup>3</sup>.

Essa forma binária de dizer o sertão, que opera na contraposição entre um Brasil conhecido e um Brasil desconhecido, logo desconstruídos e opostos, tende a desconsiderar a dimensão bastante complexa que está justamente no “encontro” entre os lugares que formam o país como um todo, embora esse todo não deixe de ser fragmentado e multifacetado. Esse encontro não se dá apenas pelo viés da geografia, mas também, e principalmente, pela dimensão sociopolítica, pela aproximação dos personagens colocados em cena. Não por acaso, um médico sanitarista do início do século XX, estando no Rio de Janeiro, afirmou que “o ‘nosso sertão’ começa para os lados da Avenida”<sup>4</sup>.

Mas o fato é que nem mesmo o livro de Euclides da Cunha insiste no maniqueísmo de que tanto o acusam. Há de se dizer que existe ali, como destaca Alfredo Cesar-Melo, uma consciência de que, para além da “assimilação entre diferentes grupos sociais e regiões do país, o problema da nação era se perguntar que tipo de assimilação o Brasil desejava para si, uma vez que cidade e sertão, modernidade e arcaísmo são constantemente articulados e entrelaçados na vida social brasileira.” Nesse sentido, “em *Os sertões*, Euclides de Cunha denuncia a maneira como os sertanejos são explorados e utilizados como massa de manobra pelas elites citadinas e clama por um outro tipo de integração entre cidade e sertão, na qual os sertanejos sejam incorporados à pólis como cidadãos”<sup>5</sup>.

Em 1956, mais de meio século após a publicação de *Os Sertões*, vem a público *Grande Sertão: Veredas*, de João Guimarães Rosa. Nesse intervalo, dezenas de livros foram escritos retomando ideias de Euclides da Cunha.<sup>6</sup> Basta citar o caso de um escritor baiano que, ao tratar da *vida sertaneja*, tal como intitula o seu livro de 1927, reconstrói a famosa expressão euclidiana, propondo, no entanto, um outro perfil. Para Prado Ribeiro, “o sertanejo é, por circunstâncias étnicas e mesológicas, um triste”, ou seja, “ele não é a figura belamente desenhada, superiormente cantada pelos trovadores e revistógrafos da Capital Federal, como sendo um indivíduo cheio de

<sup>3</sup> SCLIAR. Euclides da Cunha: *Os Sertões*, p. 139.

<sup>4</sup> Cf. HOCHMAN, Gilberto. Logo ali, no final da avenida: Os sertões redefinidos pelo movimento sanitarista da Primeira República. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. V, suplemento, 1998, p. 217-235.

<sup>5</sup> CESAR-MELO, Alfredo. Algumas relações intertextuais entre Euclides da Cunha e Guimarães Rosa. **Revista IEB**, n. 53, mar./set. 2011, p. 79.

<sup>6</sup> Vale citar o que escreve Alfredo Cesar-Melo sobre essa questão: “Foi o autor de *Os sertões* o artífice do discurso que insere o sertanejo no centro da nacionalidade e que interpela o brasileiro letrado da urbe a conhecê-lo e valorizá-lo. Escrever sobre o sertão depois de *Os sertões* não deixava de transparecer um desejo, por parte do letrado brasileiro, de medir-se, de algum modo, com Euclides da Cunha.” CESAR-MELO. Algumas relações intertextuais..., p. 71.





virtudes e de moral elevada”. É, pois, uma figura cheia de defeitos, “uns oriundos da sua formação étnica, outros originados da sua educação e ignorância completa que tem das coisas”<sup>7</sup>.

Ocorre que *Grande Sertão: Veredas* inaugurou um novo modo de pensar e dizer o sertão e o sertanejo. Há uma riquíssima fortuna crítica a propósito desse romance, estudos que elaboram diversas proposições de interpretação, mas um dos mais bem elaborados foi realizado por Willi Bolle, no ensaio que intitulou *grandesertão.br*: o romance de formação do Brasil. O livro de Guimarães Rosa, segundo Bolle, funciona como um hipertexto, “um *network* no qual o sertão é o mapa alegórico do Brasil”<sup>8</sup>, pois há nele o desdobramento de alegorias que se tratam, na verdade, de redes temáticas, de modo que o sistema jagunço consiste na instituição entre a lei e o crime; o pacto com o Diabo significa a alegoria de um falso pacto social; a figura de Diadorim condensa o desafio para desvendar o dissimulado e o desconhecido; e a fala do povo representa o próprio labirinto da língua. Logo, o que está em questão é a primazia da linguagem. Pode-se dizer que a elaboração da narrativa em forma de hipertexto em *Grande Sertão: Veredas* é um modo de incursão no labirinto das linguagens políticas operantes na formação de um povo, de uma nação. E o sertão é escolhido por Guimarães Rosa como o *locus* para pensar sobre o dilema da formação da nação brasileira. Para Bolle, o livro de Rosa trata-se de uma reescrita do livro de Euclides, e o elemento principal e transformador dessa escrita reelaborada é a figura do narrador.

Existe, a princípio, uma aproximação entre os dois: “O narrador de Euclides, assim como o de Guimarães Rosa, se oferece como guia através da *Terra*, respectivamente o sertão de Canudos, no norte da Bahia, e o ‘Alto-Norte brabo’ de Minas Gerais. O eixo de ligação entre essas diferentes partes do sertão é o Rio São Francisco”. No entanto, há uma diferença substancial entre ambos que está no “tipo de olhar sobre o sertão”<sup>9</sup>.

Euclides aparece como um “narrador-cartógrafo”, na expressão de Roberto Ventura. Conforme Bolle, ele “apresenta o sertão através de uma visão de cima”, pois começa o livro com

---

<sup>7</sup> Interessante notar que, no prefácio da primeira edição de 1927, Prado Ribeiro escreve: “Não sei se alguém já descreveu vigorosa e verdadeiramente o sertão. Um dos poucos trabalhos que existem sobre esse assunto é o primoroso livro de Euclides da Cunha, a obra clássica da literatura brasileira. Este livro mesmo é incompleto, pois o grande polígrafo nacional deu um cunho científico e panfletário à sua obra [...]. Tendo nascido e me criado no sertão da Bahia, venho agora dar publicidade este livro que julgo o reflexo fiel dos usos e costumes dos sertões [...]”. Vê-se que o autor reserva a si um lugar de autoridade para fazer o “reflexo fiel” do sertão da Bahia, argumentando que, tendo lá nascido, poderia escrever de forma mais substancial. Argumento pouco convincente, diga-se de partida, e que se revela insustentável, posto que Ribeiro encerra a sua narrativa com uma série de preconceitos e estereótipos, pouco ou nada avançando no papel a que se propõe em relação ao livro de Euclides. RIBEIRO, Prado. **Vida sertaneja**: usos, costumes e folclore do sertão baiano. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia editores, 1951, p. 19.

<sup>8</sup> BOLLE, Willi. **grandesertão.br**: o romance de formação do Brasil. São Paulo: Ed. 34, Duas Cidades, 2004, p.8-9.

<sup>9</sup> \_\_\_\_\_. **grandesertão.br**, p.53-54.



um sobrevoo ao Brasil, desde o “planalto central” até os confins de Jeremoabo e Monte Santo. Nesse momento, o narrador euclidiano, subordinado ao código da geografia científica, elabora o seu tipo de olhar sobre o sertão *do alto da montanha*. Exemplo disso é que, ao esboçar a cartografia de Canudos, oferece ao leitor “um golpe de vista do alto da Serra de Monte Santo, de onde se tem idealmente uma visão panorâmica do teatro das operações militares: os tabuleiros, as caatingas e as serras”<sup>10</sup>.

Em *Grande Sertão: Veredas*, o narrador tem voz na figura de Riobaldo, o “jagunço letrado”, e a grande diferença do ponto de vista narrativo é a “travessia” a que ele se propõe. Logo, as “veredas” são os caminhos para dizer o sertão – a elaboração de uma cartografia, nesse caso, torna-se difícil e complexa. Diferentemente do narrador euclidiano, Riobaldo fala *de dentro do sertão*. Não se trata mais de uma geografia ancorada na cientificidade dos mapas, pois, embora exista no livro de Rosa o apoio na topografia real, há a incessante invenção de espaços ficcionais. As travessias em espaços reais e fictícios se desdobram num complexo jogo da linguagem que convida o leitor a uma participação ativa no labirinto que é o sertão: labirinto não só geográfico, mas sobretudo do pensamento: “o sertão como forma de pensamento”. De tudo que isso sugere, pode-se, por exemplo, refletir sobre um elemento recalcado pela elite modernizadora do país: o “espaço anárquico de uma população depauperada e crescente, que escapava ao controle e era oposto aos ideais de ordem e progresso”<sup>11</sup>.

Os olhos que passam a estar voltados para o sertão tem no narrador de Euclides um jogo ambíguo de aproximação distanciada – é o olhar de um engenheiro que não se desprende de sua “formação litorânea”. Por sua vez, o narrador rosiano tem nesse movimento uma instância formadora e projetiva, distanciando-se dos enganos dos caminhos para o leste – para o mar, para o além-mar, para a Europa enfim. Conforme Luiz Roncari, “Riobaldo se volta para o interior, para o sertão, ele quer enfrentar seus demônios, e não buscar uma civilização já estabelecida, mas para a qual pouco havia contribuído.” Essa atitude, portanto, “é oposta às de João Miramar e Serafim Ponte Grande, dos romances de Oswald de Andrade, os quais, do litoral que imitava a civilização europeia, só tinham as vistas para ela própria e suas utopias”<sup>12</sup>. Guimarães Rosa, por sua vez,

---

<sup>10</sup> BOLLE. *grandesertão.br*, p.53-54.

<sup>11</sup> \_\_\_\_\_. *grandesertão.br*, p. 78.

<sup>12</sup> RONCARI, Luiz. *O Cão do sertão: literatura e engajamento: ensaios sobre João Guimarães Rosa, Machado de Assis e Carlos Drummond de Andrade*. São Paulo: Ed. UNESP, 2007, p. 94.



Ao escrever *como* o Sertão, de modo não-linear, não sequencial, mas de forma associativa e transitória, construiu [...] uma rede de redes temáticas, um hipertexto – que, significativamente, se encerra (encerra?) com o signo do infinito. A errância do protagonista e a organização labiríntica do saber por parte do narrador são viagens através de um espaço enciclopédico, o *Grande Sertão: Brasil*, por meio de trilhas ou *links*, que são as unidades de interconexão do hipertexto.<sup>13</sup>

Estamos, portanto, diante das duas matrizes de maior força para pensar o sertão brasileiro a partir do século XX: *Os Sertões* (1902) e *Grande Sertão: Veredas* (1956). Para avaliar a força dessas matrizes, bastaria uma breve consulta à gigantesca fortuna crítica referente a esses livros. Cada uma funciona como reconstrutora dos significados de sertão, partindo de modelos, imagens e categorias existentes, recriando cenários, estilos e figuras de linguagem, inserindo de forma contundente o debate sobre as condições dos despossuídos frente aos “donos do poder”, ou seja, o debate sobre a “nação dilacerada”<sup>14</sup>. Antes de Euclides, autores como José de Alencar, Franklin Távora e Afonso Arinos consistiam nas vozes mais preponderantes sobre a temática sertaneja na literatura. Não que as imagens presentes em seus textos tenham se deslocado do imaginário brasileiro, mas ocorre que, depois de 1902, conforme Dawid Bartelt houve uma reviravolta discursiva de enorme alcance, inclusive entre estudiosos de literatura e historiadores:

O livro e seu autor foram encaixados desde cedo numa sacralidade própria. [Estudiosos de literatura e historiadores] convencidos do formidável efeito dos “grandes” textos e presos a um mítico conceito de autor, foi consenso durante décadas que *Os Sertões* trouxeram o sertão para a consciência nacional de forma abrupta e com isso – na minha terminologia – estabeleceram uma virada discursiva, um amplo contradiscurso.<sup>15</sup>

Guimarães Rosa, como foi dito, procede com a reescrita da obra máxima de Euclides, de que resulta aquele que Bolle chama de “o romance de formação do Brasil”. Portanto, para se tornar lugar – e “lugar político” por excelência, porque a partir dele pode se pensar a nação – o sertão passa necessariamente pelo domínio e artifícios da palavra.

Luiz Costa Lima, ao resenhar *grandesertão.br*, assinala os méritos da interpretação de Willi Bolle, mas pontua sua discordância com relação ao modo como o livro de Guimarães Rosa é colocado num patamar corroborativo dos ensaios sociológicos e históricos sobre o Brasil. O que

---

<sup>13</sup> BOLLE. *grandesertão.br*, p. 88.

<sup>14</sup> No capítulo intitulado “A nação dilacerada”, Willi Bolle considera a representação do povo como um dos elementos constitutivos mais complexos de *Grande Sertão: Veredas*, de modo que escreve: “Minha hipótese de trabalho é que o retrato do Brasil neste romance é centrado no problema da nação dilacerada”. BOLLE. *grandesertão.br*, p. 261-263.

<sup>15</sup> BARTELT, Dawid Danilo. *Sertão, República e Nação*. Trad. Johannes Kretschmer e Raquel Abi-Sâmara. São Paulo: Edusp, 2009, p. 21.



está em questão é a natureza da narrativa ficcional que, segundo o resenhista, vai além da “abordagem documentalista” marcante naqueles ensaios.

A partir do corretíssimo contraste com *Os Sertões*, o autor, fiel ao propósito de ler o romance rosiano como um “retrato” do país, o confronta com as interpretações sucessivas de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Jr., Oliveira Vianna, Celso Furtado, Raimundo Faoro, Darcy Ribeiro. Admite-se que desses paralelismos, sobretudo com *As Instituições Políticas Brasileiras* (1949) e *Os Donos do Poder* (1958), resultam esclarecimentos bastante importantes para a decodificação da conversa de Riobaldo. Por eles, o que permanecesse obscuro ou mesmo insuficiente nas explicações do ex-jagunço é passível de agora tornar-se meridiano. O *Grande Sertão* então se reduz a um “retrato” que corrobora o que “retratos” anteriores já nos tinham feito saber; corroboração de que seu objeto é uma nação dilacerada, e não porque o litoral se oponha ao sertão, senão porque o poder é um só e, quer nas cidades, quer nos ermos, gera multidões de párias e excluídos.<sup>16</sup>

Embora a crítica maior de Costa Lima seja sobre esse papel corroborativo da ficção que o estudo de Bolle encerra frente aos escritos de sociólogos e historiadores, fiquemos nesse ponto sem o aprofundamento merecido no âmbito do debate empreendido nos estudos literários acerca da função do ficcional e da diferença da ficção como arte – que se estende para além da incidência social – em relação ao que o mesmo Costa Lima chama de “abordagem documentalista que tem marcado a literatura e os estudos literários latino-americanos e brasileiros desde o século XIX”<sup>17</sup>. Pois é justamente essa aproximação, considerando-a não como um prejuízo, mas como um exercício fecundo, que me interessa para avançar na leitura dos variados modos de ver o sertão, para além da palavra escrita.

O ponto que aqui destaco é a dimensão política que se opera na linguagem de *Os sertões* e *Grande Sertão: Veredas*, bem como em outros “retratos do Brasil”. São obras que transformam o sertão em um lugar político por excelência, não circunscrito apenas à dimensão geográfica, tampouco ao pitoresco. Daí para o que Costa Lima, a partir da leitura de Bolle, sintetiza substancialmente: “o seu objeto [desses retratos] é uma nação dilacerada, e não porque o litoral se oponha ao sertão, senão porque o poder é um só e, quer nas cidades, quer nos ermos, gera multidões de párias e excluídos”<sup>18</sup>.

### **Diálogo com a fotografia**

Assim como a literatura, a fotografia é um lugar fecundo para se investigar as formas que o sertão assume na primeira metade do século XX. Minha hipótese é que, como lugar político, o sertão, a partir de meados do século XX, além da força da palavra, passa a ter um suporte potente

---

<sup>16</sup> COSTA LIMA, Luiz. **Riobaldo: culpa e luto**. *Revista USP*, n. 65, março/maio 2005, p. 192-193.

<sup>17</sup> \_\_\_\_\_. **Riobaldo: culpa e luto**, p. 193.

<sup>18</sup> \_\_\_\_\_. **Riobaldo: culpa e luto**, p. 192-193.



na imagem visual. No cinema, o cangaço como metonímia do interior nordestino aparece em *O Cangaceiro* (1953), de Lima Barreto. Não se pode esquecer também, entre tantos outros, dos filmes de Humberto Mauro. Mas é na década de 1960 que a linguagem cinematográfica – com o Cinema Novo – ganha o patamar de outra matriz para ver e dizer o sertão do ponto de vista da denúncia social, não mais do pitoresco e do saudosismo, destacando-se *Deus e o Diabo na Terra do Sol* (1963), de Glauber Rocha, não por acaso filmado em Monte Santo.

Nas décadas anteriores, porém, com as atividades fotográficas intensificadas no decorrer das guerras mundiais, a fotografia teve um papel proeminente na construção de imagens visuais de diversas partes do planeta. A profissão de fotógrafo foi revigorada com a invenção de câmeras portáteis que produziam imagens com melhor qualidade, a exemplo da *rolleiflex*. Durante a Segunda Guerra Mundial e nos anos que a sucederam, fotógrafos europeus partiram para outros continentes, com o intuito de expandir ou recomeçar a carreira. Foi o caso dos franceses Pierre Verger e Marcel Gautherot que, depois de traçarem caminhos distintos em diversos países, começaram a percorrer o Brasil com maior intensidade a partir da década de 1940. Embora cada um tenha construído sua trajetória de forma autônoma e independente, foram companheiros em viagens ao interior da Bahia, mais especificamente na região de romarias que margeia o rio São Francisco.

É evidente que, quando aproximamos o escrito e o visual, ou melhor, as obras literárias anteriormente tratadas e as fotografias de Pierre Verger e de Marcel Gautherot, coloca-se o problema incontornável a respeito da natureza de cada uma dessas linguagens. Vimos que foi possível a Guimarães Rosa reescrever o texto de Euclides, elaborando, assim, outro modo de dizer o sertão. Mas isso se deu no âmbito da escrita que, embora se trate de tarefa nada confortável, torna possível, segura e fecunda uma análise literária ou histórica comparando as duas obras. Aproximar o visual e o verbal requer atenção para a natureza distinta dessas linguagens, mas, para além disso, sobressai os modos como elas funcionam na dinâmica das construções culturais e políticas.

Conforme sustento, essa aproximação se dá, antes de tudo, no campo das sensibilidades. Nesse sentido, é preciso ampliar a noção de “político” para além dos conflitos de poder tornados visíveis no trato recorrente da política. Tal noção ampliada perpassa as dimensões mais insuspeitadas de práticas sociais e de criações culturais que se tornam representações em linguagens visuais e escritas. Num conjunto de estudos recente, que reúne diversos artigos que indagam as “tramas do político”, o conceito é ampliado de tal forma que:



Importa interrogar as sensibilidades e paixões, sua efetividade nas socializações e relações de poder/submissão; sua presença nas representações e imagens que informam o mundo em que vivemos, re-produzimos e que, muitas vezes, internalizamos como “natural” e irreversível. Sentimentos e afetos também atuantes nas práticas de liberdade, nas *poiesis* que fomentam a cultura e o político.<sup>19</sup>

Por conseguinte, a fotografia pode consistir em linguagem política carregada de sutilezas, direcionada a contestar esferas de poder, denunciar abusos e mazelas sociais, propor novas percepções do já conhecido, (re)elaborar afetividades e formas de relação com o mundo ou o conhecimento mesmo do mundo. Considere-se, pois, a “imagem visual como parte integrante do processo simbólico, que reformula e dá sentido aos elementos presentes nas relações sociais”<sup>20</sup>.

“O sertanejo é antes de tudo um forte”, concluiu Euclides. “O sertão me produz, depois me engoliu, depois me cuspiu do quente da boca”, escreveu Rosa. O que dizer, então, quando olhamos uma imagem em que personagens de livros tão marcantes parecem ganhar formas visíveis? Quais pontos de encontro podemos elaborar, num sentido historiográfico, entre palavras e imagens como modos de ver e dizer esse espaço potente da linguagem política brasileira que é o sertão? Como se elabora e se revela a “face oculta da brasilidade”, usando a expressão de Moacyr Scliar, nas fotografias de Pierre Verger e Marcel Gautherot?

A princípio, cabe ressaltar que o interesse desses dois fotógrafos era por fotografar paisagens humanas e naturais diversas, dotando da maior vivacidade possível cada uma de suas imagens, fossem registradas na gruta do Bom Jesus da Lapa, na ilha de Marajó ou na cidade de Tiradentes, no interior de Minas Gerais. Suas atividades fotográficas, portanto, não se restringem ao debate da nacionalidade brasileira. No entanto, o tema da “nação dilacerada” está presente com grande relevo.

Samuel Titan Júnior, ao comentar a obra fotográfica de Marcel Gautherot, chama a atenção para um aspecto fundamental: “Longe de toda fotografia de propaganda, uma parte importante da obra de Gautherot pode ser lida como uma longa e vasta reportagem sobre os modos de vida do povo brasileiro – à exclusão quase completa das elites e das classes médias urbanas”<sup>21</sup>. O mesmo pode-se dizer das fotografias de Pierre Verger. Assim, o que aproxima os fotógrafos dos romancistas citados é, sobretudo, a preocupação com os excluídos. Esses

---

<sup>19</sup> SEIXAS, Jacy; CERASOLI, Josianne; NAXARA, Marcia. Apresentação. In: \_\_\_\_\_ (orgs.). **Tramas do político: linguagens, formas, jogos**. Uberlândia: EDUFU, 2012, p. 9.

<sup>20</sup> LIMA, Solange Ferraz de; CARVALHO, Vânia Carneiro de. **Fotografia e cidade: da razão urbana à lógica de consumo – álbuns de São Paulo (1887-1954)**. Campinas: Mercado das Letras, 1997, p. 15.

<sup>21</sup> TITAN JÚNIOR, Samuel. Gautherot encontra Guarany. In: MAMMÌ, Lorenzo (org.). **A viagem das carrancas**. São Paulo: Martins Fontes, Instituto do Imaginário do Povo Brasileiro, Instituto Moreira Salles, 2015, p. 126.



excluídos ganham uma certa dignidade em várias das fotografias, revelando que, mesmo em condições precárias, havia uma vida social bastante dinâmica. A propósito, tais fotógrafos não se propunham a tematizar a pobreza por si só, mas sim a fluidez da vida, as diversidades culturais e os diferentes rostos que compõem a pluralidade do mundo.

Nas imagens a seguir podemos perceber os vários matizes sociais brasileiros – sertanejos, neste caso – que são representados nas fotografias de Pierre Verger e de Marcel Gautherot.



Figura 1. Bom Jesus da Lapa, BA. Pierre Verger.  
Fonte: Fundação Pierre Verger.

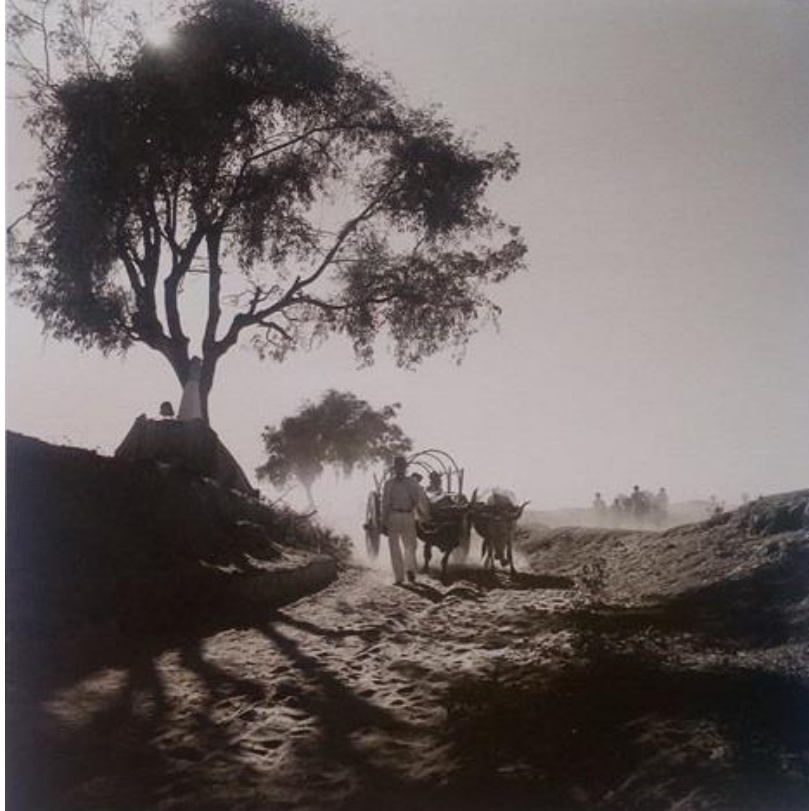


Figura 2. Rio São Francisco, BA. Marcel Gautherot.  
Fonte: Instituto Moreira Salles.



Figura 3. Canudos, BA. Pierre Verger.  
Fonte: Fundação Pierre Verger.





Figura 4. Brasília, DF. Marcel Gautherot.  
Fonte: Instituto Moreira Salles.

Ao observamos essas imagens selecionadas, notamos a presença de pessoas marcadamente pobres. Uma perspectiva espacial dupla pode ser percebida, quer dizer, uma geografia real e outra simbólica: gente de diferentes lugares e de um mesmo lugar aparecem fotografadas. De um lado, o “mesmo lugar”, múltiplo e único – portanto simbólico – consiste no sertão de Rosa e de Euclides. De outro lado, a especificidade de cada lugar – cenários identificáveis na cartografia real do país – revelaromeiros, transeuntes, trabalhadores que têm posições movediças na sociedade brasileira e que, muitas vezes, nem têm lugar. Não por acaso, as duas primeiras fotografias (figuras 1 e 2) abordam claramente a mobilidade, as viagens de destinos incertos, as travessias de sertanejos. Nas outras duas (figuras 3 e 4), tal característica salta aos olhos se nos dermos conta das referências geográficas: Canudos e Brasília. Canudos se formou com a chegada de pessoas vindas das mais diversas regiões em busca de novas condições de existência. Foi tamanho o fluxo migratório, à margem do poder central do país a ponto de ameaçá-lo, que acabou por ser destruído pelas mãos do Estado. Cinquenta anos depois da guerra, Verger fotografou diversos cenários, rostos, ruínas e atividades sociais do lugar. Brasília, ao contrário, foi idealizada e construída pelo governo federal, atraindo gente das mais longínquas



localidades. Mas sua aproximação com Canudos é maior do que podemos imaginar, como demonstra Nicolau Sevcenko num texto em que destaca o *topos* da peregrinação na história do Brasil – uma história em que o sertão vira cidade e a cidade vira sertão num vice-versa de muitas vezes<sup>22</sup>.

Pierre Verger fotografou os romeiros de Bom Jesus da Lapa e os comerciantes de Canudos (figuras 1 e 3). Marcel Gautherot, com sua câmera, registrou transeuntes nas margens do São Francisco (figura 2), possivelmente também romeiros, já que se trata da mesma região de Bom Jesus da Lapa, no interior da Bahia. Além disso, fez imagens dos candangos nos arredores de Brasília, quando a cidade estava sendo construída num ponto central do sertão brasileiro. A fotografia que vemos (figura 4) evidencia o dilema que é o mesmo de *Os Sertões* e *Grande Sertão: Veredas*: pessoas completamente deslocadas, de cidadania negada, marcadas pelas constantes travessias e que, mesmo chegando no seio da geografia que abriga o poder central, não conseguem transpor a imensa barreira da desigualdade que marca o dilaceramento da nação. Nesse caso, a geografia retratada funciona como uma alegoria brutal: um lugar à margem, invisível ao sonho de país que se deseja concretizar a partir da cidade moderna de Brasília.

De acordo com Heloísa Espada, os candangos fotografados por Gautherot são, na verdade, moradores de uma comunidade chamada Sacolândia. Ao todo, a série é formada por aproximadamente 70 registros, constituindo um “importante contraponto ao caráter oficial da maior parte de suas imagens” da capital, que contam cerca de 3.500 registros cuja maioria enfatiza a monumentalidade das formas arquitetônicas.<sup>23</sup> Em comparação, nota-se um número absolutamente discrepante entre esses dois conjuntos, mas a preocupação do fotógrafo oficial de Brasília em registrar a paisagem à margem do eixo monumental aponta claramente para um certo compromisso do olhar diante das mais diversas nuances que o lugar oferece, sem deixar, porém, de sobressaltar o seu interesse pela arquitetura e pelas formas da paisagem:

Com enquadramentos frontais e luz intensa, Gautherot expõe com crueza a precariedade e a miséria da Sacolândia. Como nos registros da arquitetura moderna, o objetivo primeiro parece ser o de mostrar a estrutura daquelas casas maltrapilhas junto das quais mulheres e crianças posam passivamente. Mesmo nos retratos mais aproximados, as pessoas estão sempre inseridas no contexto

---

<sup>22</sup> SEVCENKO, Nicolau. Peregrinations, visions and the city: from Canudos to Brasília, the Backlands become the city and the city becomes the Backlands. In: SCHELLING, Vivian (org.). **Through the kaleidoscope: the experience of Modernity in Latin America**. New York: Verso, 2000, p.75-107.

<sup>23</sup> ESPADA, Heloísa. **Monumentalidade e sombra: o centro cívico de Brasília por Marcel Gautherot**. São Paulo: Annablume, 2016, p. 155.



do seu *habitat*. Por vezes, elas se confundem com o entorno, em meio à vegetação do cerrado e ao lixo.<sup>24</sup>

Gautherot, ao fotografar a mulher e as crianças diante de uma moradia improvisada nos arredores na nova capital federal – uma das suas poucas fotos em que as pessoas posam diretamente para a câmera – talvez estivesse fazendo a mesma pergunta que fizeram Euclides da Cunha e Guimarães Rosa: qual destino a nação reserva para os despossuídos, para aqueles que estão à margem do poder dirigente?

No entanto, em geral não são figuras humanas degradadas por completo pela paisagem, tal como geralmente são apresentadas nos romances regionalistas sobre a seca no Nordeste. Nessas fotografias vemos o que Samuel Titan Júnior chamou de “instantâneos da vida popular não sob o signo da pobreza ou da carência, mas sim em sua ordem e coreografia próprias”<sup>25</sup>. É evidente que a pobreza e a carência aparecem e são tematizadas, mas não limitam e tampouco conduzem o olhar, pois o que está em questão é uma perspectiva etnográfica subjacente às formações de Gautherot e Verger e a identificação de ambos com o que se chamava na época de “fotografia documental”:

Isso significava um afastamento das deformações e ambiguidades surrealistas, dos ângulos pouco convencionais e da fragmentação típicas das vanguardas construtivas e das fotomontagens dadás; por outro lado, representava a adesão ao preciosismo técnico, à clareza da composição, ao gosto pelo registro de corpos atléticos e saudáveis e um interesse antropológico por culturas de países tidos como “exóticos”.<sup>26</sup>

Talvez por isso exista a presença de elementos narrativos que constituem um ponto de vista de empatia com os personagens em cena. Se tomarmos os fotógrafos como “narradores”, não identificamos o tipo de olhar que “vem de cima” e se impõe altivo diante de um primitivismo caricato ou de estereótipos – esse tipo de “narrador-fotógrafo” está mais próximo das imagens que Flávio de Barros registrou da guerra de Canudos, basta comparar os registros que ele fez das expedições militares, quase sempre em poses heroicas, com os dos sertanejos, com seus aspectos degradantes e submissos. Tampouco se nota um tipo de olhar “que vem de dentro” e mostra conhecer a profundidade do espaço que aborda, posto que ele é experienciado pelo narrador por uma vida inteira, tal como o caso de Riobaldo em *Grande Sertão: Veredas*. É, na verdade, um tipo de olhar de alguém que é de fora – um estrangeiro –, mas que percebe ou se esforça para perceber a vivacidade do cotidiano de quem pratica o espaço; ao mesmo tempo, é um olhar que

---

<sup>24</sup> ESPADA. *Monumentalidade e sombra*, p. 154.

<sup>25</sup> TITAN JÚNIOR. *Gautherot encontra Guarany*, p. 126.

<sup>26</sup> ESPADA. *Monumentalidade e sombra*, p. 17.



consegue elaborar imagens relacionadas aos dilemas nacionais mais amplos – dilemas que, em última instância, não são somente do Brasil, mas dos países latino-americanos e, até mesmo, dos países atingidos pelo clima que a Segunda Guerra Mundial impôs.

### **Considerações finais**

Colocar em diálogo essas diferentes linguagens – o verbal e o visual, a literatura e a fotografia – contribui para matizar aspectos da história da República brasileira pelo viés das construções culturais. Nesse sentido, sobressaem temas e lugares-comuns que ganham formas complexas e inovadoras para colocar em questão problemas incontornáveis do país no âmbito do político.

Quando inicia o seu estudo sobre *Grande Sertão: Veredas*, Willi Bolle faz lembrar das palavras de um morador de Canudos, João de Régis (1907-2002), a propósito da guerra que dizimou parte dos seus antepassados: “Só faltou uma conversa”. O significado dessas palavras, segundo Bolle, refere-se à “falta de diálogo entre os representantes da antiga República brasileira e os rebeldes de Canudos que acabou levando àquela guerra fratricida”<sup>27</sup>. Essa questão é fartamente tematizada tanto no livro de Guimarães Rosa quanto n’*Os Sertões*, de Euclides da Cunha. De uma maneira mais sutil, fragmentada e contingente, a representação dos sertanejos aparece nas fotografias de Pierre Verger e de Marcel Gautherot irredutível a uma interpretação exclusiva, mas certamente referente às mazelas sociais brasileiras que relegaram uma imensa quantidade de pessoas aos enfrentamentos cotidianos com esparsa ou quase nenhuma condição material. Mesmo sem serem ouvidos pelos “donos do poder”, de maneira criativa, com ritmos próprios e gestos que lhes conferem uma substrato cultural complexo, essas mesmas pessoas elaboram uma vida possível nas margens permanentes que o país as relega.

---

<sup>27</sup> BOLLE. [grandesertão.br](http://grandesertão.br), p 17.



# A luta parlamentar do movimento Diretas Já: o vazio historiográfico sobre a atuação dos deputados federais do Partido dos Trabalhadores

The parliamentary struggle of the Diretas Já [the Direct Elections Now] movement: the historiographic hiatus about the activities of the Federal Deputies of the Partido dos Trabalhadores

**Glauber Eduardo Ribeiro Cruz**

Mestre em História

Universidade Federal de Minas Gerais

glauberduardoribeirocruz@gmail.com

**Recebido em:** 21/10/2016

**Aprovado em:** 10/04/2017

**RESUMO:** Este texto tem como objetivo analisar a historiografia da campanha das Diretas Já pela perspectiva parlamentar, principalmente pela atuação dos deputados federais do Partido dos Trabalhadores. As fontes utilizadas são os discursos encontrados no Diário do Congresso Nacional, Seção I, publicado entre os anos de 1983 e 1984 e disponíveis no site da Câmara dos Deputados. Ao total são dez (10) discursos dos deputados federais petistas Eduardo Suplicy e José Genoíno, que retratam a atuação parlamentar petista na campanha Diretas Já. O vazio da análise parlamentar como contribuição na luta pelas eleições diretas dimensiona a opção e a prioridade pela luta nas ruas construída pela historiografia. O objetivo do texto é compreender a luta e a função do parlamentar como ator político importante na vida partidária, especificamente o caso dos deputados federais petistas no movimento Diretas Já.

**PALAVRAS-CHAVE:** Partido dos Trabalhadores, Discurso parlamentar, Diretas Já.

**ABSTRACT:** This text objective analyze the history of the campaign for Diretas Já [direct elections now] the parliamentary perspective, mainly by actions of the deputies of the Partido dos Trabalhadores [Workers' Party]. The sources used are speeches found in the daily National Congress, section I, published between the years 1983 and 1984 and available in the Chamber of Deputies site. The total is ten (10) speeches of deputies PT Eduardo Suplicy and José Genoíno, portraying the parliamentary action PT in Diretas Já [direct elections now]. The emptiness of the parliamentary review as a contribution in the fight for direct elections sizes the option and priority for the fight in the streets built by historiography. The objective of this text is to understand the struggle and the role of Parliament as an importante political actor in the life partisan, specifically the case of PT deputies in Diretas Já [direct elections now].

**KEYWORDS:** Workers' Party, Parliamentary speech, Direct elections now.



## Introdução

No ano de 2014 completou trinta (30) anos do fim da campanha Diretas Já e do fatídico dia 25 de abril, em que o Congresso Nacional, mais especificamente, a Câmara dos Deputados impediu a aprovação da emenda Dante de Oliveira, que propôs o retorno da eleição direta para presidente da República do Brasil.

Os cientistas sociais e os historiadores têm analisado a campanha das Diretas Já por ângulos diferenciados. O uso de múltiplas fontes mostrou a abertura para interpretações divergentes. Neste texto, temos como objetivo discutir minimamente a historiografia construída do movimento Diretas Já e apresentar a luta parlamentar como objeto de pesquisa para a análise da campanha. Para isso, a nossa principal fonte são os discursos dos deputados federais petistas Eduardo Suplicy e José Genoíno encontrados no Diário do Congresso Nacional, Seção I, publicado entre os anos de 1983 e 1984 e disponíveis no site da Câmara dos Deputados.

A escolha teórica diante da nossa fonte de pesquisa é a análise de discursos proposta por Pocock e Albuquerque Júnior. Para Pocock, a análise do discurso e do pensamento político é importante para pensar e identificar as ações e os fatos que reagem ao passado, modificam o presente, e criam o futuro. Para se trabalhar com os discursos procura-se apresentá-los como atividade e continuidade de ação, por meio de performances, sendo um “campo de estudos constituído por atos de discurso, sejam eles orais, manuscritos ou impressos, e pelas condições ou contextos em que esses atos foram emitidos”<sup>1</sup>.

O discurso e o debate político como fontes da história são relevantes a partir da variedade das linguagens políticas, dos atores e dos contextos históricos, linguísticos e políticos. Os critérios constituintes da linguagem como fonte histórica são as construções, os acontecimentos e os valores sociais reconhecidos na performance discursiva, porque o discurso político é prático e animado por necessidades do presente: “a situação prática incluirá pressões, restrições e encorajamentos aos quais o autor estava sujeito ou acreditava estar sujeito, originados nas preferências e antipatias de terceiros e nas limitações e oportunidades do contexto político, tal como ele o percebia ou vivia”<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> POCOCK, John. G. A. **Linguagens do ideário político**. São Paulo: EDUSP, 2003. p. 64.

<sup>2</sup> \_\_\_\_\_.. **Linguagens do ideário político**, p. 64.



Na perspectiva de Albuquerque Júnior<sup>3</sup>, o lugar social é a fonte para análise do discurso: a própria produção, a época, em quais circunstâncias políticas, econômicas e sociais, por quem, como e o que ele diz sobre o passado construindo sua historicidade por meio da análise externa e interna. A análise externa requer o contexto, as condições históricas que permitiram sua emergência, datação e localização espacial, autoria e momento histórico, circunstâncias, pretexto, situação e objetivos. Por sua vez, a análise interna exige interrogar-se sobre a ordem do discurso e da formação discursiva, obedecendo regras gramaticais e estrutura da língua e modelos de gêneros narrativos.

O autor afirma que a utilização dos discursos como objeto de pesquisa requer a necessidade de serem mapeados em regularidades, em séries, em saberes, em temas e em conceitos, para localizar a construção de imagens de si e dos outros, lutas políticas e batalhas discursivas, e “é indispensável que estes discursos e pronunciamentos sejam cotejados com outros tipos de fontes e com discursos vindos de outros personagens do período, envolvidos com os mesmos episódios ou dentro do mesmo universo de preocupações”<sup>4</sup>.

Assim, o uso dos discursos se justifica pela importância dos registros realizados e pelo próprio ineditismo, uma vez que nas diversas leituras realizadas envolvendo pesquisa sobre o Partido dos Trabalhadores, não foi identificado nenhum autor/autora que deles tenha se utilizado como objeto de análise.

Neste ponto, consideramos que a atividade partidária desenvolvida nas instituições políticas foi praticada no plenário do Congresso Nacional, pois se trata do *locus* privilegiado de divulgação, definição e construção da concepção de política e da sociedade de cada partido político. A atividade parlamentar e o discurso são elementos necessários para a conquista de apoio e para o desenvolvimento de paixão política.

### **A historiografia do movimento Diretas Já!: prioridades historiográficas.**

A diversidade dos trabalhos direcionados para a campanha das Diretas Já impossibilitaria, da nossa parte, uma análise mais criteriosa no espaço delimitado para o texto. Por isso escolhemos os seguintes textos para uma interpretação da literatura que têm como tema principal

---

<sup>3</sup> ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Discursos e pronunciamentos. A dimensão retórica da historiografia. In: PINSKY, Carla; LUCA, Tânia de. **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009, p. 243.

<sup>4</sup>ALBUQUERQUE JÚNIOR. **Discursos e pronunciamentos**, p. 243.



as Diretas Já: Kotscho, Napolitano, Sanguiné Júnior, Leonelli e Dante, Bertonselcelo, Nery, Muniz e Freire.

Em suas singularidades, os autores acima se dividem nas seguintes análises: jornalística: Kotscho; imprensa: Napolitano, Sanguiné Júnior, Muniz; memorialística: Leonelli e Dante; sociológica: Bertonselcelo; revisão da literatura: Nery e partidária: Freire.

Em seu *Diário da Campanha das Diretas*, o então repórter do jornal Folha de São Paulo, Ricardo Kotscho mostraria os comícios e a participação popular e governamental existente em todo país entre os meses de novembro de 1983 e abril de 1984. Para o autor, “a campanha já atingiu seus objetivos – levantou o Brasil para dizer não ao regime que ai está, para dizer sim ao futuro, inundando as praças e as ruas de festas e de esperanças, apesar de tudo”<sup>5</sup>.

A imprensa como fonte de pesquisa foi utilizada por Napolitano que argumentou a necessidade de uma interpretação cultural da campanha das Diretas Já por meio das representações de povo, da nação e do protesto político construído pelos órgãos da imprensa. Assim, a política seria entendida como um espaço de reelaboração cultural para vivenciar e operacionalizar as relações sociais que traduziriam uma dada historicidade. Para o autor, as Diretas representaria a emergência de uma nova cultura política nos espaço público de autonomia da sociedade frente ao Estado e “esses espaços correm o risco de se perder quando enfatizamos os conflitos puramente institucionais”<sup>6</sup>.

Para Sanguiné Júnior, a grande imprensa atuaria de forma subserviente as regras e ao sistema capitalista, publicando de modo unilateral as informações e negando a existência de divergência no âmbito social e político do país. O comprometimento da grande imprensa com os militares no poder estaria na construção do consenso e da agenda nacional. Para o autor, a campanha nacional das Diretas Já em 1984 representaria o momento de abandono da relação entre a grande imprensa e o governo militar, mudaria a linha editorial, se adaptaria aos novos donos do poder e omitiria as lideranças oposicionistas como Luís Inácio da Silva e seus “projetos que previam reformas mais profundas no país”<sup>7</sup>.

---

<sup>5</sup> KOTSCHO, Ricardo. **Explode um novo Brasil**: diário da Campanha das Diretas. São Paulo: Brasiliense, 1984, p.6.

<sup>6</sup> NAPOLITANO, Marcos. Representações políticas no movimento Diretas-Já. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.15, n. 29, 1995, p. 217.

<sup>7</sup> SANGUINÉ JÚNIOR, Jairo. A imprensa e o processo de democratização do Brasil. **Sociedade e Debates**, Pelotas, v.4, p. 19-35, 1998; SANGUINÉ JÚNIOR, Jairo. A imprensa e o processo de democratização do Brasil. **Sociedade e Debates**, Pelotas, v.4, 1998, p. 30.





Os editoriais publicados pelos jornais Folha de São Paulo e O Globo no ano de 1984 foram estudados por Maria Muniz. A temática do regime militar, do sistema representativo, da sociedade mobilizada, da questão econômica e da conjuntura internacional mostraria duas perspectivas dos periódicos: a Folha de São Paulo foi favorável a participação popular e O Globo se opôs a mobilização nacional. Para a autora, a linha editorial dos jornais mostraria o grito uníssono das Diretas Já como porta vozes dos interesses da totalidade nacional, tentaria eliminar os conflitos de classe e evidenciaria “uma propaganda *unidade* que não comportava plenamente a *pluralidade* de visões e interesses díspares”<sup>8</sup>.

Como ex-deputados federais do PMDB à época da campanha das Diretas Já, Domingos Leonelli e Dante de Oliveira mostraram a perspectiva parlamentar em seu *Diretas Já: 15 meses que abalaram a ditadura*. A ambiguidade da política presidencial, a disputa indireta e a decadência da economia seriam os fatores determinantes para o fim do regime que teve o apoio da direita como sustentação e subordinação. Para os autores, a luta empreendida no Congresso Nacional e pelos governadores oposicionistas transformariam o Parlamento em lugar da esperança e os executivos estaduais em atores políticos relevantes para a luta pelas Diretas e criticariam a perspectiva da mobilização.

Para alguns, ditos mais radicais, o processo, o movimento, a mobilização eram mais importantes que o resultado. E o defeito dessa postura não era o simples oportunismo de aproveitar-se politicamente de uma grande motivação popular, mas, sim, o de não levar em conta as consequências da frustração do país com a derrota da Emenda Dante de Oliveira.<sup>9</sup>

A dinâmica e o significado da campanha das Diretas Já foram estudadas por Bertonceolo. O momento político se mostraria de grave crise do Estado, do regime e do governo, de autonomia política das camadas sociais, da oposição de empresários e trabalhadores a estratégia recessiva governamental, da dificuldade governista para coordenar o processo decisório e da estratégia militar para negociar e intervir oficialmente na campanha das Diretas Já. Para o autor, a campanha nas ruas materializaria a vontade majoritária pelas eleições diretas existente na sociedade e demonstraria “experiências separadas da vida institucional cotidiana”<sup>10</sup>.

---

<sup>8</sup> MUNIZ, Maria Luiza de Castro. Transições para o ‘futuro passado’: memórias em disputa e ‘revanchismo’ na imprensa brasileira. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História - ANPUH**, São Paulo, 2011, p. 17.

<sup>9</sup> LEONELLI, Domingos, OLIVEIRA, Dante de. **Diretas Já: 15 meses que abalaram a ditadura**. Rio de Janeiro: Record, 2004. p. 456.

<sup>10</sup> BERTONCELO, Edison Ricardo Emiliano. “Eu quero votar para presidente”: uma análise sobre a campanha das diretas. **Lua Nova**, São Paulo, n. 76, 2009. p. 191.



A revisão da literatura proposta por Nery mostraria a importância da análise a partir da teoria marxista do Estado e das classes sociais na campanha das Diretas Já. As classes dominantes canalizariam a campanha para a luta parlamentar, as lutas no Parlamento e no Executivo demonstrariam o acirramento dos setores burgueses e haveria limitações das eleições diretas impostas pelo Estado capitalista. Para o autor, as expressões como festa cívica, festa democrática e festa da cidadania encontradas nos textos de Alberto Tosi Rodrigues, Domingos Leonelli e Dante de Oliveira e Lucília de Almeida Neves Delgado teriam como único objetivo limitar a campanha das Diretas ao retorno da ordem liberal-democrática no país. Nery afirmaria que Rodrigues, Leonelli e Oliveira e Delgado teriam uma visão romântica da política e da democracia “como um valor universal, sem que houvesse, portanto, questionamentos quanto às formas de organização da campanha, à participação das classes sociais no processo, e os diferentes objetivos dos diferentes segmentos participantes”<sup>11</sup>.

A perspectiva partidária seria analisada por Freire (2014) com o objetivo de ressaltar a função dos partidos na transição política no Brasil. A existência e a organização dos partidos políticos durante a ditadura militar, por meio do Ato Complementar n.º. 4 e das Leis Orgânicas dos Partidos Políticos de 1971 e 1979, seriam importantes para que os militares tivessem uma legitimidade interna e externa do autoritarismo no país. Após 1979, os partidos políticos PDS, PP, PMDB, PTB, PDT e PT contribuiriam, em diferentes níveis, para a transição política no país. Para o autor, o estudo da via partidária na transição política seria importante por causa da crença nos partidos políticos que “podiam – e deveriam – ser canais de enfrentamento da crise de legitimidade do regime, seja como instrumento de canalização de demandas político-sociais, seja em seu papel clássico de promover a mediação entre interesses e projetos políticos que então estavam em pauta”<sup>12</sup>. Freire afirmaria que PTB, PDT e PT teriam pouca representação no Senado e na Câmara e por isso operariam, “em uma esfera bem mais restrita no plano político-institucional, influenciando pouco nos rumos dos acontecimentos e nos termos do pacto político”<sup>13</sup>.

Kotscho, Napolitano e Bertonecelo ressaltaram o movimento Diretas Já nas ruas, nas praças e nos comícios, ou seja, fora dos espaços institucionais. Sanguiné Júnior e Muniz

---

<sup>11</sup> NERY, Vanderley Elias. A busca pela democracia e seus limites. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 24, 2010, p. 71. Os autores citados por Nery são: DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *Diretas Já: vozes das cidades*. In: FERREIRA, Jorge & REIS, Daniel Aarão (orgs.). **Revolução e democracia (1964-...)**. v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 409-427. RODRIGUES, Alberto Tosi. **Diretas Já: o grito preso na garganta**. São Paulo: FPA, 2003.

<sup>12</sup> FREIRE, Américo. A via partidária da transição política brasileira. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 30, n. 52, 2014, p. 308.

<sup>13</sup> \_\_\_\_\_. **Varia História**, p. 304.



mostraram a função da grande imprensa para criar um discurso de unidade e evitar a pluralidade das propostas políticas oposicionistas. Nery ressalta a contribuição da teoria marxista do Estado na campanha das Diretas. Leonelli e Dante demonstraram a contribuição institucional, principalmente do PMDB, na luta pelas Diretas Já. E Freire mostrou a participação dos partidos na transição política.

A historiografia priorizou a análise da campanha das Diretas Já como movimento das ruas e ignorou a luta pelas eleições diretas no Parlamento. Acreditamos na importância de analisar o Legislativo Federal como espaço de luta das oposições e, especificamente, do Partido dos Trabalhadores (PT) na defesa pelas eleições diretas. Em sua especificidade, os deputados federais petistas citados contribuirão para a compreensão dos primeiros anos de luta institucional do PT.

A análise jornalística empreendida por Kotscho, a imprensa analisada por Napolitano, a memorialística defendida por Leonelli e Dante e a sociológica examinada por Bertoncelo são interpretações que compreenderam o movimento com um único objetivo: democracia, que teria como contraste principal a derrota do autoritarismo imposto pelos militares desde 1964. A interpretação da imprensa empreendida por Muniz e Sanguiné Júnior, a teórica compreendida por Nery e a partidária estudada por Freire têm o mérito de analisar o significado da democracia para a grande imprensa, para a burguesia e para os partidos políticos. Por isso, acreditamos na importância de compreender a democracia defendida pelo movimento das Diretas Já para os atores políticos e sociais envolvidos na campanha como os parlamentares petistas. Assim, os discursos dos deputados federais do PT são as principais fontes para a análise da democracia e da prática democrática para os parlamentares petistas.

#### **A atuação do Partido dos Trabalhadores no movimento Diretas Já! contribuições historiográficas**

Antes, veremos como a literatura específica do Partido dos Trabalhadores contribuiu para que houvesse o direcionamento do PT como principal ator na campanha das Diretas Já. Os autores examinados foram: Margareth Keck, Oswaldo Amaral, Ângela Marques e Daniel Aarão Reis. Keck afirmaria que o PT se mobilizaria para combinar democratização das instituições com reivindicações de justiça social e econômica e, “à medida que a campanha se desenrolou, o partido ficou preso ao discurso unitário da própria campanha”<sup>14</sup>. Amaral analisaria a campanha das diretas como o momento para integração entre a ação institucional e a popular, em que “o PT

---

<sup>14</sup> KECK, Margareth E. *PT: A lógica da diferença: o Partido dos Trabalhadores na Construção da Democracia Brasileira*. São Paulo: Ática, 1991. p. 298.



foi um dos primeiros partidos a clamar por uma ampla mobilização em prol das eleições diretas”<sup>15</sup>.

Marques examinaria a campanha como um movimento de massa na história do Brasil em que o partido teria a oportunidade de exercer sua função, refletindo nos resultados eleitorais de 1985, pois “atuando junto à sociedade, o PT foi o primeiro partido a lançar a campanha das Diretas-já”<sup>16</sup>. E Reis mostraria que a campanha das Diretas Já seria de extraordinária importância para o PT, com um caráter de massas e a participação das esquerdas, pois o partido assumiria desde o início o engajamento com decisão e entusiasmo, “foi o PT que mais se beneficiou com os dividendos políticos daí advindos, embora outros políticos e lideranças, mesmo aderindo num segundo momento, também tenham se projetado, ou consolidado sua projeção através da campanha”<sup>17</sup>.

As análises acima são superficiais porque não conseguiram ultrapassar a perspectiva de que o PT participou da campanha das Diretas Já: como o primeiro partido ou um dos primeiros partidos a lançar a campanha, na afirmação de Marques ou de Amaral; como a combinação entre democracia e justiça social, na análise de Keck e como se beneficiando dos dividendos políticos, no exame de Reis.

As análises enalteceram a presença e a participação do partido, mas não conseguiram a sustentação por meio de fontes para afirmarem a função do PT, principalmente por não se delimitarem estritamente a campanha das Diretas Já, que foi considerada nos estudos examinados como um evento na vida partidária. A interpretação dos autores acima levou à tentação da origem do fato<sup>18</sup>, a menosprezar a função parlamentar da proposta de emenda à constituição<sup>19</sup>, a ignorar a incapacidade do Partido Democrático Social (PDS) e do Governo Federal na administração da

---

<sup>15</sup> AMARAL, Oswaldo. **A estrela não é mais vermelha**: as mudanças do programa petista nos anos 90. São Paulo: Editora Garçon, 2003. p. 44.

<sup>16</sup> MARQUES, Ângela Peralva Baumgratz. **Considerações sobre o desempenho político-eleitoral do Partido dos Trabalhadores em Minas Gerais, entre 1989 e 2002**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2005. p. 101.

<sup>17</sup> REIS. **As esquerdas no Brasil – Revolução e democracia (1964-...)**, p. 512-513.

<sup>18</sup> Para Dante de Oliveira e Domingos Leonelli, a história foi corrigida, pois os manuais relatariam o início da campanha com o comício na Praça Charles Miller no dia 27/11/1983, contudo “a campanha pelas Diretas estava sendo lançada oficialmente, pelo PMDB, em Goiânia, no dia 15 de junho, de forma cautelosa, discreta e ainda em meio a discordâncias internas e muitas contradições” OLIVEIRA, Dante de; LEONELLI, Domingos. **Diretas Já**: 15 meses que abalaram a ditadura. p. 165. Enfim, entendemos que a busca pela antecedência do proponente da emenda ou da campanha por eleições diretas seria uma pista falsa, se restringindo à anterioridade do proponente e esquecendo do seu conteúdo político e programático.

<sup>19</sup> “A PEC, apresentada em 2 de março de 1983, vinha assinada por Dante de Oliveira, seu autor, e mais 176 deputados e 23 senadores” \_\_\_\_\_ **Diretas Já**: 15 meses que abalaram a ditadura. p. 78.



economia e da escolha do próximo presidente<sup>20</sup>, a sobrepor o Partido dos Trabalhadores aos atores políticos e sociais que contribuíram para o crescimento e o fortalecimento da campanha<sup>21</sup>, e a contrapor o lado da mobilização e da luta parlamentar existente.

Para o PT, no Encontro Nacional Extraordinário realizado entre os dias 12 e 13 de junho de 1985, na cidade de Diadema, a campanha das eleições diretas tivera como saldo positivo a mobilização dos setores populares e dos trabalhadores por meio da autoconfiança e da capacidade de organização das manifestações, dos comícios e das lutas como “fator de politização, a campanha, ao assumir um caráter de massas, contribuiu para desagregar o PDS e para aprofundar a crise do regime”<sup>22</sup>.

Após mais de um ano da votação da emenda Dante de Oliveira, o PT manteria o posicionamento de apoio irrestrito à mobilização popular e à organização dos trabalhadores como forma de desestruturar o regime militar e desagregar o partido do governo. Contudo, o Partido dos Trabalhadores silenciaria sobre a participação de atores políticos e sociais com projetos políticos diferentes das propostas do PT em uma política de alianças<sup>23</sup> contra o regime militar, uma opção viável na atuação parlamentar nas circunstâncias existentes desde o início do ano parlamentar de 1983 e se sobrepunha com um caráter de massas. Os deputados federais do PT realizaram dez (10) discursos no plenário da Câmara entre os dias 5/4/1983 e 27/4/1984, o que seria um indício de que o partido se estruturou como atuação central no movimento e nas mobilizações, e subordinou a função parlamentar como elemento necessário da campanha.

### **A luta parlamentar dos deputados federais petistas nas Diretas Já!**

Neste ponto, analisaremos a luta institucional das Diretas Já empreendida na Câmara dos Deputados pelos deputados federais petistas Eduardo Suplicy e José Genoíno por meio das

---

<sup>20</sup> “As denúncias de irregularidades acabaram provocando forte erosão na credibilidade do governo e, sobretudo, do ministro Delfim Netto”. \_\_\_\_\_ **Diretas Já: o grito preso na garganta**. p. 26.

<sup>21</sup> As preparações para as manifestações em diferentes cidades foram meticulosas e envolveram “diferentes personagens, muitos dos quais ferrenhos adversários, entre partidos políticos, entidades, sindicatos e centrais sindicais, associações e igrejas as mais diversas” \_\_\_\_\_ **Diretas Já: o grito preso na garganta**. p. 44.

<sup>22</sup> **RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998, p. 179.

<sup>23</sup> Em 1987, no seu 5º Encontro Nacional, o PT reconsideraria a atuação partidária no movimento Diretas Já!: “Na prática, a realidade nos impõe alianças, e de fato as fazemos, como em 1984, na campanha das Diretas, quando o PT, objetivamente, fez uma aliança com a oposição liberal burguesa e setores da pequena burguesia contra a Ditadura Militar. A sobrevivência do Colégio Eleitoral e a instauração da *Nova República* não indicam que erramos por termos feito aliança, mostram apenas que, ao lado da imensa maioria do povo, fomos derrotados pelas classes dominantes” (**RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS**, 1998, p. 324).



condições e dos contextos em que os discursos foram proferidos e considerando os discursos como constituintes dos próprios parlamentares petistas.

A mobilização e a organização dos trabalhadores como força autônoma foram às primeiras orientações do PT expressas nas fontes partidárias. O Partido dos Trabalhadores se dispôs a lutar contra os mecanismos ditatoriais repressores e ameaçadores das liberdades civis, dos direitos dos cidadãos e pela democratização da sociedade. Para o PT, a democracia teria um significado singular, um valor permanente: o direito de livre organização dos trabalhadores, que afirmaria “o verdadeiro caráter político da luta por liberdades democráticas que é, e continuará sendo, travada não apenas no Parlamento, mas sobretudo nos sindicatos, fábricas e bairros, como também no campo”<sup>24</sup>. Assim, a luta partidária era para garantir a participação dos trabalhadores em um regime democrático por meio do direito de livre organização.

O ano de 1983 se iniciaria com uma crise política e econômica afetando gravemente a vida dos trabalhadores brasileiros, com o governo pedindo consenso e trégua e continuando a aplicar a Lei de Segurança Nacional. Neste ponto, caberia aos parlamentares, especialmente da oposição, não frustrarem o desejo e a aspiração da sociedade brasileira, construindo um compromisso coletivo com os trabalhadores em torno da sucessão presidencial.

Para Eduardo Suplicy, haveria a necessidade do posicionamento do Congresso Nacional em relação à emenda de eleição direta para os prefeitos das capitais e das áreas de segurança nacional<sup>25</sup>. Os diretórios dos partidos políticos em São Paulo se colocariam favoravelmente as eleições para prefeito no ano de 1983 por que não existiria argumento adiá-la. Para o deputado federal, “se não forem eleitos pelo povo, como recomenda o próprio programa do PMDB, não merecerão a confiança popular nem terão a legitimidade que só o povo lhes poderá conferir através das urnas”<sup>26</sup>.

Como proposta para o momento presente, José Genoíno mostraria a necessidade de traduzir e reafirmar um compromisso, uma tarefa coletiva da classe operária e dos trabalhadores em meio ao fim do regime, a sucessão presidencial e o parlamento que “é mantido sob garrote, através dos decretos-leis, decursos de prazo, inexistência de plenas imunidades”<sup>27</sup>. Para o

---

<sup>24</sup> **RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998. p. 70.

<sup>25</sup> Importante reafirmar que a emenda Dante de Oliveira já havia sido apresentada no Congresso Nacional. Ver nota 4.

<sup>26</sup> **Diário do Congresso Nacional**. Seção I, Ano XXXVIII, nº. 20, 5/4/1983, p. 1152.

<sup>27</sup> **Diário do Congresso Nacional**. Seção I, Ano XXXVIII, nº. 28, 15/4/1983, p. 1783.



deputado federal, a proposta de conciliação do regime militar para a resolução dos problemas populares significaria o pacto entre as elites para a exclusão da sociedade brasileira, ou seja, teria o objetivo de mudar para deixar como está.

Por isso, os trabalhadores não se deveriam conformar entre escolher um mal menor por meio da continuidade do regime ou das reformas para o controle da abertura porque seria necessário o preenchimento das necessidades históricas dos trabalhadores, “é preciso, com urgência, construir uma alternativa que tenha como seus nervos e vértebras esses interesses plebeus, excluídos, desde sempre, dos cambalachos palacianos”<sup>28</sup>.

A motivação, a mobilização e a organização dos trabalhadores eram os pontos de partida para a luta pelas eleições diretas para presidente da República. A alternativa dos trabalhadores teve como condição fundamental sair da confusa espontaneidade do movimento, sair do protesto sem direção, sair do imobilismo da questão política. Para Genoíno, o momento exigiria “a classe operária à frente dos explorados. Socializando suas experiências de luta, dando consistência política às mobilizações, esclarecendo as reivindicações, propondo os métodos de organização coletiva”<sup>29</sup>.

A proposta de prorrogação do mandato presidencial por dois anos para ao fim haver a realização da eleição presidencial era inadmissível para os parlamentares petistas. Eduardo Suplicy afirmaria que a proposta seria inadequada porque representaria corroborar com a eleição indireta por um colégio eleitoral que teria motivos diferenciados da imensa maioria da vontade popular. Para o deputado federal, a única saída efetivamente democrática seria “o processo de eleições diretas para a escolha do Chefe *da* Nação já em 1985”<sup>30</sup>.

Entre os meses de abril e maio do ano de 1983, Eduardo Suplicy e José Genoíno defenderam no plenário da Câmara dos Deputados a proposta petista para as Diretas Já: as eleições diretas para prefeito como legitimidade para os escolhidos pela sociedade, o partido que era contrário à prorrogação do mandato presidencial, o compromisso e direção do movimento pela classe operária e os trabalhadores e a efetivação da democracia por meio das eleições diretas. Fato importante a delimitar é a perspectiva da democracia na prática das eleições diretas no discurso de Eduardo Suplicy. Porém, não se restringiria a democracia apenas as eleições diretas

---

<sup>28</sup> Discurso do deputado federal José Genoíno. **Diário do Congresso Nacional**. Ano XXXVIII, nº. 28, 15/4/1983, p. 1784.

<sup>29</sup> **Diário do Congresso Nacional**. Seção I, Ano XXXVIII, nº. 28, 15/4/1983, p. 1785.

<sup>30</sup> **Diário do Congresso Nacional**. Seção I, Ano XXXVIII, nº. 44, 11/5/1983, p. 3082.



porque estas dariam legitimidade e a campanha seria mais qualificada com a direção da classe operária para suprir as necessidades históricas dos trabalhadores. Aqui os trabalhadores entram em cena nos discursos sobre as Diretas Já pelos parlamentares petistas.

Em 1983, a economia estava em profunda recessão. Com a chegada de Delfim Netto no Ministério do Planejamento em agosto de 1979, aumentaram as reivindicações trabalhistas, a taxa de inflação, o déficit em conta corrente, a dívida externa, os juros, assim como caíria o ingresso do capital estrangeiro no país. Recorrer ao Fundo Monetário Internacional (FMI) gerou ao Governo Federal descrédito na sociedade sobre os planos econômicos. A restrição da economia às metas do FMI, a desaceleração da economia e a perda de valor do salário e do emprego deterioraram a imagem dos militares, que teriam como perspectiva “a aplicação de sua fórmula ortodoxa: reduzir a taxa de expansão da base monetária, apertar o crédito, diminuir o déficit do setor público, fazer desvalorizações mais freqüentes, eliminar subsídios e restringir aumentos salariais”<sup>31</sup>.

Eduardo Suplicy afirmaria que a livre iniciativa defendida pelos parlamentares governistas na Câmara dos Deputados não constituiria na liberdade do ser humano. O sistema financeiro traria distorções relativas aos trabalhadores públicos que não teriam ajustados os salários de acordo com a inflação e haveria o crescimento do patrimônio líquido dos quarenta (40) maiores bancos nacionais em 20,7%. Assim, o deputado federal mostraria os problemas econômicos construídos pelo governo João Figueiredo. Para o parlamentar a crise econômica estaria vinculada a campanha por eleição direta para presidente, o que levaria a proposta de estatização do setor financeiro “ser estudada concomitantemente, em profundidade, com a proposta de democratização da sociedade, do Estado e do Governo brasileiro. Tudo isto deve ocorrer simultaneamente”<sup>32</sup>.

Para Eduardo Suplicy, os presidenciáveis do PDS não teriam apoio das pesquisas de opinião segundo os periódicos Folha de São Paulo e Jornal do Brasil, que mostrariam o apoio de 80% da sociedade brasileira para a eleição direta. Na comissão mista que analisaria a proposta de eleições diretas, o PDS teria faltado com respeito ao retirar todos os parlamentares no momento em que falaria o presidente nacional do PT, Luís Inácio da Silva, o Lula. Neste momento, com a ausência dos parlamentares do PDS, PT e PMDB se reuniram para a definição dos objetivos e da ação política e partidária.

---

<sup>31</sup> SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Castelo e Tancredo, 1964-1985**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 460.

<sup>32</sup> **Diário do Congresso Nacional**. Seção I, Ano XXXVIII, nº. 44, 11/5/1983, p. 3113.





Na meia hora, reuniram-se os Presidentes do Partido dos Trabalhadores e do PMDB, Luís Ignácio da Silva, o Lula, e Ulysses Guimarães, na sala da Liderança do PT, para conversar sobre como desencadear uma campanha nacional pelas eleições diretas, única maneira de dar a este País um Governo cuja legitimidade seja reconhecida pela opinião pública.<sup>33</sup>

Eduardo Suplicy afirmaria que a plena democracia seria conseguida a partir do momento da conquista das eleições diretas para a presidência, as prefeituras e as áreas de segurança nacional. A ambição pessoal dos presidenciáveis do PDS mostraria a ridícula posição que sustentariam não admitindo mudanças nas regras eleitorais impostas pelo regime autoritário. Para o deputado federal, os candidatos orientariam os seus aliados no Parlamento Nacional para votarem contrariamente a proposta de eleição direta, defendida em todos os níveis pelo Partido dos Trabalhadores, que “muito embora seja hoje um partido ainda pequeno em termos de sua representação no Parlamento, é a favor de que estas eleições sejam feitas em dois escrutínios”<sup>34</sup>.

Nos discursos dos meses de maio e de novembro do ano de 1983, Eduardo Suplicy ampliou a proposta democrática defendida pelo Partido dos Trabalhadores, por meio do debate concomitantemente da estatização do setor financeiro para a melhoria as condições de vida dos trabalhadores, da importância da definição entre PT e PMDB para a ação partidária na campanha e, principalmente, da capacidade do PT para influenciar a política com propostas singulares no cenário político. As condições de vida dos trabalhadores, a definição partidária e o tamanho do peso político do Partido dos Trabalhadores mostraram que as prioridades defendidas pelos deputados federais no Parlamento brasileiro se definiram pelos trabalhadores e suas necessidades históricas. Estas teriam como se realizar por meio da legitimidade das eleições diretas e da contrariedade a opção indireta, da luta partidária e da luta econômica com a condução da classe operária.

A campanha das Diretas Já com os comícios e a participação popular mostrou aos militares a necessidade de ação para não perderem o controle político do país. O cerco intimidatório demonstrou a ação dos militares na continuidade no poder com o apoio do Congresso Nacional, com as medidas de emergência implantadas em Brasília e nas cidades de Goiás próximas ao Distrito Federal e a censura para a imprensa e para a sociedade, que não foi e nem transmitiu ao vivo da Câmara dos Deputados no dia da votação da emenda pelas eleições diretas para presidente da República. Para Eduardo Suplicy, as medidas dos militares protegeriam

---

<sup>33</sup> **Diário do Congresso Nacional**. Seção I, Ano XXXVIII, nº. 56, 27/5/1983, p. 4137.

<sup>34</sup> **Diário do Congresso Nacional**. Seção I, Ano XXXVIII, nº. 144, 2/11/1983, p. 11935.



“a face envergonhada daqueles representantes do povo que porventura vierem a dizer ‘não’ à grande aspiração popular de eleger diretamente o Chefe da Nação”<sup>35</sup>.

José Genoíno afirmaria que as manifestações populares tiveram um caráter anti-regime o que geraria uma crise de perspectivas para os militares e para os parlamentares que sofreriam um julgamento severo da sociedade caso não votassem favoravelmente na emenda Dante de Oliveira. Para o deputado federal seria importante discordar da opinião do governador mineiro – Tancredo Neves – relativa a proposta de entendimento e de conciliação nacional porque haveria a necessidade da continuação das grandes mobilizações e dos comitês suprapartidários em um nível profundo de mudanças para a sociedade. A situação no país seria entre a perspectiva dos trabalhadores e a proposta do regime militar.

A situação do País, sim, deve ser enfocada entre a briga dos trabalhadores, enfim, do povo brasileiro, que quer mudar, e o regime que está em falência e quer prorrogar por mais algum tempo os dias de sufoco, de repressão e de miséria que impõe ao povo brasileiro.<sup>36</sup>

Eduardo Suplicy afirmaria que no dia 25 de abril a opção seria pelo sim porque teria chegado o momento para a reflexão dos brasileiros da perversidade da proposta econômica e social imposta pelo regime militar. Para o deputado federal, as escolhas econômicas dos militares não satisfariam “as necessidades de progresso e bem-estar da maioria dos brasileiros”<sup>37</sup>. Suplicy mostraria que a postura e a vontade de mudar seriam importantes para a procura da verdade, do caminho humano e das soluções de bom senso, “a verdade e o bom senso hoje chamam-se: Diretas já e sempre!”<sup>38</sup>.

José Genoíno defenderia a proposta política de que o resultado da votação da emenda Dante de Oliveira possibilitaria novos caminhos para o alcance dos interesses dos trabalhadores pondo fim ao regime e sua política econômica. A sociedade brasileira teria como julgar o comportamento do PDS que votou contra, que se ausentou e que se absteve, mostrando a função decorativa do Congresso Nacional. Para o parlamentar, seria impossível a proposta de “negociação e conciliação que busquem preservar o regime, que busquem preservar os seus interesses econômicos, que busquem prorrogá-lo, para administrar uma crise que vem arrebatando com os trabalhadores”<sup>39</sup>. O deputado afirmaria que a sociedade que esteve nas

---

<sup>35</sup> **Diário do Congresso Nacional**. Seção I, Ano XXXIX, nº. 32, 24/4/1984, p. 2293.

<sup>36</sup> **Diário do Congresso Nacional**. Seção I, Ano XXXIX, nº. 33, 25/4/1984, p. 2372.

<sup>37</sup> **Diário do Congresso Nacional**. Seção I, Ano XXXIX, nº. 33, 25/4/1984, p. 2392.

<sup>38</sup> **Diário do Congresso Nacional**. Seção I, Ano XXXIX, nº. 33, 25/4/1984, p. 2392.

<sup>39</sup> **Diários do Congresso Nacional**. Seção I, Ano XXXIX, nº. 34, 27/4/1984, p. 2509.



praças acompanhando a votação com confiança pela vitória precisaria ser homenageada para “que eles não se sintam derrotados, pois devemos continuar a luta, porque os nossos objetivos são maiores e não podem ficar interrompidos diante de um percalço como o que aconteceu ontem na Câmara dos Deputados”<sup>40</sup>.

Nos discursos de abril de 1984, os parlamentares petistas mostraram que os anseios dos trabalhadores eram diferentes das propostas defendidas pelos militares, que praticaram medidas vergonhosas para impedir o acesso ao Congresso Nacional no dia da votação da emenda Dante de Oliveira pela sociedade brasileira e por ter implantado políticas econômicas e sociais perversas a classe operária. A definição das Diretas Já como verdade e da continuidade da luta e dos objetivos dos trabalhadores por caminhos diferentes da negociação e da conciliação encontrados no Congresso Nacional era a proposta política construída pelo Partido dos Trabalhadores para a permanência na luta política após o resultado da votação, que negou a possibilidade da sociedade brasileira eleger o presidente da República.

### **Conclusão: a contribuição dos discursos.**

Ao considerarmos os discursos como uma fonte de pesquisa, queremos contextualizar os parlamentares petistas dentro de uma dada historicidade de lutas. Acreditamos na necessidade de uma análise mais profunda sobre a campanha das Diretas Já, que seja capaz de historicizar cada ator político e social participante do movimento, que mostre as divergências e as convergências dos projetos políticos defendidos pelos diferentes atores políticos e sociais e que possa ultrapassar a dinâmica democracia e autoritarismo dando um significado para cada luta política e social.

As fontes utilizadas explicitam a importância do aprofundamento das discussões partidárias realizadas internamente, em que cada parlamentar se posiciona e atua de forma singular no plenário da Câmara dos Deputados. A pesquisa que apresentamos tem seu caráter inicial e consideramos a necessidade de continuá-la para que mostre as opções discursivas e teóricas, os projetos políticos e os anseios parlamentares em torno da solução das Diretas Já.

Na origem da pesquisa e na análise da historiografia sobre a campanha das Diretas Já, percebemos a opção dos autores em reafirmar a luta pelas Diretas como um movimento das ruas, das praças, dos comícios e das festividades da sociedade brasileira. A interpretação institucional proposta por Leonelli e Dante (2004) nos motivou para a análise da luta no Parlamento nacional.

---

<sup>40</sup> **Diários do Congresso Nacional.** Seção I, Ano XXXIX, nº. 34, 27/4/1984, p. 2509.



Ao considerarmos a luta parlamentar e a função dos deputados federais do PT nas Diretas Já acreditamos na contribuição dos estudos institucionais para a compreensão da atuação partidária no cenário político. Enfim, para além da dualidade luta social e luta institucional, temos como objetivo mostrar como a influência, a proximidade e os objetivos das lutas são similares e complementares na campanha das Diretas Já.



# Teologia moral e justiça na obra de Hermann Busenbaum

Moral theology and justice in the work of Hermann Busenbaum

Heitor Castanha Carrera

Graduando em História

UNESP

heitor\_carrera@hotmail.com

Recebido em: 25/11/2016

Aprovado em: 06/02/2017

**RESUMO:** Neste artigo, pretendo discutir algumas questões sobre a relação existente entre o Direito e a Teologia no século XVII. Tais considerações partem de uma pesquisa orientada pelo Prof<sup>o</sup> Dr<sup>o</sup> Rafael Ruiz e financiada pela FAPESP<sup>1</sup>, na qual analisei a obra *Medula de la Teologia Moral*<sup>2</sup>, escrita, em 1650, pelo padre jesuíta Hermann Busenbaum (1600-1668). Discuto, aqui, aspectos da recepção da obra de Busenbaum no contexto espanhol, assim como as implicações de sua moral no contexto católico pós-tridentino, na administração do Sacramento da Penitência e na própria concepção do Direito.

**PALAVRAS-CHAVE:** Teologia moral, Penitência, Probabilismo.

**ABSTRACT:** In this article, I intend to discuss some questions about the relationship between the Law and Theology, in the seventeenth century. These considerations come from a research oriented by Professor Rafael Ruiz and financed by FAPESP, in which I analyzed the book *Medula de la Teologia Moral* written by the jesuit priest Hermann Busenbaum (1600-1668), in 1650. I discuss aspects of the reception of Busenbaum's work in the Spanish context, as well as the implications of his morality in the post-Tridentine Catholic context, in the administration of the Sacramente of Penance and in the conception of Law, itself.

**KEYWORDS:** Moral theology, Penance, Probabilism.

## Introdução

Busenbaum foi um padre jesuíta alemão. Nasceu em Notteln, Westphalia, no ano de 1600, e estudou na Companhia de Jesus. Depois de formado, lecionou filosofia moral em várias

---

<sup>1</sup> **Probabilismo e Justiça na obra teológica de Hermann Busenbaum.** N<sup>o</sup> do processo: 2015/02924-0.

<sup>2</sup> BUSENBAUM, Hermann. **Medula de la Teologia Moral**, 1674. Biblioteca de Montserrat. Armário XVIII. Estante 8<sup>a</sup>. n<sup>o</sup> 165. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=uNQW81f-JcC&pg=PA112&dq=medula+de+la+theo&hl=pt-BR&sa=X&ei=kE68VLGsNcHEggT4tYPADQ&ved=0CCYQ6AEwAQ#v=onepage&q=medula%20de%20la%20theo&f=false>>. Acesso em: 19/01/2017.



casas da ordem, chegando a ser reitor do Colégio de Munster<sup>3</sup>. Neste artigo, entretanto, não tenho como objetivo estudar sua vida no contexto alemão, mas, ao invés disso, fazer alguns apontamentos sobre a utilização de sua obra nos territórios espanhóis, onde podemos notar uma grande presença de seu livro em inúmeras bibliotecas, além de intensos debates que ocorreram sobre o autor.

Para compreendermos a obra de Busenbaum, é necessário que nos atentemos para as características do mundo católico pós-tridentino, quando o Sacramento da Penitência – caracterizado pela confissão dos pecados que o penitente realizava ao padre confessor – passou a adquirir grande relevância, tanto para a Igreja quanto para a administração da ordem social nas monarquias católicas. Isto é importante porque a obra de Busenbaum servia, principalmente, para auxiliar os confessores na condução desse sacramento. Discuto esse contexto geral no primeiro capítulo, e dou sequência a tais discussões sobre o sacramento no capítulo seguinte, passando a analisar as consequências que a obra trouxe para a relação entre confessores e penitentes.

Em seguida, discorro sobre a inserção de Busenbaum em discussões jurídicas mais formais do momento, especificamente na atuação de Juízes, Advogados e Réus, categorias utilizadas pelo próprio autor. Por fim, passo para outro capítulo, onde apresento “respostas” dadas à obra que revelam indícios dos efeitos concretos que ela produziu nos territórios espanhóis. Apresento, nessa parte, as discussões levantadas em torno da obra; os defensores e comentadores de Busenbaum; os críticos; e a sua proibição. Tudo isso, partindo da reflexão de Paul Hazard sobre a Crise da Consciência Europeia.

### **O Sacramento da Penitência**

Realizado entre 1545 e 1563, o Concílio de Trento foi, sem dúvidas, um momento marcante para o mundo católico da Idade Moderna. Ele tinha, como um de seus objetivos, a intenção de definir a posição que seria assumida pela Igreja católica diante do movimento reformador que se alastrava pela Europa, marcado pelo aparecimento das Igrejas protestantes. No decorrer do Concílio, contudo, as transformações pretendidas pela Igreja passaram a configurar uma posição marcadamente “anti-protestante”<sup>4</sup>, sendo proposta uma definição mais detalhada da doutrina católica, acompanhada por uma ampla reflexão sobre os modos de agir e

---

<sup>3</sup> BARRET, T. **Hermann Busembaum**. In *The Catholic Encyclopedia*. New York: Robert Appleton Company. Disponível em: <<https://www.newadvent.org/cathen/03086c.htm>> Acesso em: 16/01/2017.

<sup>4</sup> ELTON, Geoffrey Rudolph. **A Europa durante a Reforma: 1517-1559**. Editora Presença, 1982, p. 155-156.



de se comportar cristãos<sup>5</sup>. O contexto católico posterior ao Concílio, portanto, é conhecido na historiografia como um período de combate à heresia e de disciplinamento das comunidades cristãs. Para que tais objetivos fossem alcançados, a Igreja passou por uma série de modificações institucionais. Redefiniram-se as funções que eram desempenhadas por bispos, inquisidores, párocos e demais setores, adequando-os aos novos objetivos da Igreja. Uma mudança que é particularmente relevante diz respeito ao papel que adquiriu o Sacramento da Penitência neste momento. De acordo com Paolo Prodi, no Concílio:

É acrescentada de maneira muito mais clara do que no passado a declaração sobre o caráter da absolvição (ou não absolvição) como verdadeiro '*actus iudicialis*', ressaltando a qualidade do sacerdote confessor como juiz: com sua sentença, ele cria 'direito' com base no poder das chaves, transmitido por Cristo à Igreja.<sup>6</sup>

Como decorrência do Concílio, portanto, a penitência tornou-se um instrumento fundamental para a realização das novas propostas. O sacramento se tornou uma peça fundamental neste novo contexto marcado pelas Reformas. Contudo, o confessor, por meio do sacramento, não estava limitado a julgar temas restritos ao campo religioso. Ele não tinha como única missão a preservação – ou instauração – da ortodoxia. Ou seja, sua função não se restringia à questão dogmática, à defesa da fé, mas ele era aquele que julgava os comportamentos dos seus súditos<sup>7</sup>, ensinava o que era permitido e o que não era, e então 'corrigia' os comportamentos. O pároco confessor mantinha uma relação próxima com a vida cotidiana de seus fiéis, com suas práticas comuns e ações – e tinha a tarefa de regular tais práticas e ações. Ele era responsável pela disciplina da comunidade, pela manutenção da ordem social<sup>8</sup>. A culpa teológica, julgada no interior do confessionário, estava intimamente conectada com a responsabilidade jurídica. Francisco Orrego Gonzalez descreve bem essa relação entre a Penitência, a disciplina e o campo jurídico:

Por medio de un discurso religioso y una pastoral católica articulados, tras la celebración del Concilio de Trento, alrededor de la práctica religiosa de la confesión sacramental, entendiendo ésta no sólo como un espacio de reflexión

---

<sup>5</sup> PALOMO, Federico. **Disciplina christiana**. Apuntes historiográficos en torno a la disciplina y el disciplinamiento social como categorías de la historia religiosa de la alta edad moderna. **Cuadernos de Historia Moderna**, 18 (1997), p. 119-136.

<sup>6</sup> PRODI, Paolo. **Uma História da Justiça**: do pluralismo dos foros ao dualismo moderno entre consciência e direito. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 311.

<sup>7</sup> A ideia de que os penitentes são os súditos dos confessores está explicitada no próprio livro de Busenbaum.

<sup>8</sup> Para uma discussão mais aprofundada sobre a relação entre Penitência e Disciplina, vale a leitura de *Uma História da Justiça*, de Paolo Prodi; *Tribunais da Consciência*, de Adriano Prosperi; e, também, do artigo já mencionado de Federico Palomo, no qual ele faz uma boa explanação historiográfica.



espiritual sino también como un espacio pedagógico, veremos que la moral cristiana pasa a ser um instrumento de orden social más que de orden doctrinario. En el período moderno la reflexión teólogo-moral sobre *lo bueno, lo malo, lo justo* y las transgresiones encarnadas en el pecado y cualquier tipo de falta a Dios se convierten primeramente en una falta social donde la culpa teológica se mezcla y retroalimenta con la culpa jurídica.<sup>9</sup>

Além dessa função de disciplinamento, havia outro espaço no qual a confissão era necessária: ela era um importante instrumento para a conversão. Adone Agnolin, ao investigar as práticas missionárias jesuítas, destacou a grande importância que eles atribuíam à confissão para a conversão dos povos americanos<sup>10</sup>. E ainda acrescentou:

[...] a confissão, enquanto ‘segunda tábua da salvação’, que pode ser lançada (ritualmente) para o pecador todas as vezes que for preciso, vem adquirindo uma função central na nova tarefa de aculturação indígena (a reconstrução de uma nova identidade cultural).<sup>11</sup>

A partir dessas considerações, podemos notar que o Sacramento da Penitência contribuía para realização de processos paralelos. Por um lado, o disciplinamento social nos territórios europeus e, por outro, a conversão de povos até então desconhecidos para os europeus – conversão que vinha, também, acompanhada pela introdução da disciplina. Esse paralelismo também é apontado por Agnolin:

[...] o paralelismo entre a colonização da América e a nova subordinação ao Estado, na direção da qual se encaminha a Europa moderna, demonstra o verificar-se de um processo paralelo de controle (político) dos territórios, que se estabelece em correspondência a uma colonização e a um controle, paralelo e necessário, das consciências.<sup>12</sup>

A conquista dos territórios, portanto, devia ser seguida pela conquista das consciências, e, para esta conquista, o principal instrumento utilizado foi o sacramento da penitência.

Devido a essa relevância extrema que a confissão adquiriu no mundo católico da modernidade, houve uma “explosão da literatura sobre os casos de consciência”<sup>13</sup>. Tratava-se de um “gênero literário” que buscava apresentar e discutir questões de caráter moral. Geralmente, traziam alguma reflexão sobre a consciência, os tipos de consciência (reta, errônea, duvidosa, provável); além disso, discutiam a validade das chamadas “opiniões prováveis”, e outros temas. A

---

<sup>9</sup> GONZALEZ, Francisco Orrego. **La administración de la conciencia**. Cultura escrita, confesión e ilustración en el mundo católico hispano a fines del Antiguo Régimen. Madrid: Universidade Complutense de Madrid, 2014, p. 27.

<sup>10</sup> AGNOLIN, Adone. **Jesuítas e selvagens**: a negociação da fé no encontro catequético-ritual americano-tupi (séculos XVI-XVII). São Paulo: Humanitas Editorial, 2007, p. 99.

<sup>11</sup> \_\_\_\_\_. **Jesuítas e selvagens**, p. 311.

<sup>12</sup> \_\_\_\_\_. **Jesuítas e selvagens**, p. 318.

<sup>13</sup> PRODI. **Uma história da justiça**, p. 397.





maioria desses tratados era destinada a auxiliar os confessores na administração do sacramento, como é o caso da obra de Busenbaum<sup>14</sup>.

Neste ambiente de proliferação de obras sobre a consciência, os autores se dividiram em algumas “correntes” que discordavam em um ponto fundamental: a licitude das opiniões prováveis. Sobre vários temas, surgia uma variedade de opiniões. Algumas eram mais aceitas – “mais prováveis” – e outras, mesmo sendo defendidas por alguns autores, se tornavam menos aceitas, mais duvidosas – “menos prováveis”. A divisão entre as correntes geralmente se dava neste ponto, quando os autores se perguntavam: ao agir, qual opinião deve ser seguida? As opiniões menos prováveis podem ser seguidas?

O Tuciorismo, por exemplo, afirmava que, ao agir, era necessário sempre escolher a opinião mais segura, que em quase todos os casos significava seguir a lei ou alguma outra norma; o Probabiliorismo optava pela opinião mais provável, aquela que fosse defendida pela maior parte de autores, geralmente; o Probabilismo, por sua vez, acreditava que era lícito agir baseando-se em uma opinião apenas provável, mesmo que houvesse outras mais prováveis e seguras, ou seja, era permitido que se optasse por opiniões menos prováveis (menos aceitas, menos dominantes). Essas correntes, entretanto, só foram definidas e nomeadas no fim do século XVII e começo do XVIII. Além disso, essa nomenclatura quase sempre era usada de forma pejorativa. Neste artigo, é o Probabilismo que será discutido. Ele se tornou a corrente mais influente e polêmica no decorrer do século XVII e parte do XVIII – e trouxe grandes transformações para o contexto religioso e jurídico do momento. Por meio da obra de Busenbaum, que era considerado um autor probabilista, foi possível verificar algumas implicações que a corrente trouxe tanto para o tratamento da Confissão sacramental como para a forma de conceber o Direito.

### **Confessores e Penitentes**

O sacramento, para o autor, era dividido em três atos: contrição, confissão e satisfação. A contrição era definida por ele da seguinte forma: “Svpongo, que la cõtricion en comun es dolor, y detestaciõ del pecado cometido, con proposito de la enmienda”<sup>15</sup>. É significativo, nesta parte, a necessidade do propósito de corrigir-se: a contrição, dessa forma, conjuga passado e futuro, ela é

---

<sup>14</sup> Vale ressaltar que esse era o intuito central da obra, mas ela não se resumia a isso. Além de auxiliar os confessores, a obra de Busenbaum também era utilizada para outras atividades, como, por exemplo, nos ofícios de juiz e advogado, que ainda discutirei neste artigo.

<sup>15</sup> BUSENBAUM. **Medula de la Teologia Moral**, p. 385.



um arrependimento do que foi feito e, ao mesmo tempo, um desejo de não retornar ao erro<sup>16</sup>. Ela se divide em perfeita ou imperfeita. A perfeita acontece naqueles que se arrependem por caridade a Deus e se chama contrição, propriamente. A imperfeita, por sua vez, acontece devido a motivo “inferior, pero sobrenatural”<sup>17</sup> e se chama atrição (geralmente está ligada ao medo das penas do inferno). Para Busenbaum, a atrição era suficiente, não sendo necessário exigir do penitente uma contrição perfeita – ainda que ela fosse preferível.

A próxima ação do penitente, após o arrependimento, consistia na confissão de todos os seus “pecados mortais”, não sendo necessário que ele confessasse seus “pecados veniais”. Essas eram duas categorias utilizadas para classificar o grau de culpa de cada pecado que abriam grande espaço para o debate teológico. Definir se um pecado era mortal ou venial era de suma importância, pois isso definia, para o penitente, sua obrigação ou não em confessá-lo. A Satisfação, o terceiro ato, é uma penitência imposta pelo confessor que “ha de ser proporcionada à las culpas, y à la posibilidad del penitênte”<sup>18</sup>.

Assim era dividida a Penitência por Busenbaum, e também por quase todos os autores. A questão é que, sobre cada tema concreto, começavam a surgir opiniões divergentes entre os teólogos. O furto, por exemplo, seria um pecado venial ou mortal? Qual o valor necessário para que o furto fosse pecado mortal? Mentir em julgamento para livrar o próximo da pena era um pecado grave? Ou uma mostra de piedade?

Sobre essas e muitas outras questões, os autores emitiam opiniões conflitantes, e então, para cada tema, surgia uma opinião mais provável e outras menos prováveis – mas ainda prováveis<sup>19</sup>. Os debates se centravam sobre a questão da licitude ou não licitude de se seguir uma opinião menos provável. A pergunta que Busenbaum colocava, e que era a questão fundamental do Probabilismo, era a seguinte: “Ay en la Teologia algunas opiniones dudosas, y probables por entrambas partes, que deixã *especulativamente* dudoso à un hombre. Preguntase pues aqui, si con

---

<sup>16</sup> Adone Agnolin também destacou esse deslocamento temporal do sacramento rumo às ações futuras que passava a transcender o momento ritual.

<sup>17</sup> BUSENBAUM. **Medula de la Teologia Moral**, p. 385.

<sup>18</sup> \_\_\_\_\_. **Medula de la Teologia Moral**, p. 397.

<sup>19</sup> Esta é uma questão que aparecia nos Tratados de Consciência, mas não apenas. O mundo jurídico e político também contavam com suas opiniões prováveis, mais prováveis e menos prováveis.



estas opiniones se puede formar conciencia *practicamente* cierta, y de que manera se ha de hazer?”<sup>20</sup>. E, respondendo esta questão, ele afirmava:

[...] puede sin culpa seguirse la opinion probable, aunque sea agena, y menos segura (esto es, la que parece menos desviada de toda especie de culpa, que la outra que lo parece mas) dexando la opinion mas probable, mas segura, y propria: como de esto no se siga agravio , ò peligro al próximo.<sup>21</sup>

Isto era o que caracterizava o autor como probabilista: tornar lícita uma conduta que se baseasse em opiniões prováveis, mesmo havendo outras mais prováveis. Uma opinião podia ser considerada provável por diversos fatores. Geralmente ela se tornava provável por ter sido defendida por autores renomados, “doutos”, e isso a tornava lícita: a autoridade dos autores lhe conferia a probabilidade. Ou, em alguns casos, a probabilidade podia ser conferida por “alguma razão de peso”: nestes casos, a razão que conferia probabilidade à opinião<sup>22</sup>. Se as correntes mais rigoristas (tuciorismo, probabiliorismo) se fundavam sobre o imperativo, o *dever* seguir determinada opinião, o Probabilismo se caracterizava por seu aspecto permissivo: *era lícito* que se escolhesse qualquer uma das opiniões, desde que ela fosse provável.

Entretanto, é importante notarmos como essa proposição teórica atuava sobre a prática da Penitência. Busenbaum dava os seguintes exemplos de casos em que o Probabilismo podia ser usado:

I. El Confessor, ò el hombre docto puede responder al que le consulta, segun la sentencia probable de otros, si le es mas favorable, dexando su própria sentencia, aunque sea mas probable y segura. Assi ló sinten Sanchez, y Bonacina. Y la razon es, porque el mismo Confessor puede seguir aquella opinion, obrando prudentemente.<sup>23</sup>

O confessor (ou homem douto) poderia, portanto, recomendar ao leigo uma conduta menos provável, mais incerta e, inclusive, uma que ele próprio achasse errada. O segundo exemplo explica ainda melhor as razões disso:

2. Puede responderle al que le consulta, que aquella opinion la defienden hombres doctos como probable: y que assi le es licito seguirla, aunque èl la juzga por falsa especulativamente, y que por esso no se atreve à practicarla. La

---

<sup>20</sup> BUSENBAUM. *Medula de la Teologia Moral*, p. 4.

<sup>21</sup> BUSENBAUM. *Medula de la Teologia Moral*, p. 4-5.

<sup>22</sup> Lacroix, no século XVIII, republicou a obra de Busenbaum adicionando comentários a ela. Nestes comentários, deu ênfase para as duas formas de tornar uma opinião provável, e as diferenças entre elas.

<sup>23</sup> BUSENBAUM. *Medula de la Teologia Moral*, p. 5.



razon es, porque el otro tiene derecho à seguir una opinion probable, y a mi no se me prohíbe, que se declare este derecho.<sup>24</sup>

Os penitentes tinham o direito de seguir opiniões prováveis ao agir, e o confessor era o responsável por declarar esse direito. Mesmo que ele considerasse determinadas opiniões falsas, ainda assim devia ensinar aos membros de sua paróquia que tais opiniões eram lícitas, por serem prováveis:

3. Si el penitēte quiere obrar conforme à una opinion probable, puede el Confessor, y aun en sentencia comun deve absolverle, y si es proprio Parroco peca mortalmēte negandole la absolucion; aunque juzgue que es falsa la doctrina que sigue el penitente.<sup>25</sup>

E, por fim, talvez o mais significativo dos exemplos:

4. No deven reprehēderse los que andã de un Doctor en outro, hasta que encuentran cō alguno que les favorece en ló que siēten; con tal, que sea prudente, y piadoso, y no estè en opinion de singular. La razon es, porque estos pretenden seguir la opinion probable, lo qual es lícito.<sup>26</sup>

O controle institucional que a Igreja pretendia exercer sobre a consciência de seus fiéis parecia ser enfraquecido pelo Probabilismo. Todos os exemplos acima tendiam a limitar o poder dos confessores, e ampliar os direitos dos penitentes. O confessor não podia impor a sua opinião ao penitente; ele podia mostrar qual seguia, mas, ao mesmo tempo, devia explicar que existiam outras que podiam ser seguidas. Os confessores *devem* absolver a todos que seguem opiniões prováveis, e *não devem* repreender àqueles que vão de doutor em doutor até achar uma opinião que os favoreça, pois os penitentes têm esse *direito*. No texto de Busenbaum, portanto, começava a surgir a ideia de que os penitentes – os quais ele mesmo denominava “súditos” –, sujeitos ao pároco e à Igreja, possuíam direitos diante dos representantes da instituição, enquanto esses representantes, os párocos, tinham o dever de respeitar tal direito. Isso foi formulado em seu pensamento sobre o “derecho à seguir una opinion probable”, mas a mesma lógica foi usada quando ele discorreu sobre o réu. Volto nesse ponto mais à frente.

Dentre todas as opiniões prováveis, uma pessoa podia escolher aquela que achasse mais correta. Se alguém tinha uma opinião, podia consultar diversos doutores, até achar um que partilhasse dessa mesma opinião. O penitente passa a assumir uma posição que, em certos aspectos, torna suas escolhas relativamente independentes do confessor, fazendo com que elas

---

<sup>24</sup> \_\_\_\_\_. **Medula de la Teologia Moral**, p. 5.

<sup>25</sup> BUSENBAUM. **Medula de la Teologia Moral**, p. 5.

<sup>26</sup> \_\_\_\_\_. **Medula de la Teologia Moral**, p. 6.



dependessem, em grande medida, de sua própria consciência. Essa aproximação entre as decisões (ações) e a consciência pessoal do sujeito pode ser melhor compreendida se explicarmos o significado que possuía o conceito de *consciência* tanto na obra de Busenbaum como na de quase todos os autores de Teologia Moral da época.

A definição que Busenbaum deu para a consciência foi: “conciencia es un dictamen de la razon ò un acto de entẽdimiento, con que juzgamos, que *hic et nunc*, se deve hazer alguna cosa por buena, ò se deve dexar por mala”<sup>27</sup>. A consciência é, para ele, um ato da razão prática, um julgamento que se faz *aqui e agora*, e que não pode ser predeterminado por normas morais. Agir segundo a consciência não significava obedecer às normas ditadas pela religião, uma vez que as próprias normas podiam ser contestadas pela consciência. Ela era “la regla proxima de la volũtad, derivada de la primera y principal regla de todas las acciones humanas, q es la Divina, y eterna ley”<sup>28</sup>. Mesmo quando a consciência errava, ou ditava algo *proibido*, ainda era necessário segui-la, em detrimento das leis e normas<sup>29</sup>. Um desdobramento dessa noção levou Busenbaum a escrever que se alguém, por meio de sua razão ou de sua tradição, decidisse se converter a outra religião ou permanecer em outra religião que não fosse a católica, ele não pecaria, e inclusive tinha a obrigação de seguir o que havia lhe ditado o entendimento<sup>30</sup>.

Essa concepção de consciência, desenvolvida no plano teórico, tinha como correspondente, na prática, a confissão sacramental. Ou seja, a noção probabilista de consciência, ligada à racionalidade de cada indivíduo, que deve ser seguida mesmo quando dita ações proibidas, não ficava restrita ao plano teórico, mas encarnava-se na prática da penitência, no direito que o penitente tinha em escolher uma opinião menos provável, e também no seu direito de ir “de un Doctor en outro, hasta que encuentran cõ alguno que les favorece en ló que siẽten”. Entretanto, não era apenas sobre a Penitência que Busenbaum pretendia atuar, mas os “tribunais seculares” também eram objeto de suas reflexões.

### **Tribunais Seculares**

O autor, no tratado sobre o “estado de algunas personas seculares”, dedicou alguns subcapítulos para discorrer sobre “pessoas” jurídicas como o Juiz, o Advogado e o Réu. Sua

---

<sup>27</sup> BUSENBAUM. *Medula de la Teologia Moral*, p. 1.

<sup>28</sup> \_\_\_\_\_. *Medula de la Teologia Moral*, p. 1.

<sup>29</sup> \_\_\_\_\_. *Medula de la Teologia Moral*, p. 2.

<sup>30</sup> \_\_\_\_\_. *Medula de la Teologia Moral*, p. 34.



preocupação com essas questões pode ser explicada pela forte imbricação entre o Direito e a Teologia Moral existente no período. De forma direta ou indireta, a obra de Busenbaum atuava no Direito formal. As discussões no campo da moral eram questões importantes para juízes e advogados, e havia um profundo câmbio entre as ideias de teólogos e juristas. Em uma análise que Jesus Vallejo fez sobre Juan Matienzo, essa relação foi discutida:

La objetivación de la justicia y su conexión con lo divino tiene su expresión más directa en la identificación *Iustitia est ipse Deus*. No es que hubiera en la época fronteras disciplinares muy precisas, pero expresiones como esta son ilustrativas del entendimiento teológico de la iustitia, o, en otras palabras, de su abordaje doctrinal más en la obre de los teólogos que en la de los juristas.<sup>31</sup>

Além desse interesse pela Teologia Moral, outro ponto importante a se lembrar é que todas essas figuras passavam pelo Sacramento da Penitência. Juízes e Advogados, assim como todos os fiéis, tinham a obrigação de confessar seus pecados ao padre confessor. Aqueles que viessem a se tornar réus também tinham familiaridade com o confessor, e inclusive era parte importante do julgamento o acompanhamento que o confessor fazia com o réu.

### O Juiz

Busenbaum, ao perguntar “Que cosas se requieran para el juyzio legitimo?”, dá três respostas: jurisdição, retidão de processo e intenção de justiça. A jurisdição, para ele, consistia no fato de que o juiz secular devia conhecer “pessoas” e causas seculares, e o eclesiástico devia conhecer as eclesiásticas. A retidão de processo se referia ao caráter formal do julgamento: o réu devia ser ouvido, precisava haver uma defesa, um acusador, etc. Por outro lado, a intenção de justiça estava vinculada ao âmbito interno do juiz: o julgamento apenas seria legítimo se o juiz agisse com intenção de praticar a justiça, “Por donde si el Iuez procediesse llevado de odio, ò outro mal fin: v.g. de vanagloria, pecarà, no cõtra la justicia, sino contra la caridad, ò outra virtud”<sup>32</sup>.

A questão do Probabilismo, por sua vez, aparecia, agora, em sua discussão sobre o Juiz. Ele perguntou o que devia ser feito se, em determinado caso, houvesse probabilidade na defesa de ambas as partes. A resposta foi que o Juiz Supremo “deve dar sentencia, segun la opinion mas probable en derecho”, entretanto, os juízes comuns podiam sentenciar a favor da parte apenas provável “aunque sea menos probable”. Para ele, quando havia probabilidade igual nos dois lados,

---

<sup>31</sup> VALLEJO, Jesús. **Acerca del fruto del árbol de los jueces**: Escenarios de la justicia en la cultura del Ius Commune. Anuario de la facultad de derecho de la Universidad autónoma de Madrid. Madrid. 1998, p. 41.

<sup>32</sup> BUSENBAUM. **Medula de la Teologia Moral**, p. 267.



o juiz deveria dividir o direito, dar metade a cada um, isso se fosse possível, se estivesse em questão uma causa civil. Mas, para resolver todos esses embates, ele afirmou que se devia sempre ter “en memoria aquel axioma. Que si son oscuros los derechos de las partes, se há de favorecer mas al Reo, que al Actor”<sup>33</sup>.

O réu ocupava um lugar de destaque para o pensamento do autor, e, mesmo nos capítulos dedicados ao juiz e ao advogado, isso fica evidente. Isso aparece, por exemplo, quando ele tentou definir uma separação entre o público e o privado. A separação, entretanto, não foi bem delimitada, e serviu mais como um meio de proteger o réu. Para ele:

Que el Iuez no puede condenar al que juridicamente se prueba que està inocente, aun que por ciencia privada sepa q es culpado. Porque juzga como persona publica, y assi deve governarse por ciencia publica, segun lo alegado, y probado. Principalmente en favor del reo.<sup>34</sup>

O juiz, portanto, deveria julgar de acordo com o alegado publicamente, e não com a sua “ciência privada”. Contudo, Busenbaum afirma na sequência:

Que quando el Iuez privadamẽte sabe que uno està inocente, si juridicamente se le probò la culpa, està obligado à librarlo de todas las maneras, si puede; v.g. estorvãdo la ocasion, difiriendo el juízo, abriendo las carceles (si puede hazerse sin mayor daño), remitiendo la causa al Superior.<sup>35</sup>

O inocente não pode ser condenado, nem que para isso o juiz tenha que abrir os cárceres. A seguir, ele diz que alguns autores defendiam que, se o juiz não conseguisse livrar o inocente, deveria julgar segundo o alegado: “Y si assi no puede salir con su intento, dicen probablemente muchos Doctores com S. Thomas, que puede condenarle por la razon que diximos”<sup>36</sup>. Essa opinião era a mais provável, “Pero la contraria opinion parece mas verdadera, que lleva Lessio, y otros. Porque matar directamente, al inocente, es intrinsecamente malo: Luego de qualquiera manera, que se sepa es inocente, será pecado mortal”<sup>37</sup>. Só não seria pecado mortal se as penas fossem pecuniárias.

### **O advogado**

Para Busenbaum, o exercício legítimo da profissão de advogado dependia, antes de tudo, de quatro coisas: “(...) ciencia conveniente, justicia en la causa, que patrocina, fidelidad, y precio

---

<sup>33</sup> BUSENBAUM. *Medula de la Teologia Moral*, p. 273.

<sup>34</sup> \_\_\_\_\_. *Medula de la Teologia Moral*, p. 272.

<sup>35</sup> \_\_\_\_\_. *Medula de la Teologia Moral*, p. 272.

<sup>36</sup> \_\_\_\_\_. *Medula de la Teologia Moral*, p. 272.

<sup>37</sup> \_\_\_\_\_. *Medula de la Teologia Moral*, p. 272.



justo por sus trabajos”<sup>38</sup>. Em primeiro lugar, então, o advogado devia ter o conhecimento suficiente para exercer sua função. Também devia ser fiel e cobrar preço justo.

Talvez o ponto mais delicado fosse o fato de que ele devia defender uma causa justa: “Que no puede, menos q pecando gravemēte, emprender causa q sabe que es injusta”<sup>39</sup>. Porém, nas “causas civiles probables, y dudosas por entrambas partes, puede defender la q quisiere, aunq sea menos probable”<sup>40</sup>. O ofício do advogado, portanto, era garantido devido à existência de probabilidades. Se tudo fosse simples e claro, logo se veria que um lado é justo e outro injusto, e não haveria a necessidade de advogados, ou, em todos os julgamentos, apenas uma parte teria direito a advogado. Mas, para Busenbaum, os julgamentos não eram assim, eles se inseriam no campo do provável, no qual muitas vezes ambos os lados têm probabilidade no que alegam, e, sendo assim, “qualquier de las partes tiene derecho de alegar en juyzio sus razones: Luego tâbiẽ al Advogado de defenderla. Ni siẽpre es lo mas verdadero lo q parece mas probable; y por ventura el Iuez formará diferentemēte el juyzio”<sup>41</sup>.

Ele disse isso para as causas civis. Nas criminais, havia algo diferente: “en la criminal dudosa no es licito defẽder la parte del Actor, que en tal caso peca gravemente contra el reo”<sup>42</sup>. Mas o oposto era lícito, o advogado devia defender o réu mesmo que ele fosse culpado: “en causa criminal puede defender el reo, aunq estè culpado, para que se libre de la muerte, ò outro castigo”<sup>43</sup>. Para Busenbaum, não era lícito se posicionar contra o réu injustamente. Por outro lado, em todos os casos era lícito defendê-lo. Mesmo culpado, ele devia ter uma defesa.

### O réu

A primeira questão que Busenbaum se colocou ao pensar na figura do réu foi a seguinte: “Si està el reo obligado à confessar la verdad, y quando?”. Essa questão é colocada em um contexto jurídico no qual a mais importante das provas para incriminar o réu era a sua própria confissão do delito. A sua confissão era a prova plena de sua culpa, a prova legítima, e os juízes se esforçavam para consegui-la. Para isso, utilizavam técnicas de interrogar e, às vezes, de tormentos.

---

<sup>38</sup> BUSENBAUM. *Medula de la Teologia Moral*, p. 274.

<sup>39</sup> \_\_\_\_\_. *Medula de la Teologia Moral*, p. 274.

<sup>40</sup> \_\_\_\_\_. *Medula de la Teologia Moral*, p. 274-275.

<sup>41</sup> \_\_\_\_\_. *Medula de la Teologia Moral*, p. 275.

<sup>42</sup> \_\_\_\_\_. *Medula de la Teologia Moral*, p. 274.

<sup>43</sup> \_\_\_\_\_. *Medula de la Teologia Moral*, p. 274.





Busenbaum, ao responder a questão, afirmou que, se o réu não for interrogado legitimamente, “no està obligado à confessar el delito”<sup>44</sup>. A partir disso, ele deduziu que:

[...] el reo no tiene obligacion de confessar su delito. I. Quando el Iuez no es legitimo. 2. Si comiença el processo de si mismo, sin proceder acusacion alomenos virtual. 3. Sino procediò probança semiplena, ni infâmia, ni ay indícios manifestos del crimen.<sup>45</sup>

O réu não tinha obrigação de dizer a verdade caso o interrogatório fosse ilegítimo. Mas se ele fosse legítimo, Busenbaum dava duas soluções possíveis:

Que aunque es mas comun, y verdadera la sentencia de S. Tomàs, q si el reo es legitimamente interrogado por el Iuez, està obligado em conciencia à dezir claramente la verdad; con todo esso es probable ló que Sà, y Lessio enseñan con Silvestro, que no està obligado, alomenos so pecado grave, en las causas capitales, y en las mas graves, si ay esperança de librarse, y no se teme algun grande daño à la Republica. Y dize Lugo, que es sentencia muy probable, y segura en la práxis.<sup>46</sup>

Todo o direito se baseava na defesa da confissão do réu como a mais perfeita prova, e isso encontrava justificação na obrigação que o réu tinha em dizer a verdade. Essa era a sentença comum, era a sentença defendida pela autoridade de São Tomás e por quase todos os outros autores. Entretanto, por causa do modo de raciocinar probabilista, que permitia a escolha de opiniões menos prováveis (e menos aceitas), o autor pôde mostrar a legitimidade de uma ação contrária aos preceitos ditados por São Tomás. Se, por um lado, o Probabilismo deu liberdade ao autor para contestar a sentença do santo, por outro, permitiu que ele introduzisse inovações na forma de enxergar o direito. Ao dar os motivos pelos quais o réu podia mentir, ele afirmou:

[...] porque la ley humana comunmente no obliga con tanto peligro: v.g. de muerte. Y porque parece cosa inhumana, que el que no puede ser convencido, estè obligado à dar armas contra si, ò para que le quiten la vida, ò para que le dèn otra grave pena: v.g. de carcel perpetua.<sup>47</sup>

O autor, portanto, considerava desumano que o réu oferecesse as armas para sua própria condenação. O réu, para ele, não devia se autoincriminar. Ao observar essa sentença de Busenbaum, podemos notar a presença de fundamentos do “Princípio da não autoincriminação”. Tempos depois, esse Princípio, que garante ao réu o direito de não dar provas contra si mesmo, foi uma das bases para a superação das práticas de tortura, e, até hoje, é uma garantia dada ao réu em diversos Estados. Entretanto, no contexto em que Busenbaum escreveu sua obra, tratava-se

---

<sup>44</sup> BUSENBAUM. *Medula de la Teologia Moral*, p. 282.

<sup>45</sup> \_\_\_\_\_. *Medula de la Teologia Moral*, p. 282.

<sup>46</sup> \_\_\_\_\_. *Medula de la Teologia Moral*, p. 283.

<sup>47</sup> \_\_\_\_\_. *Medula de la Teologia Moral*, p. 283.



apenas de uma opinião menos provável, que era lícita por causa do Probabilismo, e introduzia profundas inovações na forma de compreender o Direito.

Após tratar da questão da obrigação ou não do réu em dizer a verdade, Busenbaum questionou-se se era lícito a ele fugir da pena. Para ele, o réu não podia resistir positivamente ao juiz, no momento da sentença, pois isso geraria escândalo. Entretanto, “es licito al reo, aunque verdaderamente sea reo, huir antes, y depues de la sentencia (quando es de muerte, ò equivalente: v.g. de carcel perpetua.)”<sup>48</sup>. Fugir, então, era um dos direitos do réu para o autor:

Que le es licito tambien, alomenos en conciência, engañar las Guardas (no haziendo violencia, ni injuria) v.g. Dandoles alguna comida, ù bebida, que los aduerma; ù procurando que se ausenten: assi mismo puede quebrantar las prisiones, y carceles: Porque quando el fin es licito, ló son tambien los médios. [...]Que à los que no son ministros de justicia, les es licito ayudar al reo, pra que huya, no solamente con el consejo, sino dandole instrumentos, como sogas, limas, &c. Porque es licito persuadirle, y darle médios à uno para un fin que le es licito.<sup>49</sup>

O ponto importante desse direito à fuga é a justificativa que Busenbaum dá para ele: “La razon **[pela qual seja lícito ao réu fugir]** es; porque qualquiera tiene tan grande derecho à la conservacion de su vida, que ninguna potestad humana puede obligarle à no conservarla”<sup>50</sup>. Nenhum poder humano, para ele, tinha o direito de tirar a vida de qualquer pessoa. Nesse sentido, de modo semelhante ao que vimos no caso do penitente, o autor parece fazer um deslocamento: ao invés de determinar os deveres dos súditos, ele demarcou seus direitos. Direitos que, como podemos ver na passagem citada, qualquer um possuía, todos possuíam, e a violação desses direitos seria considerada “cosa inhumana”, como vemos na citação do parágrafo anterior. Ou seja, é possível verificar no texto a concepção de direitos que são compartilhados por todos, juntamente com a noção de humanidade e desumanidade.

Uma última consideração parece necessária para compreender a atuação de Busenbaum no contexto jurídico de sua época. Tanto na questão dos tormentos quanto na da pena de morte, ele assumiu posições semelhantes: não questionou diretamente a legitimidade de ambas. Ao falar do juiz, colocou algumas condições necessárias para que os tormentos não fossem ilícitos, mas não disse que eles deviam ser abolidos. Por isso, é impossível dizer que ele foi um defensor do fim da pena de morte, ou do fim da tortura. Por outro lado, em sua obra, surgiram críticas, de

---

<sup>48</sup> BUSENBAUM. *Medula de la Teologia Moral*, p. 284.

<sup>49</sup> \_\_\_\_\_. *Medula de la Teologia Moral*, p. 284-285.

<sup>50</sup> \_\_\_\_\_. *Medula de la Teologia Moral*, p. 284.



caráter moral, a essas práticas, colocando em questão a humanidade delas. O direito à vida era colocado como maior que qualquer poder humano. Em uma passagem, ele disse que o réu podia confessar um crime que não fez, desejando morrer, para escapar da tortura, “no teniendo obligacion de conservar la vida à costa de tan cruels tormentos”<sup>51</sup>. Para ele, os tormentos eram tão cruéis que era lícito ao torturado preferir à morte. Concluindo, não quero dizer com isso que Busenbaum tenha sido um grande opositor à pena de morte e aos tormentos, mas apenas que sua obra possuía sentenças que podiam ser – e foram – usadas para superar tais práticas.

### **Teologia Moral e Crise de Consciência**

Até aqui, apresentei algumas particularidades da obra, analisando-a dentro de seu contexto. Entretanto, para que não permaneçamos presos à análise estrita da obra em si mesma, uma questão surge: qual o impacto real que ela promoveu ao ser publicada? Neste sentido, uma etapa da minha pesquisa foi empenhada em investigar as “respostas”<sup>52</sup> que foram dadas à obra. Essas “respostas” trilham um caminho que se iniciou com aplausos e aceitação geral, no momento da publicação, e desembocou em uma onda de censuras por toda a Europa e América, na segunda metade do século XVIII. O que eu pretendo, aqui, é discutir este caminho, desde a sua publicação até a sua proibição, analisando as relações entre a obra e a Crise de Consciência apresentada pelo autor Paul Hazard. Investigo as interpretações que foram feitas sobre o livro de Busenbaum e as transformações na forma de interpretá-lo.

Começo com as discussões de Hazard sobre a Crise de Consciência para, após isso, falar com detalhes sobre a difusão da obra. Hazard situou a crise, trabalhada em seu livro, entre 1680 e 1710, mas acredito que as datas não devem ser compreendidas de forma exata (ele próprio se utilizou de algumas fontes anteriores ao período referido, e outras posteriores). Segundo ele, essa crise procedeu diretamente do Renascimento, e preparou a Revolução Francesa.<sup>53</sup> Talvez as palavras que melhor expressem a crise que ele menciona sejam “Da estabilidade ao movimento”, o título do primeiro capítulo.

As viagens que passavam a se multiplicar criavam nas consciências uma necessidade de construir “uma nova concepção das coisas”, e, além disso, elas também propunham a ideia de

---

<sup>51</sup> BUSENBAUM. **Medula de la Teologia Moral**, p. 283.

<sup>52</sup> A investigação das “respostas” dadas à obra parte, em grande medida, das considerações teórico-metodológicas de John Pocock, em seu livro “Linguagens do Ideário Político”. POCOOCK, J.G.A. **Linguagens do Ideário Político**. São Paulo: Edusp, 2003.

<sup>53</sup> HAZARD, Paul. **Crise da Consciência Europeia**. Lisboa: Edições Cosmos. 1948, p. 9.



relativismo: “Conceitos que pareciam transcendentais passaram a depender da diversidade dos lugares”<sup>54</sup>. Ou seja, por um lado, as pessoas passavam a questionar pensamentos consagrados e buscar inovações, e, por outro lado, tomavam consciência da existência de uma variedade de culturas ao redor do globo.

Busenbaum, entretanto, tinha preocupações diferentes das dos racionalistas, dos libertinos, e dos filósofos, que Hazard apresenta em seu livro. Sua obra não foi feita para buscar a verdade, para contestar o conhecimento transmitido pelos antigos, ou para dizer qual a melhor forma de governo. Seu intuito era outro. Ele estava inserido nesse cenário em que surgiam discórdias e disputas sobre temas filosóficos e sobre temas ligados ao conhecimento; autoridades que antes eram aceitas, agora, eram contestadas, mas isso não se limitava ao campo dos saberes: os costumes também se transformavam e, além disso, tomava-se consciência de sua imensa diversidade<sup>55</sup>. A preocupação de Busenbaum, nesse contexto, era prática: nesse mundo de incertezas, diversidades e transformações, qual a melhor maneira de administrar o sacramento da confissão? Essa era uma questão que, em um reino católico, dizia respeito aos reis, filósofos, mercadores, livreiros, e assim por diante; dizia respeito a todos. A questão que se colocava era: se, para cada tema, há inúmeras opiniões divergentes, conflituosas e até opostas, como defender uma posição sem que os demais pontos de vista sejam excluídos?

Definir uma opinião como a correta, excluindo as demais, traria perda de muitos fiéis e intensificaria conflitos. O Probabilismo, criado por Medina<sup>56</sup>, que atingia um de seus momentos de maior difusão em meados do século, era uma alternativa para essa situação. Por meio dele, opiniões e costumes divergentes puderam coexistir sem que entrassem em conflito direto; a evangelização na América, com o surgimento dele, pôde permitir que algumas práticas locais sobrevivessem, tornando a conversão menos abrupta, e mais possível;<sup>57</sup> dentro de um mesmo período histórico, ele permitiu que convivessem, no confessionário, defensores e críticos de Santo Tomás, defensores e inimigos do rei.

---

<sup>54</sup> \_\_\_\_\_. **Crise da Consciência Europeia**, p. 21.

<sup>55</sup> Sobre as transformações nos costumes, além do livro já citado de Hazard, é interessante a leitura de *A Cultura do Barroco* de Maravall. Hazard também discorreu sobre os costumes em outro livro seu: *O Pensamento Europeu no Século XVIII*, mais especificamente no capítulo IX, denominado *As Ideias e os Costumes*.

<sup>56</sup> Isso ainda pode ser revisto, mas, por enquanto, o mais comum é colocá-lo como o primeiro probabilista de fato.

<sup>57</sup> Por um lado, podemos pensar que ele possibilitou que tais práticas sobrevivessem. Mas o mais correto, parece-me, é que as práticas, fundadas na experiência americana, sobreviveriam de qualquer forma. A flexibilização tornou a conversão possível. Uma tentativa de uniformização inflexível estaria sujeita a maiores resistências e, talvez, a catequese não tivesse se concretizado.



Hazard afirmou que a crise procedeu do Renascimento, das Reformas, da chegada à América, e preparou a Revolução Francesa. A história do Probabilismo coincidiu com esse processo: ele surgiu no XVI e foi condenado na segunda metade do XVIII. Retomei essas considerações do autor porque o conjunto de interpretações da moral de Busenbaum, desde os defensores até os críticos, culminando na proibição da obra, pode nos mostrar alguns aspectos da relação entre a Medula e o processo mencionado por ele.

As primeiras interpretações que temos contato são as deixadas nos prólogos, nas censuras e na própria tradução que o livro teve para o espanhol. Vicente Antonio Ibañez, tradutor da obra, no prólogo que escreveu, apresentou alguns dos motivos que o levaram a traduzi-la:

Atiendese principalmente en esta Obra à la conveniencia de los que retirados de las Escuelas perciben mejor, y entienden mas bien los casos de conciencia con voces comuns, y usadas, que con los terminos de la Catedra, que tienen algo olvidados; porque la lengua materna es mas conveniênte, para que todos se aprovechen.<sup>58</sup>

O próprio tradutor, portanto, nos mostra que sua intenção era que a obra não ficasse restrita aos acadêmicos, mas sim que chegasse a “todos”, que se popularizasse. Mais tarde, na edição de 1674, o mesmo discurso foi pronunciado, dessa vez por Esteban Casellas, reitor de uma paróquia da Diocese de Barcelona, responsável por aprovar a nova edição da obra: “Y como el arbol, y plâta trasplantados, crecen mas, y dàn mas fruto, es muy acertado el traducirse, y trasplantarse en el idioma Castellano, para que lleguen todos, el doto, y [el] menos versado en Escuelas, à participar del fruto de su dotrina”<sup>59</sup>.

Ibañez ainda dizia que “por el grande aplauso, y estimacion que tiene la Medula de Busembaum, me ha parecido que es mejor reducir lo ageno, que està bien recibido, que ofrecer lo proprio”<sup>60</sup>. Dois aspectos geralmente eram ressaltados para tentar explicar o sucesso da Medula: tratava-se de uma obra completa e, ao mesmo tempo, resumida. Era de fácil leitura para os confesores, e de grande utilidade, pois abarcava muitas matérias. Tomás Muniesa, referindo a esse caráter da obra, afirmava que:

Si alguno venció la destreza de encerrar en una nuez la Iliada de Homero, ò la hiperbole de abreviar el Mar en una Concha; fue el celebre Iejuita Padre Hermanno Busembaum, reduciendo el abismo immenso de la Theologia moral

---

<sup>58</sup> IBANÉZ, Vicente Antonio. Prologo Al Lector. In: BUSENBAUM. **Medula de la Teologia Moral.**

<sup>59</sup> CASELLAS, Esteban. Aprobacion del R. Estevan Casellas. In: BUSENBAUM. **Medula de la Teologia Moral.**

<sup>60</sup> IBANÉZ, Vicente Antonio. Prologo Al Lector. In: BUSENBAUM. **Medula de la Teologia Moral.**



à esta Summa: sino es que, por preciosa, y por pequeña, le venga mas justo el nombre de Perla, que de Concha<sup>61</sup>.

Sendo assim, “tienen los Confessores en esta Suma una compendiosa, y resumida instruccion, para exercitar su oficio, segund las doctrinas corrientemente probables”<sup>62</sup>. Nesse ponto, entra-se no significado dos conteúdos da obra. Além de ela ser aceita e admirada pelos padres da Espanha, de ser acessível, simples e completa, ela ensinava doutrinas *prováveis*. Ele não afirmava que a obra defendia as opiniões corretas, ou as mais prováveis, mas apenas apresentava as prováveis. Nessa perspectiva, sabia-se que, para cada assunto, haveria um maior ou menor número de opiniões prováveis. Tinha-se a percepção, junto a isso, de que, quanto maior o número de Sumas impressas, maior a chance de que se encontrassem doutores que favorecessem seu próprio ponto de vista. Assim, o comentário de Joseph Barrasa parece o mais significativo de todos, mostrando as intenções que existiam na publicação de obras de Teologia moral:

Como en la Patria celestial ay diversa multitud de mansiones, segun nos lo dexò dicho Christo nuestro Bien, Maestro de la mejor enseñanza: *In domo Patris mei mansiones multa sum*: dispuso, y dispone la Providencia divina, aya para estas mansiones muchedumbre, y variedad de caminos, en el grande numero de Sumas, y Compendios de la Theologia Moral.<sup>63</sup>

Este comentário parece ter sido feito para explicar, teologicamente, a existência da diversidade, a multiplicidade de caminhos que podem ser seguidos para chegar à “Pátria celestial”, e, ao mesmo tempo, mostrar que, para acompanhar tal diversidade de caminhos, era necessário um grande número de Sumas. Quanto maior o número de Sumas, maior o número de opiniões que podiam ser prováveis, maior o número de caminhos que podiam ser seguidos. Esse pensamento, em nada, correspondia a uma ideia de ortodoxia, e é difícil captar sua origem. Escrito em 1664, podemos ligá-lo à crise de consciência que emergia, ou ao próprio Probabilismo; se nos atentarmos para as discussões de Schwartz, no livro *Cada um na sua Lei*, podemos dizer que ele procedeu da própria experiência espanhola<sup>64</sup>; tudo ainda se torna ainda mais complexo se levarmos em conta que o autor desse parecer, Joseph Barrasa, era um Peruano,

---

<sup>61</sup> MUNIESA, Thomas. Parecer del M. R. P. Thomas Mvniessa Calificador de el Santo Officio, y examinador Synodal en el Obispado de Barcelona. In: BUSENBAUM. **Medula de la Teologia Moral**.

<sup>62</sup> MUNIESA. Parecer del M. R. P. Thomas Mvniessa. In: BUSENBAUM. **Medula de la Teologia Moral**.

<sup>63</sup> BARRASA, Joseph. Aprobacion del Reverendo Padre Maestro Fray Joseph Barrasa. In: BUSENBAUM, Hermann. **Medula de la theologia moral**. Barcelona: Imprenta de Francisco Gvasch, 1703.

<sup>64</sup> SCHWARTZ, Stuart. **Cada um na sua Lei**: tolerância religiosa e salvação no mundo atlântico ibérico. Bauru: Edusc, 2009.



nascido em Lima, que teve de ocultar sua genealogia para entrar para o Santo Ofício<sup>65</sup>. Entretanto, independente da origem da frase, foi num parecer sobre a obra de Busenbaum que ela apareceu, e, expressando-se em termos de “muitas mansões” e “muitos caminhos”, ele anunciava a intenção que muitos tinham com a publicação da obra.

Ou seja, se observarmos as três primeiras décadas de publicação da obra (1650-1680), encontramos o seguinte cenário: a obra era bem vista e admirada; elogiavam sua completude e concisão; ela era mais acessível aos menos versados nas escolas; pretendiam que ela chegasse a *todos*; e, na interpretação de seus conteúdos, tinham a consciência da diversidade de costumes e opiniões existentes no mundo, ao mesmo tempo, conheciam o projeto disciplinador que vigorava no momento, e, por fim, sabiam que a obra constituía uma ponte nesse hiato entre disciplina e diversidade.

Tempos depois, em 1691, Martin de Torrecilla publicou pela primeira vez sua obra “Suma de todas las materias Morales”, em Madri. O título já revela que ele também buscava algo completo, amplo. No decorrer da obra, o nome de Busenbaum foi citado inúmeras vezes. Dois pontos me pareceram dignos de nota nesse livro. Em primeiro lugar, baseado em Busenbaum e outros, ele afirmou que: “en las cosas Morales es imposible, ò casi imposible muchas vezes el hallar la verdad, sino solo una similitud, ò probabilidad della, como ló tienen Busembau, Antonio Cotonio, Tomás Sanchez [...]”<sup>66</sup>. Em 1691, portanto, o autor mostrava que a incerteza era a condição dos assuntos morais no momento, e que, na moralidade, era difícil encontrar a verdade, mas apenas probabilidades.

Em outro trecho, ele levantou a questão: “Si el Confessor està obligado à seguir la opinion probable de el penitente?”<sup>67</sup>. Era a mesma questão que Busenbaum havia se colocado, mas, na resposta de Torrecilla, surgia uma diferença. Ambos responderam de forma afirmativa, dizendo que o confessor estava obrigado a aceitar a opinião provável do penitente, pois este tinha o direito de segui-la. Entretanto, Busenbaum defendeu essa opinião dizendo que ela era a de Laymann, Bonacina, Sanchez e Azor. Torrecilla, no entanto, defendeu-a dizendo: “Respondo

---

<sup>65</sup> GUIBOVICH, Pedro Pérez. **Censura, libros e inquisición en el Perú colonial, 1570-1754**. Sevilla: Universidad de Sevilla, 2003, p. 71.

<sup>66</sup> TORRECILLA, Martin. **Suma de Todas las Materias Morales: Arregladas a las Condenaciones Pontificias de nuestro muy Santos Padres Alexandro VII y Inocencio XI**. Madrid, 1691, p. 63.

<sup>67</sup> \_\_\_\_\_. **Suma de Todas las Materias Morales**, p. 85.



afirmativamente. Es de todos los Theologos contra ciertos Parrocos Parisienses Jansenistas”<sup>68</sup>. Em seu discurso, ele apresenta a opinião de que o pároco deve se conformar com a probabilidade do penitente, mas não a apresenta como a opinião de alguns, ou de muitos, mas de *todos*, exceto os jansenistas. A ideia de que o confessor devia respeitar as escolhas dos penitentes havia se tornado dominante, e, para reforçar tal ideia, colocava-se que somente os jansenistas defendiam o oposto<sup>69</sup>.

Em 1710, Cláudio Lacroix publicou a Medula de Busenbaum adicionando comentários a ela, e expandindo-a. Lacroix, pelo que diziam os críticos, foi o responsável por utilizar-se da moral de Busenbaum, ampliá-la e difundi-la ainda mais pelo mundo. O sucesso que seus comentários tiveram ultrapassou a fama que já havia sobre o nome de Busenbaum, e, no século XVIII, era difícil que alguém falasse de Busenbaum sem mencionar Lacroix, e vice e versa. A moral de Busenbaum havia se espalhado por todas as partes do território espanhol, mas, ao mesmo tempo, começava a ser alvo de críticas.

Diego de Torres de Villarroel, em 1727, afirmou que “solamente en las Cathedrales, y Universidades se encuentran algunos dedicados à la sagrada leccion de los Canones, y al discreto cuidado de las moralidades, los demàs han leído la Doctrina Catholica por vn Busembaum, ù outro promptuario”<sup>70</sup>. A sua crítica, entretanto, confirmava o sucesso daquilo que se pretendia com a publicação da obra: dizia-se que ela era cômoda, acessível e completa; Villarroel reafirmava isso colocando o livro como algo antagônico às discussões acadêmicas, tratava-se de um “promptuario” que era usado de forma corriqueira por muitos. O nome de Lacroix seguia pelo mesmo caminho, e Martín Sarmiento afirmava: “Ninguno Duda de la aceptacion, que tiene en España el Moral del P. Claudio LaCroix. Se podrá decir, que es *nuestro* Moralista, pues anda en manos de todos”<sup>71</sup>.

No decorrer do século XVIII, entretanto, se desenvolveu a crítica mais profunda à Busenbaum, responsável por sua futura proibição: a crítica rigorista. Talvez o autor que melhor

---

<sup>68</sup> TORRECILLA. **Suma de Todas las Materias Morales**, p. 85.

<sup>69</sup> Os debates que se desenvolveram ao redor do Jansenismo são muito interessantes para compreendermos melhor as discussões teológico-morais do período, mas apresentá-los excederia o espaço do presente artigo. O que é indispensável dizer é que, pela maior parte dos autores da Espanha, ele era estigmatizado e combatido. Portanto, associar o antiprobabilismo ao Jansenismo era uma estratégia argumentativa eficiente.

<sup>70</sup> VILARROEL, Diego de Torres. **Tercera Parte de las Visiones y Visitas de Torres**. Madri, 1727, p. 12.

<sup>71</sup> SARMIENTO, Martín; FEIJOO, Benito Geronymo. **Demonstracion critico-apologetica del Theatro Critico Universal**. Madri, 1732. p. 326.





sintetizou essa crítica foi Daniele Concina, em sua obra *Storia del Probabilismo e Rigorismo* (1743), traduzida em 1772 para o espanhol. Ao mencionar o livro de Busenbaum, ele pretendia mostrar qual a “consequência mais fatal” da moral probabilista, uma consequência semelhante àquela apontada por Joseph Barrasa em 1664, entretanto, Barrasa a enaltecia enquanto Concina a condenava. Tratava-se da concepção que acreditava na existência de vários caminhos possíveis para se chegar até Deus, e o papel da variedade de opiniões prováveis para a construção dessa concepção. O ponto levantado por Concina consiste nas seguintes questões:

Por qué la autoridad de media docena de Casuistas puede hacer probable en fuerza del juicio reflexo una opinion en quanto al Decalogo, aunque conocida por el dictamen directo menos conforme á la Escritura, que la contraria; y no podrá la autoridad de media docena de Protestantes, á veces mas doctos, que ciertos Casuistas, hacer probable una opinion sobre las dudas del Symbolo?<sup>72</sup>

Resumindo, se os Probabilistas afirmam que a opinião de alguns torna uma sentença provável, o que garante, nesse caso, que as opiniões dos hereges ou infiéis não sejam prováveis, visto que são defendidas por muitos? Alguns diziam que não era bem assim, pois as outras religiões eram sempre improváveis, entretanto, muitos aceitavam essa consequência, como apontava Concina:

O concedes esta consequência, como la conceden sus antesignanos Probabilistas, los dos Sanchez, Busembaum, Billio, Escobar, y otros muchos, y en este caso vienes á conceder la consequência mas fatal, la mas ímpia de todas las heregias, y es, que cada uno se puede salvar en la Religion, en que nació.<sup>73</sup>

Concina, então, define qual seria a pior das heresias: acreditar que a salvação era possível em outras religiões.<sup>74</sup> E, para ele, o Probabilismo era responsável pela difusão de tais ideias. Busenbaum e Lacroix eram criticados outras incontáveis vezes no decorrer da obra.

O trabalho de Concina foi um marco para o “Antiprobabilismo”. Vários autores, após ele, utilizaram-se de sua moral para criticar e combater as opiniões probabilistas. Mas ainda não era possível dizer que o Probabilismo estava em seu fim. Dez anos após a publicação da obra de Concina, em 1753, a Medula de Busenbaum ganhou mais um de seus comentadores: Afonso Maria de Ligorio.

---

<sup>72</sup> CONCINA, Daniele. **Historia del Probabilismo y Rigorismo**. Madrid, 1772. p. 89.

<sup>73</sup> \_\_\_\_\_. **Historia del Probabilismo y Rigorismo**, p. 89.

<sup>74</sup> Busenbaum, como mostrei no outro capítulo, realmente acreditava que a salvação era possível fora da Igreja, indicando que, se alguém abandonasse o catolicismo para professar outra fé, não pecaria, desde que agisse segundo sua consciência e de acordo com a razão.



Mais tarde, Ligorio ficaria conhecido por tomar uma posição entre o Probabilismo e o Rigorismo, criando o Equiprobabilismo<sup>75</sup>. Entretanto, a primeira edição de sua *Teologia Moral* surgiu como um comentário a Busenbaum, e vale à pena recorrermos a algumas cartas escritas por ele para entendermos a situação da obra de Busenbaum e do Probabilismo na década de 50 do século.

Em 1756 e 1757, ele trocou algumas cartas com o editor de seu livro e pediu para que ele entregasse a revisão de seu trabalho nas mãos de algum padre jesuíta, e não de um dominicano. Após o editor concordar com o pedido, ele escreveu uma carta em que dizia:

Tem me dado muito prazer saber que você confiará a revisão para um Padre Jesuíta, porque se você escolhesse um dos padres dominicanos, que no presente seguem o Padre Concina, ele censuraria como laxas muitas opiniões que eu tenho defendido (Tradução livre).<sup>76</sup>

A perseguição dos seguidores de Concina às opiniões probabilistas, consideradas laxas, pode passar a falsa impressão de que já não havia probabilistas, ou de que fosse muito difícil para autores probabilistas publicarem seus trabalhos. Mas essa carta de Ligorio mostra um esquema interessante usado para publicar seu livro: escolher a ordem do revisor, do censor. Com certeza ele não foi o único a valer-se desses meios.

O trabalho de Concina ganhava credibilidade, mas Ligorio afirmava em suas cartas: “Meu trabalho, isto é necessário dizer, é inteiramente oposto a escola de Concina” (Tradução Livre)<sup>77</sup>. As críticas faziam com que os probabilistas revisassem algumas posições, como podemos perceber nessa frase de Ligorio “Você deve saber que, atualmente, os modernos moralistas, embora sejam Probabilistas, escrevem com muito mais reserva do que escreveram nos anos iniciais” (Tradução Livre)<sup>78</sup>. Essa reserva, entretanto, não mudava completamente os princípios fundamentais do Probabilismo, e ele ainda era um “sistema” aceito, mesmo que sujeito a discordâncias. Ligorio, em 1756, afirmou: “Visto que eu tenho mantido no passado e ainda mantenho o sistema do Probabilismo, e não aquele do probabiliorismo ou rigorismo” (Tradução Livre)<sup>79</sup>. Ele se afirmava como probabilista, e dizia: “Ao tomar uma decisão, minha regra tem sido

---

<sup>75</sup> Nesta corrente, quando opiniões igualmente prováveis se contrariassem, era lícita a escolha de qualquer uma delas, mas, quando houvesse uma mais provável, era ela que devia ser seguida.

<sup>76</sup> LIGORIO, Afonso Maria de. **Letters of St. Alphonsus Maria de Liguori**. Edited by Rev. Arthur Coughlan, 1896. Volume IV, p. 29.

<sup>77</sup> LIGORIO. **Letters of St. Alphonsus Maria de Liguori**, p. 40.

<sup>78</sup> \_\_\_\_\_. **Letters of St. Alphonsus Maria de Liguori**, p. 40.

<sup>79</sup> \_\_\_\_\_. **Letters of St. Alphonsus Maria de Liguori**, p. 30.



seguir o que minha consciência dita a mim como o mais justo” (Tradução Livre)<sup>80</sup>. Isso confirma a conclusão de que o Probabilismo aproximava a ação da consciência pessoal.

Essas eram as afirmações de Ligorio em 1756. Entretanto, um ano mais tarde, um acontecimento fez com que ele mudasse algumas posições. No dia 5 de janeiro de 1757, houve um atentado na França no qual Damiens tentou tirar a vida de Luís XV. Uma das medidas tomadas, além da condenação e morte de Damiens (narrada por Michel Foucault em *Vigiar e Punir*)<sup>81</sup>, foi a proibição do livro de Busenbaum, que, segundo alguns, tinha uma parcela de responsabilidade pelo acontecimento. Além de proibido, o livro foi queimado em Toulouse. Ligorio, em 1758, tomava consciência desses acontecimentos: eu ouço que na França o trabalho de La Croix, comentado pelo Padre Zaccaria, assim como todos os Busenbaums, tem sido queimado, por conta de uma certa proposição encontrada em Busenbaum, nomeadamente, *é lícito matar o príncipe que quer injustamente tirar sua vida* (tradução livre)<sup>82</sup>.

Seu medo era que seu livro fosse queimado pelos mesmos motivos<sup>83</sup>. Após o atentado, se tornou tarefa difícil defender a moral de Busenbaum. O seu nome, pouco a pouco, passou a ser odiado. Ligorio, então, tentava desassociar-se da imagem de Busenbaum. Com o tempo, foi retirando-o da obra. Primeiro tirou o nome de Busenbaum do título, depois modificou algumas opiniões que passaram a ser condenadas, até que retirou totalmente seu nome da obra, e, paralelamente a isso, reformulou o Probabilismo transformando-o em Equiprobabilismo. Com essa reformulação, opiniões menos prováveis deixavam de ser lícitas, restando liberdade de escolha apenas quando existissem duas opiniões igualmente prováveis.

Na passagem da década de 1750 para a de 1760, a obra de Busenbaum foi proibida em diversos reinos, sendo explicitamente condenada na Espanha, por uma cédula real, em 1768: “Real Provisión para que se cumpla la Rl. Cédula de S. M. de 1768 que manda no se enseñen en la Universidad las doctrinas jesuíticas de Calatayud, Busenbaum, y Cienfuegos (1769)”<sup>84</sup>. No mesmo ano, uma obra denominada “Retrato de los Jesuitas” foi traduzida do português para o espanhol. Nela, o autor mencionou o atentado ao rei Luís XV, afirmou que tudo havia sido

---

<sup>80</sup> LIGORIO. *Letters of St. Alphonsus Maria de Liguori*, p. 30.

<sup>81</sup> FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Editora Vozes Ltda, 1997, p. 9-11.

<sup>82</sup> LIGORIO. *Letters of St. Alphonsus Maria de Liguori*, p. 79.

<sup>83</sup> \_\_\_\_\_. *Letters of St. Alphonsus Maria de Liguori*, p. 80.

<sup>84</sup> I.E.A., Fondo documental, documento 6627. In: LLAMOSAS, Esteban F. Un Teólogo al Servicio de la Corona: las Ideas de Daniel Concina en la Córdoba del Siglo XVIII. *Revista de Historia del Derecho*, Núm. 34, 2006.



incentivado pelos jesuítas (o que não é completamente comprovado, mas sua argumentação se baseava nisso), e falou da proibição dos livros de Busenbaum: “Condenaron varios Parlamentos el libro, como enemigo declarado de la paz pública, y de la preciosa vida de los Soberanos, y mandaron al Verdugo que públicamente lo quemase, en señal de vituperio è infâmia”<sup>85</sup>.

O livro havia sido proibido e a característica que lhe atribuíam se baseava nisso: inimigo declarado da paz pública. O mesmo livro que, desde 1650, era retratado como portador de uma doutrina conformada à fé e aos “bons costumes”, em 1768 era apresentado como inimigo da paz, do rei e da religião. Um possível motivo para essa ressignificação da obra é que, nessa passagem do XVII para o XVIII, a concepção que se tinha do poder foi reformulada, tanto na Igreja quanto na monarquia. Se Busenbaum deixava aberto um espaço de interpretação para cada tema, para cada caso, isso não parecia válido para o modelo de monarquia que pretendiam construir na segunda metade do século XVIII. O Probabilismo – que deixava margem para utilização da consciência pessoal no momento da decisão – foi sendo criticado como um todo. Além da crítica sistemática à obra e ao Probabilismo, seu nome foi retirado de todos os manuais que o utilizavam, numa espécie de apagamento do autor<sup>86</sup>.

Juan Lope del Rodo, em 1772, se lamentava do fato de que os espanhóis adotaram o Probabilismo. Cito uma reflexão um pouco longa, porém necessária, feita por ele:

Con una ligera reflexion se conocerá, por que los Españoles adoptaron el Probabilismo. La-Croix, como acaba de decirnos Sarmiento, es *nuestro Moralista*. Feijóo lo supone *de rectísimo juicio*. Y que dize en la materia *con su rectísimo juicio este Moralista nuestro? Debe considerarse lo que dice Terilo, es à saber, que el Jansenismo es la madre (y por que no el padre?) del Probabiliorismo*. Que es esto? El Probabiliorismo hijo del Jansenismo? pues adoptemos el Probabilismo. (...) En tan dorada copa bebimos todos el Probabilismo. Mejor diria, que nos lo hicieron tragar nuestros Maestros. Por que valga la verdad, las Cartillas del Moral, por donde todos empiezan, no son en España, é Indias, el Prontuario de Larraga, ò la Medula de Busembaum, Autores Probabilistas y laxos?<sup>87</sup>

---

<sup>85</sup> GARCÍA, Francisco Javier. **Apendice a las reflexiones del portugués sobre el memorial del padre general de los Jesuítas presentado à la Santidad de Clemente XIII**. Madri, 1769, p. 50.

<sup>86</sup> A obra de Lígório não era uma exceção na renúncia à utilização de Busenbaum. Outra obra interessante para ser citada é a *La Flor del Moral* de Jose Faustino Cliquet. Na sua versão original, em 1733, o nome de Busenbaum aparece de forma abundante. Entretanto, em 1757, Cliquet, com 84 anos, fez uma retratação pública dizendo que era preciso tomar cuidado com o Probabilismo. Mais a frente, Francisco de Belza reeditou a obra, modificando a moral de Cliquet e eliminando o nome de Busenbaum dela.

<sup>87</sup> LOPE DEL RODO, Juan. **La Idea Sucinta del Probabilismo**. Lima, 1772. p. 32.



Os espanhóis tinham, todos, “bebido do Probabilismo”. Isso era o que Lope dizia. Segundo ele, todos tinham o seu primeiro contato com a teologia moral pelas obras de Larraga ou de Busenbaum. Mas, com as críticas, a situação havia se revertido. Os manuais que utilizavam Busenbaum foram reeditados apagando seu nome, qualquer defesa explícita de sua moral podia terminar em desmerecimento, crítica e censura. Sua obra não pôde mais ser utilizada nem nas escolas nem no confessionário. A questão que surge, então, é a seguinte: a proibição da obra significou o fim da ação do discurso de Busenbaum? Há algumas respostas para essa questão, e, com elas, pretendo encerrar este capítulo.

Em primeiro lugar, é importante lembrar que durante aproximadamente cem anos a obra foi admirada e utilizada em grande escala. Durante esse período, por meio da moral probabilista, Busenbaum tornou lícito, em consciência, o desenvolver-se de várias inovações na forma de interpretar a moral e a justiça – e ele próprio construía algumas inovações, quando afirmava os direitos do réu à vida e à omissão da culpa. As inovações que ele fez, e que outros fizeram, assegurados pela sua moral, permaneceram vivas mesmo após a supressão da obra. Mesmo com o apagamento de seu nome nos manuais e nas escolas, as opiniões defendidas por ele continuaram a existir. Além disso, mesmo com o combate feito pela Igreja e pelo rei, não foi possível retirar totalmente da população as marcas que o Probabilismo deixou na forma de conceber a moral e o direito, as marcas de um movimento que foi “bebido” por todos durante mais de um século.

Outro aspecto foi apresentado pela historiadora María Dolores García Gómez, que mostrou algumas particularidades da obra após sua proibição, ao compará-la com outras. De acordo com ela, a obra de Busenbaum continuou a existir de forma abundante nas bibliotecas mesmo após as proibições, e, segundo ela, uma das razões para isso estava ligada com os intentos de subversão<sup>88</sup>. A Medula, portanto, continuou a ser utilizada, por alguns, de forma subversiva.

Por fim, um ponto determinante foi a utilização de sua obra por Afonso de Ligorio. Mesmo que Ligorio tenha retirado totalmente o nome de Busenbaum de sua moral, a estrutura de seu livro continuou condicionada pela Medula. Os comentadores de Busenbaum, no século XVII, admiravam, acima de tudo, o quanto a obra era completa. Ela era vista como uma tentativa de tratar o maior número de casos possíveis. O trabalho feito por Cláudio Lacroix, na Medula, foi

---

<sup>88</sup> GARCÍA GÓMEZ, María Dolores. **Testigos de la Memoria**: Los Inventarios de las Bibliotecas de la Compañía de Jesús en la Expulsión de 1767. Universidade de Alicante, 2010, p. 200.



torná-la ainda mais abrangente, mais completa. A obra se constituía como uma tentativa de discutir todos os casos possíveis, e, com isso, ela se tornava quase “sistemática”, entretanto, o aspecto mais relevante é que em poucos temas ela chegava a uma conclusão clara e definida do que se devia fazer. Dessa forma, mesmo que a obra abrangesse muitos casos, sua intenção não era dizer o que devia ser feito ou evitado em cada caso, mas sim apontar diferentes opiniões, deixando para a consciência pessoal a eleição de uma das opiniões. Ligorio, por causa da circunstância histórica em que escreveu seu livro, teve de abandonar o Probabilismo, criando o Equiprobabilismo. Nesse sistema, apenas as opiniões que fossem *igualmente prováveis* deixavam espaço para a escolha livre de uma opinião. Ou seja, na maior parte dos temas, a tendência era que ele afirmasse o que devia ser feito e o que não devia ser feito. Ligorio utilizou-se da *Medula* e ainda ampliou-a, mas retirou dela aquilo que a tornava flexível, e, com isso, seu manual tornou-se um sistema completo de normas. Essa é a opinião de Paolo Prodi, que, ao se referir a Ligorio, fez as seguintes considerações:

A meu ver, a razão do seu sucesso está no fato de ele ter construído, com base na casuística e em todos os debates do século anterior, um fundamento sistemático da moral como ordenamento normativo. É sabido que, com a sua operação de mediação, Alfonso de’ Liguori consolidou na Igreja o triunfo da concepção legalista da moral.<sup>89</sup>

Ainda se referindo a Ligorio, Prodi afirma: “na hegemonia da doutrina de Alfonso Maria de’ Liguori, o confessor se afirma como um juiz, moderado e inofensivo, que não deve sugerir caminhos de perfeição, mas apenas a obediência aos mandamentos e preceitos”<sup>90</sup>.

Dessa forma, podemos observar o seguinte: a obra de Busenbaum foi importante por permitir o levantamento de questões e a formulação de opiniões que sobreviveram à sua proibição; ela foi usada mesmo após sua proibição de forma subversiva; e, por fim, como consequência indireta e quase oposta à moral de Busenbaum, a estrutura empregada em sua *Medula* possibilitou, devido às necessidades circunstanciais de Ligorio, a formulação de uma “legislação da moral”, ou seja, ela possibilitou um tratamento legalista da moral, que foi o tema da Igreja no mundo contemporâneo.

---

<sup>89</sup> PRODI. *Uma História da Justiça*, p. 417-8.

<sup>90</sup> \_\_\_\_\_. *Uma História da Justiça*, p. 493.



### **Considerações Finais**

Analisar a obra de Busenbaum, juntamente com as interpretações feitas sobre ela no decorrer dos séculos XVII e XVIII, nos ajuda a compreender alguns aspectos da relação entre a teologia e o Direito do período abordado. O Probabilismo, que já foi em várias ocasiões estudado pelo nosso grupo e pelo professor Rafael Ruiz, apresentava uma proposta moral que, ao tornar lícita a escolha de qualquer opinião provável, abria espaço para uma aproximação entre consciência pessoal e ação. Na obra de Busenbaum, isso assume formas particulares. Quanto à administração do Sacramento da Penitência, ele desenvolve um modelo de confissão no qual o penitente passa a ter direitos a serem respeitados pelos confessores, e dá ao fiel um certo grau de autonomia. Aplicando a mesma lógica, ao tratar dos “tribunais seculares”, ele tenta transferir este modelo de relação entre penitentes e confessores para ordenar o relacionamento entre juízes e réus: sua proposta é apontar os direitos do réu, como o direito à vida e o direito de não se autoincriminar.

No último capítulo, tentei apresentar o impacto da obra e do Probabilismo no contexto mais amplo de sua época, dialogando em alguns pontos com Paul Hazard. Por meio da obra de Hazard, foi possível vislumbrarmos uma Europa em crise. Um contexto em que tudo se encontrava em transformação e inovação. Nesse contexto, enxergamos um primeiro momento no qual a obra de Busenbaum era bem aceita e difundida. Ela propunha, junto com os outros autores probabilistas, uma resposta à crise. Por um lado, essa resposta permitiu a sobrevivência da Igreja na travessia da crise, fazendo com que ela não perdesse uma quantidade muito grande de fiéis. Por outro lado, a resposta dava ainda mais força para a explosão de novidades emergentes. Num segundo momento, vemos a supressão da obra de Busenbaum, sua condenação e incineração. A Igreja saiu da crise e o rigorismo ganhou força entre seus membros, o Probabilismo foi fortemente combatido, e, junto com ele, a moral de Busenbaum. Por fim, chegamos à ação de Ligorio sobre sua moral, que acabou por fundar uma noção legalista da moral, da consciência. Assim, a concepção de consciência passava a estar mais ligada à normatividade de uma religião, formada de fora para dentro, e menos ligada ao “ditame da razão”, à capacidade humana de julgar.



# Quem eram as bruxas de Gardner?

## Who were the witches of Gardner?

**Janluis Duarte**

Doutor em História Cultural

Universidade de Brasília

jan@janduarte.com.br

**Recebido em:** 06/02/2017

**Aprovado em:** 09/03/2017

**RESUMO:** Gerald Gardner, considerado fundador da religião neopagã contemporânea conhecida como Wicca, alegava em suas obras ter obtido seus conhecimentos de um grupo de bruxas inglesas tradicionais. O presente artigo coteja o discurso contido nos livros de Gardner com os conhecimentos históricos a respeito de bruxaria na Inglaterra, buscando esclarecer quais foram suas verdadeiras fontes e influências.

**PALAVRAS-CHAVE:** Bruxaria, Wicca, Neopaganismo.

**ABSTRACT:** Gerald Gardner, considered the founder of the contemporary neopagan religion known as Wicca, claimed in your works that he had obtained his knowledge from an English group of witches. This article compares the discourse contained in Gardner's books with the historical knowledge about witchcraft in England, in order to clarify what were his true fonts and influences.

**KEYWORDS:** Witchcraft, Wicca, Neopaganism.

Gerald Brosseau Gardner (1884-1964) foi um funcionário da Coroa Britânica que passou a maior parte de sua vida no Oriente. Fascinado desde tenra idade pelo espiritualismo e pelo ocultismo, seu cargo como inspetor nos seringais da Malásia central permitiu que ele travasse estreito contato com os costumes e crenças nativas e, embora não tivesse educação formal e fosse basicamente autodidata, viesse a atuar como arqueólogo e folclorista amador.

Ao retornar para a Inglaterra natal, aposentado, em 1936, Gardner envidou diversos esforços para se destacar no cenário ocultista britânico, chegando inclusive a associar-se brevemente ao polêmico Aleister Crowley. No entanto, foi apenas no início da década de 1950, quando assumiu a direção de um “Museu de Bruxaria” na Ilha de Man, que declarou-se publicamente bruxo e lançou em 1954 o seu primeiro livro de não-ficção, *A Bruxaria hoje*<sup>1</sup>, que Gardner alcançou notoriedade, ao lançar as bases do que viria a tornar-se a mais bem sucedida

---

<sup>1</sup> GARDNER, Gerald B. **A bruxaria hoje**. São Paulo: Madras, 2003, 153 p. Anteriormente, Gardner havia publicado, às suas expensas, duas obras de ficção: *A Goddess Arrives* (1939) e *High Magic's Aid* (1949).





das religiões neopagãs da atualidade: a Wicca, nome pelo qual ficou conhecida a doutrina gardneriana da bruxaria.

Em *A Bruxaria hoje* e no livro que se seguiu a este, *O significado da bruxaria*<sup>2</sup>, de 1959, Gardner alegava que, na época em que fazia parte de uma associação rosacruziana, a *Crotone Fellowship*, fora apresentado a algumas pessoas que praticavam a “antiga religião da bruxaria” e que, em 1939, havia sido aceito em seu meio e passado pelos ritos de iniciação tradicionais. Explicava o longo intervalo entre sua iniciação e a publicação de seus livros pelo fato de apenas em 1954 terem sido abolidas as últimas leis contra bruxaria na Inglaterra.

E o que era, segundo Gardner, a “antiga religião da bruxaria”? Na verdade, nada mais era que uma releitura das ideias de sua madrinha na *Folklore Society*, a Dra. Margaret Murray, que haviam sido expostas em uma polêmica obra publicada em 1929, chamada *O culto das bruxas na Europa Ocidental*<sup>3</sup>. Para a Dra. Murray, as bruxas que haviam sido perseguidas nos primeiros séculos da Idade Moderna eram, na verdade, sacerdotisas de um culto pagão que resistira nas sombras ao advento do cristianismo. Gardner alegava que encontrara, na verdade, resquícios desse “culto moribundo” e se dedicara a revitalizá-lo e tirá-lo das sombras, o que lhe valeu uma introdução entusiasmada de Murray em *A Bruxaria hoje*: “neste livro, o dr. [sic] Gardner afirma ter encontrado em várias partes da Inglaterra grupos de pessoas que ainda praticam os mesmos ritos das chamadas “bruxas” da Idade Média; declara também que os ritos são uma verdadeira sobrevivência e não um mero renascimento copiado de livros”<sup>4</sup>.

A esse pano de fundo, Gardner acrescentou elementos ritualísticos típicos das sociedades herméticas, como a Maçonaria, a *Golden Dawn* e a *Ordo Templi Orientis*, além de maciças doses de folclore inglês e pseudo-celta, para compor sua religião da bruxaria. Vale a pena citar, aqui, o que nos diz a antropóloga Sabina Magliocco a respeito das teorias similares às de Murray: embora tais teorias:

[...] tivessem sido há muito rejeitadas pela comunidade acadêmica em 1954, elas estavam de acordo com as análises sobrevivencialistas que folcloristas e antropólogos estavam fazendo na juventude de Gardner, cinquenta anos antes, e que permaneceram prevalentes na cultura popular.<sup>5</sup>

---

<sup>2</sup> GARDNER, Gerald B. **O significado da bruxaria**. São Paulo: Madras, 2004, 302 p.

<sup>3</sup> MURRAY, Margaret. **O culto das bruxas na Europa Ocidental**. São Paulo: Madras, 2003, 262 p.

<sup>4</sup> GARDNER. **A bruxaria hoje**, p. 19.

<sup>5</sup> MAGLIOCCO, Sabina. **Witching Culture**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2004, p. 51.



Como se pode ver e já tive oportunidade de demonstrar detalhadamente em outras ocasiões<sup>6</sup>, a Wicca de Gardner surge a partir de uma colagem de elementos folclóricos, ritos ocultistas e teorias antropológicas ultrapassadas, porém popularmente em voga ainda na segunda metade do século XX, constituindo um processo típico de invenção de tradições, conforme caracterizado por Hobsbawn:

Por “tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente; uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado. [...] Contudo, na medida em que há referência a um passado histórico, as tradições “inventadas” caracterizam-se por estabelecer com ele uma continuidade bastante artificial.<sup>7</sup>

É justamente essa artificialidade na ligação entre a bruxaria neopagã de Gardner e aquilo se conhece sobre o pensamento a respeito de bruxaria entre os povos da Europa medieval e moderna, em especial das Ilhas Britânicas, que salta aos olhos. Ainda que a bruxaria tenha sido pintada por Margaret Murray como um culto ancestral comum a toda Europa Ocidental pré-cristã, tornou-se lugar comum entre os praticantes da Wicca – devido à obra de Gardner – remeter suas origens às Ilhas Britânicas e associá-la, em especial, à mitologia Celta<sup>8</sup>.

Minha intenção neste artigo, portanto, é em primeiro lugar analisar até que ponto as alegações de Gardner, das suas fontes de inspiração e dos continuadores de sua obra correspondem ao conhecimento histórico atual sobre a crença em bruxas na Inglaterra medieval e moderna. Complementarmente, acrescento uma breve discussão sobre a efetividade do discurso de Gardner e seus continuadores, tendo em vista a sua capilaridade, que foi capaz de, em poucos anos, angariar milhares de adeptos. Para isso, apresentarei inicialmente um resumo sobre as crenças em bruxaria na Inglaterra medieval e moderna, sobejamente apresentadas por Keith Thomas e outros autores. Em seguida, revisarei as alegações de Gardner sobre a “antiga religião”, utilizando como referência sua própria obra, a análise de autores que se debruçaram sobre o assunto, como o prof. Ronald Hutton, e minha própria pesquisa original sobre o assunto, para, ao final, cotejar ambas as posições sob a ótica da contemporaneidade e da pós-modernidade.

---

<sup>6</sup> DUARTE, Janluis. **Os bruxos do século XX**: neopaganismo e invenção de tradições na Inglaterra do pós-guerras. Dissertação (mestrado em história). Universidade de Brasília, PPGHis, Brasília, 2008, 170p.

<sup>7</sup> HOBSBAWN, E. e RANGER, T (orgs.). **A invenção das tradições**. São Paulo: Paz e Terra, 2006, p. 9-10.

<sup>8</sup> Vale observar que existe uma corrente ligada à Itália, devido principalmente às descrições das *streghe* italianas feitas por Charles Leland no seu livro *Aradia, o evangelho das bruxas*, publicado em 1899 e que exerceu clara influência nos escritos de Gardner.



## Bruxaria na Inglaterra

Vale lembrar que a crença em bruxas é comum a todas as sociedades pré-industriais. Antropólogos, sociólogos e historiadores que se debruçaram sobre o assunto puderam demonstrar com segurança que esta crença, aparentemente irracional, possui uma função social definida e “sua própria lógica, suas próprias regras de pensamento, e estas não excluem a causalidade natural”<sup>9</sup>. No contexto das Ilhas Britânicas, como nos aponta Keith Thomas,

Uma bruxa era uma pessoa de ambos os sexos (embora na maior parte das vezes mulher) que podia ferir misteriosamente outras pessoas. O dano que ela podia causar – *maleficium*, como era tecnicamente chamado – podia assumir diversas formas. Usualmente ela era suspeita de causar injúria física a outras pessoas, ou de causar sua morte. Ela poderia ainda matar ou ferir animais domésticos ou interferir na natureza impedindo vacas de darem leite, ou frustrando operações domésticas como fazer manteiga, queijo ou cerveja. Havia uma ampla variedade de outras ações hostis possíveis, mas na Inglaterra as atividades alegadas de uma bruxa usualmente vinham sob um desses tópicos.<sup>10</sup>

Ou seja, a crença em bruxaria consiste, simplesmente, em crer que existem pessoas que, por meios sobrenaturais, podem causar toda uma lista de infortúnios, de outra forma inexplicáveis para os conhecimentos técnicos de uma época ou lugar.

O corolário inevitável da crença em bruxas é a crença em sua contraparte benigna, o feiticeiro ou feiticeira, capaz de curar doenças, garantir a prosperidade e, especialmente, proteger contra a bruxaria ou desfazer o seu efeito. Na Inglaterra medieval e moderna, estes eram os *cunning-man* ou *cunning-woman*, literalmente as “pessoas astutas”, amplamente procuradas pelo povo numa época em que a medicina, além de pouco acessível, não era confiável.

Sempre houve, portanto, uma distinção clara entre *witches* e *cunning-folk* entre a população em geral, embora a partir do século XVI tenha havido uma tendência eclesiástica crescente de igualá-los como sendo ambos prejudiciais à fé. Na Inglaterra, como em qualquer outra parte da Europa, nunca houve a ideia da existência de uma “bruxaria benigna”: *witch*, fosse mulher ou homem, sempre era um causador do mal.

Keith Thomas, em seu clássico *Religião e o declínio da magia*<sup>11</sup>, aponta outra característica essencial nas crenças britânicas relacionadas à bruxaria e feitiçaria: o *cunning-folk* utilizava comumente um ritual mais ou menos elaborado, muitas vezes remetendo a elementos da missa católica, e recorria de forma regular a amuletos ou a poções preparadas com ervas. Ou seja, seu

---

<sup>9</sup> EVANS-PRITCHARD, E. **Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005, p. 59.

<sup>10</sup> THOMAS, K. **Religion and the Decline of Magic**. London: Penguin Books, 1991, p. 519.

<sup>11</sup> THOMAS. **Religion and the decline of Magic**, p. 209-301.



poder provinha do seu conhecimento, de sua capacidade de manipulação, era algo aprendido. Por outro lado, o poder da bruxa era considerado, a princípio, inato: ela poderia lançar o *maleficium* apenas com o olhar ou com palavras, não tendo de recorrer a fórmulas ou instrumentos. Thomas aponta que, mais raramente, eram usadas imagens de cera cravadas de alfinetes e, curiosamente, apesar da imagem da bruxa que ficou marcada na literatura infantil, que em um único julgamento inglês aparece a famosa vassoura<sup>12</sup>.

Segundo Thomas, essa era a visão popular, compartilhada por diversos intelectuais leigos e mesmo por alguns ligados à Igreja. A visão oficial desta última diferia ligeiramente, por sempre associar tanto bruxas quanto feiticeiros ao mal, ou pelo menos condenar a ação de ambos como algo contrário aos desígnios de Deus e, em certas circunstâncias, associada ao Diabo.

No contexto mais específico da Inglaterra, no entanto, houve posturas diversas nos setores eclesiásticos em relação à efetividade da bruxaria. Durante a Idade Média, a Igreja Católica inglesa aceitava tacitamente a existência de bruxas e bruxos, porém o uso da própria ritualística católica – o sinal da cruz, a invocação dos santos e da Virgem Maria, etc., eram tidos como meios eficazes para evitar a sua atuação e impedir o *maleficium*. A partir do século XVI, a igreja reformada inglesa adotou posicionamentos distintos de acordo com as várias vertentes surgidas, mas, de uma forma geral, todas admitiam a possibilidade da bruxaria, mas preconizavam contra ela unicamente a fé, o autoexame de consciência e o arrependimento. Nesse sentido, o *maleficium* apenas era possível com o consentimento de Deus e, portanto, cabia ao fiel descobrir em seus próprios atos o que o levava a ser merecedor do infortúnio.

Pouco do que apresentamos até agora, entretanto, pode ser considerado como característica distintiva da crença em bruxaria na Inglaterra, uma vez que reflete atitudes e pensamentos semelhantes aos de diversas partes da Europa continental. A meu ver, a grande diferença entre a bruxaria inglesa e a bruxaria continental residiu na postura da justiça, secular e eclesiástica, em relação à primeira.

Nunca houve na Inglaterra uma “epidemia de caça às bruxas” como no Continente. Embora haja registros de ocasionais linchamentos de bruxas por populares, durante a Idade Média, tanto bruxas quanto curandeiros eram tolerados. Após a Reforma, o Parlamento inglês emitiu três Atos contra a bruxaria: o primeiro em 1542 (revogado em 1547), o segundo em 1563

---

<sup>12</sup> \_\_\_\_\_. *Religion and the decline of Magic*, p. 529.



(revogado em 1604) e o terceiro em 1604, revogado apenas em 1736<sup>13</sup>. Durante a vigência desses Atos, enquanto dezenas de milhares de pessoas estavam sendo executadas no Continente pela Santa Inquisição Católica e seus equivalentes protestantes, na Inglaterra apenas 500 pessoas foram condenadas à morte por bruxaria e, destas, 60% se deveram à campanha solitária do “caçador de bruxas” Matthew Hopkins, entre 1644 e 1647<sup>14</sup>.

Diversas causas podem ser apontadas para isso, mas provavelmente a principal delas é o fato que a doutrina demonológica, corrente no Continente, nunca teve penetração efetiva na Inglaterra. Foi apenas sob a autoridade dos tratados de demonologia (sendo o infame *Malleus Maleficarum*<sup>15</sup> o mais conhecido), tanto de autores católicos quanto protestantes, que a bruxaria na Europa Continental se tornou uma espécie de anti-religião, centrada no pacto e na adoração coletiva ao diabo nos sabás, com todos os elementos fantásticos, implausíveis e soturnos que povoaram, deste então, os contos sobre bruxas. Como alerta Carlos Roberto Nogueira,

[...] da perspectiva da ortodoxia religiosa, que constitui o interlocutor passível de recuperação em se tratando do universo mágico, a distinção entre os níveis de participação mágica é bastante clara no período medieval e em especial no fim da Idade Média, onde é sistematizada uma demonologia e consequentemente são apontados os cúmplices do Diabo e suas respectivas atribuições.<sup>16</sup>

Dessa forma, foram os tratados de demonologia e os manuais de inquisidores que formaram o perfil da bruxa continental: a mulher que havia pactuado com o diabo, que causava malefícios por intermédio de demônios, que voava por meio de unguentos mágicos até as assembleias de bruxos, presididas pelo Diabo em pessoa, para render-lhe homenagem numa cerimônia que invertia os elementos da missa, e que terminava, invariavelmente, num banquete de comidas repugnantes e em atos de luxúria desenfreada. A retórica dos inquisidores encaminhava as confissões – obtidas sob tortura – a reiterar esses elementos e criar a impressão de que havia um verdadeiro movimento herético subterrâneo destinado a subverter e solapar a cristandade.

Na Inglaterra, onde a tortura não era permitida oficialmente, os julgamentos estavam limitados aos tribunais seculares e a influência da demonologia teve muito menos impacto, a

---

<sup>13</sup> THOMAS. **Religion and the decline of Magic**, p. 525.

<sup>14</sup> NOTESTEIN, W. **A History of Witchcraft in England**. Edição digital: Digi-Media-Apps, 2012, p. 164-205.

<sup>15</sup> Também conhecido como “O Martelo das Bruxas”, escrito pelo dominicano Heinrich Kramer e publicado em 1487.

<sup>16</sup> NOGUEIRA, Carlos Roberto. **Bruxaria e história**. Bauru: EDUSC, 2004, p. 53



bruxaria permaneceu como um “crime provável” de caráter individual, com as acusações se dando geralmente contra pessoas previamente mal vistas na comunidade, ou contra quem já havia algum tipo de animosidade. Muitas dessas acusações ao menos eram levadas em consideração pela justiça e, mesmo naquelas efetivamente julgadas, muito raras foram as confissões de pacto demoníaco. Por isso mesmo, conforme o pensamento lógico-mecanicista foi ganhando força nas Ilhas, o “crime provável” de bruxaria logo se transformou em “crime impossível” e mesmo antes da revogação, em 1736, do Ato de 1604, os julgamentos já haviam cessado.

### **As bruxas de Gardner**

Tendo traçado as linhas gerais das crenças em bruxaria na Inglaterra e da reação oficial a elas, cabe agora analisar as principais afirmações de Gardner a respeito da “religião das bruxas”.

No capítulo X do livro “A bruxaria hoje”, Gardner afirma que as bruxas que conheceu que “são pessoas que chamam a si mesmas Wica, as “pessoas sábias”, que praticam ritos antigos e que, junto com muita superstição e conhecimento herbal, preservaram um ensinamento oculto e processos de trabalho que elas próprias pensam ser magia ou bruxaria”<sup>17</sup>.

Essa descrição de Gardner se aplicaria, com algumas restrições, aos curandeiros de aldeia que citamos, os *cunning-folk*, mas de forma alguma à concepção de bruxa da antiga Inglaterra, invariavelmente ligada à prática do malefício. A própria palavra “wica”, utilizada por Gardner, nunca existiu. A grafia correta – “wicca” – que ele passa a adotar a partir do segundo livro e cuja pronúncia correta é “witcha”, é simplesmente o termo em inglês arcaico para bruxo (bruxa seria *wicca*). Este termo não possui nenhuma correlação linguística com “sábio” (*wise*), mas a afirmação de Gardner forçou não apenas a pronúncia “dura” (wika) da palavra entre seus futuros adeptos, como também a corriqueira interpretação do seu significado<sup>18</sup>.

Compreensivelmente, Gardner não apresenta muitos detalhes sobre as práticas das bruxas em *A bruxaria hoje*. O livro inteiro soa como uma defesa veemente das teses de Margaret Murray e, ainda, como uma tentativa de desvincular bruxaria de satanismo ou prática de malefícios. Já em *O significado da bruxaria*, ele fornece diversos outros detalhes. É lícito supor que no período entre 1954 e 1959, período este de maior cooperação entre Gardner e a primeira de suas sacerdotisas, Doreen Valiente, a bruxaria de Gardner ainda estava em desenvolvimento.

<sup>17</sup> GARDNER. **A bruxaria hoje**, p. 102.

<sup>18</sup> Sobre a etimologia de *witch*, Cf., RUSSEL, Jeffrey B. **História da feitiçaria**. Rio de Janeiro: Campus, 1993, p. 163.



Ao aludir às práticas e crenças das bruxas, algumas alegações de Gardner saltam aos olhos: as reuniões – sabás e esbás – das bruxas, relacionadas aos festivais celtas, a associação entre bruxas e fadas e a nudez ritual. Essas alegações revelam claramente as fontes utilizadas por ele para compor a “religião das bruxas”.

Logo no princípio de *O significado da bruxaria*, Gardner afirma que

Os quatro grandes sabás são: *Candlemas*, *May Eve*, *Lammas* e *Halloween*; os equinócios e solstícios também são celebrados, totalizando oito ocasiões de rituais, como as bruxas assim os chamam. Nos grandes sabás todos os *covens* que pudessem reunir-se assim o fariam; mas além desses grandes sabás, eram realizadas reuniões menores chamadas Esbás.<sup>19</sup>

Afirmações semelhantes podem ser encontradas logo na introdução do *Culto das bruxas na Europa Ocidental*, de Murray, mas, como vimos, a ideia de assembleias de bruxas, ou mesmo de bruxaria como uma prática coletiva, era fruto da demonologia e típica do pensamento continental, e não daquele das ilhas britânicas. Seguindo Murray na sua tentativa de mostrar as bruxas como praticantes de uma religião organizada, que contava inclusive com um calendário ritual estabelecido, Gardner novamente se afastou da tradição inglesa e aproximou-se das descrições continentais.

Mais adiante no seu livro, ele tenta fazer a reaproximação ao traçar o paralelo entre as datas citadas e os festivais celebrados pelos druidas, forma pela qual ele se refere aos celtas insulares. No entanto, os festivais citados por Gardner são mais provavelmente ecos de festivais agrícolas do que propriamente festivais de cunho religioso e, ainda assim, como nos diz o prof. Ronald Hutton:

Nenhum povo pré-cristão conhecido celebrou todos os oito festivais do calendário adotado pela Wicca. Ao lado das quatro celebrações Gaélicas genuínas, foram colocados os festivais de meio do inverno e de setembro dos anglo-saxões, as celebrações folclóricas do meio do verão e (para simetria) o equinócio vernal, que parece não ter sido comemorado por nenhum antigo povo norte-europeu.<sup>20</sup>

É igualmente Hutton quem afirma que “nenhum culto conhecido no mundo antigo era conduzido por devotos que praticavam regularmente nus”<sup>21</sup>, ao passo que Gardner afirma categoricamente que as bruxas conduziam seus ritos em completa nudez. Também nesse aspecto ficam claras as fontes continentais de Gardner: as vívidas e lúbricas descrições dos sabás surgidas

---

<sup>19</sup> GARDNER. *O significado da bruxaria*, p. 17.

<sup>20</sup> HUTTON, Ronald. *The Pagan Religions of the Ancient British Isles*. Oxford: Blackwell, 1991, p. 337.

<sup>21</sup> \_\_\_\_\_. *The Pagan Religions of the Ancient British Isles*, p. 337-338.



das confissões nos processos de bruxaria, posteriormente romantizadas por autores do século XIX como Jules Michelet e, especialmente, Charles Leland. Este último, em seu *Aradia, o evangelho das bruxas*, alegadamente uma coletânea de textos recolhidos entre bruxas italianas, apresenta a seguinte invocação:

Àquela que de bom grado  
Aprender toda a magia, mas que ainda não domina  
Seus mais profundos segredos, minha mãe irá  
Ensinar, na verdade, todas as coisas ainda desconhecidas.  
E sereis libertos de qualquer escravidão,  
E sereis livres para qualquer coisa;  
E como sinal de sua inequívoca liberdade,  
Deveis comparecer desnudos em seus ritos,  
Tantos homens quanto mulheres<sup>22</sup>

É interessante citar, neste ponto, que o próprio Gardner era um entusiasta do naturismo e frequentador de clubes de nudismo, estratégia que adotara por recomendação médica para tornar a acostumar-se com o clima inglês, após sua aposentadoria. Logo, não é de se estranhar que sua sistematização da religião da bruxaria incluísse a nudez ritual.

Seguindo ainda as ideias expressas por Murray em seu *Culto das bruxas*, Gardner afirma que, na antiga Bretanha, as sacerdotisas-bruxas ficaram associadas ao “povo pequeno”, ou as fadas, e mesmo teriam descendido deste. Embora não haja nenhuma ligação efetiva entre a crença em bruxas e a crença em fadas, há, contudo, um ponto comum entre ambas: assim como as bruxas, as fadas não eram consideradas na Inglaterra pré-industrial, de forma alguma, seres pequenos, benfazejos ou sábios, mas antes criaturas malévolas, contra as quais a população precisava de algum tipo de proteção ritual<sup>23</sup>. Novamente, a fonte de inspiração, tanto de Murray quanto de Gardner, aproxima-se mais de releituras oitocentistas do folclore, surgidas na Europa continental, como os contos dos irmãos Grimm.

Outros elementos apontados por Gardner como partes fundamentais do culto das bruxas remetem diretamente à magia cerimonial renascentista e suas releituras promovidas pelas sociedades herméticas do século XIX. Ele postula, por exemplo, que as bruxas operam no interior de um círculo mágico de nove pés de diâmetro e também lista uma série de “ferramentas” rituais que as bruxas possuem: o *athame*, ou punhal ritual, o bastão, incensórios, cordões, etc. Podemos encontrar essas mesmas prescrições, por exemplo, em um grimório

---

<sup>22</sup> LELAND, Charles G. *Aradia, o evangelho das bruxas*. São Paulo: Outras Palavras, 2000, p. 34.

<sup>23</sup> THOMAS. *Religion and the decline of magic*, p. 724-726.





italiano cujas origens remontam ao século XV, conhecido como “A Chave de Salomão”, o qual, não coincidentemente, teve uma versão traduzida por Samuel Mathers, o fundador da Golden Dawn, e Aleister Crowley.

Outro elemento alheio às tradições inglesas ancestrais, inserido por Gardner em sua religião da bruxaria, é a crença em reencarnação. É quase desnecessário dizer que esta era uma ideia completamente estranha à população inglesa do medievo e do início da Idade Moderna, profundamente cristianizada. Era estranha, igualmente, aos povos pré-cristãos que habitaram as ilhas britânicas. No entanto, não era estranha aos povos com os quais Gardner tivera contato no Oriente, nem ao pensamento corrente nos círculos ocultistas frequentados por ele. Portanto, ao afirmar que a bruxa “acredita firmemente em reencarnação”<sup>24</sup>, o autor apenas inseria mais uma convicção própria na sua interpretação da bruxaria.

### **Quem eram as bruxas de Gardner: uma questão de linguagem?**

Na atualidade, os praticantes da Wicca Gardneriana<sup>25</sup> se dizem seguidores da “bruxaria tradicional britânica”. Como vimos acima, muito pouco da religião das bruxas sistematizada por Gardner pode ser considerado tradicional, e menos ainda britânico. Seguindo os passos de sua principal fonte de inspiração – as teorias da Dra. Murray – Gardner montou o arcabouço da Wicca basicamente sobre os estereótipos criados pelos demonologistas da Europa Continental, suavizados pelo trabalho dos folcloristas da virada do século XIX para o XX aos quais tivera acesso em sua juventude e complementados por noções espiritualistas e ocultistas com as quais estava familiarizado.

Sendo um autodidata cuja educação formal se limitara às primeiras letras, Gardner não tinha a formação necessária para criticar suas fontes, nem acesso ao meio acadêmico. Orientava-se pela sua própria propensão ao romantismo, ainda em voga na Inglaterra que deixara quando criança, para retornar apenas às vésperas da 2ª Guerra Mundial. Era, em todos os aspectos, um típico “inglês exótico”, vivendo no passado e tentando adaptar suas ideias a um mundo recém-lançado na Era Atômica. Seu apaixonado manifesto no capítulo IX de *O significado da bruxaria* demonstra bem essa dicotomia:

---

<sup>24</sup> GARDNER. **A bruxaria hoje**, p. 41.

<sup>25</sup> A partir da década de 1970, a Wicca ramificou-se em diversas “tradições”. Gardnerianos são aqueles cuja linhagem de iniciações remonta, em última instância, ao próprio Gardner.



Qualquer que seja a forma que se rotulem as políticas, elas são essencialmente idênticas, e estão vinculadas ao eterno “policiamento moral” de seus súditos; e é necessário entender que qualquer força que de alguma forma obstrua ou interfira nesse constante “policiamento moral” sofrerá imediata oposição dos Poderes de Ser dessas “religiões”. Pois em nenhuma delas será permitido que se tenha os próprios pensamentos secretos e sonhos gentis com a Mãe de Todos e com a Eterna Mãe que é gentil, carinhosa, afável e generosa. A beleza e a doçura são um terror para todas essas tiranias organizadas; portanto elas devem ser rebaixadas e escondidas ao máximo. [...] Nossos rapazes e nossas meninas devem estar protegidos do que quer que os faça produzir “pensamentos”. Assim, a arte deve consistir em rabiscos de crianças com significado obscuro. Na realidade, as pessoas acham melhor uma obscenidade reprimida, do que serem naturais e abençoados com a benção de Pan. Portanto, seu senso de beleza, sexo e natureza devem ser sistematicamente destruídos e eles devem ser ensinados que o “matrimônio foi estabelecido apenas para a procriação”, reduzindo o amor humano ao nível da criação de gado.<sup>26</sup>

Ainda que inconscientemente, portanto, o que Gardner propunha com sua “religião da bruxaria” era uma alternativa aos sistemas de dominação e à moral prevalente nos anos imediatos ao pós-guerras. Nesse sentido, é possível dizer que ele foi um dos precursores da contracultura, e não é de se estranhar que sua religião tenha multiplicado exponencialmente o número de adeptos a partir da segunda metade dos anos 1960.

Logo no início de sua monumental obra sobre demonologia e bruxaria na Europa Moderna<sup>27</sup>, o historiador Stuart Clark apresenta a necessária relação entre crença em bruxas e linguagem. É esta relação que confere significado às crenças que, em outra situação, seriam consideradas implausíveis ou mesmo absurdas. É a degradação dessa relação que leva à deterioração das crenças e sua virtual extinção.

Dessa maneira, em cada tempo e lugar, o discurso produzido sobre a bruxaria foi aquele necessário para conferir plausibilidade à crença em bruxas e, igualmente, para moldá-la a um padrão determinado. Na Inglaterra do medievo, o discurso produzido e disseminado pelo Catolicismo produziu bruxas potencialmente perigosas, mas cujo poder era limitado pelo rito da Igreja. A mudança desse discurso, após a Reforma, levou a uma mudança na crença, transformando o perigo potencial em um perigo real, que deveria ser enfrentado com estoicismo e abnegação. Posteriormente, quando a linguagem dominante passou a ser a do cientificismo e a bruxaria se tornou o “crime impossível”, a própria crença em bruxas paulatinamente desapareceu. Não é surpreendente constatar que tais mudanças se produzam sempre no sentido do meio

---

<sup>26</sup> GARDNER. **O significado da bruxaria**, p. 129-130.

<sup>27</sup> CLARK, Stuart. **Pensando com demônios**. São Paulo: EdUSP, 2006, 979p.



urbano para o rural, uma vez que neste último a penetração de novas formas de linguagem se dá de maneira mais lenta.

Na Europa continental dos séculos XVI a XVIII, a crença em bruxas foi moldada pelo discurso dos demonologistas. Não cabe aqui analisar as circunstâncias sociais e culturais pelas quais isso se deu, mas basta constatar que essa forma específica de linguagem acabou por produzir os mais fortes estereótipos da crença, aqueles que se perpetuaram na imaginação ocidental e foram posteriormente eternizados pelas artes: as bruxas adoradoras de Satã, voando em suas vassouras para diabólicos festins, destruindo as colheitas e o gado, tirando a virilidade dos homens e subtraindo das mulheres os seus filhos. A partir do século XIX, não havia mais efetividade nessa linguagem para manter a crença, assim ela passou a outro domínio de discurso: o dos fabulistas e contistas e, posteriormente, o dos folcloristas que tentavam explicar as antigas crenças a partir de sobrevivências que não se expressavam mais na linguagem original.

Este último foi o caso de Sir James Frazer, em seu *Ramo Dourado*<sup>28</sup>, de Margaret Murray, em seu *Culto das bruxas* e igualmente de Charles Leland, em *Aradia*. E o discurso produzido por estes autores e por outros semelhantes foi o que foi absorvido por Gardner como base para a criação de sua própria linguagem a respeito das bruxas. Posteriormente, esse discurso foi retroalimentado pelos praticantes da Wicca e por novos autores que publicavam sobre o assunto, os quais não tendo, como o próprio Gardner, formação acadêmica específica, revisitaram Frazer, Murray e outros para dar “embasamento científico” às afirmações do patriarca.

Porém, Gardner não se limitou a essa base. A ela adicionou outros discursos com os quais era familiarizado e, conscientemente ou não, produziu uma linguagem própria para “suas” bruxas; linguagem esta que, por ir ao encontro de pensamentos e aspirações presentes na Inglaterra do pós-guerras, conferiu credibilidade à sua religião da bruxaria. Muito mais do que Murray, praticamente esquecida em 1954, Gardner foi o responsável por criar a forma como as “bruxas” seriam interpretadas popularmente na contemporaneidade: não mais como propagadoras de malefícios ou adoradoras de Satã, mas sim como incompreendidas sacerdotisas de uma religião primitiva, perseguidas pelo cristianismo, porém sobreviventes.

---

<sup>28</sup> FRAZER, Sir James. **The Golden Bough**. Dover: Dover Publications Inc, 2003, 768 p.



Como nos lembra a antropóloga Sabina Magliocco, “palavras como bruxa e pagão definem identidade por associar seu usuário a grupos que estão fora da estrutura do poder”<sup>29</sup>. Indo além, existe na própria adesão um desejo de resistência ao discurso dominante sobre a realidade ou sobre a espiritualidade, que marginaliza certos tipos de experiência espiritual como irracionais. Nesse sentido, a efetividade da linguagem criada por Gardner e seus seguidores imediatos possibilitou aquilo que pesquisadores do assunto, como Phillip Berhnhardt-House, definiram como uma “frutífera e efetiva vida religiosa [...] apesar da falta de autenticidade nela presente”<sup>30</sup>, para aqueles que, por sua vez, já não enxergavam autenticidade nas religiões estabelecidas.

Após a morte de Gardner, em 1964, a transição para a década de 1970 trouxe ainda outro elemento ao discurso contemporâneo sobre bruxaria: a ideia – fomentada especialmente por autoras feministas como Zsuzsanna Budapest e Starhawk – que a “antiga religião” seria fundamentalmente um culto a uma divindade feminina. Essa ideia não era nova. Já estava presente, por exemplo, no pensamento da arqueóloga Marija Gimbutas e encontrou eco em autoras como Merlin Stone, mas foi sobejamente divulgada por certas linhas wiccanas, embora não estivesse explícita no discurso original de Gardner. A Wicca seria, portanto, uma “religião da Deusa”, em oposição à “religião do Deus”, cristã, circunstância que foi decisiva para a ascensão de uma religiosidade particularmente feminista a ela associada. A jornalista e escritora Margot Adler nos lembra que:

No início dos anos 1970 houve várias conferências feministas sobre a questão da espiritualidade; diversas atraíram mais do que mil participantes. Na mesma agenda onde figuravam discussões sobre bruxaria, matriarcados e amazonas, e oficinas sobre artes psíquicas, como tarô, astrologia, massagem, cura espiritual e meditação, havia discussões e oficinas sobre o relacionamento entre interesses políticos, econômicos e espirituais. Tornou-se claro nessas conferências que muitas mulheres consideravam as lutas políticas e o desenvolvimento espiritual como interdependentes, e sentiam que ambos eram necessários para a criação de uma sociedade que seria significativa para elas.<sup>31</sup>

Nudez e sexo rituais, harmonia com a natureza através de ritos sazonais, transe e êxtase religioso, o doce acolhimento de uma mãe multifacetada em oposição a um pai onipotente e rancoroso, a sobrevivência de uma minoria perseguida, estereotipada e incompreendida. O

---

<sup>29</sup> MAGLIOCCO. **Witching Culture**, p. 202.

<sup>30</sup> BERNHARDT-HOUSE, P. Pagan Celtic Studies. In: EVANS, D; GREEN, D. **Ten Years of Triumph of the Moon**. Bristol: Hidden Publishing, 2009, p. 144

<sup>31</sup> ADLER, Margot. **Drawing Down the Moon**. New York: Penguin Books, 2006, p. 180-181.



potencial contracultural desse discurso, num momento em que o Ocidente, ainda abalado pelas guerras mundiais e mergulhado no medo da Guerra Fria, contestava as matrizes religiosas, morais e políticas que o regiam, foi arrasador.

A isso podemos somar um último elemento, que Carlos Roberto Nogueira atribui à “crise de sobrevivência e de valores – em especial a assustadora crise de identidade – que aflige os homens, se não em escala mundial, ao menos em escala ocidental”<sup>32</sup>, e que Anthony D’Andrea caracteriza como “um processo de tradução religiosa das tendências individualizantes, reflexivistas e globalizantes da alta modernidade”<sup>33</sup>. Pelas suas próprias características, a bruxaria de Gardner facilmente foi inserida no “mercado esotérico”. No discurso gardneriano atualizado para os dias atuais, bruxas possuem altares, instrumentos rituais, imagens de deuses e deusas das mais variadas mitologias, vestimentas especiais. Praticam divinação com o tarot, ou com espelhos, ou com a leitura de mãos. Especializam-se em reiki, cristais, cromoterapia, florais. Toda uma diversidade, parcamente prescrita ou direcionada, e em várias obras incentivada, que permite que praticamente cada adepto crie seu próprio culto. Entrevistado por mim em 2008, Gavin Bones, um dos maiores expoentes atuais da Wicca, afirmou:

Meu envolvimento começou a partir de meu interesse em assuntos metafísicos como UFO’s, experiências psíquicas, etc., quando estava no início da adolescência. Eu tinha desenvolvido minha “própria religião”, que na verdade era [composta de] aspectos de diversas religiões contemporâneas da época e incluía as ideias de *karma*, reencarnação, forças polarizadas (Yin e Yang do Taoísmo) e divindades como representações de forças naturais (do Hinduísmo). Fiquei um tanto surpreso quando li meu primeiro livro de Wicca no início dos anos 80 e descobri que minha estrutura de crenças estava naquele livro. Na verdade, eu não mudei minha espiritualidade, eu achei um nome para ela.<sup>34</sup>

Ou seja, o desenvolvimento do discurso sobre bruxaria na contemporaneidade, a partir da síntese de Gardner nos anos 1950, tornou-se permeável o bastante para enquadrar-se, na pós-modernidade, no que vem sendo chamado de “religiões do *self*”. Nas palavras de Silas Guerreiro, “o divino passou a ser visto como uma prerrogativa do indivíduo. Busca-se o mistério, agora, dentro de cada um”<sup>35</sup>. Podemos concordar com José Giovanetti, que afirma que a motivação religiosa não está mais centrada na instituição, mas na espontaneidade do sentimento religioso e,

---

<sup>32</sup> NOGUEIRA, O. **O nascimento da bruxaria**, p. 199.

<sup>33</sup> D’ANDREA, A. **O self perfeito e a nova era**. São Paulo: Ed. Loyola, 2000, p. 32.

<sup>34</sup> Gavin Bones, em entrevista ao autor concedida em 05/04/2008.

<sup>35</sup> GUERREIRO, S. Novas configurações das religiões tradicionais: re-significação e influência da Nova Era. **TOMO** – Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSE, nº 14, p. 44.



dessa maneira, é a necessidade individual da vivência do sagrado que leva o homem a construir sua própria religião<sup>36</sup>.

Concluindo, as “bruxas inglesas” de Gardner não eram, como vimos, de forma alguma, uma releitura de concepções sobre bruxaria tradicionalmente inglesas. No entanto, o seu discurso sobre bruxaria foi convincente o bastante – e encontrou as condições socioculturais propícias – para criar uma nova linguagem sobre bruxas, que era permeável o suficiente para sofrer transformações sem perder suas características básicas e, assim, transcendeu em muito os limites de sua Inglaterra natal.

---

<sup>36</sup> GIOVANETTI, J. A representação da religião na pós-modernidade. In: PAIVA, G; ZANGARI (orgs.). **A representação na religião**. São Paulo: Ed. Loyola, 2004.



# Ensinamentos e aprendizados nas corporações de ofício em Portugal entre os séculos XVI e XIX na produção azulejar

Enseñanzas y aprendizajes en las corporaciones de oficio en Portugal entre los siglos XVI y XIX en la producción de azulejos

**Juliane Panozzo Cescon**

Doutoranda em Memória Social e Bens Culturais

UNILASALLE-Canoas/RS

julipanozzo@gmail.com

**Recebido em:** 26/02/2017

**Aprovado em:** 25/04/2017

**RESUMO:** Este estudo pretende evidenciar processos utilizados para produção azulejar, as corporações de ofício envolvidas e suas formas de transmissão de conhecimentos. Realizou-se uma retrospectiva baseada na documentação das corporações de ofício, encontrada principalmente em Vergílio Correia (1926), Almeida Langhans (1946), Augusto Garcez Teixeira (1931) e Lysie Reis (2006). Focou-se, principalmente, as atividades que se relacionam à produção dos azulejos: a olaria que manufaturava o barro, transformando-o nas placas cerâmicas vidradas; a pintura de azulejos ou pintura ceramista, com a produção e a inserção de imagens, bem como os ladrilhadores responsáveis pela colocação dos azulejos nas edificações. A investigação mostra que o desenho perpassa as etapas de produção de azulejos no período examinado.

**PALAVRAS-CHAVE:** Corporações de ofício, Azulejaria portuguesa, Desenho.

**RESUMEN:** Este estudio tiene el objetivo poner de relieve procesos utilizados para la elaboración de azulejos, los gremios de artesanos que participan en el proceso y sus formas de transmisión del conocimiento. Hemos llevado a cabo una retrospectiva sobre la base de la documentación de los gremios de artesanos, que se encuentran principalmente en Vergílio Correia (1926), Almeida Langhans (1946), Augusto Garcez Teixeira (1931) y Lysie Reis (2006). Se centró principalmente en las actividades que se relacionan con la producción de azulejos: la alfarería que fabricaba la arcilla, convirtiéndose en placas de cerámica vidriada; la pintura azulejo, o pintura ceramista, con la producción y inserción de imágenes, así como los responsables de la colocación de los azulejos en los edificios. La investigación muestra que el diseño corre a través de las etapas de producción de azulejos en el período examinado.

**PALABRAS CLAVE:** Gremios de artesanos, Azulejos portugueses, Diseño.



## Regulamentação de ofícios

As associações de pessoas de mesmas habilidades e trabalhos remontam à Grécia e Roma Antiga. Na Idade Média, essas organizações foram denominadas “guildas”, cada uma com seus regulamentos, atribuições e bandeira. Normalmente estavam ligadas a uma ordem religiosa, confraria ou irmandade, e homenageavam seu santo padroeiro. Encontramos, na bibliografia, contribuições como de Arnold Hauser<sup>1</sup>, que sustenta que a denominação “guildas” foi vigente até o Renascimento em regiões atualmente conhecidas como Países Baixos, Alemanha e Áustria.

No século XIV, remanescentes das “guildas”, as Corporações de Artes e Ofícios<sup>2</sup> apresentaram uma estrutura mais moderna, tendo em vista a necessidade de controlar a produção, ante o aumento da população. Manteve-se uma organização semelhante e agrupavam todas as associações de Artes Mecânicas<sup>3</sup> que, por sua vez, reuniam várias pessoas de um mesmo ofício. Quanto a “ofício”, originalmente, exprime o dever, a obrigação, ou tudo que se deve fazer por obrigação. Praticamente, ofício e profissão possuíram significações equivalentes.

O termo ofício designava o exercício por obrigação de algum tipo especializado de trabalho; o realizado manualmente e/ou com o auxílio de instrumentos era conhecido como um “ofício mecânico”. O “oficial mecânico” também era chamado de “artista mecânico” ou artesão, derivando-se desta designação as denominações de artista e artífice, verbetes que têm, entre dicionaristas dos séculos XVIII e XIX, acepções sobrepostas.<sup>4</sup>

No período anterior ao século XVIII, todo o trabalhador que lidava com a produção ou decoração de artefatos era chamado oficial mecânico<sup>5</sup> e estava vinculado a uma corporação de

---

<sup>1</sup>HAUSER, Arnold. **História social da literatura e da Arte**. Tomo I. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1972.

<sup>2</sup> O uso do termo Corporação, na Itália, só foi difundido na segunda metade do século XIX e depois reforçado pelo fascismo, através de seu ideário sobre uma nova corporativização italiana “disciplinada, laboriosa e construtiva”. Em inglês e em francês, corporation referia-se mais à sociedade comercial ou industrial, o que perdurou no uso americano. Ainda por informação de Santoni-Rugiu (1998:24), em latim, corporatus referia-se a um “membro de um corpo moral”, um corpus, uma associação ou comunidade, e “não necessariamente uma Arte”. O significado de “reunião de pessoas num só grupo, num só corpo”, no latim medieval, passou ao inglês corporation (cerca de 1534) e ao francês corporation (cerca de 1672) e, daí, no século XIX, ao italiano corporazione, ao espanhol corporación e ao português corporação (HOUAISS, 2001). Não seria possível apontar aqui o momento de emergência da denominação “corporação de ofício”. No entanto, foi esta expressão que encontrei na documentação portuguesa do século XIV para designar as associações de trabalhadores das artes mecânicas (HAUSER, Arnold. **História social da literatura e da Arte**, Tomo I. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1972 p. 28).

<sup>3</sup> Estamos nos referindo nesse item aos ofícios mecânicos - a arte ou o ofício que não se aprende por princípios científicos, mas que depende, principalmente, do trabalho manual ou mecânico. (Nota do autor, doravante identificada por N.A.)

<sup>4</sup>REIS, Lysie. **A Liberdade que vem do Ofício**. 322 f. Práticas Sociais e Cultura dos Artífices na Bahia do século XIX. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós Graduação em História. Salvador, 2006, p. 12.

<sup>5</sup> Ofício, do latim *officium*, e *facere* (BLUTEAU, 1712-1728: 49). Disponível em <http://www.ieb.usp.br/online/index.asp> acesso: 05/11/2009. O termo ofício designava o exercício por obrigação





ofício. Nosso interesse para este estudo é a formação desses trabalhadores em Portugal, que ocorria no interior das oficinas, as quais funcionavam, ao mesmo tempo, como locais de aprendizagem, trabalho e comércio. Guardando as devidas proporções temporais, as oficinas de artes mecânicas foram percussoras das escolas profissionalizantes surgidas no século XX. De um modo geral, o aprendizado naquela época era obtido por meio da observação do *modus operandi*. Poucos dominavam as letras; normalmente apenas o dono e mantenedor do estabelecimento possuía tal conhecimento, o chamado ‘mestre de ofício’.

Para análise das Corporações de Ofício selecionamos aquelas ligadas à produção de azulejos portugueses, quais sejam os oleiros, os pintores e os ladrilhadores, com interesse dirigido ao ensino do desenho, porque consideramos que o desenho foi a linguagem mais usual nas oficinas, através da qual pode-se dar forma aos artefatos produzidos.

Encontramos em Virgílio Correia<sup>6</sup> e F. P. de Almeida Langhans<sup>7</sup> os regimentos das corporações de ofícios mecânicos, datados desde 1572. Em Francisco Augusto Garcez Teixeira<sup>8</sup>, o estudo do arquivo da Irmandade de São Lucas, bem como extratos dos livros desta Irmandade, que regeu a Corporação de Ofício dos pintores lisboetas, a partir de 1602<sup>9</sup>. De grande valia para a compreensão das estruturas e práticas das Corporações de Ofícios e seus artífices, enfatizamos também as contribuições da tese de doutorado de Lysie Reis<sup>10</sup>.

As oficinas eram organizadas por corporações, associações de um mesmo ofício ou ofícios agregados por afinidades, como: campo de atuação, utilização da mesma matéria prima ou empregadores afins. Por sua vez, vários ofícios se aliavam em torno de uma Bandeira, uma organização que reunia ofícios em irmandades religiosas, que se arranjavam em torno de um santo protetor, uma maneira de inserção na sociedade, através de um *corpus* religioso. A essa irmandade eram pagos tributos, organizavam-se festas e procissões em homenagem ao santo

---

de algum tipo especializado de trabalho; o realizado manualmente e/ou com o auxílio de instrumentos era conhecido como um “ofício mecânico” (REIS, Lysie. **A Liberdade que vem do Ofício**. 322 f. Práticas Sociais e Cultura dos Artífices na Bahia do século XIX. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós Graduação em História. Salvador, 2006, p. 12.).

<sup>6</sup>CORREIA, Virgílio. **Livro dos Regimentos dos Officiaes mecanicos da Mui Nobre e sempre Leal Cidade de Lisboa (1572)**. Coleção do Ministério da Instrução Pública (XXII): Subsídios para a História da Arte Portuguesa. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1926.

<sup>7</sup>LANGHANS, F. P. de Almeida. **As corporações dos ofícios mecânicos**. Subsídios para sua história. 2º volume. Lisboa: Imprensa Nacional, 1946.

<sup>8</sup>TEIXEIRA, Francisco Augusto Garcez. **A irmandade de S. Lucas**. Lisboa: Imprensa Beleza, 1931.

<sup>9</sup> Os documentos encontrados nessas fontes serão citados serão transcritos *ipsis litteris*.

<sup>10</sup>REIS. **A Liberdade que vem do Ofício**.



protetor. Em contrapartida, a irmandade auxiliava os seus em momentos de enfermidade, quando tinham problemas com a justiça ou encontravam-se presos, na hora morte acolhendo suas viúvas e filhos, uma união de deveres religiosos e cívicos<sup>11</sup>.

Para compreendermos as interfaces entre ensino e aprendizagem em uma Corporação de Ofício, é necessário reportar-nos à formação do pensamento ocidental, ou seja, aos gregos, que iniciaram as primeiras discussões acerca das fronteiras do conhecimento. Na concepção grega, a Arte estava vinculada à técnica. Nos estudos etimológicos, a palavra arte é originária da junção do latim *arse* do grego *techne*, técnica. Aristóteles estabeleceu a distinção que perdurou por séculos na cultura ocidental, separando a ciência da arte e da técnica. Essa concepção dicotomizada incluía a política e a ética, aportadas no campo das ciências, enquanto que as artes ou técnicas passaram a ser compreendidas como atividades manuais.

A classificação das técnicas, ou das artes, enquadrou-se em um padrão determinado pela sociedade antiga, estruturada pela escravidão e, por consequência, pelo desprezo aos trabalhos manuais. Essa mentalidade perdurou por toda Idade Média e início do Renascimento. As Artes Liberais, nas quais foram incluídas a Gramática, Retórica, Lógica, Aritmética, Geometria, Astronomia, e Música, constituem o currículo escolar dos homens livres. As Artes Mecânicas, consideradas como atividades técnicas, englobaram Medicina, Arquitetura, Agricultura, Pintura, Escultura, Olaria, Tecelagem, Cerâmica, entre outras afins.

Durante a Idade Média, o filósofo Tomás de Aquino, justificou essa diferença entre as Artes ao caracterizar as artes que dirigem o trabalho da razão e as que dirigem o trabalho das mãos, reforçando a classificação das Artes Liberais como superiores às Artes Mecânicas. Na obra do filósofo, é possível identificar referências às formas que deveriam ser seguidas sobre o ensino e a escola, assim como alguns aspectos sobre a divisão de áreas de conhecimento e estrutura social. Segundo esse raciocínio, o ensino para realização de trabalhos ditos inferiores, realizados com as mãos, destinava-se às classes menos favorecidas.

As Corporações de Ofício tinham suas regulamentações, assim como ocorria por toda Europa, em Portugal. Cada ofício possuía representação na Casa dos Vinte e Quatro<sup>12</sup>, um órgão

---

<sup>11</sup> \_\_\_\_\_. **A Liberdade que vem do Ofício**, p. 40.

<sup>12</sup> Em 1 de abril de 1384, uma carta régia determina sua inserção, enquanto agrupamento profissional, na Câmara Municipal. Foi nesta data que o Rei D. João I decretou que, através da congregação de “dois de cada mester”, eleitos anualmente, estava constituída a “Casa dos Vinte e Quatro”, que atuou durante 450 anos até ser extinta, em 7 de maio de 1834[...] (REIS. **A Liberdade que vem do Ofício**, p. 36;38).



deliberativo da administração de Lisboa. De modo geral, as corporações estipulavam, em seu regimento, a quantidade de aprendizes e oficiais de cada mestre, os exames e o que deveria ser executado para obtenção de carta e/ou certificação. Além disso, determinavam valores de multa ou punição, caso não fossem obedecidas tais normas. A Casa dos Vinte e Quatro funcionava como um braço das Corporações dentro das Assembleias do Senado da Câmara<sup>13</sup> e como um órgão fiscalizador.

Nenhum trabalhador poderia exercer seu ofício de forma independente e a Corporação de Ofício possuía o controle das atividades, disciplinava a atuação, garantindo o monopólio profissional ou do ramo comercial. Dentre os objetivos das corporações desde a Idade Média, encontramos em Reis:

[...] o controle da quantidade e da qualidade de bens e mercadorias produzidas, o que era conseguido pela inspeção da produção, que não podia sofrer aviltamento, e pela destruição dos produtos de baixa qualidade; o controle da jornada de trabalho, que não poderia ultrapassar os horários estipulados e devia respeitar os feriados; a formação profissional, que habilitava tecnicamente o aprendiz através da prática, ficando sua ascensão, a cargo de oficial ou mestre, vinculada à sua aprovação em rigorosos exames internos; a assistência aos associados em casos de doença temporária ou invalidez, além de auxílio e acompanhamento no funeral; e a manutenção de uma reserva financeira destinada à assistência de seus integrantes e familiares. Tratavam-se, portanto, de sociedades fraternas com vínculo profissional.<sup>14</sup>

### **A transmissão do conhecimento**

Arnold Hauser explica como eram introduzidos os aprendizes durante o período de vigência das guildas, na descrição que segue abaixo:

Estão sujeitos as regras das guildas e não é, de modo nenhum, o talento que os habilita a viverem como artistas profissionais, mas o curso de instrução

---

<sup>13</sup> A participação da Casa dos Vinte e Quatro nos assuntos camarários tornou-se corrente em Lisboa, no século XV e reconfigurou-se no reinado de D. João II, com a inserção, em 1484, da figura do 'Juiz dos Vinte e Quatro', cargo que foi, a partir da segunda década do século XVII, batizado de 'Juiz do Povo'. Era o presidente eleito da Casa e foi seu principal interlocutor na Câmara. Uniu-se aos 'Procuradores dos mesteres' que, desde o início da formação da Casa dos Vinte e Quatro, representavam os oficiais mecânicos. Cabia-lhes participar das assembleias do Senado da Câmara, nas quais podiam recorrer contra decisões contrárias aos seus interesses corporativos e do público, mas não podiam opinar, tampouco votar nos assuntos que se referissem às leis. Gozavam do direito de recorrer ao Rei e podiam até, a depender das circunstâncias, serem recebidos em audiência particular. A eleição dos representantes dos ofícios se dava por um sorteio que acontecia todos os anos no dia de São Tomé, 21 de dezembro. Mas só assumiam se correspondessem às premissas estabelecidas: idade, situação civil, ser alfabetizado, etc. Todos estes eram cargos com vigência de um ano e, caso o indivíduo quisesse retornar a tal posto, só poderia fazê-lo após três anos, mas, em alguns momentos, esse período chegou a ser de quatro anos, em função de exceções definidas pelo Rei. Mas não era só isso, teriam que já ter exercido cargos em suas bandeiras (REIS. **A Liberdade que vem do Ofício**. p. 39-40).

<sup>14</sup> REIS. **A Liberdade que vem do Ofício**.



completada de acordo com os regulamentos da guilda. A sua educação baseia-se nos mesmos princípios dos artesãos vulgares, é feita não em escolas, mas em oficinas, e a instrução é prática e não teórica. Depois de haverem adquirido rudimentos de leitura, escrita e aritmética, vão ainda crianças como aprendizes junto de um mestre e passam muitos anos com ele.<sup>15</sup>

A partir do século XV, cada vez mais os servos livres migravam para as vilas e cidades em busca de trabalho. Um novo sistema de produção de artefatos devia se adequar ao crescimento. Nesse ambiente, as oficinas, passam a ter, progressivamente, um papel fundamental na sociedade, pois existiam sujeitos distintos dentro das classes; se alguém não fosse membro da nobreza ou do clero, restavam-lhe os trabalhos rurais, domésticos ou ter um ofício.

A sociedade medieval obedecia a uma distribuição orgânica trifuncional. Era uma sociedade de ordens, bem demarcada: os 'oratores' (clérigos e religiosos que tinham por vocação rezar e ser mediadores junto de Deus), os 'bellatores' (cavaleiros e guerreiros, que tinham por função combater e defender a cidade e sua população) e os 'laboratores' (artesãos e rurais, que tinham por obrigação trabalhar para sustentar os outros).<sup>16</sup>

Para ser integrado a uma oficina, o aspirante deveria ser aceito pelo mestre. Essa condição poderia ser concretizada através de certo grau de parentesco, uma indicação, ou por entrega pela família, a qual, sem condições financeiras de manutenção, oferecia os serviços da criança à oficina, onde desempenharia funções menores, até conseguir atingir um grau de autonomia<sup>17</sup>. O período de aprendizado no ofício poderia durar entre sete e quatorze anos. A hierarquia de uma oficina era estruturada da seguinte maneira:

[...] a unidade artesanal da tenda era comandada pelo mesteiral proprietário e por seus companheiros de ofício, também chamados mesteirais. Abaixo desses, mas ainda sob a égide da oficina, estavam os aprendizes que, depois de determinado tempo, se tornariam mesteirais. Havia ainda os obreiros e os criados, por vezes chamados moços[...] O obreiro era o que trabalhava na tenda de outrem, sob a direção de um mestre e, mesmo sem ter sido examinado, recebia salário. No entanto, eles não podiam responsabilizar-se por obras. Para trabalhar, tinham que estar vinculados a algum mestre, que lhes pagava o jornal (LANGHANS, 1943, p. 466). Os 'criados' ou 'moços' eram auxiliares não integrados ao ofício, geralmente trabalhavam em serviços extras e, como pagamento, tinham alojamento e alimentação, dado que os difere dos obreiros.<sup>18</sup>

---

<sup>15</sup>HAUSER. *História social da literatura e da Arte*, p. 415.

<sup>16</sup>DIAS, Geraldo Coelho. *A Irmandade de S. Crispim e S. Crispiniano*. Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Marques, vol. 2, 2006, p. 151.

<sup>17</sup>LANGHANS. *As corporações dos ofícios mecânicos*, p. 465.

<sup>18</sup> REIS. *A Liberdade que vem do Ofício*, p. 33.



O conhecimento de um ofício tinha como principal instrumento didático a observação e a transmissão oral, ou seja, olhar e imitar. No entanto, também existiam livros, manuais e tratados que descreviam minuciosamente a maneira como deveria ser realizado todo pormenor prático essencial à execução perfeita de um artefato.

Funcionando como uma espécie de “curso profissionalizante”, sem o aporte teórico que possuem os da atualidade, as oficinas baseavam seus ensinamentos na técnica, ou seja, o aprendizado na prática. Esse tipo de pedagogia, baseada na repetição, foi descrita por *Comenius*, na obra "Didática Magna", e inaugura a didática como área de conhecimento, no século XVII. Em seus princípios teóricos, destaca-se a distinção entre "ensinos" (conteúdo) e "arte de ensinar" (método); “arte” para o autor é um termo utilizado para designar uma maneira de atuação. No que tange às Artes Mecânicas, o autor explica o termo como adestramento do olho e da mão, o “fazer fazendo”:

Os mecânicos não detêm os aprendizes das suas artes com especulações teóricas, mas põem-nos imediatamente a trabalhar, para que aprendam a fabricar fabricando, a esculpir esculpindo, a pintar pintando, a dançar dançando, etc. [...] Assim, finalmente, pelos bons resultados da prática, todos experimentarão a verdade do provérbio: fazendo aprendemos a fazer (*fabricando fabricamur*).<sup>19</sup>

Nesse período, existia todo tipo de manual e tratado para indicar processos e ações relativas a conhecimentos das diversas áreas de trabalho. Esses manuais eram utilizados para transmissão de conhecimento técnico, de forma didática, do “modo de fazer”. O acesso aos mesmos se restringia a uma minoria letrada; o conhecimento adquirido era transmitido, como já mencionado anteriormente, pela observação, oralidade e na prática. O ensino/aprendizagem nas corporações de ofício estava atrelado à observação: o aprendiz possuía inicialmente atribuições menores como a limpeza da oficina ou manutenção do equipamento; dependia dele ter curiosidade em olhar os oficiais e ao mestre trabalharem para aprender o modo de fazer do ofício.

O conhecimento do desenho enquanto linguagem esteve presente na maioria dos ensinamentos praticados pelos ofícios mecânicos até o final do século XIX, tal como afirma Gláucia Trinchão:

---

<sup>19</sup>COMENIUS; GOMES, Joaquim Ferreira. **Didáctica magna**: tratado da arte universal de ensinar tudo a todos. 4.ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996, p. 348-9.



O conhecimento em Desenho, antes restrito a algumas instituições – escolas militares, ateliês de mestres artesões –, por exemplo, e socializados por meio de manuscritos, ou tratados, gradativamente se insere no meio escolar, elementar e secundário.<sup>20</sup>

Além de técnica artística, o desenho pode ser compreendido como um projeto, um intento. Michael Baxandall conceitua desenho a partir da definição da palavra inglesa *design*:

Mas pode-se objetar que dizer que um conceito como o de ‘desenho’ já contém uma inferência casual supõe resolvidos vários problemas relacionados com a ação real das palavras. Não estaríamos confundindo o sentido da palavra, toda a gama de significados que ela pode ter com sua referência, ou aquilo que ela denota, em um caso determinado. A palavra ‘*design*’ tem em inglês uma gama muito rica de sentidos: projeto, plano de trabalho artístico ou literário, idéia geral, construção ou composição, enredo, capacidade de elaborar tudo isso, invenção.<sup>21</sup>

A base para todos os projetos, grafados, garatujados ou imaginados é a partir de um desenho que os artefatos, ainda hoje, são produzidos, como os azulejos, incorporados à cultura portuguesa.

### **As bandeiras do *corpus* azulejar - Santa Justa e Rufina, São Lucas e São José**

Entre os envolvidos no processo de produção, decoração e assentamento de azulejos estavam os oleiros, os pintores e os ladrilhadores, com atribuições distintas. Cada grupo era responsável por uma determinada fase e cada ofício possuía um regimento, obrigações e conhecimento específico. É possível que as operações se entrelaçassem, como prestadores de serviço, pois dificilmente alguém poderia ser membro de duas ou mais corporações. Além de demandar muito tempo para aprendizagem em outro ofício, era extremamente oneroso arcar com as despesas, pois cada corporação estabelecia seus valores de contribuição, quantias que envolviam a matrícula como aprendiz, após, como oficial, os exames de passagem entre categorias, a certificação do ofício, etc. Para cada caso, eram pagos tributos, tanto para corporação que pretendia se filiar, como para Bandeira, ou seja, ordem, irmandade ou confraria religiosa a qual pertencia, baseado nos regimentos de cada corporação.

As regras descritas nos regimentos acompanharam as nuances de interesse da Casa dos Vinte e Quatro, mas, de forma geral, os regimentos prescreveram a técnica do exercício profissional, determinaram o número de aprendizes, as

---

<sup>20</sup>TRINCHÃO, Gláucia. **O desenho como objeto de ensino: História de uma Disciplina a partir dos Livros Didáticos Luso-Brasileiros Oitocentistas.** 494 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade do Vale dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Educação, São Leopoldo, 2008, p. 240.

<sup>21</sup>BAXANDALL, Michael. **Padrões de Intenção: a explicação histórica dos quadros.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 39.



horas do trabalho diário, o número de peças que cada tenda podia fabricar, a moral social requerida, a disciplina interna, a ritualística do exame, a discriminação de deveres e a instituição de autoridades e hierarquias.<sup>22</sup>

A corporação de Artes e Ofício dos Oleiros obedecia às “regulações” de 1539 e 1771 de Portugal, entre os ofícios, como segue:

Oleiros: pelas Regulações de 1539 e 1771 este Ofício estava colocado entre os não embandeirados. Na primeira Regulação tinha como anexos os Telheiros e os que fazem malgas<sup>23</sup>. Extintos estes dois Ofícios a Regulação de 1771 juntou-lhe os Sombreireiros<sup>24,25</sup>

Porém, fora da regulação, juntamente com o Ofício dos Chocolateiros<sup>26</sup>, os Oleiros formavam a Bandeira de Santa Justa e Rufina, a qual teria seu regulamento em 1786<sup>27</sup>. Entretanto, havia laços estreitos com a Bandeira de São José, da qual faziam parte os pedreiros e carpinteiros. A explicação para tal situação encontra-se nos dados da própria Irmandade de São José. De acordo com o Instituto Português do Patrimônio Arquitetônico<sup>28</sup>, essa irmandade, fundada no ano de 1532, antes de possuir templo próprio, estabeleceu-se originalmente na Igreja de Santa Justa e Santa Rufina. Pode-se especular que esse fato não ocorreu por acaso. A construção de obras arquitetônicas, onde trabalhavam esses oficiais, poderia ser uma razão para se justificar esse estabelecimento.

As olarias eram responsáveis pela manufatura de qualquer objeto feito em barro cozido, ou seja, cerâmica, ladrilhos/ azulejos, bem como telhas e tijolos. Para receber a certidão de exame e tornar-se oficial oleiro, com direito a ter uma loja e comercializar sua produção, conforme o estabelecido por seu regimento de 1786, o aprendiz deveria apresentar aos juízes examinadores as seguintes peças: “hum pote de dezoito Canadas<sup>29</sup>, Huma quarta<sup>30</sup> de dose Canadas, hum alguidar<sup>31</sup> de Amassar Alqueire<sup>32</sup> e meio. Hum Buiam de Arroba, Hum prato de cozinha e huma Sopeira<sup>33</sup>”.

---

<sup>22</sup>REIS. **A Liberdade que vem do Ofício**, p. 46.

<sup>23</sup> Tipo de tigela onde toma-se sopa BLUTEAU, Raphael. **Vocabulário português & latino**. Coimbra, 1712-1728.p. 268. Disponível em [http://www.ieb.usp.br/online/index.asp] Acesso em 20 de jan. 2010.

<sup>24</sup> Mercador que vende chapéus, BLUTEAU, Raphael. **Vocabulário português & latino**. Coimbra, 1712-1728. p. 719. Disponível em [http://www.ieb.usp.br/online/index.asp] Acesso em 20 de jan. 2010.

<sup>25</sup>LANGHANS. **As corporações dos ofícios mecânicos**, p. 143.

<sup>26</sup> Segundo Novo Dicionário da Língua Portuguesa, chocolateira é um vaso em que se prepara o chocolate ou em que se serve; vaso de folha par aquecer água; cafeteira. Supomos que Chocolateiro era quem produzia tal artefato.

<sup>27</sup> LANGHANS. **As corporações dos ofícios mecânicos**, p. 339-340

<sup>28</sup> Instituto Português do Patrimônio Arquitetônico. Disponível em: [www.ippar.pt](http://www.ippar.pt) acessado em 25/01/2010.

<sup>29</sup> Medida para líquidos BLUTEAU, Raphael. **Vocabulário português & latino**. Coimbra, 1712-1728. p. 89. Disponível em [http://www.ieb.usp.br/online/index.asp] Acesso em 20 de jan. 2010.

<sup>30</sup> Vaso de barro em que se deposita água BLUTEAU. **Vocabulário português & latino**, p. 19. Disponível em [http://www.ieb.usp.br/online/index.asp] Acesso em 20 de jan. 2010.



As peças em louça (incluindo os azulejos) para serem produzidas, deveriam apresentar um conhecimento específico. Segundo José Meco<sup>34</sup>, as regras foram detalhadas no tratado escrito por *Vasaio*, o *Li tre libri dell'arte* (Os três livros da arte), compilado por Cipriano Piccolpasso, entre 1556 e 1559. Esse manuscrito pertence atualmente ao Museu Victoria and Albert, Londres. Nele, é descrito e ilustrado todo o “segredo” da arte cerâmica de majólica<sup>35</sup> e, entre os seus ensinamentos, encontra-se detalhes da construção do forno<sup>36</sup>, temperatura e duração para o cozimento das peças; como fazer o torno e trabalhar nele<sup>37</sup>, medidas específicas e distribuição dos óxidos para obtenção das cores que serviriam na decoração e no acabamento, bem como estampas mais comuns e valores que poderiam ser cobrados<sup>38</sup>. Além dessas informações, é possível afirmar, com base nas imagens apresentadas nesse tratado, principalmente as que se referem às estampas para decoração da peça, que o oleiro deveria ter conhecimento em áreas do desenho, tais como em geometria e perspectiva. Conhecimentos esses encontrados em diversos outros tratados, como os Tratados de Arquitetura desenvolvidos por Alberti, no *Trattato della Pittura* (Tratado da Pintura), de Leonardo Da Vinci, em *A Arte Poética e da Pintura*, e *Symmetria*, com *Princípios da Perspectiva*, de Philippe Nunes, entre tantos outros que, assim como estes, eram utilizados para o ensino de arquitetura, pintura, e outras artes.

Voltando ao contexto das Corporações, é importante notar que os pintores, depois de anos inseridos na Corporação, passam a requerer *status* de artistas liberais e começam a ingressar na Bandeira de São Lucas que, na tradição católica, esse evangelista era pintor e teria retratado a Virgem.

Langhans explica que “Na Regulação de 1539 os pintores estavam anexos à Bandeira de S. Jorge. Foram depois expulsos da C24<sup>39</sup>. A Regulação de 1771 já não os menciona”<sup>40</sup>. Na

---

<sup>31</sup> Utilitário de cozinha com formato de um barco BLUTEAU. **Vocabulário português & latino**, p. 251. Disponível em [http://www.ieb.usp.br/online/index.asp] Acesso em 20 de jan. 2010.

<sup>32</sup> Medida de grãos BLUTEAU. **Vocabulário português & latino**, p. 282. Disponível em [http://www.ieb.usp.br/online/index.asp] Acesso em 20 de jan. 2010.

<sup>33</sup> LANGHANS. **As corporações dos ofícios mecânicos**, p. 355.

<sup>34</sup> MECO, José. **O azulejo em Portugal**. Lisboa: Publicações Alfa S.A, 1989, p. 44.

<sup>35</sup> Técnica de produção de placas cerâmicas que graças à utilização do esmalte estanífero branco e dos pigmentos metálicos, passou a ser possível pintar diretamente sobre o vidro (N.A.).

<sup>36</sup> Anexo A. Conferir no final do texto.

<sup>37</sup> Anexo B. Conferir no final do texto.

<sup>38</sup> Anexo C. Conferir no final do texto.

<sup>39</sup> Casa dos Vinte e Quatro (N.A.).

<sup>40</sup> LANGHANS. **As corporações dos ofícios mecânicos**, p. 477.





descrição sobre essa Bandeira, o autor ainda completa: “Formam a Irmandade de S. Lucas, constituída por escritura de 17 de outubro de 1602. Compromisso confirmado em 1609”<sup>41</sup>.

No Estatuto da Irmandade de São Lucas, de 1793, o principal objetivo era o culto ao santo e admitiam-se Irmãos: “pintores de todos os gêneros tendo aprendido, e sendo bem morigerados; também os escultores, architectos e fidalgos com tanto que pintassem e desenhassem ou amassem a Arte”<sup>42</sup>. Entretanto, esse documento completa “que os Irmãos não admitirião nas suas obras senão Irmãos para que daqui em diante não hajão novos intruzos; inda que por compaixão, se consevarião os que já houvessem”. Os “intrusos” a que se referem, poderiam ser os “pouco cultos”, que não estavam devidamente regulamentados e tentassem praticar algum tipo de atividade, podendo ser mestres, oficiais práticos, a quem deviam “compaixão”. Neste mesmo documento, aparece o desejo de se abrir uma Academia noturna para o ensino das Artes, como revela a fala do senhor José Antonio Narciso:

[...] pintores de figuras, architectura, ornatos, flores, paizes, dourados e fingimentos, e tambem Architectos, Medicos, e *Pintores d'azulejo*, sacerdotes, Religiozos e os Grandes da Corte: Que os pintores de qualquer gênero não poderião ser admitidos na irmandade sem provar que tñhão aprendido por tempo suficiente com mestres idôneos e hábeis, ou que tivessem dirigido obras Reaes, quando porem a dita prova, e a do gênero que estudou, será sem empenho recebido por irmão: que sendo necessário prover o cofre para socorrer os doentes, velhos, & cada diiscipulo daria de entrada 24\$000 reis, a metade para os pobres e 1 e1/2 moeda para o culto do Sando e huã para as depezas da futura Academia.<sup>43</sup>

No “novo compromisso da irmandade de São Lucas”, dos pintores no ano de 1609, revista em 1791, incluía-se e regulamentava-se a Academia, instituição de ensino que tinha como principal objetivo aprimorar a formação dos pintores<sup>44</sup>. Nos Capítulos 1º e 2º, do referido compromisso, observamos as premissas que balizavam sua atuação:

1º Pintura he a arte de representar por meio de desenho, e colorido a apparencia dos objectos naturaes mostrando enganosa mte o vulto dos corpos aonde não há mais que superfície.

2º O objecto da Pintura He a apparent.ª imitação de todo o universo.

3º Esta imitação He de duas sortes: qdº imitamos outras pinturas ou desenhos esta obra chamase copia, mas aquela em que imitamos as cousas naturaes, ideaes, ou feitas por artes diversas, se chama original.

---

<sup>41</sup> \_\_\_\_\_. **As corporações dos officios mecânicos**, p. 477.

<sup>42</sup> TEIXEIRA. **A irmandade de S. Lucas**, p. 11.

<sup>43</sup> \_\_\_\_\_. **A irmandade de S. Lucas**, p. 11. Grifo nosso.

<sup>44</sup> \_\_\_\_\_. **A irmandade de S. Lucas**, p. 15-6.



4º Os gêneros em que ordinariamente se divide a pintura são frutos, flores, insectos, mariscos, animais, peixes ornatos, fogos, caças, gados, pázes, marinhas, figuras, retratos, architectura, batalhas, arabescos e historia.[...]

6º Os comuns são: a perspectiva das linhas, e das luzes e sombras; a arte de bem grupar objectos e de dispor vantajosamente os grupos; de contrapor; de distribuir por grupos massas o claro e o escuro; o talento de bem ver, escolher, imitar, e emendar a natureza vulgar com a ideal; a inteligência da composição, desenho, colorido e movimento do pincel, o bom gosto, a graça, &c.<sup>a</sup> Todo pintor deve possuir estas fundamentais da profissão inda que em desgracia dos seus gêneros.<sup>45</sup>

Percebemos que a intenção de representar através da imitação do natural era regra, portanto, o desenho de observação era uma das técnicas de ensino/aprendizagem. A partir da cópia do real, ou por meio de outros desenhos ou pinturas, eram treinados elementos do desenho e composição, como as linhas de perspectiva e o claro escuro.

A 1ª seção do Capítulo 2º foi dividida em 15 artigos, no que tange à regulamentação a respeito das aulas, professores e lições, asseverando:

No 1º dizia-se que os Pintores determinarão lançar em Lx.<sup>46</sup> os fundamentos de huã Academia de pintura que seria justament.<sup>e</sup> escola ou aula.

No 2º Que a Academia e Escola serão composta de indivíduos os mais hábeis assim em inventar como em copiar bem, e isto em qualquer dos gêneros da Pintura.

3º Os que inventarem bem terão o titulo de Directores; os que só copiarem o de Professores.

4º Os que tiverem aprovação da Academia p.a que possam entrar nas grupos obras se chamarão alumnos ou ajudantes e os demais applicados escolares ou artistas.

5º Os professores deverão ler as lições da escola, e os Directores as da Academia.

6º A Escola ensinará os elementos de todos os gêneros em que a pintura se divide applicados ao talento de copiar: A Academia deve dictar estes elementos, reger os estudos relativos à composição e à imitação das verdades naturaes e ideaes.

7º Como a Escultura e Architectura são irmãos inseparáveis da pintura, os Escultores e Architectos serão convidando a fazer com os Pintores hum mesmo corpo assim na Aula como na Academia.

8º Pois que o corpo dos Directores deve, ora ensinar a bem compor huã maquina pinturesca, ora julgar o merecimento theologicos, ou philosophicos, ou dos de qualquer outras belas artes e sciencias, os professores ou sábios em todas ellas podem ser admitidos no corpo da Academia, como também os grandes que honrão e protegem estas artes, ou simples debuxantes, os gravadores e as pessoas civis que a amão.<sup>47</sup>

---

<sup>45</sup>TEIXEIRA.. **A irmandade de S. Lucas**, p. 18.

<sup>46</sup> Lisboa (N.A.)

<sup>47</sup>TEIXEIRA.**A irmandade de S. Lucas**, p. 19.



Nos artigos acima, determinou-se a abertura de uma “Academia” com função de escola ou aula, entretanto, é feita uma separação, dois segmentos de ensino em uma mesma instituição: na Academia os Diretores eram os responsáveis pela “lição” e na Escola, os professores. Os primeiros, “hábeis em inventar”, os segundos “só copiavam”. Encontramos nos artigos 3º, 4º e 5º características da aprendizagem corporativa, ou seja, uma hierarquia definindo quem estava apto a ensinar, como, onde e para quem.

Esta menção é importante aqui sobre o ensino/ aprendizado dos pintores, pois estamos nos baseando neste aprendizado de pintura e na possibilidade de vincular esse fato aos pintores de azulejos, que exerciam esse ofício em Lisboa, no século XVIII. Segundo Vitor Serrão<sup>48</sup>, o pintor de azulejos também era conhecido como pintor ceramista que possuía, na maioria das vezes, formação na “pintura de cavalete<sup>49</sup> e de fresco”. Não obstante, estavam ligados à bandeira dos pintores, a Bandeira de São Lucas, como é o caso de Jan Floris e Frans Andreis, mestres ceramistas que foram aceitos pela Guilda de São Lucas de Antuérpia<sup>50</sup>, em 1530 e 1552, respectivamente, conforme Meco<sup>51</sup>. Outro exemplo é o celebre pintor de azulejos Antonio de Oliveira Bernardes, da confraria de São Lucas, aceito em 1684, da qual foi mordomo<sup>52</sup> por dois anos, em 1686 e 1687, tal como descrito por Reynaldo dos Santos, onde o autor aponta mais um dado importante sobre a possibilidade de pintores possuírem olarias, quando trata do referido pintor: “[...] não se sabe se teve olaria própria ou foi apenas pintor de azulejos, mas dada a fecundidade da sua obra e número de aprendizes que teve, é verossímil, como conjecturara Correa, que tivesse olaria”<sup>53</sup>.

Os desenhos dos painéis figurados eram realizados a partir de gravuras que circulavam pela Europa, de acordo com a moda e o gosto de cada época. Longe de serem apenas nomenclaturas, as manifestações artísticas eram incorporadas em todos os níveis da sociedade e a azulejaria acompanhava as correntes de estilo, como “renascentistas de importação italiana e

---

<sup>48</sup>SERRÃO, Vitor. **História da Arte em Portugal: O Barroco**. Lisboa: Editorial Presença, 2003, p. 209.

<sup>49</sup> Pintura a óleo.

<sup>50</sup> A Antuérpia está localizada na região dos Flandres, que compreende o que hoje é o norte da Bélgica, partes dos Países Baixos e da França.

<sup>51</sup>MECO. **O azulejo em Portugal**, p. 52

<sup>52</sup> No século XVIII mordomo exercia uma função diferenciada do conceito atual do termo: “Mordomo de uma Irmandade são aqueles que servem e contribuem com sua esmola para as festas de uma Irmandade pelo espaço de um ano. Mordomo Mor, entre os ofícios titulares da casa Real, tem o primeiro lugar e lhe estão sujeitos outros ofícios, e lhe criados, que por ordem sua são pagos suas moradias, e são admitidos os vassallos a diferentes forro, e graus de nobreza no paço dos Reis. (Tradução Livre do português arcaico, BLUTEAU, 1712-1728, p. 578).

<sup>53</sup>SANTOS, Reynaldo. **O azulejo em Portugal**. Lisboa: Editorial Sul Limitada, 1957, 114.



flamenga”. Adotaram-se ainda “expressões barrocas [...] o barroco espanhol saído da contra-reforma, que tem a austeridade e solenidades pomposas dos cânones de Trento e as expressões portuguesas dos Colégios Jesuítas mais modestas e sóbrias”<sup>54</sup>. Esses modelos gráficos, nas mãos dos pintores de azulejo, eram adaptados, sobrepostos, ou simplesmente reproduzidos na íntegra. O tema era estabelecido normalmente pelo cliente, cabendo ao artista fazer a transposição de modelos, ampliando suas dimensões, de uma pequena gravura para uma grande escala no painel azulejar, segundo Ana Paula Correia.

A mestria do seu trabalho revela-se na intuição com que amplia os modelos para os aplicar não só à escala do espaço a revestir mas também à função e características do próprio espaço. Nalguns casos, recorre a várias gravuras e tira de cada uma a figura que lhe parece mais adequada, construindo uma ‘nova composição’.<sup>55</sup>

Para pintarem os painéis sacros, nos edifícios religiosos (igreja, convento, mosteiro, etc.) que conferiam a estes uma atmosfera de sublimidade, capaz de envolver o leigo em um princípio comum, o da fé cristã, os pintores respondiam aos costumes e cultura do período, como, por exemplo, ao Concílio de Trento, que foi “contra as inovações doutrinárias dos protestantes”, realizado no período de 1545/1563. Na seção XXI, do documento gerado por este concílio explicita a relação que o autor deveria ter com as imagens:

986. Quanto às Imagens de Cristo, da Santíssima Virgem e de outros Santos, se devem ter e conservar especialmente nos templos e se lhes deve tributar a devida honra e veneração, não porque se creia que há nelas alguma divindade ou virtude pelas quais devam ser honradas, nem porque se lhes deva pedir alguma coisa ou depositar nelas alguma confiança, como outrora os gentios, que punham suas esperanças nos ídolos (cfr. Sl 134, 15 ss), mas porque a veneração tributada às Imagens se refere aos protótipos que elas representam, de sorte que nas Imagens que osculamos, e diante das quais nos descobrimos e ajoelhamos, adoremos a Cristo e veneremos os Santos, representados nas Imagens. Isto foi sancionado nos decretos dos Concílios, especialmente no segundo de Nicéia contra os iconoclastas.

987. Os bispos ensinam, pois, diligentemente, com narrações dos mistérios de nossa redenção, com quadros, pinturas e outras figuras, pois assim se instrui e confirma o povo, ajudando-o a venerar e recordar assiduamente os artigos de fé. Então sim, grande fruto se poderá auferir do culto das sagradas Imagens, não só porque por meio delas se manifestam ao povo os benefícios e as mercês que Deus lhes concede, mas também porque se expõem aos olhos dos fiéis os milagres que Deus opera pelos seus Santos, bem como seus salutarex exemplos. Rendam, assim, por eles graças a Deus, regulem a sua vida e costumes à

---

<sup>54</sup>SIMÕES, João Miguel dos Santos. **Azulejaria portuguesa no Brasil (1500-1822)**. Fundação Caluste Gulbenkian. Lisboa, 1965, p. 13.

<sup>55</sup>CORREIA, Ana Paula. **Fontes iconográficas do azulejo português**. Disponível em: [[http://mnazulejo.imc-ip.pt/Data/Documents/Cursos/azulejaria\\_2009/APC.pdf](http://mnazulejo.imc-ip.pt/Data/Documents/Cursos/azulejaria_2009/APC.pdf)]. Acesso em 22 fev. 2010, p. 1



imitação deles e se afervorem em adorar e amar a Deus, fomentando a piedade. Se alguém ensinar ou pensar de modo contrário a estes decretos — seja excomungado.<sup>56</sup>

Aconselhava-se a utilização de imagens nos templos cristãos, a fim de auxiliar os fiéis na fé, sem atribuir o valor de idolatria. Entretanto, Giulio Argan confere às imagens utilizadas pela Igreja Católica Romana o valor de propaganda:

A razão prática da difusão mediante a reprodução por gravura de obras de tema religioso é conhecida: a Igreja revalorizou as imagens que a Reforma depreciara e proibira; encorajou a formação e a difusão de uma nova iconografia sacra, que fornecesse a todos os fiéis os mesmos objetos e os mesmos símbolos para uma devoção de massa; e serviu-se das gravuras figuradas como um meio poderoso de propaganda religiosa... O que interessa não é tanto o novo meio de divulgação de um repertório religioso, mas o desenvolvimento de uma técnica de comunicação cultural em uma área muito ampla. Há o propósito de que a educação para a vida religiosa seja antes de tudo uma educação dos sentimentos.<sup>57</sup>

As grandes dimensões dos painéis figurativos, realizados em azulejo, preenchiam grande parte ou a totalidade dos edifícios religiosos e se prestavam para tais propósitos indicados pelo autor.

O processo de transposição da imagem, após a escolha do modelo, para o painel azulejar, era semelhante ao produzido para uma pintura de fresco. Ou seja, o desenho realizado em um papel, na mesma proporção do azulejo, era perfurado, colocado sobre o azulejo com o esmalte cru e polvilhava-se o papel com uma pequena trouxa de pano contendo pó de carvão (conhecida também como boneca); os furos realizados no desenho deixavam passar o pó de carvão e o pintor conseguia o risco base do desenho para iniciar seu trabalho com os pigmentos<sup>58</sup>. Após a pintura pronta, o conjunto azulejar recebia dois cozimentos; a última queima (cozedura) deveria ser realizada integralmente, ou seja, as peças deveriam ser cozidas ao mesmo tempo, evitando assim, problemas de alteração na coloração. Os painéis de azulejos figurativos recebiam em seu verso uma codificação extremamente útil na hora de armá-los.

Os ladrilhadores, profissionais importantes nesse encadeamento, vinculavam-se à Bandeira de São José, obviamente por estarem mais próximos à categoria dos construtores, já que essa Irmandade era encabeçada pelos pedreiros e carpinteiros. Eram os responsáveis pelas

---

<sup>56</sup> Documentos da Igreja Católica, Concílio de Trento. Disponível em: [<http://www.montfort.org.br>] Acesso: 29/01/2010.

<sup>57</sup> ARGAN, Giulio Carlo. **Imagem e persuasão: ensaio sobre o barroco**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 17-8.

<sup>58</sup> MECO. **O azulejo em Portugal**, p. 45.



medidas exatas nos locais onde seriam postos os azulejos e uma das últimas fases de uma construção, a do acabamento: colocar o azulejo no teto, piso ou parede. As atribuições dos ladrilhadores, segundo a Regulamentação de 1736, previam:

Como já não uzam mayor parte das obras porque athe agora se examinavam os officiaes de Ladrilhador, o que daqui em diante, se quizer examinar do dito officio saberá bem armar qualquer painel de azulejo de brutesco assim em bordadura. Como para outro qualquer Lugar de qualquer grandeza que Seja acertando-lhe números, marcas e pinturas, Com muita perfeição e toda a segurança.<sup>59</sup>

Ainda, era dever do ladrilhador saber como “tirar as medidas a qualquer planta”, “tomar medidas, a qualquer escala de Laços”, “saberá bem armar e repartir qualquer obra”<sup>60</sup>. Para tanto, o conhecimento preciso em matemática, arquitetura, geometria e desenho fazia parte da formação de ladrilhador.

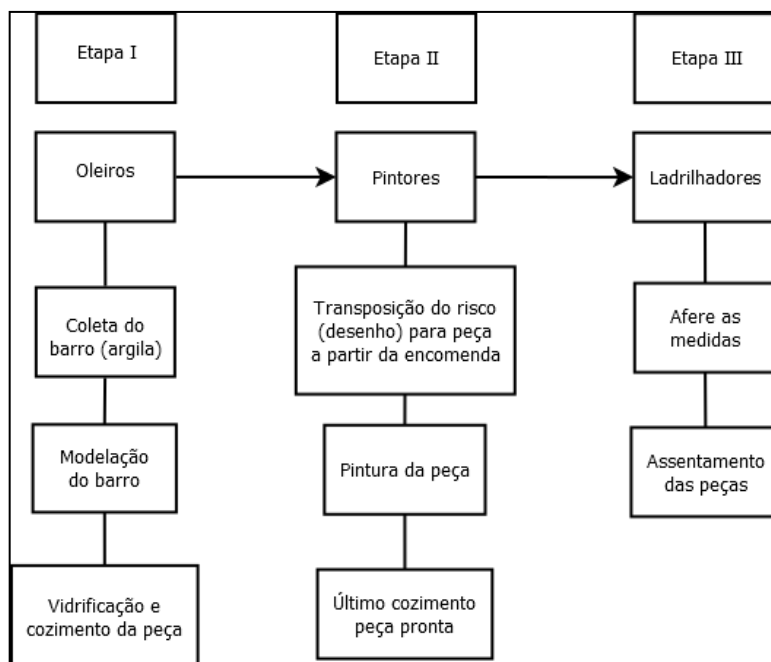
Percebemos que, em todos os processos para obtenção dos azulejos, seus autores possuíam elos com os tratados artísticos que provavelmente circulavam nessas oficinas. Igualmente, das relações entre os mestres e oficiais, emergiam conhecimentos específicos compartilhados, além da interdependência entre os diferentes ofícios. O oleiro cumpria a etapa de selecionar o barro, dava-lhe forma e cozedura, contratava os serviços do pintor ceramista. Este último, o pintor ceramista, poderia ter sua própria olaria, e o ladrilhador iniciava e finalizava o processo de implementação, tirando as medidas *in loco* ou através da planta do edifício, fazendo o assentamento desses azulejos, corrigindo e cortando os ladrilhos. Seguindo essas informações, chegamos ao seguinte esquema (Quadro 1):

---

<sup>59</sup> LANGHANS. **As corporações dos ofícios mecânicos**, p. 130.

<sup>60</sup> LANGHANS.. **As corporações dos ofícios mecânicos**, p. 131.

-Quadro 1-



Fluxo de produção azulejar. Fonte: Autora.

Os ofícios ligados às construções civis, militares ou religiosas necessitavam de trabalhadores com conhecimento em desenho, fosse essa instrução adquirida através de Academias, escolas ou diretamente, através da observação e transmissão oral de um mestre.

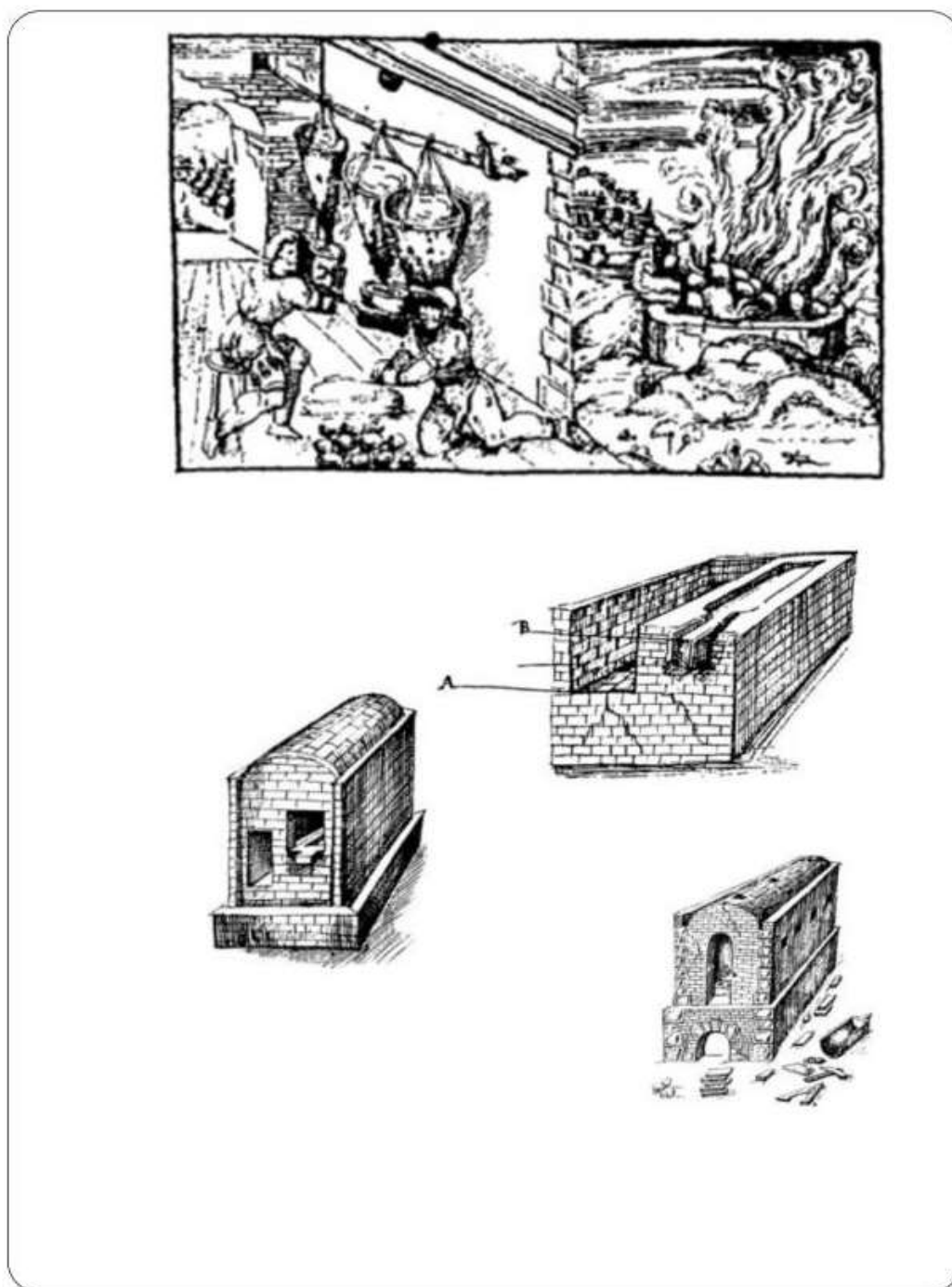
A azulejaria acompanhou as tendências artísticas de cada época, assim como ocorreu em outras manifestações em pintura, escultura e arquitetura. Foi no século XV que as obras em azulejaria figurativa conquistaram o espaço nas “artes decorativas”. Pinturas multicoloridas revelavam composições simétricas, com linhas verticais e horizontais; o espaço pictural era dividido em planos, as formas delicadamente construídas a partir de um minucioso desenho, estratégias próprias do Renascimento.

Os ensinamentos e aprendizados das Corporações de Ofício servem de base para compreendermos o modo de manufatura azulejar, onde o desenho se fez presente em todas as etapas da produção dos artefatos azulejares, entretanto, entendemos que no século XVIII já se esboçava uma produção pré-industrial e coexistiam os papéis de mestre e um aprendiz com as academias e as escolas que instruíam vários alunos no desenho e na pintura. Provavelmente isso esteja relacionado à circunstância da modificação do processo de ensino, que não mais priorizava o ensino empírico, de observação e individualizado, característico da relação mestre e seu



aprendiz, resultando em uma mão de obra com menos qualificação técnica e dando lugar ao início de uma produção em massa de obras de qualidade inferior.

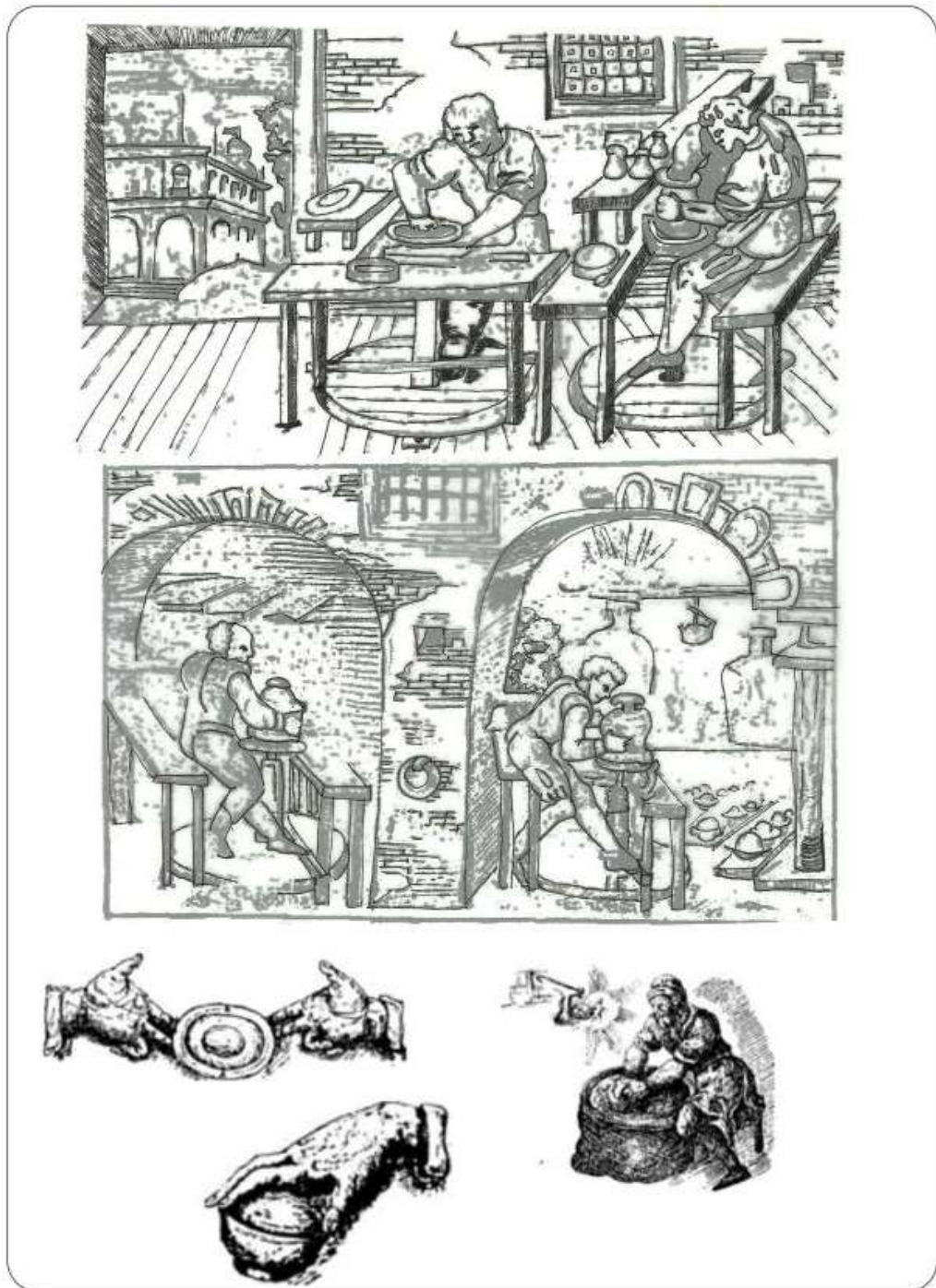
#### ANEXO A



Construção do forno para queima do barro  
Fonte: <http://www.farneti.it/linkpiccopasso.asp>



ANEXO B



Manipulação do barro  
Fonte: Desenho - Juliane Panozzo  
<http://www.farneti.it/linkpiccopasso.asp>



ANEXO C



*Questo è  
uso  
comune, e  
pagonsi l'un  
mezzo  
scucio e  
l'al[tr]o doi  
giulii il  
cento.*



*Questi a  
Vinegia et a  
Gienova, e al  
presente a  
noi, e  
pagonsi 6 lire  
il cento.*

Exemplo de pinturas para cerâmica e valores a ser cobrado o cento

Fonte: <http://www.farneti.it/linkpiccopasso.asp>



# A repercussão da deportação de Olga Benário na imprensa brasileira

The impact of deportation of Olga Benário in the press Brazilian

**Leopoldo Leal Martins da Silva**

Secundarista, Bolsista BIC da Pró-reitoria de Pesquisa do IFSUL  
IFSUL – Brasil  
leopoldomartins00@gmail.com

**Gabriela Hahn Francisco**

Secundarista, Bolsista BIC da Pró-reitoria de Pesquisa do IFSUL  
IFSUL – Brasil  
gabrielahahnf@hotmail.com

**Charles Sidarta Machado Domingos**

Doutor  
Professor da IFSUL- Brasil  
csmd@terra.com.br

**Recebido em:** 16/12/2016

**Aprovado em:** 16/03/2017

**RESUMO:** Este artigo aborda a década de 1930 no Brasil, tendo como problema central a deportação de Olga Benário para a Alemanha Nazista. Dentro das pesquisas sobre História do Brasil, acreditamos que esse tema é de extrema importância, pois ajuda a compreender e esclarecer as nuances do governo de Getúlio Vargas ao longo dos anos 30. O artigo utiliza como fontes primárias os periódicos *Correio da Manhã* e *Diário de Notícias*. A partir dessas fontes primárias analisamos como a grande imprensa brasileira da época representou a deportação de Olga para a Alemanha Nazista. Além desse objetivo principal, visamos abordar o governo de Getúlio Vargas e a sua rivalidade com Luís Carlos Prestes, importante líder do Partido Comunista do Brasil. Este artigo se preocupa em demonstrar como a nação percebeu a medida da deportação, pois Olga foi deportada em setembro de 1936 quando o país ainda não vivia a ditadura do Estado Novo.

**PALAVRAS-CHAVES:** Olga Benário, Governo Getúlio Vargas, Luís Carlos Prestes.

**ABSTRACT:** This article discusses the 1930s in Brazil, with the central issue the deportation of Olga Benário to Nazi Germany. Within the research on Brasil history, we believe that this issue is extremely important because as it helps to understand and clarify the nuances of the Getúlio Vargas government throughout the 1930s. The work uses primary sources *Correio da Manhã* e *Diário de Notícias*. From these primary sources analyzed as the great Brazilian press at the time represented the deportation of Olga to Nazi Germany. In addition to this main goal, we aim to address the government of Getúlio Vargas and his rivalry with Luís Carlos Prestes, senior leader of the Communist Party of Brazil. This article is concerned with demonstrating how the nation perceived the deportation measure, because Olga was deported in september of 1936 when the country still did not live the Estado Novo dictatorship.



**KEYWORDS:** Olga Benário, Getúlio Vargas government, Luís Carlos Prestes.

## Introdução

Perseguidos pela polícia política do governo de Getúlio Vargas desde 1935, em razão de sua participação nos levantes antifascistas daquele ano, em 5 de março de 1936, Olga Benário e Luís Carlos Prestes foram presos na cidade do Rio de Janeiro, então capital da República dos Estados Unidos do Brasil. A prisão de Olga e Prestes e a posterior deportação para a Alemanha nazista de Olga Benário são acontecimentos que marcaram a História do Brasil nas décadas de 1930 e 1940, estabelecendo relação com a política internacional daquele período.

A conjuntura nacional daquele tempo era a do governo Vargas em finais do período conhecido como Governo Constitucional (1934-1937) e ao longo do período conhecido por Estado Novo (1937-1945). Era um momento no qual movimentos políticos ganhavam proporções ainda desconhecidas na História do Brasil, tal como a Ação Integralista Brasileira (AIB), de caráter fascista, e a Aliança Nacional Libertadora (ANL) de inspiração antifascista. Ambos os movimentos tinham um grande número de adeptos e suas idéias causavam profunda repercussão na política nacional daquela década.

É importante também no estudo da História daquele período analisar se a imprensa jornalística brasileira da década de 30 tinha liberdade para tratar de assuntos que poderiam prejudicar o governo, mesmo antes da implantação da ditadura do Estado Novo em 10 de novembro de 1937. Por isso, o trabalho se preocupa fundamentalmente em compreender como o país percebeu a medida da deportação de Olga Benário em um momento em que o Brasil ainda não vivia a ditadura do Estado Novo.

Para tanto, as fontes primárias utilizadas nesse artigo são os jornais *Correio da Manhã* e *Diário de Notícias*, ambos do Rio de Janeiro. Escolhemos esses periódicos em particular em razão de estarem disponibilizados *on-line* na Hemeroteca da Biblioteca Nacional e pela relevância que tinham para o período. Ambos os periódicos faziam parte de uma nova concepção de jornalismo no Brasil, iniciada ao redor dos últimos anos do século XIX e primeiros do século XX, caracterizada como “grande imprensa” por Nelson Werneck Sodré<sup>1</sup>. O jornal *Correio da Manhã* foi fundado em 1901 e era diário e matutino. Originalmente, seu público fazia parte principalmente das camadas médias urbanas; contudo, na década de 1930, o filho do fundador do jornal assume

---

<sup>1</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2010, p. 93.



o controle da empresa e realiza uma reformulação com a intenção de ampliar o público de seu jornal passando a contar também com um público de maiores ganhos financeiros<sup>2</sup>. Já o jornal *Diário de Notícias* fora fundado em 1930 e tinha duas edições diárias; originalmente, apoiava o governo Vargas, a tal ponto que ficara conhecido como “o jornal da Revolução”, mas passou a apoiar a oposição a partir de 1933. Disputava a mesma faixa de público que o *Correio da Manhã*, seu principal concorrente; para tentar se diferenciar, classificava o adversário como “jornal de elite”<sup>3</sup>.

Nossa pesquisa privilegia os jornais daquele tempo enquanto fonte primária. Através de nossa investigação naqueles documentos, pretendemos entender como foi representada pela grande imprensa a deportação de Olga Benário para a Alemanha nazista. Contudo, como alerta Charles Domingos, “não existe um método único para o trabalho com jornais. Cada pesquisa tem suas especificidades. Cada objeto demanda uma forma de tratamento. Por vezes o mesmo objeto, em conjunturas diversas, precisa ser analisado de formas distintas”<sup>4</sup>.

Em razão disso, partiremos do conceito de Cláudio Pereira Elmir de “leitura intensiva”. Para Elmir, o historiador não pode trabalhar com o jornal como se estivesse se inteirando das notícias, como se estivesse se informando – o que Elmir trata por “leitura extensiva”. De acordo com o autor, é imprescindível que o historiador faça uma “leitura intensiva”, na qual “a qualidade desta leitura é distinta, porque a leitura deve ser meticulosa, deve ser demorada, deve ser exaustiva – e muitas vezes é mesmo enfadonha”<sup>5</sup>.

Além disso, o mesmo autor coloca que o historiador deve buscar a “regularidade” no trato da fonte, para precaver-se de realizar uma análise com base em um fragmento único – ou poucos fragmentos – capaz de comprometer a análise do trabalho. Por isso, Elmir vaticina que “em pesquisa com jornal, a análise do maior número deve ser a primeira garantia para o não cometimento do erro; ainda que não seja toda a garantia”<sup>6</sup>.

---

<sup>2</sup>SODRÉ. **História da imprensa no Brasil**.

ANDRADE, Jeferson Ribeiro. **Um jornal assassinado: a última batalha do Correio da Manhã**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991, p. 58-64.

<sup>3</sup>PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO. *Diário de Notícias: a luta por um país soberano*. Rio de Janeiro: Secretaria Especial de Comunicação Social, 2006, p. 9-16.

<sup>4</sup>DOMINGOS, Charles Sidarta Machado. **O Brasil e a URSS na Guerra Fria: a Política Externa Independente na imprensa gaúcha**. Porto Alegre: Suliani Letra & Vida, 2010, p. 43.

<sup>5</sup>ELMIR, Cláudio Pereira. As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica. In: *Cadernos do PPG em História da UFRGS*. Nº 13. Porto Alegre: dezembro de 1995, p. 21.

<sup>6</sup>ELMIR. **As armadilhas do jornal**, p. 23.



Outro ponto importante no trabalho com as fontes de imprensa está relacionado com a disposição espacial do jornal – bem como pela sua diagramação. Através desse aspecto é possível perceber uma tendência na seleção das notícias pelo jornal – claro que sem desconsiderar o grau de aleatoriedade existente nos jornais.

Sobre a diagramação como produto final no jornal, Tânia de Luca adverte o historiador de que “é importante estar alerta para os aspectos que envolvem a materialidade dos impressos e seus suportes, que nada têm de natural”<sup>7</sup>. Assim, o historiador tem de estar sempre atento às razões que levam determinada informação a ser publicada justamente naquele espaço do jornal – pois estas foram escolhidas por alguém, e não por forças exteriores a vontade humana (mesmo que os propósitos sejam os mais variados para isso).

Entendendo a “grande imprensa”, então, como dotada de um interesse de tentar intervir na vida social, pretendemos perceber as formas pelas quais a deportação de Olga Benário foi representada no *Correio da Manhã* e no *Diário de Notícias*, ambos jornais de grande circulação e prestígio na capital da República de então, a cidade do Rio de Janeiro. Para tanto, nos valeremos metodologicamente da “leitura intensiva” de todas as edições do jornal no mês de setembro, outubro e novembro de 1936 – na busca de uma regularidade –, realizando a crítica externa do jornal e a crítica interna, notadamente em relação à disposição espacial do jornal e de sua diagramação.

Além da análise das fontes jornalísticas, nossa metodologia também prevê o cruzamento de informações com a bibliografia especializada, pois acreditamos ser de extrema importância entender a conjuntura na qual Olga Benário estava inserida. Olga não deve ser considerada apenas “a mulher de Prestes” - como inicialmente era retratada pelos jornais - pois tomou a frente em várias lutas em apoio ao socialismo (fazendo parte do Partido Comunista Alemão desde sua juventude) e liderou ações revolucionárias em diversos países até ser aprisionada pelo governo brasileiro e enviada para um campo de concentração nazista onde acabou sendo tragicamente morta aos 34 anos, em 1942.

---

<sup>7</sup>LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2006, p. 132.



## Os anos 30 no Brasil

Os reflexos da queda da Bolsa de Nova Iorque e a crise do capitalismo promoveram o enfraquecimento do liberalismo no mundo durante a década de 1930<sup>8</sup>. As economias dos países capitalistas demoraram a se recuperar, o que ocasionou um alto índice de desemprego. Na Europa capitalista isso não foi diferente: os efeitos políticos da crise geraram o descrédito da democracia e do liberalismo econômico, fazendo com que os governos nazifascistas ganhassem a cada dia mais adeptos, contribuindo para que em 30 de janeiro de 1933, Hitler fosse nomeado chanceler alemão<sup>9</sup>.

No Brasil, não foi diferente. A crise gerou uma grande insatisfação popular com o governo. Washington Luiz, o então presidente do Brasil, foi deposto em 24 de outubro de 1930, por um movimento liderado pelos estados de Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Sul em oposição à República “Velha”. Consagrado pela historiografia como Revolução de 1930, nesse movimento os militares passaram o poder para Getúlio Vargas, pondo um fim no governo dominado pela oligarquia cafeeira e impedindo a posse do presidente eleito em 1 de março de 1930, Júlio Prestes. Com o incentivo de Vargas, a indústria apresentou um grande avanço no Brasil; sem, no entanto, desconsiderar a importância da produção de café para a obtenção de divisas internacionais.

O Governo Provisório (1930-1934) foi marcado pela forte presença dos tenentes, mediante a grande importância que eles tiveram na decisão da consolidação da Revolução de 1930. Em sua maioria, os representantes mais influentes das alas militares que apoiaram Getúlio conseguiram interventorias estaduais. Esse ato tinha como objetivo invalidar a ação dos antigos coronéis e sua influência política regional.

Em 1934, uma nova Constituição trouxe uma perspectiva de transformações na vida de grande parte do povo brasileiro, criando as bases da legislação trabalhista e, também, legalizando o voto secreto e o voto feminino. Assim, com o apoio da maioria do Congresso, Getúlio Vargas conquistou mais alguns anos como presidente do Brasil.

Esse segundo mandato, conhecido como Governo Constitucional (1934-1937), foi marcado por grandes manifestações de ruas, algo inédito no Brasil até então, e bem marcadas

---

<sup>8</sup>HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos**: o breve século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 106-110.

<sup>9</sup>SALINAS, Samuel Sérgio. **Antes da tormenta**: origens da Segunda Guerra Mundial (1918-1939). Campinas: Editora da Unicamp, 1996, p. 37.



ideologicamente, como produto daquele tempo. Ao entorno da AIB e da ANL, grandes contingentes das camadas médias urbanas levaram a política dos gabinetes para as ruas.

De um lado, estava a AIB, que era inspirada no fascismo italiano, na qual os integralistas tinham como base em sua organização assuntos conservadores, como a família, os costumes do país e a Igreja Católica<sup>10</sup>. Fundada em 1932, tendo como expoentes Plínio Salgado e Gustavo Barroso, se torna um partido político em 1935<sup>11</sup>.

Entre suas principais diretrizes, estava o anticomunismo. Luciano Barbian sintetiza a AIB da seguinte maneira:

Marcada por um nacionalismo radical, por um anticomunismo ferrenho e por uma postura antiliberal, a AIB se constituiu em um movimento de caráter extremamente conservador, que visava um governo de características totalitárias tendo por objetivo a implantação do “Estado Integral”, que defenderia os valores cristãos contra o comunismo e o liberalismo, que são vistos como duas formas do materialismo.<sup>12</sup>

Embora os integralistas também se opusessem ao capitalismo internacional, o eixo maior de suas preocupações era o comunismo, pois “para o Integralismo o antiliberalismo só pode ser compreendido levando em consideração que o liberalismo é considerado como uma ante sala de comunismo, este sim que representaria o grande inimigo dos integralistas por ser considerado como a principal ameaça à família, a pátria e à religião”<sup>13</sup>.

No lado oposto aos integralistas, surgia, em 30 de março de 1935, a ANL, movimento popular inspirado na noção de frente anti-fascista e que tinha escolhido Luís Carlos Prestes como presidente de honra. Formada por amplos setores da sociedade, como militares, profissionais liberais, operários, estudantes, membros de organizações feministas e culturais, a ANL se opunha ao Integralismo e ao Nazismo e almejava a independência nacional através da

---

<sup>10</sup>MAIO, Marcos Chor; CYTRYNOWICZ, Roney. Ação Integralista Brasileira: um movimento fascista no Brasil (1932-1938). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 41-43.

<sup>11</sup>SILVA, Rogério Souza. A política como espetáculo: a invenção da história brasileira e a consolidação dos discursos e das imagens integralistas na revista Anauê. In: **Revista Brasileira de História**, São Paulo, vol. 25, n. 50, dezembro de 2005, p. 64.

<sup>12</sup>BARBIAN, Luciano. **A Ação Integralista Brasileira**. 28 f. Porto Alegre: UFRGS, 2004. Monografia (Técnica de Pesquisa em História) – Departamento de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004, p. 2.

<sup>13</sup>BARBIAN. **A Ação Integralista Brasileira**, p. p. 6.





luta contra o imperialismo e o latifúndio e na defesa da democracia para o país. Embora houvesse quadros do PCB na ANL, eles não detinham a hegemonia no movimento<sup>14</sup>.

Contudo, na data em que se celebravam os levantes tenentistas, dia 5 de julho de 1935, Luís Carlos Prestes emitiu uma declaração de apoio à ANL, na qual encorajava uma revolução em oposição ao governo. Este foi o estopim para que na data de 11 de julho de 1935, a Aliança Nacional Libertadora fosse colocada por Vargas na ilegalidade com base na Lei de Segurança Nacional, conhecida por Lei Monstro, que define os crimes contra a ordem política e social<sup>15</sup>.

Assim, a situação se modificaria na Aliança Nacional Libertadora:

O discurso de Prestes serviu de pretexto para o fechamento da ANL, que tentou sobreviver na ilegalidade. Como não é possível existir um movimento de massas ilegal, a Aliança esvaziou-se e a partir daí Prestes e o PCB passaram a dominar a organização. Prestes intensificou o contato com ex-camaradas, deixando clara a pretensão de continuar a luta iniciada com a coluna.<sup>16</sup>

Em razão disso, os membros do Partido Comunista Brasileiro lideraram um movimento para manter a ANL ativa mesmo que na clandestinidade. Em pouco tempo, os aliancistas organizaram uma tentativa de insurreição contra Vargas, que ficou conhecida, pejorativamente, como Intentona Comunista.

### **Unidos por um único ideal**

Embora com diferenças acentuadas, tanto o Nazismo na Alemanha como o integralismo no Brasil tinham como objetivo combater os defensores de pensamento de esquerda - e o anticomunismo era elemento central em seus projetos político-ideológicos. No Brasil, o governo de Getúlio Vargas estabeleceu alguns níveis de relação com líderes integralistas, além de manter estreitas relações com a Alemanha nazista em razão do anticomunismo comum aos dois governos:

Foi justamente a partir do ano de 1936 que as relações entre Brasil e Alemanha intensificaram-se ainda mais, quando as embaixadas foram criadas em suas respectivas capitais. A aproximação já não se fazia exclusivamente no sentido de aprofundamento das relações comerciais, mas também no que diz respeito a interesses político-ideológicos, como o combate ao comunismo, por exemplo. Após o Levante Comunista de novembro de 1935, a colaboração alemã nesse

---

<sup>14</sup> VIANNA, Marly de Almeida. O PCB, a ANL e as insurreições de novembro de 1935. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 81-82.

<sup>15</sup> PRESTES, Anita Leocádia. **Luiz Carlos Prestes e a Aliança Nacional Libertadora: os caminhos da luta antifascista no Brasil (1934/35)**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1998, p. 123.

<sup>16</sup> VIANNA. **O PCB, a ANL e as insurreições de novembro de 1935**, p. 87.



sentido tornou-se bastante interessante ao governo brasileiro, que sugeriu acordos de cooperação anti-comunista entre os dois países.<sup>17</sup>

Entretanto, se os reflexos da quebra da bolsa de Nova Iorque e a crise do capitalismo promoveram um crescimento das idéias fascistas também foram indutoras de idéias socialistas, que rapidamente chegaram ao Brasil. Assim as duas correntes ideológicas ganharam força no país. Se a AIB representava os interesses dos grupos políticos mais vinculados a idéia de autoritarismo, a ANL tinha, mesmo que de forma bastante fluida, a idéia da defesa ante a ameaça fascista:

A formação da ANL insere-se no panorama mundial de resistência ao avanço de fascismo e de criação de frentes populares [...] a Aliança expressou as insatisfações generalizadas surgidas na sociedade (em particular com os resultados do Governo Vargas), que se concretizaram no programa antiimperialista, antilatifundista e antifascista levantado pelo PCB, com apoio da Internacional Comunista.<sup>18</sup>

Assim, o “Cavaleiro da Esperança” retornou para o Brasil na companhia de uma segurança pessoal, Olga Benário - ambos com passaportes falsos - para que Prestes não fosse reconhecido quando chegasse ao seu país. Olga e Prestes percorreram parte da Europa e logo após foram para a América. Luis Carlos Prestes esclareceu a má elaboração das identidades falsas, e lembrou que até a própria Olga Benário protestou contra esses documentos.

Sáímos com documentos muito ruins. Era impossível viajar com aqueles documentos. [...] Ali, na Europa, dava, ainda era possível. Mas vir aqui, para a América Latina, era um perigo. Eram documentos espanhóis, todos riscados, muito malfeitos, de maneira que a própria Olga protestou contra esses documentos. E eles ficaram, então, de mandar uma pessoa a Paris para nos levar documentos melhores. Nós esperamos em Amsterdã algum tempo. Não veio, passamos a Bruxelas. Já estávamos havia alguns dias, quinze dias, em Amsterdã. Em Bruxelas, ficamos também uma semana e resolvemos ir a Paris para ver se era possível receber os documentos.<sup>19</sup>

Olga e Prestes chegaram ao Brasil em abril de 1935, vivendo clandestinamente na cidade do Rio de Janeiro. Auxiliado por Olga, Prestes se torna o principal líder do movimento antifascista no Brasil, colaborando na organização da insurreição armada em oposição ao governo Vargas, a qual tinha o compromisso de instaurar no país um governo Popular Nacional Revolucionário, representando as forças sociais e políticas agregadas na ANL.

---

<sup>17</sup>GAK, Igor. Estratégias do consenso: a política cultural exterior alemã para o Brasil durante o Estado Novo (1938-1942). In: FERREIRA, Jorge (org.). **As Repúblicas no Brasil**: política, sociedade e cultura. Niterói: EdUFF, 2011, p. 51.

<sup>18</sup>PRESTES. **Luiz Carlos Prestes e a Aliança Nacional Libertadora**, p. 74.

<sup>19</sup>Luís Carlos Prestes *apud* PRESTES, Anita Leocádia. **Luiz Carlos Prestes - Um comunista brasileiro**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015, p. 159.



Vargas planejava fechar a organização, pois temia o crescimento acelerado, como também temia a popularidade do presidente de honra da ANL. A solução encontrada por Getúlio Vargas foi a aprovação da primeira Lei de Segurança Nacional do Brasil:

Enquanto o governo se precavia, fazendo aprovar pelo Congresso uma legislação repressiva e inovadora – uma Lei de Segurança Nacional até então inexistente, e por isso denominada pelas esquerdas e pela ANL de Lei Monstro –, multiplicavam-se os choques violentos entre integralistas e aliancistas, e também o descontentamento entre os trabalhadores urbanos e os militares. Nas alturas do Estado e da sociedade, como expressão desse processo, articulavam-se conspirações e projetos de golpes.<sup>20</sup>

Mesmo após as atividades serem dadas como encerradas na ANL, em virtude de sua ilegalidade, os integralistas continuavam fazendo grandes manifestações contra os aliancistas, enfatizando a existência de comunistas em suas fileiras. O clima é de instabilidade política no país. E nessa conjuntura é que ocorrerão as insurreições de novembro de 1935, com o objetivo de derrubar o presidente e tomar o poder do país e que passaram a ser conhecidas, pejorativamente, como Intentona Comunista.

Essa conspiração militar ficou a cargo de grupos tenentistas, que eram membros do partido. A insurreição ocorreu mesmo com a diversidade de vários participantes do PCB, que desacreditavam em uma revolta armada contra o governo de Vargas. Assim, em 23 de novembro de 1935, contrariando as definições da direção do PCB, a rebelião estourou inesperadamente em Natal, no dia 23, e em Recife, no dia 24.

O movimento realizado foi procedido por um telegrama falsificado, que foi enviado para os membros da ANL na capital do Rio Grande do Norte pela polícia do Rio de Janeiro. O governo de Vargas acompanhou os levantes, ciente do que estava havendo, sem interferir na realização da insurreição, porém impediu que o comando do Rio de Janeiro, então capital do Brasil, tivesse conhecimento da mesma.

Dessa forma, as informações dos levantes do nordeste demoraram quatro dias para chegar aos comandos cariocas. O governo preparou armadilhas para ter rápido controle do movimento no Rio de Janeiro, porém não impediu a eclosão do mesmo, que ocorreu por ordem de Luís Carlos Prestes, havendo confrontos dos quais resultaram várias mortes e levando esse movimento ao fracasso.

---

<sup>20</sup>REIS, Daniel Aarão. **Luís Carlos Prestes** - Um revolucionário entre dois mundos. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2014, p. 117.



Após os levantes de 1935, a repressão policial contra os comunistas se desencadeia. Na noite de 5 de março de 1936, Prestes e Olga são presos no bairro do Meyer, no Rio de Janeiro, por ordem de Getúlio Vargas. O capitão Filinto Müller tentou matar Prestes, mas Olga se interpôs entre Filinto e Prestes, impedindo a morte do mesmo. Logo após o ocorrido, o casal foi preso. Olga foi levada para a polícia central para depor sobre sua verdadeira identidade, enquanto Prestes fora para uma prisão do Rio de Janeiro.

### **A judia comunista é notícia**

Aproximadamente dois meses após a prisão de Luís Carlos Prestes e Olga Benário, um dos temas que mais intrigavam os jornais – assim como a polícia do capitão Filinto Müller e o governo Vargas – era descobrir a verdadeira identidade daquela mulher que era lembrada apenas como “A Companheira de Prestes”:

**A companheira de Prestes: Conhecida a sua identidade e seu verdadeiro nome. Olga Meirelles ou Maria Bergner Villar ou Maria Prestes, a companheira do ex-capitão.**

Está ainda na lembrança de todos a rumorosa prisão de Luiz Carlos Prestes, em uma manhã, no começo de março deste ano, na casa n. 279 da rua Honório. Na diligência ali realizada, não só Luiz Carlos Prestes foi preso, mas também uma sua companheira, que, ouvida pelo delegado Bellens Porto, declarou chamar-se Maria Prestes e ser casada com o militar preso. Da identidade della pouco conhecia a polícia e a companheira de Prestes afirmava ser brasileira por se ter casado com brasileiro. Posteriormente, as nossas autoridades enviaram as polícias dos vários países do continente e da Europa as fichas dactyloscópicas e o retrato de Maria Prestes, para que fosse conseguida sua verdadeira identidade. Após algum tempo decorrido, chegaram informações completas sobre a companheira inseparável de Prestes. Nascida em Munich no ano de 1908, conta ella presentemente 28 anos de idade, sendo seu verdadeiro nome Olga Benário. [...] Em Moscou, onde esteve com o nome de Eva Gruger, exerceu sua actividade no Komintern. Agitador desde 1921, Otto Bauer, seu amante, foi deputado ao Reichstag, e chefe do partido comunista da Turingia. Usa ella os nomes de Olga Meirelles, Yvone Villar, Maria Villar, Eva Gruger, Maria Bergner e Maria Prestes.<sup>21</sup> (Grifos no original)

O que a notícia do *Correio da Manhã* não deixa claro, no entanto, é a procedência das “informações completas” sobre Olga Benário. Havia, já naquele momento, um acordo diplomático entre o governo de Vargas e a Alemanha Nazista que “previa troca de informações sobre movimentações comunistas internacionais e intercâmbio de experiências entre a polícia política brasileira e alemã (Gestapo)”<sup>22</sup>.

---

<sup>21</sup> *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 01 de mai. 1936, p. 3.

<sup>22</sup> GAK. **Estratégias do consenso**, p. 51.



Foram veiculadas três notícias no *Correio da Manhã* entre as datas de 1º a 20 de maio de 1936: essas matérias falavam sobre o nascimento de Olga em Munique, Alemanha, em 1908; a vida de agitadora comunista a serviço da Komintern; e as aventuras ao lado do então namorado Otto e da vinda ao Brasil até a prisão na rua Honório, no Rio de Janeiro. O *Correio da Manhã* publicou longas notícias descritivas sem, contudo, acusar Olga ou enaltecer seus atos. Postura bastante diversa do jornal *Diário de Notícias*.

O *Diário de Notícias* não tardou a publicar uma matéria sobre a verdadeira identidade da “*Companheira de Prestes*”, e isso se deu no lugar mais nobre de um jornal: a capa. Com a seguinte titulação: “Esclarecida a identidade de Olga Bergner: Nascida em Munich usava vários nomes em serviço da Komintern”, o jornal trazia uma longa e, também, descritiva matéria sobre aquela mulher que mantinha relações com o “Cavaleiro da Esperança”:

Luiz Carlos Prestes, ao ser preso, tinha em sua companhia uma mulher bem falante e calma, que declarou na polícia chamar-se Maria Bergner, ser brasileira e esposa legítima daquele militar.

Realmente no passaporte apreendido pelas autoridades e com o qual o casal chegou no Rio, figura o nome della como sendo aquelle, ao lado de Antonio Villar, o usado por Carlos Prestes.

A polícia, entretanto, diligenciou no sentido de apurar a sua verdadeira identidade e hontem chegou ao fim desejado, sabendo chamar-se ella Olga Benário e ter nascido em Munich, em 1908, contando, portanto, presentemente, 28 annos de idade.

Além disso, foi ainda a nossa polícia informada com segurança de que Olga trabalhou na Delegação Commercial Sovietica de Berlim, de 1926 a 1928, tendo sido condenada a trez mezes de de prisão, em 1929, por haver facilitado a fuga de Otto Bauer, da prisão de Moabit.[..] Em Moscou, Olga esteve a serviço da Komintern, usando então o nome de Eva Gruger.[..] Olga, além dos nomes já citados, usava ainda os seguintes: Olga Meirelles, Olga Villar, Yvone Villar e Maria Villar.

Junto a Carlos Prestes, Olga agia por conta do Komintern, como também ficou esclarecido.<sup>23</sup>

A notícia, além de ocupar um amplo espaço na capa do jornal, trazia uma imagem de meio corpo de Olga, que fora obtida na delegacia no momento do depoimento. Contudo, o mais oportuno de se analisar é a legenda abaixo da foto: “Olga Benário, a perigosa extremista presa em companhia de Luiz Carlos Prestes e de quem só agora se conhece a verdadeira identidade”<sup>24</sup>. Em letras nitidamente maiores do que a descrição da notícia, mas menores que as letras do título e do subtítulo, o *Diário de Notícias* repassa ao leitor a informação de que Olga Benário, nada mais seria

---

<sup>23</sup> *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 01 de mai. 1936, capa.

<sup>24</sup> *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 01 de mai. 1936, capa.



do que uma perigosa extremista comunista, estabelecendo uma associação, para o leitor, na qual o levante antifascista de 1935 seria algo que punha os ideais da nação em risco.

Outro fato que vale ressaltar é que o periódico, *Diário de Notícias*, em nenhum momento acusou Luís Carlos Prestes de ser um elemento nocivo a ordem do país, como Olga fora acusada. Fato que talvez seja explicado pelo motivo de que após a Coluna Prestes, o “Cavaleiro da Esperança” foi muito aclamado no cenário político brasileiro. E culpabilizando Olga, o jornal não se indisporia com todos aqueles que mantinham, mesmo após a Intentona, uma admiração por aquele que detinha a imagem de ter sempre lutado em favor dos anseios de seu povo.

No dia 17 de maio, os jornais também publicaram notícias falando sobre o depoimento de Olga Benário que havia acontecido no dia anterior na Delegacia Central de Polícia. Segundo o *Diário de Notícias*, Olga “não prestou declarações, mas foi identificada com o seu legítimo nome”<sup>25</sup>.

Em 20 de maio, os dois periódicos, traziam novas informações sobre o caso. No *Correio da Manhã*, lia-se:

**Novamente na policia a companheira de Prestes: Prepara-se o processo para sua expulsão.**

Após a prisão de Luiz Carlos Prestes e sua companheira duvidas surgiram sobre a verdadeira identidade desta, que, interrogada pelo delegado Belens Porto declarou chamar-se Maria Prestes, casada com o militar preso e de maior de idade. Apesar de suas declarações, Maria Prestes, como diz chamar-se não provou cabalmente seu estado civil. [...] Mais tarde, e esta folha noticiou, chagavam as mãos da nossa policia, informações completas sobre a inseparavel companheira de Luiz Carlos Prestes. Seu verdadeiro nome era Olga Benário, natural da Allemanha e ali exercera sua actividade comunista, tendo sido amante de um grande agitador, presa por ter lhe facilitado a fuga e esteve depois, na Russia. De posse de todos os elementos que desejava, a policia prepara agora, o processo de expulsão de Olga Benário. Hontem, trazida da Casa de Detenção, onde se acha recolhida, foi ella conduzida á 1ª delegacia auxiliar. No cartorio daquela delegacia o sr. Democrito de Almeida, fez diversas perguntas a Olga, que, mais uma vez, deu o nome de Maria Prestes e disse ser brasileira. [...] Cerca de 4 horas da tarde, Olga voltou novamente para o presídio da rua Frei Caneca.<sup>26</sup> (Grifos no original)

E, novamente, o *Diário de Notícias* dava uma enorme atenção ao fato, publicando novamente na capa, em letras grandes, o título “*A companheira de Prestes*” acompanhado de uma foto de Olga Benário com o interrogador da polícia – mesma imagem do *Correio da Manhã*

---

<sup>25</sup> *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 17 de mai. 1936, capa.

<sup>26</sup> *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 20 de mai. 1936, p.4.



naquela mesma data - o jornal fazia com que os seus leitores fossem atraídos pelo episódio, que vinha ganhando a cada dia mais cobertura. A notícia retrata a conversa de Olga com o delegado:

[...]- E a sua nacionalidade?

A essa pergunta do delegado Olga respondeu prontamente:

-Brasileira.

-Brasileira?!

-Sim, pois sou casada com um brasileiro.

[...] Assediada pelos jornalistas negou-se a prestar-lhes qualquer informação.<sup>27</sup>

Lendo a nota na íntegra, percebe-se que há um detalhamento de informações muito maior em comparação as outras notícias que foram publicadas no mesmo dia pelo *Correio da Manhã*. O *Diário de Notícias* abordou praticamente as mesmas questões que o *Correio da Manhã*. Contudo, o que chama a atenção é o diálogo que é retratado no jornal *Diário de Notícias* entre Olga Benário e o delegado. Também convém analisar a última frase da matéria: “Assediada pelos jornalistas negou-se a prestar-lhes qualquer informação”. Retratando esse fato, o jornal passava ao leitor a grande repercussão do mesmo pelo meio jornalístico. Fatos, esses, que não foram retratados no *Correio da Manhã*. Diferente da notícia do dia 1º de maio, a matéria publicada no dia 20 não se detinha em denunciar o perigo do movimento extremista, e sim as medidas que estavam sendo tomadas para agilizar o processo de extradição de Olga para o seu país de origem, a Alemanha.

A evidência dada à luta contra os extremistas no *Diário de Notícias* era bastante ampla. Um exemplo disso é a notícia veiculada pelo jornal na data de 27 de maio:

Na 1.ª delegacia auxiliar estão quasi terminados os processos de expulsão das extremistas Olga Benário, Elise Augusta Ewert e Carmem Ghioldi aqurlla de Harry Berger e a primeira companheira de Carlos Prestes. Hontem o dr. Democrito de Alemida delegado que preside os processos officiou ao diretor da Casa de Detenção, communicando ter concedido o prazo de cinco dias para a expulsanda Elise apresentar a sua defesa.[...] Terminado esse prazo serão as três extremistas embarcadas para seus paizes de origem.<sup>28</sup>

Emitindo a palavra “agindo contra os extremistas” de título, o jornal remete ao comunismo, que na notícia não é mencionado, mas o leitor que havia acompanhado as notícias anteriores que foram publicadas conseguiria perceber o sentido que o enunciado queria remeter. Vale lembrar que o anticomunismo no Brasil era bastante intenso desde a Revolução Russa tendo surgido “espontaneamente, gerado pelo medo ou pela insegurança”<sup>29</sup>. Na data de 31 de maio de

<sup>27</sup> *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 20 de mai. 1936, capa.

<sup>28</sup> *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 27 de mai. 1936, capa.

<sup>29</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. São Paulo: Perspectiva, 2002, p. XX.



1936, o periódico *Diário de Notícias* veiculou em sua segunda página uma notícia com a seguinte manchete: “Olga Benário escolhe o advogado para tratar da sua defesa”<sup>30</sup>. A notícia relatou que Olga havia mostrado interesse de ter a sua defesa pleiteada pelo advogado Heitor Lima. Também relatava que o Dr. Heitor Lima respondeu de forma afirmativa a carta, enviada a ele pelo capitão Miranda Corrêa, delegado especial de Segurança Política e Social, dando ciência e solicitando-o se aprovava o compromisso. No dia anterior, o periódico *Correio da Manhã* havia publicado em sua terceira página uma notícia com a seguinte titulação: “Um pedido de Olga Benário ao dr. Heitor Lima por intermédio da delegacia de segurança política”<sup>31</sup>. Ambas as notícias continham basicamente as mesmas informações, porém, a do periódico *Correio da Manhã* era mais detalhada, contendo como, por exemplo, o que diziam as cartas enviadas por Miranda Corrêa e Heitor Lima.

O pedido de defesa e habeas-corpus solicitado por Olga e seu advogado, o Dr. Heitor Lima, foram retratados nos jornais *Correio da Manhã* e *Diário de Notícias*. O jornal *Diário de Notícias*, na data de 18 de junho de 1936, publicou uma notícia intitulada: “A expulsão da companheira de Luiz Carlos Prestes: Por unanimidade de votos, a Corte Suprema negou o “habeas-corpus” em favor de Olga Benário”<sup>32</sup>, na qual relatava que no dia anterior havia sido realizado o julgamento do habeas-corpus a favor de Olga Benário, na Corte Suprema. Após o ministro Edmundo Lins ter dado a sessão como aberta, foi lida e aprovada a ata da sessão anterior, assim entrando em julgamento o habeas-corpus.

Depois de lida e aprovada a acta da sessão anterior, entrou em julgamento o habeas-corpus impetrado pelo advogado Heitor Lima a favor de Maria Prestes, para que a paciente não fosse expulsa do Brasil, embora esteja incurso na Lei de Segurança Nacional.

Foi relator o ministro Bento de Faria que, em longo parecer, citou as razões por que deixava de tomar conhecimento do habeas-corpus, em tempo de estado de guerra.

O voto do ministro Bento de Faria foi vencido na preliminar. Concedida a palavra ao advogado Heitor Lima, o conhecido causídico falou cerca de 45 minutos, sustentando o pedido.<sup>33</sup>

Durante sua sustentação oral, o Dr. Heitor Lima usou como principal justificativa para a permanência de Olga no Brasil o seu adiantado estado de gravidez, alegando, assim, que a mesma não poderia ser expulsa do território nacional, por direito garantido pela própria Constituição<sup>34</sup>.

---

<sup>30</sup> *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 31 de mai. 1936, p.2

<sup>31</sup> *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 30 de mai. 1936, p. 3.

<sup>32</sup> *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 18 de jun. 1936, capa.

<sup>33</sup> *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 18 de jun. 1936, capa.

<sup>34</sup> *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 18 de jun. 1936, p.3.





Após isso, o ministro Edmundo Lins, então presidente da Corte Suprema, deu início a votação do habeas-corpus. Por unanimidade de votos, foi negado o pedido, sendo o principal motivo o estado de guerra no país: “[...] foi indeferido, por unanimidade de votos, o habeas-corpus a favor de Maria Prestes, que também, usa vários nomes, entre os quais o de Olga Benário. Em face da decisão da Corte Suprema, Maria Prestes será expulsa do Brasil”<sup>35</sup>.

No mesmo dia, foi veiculada pelo periódico *Correio da Manhã* uma nota com a seguinte manchete: “A expulsão de Maria Prestes debatida na Corte Suprema: Por unanimidade, foi denegado o habeas-corpus requerido pelo advogado Heitor Lima”<sup>36</sup>, abordando o mesmo assunto presente no *Diário de Notícias*; porém, dando uma maior ênfase. A notícia ocupava quase duas colunas inteiras da página, sendo dividida em oito subtítulos: “O ‘habeas-corpus’ a favor de Maria Prestes, Fala o Sr. Heitor Lima, O voto do relator, Vota o Sr. Carlos Maximiliano, Votos syntheticos, Vota o Sr. Costa Manso, Como votou o Sr. Carvalho Mourão e Os tres votos restantes”<sup>37</sup>. A nota era muito extensa e detalhada, principalmente em relação aos votos e à fala do Dr. Heitor Lima. Também continha uma grande imagem de corpo todo de Olga Benário, de quando a mesma esteve na Chefatura de Polícia.

Em 29 de Agosto o *Diário de Notícias* publica a matéria:

#### **Expulsa a Companheira de Luiz Carlos Prestes.**

O presidente da Republica assignou decreto na pasta da Justiça, expulsando do território nacional, por se ter constituido elemento nocivo aos interesses so paiz e perigoso á ordem publica, a allemã Maria Bergner Villar, que também usa os nomes de Frieda Wolff Behren, Olga Bergner, Olga Benário, Olga Meirelles, Maria Prestes e Erna Kruger.<sup>38</sup>

Na mesma data, lia-se no *Correio da Manhã*:

#### **Maria Prestes vae deixar o território nacional: Assignado hontem pelo presidente da republica o decreto de expulsão.**

A irrupção do movimento de 27 de novembro do ano passado no quartel de extinto 3º regimento de infantaria e na Escola de Aviação, dominado em poucas horas pelas forças do governo, evidenciou as actividades communistas com que os seus principaes elementos prepararam o golpe para subverter o regimen. [...] A polícia trabalhou exhaustivamente após ser dominado o surto revolucionario do anno passado para descobrir o paradeiro de Prestes que se sabia achar-se em territorio nacional. [...] E assim durou esse trabalho da Delegacia Especial de Segurança Política e Social varios mezes ate que na manhã do dia 5 de maio deste anno pôde a polícia surprehender Luiz Carlos Prestes na casa n. 279 na rua Honorio. E com elle foi presa sua companheira,

<sup>35</sup> *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 18 de jun. 1936, p.3.

<sup>36</sup> *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 18 de jun. 1936, p.5.

<sup>37</sup> *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 18 de jun. 1936, p.5.

<sup>38</sup> *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 29 de agost. 1936, capa.



Maria Prestes, que interrogada pelas autoridades declarou ser brasileira e casada com o militar revolucionário. Posteriormente, o capitão Mirando Corrêa enviava a todas as políticas do mundo a photographia e as individuaes dastyloscópicas da companheira de Prestes e em pouco chegavam as informações da Allemanha de onde é ella originaria. Apurou-se então que seu verdadeiro nome era Olga Benário que comparecera naquelle paiz destacada acção na propaganda do communsmo, sendo representante do Partdo no congresso de Moscou. O chefe de Policia determinou se fizesse o processo de expulsão de Olga Benário, delle ficando incumbido o sr. Democrito de Almeida, 1º Delegado auxiliar. [...] O caso chegou agora a seu termo. Por decreto de hontem, na pasta de Justiça, o presidente da Republica assignou a expulsão de Olga Benário por se ter constituido elemento perigoso á ordem publica e nocivo aos interesses do paiz[...].<sup>39</sup>

Diferentemente do *Diário de Notícias*, o periódico *Correio da Manhã* publica uma longa matéria sobre a deportação que ali havia sido concluída. Os dois jornais publicaram as suas notícias com imagens de meio corpo de Olga. A notícia do *Correio da Manhã* fazia um histórico sobre tudo o que ela havia passado no país, Brasil. A do *Diário de Notícias* trazia somente uma nota, bem pequena, apenas esclarecendo a expulsão de Olga Benário de nosso território, o que é muito peculiar, pois o *Diário de Notícias*, geralmente apresentava matérias mais longas e mais críticas.

Olga fora deportada nos últimos dias de setembro de 1936. Com ordem para não parar em nenhum porto de países europeus, o navio ao qual Olga estava a bordo tinha um destino certo: a Alemanha nazista de Adolf Hitler.

### Considerações finais

Concluimos que a imprensa jornalística brasileira da década de 1930 apresentou a deportação de Olga Benário para a Alemanha Nazista, em 23 de setembro de 1936, publicando matérias sem condenar a iniciativa do presidente em exercício Getúlio Vargas mesmo após vários segmentos da sociedade brasileira e internacional se manifestarem em prol da permanência de Olga Benário no país<sup>40</sup>.

Nas notícias veiculadas pelo *Diário de Notícias* a evidência dada à deportação foi ampla. O periódico não procurava manter uma posição de aparente neutralidade e em suas matérias deixava claro que considerava Olga Gutmann Benário como uma “perigosa estrangeira que punha a nação e os interesses do país em risco”. Diferentemente do *Diário de Notícias*, o jornal *Correio da Manhã* preferia noticiar apenas o caso e as medidas que vinham sendo tomadas a cada

---

<sup>39</sup> *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 29 de agosto. 1936, p.3.

<sup>40</sup> MORAIS, Fernando. **Olga**. Rio de Janeiro: Companhia das letras, 1994.



dia sobre o processo de reconhecimento de identidade, os interrogatórios que estavam sendo feitos e o processo de deportação. O jornal, em nenhum momento, expôs sua opinião, o que é atípico, pois na história do periódico ele sempre é lembrado como o “jornal de crítica” do país. O *Correio da Manhã* em nenhum momento acusou Olga Benário ou a enalteceu por sua conduta, suas matérias sempre remetiam ao passado da revolucionária. Em muitas notícias, o periódico, se preocupava em esclarecer quem era aquela mulher que se dizia casada com o “Cavaleiro da Esperança”.

Além disso, nas notícias publicadas nos jornais, em muitos casos, traziam muitas informações repetidas impossibilitando, assim, uma melhor compreensão dos fatos. Na comparação entre jornais conseguimos perceber que o *Diário de Notícias* deu mais importância ao fato por sempre, de alguma forma, expor a sua opinião sobre aqueles acontecimentos. Mas em números de notícias publicadas o *Correio da Manhã* deu uma ampla abrangência quando comparado ao *Diário de Notícias*.

Também é importante ressaltar que, entre os anos de 1935 e 1937, o governo Vargas atuou em um clima de autoritarismo que, poucos anos depois, se desencadeou em uma ditadura: o Estado Novo implantado em 10 de novembro de 1937. Em função da luta contra o comunismo, prenderam-se todos aqueles que, de alguma forma, poderiam ser obstáculos para os planos do governo de Getúlio Vargas; desse modo, o governo utilizou-se largamente da Lei Monstro (1935). O anticomunismo serviu para disfarçar, de alguma forma, uma política repressiva contra os opositoristas. A Insurreição de 1935 refletiu algo importante para os movimentos sociais no Brasil: a formação de ideologias radicais e de esquerda visando transformações mais profundas na sociedade. Os dois anos seguintes, após 1935, foram marcados pela segura e gradual transição para uma ditadura de traços fascistas. Assustados com o “fantasma comunista”, a classe dominante e o alto oficialato apoiaram Getúlio Vargas.

O caso de Olga Benário é sem dúvida o mais emblemático; contudo, não é o único. Muitos outros cidadãos e cidadãs brasileiros – além de pessoas de outras nacionalidades - foram vítimas de perseguições políticas no Brasil dos anos 30. Pessoas de diferentes papéis na sociedade tiveram suas vidas abaladas e mesmo arruinadas pessoal e profissionalmente em função de suas crenças políticas. Passados mais de 80 anos da deportação de Olga Benário, continua sendo importante refletirmos sobre o arbítrio. Ainda mais nos tempos em que estamos vivendo.



# **A narrativa da paixão de Cristo e os *Sermões do P. Antônio Vieira*: a iconografia dos mistérios dolorosos no forro da nave da capela de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos da Vila de São José del-Rei (c. 1820)**

La narración de la pasión de Cristo y los *Sermões do P. Antônio Vieira*: la iconografía de los mistérios dolorosos en el techo de la nave de la capilla de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos da Vila e São José del-Rei (c. 1820)

**Luciana Braga Giovannini**

Mestranda em História

Universidade Federal de São João Del-Rei

aolibama.arte@gmail.com

**RESUMO:** O presente artigo tem como objetivo apresentar um recorte da pesquisa que está sendo concluída no curso de pós-graduação em História, área de História da Arte, intitulada *Os Mistérios do Rosário: Visão, Contemplação e Invocação*. Pretendemos compreender o discurso cristão proclamado aos irmãos do rosário através das narrativas plásticas referentes aos mistérios dolorosos – a paixão de Cristo – e associar as imagens com os princípios teológicos da Igreja Católica, especialmente, aqueles relacionados aos *Sermões do P. Antônio Vieira* dedicados aos escravos, devotos de Nossa Senhora do Rosário. O projeto iconográfico exprime a relação entre a pintura com uma proposta, de cunho teológico, que visa evangelizar e converter os membros da irmandade que correspondem, em sua maioria, por negros – africanos e descendentes – provenientes de diversas nações e, conseqüentemente, portadores de distintas concepções culturais e religiosas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Arte, Iconografia, Irmandades.

**RESUMEN:** el actual artículo tiene como objetivo mostrar una parte de la investigación que está siendo concluída en el curso de pos-graduación en Historia, area de Historia del Arte, denominados *Os Misterios do Rosario: Visao, Contemplanção e Inovação*. Pretendemos comprender el discurso Cristiano proclamado a los hermanos del rosário através de las narrativas plásticas referentes a los mistérios dolorosos – la pasion de Cristo – y asociar las imagens con los principios teológicos de la Iglesia Católica, especialmente aquellos relacionados a los *Sermões do P. Antônio Vieira* dedicados a los esclavos, devotos de Nossa Senhora do Rosário. El proyecto iconográfico exprime la relación entre la pintura con una propuesta, de cuño teológico, que busca evangelizar y convertir a los miembros de la hermandad conpuesto, en su mayoría, por negros – africanos y descendientes – oriundos de diversas naciones y conseqüentemente, portadores de distintas concepciones culturales y religiosas.

**PALABRAS CLAVE:** Arte, Iconografía, Hermandad.



A liberdade é um estado de isenção que, uma vez perdido, nunca mais se recupera; quem foi cativo uma vez, sempre ficou cativo, porque ou o libertam do cativo ou não: se o não libertam, continua a ser cativo do tirano; se o libertam, passa a ser cativo do libertador.<sup>1</sup>

*Padre Antônio Vieira*

### **A pintura da nave da Capela do Rosário**

A Capela foi construída por iniciativa da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos em homenagem à Virgem do Rosário no início do séc. XVIII e localiza-se no centro histórico da atual cidade de Tiradentes, MG, antiga Vila de São José del-Rei. A pintura foi executada em forro de abóbada de berço revestido por 18 caixotões, uma cobertura de madeira utilizada para forrar tetos que corresponde a uma divisão quadrada com molduras simples ou ornamentadas em relevo. Chegou ao Brasil pelas mãos dos portugueses e foi muito utilizado no início do séc. XVIII, com o tempo, o forro de caixotão foi substituído pelo forro de tabuado corrido. Este tipo de cobertura produz um espaço compartimentado e a pintura é adaptada ao suporte, o artista organiza o espaço pictórico com base na representação de cenas narrativas, característica que revela uma herança portuguesa.

A pintura foi atribuída a Manoel Victor de Jesus (c. 1760-1828), membro da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário da Vila de São José. O pintor é considerado um dos representantes de uma escola autônoma do “ciclo rococó” que se desenvolveu na região de São João del-Rei<sup>2</sup>. A obra corresponde a uma pintura narrativa que relata determinadas passagens da vida de Cristo e Maria: Vida, Paixão e Glória. Os episódios sacros referentes aos mistérios do rosário são historiados e correspondem a uma “representação plástica das histórias sagradas”<sup>3</sup>. A iconografia da nave complementa o projeto proposto pelo repertório de imagens da capela-mor que apresenta o rosário e a sua oração e meditação como o caminho para a Salvação.

O Santo Rosário é uma prática popular de devoção mariana aplicada como instrumento de evangelização e conversão dos fiéis à fé católica. Rememorar as passagens bíblicas através das imagens é uma forma de reviver e conservar na mente e no espírito os ensinamentos da vida de

---

<sup>1</sup>VIEIRA, P. Antônio. **Sermão XXVII da série Maria Rosa Mística**. Disponível em: <http://textosdefilosofiabrasileira.blogspot.com.br/2012/11/sermao-xxvii-da-serie-maria-rosa.html>. Acesso em: 29 de nov. 2016, p. 10.

<sup>2</sup> OLIVEIRA, Myrian Andrade Ribeiro de. **O Rococó Religioso no Brasil e seus antecedentes europeus**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003, p. 286.

<sup>3</sup> SOBRAL, Luís de Moura Sobral. **Do sentido das formas: ensaios sobre pintura barroca portuguesa e outros temas ibéricos**. Lisboa: Editorial Estampa, 1996, p. 120.



Cristo e Maria, sua mãe. Significa trazer algo do passado para o presente. Conforme Guilherme Amaral Luz, P. Antônio Vieira (1608-1697) argumenta no *Sermão Nossa Senhora do Rosário com o Santíssimo Sacramento* (1654) que, para nutrir a alma do cristão, é indispensável a memória, a meditação (entendimento) e a imitação (vontade) dos Mistérios do Rosário. A memória traz para o presente algo que estava ausente. Neste caso, quando os fiéis lembram as passagens da vida de Cristo (e da Virgem Maria)<sup>4</sup> eles trazem Cristo (e a Virgem Maria) para perto de si. A ação da meditação é assemelhar-se ao que se vê quando está na presença mnemônica dos Mistérios. Os efeitos das duas primeiras etapas da compreensão do rosário só tem sentido na terceira fase, o momento da imitação. Conforme o autor, ao se assemelhar a Cristo (e à Virgem Maria) o fiel se funde a ele (e a ela) e adota definitivamente a vida de Cristo (e da Virgem Maria) como exemplo de vida<sup>5</sup>.

Não instituiu a Senhora o Rosário para o rezarmos só com a boca, e com tanta pressa como se passam as contas, mas para ter na memória os mistérios, para os meditar e cuidar neles com grande consideração, e para os tomar por exemplo, e os aplicarmos a nossas vidas<sup>6</sup>.

Guilherme nos conta que os sermões do P. Vieira referentes à devoção à Nossa Senhora do Rosário eram dirigidos aos escravos, mas estendiam-se também aos demais fiéis da igreja, inclusive, aos seus senhores<sup>7</sup>. “Via de regra, a pregação sobre o assunto dava-se no interior das igrejas ou capelas que havia tanto senhores quanto escravos, isso sem falar em figuras intermediárias, tais como feitores e capitães-do-mato, por exemplo”<sup>8</sup>.

A correlação entre os *Sermões de P. Antônio Vieira* e o projeto iconográfico da pintura da nave da Igreja do Rosário revela a grande possibilidade da sua circulação por Minas Gerais. Os *Sermões*<sup>9</sup> foram editados nos anos de 1680 e os impressos parecem ter circulado pela colônia e pelo mundo a partir do final de séc. XVIII. Não temos certeza sobre a forma como a

---

<sup>4</sup> Guilherme se refere apenas a Cristo, mas os Mistérios do Rosário dizem respeito à vida de Cristo e da Virgem Maria. Todas as vezes que ele menciona Cristo acrescentamos a Virgem Maria, que também é exemplo de vida a ser seguido. A Virgem atua, ao lado de seu Filho, como corredentora no processo de Salvação.

<sup>5</sup> LUZ, Guilherme Amaral. **Rosário da Concórdia: Vieira e os Fundamentos Místicos da Paz Social**. Clio: Série Revista de Pesquisa Histórica – N. 27-2, 2009, p. 70 a 73.

<sup>6</sup> VIEIRA, P. Antonio. **Sermão Nossa Senhora do Rosário com o Santíssimo Sacramento (1654)**. Literatura Brasileira: Textos Literários em meio eletrônico, p. 8.

<sup>7</sup> De acordo com o pregador jesuíta, os senhores deveriam apreender o conteúdo dos sermões para continuarem ensinando aos seus escravos.

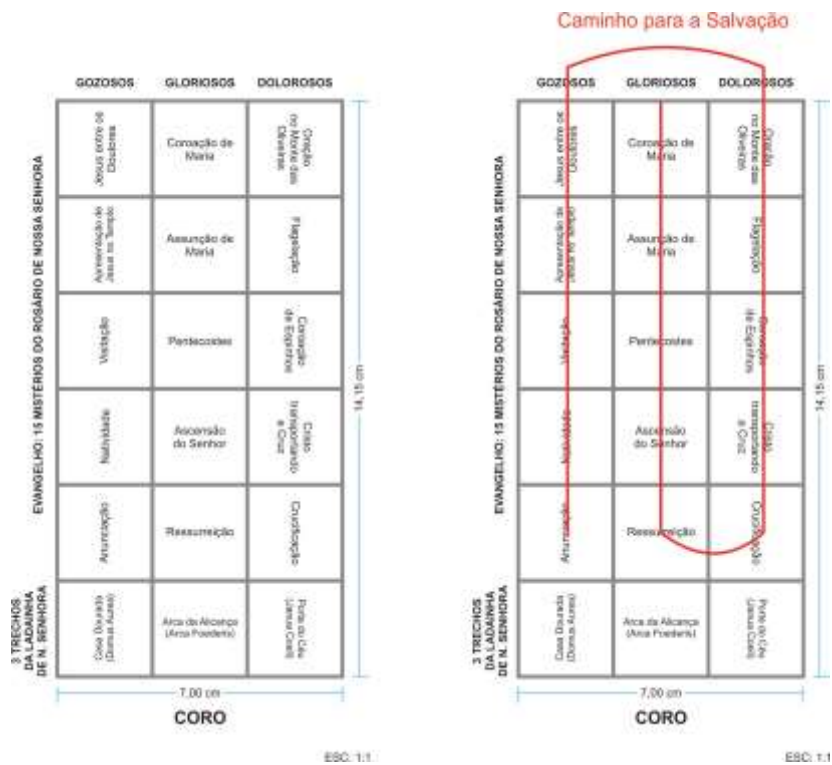
<sup>8</sup> LUZ. **Rosário da Concórdia: Vieira e os Fundamentos Místicos da Paz Social**, p.73.

<sup>9</sup> VIEIRA, P. Antonio. **Sermoens do P. Antonio Vieira da Companhia de IESV. Prégador de sua Alteza**. Primeira Parte dedicada ao Príncipe, N.S. Lisboa: Na Officina de Ioam da Costa, 1679. / VIEIRA, p. Antonio. **Sermoens do P. Antonio Vieira da Companhia de IESV. Prégador de sua Alteza**. Segunda Parte dedicada ao Príncipe, N.S. Lisboa: Na Officina de Ioam da Costa, 1682.



evangelização dos escravos era conduzida pela Irmandade do Rosário de Tiradentes, contudo, a disposição das imagens sugere um percurso a ser trilhado no interior da igreja que indica o caminho para a Salvação representado na pintura da capela-mor. Proposta que pode ter sido acatada pelos pregadores, visto que, a associação das imagens com o sermão contribui profundamente para a eficácia da evangelização e conversão dos irmãos do rosário que, seduzidos pelas narrativas plásticas, eram induzidos a acreditar na veracidade das cenas representadas.

O fiel é conduzido a percorrer<sup>10</sup> a nave da igreja contemplando e meditando cada mistério do rosário; passa pelos mistérios gozosos (a Vida), se dirige aos dolorosos (a Paixão) e finaliza nos gloriosos (a Glória) caminhando de frente em direção à capela-mor onde encontra a Glória de Deus. Depois de refletir sobre os mistérios, o fiel é convidado a glorificar a Virgem Maria através da invocação. As três passagens referentes à ladainha de Nossa Senhora são laudatórias, ou seja, invocações de louvor que glorificam a mãe de Deus.



Esquema iconográfico da pintura do forro da nave da Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Tiradentes, MG. Manuel Victor de Jesus, c. 1820. Fonte: desenho elaborado pela autora (2016).

<sup>10</sup> Os nomes referentes aos temas de cada caixotão estão escritos na posição que a imagem está representada. O observador deve se colocar frente a frente com a pintura. Essa é a forma sugerida como percurso do fiel pela nave da igreja até chegar à capela-mor, onde está representada a iconografia da Salvação – a Glória de Deus.



No que diz respeito às referências gráficas, as pinturas da nave, possivelmente, foram elaboradas a partir da interpretação das fontes presentes nos impressos europeus que circulavam em Minas Gerais no período colonial, especialmente os Missais e as gravuras avulsas. Quanto aos aspectos estilísticos da obra, a pintura caracteriza-se pela coexistência dos estilos de arte barroco e rococó, na medida em que a interpretação das estampas europeias, provenientes de várias localidades, possibilitou este amálgama estilístico. Consoante com Myrian Oliveria, o desenvolvimento e a expansão do rococó estão intimamente relacionados com o mercado internacional de gravuras ornamentais de origem italiana, francesa e germânica<sup>11</sup>. Ademais, as narrativas bíblicas correspondem à iconografia religiosa do barroco que foi absorvido pelo rococó religioso em Minas Gerais.

O projeto iconográfico segue os padrões impostos pelo Concílio de Trento e exprime a relação entre a pintura com uma proposta, de cunho teológico, que visa evangelizar e converter os irmãos do rosário que correspondem, em sua maioria, por negros – africanos e descendentes – provenientes de diversas nações e, conseqüentemente, portadores de distintas concepções culturais e religiosas. Os comitentes, com a provável colaboração do artista, elaboraram a iconografia baseada em diversas fontes literárias, entre elas, a *Bíblia*, os *Evangelhos Apócrifos*, *A Legenda Áurea*, a *Letania Lauretana* e os *Sermões do P. Antônio Vieira*.

Neste artigo, vamos abordar a relação entre a iconografia dos mistérios dolorosos e a associação do martírio de Cristo com a condição de cativos dos membros da irmandade, devotos da Virgem do Rosário, fundamentado nos *Sermões*<sup>12</sup> do padre jesuíta com o intuito de compreender o significado da obra e a mensagem transmitida aos irmãos do rosário – os receptores da obra de arte.

### **O projeto iconográfico dos Mistérios Dolorosos: a Paixão de Cristo Oração no monte das Oliveiras**

O primeiro episódio da Paixão representa o momento da oração de Jesus no Getsêmani<sup>13</sup>. A passagem é relatada por três dos evangelistas, Mateus, Marcos e Lucas, porém, é a narrativa do evangelho de Lucas que correlaciona com a pintura da Igreja do Rosário de Tiradentes.

---

<sup>11</sup> OLIVEIRA. **O Rococó Religioso no Brasil e seus antecedentes europeus**, p. 41-49.

<sup>12</sup> Quando mencionamos os *Sermões* de P. Vieira, estamos nos referindo àqueles que dizem respeito à Nossa Senhora do Rosário e aos *Sermões* da *série Maria Rosa Mystica*.

<sup>13</sup> O nome significa “largar de azeite”. Ficava situado no vale de Cedron, ao pé do monte das Oliveiras. In: BÍBLIA. Português. A Bíblia de Jerusalém. São Paulo: Edições Paulinas, 1985. 1v.





Pai, se queres, afasta de mim este cálice! Contudo, não a minha vontade, mas a tua seja feita! Apareceu-lhe um anjo do céu, que o confortava. E, cheio de angústia, orava com mais insistência ainda [...] Erguendo-se após a oração, veio para junto dos discípulos e encontrou-os adormecidos de tristeza.<sup>14</sup>



Oração no Monte das Oliveiras. Manoel Victor de Jesus, c. 1820. Pintura do forro da nave da Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Tiradentes, MG. Fonte: foto da autora (2015).

O olhar do espectador percorre o espaço do canto inferior direito ao superior esquerdo conectando Cristo ao cálice no céu. Os protagonistas do episódio se encontram em primeiro plano, próximo ao observador. Cristo, de joelhos, cruza as mãos em um gesto dramático de súplica e gira o rosto para o lado oposto ao cálice. A ação correlaciona com o texto: “Pai, se queres, afasta de mim este cálice!”<sup>15</sup>. O anjo, atrás de Jesus, em postura verticalizada, conforta e sustenta o corpo do Mestre, seu olhar expressa serenidade e piedade. O cenário é aberto para uma paisagem composta por árvores, vegetais e pedras. Visualizamos três figuras escuras representando os apóstolos adormecidos – Pedro, Tiago e João. No céu, uma luz amarela domina a cena, ilumina Cristo e o anjo que o ampara. A iluminação intensifica o drama e cria uma atmosfera de mistério representando o sofrimento e a agonia do episódio. Três anjos, localizados no espaço celestial, testemunham o acontecimento.

O pintor representou dois momentos do episódio sacro, a oração de Jesus no monte das Oliveiras e o conforto do anjo do Senhor. O cálice é trazido pelas mãos de alguém. Infelizmente, a deterioração da pintura não nos permite identificar o portador do objeto. Conforme Louis Réau, a iconografia da Oração no Monte das Oliveiras segue uma ordenação que é rigorosamente praticada por todas as obras figurativas: Jesus em oração no centro da narrativa; um anjo no céu apresentando o cálice e os três apóstolos dormindo no espaço terreno. Não podemos afirmar que

<sup>14</sup> BÍBLIA. Português. **A Bíblia de Jerusalém**. São Paulo: Edições Paulinas, 1985. 1v. (Lucas 22, 42-45).

<sup>15</sup> BÍBLIA. Português. **A Bíblia de Jerusalém**. (Lucas 22, 42).



o artista tenha representado um anjo transportando o cálice, mas existe a possibilidade do pintor ter seguido o padrão de representação observado na tradição das imagens. O autor acrescenta ainda que a maioria dos artistas adotou a versão de Lucas para a representação, fato que condiz com a obra da Igreja do Rosário e que revela a sua coerência com a tradição iconográfica reforçando a possibilidade de que o anjo transportando o cálice tenha sido representado<sup>16</sup>.

No tocante à mensagem e ao significado da obra identificamos dois elementos fundamentais, o gesto da oração e o cálice.

### Oração

A oração no Monte das Oliveiras corresponde à segunda tentação de Cristo, a agonia diante do sofrimento e da morte, uma cena que representa o medo e a humanidade do Filho de Deus<sup>17</sup>. Ao subir o Monte das Oliveiras diz aos discípulos: “Orai para não entrardes em tentação”<sup>18</sup>. Depois, pede a Deus que afaste dele o cálice, símbolo do martírio, e em seguida, acrescenta que é a vontade do Pai que deve ser feita e não a dele. Jesus ensina os fiéis a orar, isto é, suplicar e se submeter à vontade de Deus. Na Bíblia, quando Mateus relata a oração de Jesus no Getsêmani, há uma indicação que nos encaminha para a Epístola aos Hebreus, onde encontramos o verdadeiro significado da oração para os cristãos. “É ele que, nos dias da sua vida terrestre, apresentou pedidos e súplicas, com veemente clamor e lágrimas, àquele que o podia salvar da morte; e foi atendido por causa da sua submissão”<sup>19</sup>. Ora, como foi atendido se Jesus não foi salvo do martírio que culminou na sua morte? Uma nota na Bíblia explica que a oração de Cristo em agonia corresponde à virtude da religião: “A oração de Cristo em agonia era inspirada pela obediência total à vontade do Pai”<sup>20</sup>. Deus atendeu ao pedido de Jesus transformando o sofrimento e a morte em “exaltação gloriosa”<sup>21</sup>, isto é, o pedido foi atendido por meio da Salvação.

### Cálice

O cálice é a taça que recolhe o sangue de Cristo, símbolo da Paixão. Ele é trazido ao Filho pelas mãos do Pai, representado pela figura do anjo – o mensageiro do Senhor. O cálice

---

<sup>16</sup> RÉAU, Louis. **Iconografía del arte Cristiano. Iconografía de la Biblia: Nuevo Testamento**. Barcelona: Ediciones Serbal, 2008, p. 445.

<sup>17</sup> \_\_\_\_\_. **Iconografía del arte Cristiano. Iconografía de la Biblia: Nuevo Testamento**, p. 444.

<sup>18</sup> BÍBLIA. **A Bíblia de Jerusalém** (Lucas 22, 40).

<sup>19</sup> \_\_\_\_\_. **A Bíblia de Jerusalém** (Hebreus 5, 7).

<sup>20</sup> \_\_\_\_\_. **A Bíblia de Jerusalém**, nota i, p. 2246.

<sup>21</sup> \_\_\_\_\_. **A Bíblia de Jerusalém**, nota h, p. 2246.



oferecido a Jesus representa o sacrifício, a vontade do Pai que deve ser acolhida e respeitada. “Pai, se queres, afasta de mim este cálice! Contudo, não a minha vontade, mas a tua seja feita!”<sup>22</sup>.

A irmandade do Rosário escolheu a oração e o conforto vindo do céu para representar o primeiro episódio da Paixão de Cristo. Como atributo, elegeu o cálice, símbolo do sangue derramado pelo Filho de Deus no processo de Salvação da humanidade. A narrativa sugere aos fiéis a oração e a vigília como prática religiosa que os protege das tentações e do pecado. Para que a súplica seja atendida é necessário aceitar a vontade do Senhor, da mesma forma que Maria na Anunciação e Jesus nos instantes que antecedem a sua prisão. O sermão ensina: orai e vigiai, o conforto está no Senhor, porém, é preciso humildade para aceitar a sua decisão. Essa é a virtude do sermão sacro: a obediência total à vontade do Pai.

Para compreender a relação da mensagem com os receptores da obra de arte é necessário traçar um paralelo entre a atitude de Cristo diante do martírio que se inicia e a vida dos irmãos do rosário. Como já foi dito, a maioria dos membros da irmandade eram negros e escravos – africanos e descendentes. O exemplo de submissão total à vontade do Pai deve ser observado pelos cativos que são persuadidos a aceitar, com paciência, a escravidão e entender a importância do sofrimento no processo de Salvação. Semelhante ao martírio de Cristo que foi transformado em “exaltação gloriosa”<sup>23</sup>, as dores do cativo serão compensadas pela “liberdade eterna”<sup>24</sup>.

O que haveis de fazer consolar-vos muito com estes exemplos, sofrer com muita paciência os trabalhos do vosso estado, dar muitas graças a Deus pela moderação do cativo que vos trouxe, e sobretudo aproveitar-vos dele para o trocar pela liberdade e felicidade da outra vida, que não passa, como esta, mas há de durar para sempre.<sup>25</sup>

Guilherme Amaral Luz afirma que “de todos os mistérios ordenados conforme o Rosário, os relativos às dores da Paixão e da Morte de Cristo são, por excelência, os mais poderosos a serviço da conversão”<sup>26</sup>. Desta forma, a aceitação e a obediência à vontade de Deus Pai e, conseqüentemente, “a conformação do escravo com o cativo”, constitui fator essencial para a Salvação da alma<sup>27</sup>. Os irmãos do rosário foram instigados, por meio do sermão plástico, a adotar como conduta a virtude da religião católica e converterem-se ao cristianismo.

---

<sup>22</sup> \_\_\_\_\_ . **A Bíblia de Jerusalém**. (Lucas 22, 42).

<sup>23</sup> BÍBLIA. **A Bíblia de Jerusalém**, nota h, p. 2246.

<sup>24</sup> VIEIRA. **Sermão XXVII da série Maria Rosa Mística**, p. 1-18.

<sup>25</sup> \_\_\_\_\_ . **Sermão XXVII da série Maria Rosa Mística**, p. 15.

<sup>26</sup> LUZ. **Rosário da Concórdia: Vieira e os Fundamentos Místicos da Paz Social**, p. 82.

<sup>27</sup> \_\_\_\_\_ . **Rosário da Concórdia: Vieira e os Fundamentos Místicos da Paz Social**, p. 82.



## Flagelação

Jesus foi duplamente julgado, o processo que culminou com a condenação de Cristo à morte passou por duas etapas, um julgamento religioso e outro político. Jesus foi submetido a duas autoridades, ao sumo sacerdote Caifás e ao procurador romano Pôncio Pilatos. A Judeia havia se convertido em uma província romana e o governador era o responsável pelo julgamento em última instância dos assuntos referentes ao direito comum. Os romanos tinham proibido ao Sinédrio o direito de decidir sobre a vida e a morte. Sendo assim, a condenação pronunciada pelo tribunal religioso – a crucificação – só poderia ser executada diante da confirmação oficial de Roma. Depois de ser condenado pelo Sinédrio,<sup>28</sup> Jesus foi encaminhado ao procurador romano que o enviou a Herodes Antipas – tetrarca da Galileia. Herodes recusou condená-lo e o devolveu a Pilatos que se viu obrigado, diante da comoção dos judeus, a proferir sentença<sup>29</sup>.



Flagelação. Manoel Victor de Jesus, c. 1820. Pintura do forro da nave da Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Tiradentes, MG. Fonte: foto da autora (2015).

A flagelação é o prenúncio da crucificação entre os romanos:<sup>30</sup> “[...] Quanto a Jesus, depois de açoitá-lo, entregou-o para que fosse crucificado”<sup>31</sup>. Os quatro evangelhos mencionam a flagelação de Cristo, porém, as descrições são limitadas, eles apenas dizem que Cristo foi açoitado, castigado ou como diz João: “Pilatos, então, tomou Jesus e o mandou flagelar”<sup>32</sup>. Louis

---

<sup>28</sup> Tribunal dos antigos judeus em Jerusalém, responsável pelo julgamento dos assuntos criminais e administrativos. Era formado por escribas, anciãos e sacerdotes.

<sup>29</sup> RÉAU. *Iconografia del arte Cristiano. Iconografia de la Biblia: Nuevo Testamento*, p. 462-473

<sup>30</sup> BÍBLIA. *A Bíblia de Jerusalém*, nota i, p. 1892.

<sup>31</sup> \_\_\_\_\_. *A Bíblia de Jerusalém* (Mateus 27,26).

<sup>32</sup> BÍBLIA. *A Bíblia de Jerusalém* (João 19,1).



Réau afirma que a iconografia da Flagelação originou da palavra. Não existe um relato detalhado de como a cena se desenrola<sup>33</sup>.

Observando a pintura, percebemos que a cena transcorre em um cenário arquitetônico com uma abertura lateral para o exterior. No lado direito, em primeiro plano, observamos o detalhe de uma coluna. A impressão que temos é a de que o artista fez um recorte na cena e ampliou o cenário aproximando o observador do espaço pictórico. Recurso técnico característico da arte da Contrarreforma que tem como objetivo a persuasão, o fiel é incorporado ao episódio e passa a ser testemunha do flagelo de Cristo. Jesus tem as mãos atadas. O seu algoz ergue o braço direito segurando o *flagrum* romano,<sup>34</sup> lança uma das pernas para o alto e projeta o tronco para trás adquirindo impulso e força para chicotear o sentenciado. O pintor reproduziu o momento exato do açoite, o naturalismo se faz presente na sugestão do gesto – uma cena extremamente dramática.

A respeito do significado da pintura, qual a mensagem que a irmandade pretendeu transmitir aos fiéis que circulavam pela nave da igreja contemplando os mistérios? Pensando na relação entre a pintura e os receptores da obra de arte, qual a conexão entre a flagelação de Cristo com os açoites sofridos pelos escravos – membros da irmandade do rosário? Qual a justificativa para o sofrimento de Cristo e, paralelamente, para o sofrimento humano, sobretudo para aqueles que viviam submetidos à escravidão?

Ora, os teólogos encontram explicação para tudo. Na legenda intitulada *A Paixão do Senhor*, Varazze relata que “Em sua Paixão, Cristo sofreu dores amargas e desprezo humilhante para nos proporcionar benefícios de imenso valor”<sup>35</sup>. Os benefícios da flagelação estão associados à libertação dos pecados dos homens. A flagelação é símbolo da remissão dos pecados, prática que tem o objetivo de afastar as tentações. “Os ascetas de todas as religiões flagelaram-se sempre, até sangrar, não só por espírito de sacrifício, mas também para repelir as tentações”<sup>36</sup>. Conforme padre Antônio Vieira, a escravidão do corpo é uma providência divina, por meio da qual os irmãos do rosário serão salvos: “Mas é particular providência de Deus, e sua, que vivais de

---

<sup>33</sup> RÉAU. *Iconografía del arte Cristiano. Iconografía de la Biblia: Nuevo Testamento*, p.470.

<sup>34</sup> O *flagrum* romano é um chicote, um instrumento de tortura utilizado no castigo corporal. A tortura com o *flagrum* foi aplicada pelo sistema judicial de Roma na antiguidade aos condenados à morte, inclusive, aqueles que seriam submetidos à crucificação. O castigo era denominado flagelação.

<sup>35</sup> VARAZZE, Jacopo de. *Legenda Áurea: Vidas de Santos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p.318.

<sup>36</sup> CHEVALIER, Jean / CHEERBRANT, Alain. *Dicionário de Símbolos: mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio LTDA, 2015, p. 433.



presente escravos e cativos, para que por meio do mesmo cativo temporal consigais muito facilmente a liberdade eterna”<sup>37</sup>.

Quando os irmãos do rosário meditam diante da Flagelação, eles, provavelmente, se identificam com Cristo e se assemelham a ele. Do mesmo modo que os sofrimentos de Cristo foram convertidos em Glória, os açoites sofridos pelos escravos, também, teriam a sua recompensa. Neste caso, o castigo do açoite é transformado em benção, pois é através dele que o fiel vai se libertar dos pecados para alcançar o Paraíso e a Vida Eterna.

Se, espelhando-se no exemplo de Cristo, através da meditação do Rosário, suportassem sua condição e sua fortuna com paciência, esses poderiam experimentar a verdadeira benção escondida por trás dos açoites, do trabalho árduo e das ofensas recebidas.<sup>38</sup>

Cristo foi injustiçado, mas conhecemos pela Bíblia que o seu suplício desempenhou um papel fundamental no processo de Salvação da humanidade. Ademais, a Paixão de Cristo ocorreu conforme a vontade do Pai, como assinalado no episódio anterior. Os teólogos insistem que todo cristão deve confiar no mistério da Paixão, pois todo sofrimento tem um propósito e uma recompensa. Conforme a Epístola aos Romanos, todos os cristãos estão destinados à Glória: “Penso, com efeito, que os sofrimentos do tempo presente não têm proporção com a glória que deverá revelar em nós”<sup>39</sup>. A mensagem transmitida aos irmãos do Rosário, por meio do episódio da Flagelação, corresponde à remissão dos pecados concedidos pelo sacrifício e a recompensa resultante do sofrimento – a glória de Deus.

### **Coroação de espinhos**

Jesus foi condenado pelo Sinédrio por blasfêmia, por ter se declarado Filho de Deus. Em seguida, foi encaminhado ao Pretório, o tribunal do procurador romano, onde foi condenado à morte por se declarar Rei dos Judeus. Logo após o açoite, Jesus foi coroado de espinhos. O momento representado, ao que tudo indica, deriva da narrativa de Mateus:

Em seguida, os soldados do governador, levando Jesus para o Pretório, reuniram contra ele toda a coorte. Despiram-no e puseram-lhe uma capa escarlate. Depois, tecendo uma coroa de espinhos, puseram-na em sua cabeça e um caniço na mão direita.<sup>40</sup>

---

<sup>37</sup>VIEIRA. *Sermão XXVII da série Maria Rosa Mística*, p. 11.

<sup>38</sup>LUZ. *Rosário da Concórdia: Vieira e os Fundamentos Místicos da Paz Social*, p. 82.

<sup>39</sup>BÍBLIA. *A Bíblia de Jerusalém* (Romanos 8, 18).

<sup>40</sup>\_\_\_\_\_. *A Bíblia de Jerusalém* (Mateus 27, 27-29).



Coroação de espinhos. Manoel Victor de Jesus, c. 1820. Pintura do forro da nave da Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Tiradentes, MG. Fonte: foto da autora (2015).

O cenário é simples, a cena ocorre em um local intermediário entre o espaço externo e interno, delimitado por duas colunas localizadas nas laterais do suporte. Os personagens estão dispostos em um plano aproximado em relação ao observador que presencia o episódio sacro. Jesus encontra-se no centro do espaço pictórico, sentado, com um caniço entre as mãos atadas, está coberto com um manto vermelho e uma coroa de espinhos na cabeça exatamente como descreve Mateus. O corpo, ligeiramente inclinado, demonstra abatimento físico. A fisionomia é de exaustão, o olhar é de tristeza, reflexo do castigo e da humilhação a que foi submetido. Gotas de sangue correm pelo rosto e pescoço. À direita, o pintor representou duas figuras, provavelmente, dois soldados romanos. A figura de costas, em primeiro plano, está vestida com uma armadura romana e apoia o corpo em uma lança, as mãos na cintura expressam, simultaneamente, tranquilidade e indiferença diante do acontecimento. As linhas do desenho são suaves e delicadas, o corpo é esbelto, e o gesto é extremamente teatral representando a ironia e o escárnio do episódio.

Cristo foi envolvido com um manto vermelho escarlate evocando a cor púrpura real. A coroa de espinhos não é exatamente um objeto de tortura, mas representa a coroa utilizada pelos reis. O caniço na mão representa o cetro, emblema do poder. Três elementos simbólicos que expressam a humilhação, a zombaria e o deboche da narrativa. De acordo com Louis Réau, a Coroação de espinhos representa o desprezo dos soldados romanos que não compreenderam que o reino de Jesus não é deste mundo.<sup>41</sup> Quando interrogado por Pilatos: “Tu és o rei dos

---

<sup>41</sup> RÉAU. *Iconografía del arte Cristiano. Iconografía de la Biblia: Nuevo Testamento*, p.476.



judeus?”<sup>42</sup>, Jesus responde o seguinte: “Meu reino não é deste mundo. Se meu reino fosse deste mundo, meus súditos teriam combatido para que eu não fosse entregue aos judeus. Mas o meu reino não é daqui”<sup>43</sup>. O reino pregado pelo Filho de Deus não pertence ao mundo material, mas ao mundo espiritual – “o Amor e a Verdade” anunciado no episódio da Visitação. Jesus veio ao mundo para testemunhar a verdade – o reino de Deus.

No *Sermão XXVII*, P. Antônio Vieira se dirige aos escravos afirmando que Cristo veio ao mundo para libertar os homens do cativeiro da alma e não do corpo. De acordo com o sermão proferido pelo padre jesuíta, o fiel não deve se preocupar com o cativeiro do corpo, o mundo material não é mais importante que o mundo espiritual, isto é, o corpo não é mais importante que a alma. Como visto na narrativa da Flagelação, o sofrimento do corpo não é um castigo; mas, ao contrário, uma benção que será convertida em Glória.

E se buscarmos o princípio fundamental por que Cristo, sendo Redentor do gênero humano, só veio remir e libertar os homens do cativeiro das almas, e não da servidão dos corpos, o fundamento claro e manifesto é porque para libertar do cativeiro dos homens, bastavam homens; para libertar do cativeiro do demônio e do pecado, é necessário todo o poder de Deus.<sup>44</sup>

Para entrar no reino dos céus, o homem precisa renunciar a vida material e nascer novamente para uma vida espiritual. No evangelho de João, Jesus diz a Nicodemos: “Em verdade, em verdade, te digo: Quem não nascer do alto, não pode ver o Reino de Deus”<sup>45</sup>. Nascer do alto significa nascer de novo, no plano espiritual, pelo batismo. “Em verdade, em verdade, te digo: quem não nascer da água e do Espírito não pode entrar no Reino de Deus”<sup>46</sup>. O reino de Deus corresponde à vida eterna.

A coroação de espinhos exorta o fiel à conversão e ao batismo como necessidade absoluta para entrada no reino dos céus. A promessa da Salvação é negada aos gentios, somente os cristãos serão salvos: “Pois Deus amou tanto o mundo, que entregou o seu Filho único, para que todo o que nele crê não pereça, mas tenha a vida eterna”<sup>47</sup>. Somente os que creem – os convertidos e batizados – serão recompensados com a Glória de Deus. A mensagem que a imagem transmite aos irmãos do Rosário corresponde à transformação por meio da conversão, o renascimento pelo batismo e o desprendimento da vida material.

---

<sup>42</sup> BÍBLIA. **A Bíblia de Jerusalém** (João 18,33).

<sup>43</sup> \_\_\_\_\_ **A Bíblia de Jerusalém** (João 18,36).

<sup>44</sup> VIEIRA. **Sermão XXVII da série Maria Rosa Mística**, p. 7.

<sup>45</sup> BÍBLIA. **A Bíblia de Jerusalém** (João 3,3).

<sup>46</sup> \_\_\_\_\_ **A Bíblia de Jerusalém** (João 3,5).

<sup>47</sup> \_\_\_\_\_ **A Bíblia de Jerusalém** (João 3,16).





## Cristo transportando a cruz

A pintura, possivelmente, correlaciona com o evangelho de João:

[...] Então eles tomaram Jesus. E ele saiu, carregando a sua cruz, e chegou ao chamado Lugar da Caveira – em hebraico chamado Gólgota – onde o crucificaram; e, com ele, dois outros: um de cada lado e Jesus no meio.<sup>48</sup>



Cristo transportando a cruz (traçado da cruz). Manoel Victor de Jesus, c. 1820. Pintura do forro da nave da Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Tiradentes, MG. Fonte: foto da autora (2015).

Se Jesus tivesse sido julgado por blasfêmia pelas autoridades religiosas, ele teria sido apedrejado. No caso de ser cidadão romano, teria sido condenado à decapitação. Como o Sinédrio foi proibido de condenar qualquer pessoa à morte e Jesus não era cidadão romano, Pôncio Pilatos o condenou à crucificação – morte destinada aos escravos fugitivos. Todos os homens condenados à morte tinham, por costume, cavar a sua própria sepultura, os condenados à cruz deveriam, do mesmo modo, carregar a sua própria cruz<sup>49</sup>.

A pintura corresponde ao momento em que Cristo pega a sua cruz e caminha em direção ao calvário, o local da crucificação. De todos os painéis que formam o conjunto dos mistérios dolorosos, este é, sem dúvida, o que se encontra em pior estado de conservação. Não é possível fazer uma análise estilístico-formal da obra, no entanto, conseguimos perceber uma ordenação simétrica do espaço centralizada na figura de Cristo. Constatamos, através dos pés, a presença de mais cinco pessoas, duas localizadas no lado direito, duas no lado esquerdo, e outra, no centro, ao lado de Jesus. À direita do espaço pictórico, em primeiro plano, reconhecemos um soldado romano, por meio da ponta de uma lança e um objeto circular que parece ser um escudo. Cristo

<sup>48</sup> \_\_\_\_\_ . **A Bíblia de Jerusalém** (João 19, 16-18).

<sup>49</sup> RÉAU. **Iconografia del arte Cristiano. Iconografia de la Biblia: Nuevo Testamento**. p.480-82.



está carregando a cruz do martírio, vestindo uma roupa cinza escura e manto azul idêntica à visualizada na primeira pintura – a Oração no Monte das Oliveiras.

Nos evangelhos sinóticos<sup>50</sup>, Mateus e Marcos relatam que um homem chamado Simão Cirineu é requisitado para carregar a cruz. Comparando os relatos bíblicos com a imagem da Igreja do Rosário, consideramos que a pintura correlaciona com o texto de João, visto que quem carrega a cruz é o próprio Cristo. Entretanto, na tradição das imagens, a figura de Simão é, frequentemente, representada auxiliando Jesus no transporte da cruz. Será que um daqueles homens representados na pintura que estamos estudando pode ser Cirineu? Conforme Louis Réau, os especialistas na análise de textos literários conciliam o relato de João com os evangelhos sinóticos. Sendo assim, Jesus teria começado a carregar a cruz sozinho e, ao perceberem a exaustão decorrente da flagelação, os soldados solicitaram a ajuda de um homem que passava pelo local. A tradição iconográfica nos revela que existe grande possibilidade de Simão Cirineu ter sido representado na pintura do Rosário<sup>51</sup>.

No que diz respeito ao significado da obra de arte, é necessário compreendermos o significado da cruz.

### **Cruz**

A cruz representa o suplício do Messias. Para o cristianismo, a cruz representa a vida humana de Cristo e a história da Salvação, pois foi por meio dela que ele se sacrificou para salvar a humanidade. Nesse caso, a cruz simboliza o sacrifício necessário para alcançar a Salvação – a cruz da Paixão<sup>52</sup>.

Os teólogos apontam como prefiguração de Cristo carregando a cruz do martírio uma passagem do Antigo Testamento que relata o episódio em que Isaac carrega a lenha para o seu próprio sacrifício. “Abraão tomou a lenha do holocausto e a colocou sobre o seu filho Isaac, tendo ele mesmo tomado nas mãos o fogo e o cutelo, e foram-se os dois juntos”<sup>53</sup>. Louis Réau declara que a cena de Cristo carregando a cruz foi utilizada para ilustrar as palavras de Jesus que

---

<sup>50</sup> São chamados de evangelhos sinóticos os três primeiros livros canônicos que narram a Boa Nova, os evangelhos de Mateus, Marcos e Lucas. Os três livros apresentam uma estrutura narrativa semelhante que podem ser abarcados “com um só olhar” por isso são denominados sinóticos, compartilham um mesmo ponto de vista.

<sup>51</sup> RÉAU. *Iconografia del arte Cristiano. Iconografia de la Biblia: Nuevo Testamento*, p.480-82.

<sup>52</sup> CHEVALIER / CHEERBRANT. *Dicionário de Símbolos: mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números*, p. 309-316.

<sup>53</sup> BÍBLIA. *A Bíblia de Jerusalém* (Gênesis 22, 6).



revelavam as condições necessárias para aqueles que pretendem ser seu discípulo<sup>54</sup>. “Se alguém quer vir após mim, negue-se a si mesmo, tome a sua cruz e siga-me”<sup>55</sup>. O recado presente na imagem, provavelmente, diz respeito à imitação da vida de Cristo: quem seguir os passos de Jesus alcançará a Salvação, ele é o caminho, a verdade e a vida.

Quando Cristo foi condenado à crucificação pelos romanos, foi sentenciado com a mesma pena destinada aos escravos e a sua imagem é associada, novamente, aos receptores da obra de arte, os devotos de Nossa Senhora do Rosário. O sermão plástico condiciona os fiéis a se identificarem com Jesus e tomar a sua vida como exemplo. Para alcançar a Salvação é necessário que o fiel seja um seguidor de Cristo, tenha a sua vida como modelo e, por meio da imitação, transforme a sua própria vida unindo-se definitivamente a Deus.<sup>56</sup> Para tanto, é preciso que cada um carregue a sua própria cruz, assim como Cristo o fez, pois o caminho para a Glória de Deus é constituído de sacrifícios.

### **Crucificação**

O martírio chegou ao fim, Jesus está morto. O episódio da Crucificação encerra o ciclo da Paixão de Cristo, o período intermediário entre a Vida e a Glória. Cessou a existência da vida humana do Salvador e as escrituras foram cumpridas: “[...] na verdade levou sobre si o pecado de muitos [...]”<sup>57</sup>. A pintura relata a morte do Redentor na presença de Maria – sua mãe, João – o Evangelista, e Maria Madalena. Entre os relatos presentes nos evangelhos canônicos, o que mais se aproxima da pintura é a narrativa de João.

Perto da cruz de Jesus, permaneciam de pé sua mãe, a irmã de sua mãe, Maria, mulher de Clopas, e Maria Madalena. Jesus, então, vendo sua mãe e, perto dela, o discípulo a quem amava, disse à sua mãe: Mulher, eis o teu filho! Depois disse ao discípulo: Eis a tua mãe! E a partir dessa hora o discípulo a recebeu em tua casa.<sup>58</sup>

---

<sup>54</sup> RÉAU. *Iconografía del arte Cristiano. Iconografía de la Biblia: Nuevo Testamento*, p.482.

<sup>55</sup> BÍBLIA. *A Bíblia de Jerusalém* (Mateus 16, 24).

<sup>56</sup> LUZ. *Rosário da Concórdia: Vieira e os Fundamentos Místicos da Paz Social*, p. 72.

<sup>57</sup> BÍBLIA. *A Bíblia de Jerusalém* (Isaias 53,12).

<sup>58</sup> \_\_\_\_\_. *A Bíblia de Jerusalém* (João 19, 25-27).



Crucificação. Manoel Victor de Jesus, c. 1820. Pintura do forro da nave da Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Tiradentes, MG. Fonte: foto da autora (2015).

No alto de uma colina – o Gólgota – Cristo foi crucificado. A composição é clara, objetiva e totalmente aberta para o horizonte. Uma linha em diagonal divide os espaços – céu e terra – e a cruz ocupa o lugar central da narrativa. À direita, Maria Madalena de joelhos, com os braços estendidos – um gesto dramático de agonia diante do fim. À esquerda, estão representados a Virgem Maria e João, o Evangelista. De agora em diante, mãe e filho, amparando-se um ao outro. Conforme a Bíblia, o vínculo estabelecido entre a Virgem e João proclama a maternidade espiritual de Maria sobre os fiéis que estão representados pela figura do Evangelista<sup>59</sup>. No alto da cruz, a inscrição que revela o motivo de condenação: “Jesus Nazareu, o Rei dos Judeus”<sup>60</sup> – INRY.

Jesus está pregado em uma cruz de madeira com a coroa de espinhos e todo ensanguentado. O corpo esquelético, ferido, cabeça inclinada para o lado, olhos fechados, tudo é dor e sofrimento. A faixa que envolve a sua cintura – *perizonium* – parece flutuar, um movimento leve e silencioso. A Virgem Maria está em pé com as mãos entrelaçadas, envelhecida não apenas pelo tempo, mas, principalmente, pela dor do martírio espiritual que foi submetida ao lado de seu filho Jesus. A Virgem é corredentora ao lado de Cristo no processo de Salvação da humanidade; enquanto ele sofreu o martírio do corpo, Maria foi crucificada em espírito – Paixão e Compaixão. A solução formal para a dor e o sofrimento da mãe de Deus foi representada por meio dos traços fisionômicos de Maria – debilitada, exausta e abatida. João encontra-se ao lado da Virgem e

---

<sup>59</sup> BÍBLIA. **A Bíblia de Jerusalém**, nota x, p. 2036.

<sup>60</sup> \_\_\_\_\_. **A Bíblia de Jerusalém** (João 19, 19).



representa os apóstolos que se dispersaram após a prisão do Mestre<sup>61</sup>. O Evangelista foi considerado o discípulo que Jesus mais amava, participou da Paixão, foi confiado à Virgem como filho e um dos primeiros apóstolos a seguir Jesus como discípulo<sup>62</sup>. A fisionomia do evangelista é serena e angelical, traços delicados, cabelos ruivos e longos, imberbe como um adolescente. Dirige o seu olhar para a Virgem, olhos amendoados, de expressão meiga e piedosa. O gesto de Maria Madalena é patético e teatral, digno de piedade. De joelhos, braços estendidos em direção ao crucificado e o olhar fixo em Jesus. A expressão da personagem intensifica o drama do episódio – uma manifestação de amor e sofrimento.

No tocante ao significado da obra, a pintura representa o ato de Redenção, o momento em que Cristo é resgatado para salvar a humanidade dos pecados do mundo por meio do sacrifício – a morte na cruz: “[...] para o cativo das almas, e para as libertar do jugo do demônio e do pecado, só tem forças e poder o mesmo Deus, e esse com ambos os braços estendidos em uma cruz”<sup>63</sup>. Este episódio constitui um marco histórico, visto que interrompe a vida humana de Cristo para dar início à vida espiritual do Redentor através da Ressurreição. O simbolismo do episódio está no ato, a Redenção é a garantia da Salvação da humanidade e marca o momento de transição entre a vida material para a vida espiritual. A morte de Cristo na cruz simboliza o nascimento para a vida eterna, a promessa da Salvação.

Para compreender a relação entre a mensagem e os irmãos do rosário, recorreremos, novamente, aos *Sermões do P. Antônio Vieira*. Conforme as pregações do padre jesuíta, a crucificação simboliza o segundo nascimento de Cristo. O primeiro nascimento foi em Belém e sem dores, repleto de alegria; o segundo, no calvário ao pé da cruz e carregado de sofrimento. “Uma vez nascido Cristo em Belém, e outra vez nascido em Jerusalém; uma vez nascido no princípio da vida, e outra vez nascido no fim dela; uma vez trinta e três anos antes, e outra vez trinta e três anos depois [...]”<sup>64</sup>.

O *Sermão XIV* da série *Maria Rosa Mística* descreve outros dois nascimentos provenientes do calvário, o de João, o Evangelista, e o dos pretos, devotos de Nossa Senhora do Rosário. Como mencionado anteriormente, Cristo entrega aos cuidados da Virgem o seu discípulo mais

---

<sup>61</sup> RÉAU. *Iconografía del arte Cristiano. Iconografía de la Biblia: Nuevo Testamento*, p.520.

<sup>62</sup> BÍBLIA. *A Bíblia de Jerusalém*, p. 1979.

<sup>63</sup> VIEIRA. *Sermão XXVII da série Maria Rosa Mística*, p. 8.

<sup>64</sup> VIEIRA, P. Antônio. *Sermão XIV (1633)*. *Literatura Brasileira: textos literários em meios eletrônicos*, p. 3.



amado – Eis o teu Filho! Conforme padre Vieira, Jesus e João era uma só pessoa, unidos pelo amor:

[...] Jesus o Senhor e João o servo; Jesus o Mestre, e João o discípulo; Jesus o Criador; e João a criatura; Jesus o filho de Deus, e João o filho de Zebedeu, como era ou como podia ser João, não outro filho, senão o mesmo filho, nem outro Jesus, senão o mesmo Jesus que a Senhora gerara.<sup>65</sup>

E os pretos? De que forma são filhos do calvário? Pela fé e pelo batismo. De acordo com o pregador, todo homem que tem fé em Cristo é filho da Virgem Maria, assim como Cristo e João. O sermão prega que todo homem “que tem a fé e conhecimento de Cristo, de qualquer qualidade, de qualquer nação e de qualquer cor que seja, ainda que a cor seja tão diferente das dos outros homens, como é a dos pretos”<sup>66</sup> é também filho da Virgem. Como Cristo e João, o pregador se refere a um segundo nascimento, ao pé da cruz, por meio do ato de Redenção e do perdão dos pecados. Esse renascimento só é possível diante da conversão e do batismo, não são todos os pretos que se tornam filhos da Virgem e do Calvário, mas, somente aqueles que, conhecendo Cristo, foram transformados e batizados, os gentios estão excluídos. O padre jesuíta recorre ao Antigo Testamento para fundamentar o seu sermão:

Os etíopes, de que fala o texto de Davi, não são todos os pretos universalmente, porque muitos deles são gentios nas suas terras; mas fala somente daqueles de quem eu também falo, que são os que por mercê de Deus e de sua Santíssima Mãe, por meio da fé e conhecimento em Cristo, e por virtude do batismo são cristãos. [...] Porque todos os que têm a fé e conhecimento de Cristo, e são cristãos, são membros de Cristo, e os que são membros de Cristo não podem deixar de ser filhos da mesma Mãe, de que nasceu Cristo.<sup>67</sup>

A relação estabelecida pelo pregador entre os três nascimentos do calvário – Jesus, João e os Pretos; todos, a partir da mesma mãe – a Virgem Santíssima – tem como propósito a persuasão dos escravos à devoção ao Rosário, especialmente, a contemplação dos mistérios dolorosos que os ensina o caminho da Redenção. Ademais, é nos mistérios da Paixão que a vida dos irmãos do rosário se assemelha mais à vida de Cristo. “Bem-aventurados vós, se souberem conhecer a fortuna do vosso estado, e, com a conformidade e imitação de tão alta e divina semelhança, aproveitar e santificar o trabalho!”<sup>68</sup>.

---

<sup>65</sup> \_\_\_\_\_ . Sermão XIV (1633), p. 4.

<sup>66</sup> VIEIRA. Sermão XIV (1633), p. 5.

<sup>67</sup> \_\_\_\_\_ . Sermão XIV (1633), p. 6.

<sup>68</sup> \_\_\_\_\_ . Sermão XIV (1633), p. 10.



Os pretos – irmãos do rosário – são persuadidos a agradecer a Deus pelo cativo. Foi a escravidão que garantiu a oportunidade do conhecimento de Cristo e dos mistérios do Rosário. O que parece ser apenas uma proposta de devoção, passa a ser, no discurso do P. Vieira, uma obrigação: “O novo nascimento dos mesmos pretos, como filhos da Mãe de Deus, lhes mostra a obrigação que têm de servir, venerar e invocar a mesma Senhora com o seu Rosário”<sup>69</sup>. Como primeira obrigação, o pregador declara o seguinte:

[...] deveis dar infinitas graças a Deus por vos ter dado conhecimento de si, e por ter vos tirado de vossas terras, onde vossos pais e vós vivíeis como gentios, e vos ter trazidos a esta, onde, instruídos na fé, vivais como cristãos, e vos salveis.<sup>70</sup>

A mensagem da crucificação corresponde ao ato de Redenção, o perdão dos pecados e a libertação da alma. O segundo nascimento de Jesus, o renascimento para uma vida espiritual e eterna, é oferecido como possibilidade a todos aqueles que creem em Cristo e em seu reino, os quais podem, como Jesus, renascer para uma nova vida. O sermão plástico da Crucificação correlaciona com a proposta da Igreja Católica de evangelizar e converter os membros da irmandade ao catolicismo e ratifica as mensagens presentes nos quatro mistérios anteriores: a submissão do fiel à vontade do Pai, a conformação com o sofrimento, a conversão, o batismo e a imitação da vida de Cristo como caminho para a Salvação.

### **Considerações finais**

Os Mistérios Dolorosos correspondem ao martírio de Cristo que culminou com a sua morte na cruz – símbolo da Redenção e do renascimento para a vida eterna. Semelhante aos Mistérios Gozosos, as passagens bíblicas recomendam uma conduta de vida, no entanto, o comportamento sugerido pela Paixão de Cristo está diretamente relacionado com as adversidades da vida e o sofrimento humano. As narrativas da Paixão instruem os fiéis a aceitarem a vontade de Deus Pai com base no argumento de que todo sofrimento tem a sua recompensa.

O cativo é transformado em milagre, o açoite em bênção, o sofrimento em Glória, a morte em vida. Conforme Guilherme Amaral Luz, as relações entre cristianismo e escravidão não são estabelecidas pela contradição, não existe oposição entre catolicismo e escravidão, entre caridade e violência ou entre conversão e sujeição<sup>71</sup>. O discurso cristão manifesto nos Mistérios da Paixão estabelece uma relação direta com a vida dos fiéis – os receptores da obra de arte.

---

<sup>69</sup> \_\_\_\_\_, **Sermão XIV (1633)**, p. 7.

<sup>70</sup> VIEIRA, **Sermão XIV (1633)**, p. 8.

<sup>71</sup> LUZ, **Rosário da Concórdia: Vieira e os Fundamentos Místicos da Paz Social**, p. 66.



Como dito, os irmãos do rosário eram, em sua maioria, negros, africanos e descendentes; a maioria escravos e alguns libertos. Conheciam, direta ou indiretamente, o sofrimento da flagelação e os castigos sofridos pela desobediência.

O projeto iconográfico do martírio de Jesus proposto pela irmandade do Rosário é associado à vida desses homens e mulheres que estavam sendo convertidos à fé católica. Os episódios tinham como função comover o fiel e persuadi-los da necessidade da conversão, do batismo e, sobretudo, da aceitação do sofrimento e da conformação com a escravidão.

Além de serem induzidos à resignação, os irmãos do rosário eram persuadidos a agradecer a Deus pelo cativo, pois foi por meio da escravidão que os mesmos tiveram a oportunidade de conhecer o caminho para a Salvação da alma. P. Vieira afirma que aquele que é libertado torna-se cativo do libertador, sendo assim, os membros da confraria, libertos do cativo da alma pela oração, devoção e meditação dos mistérios do Rosário, tornam-se cativos de Nossa Senhora do Rosário e de Jesus Cristo. Deste modo, são impelidos a cultuar e venerar a Virgem do Rosário – a carta de alforria dos irmãos do Rosário.

Por isso foi necessário que o Filho de Deus se fizesse homem, e morresse em uma cruz, para que com o preço infinito de seu sangue pudesse resgatar e resgatasse as almas do cativo do demônio e do pecado. E deste cativo tão dificultoso, e tão temeroso, e tão imenso é que eu vos prometo a carta de alforria pela devoção do Rosário da Mãe do mesmo Deus.<sup>72</sup>

Guilherme Amaral relata que na hierarquia dos mistérios do Rosário, P. Antônio Vieira concede maior importância aos mistérios dolorosos – a Paixão de Cristo – sendo a contemplação dos mistérios uma preparação para a morte e, conseqüentemente, uma preparação para que ela se torne gloriosa. “O Rosário, assim, auxiliaria o fiel na expiação de seus pecados, na tomada de consciência de sua condição mortal e na indicação, por meio do exemplo de Cristo revelado nos mistérios, dos caminhos para a Redenção”<sup>73</sup>.

O discurso proferido pelo P. Antônio Vieira no *Sermão XXVII* da série *Maria Rosa Mística* explica que Cristo veio libertar os homens do cativo da alma e não do corpo. Para o pregador, o homem é feito de corpo e alma, logo, existem dois tipos de cativo: o do corpo e o da alma. O homem pode ser escravo do corpo, mas deve ter a sua alma livre, pois a alma é mais importante que o corpo.

---

<sup>72</sup>VIEIRA. *Sermão XXVII da série Maria Rosa Mística*, p. 8.

<sup>73</sup>LUZ. *Rosário da Concórdia: Vieira e os Fundamentos Místicos da Paz Social*, p.73.





A alma é melhor que o corpo, o demônio é pior senhor que o homem, por mais tirano que seja; o cativo dos homens é temporal, o do demônio eterno; logo, nenhum entendimento pode haver, tão rude e tão cego, que não conheça que o maior e pior cativo é o da alma.<sup>74</sup>

No mesmo sermão, Vieira recorre à Bíblia – São Pedro e São Paulo – para convencer os escravos a suportarem, com paciência, o sofrimento do cativo e explica as razões da Paixão:

A Paixão de Cristo teve dois fins: o remédio e o exemplo. O remédio foi universal para todos nós: *passus est pro nobis*; mas o exemplo não duvida São Pedro afirmar que foi particularmente para os escravos, com quem falava: *vobis relinquens exemplum*. E por quê? Porque nenhum estado há entre todos mais aparelhado no que naturalmente padece, para imitar a paciência de Cristo, e para seguir as pisadas do seu exemplo: *Vobis relinquens exemplum, ut sequamini vestigia ejus*.<sup>75</sup>

A escravidão é, portanto, semelhante à Paixão de Cristo, isto é, a preparação do homem para a Glória de Deus. Cada discurso recomenda uma conduta de vida baseada na imitação da vida de Cristo que suportou, em silêncio e com paciência, o seu martírio obtendo, após a morte, a vida eterna.

---

<sup>74</sup> VIEIRA. Sermão XXVII da série Maria Rosa Mística, p. 6.

<sup>75</sup> \_\_\_\_\_. Sermão XXVII da série Maria Rosa Mística, p. 12.



# O debate científico em torno do espiritismo mexicano na segunda metade do século XIX. O exemplo do Liceo Hidalgo

The debate around the Mexican modern spiritualism in the second half of 19<sup>th</sup> century. The Liceo Hidalgo example

**Luiz Felipe Santos Batista**

Graduado em História

Universidade Federal de Minas Gerais

luiz.felipesb89@gmail.com

**Recebido em:** 25/11/2016

**Aprovado em:** 06/02/2017

**RESUMO:** O seguinte artigo é fruto do último capítulo de nossa monografia de conclusão de curso e consiste em publicar, de maneira inédita em âmbito brasileiro, os debates ocorridos entre materialistas e espiritistas no *Liceo Hidalgo* e no *Teatro del Conservatorio* em abril de 1875 na Cidade do México. A intenção de tais debates era discutir o aspecto científico proposto pela doutrina espírita, o que atraiu a atenção de importantes intelectuais mexicanos do período, das classes média e alta da sociedade da época e de certa parte da imprensa que se posicionou a favor de algum dos lados envolvidos no debate. Destacamos dois periódicos: o *El Federalista* e o *La Ilustración Espírita*, sendo que o primeiro defendeu os preceitos expostos pelos materialistas/positivistas enquanto o segundo defendeu as ideias postuladas pelos espíritas/espiritualistas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Liceo Hidalgo, El Federalista, La Ilustración Espírita.

**ABSTRACT:** The next article is consequence of the last chapter of our undergraduate thesis and the intention is publish, unprecedented in the Brazilian context, the debates involved materialists and modern spiritualists at *Liceo Hidalgo* and *Teatro del Conservatorio* in April 1875 at Mexico City. The intention of these debates was discuss the scientific aspect proposed by Modern Spiritualism doctrine that attracted the attention of many important Mexicans intellectuals from this time, the high and medium classes of the society and some parts of the press, especially two journals: *El Federalista* and *La Ilustración Espírita*, being that the first defended the ideas exposed by materialists/positivists and the second defended the position of modern spiritualists/spiritualists.

**KEYWORDS:** Liceo Hidalgo, El Federalista, La Ilustración Espírita.



## Introdução

Ainda não é um consenso entre os pesquisadores a data de surgimento do espiritismo no México. Rojas Flores<sup>1</sup> apresenta o ano de 1857 como sendo o ano em que se conheceram as primeiras notícias da doutrina naquele país enquanto que o Anuário Espírita do ano 2000<sup>2</sup> apresenta duas datas distintas, 1861 e 1872, como possíveis marcos do nascimento do espiritismo mexicano; mas independente da data exata de surgimento dessa doutrina de características religiosas, científicas e filosóficas no México, o espiritismo é um sistema de pensamento que chega a esse país a partir das mãos do general liberal Refugio Indalecio González em um momento de profunda mudança na mentalidade da elite social mexicana do período caracterizada por um conflito ideológico-político entre liberais (divididos em moderados e radicais) e conservadores. Para o grupo de adeptos da vertente radical do movimento liberal era necessário empreender de maneira urgente a construção de um México moderno, próspero e com coesão interna em contraposição a um México colonial dominado por uma ideologia e por um obscurantismo<sup>3</sup> cuja representação era associada à imagem da Igreja Católica, vista como uma instituição que obstaculizava o progresso intelectual, social, político e econômico do povo mexicano e que de acordo com as palavras de Porfirio Parra<sup>4</sup> representava um agente de perturbação social já que adotava ideias e atitudes percebidas como sendo pré-modernas.

De acordo com Covo<sup>5</sup>, a liberdade de pensamento era considerada pelos liberais como o primeiro dos Direitos do Homem e uma educação baseada em uma visão de mundo conservadora impossibilitaria ao ser humano o desenvolvimento de uma consciência moral cujo centro é a valorização da noção de liberdade individual. A partir da promulgação da Constituição de 1857 e das Leis de Reforma de 1860 que garantiam, respectivamente, uma educação laica alheia à escolástica católica e ao conservadorismo e a liberdade irrestrita de cultos religiosos, doutrinas com alto conteúdo liberal, científico, anticlerical e que principalmente valorizavam a noção de indivíduo, como é o caso do espiritismo, começaram a atrair a atenção de parte da elite intelectual e política liberal mexicana. Isso se explica devido à certa semelhança daquela com o

---

<sup>1</sup> FLORES, Gonzalo Rojas. **El movimiento espiritista en México (1857-1985)**. 708 f. Dissertação (Maestría en Historia de México) – Universidad Nacional Autónoma de México, Programa de Pós-Graduação em Historia de México, Cidade do México, 2000.

<sup>2</sup> México espírita: ayer y hoy. **Anuario Espírita 2000, Caracas**, ano XV, n.15, p.79-86, mai.2000.

<sup>3</sup> BASTIAN, Jean-Pierre. **Protestantismo y modernidad latinoamericana**: historia de unas minorías religiosas activas en América Latina. México: FCE, 1994, p. 351.

<sup>4</sup> PARRA, Porfirio. **Sociología de la Reforma**. México: Empresas Editoriales, 1948, p. 244.

<sup>5</sup> COVO, Jacqueline. **Las ideas de la Reforma en México, 1855-1861**. México: UNAM, 1983, p. 668.



positivismo, em voga na época, pois ambas compartilham ideias similares como as de evolução, progresso e a busca incessante pela cientificidade.

Tais características apresentadas pelo espiritismo e também por outras doutrinas de cunho liberal como a franco-maçonaria e de certo modo o protestantismo, agradaram ao setor liberal dirigente que começou a incentivar a chegada dessas sociedades religiosas alheias e independentes da órbita de influência da Igreja Católica ao México e que serviram de acordo com Bastian<sup>6</sup> como uma estratégia utilizada pelo governo para desviar a atenção da Igreja Católica do âmbito político para o âmbito religioso. Além do mais, as então recém-chegadas sociedades de ideias<sup>7</sup> foram utilizadas pelos defensores do liberalismo como uma ferramenta de combate contra ideais conservadores nos mais diversos campos e que posteriormente exerceram influência determinante em certos acontecimentos da história política e social do México como, por exemplo, na Revolução Mexicana<sup>8</sup>.

Em compensação, a aceitação do espiritismo não foi unânime entre os intelectuais e cientistas liberais do período devido a uma forte presença de valores espiritualistas na doutrina, principalmente àqueles que se referiam à valorização moral do indivíduo e do Homem e ao fato de a doutrina espírita se posicionar a favor na crença da existência de outros planos alheios à matéria, neste caso, da existência da alma. De acordo com Zea, em um período dominado pela ditadura científica<sup>9</sup>, no qual todos os fenômenos naturais poderiam ser explicados a partir da experimentação, o fato do espiritismo defender a existência da alma como um fenômeno natural passível de comprovação científica foi recebido com uma mescla de curiosidade, indiferença e burla por parte de intelectuais e cientistas defensores do materialismo. Ao mesmo tempo o discurso espírita passa a ser considerado por aquele grupo como uma ameaça a ser combatida, pois se caso os valores espiritualistas defendidos pelo espiritismo comprovassem sua existência real a partir do próprio método científico, colocaria automaticamente em questionamento não somente a teoria materialista mas também a seus defensores.

---

<sup>6</sup> BASTIAN, Jean-Pierre. **Protestantismo y sociedad en México**. México: CUPSA, 1983, p. 241.

<sup>7</sup> \_\_\_\_\_. **Protestantes, liberales y francmasones**. México: FCE, 1994, p. 178.

<sup>8</sup> Para maiores detalhes consultar as obras de BASTIAN, Jean-Pierre. **Los disidentes: sociedades protestantes y revolución en México 1872-1911**. México: COLMEX/FCE, 1989.; TORTOLERO CERVANTES, Yolia. **Un espírita traduce su creencia en hechos políticos: Francisco I. Madero (1873-1913)**. 308 f. Tese (Doctorado en Historia) – Centro de Estudios Históricos, El Colegio de México, Cidade do México, 1999.

<sup>9</sup> ZEA, Leopoldo. **El Positivismo en México: nacimiento, apogeo y decadencia**. México: FCE, 2002.



É nesse contexto que devem ser entendidos os debates do *Liceo Hidalgo*, tomando em consideração que não há um lado certo ou errado nos debates; o que há é uma disputa ideológica entre grupos que ultrapassou os muros do *Liceo* e que atingiu outros setores da sociedade como a imprensa, que se posicionou a favor de um ou de outro grupo. Os periódicos *El Federalista* e *La Ilustración Espírita* são exemplos do posicionamento dicotômico existente à época e que serão a seguir apresentados.

### **Os debates do Liceo Hidalgo retratados a partir das perspectivas dos jornais El Federalista e La Ilustración Espírita**

Os debates intelectuais ocorridos no *Liceo Hidalgo* e no *Teatro del Conservatorio* em abril de 1875 são um bom exemplo que retrata o antagonismo existente na intelectualidade mexicana do período. A intenção é demonstrar, a partir da bibliografia já escrita, o que aconteceu em ditos confrontos entre espiritistas e materialistas e ilustrar, através de publicações periódicas, como tais conflitos foram interpretados por quem presenciou o evento histórico. Veremos que dois periódicos em específico, o *La Ilustración Espírita* e o *El Federalista*, possuem posições ideológicas muito bem definidas e opostas: o primeiro realiza uma clara defesa da posição espírita enquanto o segundo publica em suas colunas artigos que atacam o espiritismo e defendem o materialismo/positivismo.

Escardó apresenta os debates ocorridos no *Liceo Hidalgo* como “la primera polémica filosófica que, como tal, fue considerada en México”<sup>10</sup> e que “acentuó antagonismos propios de fines del siglo XIX”<sup>11</sup>, já que a discussão principal girou em torno do reconhecimento, por parte da intelectualidade da época, da cientificidade ou não da doutrina espírita e de que maneira esta poderia aportar ao conhecimento científico. Outro ponto complementar tratado nos debates se referiu à possível existência da alma e de como esta teria ou não predominio sobre o corpo físico. Como veremos mais adiante, as discussões foram acirradas e atraíram a atenção do público que a cada sessão “abarrotaban las entradas del recinto”<sup>12</sup> visando observar as participações dos ilustres intelectuais presentes de ambos lados. A tensão e a polarização existentes na intelectualidade e na

---

<sup>10</sup> ESCARDÓ, Zenia Yébenes. Las vicisitudes del desencantamiento del mundo: espiritistas y positivistas en la polémica del Liceo Hidalgo de 1875. In: ILLADES, Carlos e LEIDENBERGER, Georg (orgs.). **Polémicas intelectuales del México moderno**. México: UAM, 2008, p. 115.

<sup>11</sup> \_\_\_\_\_. Las vicisitudes del desencantamiento del mundo, p. 115.

<sup>12</sup> LEYVA, José Mariano. **El ocaso de los espíritus: el espiritismo en México en el siglo XIX**. México: Cal y Arena, 2005, p. 144.



sociedade mexicana durante esse período podem ser exemplificadas através da seguinte frase: “en el país los contendientes eran claros: positivistas y espiritistas”<sup>13</sup>.

De acordo com Leyva, tudo começou a partir de três artigos publicados pelo *La Ilustración Espírita* na sua edição de março de 1875<sup>14</sup>. Tais artigos retratavam uma prática que estava virando moda entre os espíritas e que “*causaban mucho ruido en este momento*”<sup>15</sup> tanto na América como na Europa: a fotografia espírita<sup>16</sup>. Parecia que finalmente os espiritistas haviam encontrado um método científico capaz de comprovar o que tanto almejavam. Dita pretensão de cientificidade da fotografia espírita começou a render discussões no âmbito jornalístico entre os que acreditavam nela e os que eram céticos quanto à realidade das materializações espirituais retratadas através de fotos. Leyva não deixa de emitir uma opinião de descrença a respeito: “[...]. *El día de hoy, al observar algunas de estas fotos trucadas resulta imposible pasar por alto la rústica manipulación en laboratorio*”<sup>17</sup>. O argumento de fraude fotográfica era o mais recorrente retratado pelos céticos em suas publicações periódicas.

A repercussão dos artigos do *La Ilustración Espírita* chegou a tal ponto que tanto materialistas quanto espiritistas se viram na necessidade de debater a intenção científica do espiritismo frente a frente. O *Liceo Hidalgo* era o palco ideal para tal confronto de ideias e posições, pois dito recinto “*tenía experiencia en cuanto a polémicas famosas*”<sup>18</sup>. De acordo com Leyva, Agustín Monteagudo, presidente da Sociedade Espírita Central, ficou responsável por organizar o grupo espírita e Gustavo Baz por organizar os materialistas/positivistas<sup>19</sup>. Os clérigos da Igreja Católica não participaram diretamente do debate, pois a intenção das reuniões no *Liceo* era discutir a vertente científica do espiritismo, não sua associação com ideias religiosas.

Los contendientes estaban definidos de antemano: **los espiritistas y espiritualistas se confrontarían a los representantes del materialismo y el positivismo**. Debido a que la discusión se centraba en el sustento científico de las doctrinas, los religiosos se quedaron al margen [...].<sup>20</sup>

---

<sup>13</sup> ESCARDÓ. Las vicisitudes del desencantamiento del mundo, p. 115.

<sup>14</sup> LEYVA. **El ocaso de los espíritus**, p. 135.

<sup>15</sup> \_\_\_\_\_. **El ocaso de los espíritus**, p. 135.

<sup>16</sup> A fotografia era utilizada pelos investigadores da época para registrar e comprovar cientificamente o fenômeno de materialização espiritual. Ver artigo *El fotomédium y la fotografía de espíritus* em **Revista Luna Córnea**, n.10, septiembre-diciembre, 1996, p. 11-14 e DOYLE, Arthur Conan. **História do Espiritismo**. São Paulo: Editora Pensamento, 2013, p. 361-378. Para os fenômenos de materialização consultar: AKSAKOF, Alexandre. **Animismo e Espiritismo**. vol.1. Rio de Janeiro: FEB, 1983, p. 52-303. Cf.; BOZZANO, Ernesto. **Metapsíquica Humana**. 3. ed. Rio de Janeiro: FEB, 1980, p. 141-202.

<sup>17</sup> LEYVA. **El ocaso de los espíritus**, p. 136.

<sup>18</sup> LEYVA. **El ocaso de los espíritus**, p. 137.

<sup>19</sup> \_\_\_\_\_. **El ocaso de los espíritus**, p. 138.

<sup>20</sup> \_\_\_\_\_. **El ocaso de los espíritus**, p. 138 (negrito nosso).



La ausencia significativa fue precisamente de las confesiones religiosas y de la Iglesia católica. **Los espiritistas compartían con los positivistas una visión de la Iglesia como una institución rémora de un pasado oscurantista, incapaz de explicar satisfactoriamente los fenómenos de la naturaleza.**<sup>21</sup>

A primeira sessão ficou acordada entre os grupos para uma segunda-feira, 5 de abril de 1875. Os debates ocorreriam a cada sete dias até o final do mês, portanto, seriam levadas a cabo ao todo quatro sessões referentes aos dias 5/04/1875, 12/04/1875, 19/04/1875 e 26/04/1875.

É chegado o dia 5 de abril de 1875. De acordo com Leyva faltavam poucos minutos para as oito da noite quando foram vistos ingressando no Liceo Hidalgo pessoas de “temperamento reconocido”<sup>22</sup> com seus livros embaixo do braço, espiritistas que levavam em suas mãos “las más recientes comunicaciones a las que se habían encomendado”<sup>23</sup>, cronistas com seus cadernos de notas e várias senhoras dispostas a escutar o confronto que se daria naquela noite. Leyva nos conta que de repente “los murmullos de reconocimiento entre el auditorio fueron cesando para dar entrada al discurso pronunciado por el diputado jalisciense Emerito Robles Gil”<sup>24</sup>. Robles Gil pronunciou um discurso intitulado *Profesión de Fé* em que se posicionava a favor do espiritismo e no qual afirmava que a morte era somente mais um passo para a perfeição do espírito. Cessado o discurso, iniciaram-se as atividades previstas para aquela noite.

A ordem de fala seria alternada entre positivistas e espiritistas e de acordo com as expectativas do intelectual espiritualista José María Vigil, presente naquela sessão, “lo que se podía respirar era um nuevo espíritu filosófico, pocas veces acontecido con tal determinación en la Ciudad de México”<sup>25</sup>. Os personagens que participariam como expositores daquele primeiro encontro seriam Francisco Pimentel e Gustavo Baz representando o lado positivista/materialista; e Juan Cordero e Santiago Sierra defendendo o grupo dos espíritas. Outro importante personagem da história latino-americana que discursou naquela ocasião foi o futuro líder da Guerra de Independência de Cuba, José Martí. De acordo com o *La Ilustración Espírita* publicado em 1º de maio de 1875, Martí se posicionou como sendo um espiritualista já que sentia “en si mismo la existencia de un espíritu imperecedero y enteramente ajeno a la matéria”<sup>26</sup>, o que não

---

<sup>21</sup> ESCARDÓ. *Las vicisitudes del desencantamiento del mundo*, p. 131 (negrito nosso).

<sup>22</sup> LEYVA. *El ocaso de los espíritus*, p. 139.

<sup>23</sup> \_\_\_\_\_. *El ocaso de los espíritus*, p. 139.

<sup>24</sup> LEYVA. *El ocaso de los espíritus*, p. 139.

<sup>25</sup> \_\_\_\_\_. *El ocaso de los espíritus*, p. 139.

<sup>26</sup> Fondo Reservado Hemeroteca Nacional de México (FRHNM). *Espiritismo y materialismo. La Ilustración Espírita*. 1 de mayo de 1875, p. 149.



significa que o poeta cubano estivesse defendendo a posição dos espíritas e menos ainda dos materialistas.

Si el papel de José Martí no fue muy sobresaliente dentro de la historia espírita, sí fue significativo para su historia personal. **En esta primera sesión, atacó el materialismo de Gustavo Baz, pero no se postuló por los espiritistas.** Dijo creer en la “existencia del espíritu”, sin especificar profundamente en ello. **Una cómoda posición que buscaba el justo medio.**<sup>27</sup>

A primeira sessão dos debates foi aberta com a seguinte pergunta realizada pelo então presidente do *Liceo* e da sessão, Francisco Pimentel: “Invitados los Espíritas a discutir en el Liceo Hidalgo esta proposición: ¿Qué influencia tiene el Espiritismo en el estudio de las ciencias? [...]”<sup>28</sup>. Imediatamente Gustavo Baz se posiciona e contesta: “puesto que el espiritismo no se basa en hechos experimentales, no puede contribuir al progreso de las ciencias positivas, no economiza el tiempo, ni el trabajo en las investigaciones científicas, por lo mismo, es inútil”<sup>29</sup>. Portanto, para Baz o espiritismo seria apenas resultado de crenças remotas não sendo passível de comprovação experimental. Insatisfeitos com tal colocação de Gustavo Baz, responderam em seguida os espíritas:

Aquí nos permitimos de paso, una simple observacion. Los fundamentos del Espiritismo son, en efecto, antiquísimos, y en esta circunstancia, lo mismo que en su universalidad, funda precisamente uno de los argumentos para establecer su verdad. En todos los tiempos, en todos los países, en todas las creencias y en todos los grados de civilización, los pueblos han admitido la existencia de seres inteligentes despojados del cuerpo, con los cuales el hombre puede entrar en comunicacion. Pero el Espiritismo no establece simplemente esa creencia, en cuyo caso cabria muy bien la observacion de Sr. Baz, sino que partiendo del hecho, trata de explicarlo, despojándolo de todo carácter sobrenatural y misterioso, y fijando las leyes generales á que está sometido, es decir, estableciendo una ciencia allí donde ántes solo se veian fenómenos que se sustraian enteramente á la investigacion científica. Se ve, pues, que sea cual fuere la opinion que se tenga de la verdad del Espiritismo, el hecho es que este se presenta en nuestros días bajo un aspecto enteramente nuevo, dando métodos para producir esos fenómenos, para regularizarlos y para formar un cuerpo de doctrinas filosóficas, que se ligan directamente y de una manera especial con las ciencias ideológicas y morales.<sup>30</sup>

Para Leyva ao pronunciar ditas palavras, Juan Cordero objetivou aproximar o espiritismo mais das ciências filosóficas que do positivismo duro, o que chamou a atenção do presidente da

---

<sup>27</sup> LEYVA. **El ocaso de los espíritus**, p. 142 (negritos nosso).

<sup>28</sup> FRHNM. El Espiritismo en la tribuna y la prensa. **La Ilustración Espírita**. 1 de mayo de 1875, p. 147.

<sup>29</sup> Unidad de Microfilmación y Fotografía Hemeroteca Nacional de México (UMyFHNM). **El Federalista**, 7 de abril de 1875.

<sup>30</sup> FRHNM. Una discusion interesante, p. 149.





sessão Francisco Pimentel<sup>31</sup>. Este argumentou que o fato de uma ausência de definição clara do que seria o espírito por parte dos espiritistas impossibilitava que a doutrina deste grupo almejasse entrar na categoria de ciência. Assim retratou a reação de Pimentel o *La Ilustración Espírita*:

Después tomó la palabra el Sr. Pimentel, presidente de la sesión. Comenzó exigiendo una definición precisa de lo que es el Espíritu, porque sin esta condición previa no podría establecerse ninguna ciencia espiritualista; manifestó luego la imposibilidad de dar esta definición, y sucediendo otro tanto respecto de la materia, dedujo que al decir que él Espíritu es una cosa inmaterial, no se hacía mas que dar una negación de una cosa abstracta: de aquí, la imposibilidad absoluta para discutir siquiera sobre un asunto enteramente desconocido y que se sustrae por completo á toda la indagación positiva.<sup>32</sup>

E aproveitou o momento para provocar e questionar a posição do defensor do materialismo:

El Sr.Pimentel no nos dijo qué era lo que sucedía con las ciencias físicas y naturales, aunque de sus principios parece deducirse que deben rechazarse como cosas inútiles, pues necesitamos saber primero con toda exactitud que es materia, cosa que aseguró ser imposible, lo que es perfectamente verdad. Así es que, suprimidos de un golpe todas las ciencias físicas y metafísicas, quedamos en la duda de saber á qué se seguirá aplicando el método positivista.<sup>33</sup>

Santiago Sierra foi o encarregado de encerrar a primeira sessão e ofereceu aos ouvintes um panorama geral da história do espiritismo e de sua influência nas artes, na literatura, na filosofia e nas ciências, além de contar a respeito da filiação dos grandes intelectuais ingleses à doutrina espírita.

De acordo com Leyva, a primeira sessão do Liceo Hidalgo terminou às 23 horas e os presentes se retiraram “evitando el silencio”<sup>34</sup>, já que comentavam e discutiam cada uma das participações. Segundo o historiador mexicano, nesta noite “sólo se esbozaron los conflictos y confrontaciones que más tarde se agudizarían. El ambiente, como el calor de la sala, aumentó conforme las sesiones avanzaron”<sup>35</sup>. Um artigo publicado no *El Federalista* e reproduzido no *La Ilustración Espírita* fez com que os ânimos de ambas partes se exaltassem ainda mais para a seguinte sessão: “parece que la discusión promovida en el Liceo Hidalgo sobre el Espiritismo, ha impulsado á los adeptos a esta creencia para aumentar la propaganda de sus doctrinas. A los

---

<sup>31</sup> LEYVA, **El ocaso de los espíritus**, p. 141.

<sup>32</sup> FRHNM. Una discusión interesante, p. 150.

<sup>33</sup> \_\_\_\_\_. **La Ilustración Espírita**, p. 150.

<sup>34</sup> LEYVA. **El ocaso de los espíritus**, p. 144.

<sup>35</sup> \_\_\_\_\_. **El ocaso de los espíritus**, p. 144.



periódicos y artículos que hasta ahora han publicado, quieren añadir un nuevo medio de popularizarse”<sup>36</sup>.

Os espíritas se sentiram incomodados com a acusação proferida pelos materialistas de um possível interesse econômico por parte daquele grupo oriundo dos debates no *Liceo*. A intenção dos materialistas era segundo Leyva a de “relacionar a los espiritistas con una religión corrupta y demagoga. Presentarlos como aficionados a las ganancias personales, tal vez económicas”<sup>37</sup>.

Doze de abril de 1857 às 20 horas. Começa mais uma sessão no *Liceo Hidalgo* referente ao embate de ideias entre materialistas e espiritistas e, de acordo com o *La Ilustración Espírita*, “la concurrencia fué numerosísima, dominando en ella según pudimos juzgar, el elemento espiritualista”<sup>38</sup>. Segundo retrata Leyva, os assistentes daquela noite eram principalmente “médicos, abogados, ingenieros, estudiantes de escuelas profesionales, filósofos y sobretudo un gran número de señoras”<sup>39</sup>. Houve um ponto em que a disputa por um lugar foi tão grande por parte dos espectadores que a sessão teve que ser transferida de local, sendo escolhido o *Teatro del Conservatorio* para continuar as discussões. Leyva assim nos relata o acontecido:

El presidente del Liceo tuvo que sortear a varias personas que abarrotaban las entradas del recinto, luego pidió permiso mientras la gente parada se apretujaba a los lados de los pasillos. Finalmente llegó al estrado en medio a la sofocación y anunció voz en cuello que, debido a la gran cantidad de gente, era oportuno que la sesión tuviese lugar en el Teatro del Conservatorio, más grande que el planeado originalmente.<sup>40</sup>

Uma vez todos acomodados no novo recinto, iniciou-se o debate. Presidindo a mesa, mais uma vez, encontrava-se Francisco Pimentel. Do seu lado direito estavam a postos os materialistas e positivistas e do lado esquerdo localizavam-se os espíritas e espiritualistas. Os expoentes foram Francisco Pimentel pelo lado materialista e Juan Cordero e Santiago Sierra pelo dos espíritas. Além do mais, havia uma ilustre presença no recinto, a de Justo Sierra que nesta ocasião participou somente do debate na categoria de ouvinte<sup>41</sup>. O presidente foi o encarregado de abrir os debates com a seguinte pergunta: “*si el éter pesa 39 millones de veces menos que el aire, ¿cómo puede ser pesada el alma? [Risas]*”<sup>42</sup>. De acordo com Leyva a pergunta foi dirigida a um artigo escrito por Juan Cordero no qual este sinalizava que a alma estava constituída por éter e que no

<sup>36</sup> FRHNM. Movimiento Espírita. *El Federalista* reproduzido pelo *La Ilustración Espírita*, p. 147-148.

<sup>37</sup> LEYVA. **El ocaso de los espíritus**, p. 146.

<sup>38</sup> FRHNM. Espiritismo y materialismo, p. 149.

<sup>39</sup> LEYVA. **El ocaso de los espíritus**, p. 144.

<sup>40</sup> LEYVA. **El ocaso de los espíritus**, p. 144.

<sup>41</sup> \_\_\_\_\_. **El ocaso de los espíritus**, p. 145.

<sup>42</sup> FRHNM. Materialismo y Espiritismo – segunda sesión. **La Ilustración Espírita**, 1 de mayo de 1875, p. 152.



momento de abandonar o corpo era possível apalpá-la devido ao peso perdido. Em seguida Francisco Pimentel realizou a seguinte intervenção:

[...] habiendo yo observado al Sr. Martí que sus discusiones eran puras declamaciones poéticas contestó: “yo he creído en el espíritu estudiando anatomía comparada”. Esto me ha dejado estupefacto. Los hombres que han estudiado mejor anatomía comparada son los darwinistas quienes han descendido á las observaciones mas finas, y ellos sostienen que todos los animales descienden de un tipo primitivo. Pues bien, la anatomía comparada que ha evocado el Sr. Martí en su favor, lo que prueba es, no que el Sr. Martí sea espíritu, sino descendiente de un orangutan, un gorilla ó un chimpansé [Risas y aplausos].<sup>43</sup>

Imediatamente levanta-se Juan Cordero e realiza um discurso que tratava de reconciliar os argumentos espírito-positivistas. É chegada a vez do pronunciamento de Santiago Sierra que resultou não ser tão amistoso como o de Cordero. Durante a sua fala, Sierra convidou os seus oponentes a discutir a questão do espiritismo como ciência ou religião no âmbito da imprensa já que “estaba convencido que una discusión como la que en aquel recinto tenía lugar, no podía producir la convicción para ninguna de las sectas filosóficas que con el espiritismo luchaban”<sup>44</sup>. Posteriormente em um artigo publicado em 1º de setembro de 1875 no *La Ilustración Espírita*, Sierra responde às acusações proferidas por Francisco Pimentel na segunda sessão da seguinte maneira:

[...] los espíritas no fueron invitados a hacer experimentos psicopómpicos [sic] en el Liceo Hidalgo, sino a discutir, és decir a exponer y defender las razones que para profesar su creencia les asisten. No es de extrañar que los adeptos de Kardec no hayamos llevado a la discusion aparatos, puesto que no bastaban [o mejor dicho, no importaban las críticas de] nuestros contrincantes para ensayar la virtud de nuestros raciocinios. También me abstengo de rechazar el cargo, que nos hizo usted de contradecirnos al afirmar que el espíritu es incopóreo y bicorpóreo. El espíritu es un agente cuya naturaleza no es desconocida, pero que se vale para manifestarse físicamente, en el cuerpo y fuera del cuerpo, de una fuerza especial cuya esencia no es tan inaccesible. Esa fuerza, que és quizá el éter [sic] en cierto modo de vibración, y el ser que la posee, forman dos entes distintos, sin que esto quiera decir que el espíritu sea materia, ni que no lo sea, ni que sea dos cuerpos. Tal es nuestra creencia. [...] ni la anatomía comparada lleva a probar que nuestro querido amigo el señor Martí sea descendiente de un gorilla, ni los darwinistas pretenden que todos los animales descienden de un tipo primitivo, sino de cuatro o cinco. Cuvier, el verdadero creador de la anatomía comparada, creyó en la invariabilidad típica de las especies, y gracias a esta idea fundó la paleontología tal como existe hoy. Esteban Geoffroy Saint-Hilaire, su más ilustre competidor, atribuyó la posibilidad de ciertas variaciones a la influencia de los medios de vida; y Huxley, el más célebre anatomista

---

<sup>43</sup> UMyFHNM. Algunas observaciones contra el Espiritismo hechas verbalmente en el Liceo Hidalgo. **El Federalista**, 25 de abril de 1875, p. 185.

<sup>44</sup> ESCARDÓ. **Las vicisitudes del desencantamiento del mundo**, p. 137.



contemporáneo, se limitó a decir que “la anatomía prueba cómo hay una distancia mucho menor entre los simianos antropoides y el hombre, que entre los antropoides de diferentes especies.<sup>45</sup>

Os ânimos se exaltaram ainda mais quando, após o discurso de Santiago Sierra, um homem de sobrenome Cervantes se levantou das tribunas de ouvintes e se disse publicamente católico, apostólico, romano e atacou o espiritismo e a não existência da alma<sup>46</sup>. A partir desse ponto as discussões começaram a tomar outro rumo, apresentando “muchas pasiones pero pocos sesos”<sup>47</sup>, principalmente quando foi proposto aos positivistas uma explicação a respeito da natureza da moral. Conforme veremos, este questionamento foi respondido no último dia de debates. A segunda sessão foi encerrada às 12 horas 30 minutos da manhã do dia 13/04/1875.

Uma semana depois, no dia 19 de abril de 1875 às 20 horas, foi levada a cabo a terceira sessão de debates, realizadas mais uma vez nas dependências do *Teatro del Conservatorio*. Segundo Leyva o êxito e a repercussão das duas sessões anteriores só fizeram com que aumentasse o público presente na terceira rodada de discussões, tornando o espaço do *Teatro do Conservatorio* também insuficiente para abrigar a todos aqueles que chegavam para escutar as conferências a favor ou contra o espiritismo<sup>48</sup>. Novos conferencistas, muitos deles “personajes dentro de la escena académica de México”<sup>49</sup>, também foram atraídos para os debates. As presenças mais ilustres dessa noite entre os expoentes foi a de Gabino Barreda e a de Ignacio Ramírez *El Nigromante* “defendiendo su filosofía”<sup>50</sup> ou seja, o positivismo/materialismo; Joaquín Calero<sup>51</sup>, Santiago Méndez y Méndez e Santiago Sierra se posicionando a favor dos espiritistas e a de Telésforo García que se definiu como espiritualista e ao mesmo tempo em contra “tanto de los materialistas cuanto de los espiritistas”<sup>52</sup>.

De acordo com Escardó, Gabino Barreda dividiu seu discurso em duas partes, sendo a primeira para expor seu sistema positivista e a segunda para atacar o espiritismo, acusando-o de

---

<sup>45</sup>FRHNM. Al sabio filólogo y distinguido literato Francisco Pimentel. **La Ilustración Espírita**, 1 de septiembre de 1875, p. 257.

<sup>46</sup>LEYVA. **El ocaso de los espíritus**, p. 147.

<sup>47</sup>\_\_\_\_\_. **El ocaso de los espíritus**, p. 147.

<sup>48</sup>\_\_\_\_\_. **El ocaso de los espíritus**, p. 149.

<sup>49</sup>\_\_\_\_\_. **El ocaso de los espíritus**, p. 149.

<sup>50</sup>\_\_\_\_\_. **El ocaso de los espíritus**, p. 149.

<sup>51</sup> De acordo com Leyva, Joaquín Calero colaborou de maneira assídua com o *La Ilustración Espírita*. Em janeiro de 1875 escreveu um artigo em dito periódico intitulado *La razón y la fé*, no qual expressava a posição espírita dentro do espectro formado pela religião e pelo positivismo e em abril do mesmo ano escreveu outro artigo no jornal espírita, cujo título é *Las penas eternas* no qual argumenta em contra os dogmas católicos. Passou a ter grande popularidade dentro do espiritismo mexicano tornando-se, em setembro de 1875, presidente da *Sociedad Espírita Central*.

<sup>52</sup> LEYVA. **El ocaso de los espíritus**, p. 150.



não apresentar nenhuma lei para os fenômenos que dita doutrina afirmava existir. Francisco G. Cosmes assim responde às objeções de Barreda no *la Ilustración Espírita*:

Para atacar al Espiritismo salió del terreno en que debía combatir. Es verdad que el Espiritismo no puede dar leyes á sus fenómenos. Pero ¿pretende acaso el Sr. Barreda imponer leyes á la libre voluntad de un ser? Los fenómenos espíritas son actos de independencia y de libre albedrío, no fenómenos ejecutados por la materia ciega que no tiene voluntad. Si yo, un pobre cronista, llama al Sr. Barreda y este no acude á mi llamado, segun el argumento del ilustre médico debo negar ó por lo menos poner en duda su existencia.

El Espiritismo, dice el Sr. Barreda, exige una fé ciega: permítame decirle que no es exacto. El Espiritismo busca la discusión, el libre exámen, no exige la oscuridad, ni cerrar los ojos para exponer las bases de su doctrina. No lucharía con tanto valor en el Liceo si fuese lo contrario [...].<sup>53</sup>

Após o pronunciamento de Gabino Barreda, foi a vez de Ignacio Ramírez intervir na discussão e assim foi descrita sua participação: “Dividió la creencia del espíritu en tres escuelas: teológica, metafísica y espiritista; disertó sobre la escuela religioso-histórica, explicó su manera de ver las abstracciones no probadas de la escuela metafísica y disertó algo mas brevemente sobre dogmas del espiritismo”<sup>54</sup>.

Na opinião de Leyva, a intervenção de Ramírez foi “centrada, objetiva y lejana de todo fanatismo”<sup>55</sup>, abrindo espaço para o discurso do seguinte expoente da noite, o Sr. Joaquín Calero. A bibliografia e os periódicos consultados não retratam as exposições do espiritista Santiago Méndez y Méndez e do representante do espiritualismo, Telésforo García, assim que os discursos promulgados por ambos na noite de 19/04/1875 ainda são desconhecidos. A única menção que se faz da intervenção de Joaquín Calero no debate é retratada através do escrito de Francisco G. Cosmes: “el señor Calero sostuvo que el espíritu siendo perfectamente libre en sus acciones, podía o no acudir a su antojo, á una evocación. Esta condición tan inalienable de la libertad fue recibida con muchas risas y cuchicheos. Y francamente, no sé qué concepto se habrán formado de la libertad los risueños, puesto que encuentran muy extraño que un espíritu no sea esclavo del evocador”<sup>56</sup>.

Santiago Sierra encerrou sua participação afirmando aos presentes que a ciência demonstra que em qualquer lugar do universo que haja átomo, há vida. O dito discurso foi uma tentativa por parte do espiritista mexicano de convencer aos presentes da possível existência do

---

<sup>53</sup> FRHNM. Espiritismo y Positivismo, p. 156.

<sup>54</sup> \_\_\_\_\_. El espiritismo en la tribuna y la prensa, p. 154.

<sup>55</sup> LEYVA. **El ocaso de los espíritus**, p. 151.

<sup>56</sup> FRHNM. El Espiritismo en la tribuna y la prensa, p. 155.



espírito e de que era possível comprová-la cientificamente. Na perspectiva de Leyva, os espiritistas se encontraram nessa sessão em uma “corda bamba” devido ao fato de que tentavam combinar em uma mesma teoria “ideologias adversas”<sup>57</sup>, o que gerava confusão não só entre os ouvintes, mas entre os próprios expoentes, tornando as ideias espíritas “difíciles de sostener”<sup>58</sup>.

Após o “fracasso” dos argumentos espiritistas nessa sessão, os membros da Sociedade Espírita Central contestaram que iriam responder os argumentos de Barreda e Ignacio Ramírez por escrito devido a “la presión del público, por lo tarde de la hora”<sup>59</sup> e ficou estabelecido que se encerrassem os trabalhos. Era 1 da madrugada.

No dia 25 de abril de 1875 (domingo), um dia antes do último debate programado entre materialistas e espiritistas no *Liceo Hidalgo*, o jornal *El Federalista* publica um artigo de Francisco Pimentel intitulado *Algunas observaciones contra el Espiritismo hechas verbalmente en el Liceo Hidalgo* no qual o autor disfire duros ataques contra o espiritismo, os quais podemos observar através dos trechos a seguir:

El espiritismo es la superstición del vulgo, no es una secta filosófica, sino una caricatura ridícula del espiritualismo, indigna de ocupar a las personas serias.<sup>60</sup>

Luego dice el Sr. Cosmes en su artículo: “que los espiritistas tambien siguen el método experimental. Pues bien, los positivistas queremos precisamente que se nos hagan demostraciones experimentales; nosotros entendemos por experiencia, lo que está bajo el dominio de los sentidos.”<sup>61</sup>

Dediquémonos pues, á las ciencias y artes experimentales: la agricultura que nos alimenta, la mecánica que nos viste, la medicina que nos cura, la higiene que alarga nuestras vidas. ¡Abajo la metafísica con su consecuencia, el espiritismo! ¡Plaza al positivismo con sus fecundos resultados [Aplausos].<sup>62</sup>

Após a publicação do *El Federalista*, ânimos quentes para a última sessão da polêmica entre espírito e matéria, ocorrida no dia 26 de abril de 1875 e que de acordo com Leyva “fue una de las más exitosas”<sup>63</sup>. Estavam destinados a se pronunciarem nesta noite Gabino Barreda, Eduardo Garay, Joaquín Cordero, Santiago Sierra, Justo Sierra, Eduardo Zárate Cervantes e Refugio I. González. O tema proposto para a discussão foi recuperado do segundo encontro e

---

<sup>57</sup> LEYVA. **El ocaso de los espíritus**, p. 153.

<sup>58</sup> \_\_\_\_\_. **El ocaso de los espíritus**, p. 153.

<sup>59</sup> \_\_\_\_\_. **El ocaso de los espíritus**, p. 154.

<sup>60</sup> FHNM. Algunas observaciones contra el Espiritismo hechas verbalmente en el Liceo Hidalgo. **El Federalista**. 25 de abril de 1875.

<sup>61</sup> \_\_\_\_\_. Algunas observaciones contra el Espiritismo hechas verbalmente en el Liceo Hidalgo.

<sup>62</sup> \_\_\_\_\_. Algunas observaciones contra el Espiritismo hechas verbalmente en el Liceo Hidalgo.

<sup>63</sup> LEYVA. **El ocaso de los espíritus**, p. 154.



consistiu na seguinte pergunta: “¿cómo podía el positivismo, por si mismo fundar un orden moral?”<sup>64</sup>. Imediatamente se posiciona Eduardo Garay e pronuncia o seguinte discurso:

El positivismo convierte el culto el amor á la madre; á la familia y á la humanidad; una doctrina de sacrificio que lleva por lema todo para los demás y nada para sí. No podría ser inmoral. Inmoral es el Espiritismo que declara que la humanidad es esencialmente mala, y que impide todo el esfuerzo hacia el bien de este mundo para buscar la moral en otros que no está probado si existen o no.<sup>65</sup>

Imediatamente após a fala de Garay, interveio Justo Sierra e proclamou as seguintes palavras em frente a um auditório “*nutrido de contingentes*”<sup>66</sup> e que foi retratado da seguinte maneira:

Justo Sierra, nuestro gran poeta, se levantó enseguida [tras la participación de Eduardo Garay], no para defender el espiritismo (es únicamente espiritualista), sino para demostrar al Sr. Garay que el sacrificio á la humanidad, tal como lo admite el credo positivista, no puede ser jamás un criterio moral. ¿Cuál es, pues, esta ley de sacrificio á la humanidad que el Sr. Garay pretende imponernos? ¿Cuál es su razón para consagrar á una entidad que no existe nuestro derecho y nuestra razón? Nosotros a nuestra vez decimos como Plotino: - ¿Qué temes? ¿La lucha? Es la condicion de la victoria. ¿La injusticia? ¿Qué importa la injusticia á un inmortal? ¿La muerte? La muerte es una libertad.<sup>67</sup>

O pronunciamento de Justo Sierra e seu ataque ao materialismo e ao positivismo não deixa de ser algo curioso, devido ao seu grande reconhecimento como positivista. Leyva interpretou essa ação de Sierra como uma “ruptura”<sup>68</sup> da sua própria imagem. Nós a interpretamos de acordo ao conceito de Bernard Lahire de “homem plural”<sup>69</sup>, ou seja, aquele sujeito que transita por vários tipos de sistemas, possibilitando-o ter distintas percepções de mundo devido ao contato com outros agentes pertencentes a outros sistemas sociais. Portanto, no caso de Sierra, o mesmo pode ser positivista, o que não o impede de compartilhar posições ideológicas originárias de outras correntes de pensamento.

O cronista Francisco G. Cosmes também não pode deixar de emitir uma opinião a respeito da fala de Garay através do seu artigo publicado no *La Ilustración Espírita*:

Sin embargo, ¿me permitirá Eduardo, hacerle algunas observaciones? Si su método, tan profundamente estudiado y con tal convicción profesado, es la clave universal de todos los actos de la humanidad, ¿cuál es criterio positivista para apreciar las acciones puramente morales? ¿el bien de la humanidad? ¿el

---

<sup>64</sup> ESCARDÓ. **Las vicisitudes del desencantamiento del mundo**, p. 146.

<sup>65</sup> FRHNM. La última sesión del Liceo Hidalgo. *Del Porvenir*, reproduzido no **La Ilustración Espírita**. 1 de mayo de 1875, p. 159.

<sup>66</sup> LEYVA. **El ocaso de los espíritus**, p. 154.

<sup>67</sup> FRHNM. La última sesión del Liceo Hidalgo, p. 159-160.

<sup>68</sup> LEYVA. **El ocaso de los espíritus**, p. 156.

<sup>69</sup> LAHIRE, Bernard. **O homem plural**: as molas da ação. Almada: Instituto Piaget, 2002.



progreso? Pero si vosotros mismos convenis en que la humanidad se rige por leyes fatales. Para vosotros no hay acciones buenas o malas; todas son indiferentes: cruzaos brazos y esperad; y si no esperais, si quereis trabajar en la inmensa obra del perfeccionamiento humano, no tendréis siquiera el derecho de calificar los medios de que os valgais, porque al fin para vosotros justifica los medios. Hé aquí la última consecuencia del sistema positivista llevado a la exageracion. Augusto Comte convertido en Ignacio Loyola.<sup>70</sup>

Logo após a fala Justo Sierra, Gabino Barreda, assim como Garay, também se pronunciou contra os espiritistas ao chamá-los de “vanos orgullosos porque hacian á Dios á su imagen y semejanza, creyendo que los astros estaban destinados a servirles de moradas sucesivas [...]”<sup>71</sup>. De acordo com Leyva dita declaração de Barreda deixou em evidência a parte ortodoxa e intolerante<sup>72</sup> que a cientificidade excessiva apresenta, possibilitando aos espiritistas “ganar terreno”<sup>73</sup> na discussão, que fica claro na intervenção de Juan Cordero:

Su discurso [Juan Cordero] duro más de una hora, y, en nuestro concepto, dio al positivismo golpes contundentes, no dejó en pie una sola de las proposiciones lanzadas contra el Espiritismo por sus contrincantes y hubiera sido completa y definitiva su victoria sin ciertos calificativos demasiados duros que minoraban el buen efecto de su persuasiva palabra. Estripitosos aplausos saludaron repetidas veces al paladín espírita.<sup>74</sup>

O penúltimo expoente a se pronunciar foi Eduardo Zárate Cervantes e que, segundo Leyva, dedicou-se em seu discurso a dizer que os espiritistas eram maus cristãos por atrever-se a analisar o Evangelho<sup>75</sup>. Tais palavras provocaram uma reação em Refugio I. González que se pronunciou da seguinte maneira: “el Materialismo se escondió tras la careta del Positivismo; y el Protestantismo y Catolicismo, que tienen en su seno tantas ilustraciones, como están seguros de imponer sus creencias a todos aquellos cuyos corazones pueden inocular con la dosis de Fe conveniente, no se metieron en decir una palabra contra el Espiritismo”<sup>76</sup>.

Com estas palavras e agradecendo ao *Liceo Hidalgo* por abrir um espaço de discussão a respeito das ideias espíritas, Refugio I. González encerra o ciclo de debates exatamente à 1 hora e 30 minutos da manhã e “la gente no se mostraba inquieta y parecia decidida a permanecer ahí hasta el amanecer”<sup>77</sup>.

---

<sup>70</sup> FRHNM. Materialismo y Espiritismo, p. 153.

<sup>71</sup> \_\_\_\_\_. El espiritismo en la tribuna y la prensa. **La Ilustración Espírita**. 1 de mayo de 1875, p. 158.

<sup>72</sup> LEYVA. **El ocaso de los espíritus**, p. 155

<sup>73</sup> \_\_\_\_\_. **El ocaso de los espíritus**, p. 154.

<sup>74</sup> FRHNM. La última sesión del Liceo Hidalgo, p. 158.

<sup>75</sup> LEYVA. **El ocaso de los espíritus**, p. 157.

<sup>76</sup> FRHNM. La última sesión del Liceo Hidalgo, p. 160.

<sup>77</sup> LEYVA. **El ocaso de los espíritus**, p. 157.





Após as exposições de ideias entre materialistas e espiritistas ocorridas no *Liceo Hidalgo* e no *Teatro del Conservatorio* em abril de 1875, a seguinte pergunta surge naturalmente em nossas mentes: qual foi a consequência dos debates para ambos grupos? Desde ótica de Justo Sierra as discussões não passaram de um “diálogo de surdos”<sup>78</sup>, pois tanto os espiritistas não compreenderam por quê ao método científico lhe faltava desenvolver a parte espiritual e nem os positivistas entenderam como aplicar o método científico à crença espírita, o que realça a interpretação, a partir de uma mirada sociológica, de uma luta política, simbólica e conflituosa entre os atores envolvidos nos debates pela “dominação científica”<sup>79</sup> do monopólio do conhecimento e de suas consequentes representações de mundo (*worldmaking*)<sup>80</sup>.

### Conclusão

Posteriormente às discussões promovidas pelo *Liceo*, o espiritismo entrou em decadência no México conforme nos relata Escardó, devido a fatores como: o crescente insulamento da doutrina em suas agremiações; por não conseguir ser uma alternativa popular ao catolicismo; por faltar-lhe uma maior exposição pública para ganhar credibilidade, já que as sessões espíritas eram realizadas em ambientes privados, devido à crescente importância dada ao positivismo nas instituições educacionais e políticas mexicanas. Finalmente, acrescentamos outra variável: faltou ao espiritismo no México um “líder carismático”<sup>81</sup> que congregasse e atraísse adeptos conforme aconteceu em alguns países como o Brasil através de figuras como a do médium Francisco Cândido Xavier, popularmente conhecido como Chico Xavier.

Ao longo do século XX houve tentativas de fortalecimento e reorganização do movimento espiritista no México principalmente através de seus dois Congressos realizados nos anos de 1906 e 1908 na capital do país. Também nas décadas de 1940 e 1960 figuras públicas e presidenciáveis como Plutarco Elías Calles e Miguel Alemán participaram secretamente de sessões espiritistas promovidas pelo *Instituto Mexicano de Estudios Psíquicos*<sup>82</sup>, dirigidas por Don

---

<sup>78</sup> TORTOLERO CERVANTES, Yolia. **El espiritismo seduce a Francisco I. Madero**. 2. ed. México: Senado de la República, 2004, p. 63.

<sup>79</sup> BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: Ortiz, Renato (org.). **Sociologia Pierre Bourdieu**. São Paulo: Ática, 1983, p. 148.

<sup>80</sup> \_\_\_\_\_. Espaço social e poder simbólico. In: BOURDIEU, Pierre. **Coisas Ditas**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2012, p. 165.

<sup>81</sup> WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. Vol 1. 4. ed. Brasília: UNB, 2012.

<sup>82</sup> TORTOLERO CERVANTES. **Un espírita traduce su creencia en hechos políticos**, p. 19. A lista completa de personalidades assistentes às sessões promovidas pelo *Instituto Mexicano de Estudios Psíquicos* pode ser verificada em DE ANDA, Gustavo. Madero y Calles espiritistas. In: DE ANDA, Gustavo (org.). **El espiritismo por Francisco I. Madero**. México, 1978, p. X-XI.



Rafael Alvarez y Alvarez. O sigilo exigido por tais autoridades provavelmente tem relação com o medo de que suas figuras sofressem o mesmo tipo de depreciação pública como a que sucedeu com o presidente Francisco I. Madero<sup>83</sup> que, por ser adepto do espiritismo, era visto como uma pessoa inocente, tonta e ingênua e em consequência carente de sagacidade e malícia, aspectos cruciais na esfera política<sup>84</sup>.

A importância exercida pela doutrina espírita na intelectualidade mexicana de finais do século XIX é inegável. O simples ato de discutir a validade científica do espiritismo em um ambiente que atraiu intelectuais importantes, como o acontecido no *Liceo Hidalgo*, é algo que merece ser destacado e lembrado a cada momento. A comoção social originada a partir das discussões retrata fielmente os momentos da tensão ideológica características do *fin de siècle* XIX, no qual a sociedade mexicana, através de seu grupo dirigente, decidiria os rumos a serem tomados pelo México em “direção à modernidade” e ao abandono definitivo de mentalidades e estruturas associadas ao colonialismo. O espiritismo estava no meio desse “turbilhão efervescente” de ideais e ânsias de mudança e foi inevitável que não passasse despercebido, principalmente devido ao seu discurso de cientificidade e propostas como a de evolução, algo que chamou a atenção da elite letrada.

O ciclo de debates sucedido no *Liceo Hidalgo* em abril de 1875 pode ser definido como sendo o ápice de um intento paulatino de reconhecimento da doutrina espírita por parte da intelectualidade e da sociedade locais. Tal evento histórico é a metáfora perfeita que ilustra essa tentativa de legitimação do espiritismo dentro de uma sociedade guiada pela ambiguidade da ideia de modernidade e ao mesmo tempo pela forte presença da Igreja Católica, o que abre espaço para a realização de algumas observações. O primeiro ponto que merece ser ressaltado é a possibilidade interpretativa de associarmos o debate ocorrido entre materialistas e espiritistas no *Liceo* como reflexo de outro conflito intelectual que ocorria na época entre positivistas e espiritualistas liberais devido à intenção que ambos grupos tinham de exercer influência política na construção de uma nova ideia de nação alheia ao conservadorismo herdado de tempos coloniais. Era importante para ditos grupos implantar na política de Estado seus ideais, o que provocava um imaneente conflito entre eles. A principal arma de combate era a desmoralização pública do adversário, seja ela através de debates ou através de publicações escritas.

---

<sup>83</sup> Presidente do México de 1911 a 1913.

<sup>84</sup> TORTOLERO CERVANTES. **El espiritismo seduce a Francisco I. Madero**, p. 26.



O grupo espiritista tampouco foi inerte frente aos ataques dos materialistas, pois tentou de diversas maneiras disseminar seus ensinamentos na sociedade mexicana seja através do meio político, como o almejado por Francisco Ignacio Madero, seja no âmbito jornalístico através de publicações como os jornais *La Ilustración Espírita*, *La Luz en México* e de outros periódicos regionais destinados a difundir a doutrina<sup>85</sup>; ou até mesmo a partir do próprio âmbito acadêmico-científico através de métodos que visavam comprovar perante aos pares de intelectuais a existência de uma realidade alheia à material. O conflito entre os grupos foi originado principalmente por esse último aspecto, pois a comprovação e o reconhecimento da existência de uma realidade ainda desconhecida e distinta da respaldada pela ciência moderna cujos preceitos são baseados em ideias materialistas e positivistas provocaria, segundo os espíritas, a possibilidade da formação de uma “Nova Ciência”<sup>86</sup> mais “evoluída” que a anterior e a ascensão desse grupo como detentor do discurso a respeito da realidade. Este aspecto não agradava nada aos materialistas que sentiam no espiritismo e nos seus métodos uma ameaça à sua hegemonia. Alcançado o reconhecimento científico o espiritismo alcançaria também, na percepção de seus integrantes, automaticamente o reconhecimento de ser superior a qualquer doutrina filosófica e religiosa até então conhecida, o que lhe garantiria um status de universalidade.

---

<sup>85</sup> Como exemplo podemos citar o periódico *La Ley de Amor* publicado pelo círculo espírita “Peralta” de Mérida, Yucatán.

<sup>86</sup> AKSAKOF. **Animismo e espiritismo**, p. 10.



# Uma análise histórica sobre a organização WikiLeaks em 2010<sup>1</sup>

A historical analysis on the WikiLeaks organization in 2010

**Rafael Trindade Pellegrini**

Graduado em História

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

rafatpellegrini@gmail.com

**Recebido em:** 08/01/2017

**Aceito em:** 19/05/2017

**RESUMO:** Este artigo tem por objetivo analisar a organização de ativistas e *hackers high-tech* WikiLeaks, grupo de cunho político que atua na divulgação de informações confidenciais de Estados, corporações e instituições no decorrer do início do século XXI. A análise foi feita a partir de documentos divulgados pela organização em 2010 sobre os Estados Unidos da América, trazendo relatos militares confidenciais sobre as guerras no Afeganistão (2001) e Iraque (2003), de que ambas foram desastrosas para os países do Oriente Médio com seus “banhos de sangue”. Da mesma forma, a opinião dos diplomatas estadunidenses influenciou diretamente no movimento revolucionário Primavera Árabe (2011), por evocar memórias legadas ao esquecimento naquela região. A WikiLeaks evidencia que os documentos publicados são fontes preciosas de investigação, que nos possibilita ampliar a compreensão de como os grandes centros capitalistas, principalmente os Estados Unidos, em escala local e global, tentam gerenciar nosso planeta.

**PALAVRAS-CHAVE:** Tempo presente, Hipermmodernidade, WikiLeaks.

**ABSTRACT:** This article aims to analyze the organization of high tech activists and hackers. WikiLeaks, a group of political interests that has operated the confidential information dissemination of states, corporations and institutions in the beginning of the XXI century. The analysis was made from documents released by the organization in 2010 about the United States of America, bringing confidential military reports relative to the wars in Afghanistan (2001) and Iraq (2003) about their being catastrophic for the countries in Middle East with their massacre. The opinion of the American diplomats has also affected directly in the revolutionary movement Arab Spring (2011) for evoking memories doomed to forgetfulness in that region. The WikiLeaks highlights that the published documents are precious sources of investigation, that enable us to expand the comprehension of how the large capitalist centers, mainly the United States in local and global scale, try to manage our planet.

**KEYWORDS:** Present time, Hypermodernity, WikiLeaks.

---

<sup>1</sup> Este artigo foi feito a partir da monografia “WikiLeaks e as Relações Internacionais Menos confidências e Mais transparências no Tempo Presente”, apresentada em 2016 ao curso de Graduação em Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB - Vitória da Conquista - Bahia), como requisito parcial o título de docente licenciado. Orientador: Prof. Dr. Carlos Alberto Pereira Silva.



## Introdução

No ano de 2010, a divulgação de centenas de milhares de documentos confidenciais, diplomáticos e militares pela WikiLeaks<sup>2</sup> acrescentou uma nova dimensão ao aprofundamento contraditório da globalização do século XXI. A revelação, num curto período, não só referente à documentação que se sabia existir, a qual durante muito tempo foi negada ao acesso público por parte de quem a detinha, como também referente à documentação que mantinha a sua existência desconhecida, dramatiza os impactos originados pela revolução das tecnologias de informação com a ampla divulgação de informações. Esses fatores nos proporcionam repensar a natureza dos poderes globais (*establishment*) e as resistências (*undergrounds*) que podem desafiar no ambiente virtual da internet. Porém, dentro dessa conjuntura, faz-se necessário levantar uma indagação perante as divulgações da organização WikiLeaks: irá o mundo mudar depois destas revelações? Entender o contexto histórico que antecede as divulgações da WikiLeaks é crucial para compreender os motivos que proporcionaram a organização ganhar grande visibilidade pelo globo.

No século XXI, encontramos um período de grande desenvolvimento econômico do capitalismo, principalmente por sua movimentação em escala planetária e em tempo real. De acordo com Erik Reinert<sup>3</sup>, é preciso conhecer as estruturas econômicas historicamente para identificar os problemas que presenciamos hoje, sejam elas em escala local ou escala global. Este economista, ao buscar interpretar como tudo aconteceu até os dias atuais, como países ficaram ricos e ainda permanecem e outros continuam pobres, analisa a teoria liberal de David Ricardo como base ideológica para tal contexto. Reinert ao visitar o maior aterro sanitário do Peru levantou a seguinte indagação: “Como funciona esse mercado que recompensa o mesmo nível de produtividade com remunerações tão desiguais em países diferentes?”<sup>4</sup>.

A teoria ricardiana estabelece que se o Estado deixar o mercado a suas próprias leis, sem haver intervenções governamentais, significa que os países que se enquadram nessa lógica podem alcançar um mesmo bem-estar social como os países ricos, com equidade nos valores dos produtos, salários e serviços. Após a queda do Muro de Berlim em 1989, Francis Fukuyama<sup>5</sup> acreditava que tínhamos chegado ao “fim da história”. Em suas palavras “a democracia liberal

---

<sup>2</sup>A palavra Wikileaks é uma junção de dois termos em diferentes línguas. Wiki vem do idioma havaiano e significa extremamente rápido. Leak em inglês quer dizer vazamento.

<sup>3</sup>REINERT, Erik. **Como os países ricos ficaram ricos... E por que os países pobres continuam pobres**. Trad. Caetano Penna. 1 ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2016.

<sup>4</sup>\_\_\_\_\_. **Como os países ricos ficaram ricos...**, p. 42.

<sup>5</sup>FUKUYAMA, F. **O fim da História e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.



continuará como a única aspiração política corrente que constitui o ponto de união entre regiões e culturas diversas do mundo todo”<sup>6</sup>. Não haveria precedente para os níveis de desenvolvimento proporcionados, tanto para os países industrializados quanto para os países pobres. Estes últimos receberiam uma série de investimentos sociais visando uma igualdade de oportunidades a todos os cidadãos do mundo. Criou-se com isso uma utopia concreta de que o livre-mercado mundial, o “mundo sem fronteiras”, nivelaria as diferenças econômicas entre os países e os problemas enfrentados por estes seriam resolvidos.

Em contrapartida ao “fim da História” de Fukuyama e da teoria de Ricardo, atualmente, no contexto de intensificação da globalização financeira, na medida em que o comércio mundial se expande também se ampliam as diferenças entre as nações, agravando a situação dos países que não passaram pelos processos gradativos de industrialização, o que leva o economista norueguês Erik Reinert a ver com discordância a teoria liberal ricardiana. O livre-mercado só é benéfico às nações industrializadas e ricas, uma vez que por terem diversos setores da economia diversificados, conseguem levar seus produtos às mais diferentes nações. Mas, e os países pobres? Se eles não passaram por efetivas transformações industriais, como conseguirão adentrar ao mercado global do livre-comércio e competir de forma igual com as nações ricas?

As relações entre os países ocorrerão de forma em que as trocas comerciais se darão de forma desigual, assimétrica. Em contrapartida à concepção de Fukuyama e pelos ideais da teoria ricardiana do livre-mercado, a ideologia neoliberal propagada em todo o globo após a Guerra Fria pelas instituições estadunidenses, como o Conselho de Washington, FMI, Banco Mundial, OMC, nos países pobres se transformou na realidade em fome, penúria, guerras, colapso social, baixa expectativa de vida, recursos escassos e desigualdade econômica<sup>7</sup>. Esses problemas, que são quase inexistentes nos países ricos, nos países pobres tornaram a realidade cruel, e impossibilitou espaço para “harmonia” entre os povos locais e muito menos entre as nações. O livre mercado criou riquezas em múltiplos contextos, mas em outros além de reduzir, trouxe consigo problemas que eram poucos visíveis.

Os problemas foram criados e estão estabelecidos. Eles ocorrem em escala local, mas estão acontecendo por todo o globo. Para tanto, no final do século XX e início do XXI, a concepção de “governança global” surgiu para explicar e interpretar as transformações que estavam acontecendo pelo mundo. Este conceito evoca a ideia de uma governação global sem um

---

<sup>6</sup> \_\_\_\_\_, *O fim da História e o último homem*, p. 12

<sup>7</sup> REINERT. *Como os países ricos ficaram ricos...*



governo mundial. A conceituação da governança veio se referir aos esforços coletivos globais para identificar, compreender ou resolver problemas mundiais, como: fome, meio ambiente, direitos humanos, democracia, terrorismo, armas nucleares, liberdade de expressão, desigualdade econômicas, dentre outros. Pode-se perceber que houve um englobamento de problemas, estes que tiveram um amplo crescimento através da incorporação dos países pobres à lógica do livre comércio.

A ideia que a governação global proporciona se encontra em três princípios axiomáticos: primeiro, entender o caráter dos problemas globais; segundo, quem são os atores globais; e, terceiro, as limitações das medidas internacionais para governar o planeta. Desses três pontos, duas coisas a se posicionar: em primeiro lugar, não adianta apenas entender os problemas, mas trazer e discutir soluções de modo democrático; em segundo, é necessário capacitar o sistema internacional para melhorar sua utilização e eficácia, ou seja, as ideias são tão importantes quanto o próprio sistema, os discursos e os interesses.

A governação global se entrelaça no princípio cosmopolita da cidadania mundial.<sup>8</sup> O indivíduo cosmopolita se enquadra como expoente dentro deste contexto. Como vivemos em um mundo com relações complexas e integradas entre o mercado mundial, o Estado e a sociedade civil, na globalização do século XXI existem problemas globais como já foi exposto, e se faz necessário o desenvolvimento do ser humano cosmopolita para gerar soluções.

O projeto cosmopolita evidencia a possibilidade de que a democracia necessita ser realizada como uma forma de governança global, dentro dos Estados, entre os Estados e no nível mundial. Para tanto, na ausência de um governo global, a ONU se incorpora enquanto uma agência de nível mundial, sendo composta por representantes de todos os Estados existentes. A organização tem o papel e licenciamento de intervir em qualquer lugar que seja de interesses globais, sendo estes: guerras, paz, direitos humanos, terrorismos, etc. Abaixo da ONU, é possível evidenciar uma rede de Estados ou organizações não governamentais transnacionais que discutem as questões de interesse global, principalmente na área político-econômico, que influenciam nas relações internacionais entre países, instituições e organizações.

---

<sup>8</sup>Segundo Frédéric Vandenberghe “O cosmopolitismo pressupõe uma cosmologia, uma visão englobadora do lugar do gênero humano no universo, e também uma filosofia da história que delineie uma visão [...] de sua unidade na diversidade”. VANDENBERGHE, Frédéric. **Um estado para o cosmopolitismo**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/nec/n90/07.pdf>. Acesso em 21 de maio de 2017.



A influência dessas redes transnacionais sobre os Estados nacionais é particularmente útil quando os movimentos locais são confrontados com Estados não democráticos, repressivos ou, de alguma forma, não responsivos. Quando um Estado é relativamente imune à pressão local direta, e ativistas ligados a outros lugares têm melhor acesso aos seus próprios governos através de informações, eles podem engatilhar um “efeito bumerangue, que dobra a indiferença e a repressão em torno do Estado local para pôr pressão estrangeira sobre as elites políticas locais”<sup>9</sup>.

Um exemplo de uma rede transnacional com princípios cosmopolita, democrático, e ciberativista é a organização que atua por meio da internet, a WikiLeaks, grupo político com membros de diversos países que atuam na divulgação de informações confidenciais de Estados, corporações e instituições ao decorrer do século XXI através da rede mundial de computadores. É sobre esta organização transnacional que este artigo se norteará, ao delinear o contexto de surgimento da organização e os impactos que a mesma proporcionou. Os documentos divulgados são fontes preciosas de sondagem que nos possibilita englobar como os grandes centros capitalistas e seus agentes, em escala local e global, gerenciam nosso planeta.

Em 2010, a organização em parceria com jornais da grande mídia mundial como *The Guardian* (Reino Unido), *Der Spiegel* (Alemanha), *The New York Times* (EUA), *Le Monde* (França) e *El País* (Espanha), divulgaram mais de 70 mil relatórios militares secretos sobre a Guerra no Afeganistão, mais de 400 mil relatos de campo na Guerra no Iraque e mais de 250 mil relatórios diplomáticos das embaixadas dos Estados Unidos da América ao redor do mundo. Foi o maior vazamento de documentos oficiais da história de um governo. Basta lembrar que os EUA é uma das principais potências do globo com influência em diferentes regiões do planeta por meio de suas instituições.

Para a consecução do artigo, será feita uma análise de como se encontra a atual conjuntura do capitalismo neoliberal, na qual teremos por intuito uma compreensão macro da realidade vivenciada nos principais centros do universo capitalista. Para isso, evidenciaremos a compreensão do que Giles Lipovetsky<sup>10</sup> denominou por hipermodernidade, demonstrando também a eclosão do que Castells<sup>11</sup> designou por informacionalismo, apontando a hegemonia liberal e a internet como partes iniciais ao processo de interconexões em escala mundial por meio

---

<sup>9</sup>KECK, M; SIKKINK, K. **Activists Beyond Borders. Advocacy Networks in International Politics**. Ithaca: Cornell University Press, 1998, p. 200.

<sup>10</sup>LIPOVETSKY, Giles; CHARLES, Sébastien. **Os tempos hipermodernos**. São Paulo: Barcarolla, 2004.

<sup>11</sup>CASTELLS, Manuel. **A Galáxia da Internet**; Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.





das tecnologias inteligentes. Além disso, investigaremos o que se idealiza por Nova Mídia, o modo de comunicação de massa e universal de nossos dias.

Em seguida, apontaremos quem e o que são os *Cyberpunks* a partir da cultura *hacker* e livre circulação de informações, salientando a relevância da organização WikiLeaks enquanto rede transnacional com ideais cosmopolitas que visa a exposição pública de informações sigilosas. Serão elencados os impactos dos documentos divulgados em 2010, tendo como base quatro momentos importantes: a divulgação do vídeo *Collateral Murder*; as contradições e “banhos de sangue” da Guerra ao Terror dos Estados Unidos e aliados contra o Afeganistão (2001) e Iraque (2003) em busca de terroristas internacionais que, segundo eles, tinham armas de destruição em massa; e as informações confidenciais de documentos diplomáticos acerca dos principais líderes mundiais, principalmente do Oriente Médio, ocasionando no movimento revolucionário Primavera Árabe. Apropriamo-nos de artigos e vídeos, bem como considerações do sociólogo Zygmunt Bauman<sup>12</sup>, dos jornalistas David Leigh & Luke Harding<sup>13</sup> e José Antonio Domingos e Sérgio Pereira Couto<sup>14</sup>.

### Uma análise histórica sobre a organização WikiLeaks em 2010

As sociedades capitalistas incorporaram nas relações humanas a intensificação do uso das tecnologias da informação nesta primeira quinzena do século XXI. Contexto que marca um novo estágio desses povos, iniciada com a democratização da internet e assinalada com o desenvolvimento da computação sem fio. Essa informatização da sociedade que iniciou no século passado parece estar estabelecida nas principais cidades ocidentais e orientais, e em alguns centros de países emergentes. Elas se integraram em redes de organizações, interligadas via tecnologias inteligentes, proporcionando uma melhor desenvoltura na produção/reprodução das práticas capitalistas.

As redes, de acordo com Manuel Castells, “constituem a nova morfologia social de nossas sociedades e a difusão da lógica de redes modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura”<sup>15</sup>. Uma rede pode ser definida como um conjunto de nós interconectados, seja entre indivíduos, máquinas ou entre

---

<sup>12</sup>BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

<sup>13</sup>LEIGH, David; HARDING, Luke. **WikiLeaks: a guerra de Julian Assange contra os segredos de Estado**. Campinas: Verus, 2011.

<sup>14</sup>DOMINGOS, J. A.; COUTO, S. P. **WikiLeaks: Segredos, Informações e Poder**. Bauru: Editora Idea, 2011.

<sup>15</sup>CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede – A era da informação: Economia, Sociedade e Cultural**. Trad. Roneide Venâncio Majer; São Paulo: Editora Paz e Terra, 2006, p. 565



ambos e, atualmente, ganhou uma “nova vida” ao converter-se em redes de informações impulsionadas pela internet sem fio, mais flexíveis e adaptáveis.

Essa nova forma de se comunicar e obter informações sobre qualquer assunto do planeta foi apresentado com a *World Wide Web* (WWW), a rede mundial de computadores. Nesse universo virtual que se descortinou, como não perceber a amplitude do mundo digital e seus avanços tecnológicos que, em uma velocidade exorbitante vem fazendo parte do nosso dia a dia? A mídia foi ampliada de tal forma que podemos ter acessos aos mais diferentes assuntos de toda parte do mundo, e a internet transformou-se nessa hipermídia que oferece esse serviço.

Hoje, essa interconectividade da rede é essencial para os governos em quase todas as áreas de sua atuação, principalmente na gestão de política externa. A importância da internet para o Estado é inegável e crescente, mesmo que essa dependência em relação às novas tecnologias possa também se reverter em vulnerabilidades, e que, quando apropriadas por atores não-estatais essas mesmas tecnologias possam ser utilizadas para contestar, influenciar ou desafiar o poder estatal através da nova mídia.

O poder da nova mídia e a quantidade de mudanças acarretadas por esse recurso que permite acesso a uma gama de informações tem avançado rapidamente.

A mídia permitiu que se desse aos indivíduos maior autonomia de pensamento e de ação, com a oportunidade de constituir opinião própria sobre um número sempre maior de fenômenos. [...] As nossas sociedades se caracterizam não pelo consenso, mas pelo debate permanente, para o qual a mídia contribui muito [se dedicando] ao antagonismo permanente dos discursos.<sup>16</sup>

Nos últimos anos diferentes formas, meios, e produtos foram apresentados para termos acesso instantâneo sobre qualquer informação do mundo. Seja através dos *smartphones*, tablets, *ultrabooks*, TV's a cabo, etc., as inovações tecnológicas transformaram o conceito da “velha mídia” que existiu até o final da década de 90, como televisão, rádio ou jornal.

A mídia velha divide o mundo entre produtores e consumidores: nós somos autores ou leitores, emissores ou telespectadores, animadores ou audiência; como se diz tecnicamente, essa é a comunicação um-todos. A nova mídia, pelo contrário, dá a todos a oportunidade de falar assim como de escutar. Muitos falam com muitos – e muitos respondem de volta.<sup>17</sup>

Essa cobertura midiática permite que pessoas ao redor do mundo sejam informadas e tenham acesso às imagens dos acontecimentos internacionais no instante em que os fatos se

---

<sup>16</sup>LIPOVETSKY, Gilles; SERROY, J. **A cultura mundo: resposta a uma sociedade desorientada**. Lisboa: Edições 70, 2011, p.10.

<sup>17</sup>DIZARD, Wilson. **A Nova Mídia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor., 2000, p.23.



desenvolvem. Essa condição exige dos líderes políticos a consciência de que suas ações podem ser observadas e suas decisões julgadas por uma opinião pública que transcende as fronteiras de seus Estados. Por isso também esse fenômeno exige processos de tomada de decisão mais rápidos, e acaba por encurtar as etapas de formulação de políticas, especialmente em cenários de crise, afetando fundamentalmente, com isso, a dinâmica da política internacional<sup>18</sup>.

A nova mídia, que teve por base a “revolução do microchip (Terceira Revolução Industrial na década de 1970) estava mudando as relações internacionais”<sup>19</sup>. A atual revolução da informação baseada nos avanços tecnológicos do computador, das comunicações e do *software*, promove a ascensão de redes transnacionais conectadas eletronicamente e com potencial para desafiar o monopólio da burocracia tradicional<sup>20</sup>, permitindo a agentes não estatais, como ONGs, e inclusive indivíduos, maior influência sobre a política internacional.

A partir da criação de sítios na internet, e pelo grande número de pessoas que têm acesso a eles de qualquer lugar do planeta, movimentos *undergrounds* começaram a surgir no mundo virtual buscando resoluções para o mundo concreto. Alguns grupos tinham por objetivo instituir um legado na rede com a utilização da criptografia, uma vez que a sua utilização seria uma maneira de burlar o controle que os Estados vinham desempenhando no controle da internet.

Os *cyberpunks* podem instituir um novo legado na utilização da criptografia por parte dos atores do Estado: um legado para se opor às opressões internacionais e dar poder ao nobre azarão. [...] A solidariedade entre grupos com uma causa em comum e o projeto de emancipação global. [...] Os *cyberpunks* exercerão seu papel na construção de um futuro mais justo e humano. É por isso que é importante fortalecer esse movimento global.<sup>21</sup>

Esse movimento global que o mundo passaria a compreender em sua concretização viria em 2010 pela organização WikiLeaks mediante nova mídia, com a divulgação de documentos pertencentes ao governo dos Estados Unidos da América. A nova mídia proporcionou aos grupos reacionários ir de encontro ao *establishment* da nova ordem mundial. A WikiLeaks ganhou relevância e divulgou diversas informações confidenciais de líderes estatais, empresariais ou organizacionais de várias partes do planeta. Desde 2006, Julian Assange, cosmopolita, fundador e idealizador dessa rede transnacional, tem publicado com sua equipe documentos sigilosos que

---

<sup>18</sup>FINEL, B.; LORD, K. (Eds). **Power and Conflict in the Age of Transparency**. New York: Palgrave, 2000, p.4.

<sup>19</sup> Cf. Burt e Robinson: “The microchip revolution (Third Industrial Revolution in the 1970s) was shifting international relations”. BURT, R.; ROBISON, O. **Reinventing Diplomacy in the Information Age**. CSIS Report: Washington, 1998, p. 14.

<sup>20</sup>NYE, J. **O paradoxo do poder americano**. São Paulo: Ed. UNESP, 2002, p. 101.

<sup>21</sup>ASSANGE, Julian. **Cyberpunks: liberdade e o futuro da internet**. Trad. Cristina Yamagami. São Paulo: Boitempo Ed., 2013, p.22.



comprometeram e ainda comprometem tais instâncias de poder. Mas, o que vem a ser a WikiLeaks?

Nas palavras de Assange “a WikiLeaks é uma série de coisas. É um *website*, uma tecnologia funcional, um caminho que está associado a uma filosofia que a gente vem disseminando. É também uma rede de pessoas que acreditam em algo”<sup>22</sup>. É uma organização com características de jornalismo investigativo, que possui uma robusta criptografia (semelhante à utilizada pelo Departamento de Defesa dos Estados Unidos) que dá total anonimato à suas fontes, além de uma incrível base de dados que faz o leitor ter acesso a milhões de documentos confidenciais em tempo integral, de sua nação e do mundo.

As pessoas que estavam descontentes com o modo de gestão de empresas ou governos onde trabalhavam começaram a ver com bons olhos os ideais e o modo como transcorria a divulgação de documentos confidenciais.

Em termos de história da Internet, nunca se viu uma página assumir uma posição de vanguarda de maneira tão evidente. É como se, de repente, todo o acesso que se necessita para entendermos o mundo das administrações públicas estivesse a um clique de distância.<sup>23</sup>

Os documentos publicados serviram para abranger como a internet viabilizou um novo meio para noticiar as contradições por trás das relações internacionais, da memória oficial divulgada no Tempo Presente.<sup>24</sup> A publicação do *Cablegate*, documentos diplomáticos estadunidense, interferiu em múltiplas relações dos EUA com outros países porque trouxe à tona informações comprometedoras dessa nação e seus aliados. Exemplo disso, no Oriente Médio e norte da África, o impacto desses documentos abalou os laços norte-americanos com países locais por evocar memórias reveladoras sobre a atuação da potência ocidental nessa região, também serviram para intensificar a insatisfação popular contra os líderes estatais que tiveram seus poderes questionados diante de lembranças comprometedoras acerca de suas práticas governamentais, e intensificar o movimento revolucionário da Primavera Árabe.

No contexto atual, os governos não têm de prestar contas só aos seus cidadãos, têm menos controle sobre suas agendas, desfrutam de menos liberdade de

---

<sup>22</sup>TRIP, Revista. **Julian Assange do WikiLeaks**.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fU77aLDd8SM> Acesso em: 19 de novembro de 2016.

<sup>23</sup>DOMINGOS; COUTO. **WikiLeaks: Segredos, Informações e Poder**, p. 179.

<sup>24</sup>De acordo com Eric Hobsbawm “O tempo presente é o período durante o qual se produzem eventos que pressionam o historiador a revisar a significação que ele dá ao passado, a rever as perspectivas, a redefinir as periodizações, isto é, a olhar, em função do resultado de hoje, para um passado que somente sob essa luz adquire significação”. HOBBSAWM, Eric apud FERREIRA, Marieta de Moraes. **História do tempo presente: desafios**. Petrópolis: Cultura Vozes, 2000, p.9.



reação ante aos acontecimentos, e já dividem espaço com outros importantes atores não-estatais.<sup>25</sup>

De acordo com Michael Pollack, quando “as memórias subterrâneas conseguem invadir o espaço público, reivindicações múltiplas e dificilmente previsíveis se acopla a essa disputa da memória”. Isto porque, “a memória é seletiva. Nem tudo fica gravado. Nem tudo fica registrado”<sup>26</sup>. Dessa forma, essas memórias subterrâneas que foram divulgadas pela organização através de documentos confidenciais é fruto de um contexto em que existe uma ampla interconexão entre os países por meio de contratos políticos, econômicos e sociais. Este contexto, conhecido como Hipermodernidade, é onde se encontra o amplo desenvolvimento das organizações transnacionais com ideais cosmopolitas no capitalismo neoliberal. Todavia, o que vem a ser a hipermodernidade? Qual a relação existente entre este contexto e o desenvolvimento da organização WikiLeaks?

De acordo com Giles Lipovetsky<sup>27</sup>, a percepção do mundo a partir dessas múltiplas informações divulgadas pela WikiLeaks é fruto de um contexto hipermoderno, estabelecido nesse processo virtual de unificação do planeta que interfere diretamente na vida de quase todos os cidadãos. No seu livro *Tempos Hipermodernos*, o filósofo francês fez uma abordagem que busca interpretar a configuração do mundo em que vivemos. Em suas palavras, a hipermodernidade

Organiza-se em torno de quatro polos estruturantes que desenham a fisionomia dos novos tempos. Essas axiomáticas são: o *hipercapitalismo*, força motriz da globalização financeira; a *hipertecnificação*, grau superlativo da universalidade técnica moderna; o *hiperindividualismo*, concretizando a espiral do átomo individual daí em diante desprendido das coerções comunitárias a antiga; o *hiperconsumo*, forma hipertrofiada e exponencial do hedonismo mercantil.<sup>28</sup>

E continua ao afirmar que essa “sociedade liberal [é] caracterizada pelo movimento, pela fluidez, pela flexibilidade, indiferente como nunca antes se foi aos grandes princípios estruturantes da modernidade, que precisaram adaptar-se ao ritmo hipermoderno para não desaparecer”<sup>29</sup>. Os tempos hipermodernos é uma macrodefinição para analisar a atual conjuntura do planeta que se estabelece em quatro polos indissociáveis, como: o hipercapitalismo, hipertecnificação, hiperindividualismo e hiperconsumo. O hipercapitalismo em suas relações econômicas e políticas foram as bases para que houvesse a mundialização financeira. Os

---

<sup>25</sup>NYE. **O paradoxo do poder americano**, p. 101.

<sup>26</sup>POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989, p. 204.

<sup>27</sup>LIPOVETSKY; CHARLES. **Os tempos hipermodernos**.

<sup>28</sup>LIPOVETSKY; SERROY. **A cultura mundo: resposta a uma sociedade desorientada**, p. 6.

<sup>29</sup>LIPOVETSKY; CHARLES. **Os tempos hipermodernos**, p.26.



hiperindivíduos são movidos pelo intenso movimento do consumo, pois fazem com que o ideal do enriquecimento financeiro seja a base de suas vidas. Da mesma forma, existem outros que desenvolveram em si a capacitação cosmopolita para buscar soluções aos problemas vigentes do século XXI.

Dentro da hipermodernidade a forma da sociedade é estabelecida por redes de hiperindivíduos, um conjunto de pessoas interconectadas através da internet que buscam e participam de diferentes comunidades ou grupos virtuais. Advindo disso, a terceira revolução industrial na década de 70 e o surgimento e aperfeiçoamento da rede mundial de computadores desencadeou uma nova ordem mundial de produção e reprodução do capitalismo.

Neste contexto, a organização idealizada por Julian Assange em 2006, surge em um momento crucial da Hipermodernidade, um mundo virtual que proporcionou a exposição de memórias legadas ao esquecimento e que foram divulgadas por meio de documentos confidenciais até então encobertas pelos principais veículos midiáticos e líderes de múltiplos países. Zygmunt Bauman refletiu em seu livro *Modernidade Líquida* a importância de organizações como a WikiLeaks, uma vez que

Os problemas privados não se tornam questões públicas pelo fato de serem ventilados em público; mesmo sob o olhar público não deixam de ser privados, e o que parece resultar de sua transferência para a cena pública é a expulsão de todos os outros problemas “não-privados” da agenda pública. O que cada vez mais é percebido como “questões públicas” são os problemas privados de figuras públicas.<sup>30</sup>

Há grande valor nas informações divulgadas pela organização, a fim de evidenciar os desdobramentos e impactos de memórias privadas que nunca foram divulgadas ao público. Estas memórias virtuais subterrâneas conseguiram invadir o espaço público através da internet ao desafiar as memórias oficiais. Entrementes, qual a filosofia *cyberpunk*? O que é ser um ciberativista dessa filosofia? Como surgiu essa ideia de criar um legado pela utilização da criptografia?

Ter privacidade em tempos de uma sociedade aberta na era digital hipermoderna é algo necessário. Entretanto, tê-la não é o mesmo que ter um segredo. Uma informação privada é uma coisa que alguém não quer que o mundo inteiro saiba; um assunto secreto é uma coisa que alguém não quer que ninguém saiba, em síntese, a privacidade é o poder de revelar-se

---

<sup>30</sup>BAUMAN. *Modernidade Líquida*, p. 83.



seletivamente para o mundo. Em 1993, Eric Hughes publicou *O Manifesto Cypherpunk* que viria inspirar toda uma geração que nasceria junto com a internet.

Nas primeiras linhas do texto de Hughes fica especificado que “privacidade em uma sociedade aberta também requer criptografia. Se eu falo alguma coisa, quero que seja escutado só por quem eu pretendo que escute. Se o que eu digo está disponível para o mundo, eu não tenho privacidade”. E continua, “nós, os *Cypherpunks*, nos dedicamos a construir sistemas anônimos. Nós estamos defendendo a nossa privacidade com criptografia”<sup>31</sup>. Em virtude dessa preocupação, o movimento *cypherpunk* insurgia no final dos anos 80, através de um grupo informal de pessoas interessadas em discutir as políticas de privacidade e segurança na internet. A força de oposição representada pelo movimento *cypherpunk* teve como objetivo principal devolver ao indivíduo o controle sobre a sua própria liberdade em ambientes virtuais. O grupo defendia o uso de sistemas anônimos, nos quais a criptografia de dados desempenhou um papel fundamental.

O grupo de ciberativistas da década de 80 se formou através de uma lista de contatos *online* e do interesse comum em defender os direitos civis contra as implicações do monitoramento governamental. Os *cypherpunks* foram diretamente influenciados pela cultura *hacker*. O ativista e pesquisador da Universidade Federal do Grande ABC (UFABC), o professor Sérgio Amadeu, trabalha com a tese de que estamos entrando na era da “resistência *criptopolítica*”. Para ele, “a criptografia torna-se instrumento político a ser amplamente incorporado pelos movimentos de resistência ao poder da análise e à biopolítica de modulação executada pelas grandes corporações, de tecnologia e de rede”<sup>32</sup>.

As ações dos *cypherpunks* tiveram grande influência no modelo e na política da internet que se desenvolveu. As questões defendidas por eles continuam presentes e ainda geram muita discussão em todas as instâncias da sociedade, especialmente porque o meio digital é utilizado cada vez mais para realizar as mais diferentes operações, tomando controle de todas as esferas sociais. É sob esse aspecto do controle das comunicações digitais que surgiu a figura de Julian Assange, ao divulgar uma série de publicações de documentos secretos e vazamento de informações através da organização WikiLeaks.

---

<sup>31</sup>HUGHES, Eric. **Manifesto Cypherpunk**. Disponível em: <http://lucasteixeira.com/blog/2010/08/07/manifesto-cypherpunk/>. Acesso em: 19 de novembro de 2016.

<sup>32</sup>PELLEGRINI, Rafael T; PELLEGRINI, Ramon T. Marco Civil: Liberdade e o Futuro da Internet. **Revista Tempo e Argumento**. Florianópolis, vol.6, n.12, p. 265-270, jun. 2014, p. 70.



No ano de 2006, o hiperindivíduo cosmopolita Julian Assange idealizou e criou a WikiLeaks, uma rede transnacional que, desde então, tem publicado documentos confidenciais de governos, corporações e instituições. Nas palavras de Julian, “a essência do que estamos a tentar atingir é a privacidade para o indivíduo, transparência para as instituições de segurança pessoal como denunciante garantida através do anonimato”<sup>33</sup>. Entretanto, como o grupo de Assange obtém informações e por qual meio eles divulgam-nas sem causar represálias aos *Whistleblowers* (denunciantes)?

A rede aceita todo o tipo de documentos privados sobre política, ética, diplomacia, etc., em referência a qualquer pessoa, empresa ou governo do mundo. Os seus sistemas de anonimato desenvolvido graças às tecnologias da informação são do mesmo nível que os organismos militares. Inspirados pelos ideais *cyberpunks* da livre circulação de informações e por evocar memórias legadas ao esquecimento, a organização *WikiLeaks* tem como objetivo principal divulgar e promover acesso às diferentes memórias virtuais do privado para o público.

O site vem divulgando assuntos que abrangem as mais diversas questões sejam elas de caráter interno de alguns países, situações de tensão, conflitos, interesses econômicos, e vem gerando uma série de controvérsias envolvendo entidades como o *Politburo* (órgão do governo chinês), a relação entre os Estados Unidos, a Arábia Saudita e o Irã, [...] os presos de Guantânamo, a Síria e as armas do Hezbollah, o temor de cyber-ataques da China, a preocupação dos Estados Unidos com a suposta presença de membros da Al Qaeda, Hezbollah e Hamas na tríplice fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina.<sup>34</sup>

É dentro deste contexto da globalização hipermoderna, das relações bilaterais e multilaterais, de uma sociedade em rede e informativa, que a organização WikiLeaks com ideais transnacionais e cosmopolitas se consolidam ao promover acesso instantâneo às mais diversas memórias virtuais sobre qualquer parte do planeta. Todavia, eis uma questão: seria as divulgações da WikiLeaks o sinal definitivo de que o predomínio do segredo nas relações internacionais não mais se sustenta no contexto da atual hipermodernidade? Esse foi um ponto questionado a partir das publicações de 2010.

Ao divulgar uma série de arquivos pertencentes ao governo dos Estados Unidos da América, Assange e a organização tiveram forte projeção internacional. Em parceria com jornais como *The Guardian* (Reino Unido), *Der Spiegel* (Alemanha), *The New York Times* (Estados Unidos), *Le Monde* (França) e *El País* (Espanha), foram divulgados mais de 70 mil relatórios militares

---

<sup>33</sup>SALES, Valdemir. **WIKILEAKS I Entrevista legendada part 1/2**.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gaWxCzQnDR0>. Acesso em: 04 de dezembro de 2016.

<sup>34</sup>DOMINGOS; COUTO. **WikiLeaks: Segredos, Informações e Poder**, p.38.





secretos sobre a Guerra do Afeganistão – *Afghan War Diary*<sup>35</sup> –, mais de 400 mil relatos de campo na Guerra do Iraque – *Iraq War Logs*<sup>36</sup> – e mais de 250 mil relatórios diplomáticos das embaixadas dos Estados Unidos ao redor do mundo – o *Cablegate*<sup>37</sup>.

Foi o maior vazamento de documentos secretos da história. O WikiLeaks enfureceu a mais poderosa superpotência do mundo, constrangeu a família real britânica e ajudou a causar uma revolução na África. O homem por trás de tudo isso é Julian Assange, uma das figuras mais estranhas a se tornar celebridade mundial.<sup>38</sup>

Assange obteve os documentos dos EUA por meio do *whistleblowers* Bradley Manning, soldado estadunidense que estava em serviço no Iraque, durante a ocupação do país norte americano. Ele conseguiu os quatro blocos de documentos confidenciais através de uma base de dados que tinha acesso diariamente. Esses documentos confidenciais foram enviados para Assange através da internet, uma vez que o mesmo se encontrava Inglaterra. Isso faria a organização de Assange, durante o ano de 2010, divulgar um número exorbitante de documentos confidenciais, sendo o maior vazamento da história em relação a documentos governamentais.

Em abril do ano citado no parágrafo anterior, viria a primeira parte das publicações dessas informações através de um vídeo impactante, o *Collateral Murder*. O vídeo mostrava militares estadunidenses em um helicóptero de guerra Apache matando a tiros doze civis no subúrbio de Nova Bagdad, no Iraque. Após a divulgação, as imagens do vídeo tiveram sua autenticidade confirmada<sup>39</sup>.

Em 2007, durante uma ação em Nova Bagdad, Iraque, dois helicópteros Apache do exército dos EUA confundiram jornalistas da Reuters e seus respectivos equipamentos (câmeras fotográficas) com “insurgentes” portando AK-47 e RPG (lança granadas). Em poucos minutos o agrupamento de pessoas foi brutalmente assassinado pelo ataque dos helicópteros. Uma dezena de pessoas foi assassinada sem mostrar qualquer tipo de ameaça. Duas crianças foram gravemente feridas no ataque.<sup>40</sup>

---

<sup>35</sup>WIKILEAKS. **Afghan War Diary, 2004-2010.**

Disponível em: [https://www.wikileaks.org/wiki/Afghan\\_War\\_Diary,\\_2004-2010](https://www.wikileaks.org/wiki/Afghan_War_Diary,_2004-2010). Acesso em: 20 de outubro de 2016.

<sup>36</sup>\_\_\_\_\_. **Irq.** Disponível em: <https://wikileaks.org/irq/>. Acesso em: 20 de outubro de 2016.

<sup>37</sup>\_\_\_\_\_. **Publiclibraryof US diplomacy.**

Disponível em: [https://wikileaks.org/plusd/?qproject\[\]=cg&q=#result](https://wikileaks.org/plusd/?qproject[]=cg&q=#result). Acesso em: 20 de outubro de 2016.

<sup>38</sup>LEIGH, David; HARDING, Luke. **WikiLeaks: a guerra de Julian Assange contra os segredos de Estado.** Campinas: Verus, 2011, p.338.

<sup>39</sup>VEJA. **CollateralMurder (versão integral WikiLeaks).**

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5dgKAXPbJ0w>. Acesso em: 08 de dezembro de 2016.

<sup>40</sup>TV, Passapalavra. **Assassinato Colateral.** Disponível em: <http://passapalavra.info/2010/04/22066>. Acesso em: 28 de março de 2017.



No dia seguinte ao ataque, o exército norte-americano explicou a morte dos funcionários da agência *Reuters* como parte de um confronto entre suas tropas e insurgentes. Um porta-voz militar disse ao jornal norte-americano *The New York Times* que "não há dúvida que as forças de coalizão estavam claramente em meio a operações de combate contra uma força hostil"<sup>41</sup>.

Apesar do impacto negativo causado em todo o globo após sua divulgação, nenhum dos militares desmascarados pelo vídeo foi processado. Nenhum dos soldados que assassinou a sangue frio a toda uma família iraquiana, inclusive mulheres e bebês, foram levados à justiça. Fica evidente que a Casa Branca mantém uma política oficial de ignorar e encobrir a prática generalizada de torturas no Iraque que George Bush ordenou invadir e ocupar desde 2003<sup>42</sup>, na Guerra ao Terror. Mas, diante disso, quem seriam os terroristas? É preciso voltar ao fato histórico marcante do século XXI, os atentados terroristas contra os Estados Unidos da América no dia 11 de setembro de 2001.

O dia 11 de Setembro de 2001 é marcante na história do tempo presente. Os indivíduos que vivenciaram esta data emblemática, possivelmente, não se esquecem das cenas de terror sofridas pelos Estados Unidos da América – a primeira vez em séculos de história. Uma tragédia chocante pelas cenas dos aviões comerciais sendo lançados em símbolos dos poderes econômicos e militares estadunidense. Depois deste acontecimento o mundo nunca mais foi o mesmo, não apenas as estruturas das Torres Gêmeas e da Inteligência norte-americana foram alvejadas neste dia, Estados de todos os continentes também sofreram o impacto e se viram enredados em uma trama sombria de implicações que perduram até hoje: a luta a ferro e fogo do Ocidente, encabeçada pelos Estados Unidos, contra um inimigo denominado terrorismo internacional. Desde então, o planeta vive os desdobramentos da empreitada que já vitimou milhares de pessoas, sobretudo, no Oriente Médio<sup>43</sup>.

A partir dessa perspectiva, fica evidente que os ataques de 11 de setembro de 2001 foram um marco importante na história mundial deste início de século. E isso se deve não somente pelo fato de os Estados Unidos terem sido o alvo dos ataques, mas, sobretudo, por esse episódio ter

---

<sup>41</sup> EFE, Agência. **Vídeo contesta versão dos EUA sobre morte de iraquianos.** Disponível em: <http://operamundi.uol.com.br/conteudo/noticias/3542/video+contesta+versao+dos+eua+sobre+morte+de+iraquianos+.shtml>. Acesso em: 26 de março de 2017.

<sup>42</sup> BAYO, Carlos Enrique. **Conselho de guerra contra quem revelou os crimes de guerra.** Disponível em: <http://operamundi.uol.com.br/dialogosdosul/conselho-de-guerra-contra-quem-revelou-os-crimes-de-guerra/17062013/>. Acesso em: 26 de março de 2017.

<sup>43</sup> PELLEGRINI, Ramon. O Terrorismo após os ataques em 11 de setembro de 2001: Medo e violência como fator de controle. Salzburg: **Novas Edições Acadêmicas**, 2017, p. 12



desencadeado reações diversas em todo o sistema internacional. O efeito colateral imediato dos atentados terroristas em território americano foi à causa da estruturação e aplicação da chamada Guerra ao Terror, iniciada pelo então presidente estadunidense George W. Bush, a partir de 2001, no Afeganistão.

A guerra Afegã provocou durante anos uma enorme desconfiança sobre as estratégias bélicas dos exércitos ocidentais. Essa desconfiança advinha, segundo o representante do governo do Reino Unido no Afeganistão Sir Sherard Cowper-Coles, porque na verdade “a campanha militar no Afeganistão não [foi] adequadamente supervisionada ou controlada. A lista de efeitos de prioridade conjunta não é submetida a nenhuma supervisão política genuína – é conduzida pelos [próprios] militares”<sup>44</sup>. Essa afirmação estava contida em um dos milhares de documentos divulgados pela WikiLeaks em julho de 2010. As memórias subterrâneas legadas ao encobertamento e esquecimento emergiram perante a rede mundial de computadores, a partir da segunda divulgação sobre os EUA, um escoamento de 75 mil diários militares sobre a guerra no Afeganistão, em que os documentos “comprovaram centenas de assassinatos indiscriminados de civis pelas forças dos EUA”<sup>45</sup>.

O Talibã, base terrorista que governava o Afeganistão – primeiro país a ser invadido pelos Estados Unidos na Guerra ao Terror, em 2001 –, foi considerado como o mentor e reproduzidor dos atentados terroristas nos EUA, e o ponto de ligação entre ele e o governo iraquiano se dava na defesa da ideia de que Saddam Hussein – e a Al-Qaeda – estaria ligado ao Talibã e desenvolvendo Armas de Destruição em Massa (ADM). Por conseguinte, colocaria em risco a segurança coletiva internacional, e, principalmente, a dos Estados Unidos. Esse fato, na visão americana, justificava a ação militar contra o Iraque e garantia apoio doméstico à sua empreitada<sup>46</sup>.

O Iraque foi invadido em 2003 e instaurou uma carnificina no país. Nunca foi encontrado no território Afegão e Iraquiano armas de destruição em massa, mas houve a destruição de milhares de civis desses países do Oriente Médio. Em outubro de 2010, a WikiLeaks divulgou outro bloco de documentos confidenciais dos Estados Unidos da América, agora sobre a guerra no Iraque.

---

<sup>44</sup>LEIGH, David; HARDING, Luke. **WikiLeaks: a guerra de Julian Assange contra os segredos de Estado**. Campinas: Verus, 2011, p.127.

<sup>45</sup>ASSANGE, Julian. **Cypherpunks: liberdade e o futuro da internet**. Trad. Cristina Yamagami; São Paulo: Boitempo Ed., 2013, p.11.

<sup>46</sup>PECEQUILO, C. S. **A política externa dos Estados Unidos**. Editora da UFRGS. 2ª edição. Porto Alegre, 2005.



[Antes do vazamento] se encontrávamos um homem que tinha sido torturado, nos diziam que era a propaganda terrorista; se descobríamos uma casa cheia de crianças mortas em um ataque aéreo dos EUA, também era propaganda terrorista, ou dano colateral, ou uma simples frase: nós não temos nenhuma informação sobre isso. [...] Aqui está à evidência da vergonha norte-americana. É um material que pode ser usado por advogados em tribunal.<sup>47</sup>

A organização WikiLeaks divulgou mais de 400 mil relatos de campo sobre a ocupação do país por parte do exército estadunidense, comprovando torturas e assassinatos de prisioneiros. Isso pôde ser visto no vídeo *Collateral Murder*.

Os diários de guerra do Iraque tratavam de números. Tanto a administração norte-americana quanto o primeiro-ministro britânico recusavam-se a admitir quantos iraquianos comuns haviam sido assassinados desde a duvidosa “libertação” do país pelas tropas dos dois países. O general Tommy Franks foi amplamente citado, em 2002, ao dizer: “Não fazemos contagem de corpos” – um ano antes de conduzir a invasão militar norte-americana ao Iraque.<sup>48</sup>

Dentro da visão oficial dos governos de Bush (Estados Unidos) e Blair (Reino Unido), foram registrados “4.748 soldados das tropas americanas e aliadas perderam a vida até o Natal de 2010”<sup>49</sup>. Porém, a publicação de outubro trouxe uma nova versão contraoficial. A organização extraoficial *Iraq Body Count*<sup>50</sup> vinha fazendo um levantamento do número de óbitos no país. “No fim de 2010, o IBC concluiu que o número total de mortes documentadas de civis pela violência no Iraque, desde 2003, variava de 99.383 e 108.501 [cadáveres]”<sup>51</sup>.

Em outro relatório vazado, de 11 de setembro de 2005, um soldado descreve uma operação na cidade de Ar Rutba: “Foi colocada uma carga explosiva na porta de uma casa suspeita, enquanto eram conduzidos cordão e pesquisa em Ar Rutbah. Ao entrar na casa, os marines descobriram três NWIA. Os NWIA consistiam de um menino de dez anos, uma menina de dez anos e um menino de dois anos, todos sofriam de graves ferimentos de explosão”. No pé da página do documento há a nota: “Eventos que podem criar reação política, da mídia ou internacional”.<sup>52</sup>

---

<sup>47</sup> ROSSI, Amanda. **Escândalo do WikiLeaks reativa debate sobre a guerra do Iraque**. Disponível em: <http://operamundi.uol.com.br/conteudo/reportagens/7288/escandalo+do+wikileaks+reativa+debate+sobre+a+guerra+no+iraque.shtml>. Acesso em: 23 de março de 2017.

<sup>48</sup> LEIGH, David; HARDING, Luke. **WikiLeaks: a guerra de Julian Assange contra os segredos de Estado**. Campinas: Verus, 2011, p.132.

<sup>49</sup> LEIGH, David; HARDING, Luke. **WikiLeaks: a guerra de Julian Assange contra os segredos de Estado**, p.133.

<sup>50</sup> Contagem de Corpos do Iraque - IBC, uma ONG do Grupo de Pesquisa de Oxford.

<sup>51</sup> \_\_\_\_\_ . **WikiLeaks: a guerra de Julian Assange contra os segredos de Estado**, p.135.

<sup>52</sup> ROSSI, Amanda. **Escândalo do WikiLeaks reativa debate sobre a guerra do Iraque**. Disponível em: <http://operamundi.uol.com.br/conteudo/reportagens/7288/escandalo+do+wikileaks+reativa+debate+sobre+a+guerra+no+iraque.shtml>. Acesso em: 27 de março de 2017.



Este banho de sangue foi justificado pelos governos dos Estados Unidos, Reino Unido e aliados, para salvar os iraquianos do ex-ditador Saddam Hussein, a própria “encarnação do mal”, morto em 2006.

As consequências das guerras para o Iraque e Afeganistão foram terríveis. Para Aquino, a intervenção “desastrosa” dos EUA na região transformou um país em “uma cratera a céu aberto”, observou. “Mesmo que os EUA retirem todas as suas tropas, como será possível acabar com a guerra civil?”<sup>53</sup>

No século XX, a diplomacia passou por uma tendência estrutural de decadência frente ao surgimento de ações paradiplomáticas e a difusão das tecnologias de informação e comunicação em um período caracterizado por uma preponderante dinâmica bélica. A I e II Guerra Mundial e a Guerra Fria, a despeito de terem existido momentos de curta duração quanto de expansão reativa da diplomacia institucional por meio da construção de uma arquitetura multilateral com novos Estados Nacionais e novos organismos internacionais, também foram fatores contribuintes para essa decadência estrutural.

No século XXI, o relativo monopólio da política externa pela diplomacia tornou-se suscetível à dinâmica contextual das redes de informação e comunicação que impactaram por meio de uma menor dependência das chancelarias para a tomada de decisão, como também por meio dos crescentes bombardeamentos trazidos pelo vazamento de documentos, relatórios e conversas confidenciais desde o surgimento da WikiLeaks. Tal fenômeno implodiu a histórica lógica de segredos característicos da atividade diplomática, com repercussões em demandas de maior participação da sociedade civil na conformação da agenda externa dos países<sup>54</sup>.

No final de 2010, uma grande “dor de cabeça” para os diplomatas e governo estadunidense viria a público com uma torrente de documentos secretos, o *Cablegate*. “O vazamento publicado pelo WikiLeaks em novembro de 2010 teve uma diferença grande em relação aos demais: mexeu com um verdadeiro vespeiro que até então estava em paz no meio de Internet, que foi a questão da administração pública”<sup>55</sup>.

Os 251.287 comunicados diplomáticos de exatas 280 embaixadas e consulados estadunidenses espalhadas por 180 países seria o mais amplo relato de como funcionavam as

---

<sup>53</sup>BORGES, Thassio. **A consequência do 11/09, Guerra ao Terror trouxe prejuízos e foi mal explicada.** <http://operamundi.uol.com.br/conteudo/reportagens/15087/consequencia+do+1109+guerra+ao+terror+trouxe+prejuizos+e+foi+mal+explicada.shtml>. Acesso em: 27 de março de 2017.

<sup>54</sup>LAFER, C. Vazamentos, sigilo, diplomacia: a propósito do significado do WikiLeaks. **Revista Política Externa**, vol. 19, n. 4, 2011.

<sup>55</sup>DOMINGOS; COUTO. **WikiLeaks: Segredos, Informações e Poder**, p.179.



relações internacionais a partir da ótica diplomática. Este foi o maior vazamento de documentos oficiais já divulgados publicamente. Os principais jornais do mundo publicaram, no mesmo instante, um “dilúvio” de documentos secretos. *The Guardian* (Reino Unido), *Der Spiegel* (Alemanha), *The New York Times* (Estados Unidos), *Le Monde* (França) e *El País* (Espanha), jornais de grande influência no mundo, estavam divulgando naquele momento informações por meio da velha (jornais e TVs) e nova (internet) mídia que foram antes conspirativas, agora concretas, sobre o que se passa entre portas fechadas das elites que dominam os mais variados Estados-nacionais, pela ótica de diplomatas estadunidenses. O jornal, *The New York Times*, divulgaria naquele dia que

Os telegramas contam a história, sem retoques, de como o governo toma suas principais decisões, que custam ao país, sobretudo, vidas e dinheiro. [...] Eles iluminam a diplomacia em torno de duas guerras atuais[...] Por mais assustador que seja publicar tal material contra as objeções oficiais, seria arrogância concluir que os americanos não têm o direito de saber o que está sendo feito em seu nome.<sup>56</sup>

Os jornalistas do *The Guardian*, David Leigh e Luke Harding, fizeram um resumo do que os documentos abordavam em sua essência. De acordo com eles, o material

Enfatizavam interesses e preocupações geopolíticas da superpotência norte-americana: a proliferação nuclear, a suposta ameaça do Irã, a situação militar de difícil controle em Cabul e Islamabad. [...] Os telegramas discutiam casos de abuso aos direitos humanos, corrupção e ligações financeiras duvidosas entre os líderes do G8. [...] Os diplomatas norte-americanos [nos oportunizou] um vislumbre da mentalidade que rege o alto escalão do poder nos Estados Unidos. De certo modo, os telegramas eram a verdade.<sup>57</sup>

De fato, os diplomatas norte-americanos nos oportunizaram um vislumbre da mentalidade que rege o alto escalão do poder nos Estados Unidos da América. A exposição pública rompeu com a seletividade de memórias difundidas pela ideologia dominante e transformou tais lembranças nunca divulgadas anteriormente, por exemplo, em “armas revolucionárias”, como ocorreu na Primavera Árabe. Em três países árabes, Líbia, Egito e Tunísia, houve a deposição de líderes governamentais.

Na Líbia, Gadafi foi um dos mais ácidos críticos das publicações do WikiLeaks. Os telegramas revelaram a ganância e corrupção de seu regime e, de acordo com algumas reportagens, pareciam tê-lo deixado enlouquecido. [...] No Egito, os telegramas revelaram ao mundo uma visão dura e sem rodeios da brutalidade de Mubarak e seu regime. [...] Os telegramas pintaram um quadro claro das relações íntimas dos EUA com o regime. [...] Na Tunísia, foi atribuída aos

---

<sup>56</sup>LEIGH, David; HARDING, Luke. **WikiLeaks: a guerra de Julian Assange contra os segredos de Estado**. Campinas: Verus, 2011, p.201.

<sup>57</sup>LEIGH; HARDING. **WikiLeaks: a guerra de Julian Assange contra os segredos de Estado**, p.213.



telegramas influência direta sobre o evento que veio a ser conhecido como a Revolução do Jasmin. Nos estágios iniciais dos protestos políticos de massa na Tunísia, o influente grupo de blogueiros Nawat criou um sítio Web denominado TuniLeaks e divulgou amplamente os telegramas aos tunisianos. Os telegramas confirmavam que os EUA viam o presidente Ben Ali como um tirano corrupto e brutal e estimulou a crescente revolta. A Anistia Internacional considerou o WikiLeaks e seus parceiros na mídia como “catalisadores” do movimento popular que depôs Ali.<sup>58</sup>

Por fim, a WikiLeaks não foi mais uma instituição que pretendia criar ideais conspirativos contra os regentes da nova ordem mundial, mas, demonstrar, por meio de documentos primários de membros do exército, os desastres ocorridos no Afeganistão e Iraque na Guerra contra o terrorismo internacional encabeçado pelos Estados Unidos da América após os ataques às Torres Gêmeas e ao Pentágono. Fica evidente também que os documentos diplomáticos colocaram em cheque inúmeros líderes mundiais, bem como influenciaram no movimento revolucionário que começou em 2011, a Primavera Árabe.

Dentro disso, podemos analisar a partir do *Cablegate* que houve nessas publicações uma verdadeira tragédia para a diplomacia americana, afetando todas as relações bilaterais dos EUA em todo o mundo. Os EUA passam a dispor de menos interlocutores em todas as instâncias das quais participam e em todos os países nos quais trabalham seus diplomatas. Qual é o agente público que vai querer conversar com um diplomata/embaixador americano, a partir de agora, que essas conversas poderão ser reveladas em curto prazo pela WikiLeaks? Qual é o simples cidadão que vai continuar confiando na segurança das informações detidas pelos EUA, quando um simples soldado (Bradley Manning) em um posto obscuro (no Iraque) da máquina imperial pode ter acesso a esses expedientes e divulgá-los livremente para o mundo inteiro?<sup>59</sup>

### Considerações finais

Neste artigo foi exposto o atual contexto histórico e a organização dos novos tempos proporcionados pela internet. Tempos de novas organizações, produções e reproduções socioculturais, políticas e econômicas. Tempos de uma nova mídia, de novas informações e conhecimentos, de uma nova sociedade e seus agentes em proporções globais. A organização WikiLeaks não é um fato em si finalizada, pois até hoje os continuam “vazando” documentos confidenciais de qualquer parte do planeta. Inclusive, recentemente divulgaram documentos

---

<sup>58</sup>TIMM, Trevor. **Um ano de Cablegate: Como WikiLeaks influenciou a política externa, o jornalismo e a Primeira Emenda.** Disponível em: <https://www.politics.org.br/edicoes/um-ano-de-cablegate-como-wikileaks-influenciou-politica-externa-o-jornalismo-e-primeira>. Acesso em 29 de março de 2017.

<sup>59</sup>ALMEIDA, Paulo Roberto de. **WikiLeaks-Brasil: qual o impacto real da revelação dos documentos?** Disponível em: <https://www.mundorama.net/?p=8334>. Acesso em: 28 de março de 2017.



secretos (*e-mails*) sobre a então candidata democrata dos Estados Unidos da América, Hillary Clinton, influenciando diretamente na votação local<sup>60</sup>, e uma suposta atividade *hacker* da CIA de vigilância global<sup>61</sup>.

Demarcar o tempo e espaço de análise foi essencial para mostrar não apenas informações desconexas em seu contexto. Todos os documentos divulgados pela instituição serviram-nos para compreender como a internet viabilizou um novo meio para divulgar a “sujeira” dos Estados Unidos e suas megacorporações (exemplo dos Estados Unidos), principalmente com suas ações assimétricas nos países pobres (exemplo do Afeganistão e Iraque).

Pensar no modelo de funcionamento, organização e divulgação da WikiLeaks é algo incomum para outro tempo e espaço. Mas, por quê? Primeiro, a organização não tem um endereço físico, sua residência está constituída na rede mundial de computadores. Segundo, se não fosse através da internet, como o ex-soldado estadunidense Bradley Manning em 2010 roubaria milhões de dados confidenciais que estavam numa base de dados do Iraque e conseguiria enviá-los para Julian Assange na Inglaterra? Ou melhor, como conseguiria levar todos esses documentos pessoalmente?

Em quais circunstâncias e por qual meio a WikiLeaks divulgaria os documentos para que todos os cidadãos de qualquer continente obtivessem acesso? Pelos jornais, rádios, revistas? Se houvesse possibilidade, durariam muitos anos para conseguirmos abranger todas as informações publicadas. Dentro dessa perspectiva, a hipermodernidade, por ser um contexto perpetrado pelo hipercapitalismo liberal movimentado por hiperindivíduos, uma sociedade em rede e globalizada pelas tecnologias da informação, tendo ainda a nova mídia (internet) como eixo, proporciona ao indivíduo informações sobre múltiplos acontecimentos, e os ideais *cyberpunks* podem ser praticados em sua essência numa busca constante pela verdade, com mais transparências e menos confidências nas relações internacionais.

Em relação aos documentos citados no artigo, é constrangedor assistirmos a um vídeo como o *Collateral Murder* numa espécie de jogo fictício orquestrado por soldados estadunidenses contra civis indefesos. A Guerra ao Terror, empregada pragmaticamente pelos Estados Unidos, a

---

<sup>60</sup>BBC. **12 revelações embaraçosas sobre Hilary Clinton em e-mails vazados pelo WikiLeaks.** Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/eleicoes-nos-eua/2016/noticia/2016/10/12-revelacoes-embaracosas-sobre-hillary-clinton-em-e-mails-vazados-pelo-wikileaks.html>. Acesso em: 22 de dezembro de 2016.

<sup>61</sup> G1. **WikiLeaks divulga documentos que revelam suposta atividade hacker da CIA.** <http://g1.globo.com/mundo/noticia/wikileaks-diz-ter-publicado-documentos-que-seriam-da-cia.ghtml>. Acesso em: 27 de março de 2017.





despeito das críticas e das reprovações, foi um episódio marcante dessa dinâmica internacional de combate ao terrorismo. É constrangedor também vermos um desastre geopolítico no Afeganistão e as torturas de milhares de civis. Assim como o que aconteceu no Iraque, um banho de sangue e inúmeros óbitos, numa espécie de abatedouro civil com práticas medievais. Da mesma forma a opinião de diplomatas espalhados por todo o planeta, relatando detalhes e críticas contra líderes governamentais que, por exemplo, influenciou diretamente na Primavera Árabe em 2011.

Dentro de nossas limitações, conseguimos levar ao leitor uma compreensão do que foi orquestrado pela WikiLeaks, através de suas publicações. Fica também um almejar enquanto historiador, para que os historiadores tenham e utilizem a documentação divulgada pela organização como meio de produção de pesquisas científicas, uma vez que a base de dados disponibilizados gratuitamente contém documentos de inúmeros países em suas relações contemporâneas. Documentos que nos leva a uma maior compreensão da história do tempo presente, em que múltiplos Estados ricos em suas relações transnacionais vêm suas ações divulgadas ao público e a serem questionáveis. Em contrapartida, esses mesmos Estados buscam através da internet vigiar seus alvos e atacá-los quando necessário.



# O modelo de administração departamental francês e a organização das províncias do Império do Brasil (1823-1834)

The French departmental administration model and the provincial organization of the Empire of Brazil (1823-1834)

**Renata Silva Fernandes**

Doutoranda em História  
Universidade Federal de Juiz de Fora  
renatacjm@gmail.com

**Recebido em:** 01/12/2016

**Aprovado em:** 31/01/2017

**RESUMO:** O processo revolucionário francês desempenhou uma destacada importância na conformação dos movimentos de Independência na América Latina e na consequente estruturação dos Estados recém-emancipados. Dentre outros elementos, a experiência francesa, ao colocar no centro de seus debates a institucionalização da unidade e da soberania nacional, conferiu renovado destaque a problemática da organização dos espaços político-administrativos regionais de governo, lançando as bases de um modelo de administração departamental que atuaria como referência no processo de instituição de novos ordenamentos políticos. Tendo isso em vista, propomos, neste artigo, uma análise da organização institucional da esfera de poder provincial instituída no Império do Brasil pelo decreto de 20 de outubro de 1823 e pela Constituição de 1824 buscando denotar, especificamente, as apropriações, pelos primeiros legisladores brasileiros, do modelo de administração departamental francês do período revolucionário-napoleônico.

**PALAVRAS-CHAVE:** Organização Provincial, Império do Brasil, Modelo Administrativo Francês.

**ABSTRACT:** The French revolutionary process played an important role in shaping the Independence movements in Latin America and in the consequent structuring of the newly emancipated states. Among other things, the French experience, by placing the institutionalization of national unity and sovereignty at the center of its debates, gave renewed prominence to the problematic of the organization of regional political-administrative spaces of government, laying the foundations of a model of departmental administration that would act as a reference in the process of establishing new political systems. With this in view, I propose in this article an analysis of the institutional organization of the provincial sphere of power established in the Brazilian Empire by the decree of October 20, 1823, and by the Constitution of 1824, seeking specifically to denote appropriations of the revolutionary-Napoleonic French departments administration model by the first Brazilian legislators.

**KEYWORDS:** Provincial organization, Empire of Brazil, French administrative model.



Ao menos desde meados do século XVIII, a emergência de novos paradigmas políticos vinculados à ilustração e a aproximação da prática política de uma administração ativa, que buscava ordenar o Estado e a sociedade, acarretaram o debate e a elaboração de novas soluções espaciais e institucionais de organização do poder. Do ponto de vista do aparato burocrático, impunham-se, progressivamente, dispositivos concernentes à racionalização, regulamentação e regulação como critérios fundamentais de governabilidade<sup>1</sup>.

Com a difusão do constitucionalismo moderno e das ideias liberais, que colocavam em questão algumas das tradicionais formas de legitimidade do poder, esses imperativos se conjugaram a novas demandas relativas às “formas políticas” dos Estados<sup>2</sup>. Dessa conjunção decorreram inúmeras problemáticas político-administrativas que integraram os desafios enfrentados na tarefa de instituir ordenamentos políticos conformes a princípios como o da soberania nacional e o da divisão de poderes.<sup>3</sup> Nesse processo, a (re)organização dos espaços políticos intermediários, como uma das alternativas para a interação entre o centro e as periferias, ocupou um plano basilar na constituição de boa parte dos Estados “liberais” modernos<sup>4</sup>, nos dois lados do Atlântico, em finais do século XVIII e no século XIX.

Tendo em vista essas considerações, propomos, neste artigo, uma análise da organização da esfera de poder intermediária na monarquia constitucional brasileira durante o Primeiro Reinado e nos anos iniciais da Regência, considerando, especialmente, suas aproximações com a administração dos departamentos franceses do período revolucionário-napoleônico. Sustentaremos a hipótese de que o modelo francês, entendido como um sistema de referência, serviu de diretriz central para os primeiros legisladores brasileiros no processo de organização do

---

<sup>1</sup> Cf. SUBTIL, José. Os Poderes do Centro. In: MATTOSO, José. *História de Portugal: Antigo Regime*. Lisboa: Estampa, 1996; SILVA, Ana Cristina Nogueira. **O modelo espacial do Estado Moderno: reorganização territorial em Portugal no final do Antigo Regime**. Lisboa: Estampa, 1998.

<sup>2</sup> Esses movimentos, que nem sempre coincidiram, articularam-se de maneiras distintas em cada um dos países que vivenciaram processos semelhantes. Sobre o assunto ver: ROSANVALLON, Pierre. **L'Etat en France de 1789 à nos jours**. Éditions du Seuil: Paris, 1990, p. 20-24.

<sup>3</sup> Ver: HESPANHA, António Manuel. Pequenas Repúblicas, Grandes Estados. Problemas de organização política entre Antigo Regime e Liberalismo. In: JANCSÓ, István (org.). **Brasil: Formação do Estado e da Nação**. São Paulo - Ijuí: Hucitec, 2003.

<sup>4</sup> Como destaca Javier Fernandez Sebastián, a “modernidade política” não foi um processo unitário baseado nas experiências históricas de alguns poucos países, mas antes uma pluralidade de “modernidades, que, ainda que diversas e vivenciadas em ritmos distintos, compartilhavam de alguns traços comuns que implicavam em uma nova legitimidade, em novas representações políticas e em uma nova temporalidade, apoiadas em uma ‘constelação semântica emergente’ (...)” [tradução nossa]. FERNANDEZ SEBASTIÁN, Javier. Introdução. In: FERNANDEZ SEBASTIÁN, Javier (dir.); GOLDMAN, Noemí. (ed.). **Diccionario político y social del mundo iberoamericano**. Conceptos políticos fundamentales, 1770-1870, Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales – Universidad del País Vasco, 2014, tomo II, v. 10, p. 12.



aparato administrativo das províncias do Império no período pós-emancipação, instituído a partir do decreto da Assembleia Constituinte de 20 de outubro de 1823 e da Constituição de 1824.

### **O modelo de organização departamental francês**

Na França, apesar da existência de projetos reformistas e dos esforços empreendidos ao longo do século XVIII no sentido de racionalizar e uniformizar a administração do reino, é com a Revolução Francesa que ocorreram transformações sistêmicas das estruturas institucionais (e territoriais) até então vigentes<sup>5</sup>. O abade de Sieyès explicitava, ao propor em setembro de 1789 à Assembleia Nacional a nomeação de um comitê para a elaboração de um “plano das municipalidades e províncias na França”, a urgência dessa tarefa reformista. Com a abolição dos privilégios das províncias, principados e cidades, uma nova elaboração institucional fazia-se necessária para a manutenção do controle sobre o território, aproximando-se, nessa direção, de uma medida de polícia interna<sup>6</sup>. Para Sieyès, essa reorganização deveria ser feita de modo “*qu'on puisse espérer de ne pas voir le royaume se déchirer en une multitude de petits États sous forme républicaine; et qu'au contraire, la France puisse former un seul tout, soumis uniformément, dans toutes ses parties, à une législation et une administration communes*”<sup>7</sup>.

Buscando atender simultaneamente a princípios políticos e administrativos, com uma dupla tarefa de transformar a estrutura governativa herdada, tida por “irracional” e “arbitrária”, e de estabelecer novas bases de representação, reafirmando, ao mesmo tempo, a soberania nacional, a Constituinte lançaria as bases de um modelo de administração departamental elaborado, não sem dissensos e contraposições, a partir de 1789<sup>8</sup>.

As leis de dezembro de 1789 e de janeiro e fevereiro de 1790 determinaram a nova divisão do território francês em departamentos, distritos e comunas. Com o propósito de racionalizar e uniformizar a administração, padronizando o espaço político e suas instituições, essa legislação estabelecia uma administração departamental composta por um Conselho de Departamento eletivo, com funções deliberativas, que designaria, por sua vez, um Diretório de

---

<sup>5</sup> ROSANVALLON. **L'Etat en France de 1789 à nos jours**, p. 21-22.

<sup>6</sup> OZOUF-MARIGNIER, Marie-Vic. **La formation des départements**: la représentation du territoire français à la fin du 18<sup>e</sup> siècle. 2<sup>a</sup> ed. Paris : Ed. De l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1992, p. 37.

<sup>7</sup> “[...] que pudéssemos esperar não ver o reino se fragmentar em uma miríade de pequenos Estados sob forma republicana; e que, ao contrário, a França pudesse formar um único todo, submetido uniformemente, em todas as suas partes, a uma legislação e uma administração comuns” [tradução nossa]. LALLEMENT, Guillaume. **Choix de rapports, opinions et discours prononcés à la Tribune Nationale depuis 1789 jusqu'à ce jour; recueillis dans un ordre chronologique et historique**. Paris: Chez Alexis Eymery & Chez Corréard, Tomo I, 1818, p. 368.

<sup>8</sup> MANIQUE, António Pedro. **Mouzinho da Silveira**: liberalismo e administração pública. Lisboa: Livros Horizonte, 1989, p. 33.



Departamento, órgão executivo de atividade contínua. Também haveria, em cada unidade, um procurador-síndico, igualmente eletivo, representante do poder executivo central junto às autoridades departamentais<sup>9</sup>.

Constituindo-se nos moldes de uma detalhada pirâmide governativa, essa administração teria como função, sob a inspeção do rei – submissão considerada necessária para assegurar a uniformidade do regime executivo<sup>10</sup> – ingerência em assuntos como hospitais, educação pública, assistência, obras públicas, manutenção da salubridade, segurança e tranquilidade pública, etc. E, sob a inspeção do corpo legislativo, atribuições relativas à repartição dos recursos, vigilância e controle de sua aplicação e atividades de seus agentes<sup>11</sup>.

Durante o período revolucionário, esse sistema administrativo decretado pela Constituinte passaria, contudo, por substanciais transformações. Os conflitos entre as localidades e os departamentos, os entraves burocráticos interpostos para uma rápida ação executiva, bem como a ausência de representantes do poder central que estabelecessem uma ligação sólida e constante entre a administração central e a departamental, seriam algumas das principais críticas que sustentariam as acusações de “anarquia político-administrativa” então atribuída àquele arranjo<sup>12</sup>.

No Consulado, o quadro institucional dos departamentos franceses seria reordenado, alcançando sua forma mais duradoura. A lei de 28 pluviôso do ano VIII estabelecia que haveria um Prefeito em cada departamento, “encarregado único da administração”, a quem competiria a execução das deliberações departamentais, a aplicação das leis, a tutela administrativa das comunas e o desempenho de atribuições voltadas ao desenvolvimento da agricultura, comércio e manufaturas, feitura de obras públicas, instrução pública, salubridade, finanças, etc<sup>13</sup>.

---

<sup>9</sup> Para alguns autores, o sistema administrativo colegial implementado pela lei era tributário da reforma de 1787, que criou as Assembleias Provinciais. Sobre o assunto ver: ANDRO, Gaïd. Pistes de recherche pour une étude sur les procureurs généraux syndics. *Annales historiques de la Révolution française*, n. 360, pp. 3-25, avril-juin 2010.

<sup>10</sup> OZOUF-MARIGNIER. *La formation des départements*, p. 86.

<sup>11</sup> FRANCE. Loi du 22 décembre 1789 relative à la constitution des assemblées primaires et des assemblées administratives de l'Assemblée Nationale Constituante. In: DUVERGIER, J. P. **Collection complète des Lois, Décrets, Ordonnances, Règlements et Avis du Conseil d'Etat**. Paris: Éditions officielles du Louvre; de l'imprimerie nationale, par Boudouin; et du Dulletin des lois, tomo I, 1824, p. 73-78.

<sup>12</sup> Cf. SCHULTZ, Patrick. La décentralisation dans le Nord : des Girondins aux Jacobins (1789-1793). *Études rurales* [En ligne], 101-102/ 1986. Disponível em : <http://etudesrurales.revues.org/961>. Acesso em: 26 de jun.2016; ANDRO. *Pistes de recherche pour une étude sur les procureurs généraux syndics*.

<sup>13</sup> FRANCE. Circulaire du ministre de l'intérieur aux préfets, 21 ventôse an VIII. In: LALLEMENT, Guillaume. **Choix de rapports, opinions et discours prononcés à la Tribune Nationale depuis 1789 jusqu'à ce jour; recueillis dans un ordre chronologique et historique**. Paris: Alexis Eymery, Libraire, Tome XVII, 1821, p. 148-151.



Os Prefeitos presidiriam um Conselho de Prefeitura, órgão executivo de caráter consultivo mobilizado em matérias de contencioso. Também haveria um Conselho Geral de departamento com atribuições deliberativas sobre matérias fiscais, encarregados, ainda, de apresentar ao Ministro do Interior suas opiniões sobre os negócios de seus respectivos departamentos. Os prefeitos, conselheiros de prefeitura e gerais seriam nomeados pelo centro, assim como parte dos encarregados da administração das circunscrições menores<sup>14</sup>.

A base do hierarquizado ordenamento da lei de 28 pluvioso inscrevia-se em uma ampla teorização sobre o poder executivo e o governo. Os Conselheiros de Estado que relataram o projeto de lei, Roederer, Cretet e Le Chaptal, buscavam instituir não apenas uma clara separação entre os assuntos meramente administrativos e os judiciais, mas, sobretudo, assegurar a unidade de ação<sup>15</sup>. Os princípios que teriam guiado a comissão foram apresentados ao corpo legislativo por Roederer:

Le système administratif que présente le projet de loi est fort simple; il repose sur des principes dès longtemps familiers aux bons esprits. Dans l'administration locale, qu'il faut distinguer de l'administration générale (...) on reconnaît trois services distincts : l'administration proprement dite; les jugements (...) en matière de contributions (...); le jugement du contentieux (...).<sup>16</sup> Ces dispositions sont fondées sur ces deux principes: *qu'administrer doit être le fait d'un seul homme, et juger le fait de plusieurs* [marcação nossa].<sup>17</sup>

A preocupação não era nova. No entanto, as experiências vivenciadas no período revolucionário e as tendências governativas que então se delineavam na vida política francesa propiciavam outras alternativas. Com o fim das administrações colegiais eletivas do período revolucionário, símbolos do ideário da partição dos cidadãos, consagrava-se, em nome da racionalidade e da lógica<sup>18</sup>, a “dependência hierárquica” e o princípio da “procuração da ação” e, com isso, a tendência de reforço do papel do centro nas administrações departamentais que

---

<sup>14</sup> FRANCE. Loi du 28 pluviôse na VIII concernant la division du territoire français et l'administration. In: FRANCE. **Bulletin des Lois de la République française**. Paris: Imprimerie nationale des lois, 1800-1801.

<sup>15</sup> Cf. GERAUD-LLORCA, Edith. L'universalité des compétences préfectorales. In: **CURAPP**: La loi du 28 pluviôse an VIII, 2000, Paris. Anais... Paris: PUF, 2000; VANDELLI, Luciano. **El poder local, su origen en la Francia revolucionaria y su futuro en la Europa de las regiones**. Madrid: Ministerio de Administraciones Públicas, 1992.

<sup>16</sup> Grosso modo, como destaca Jacques Chevallier, “la délibération, l'action, la juridiction”. CHEVALLIER, Jacques. Synthèse. In: **CURAPP**: La loi du 28 pluviôse an VIII, 2000, Paris. Anais... Paris: PUF, 2000, p. 275.

<sup>17</sup> “O sistema administrativo que o projeto de lei apresenta é bastante simples; ele se ampara em princípios há muito familiares aos bons espíritos. Na administração local, que é preciso distinguir da administração geral, reconhecem-se três serviços distintos: a administração propriamente dita; os julgamentos em matéria de contribuições; o julgamento do contencioso [...]. Essas disposições estão calcadas nestes dois princípios: que administrar deve ser o encargo de um só homem, e julgar o exercício de muitos” [tradução nossa]. BUCHEZ, Phillipe Joseph Bejamin et ROUX, Prosper Charles. **Histoire parlementaire de la révolution française**: ou, Journal des Assemblées Nationales depuis 1789 jusqu'en 1815. Paris: Paulin Libraire, 1838. v. 38, p. 334.

<sup>18</sup> GERAUD-LLORCA, Edith. L'universalité des compétences préfectorales. In: **CURAPP**: La loi du 28 pluviôse an VIII, 2000, Paris. Anais... Paris: PUF, 2000.



progredira, assim, da vigilância e tutela para a ação direta. Defendia-se então que a administração, em sua tarefa de ação, reclamava por pontualidade, celeridade, responsabilidade e pela neutralidade, o que seria incompatível com a essência eletiva e coletiva, essa última afeita, no entanto, ao juízo, o que proporcionaria um equilíbrio e garantiria uma proteção contra eventuais injustiças e arbitrariedades<sup>19</sup>.

As reformas revolucionário-napoleônicas, a despeito das diversas implicações em suas especificidades diacrônicas, tinham o objetivo comum, como destaca Fernando Catroga, de “liquidar a herança histórica dos corpos intermédios (sociais e políticos) e implantar o Estado (e a Nação) como uma entidade una e indivisível”, condição necessária também, dentre outras coisas, para uma “maior racionalidade na governação”<sup>20</sup>: unidade, uniformidade, generalização eram alguns dos princípios que guiavam essas construções políticas<sup>21</sup>.

A doutrina desse modelo de administração seria teorizada sistematicamente por Charles-Jean Baptiste Bonnin (1772- 1846), sobretudo nas ampliadas edições dos *Principes d'Administration Publique*, publicadas na França em 1809 e 1812<sup>22</sup>. Bonnin, considerando a administração como uma “nova ciência” e instituindo o direito administrativo como marco normativo do Estado, apresentava na obra uma extensa compilação e análise da organização administrativa francesa, especificando as funções e sentidos de seus componentes nas diferentes esferas territoriais da administração. Dentre outras coisas, o autor destacava a diferenciação, considerada por ele necessária, entre os órgãos ativos, individuais, situados em uma hierarquia linear dependente do centro, e os órgãos consultivos e deliberativos, colegiais e encarregados de assistir a linha ativa como componentes necessários à administração, composta pela “ação” e “execução”, mas

---

<sup>19</sup> Sobre os princípios da lei de 28 pluvioso do ano VIII ver: \_\_\_\_\_. **L'universalité des compétences préfectorales**; MANIQUE. **Mouzinho da Silveira**, p. 34; CHEVALLIER. **Synthèse**; VANDELLE. **El poder local**.

<sup>20</sup> Cf. CATROGA, Fernando. **A geografia dos afectos pátrios**: as reformas político-administrativas, séculos XIX-XX. Coimbra: Alamedina, 2013, p. 29.

<sup>21</sup> Ver também: OZOUF-MARIGNIER. **La formation des départements**, p. 25-26

<sup>22</sup> A obra fora inicialmente publicada por Charles Bonnin como *De l'Importance et de la Nécessité d'un Code Administratif* (1808). A segunda edição, já ampliada, intitulava-se *Principes d'Administration Publique, por servir a l'Études des Lois Administratives, et Considérations sur l'Importance et la Nécessité d'un Code Administratif, suivies du Project de ce Code. Ouvrage utile aux Préfets, Sous-Préfets, Maires et Adjoints, aux Membres des Conseils généraux de départements, de préfectures, d'arrondissement, communaux et municipaux* (1809). A terceira edição, que contava com novos acréscimos, foi publicada como *Principes d'Administration Publique*. Destaca-se, ainda, que, de acordo com Pierre Rosanvallon, no ensaio sobre a administração de Prost de Royer no *Dictionnaire de Jurisprudence* (1790), já estavam presentes algumas das ideias sobre a racionalização da administração defendidas por Charles Bonnin nos *Principes d'Administration Publique*. Ver: ROSANVALLON. **L'Etat en France de 1789 à nos jours**, p. 21.



também pela “vontade” que “examina”, “julga” e “determina”<sup>23</sup>. A obra de Bonnin, amplamente conhecida nos círculos políticos franceses do período, também foi traduzida na primeira metade do século XIX para o português, o italiano e o espanhol, dentre outras línguas<sup>24</sup>.

Diante de tudo isso, não surpreende, pois, que, no enalço de sua divulgação pelo expansionismo napoleônico e da circulação das obras que o teorizavam, o modelo de administração departamental francês tenha atuado como um sistema jurídico de referência para o ordenamento administrativo das periferias no processo de constituição de diversos Estados “modernos”, que reivindicavam uma legitimidade baseada no princípio unitário da soberania e que pretendiam se organizar a partir da separação de poderes e da racionalização da “arte de governar”<sup>25</sup>.

### O governo das províncias do Império do Brasil

Em Portugal, assim como em outros Estados que vivenciaram processos de modernização tributários da experiência revolucionária francesa, impulsionados “pelo fortalecimento da centralização e da unidade”<sup>26</sup>, especial importância também seria dedicada ao ordenamento administrativo e ao relacionamento, pretensamente integrador sob a égide soberania e unidade nacional, entre o centro e as periferias.

Nas Cortes vintistas, os deputados constituintes debateram, em diferentes ocasiões, princípios administrativos amparados na legislação francesa e na obra de Charles Bonnin, que chegou a se corresponder pessoalmente com as Cortes Portuguesas<sup>27</sup> – e que teve uma versão, em conformidade com a arte da tradução corrente naquele momento<sup>28</sup>, de seus *Principes d'Administration Publique* publicada em português em 1822 pelo deputado vintista Francisco Soares Franco.

É bem verdade que, por um lado, decretos como o de outubro de 1821 – que alterava a forma de administração política e militar das já então províncias do Brasil, instituindo nelas Juntas

---

<sup>23</sup> BONNIN, Charles-Jean Baptiste. **Principes d'Administration Publique, por servir a l'Études des Lois Administratives, et Considérations sur l'Importance et la Nécessité d'un Code Administratif, suivies du Project de ce Code. Obvrage utile aux Préfets, Sous-Préfets, Maires et Adjoints, aux Membres des Conseils généraux de départements, de préfectures, d'arrondissementens, communaux et municipaux.** Paris: Chez Clament frères, libraires, 1809, p. 35-36.

<sup>24</sup> Sobre o assunto ver: OROZCO, Omar Gurerrero. Estudio Introductorio. In: BONNIN, Charles-Jean. **Principios de administración pública.** México: FCE, 2004.

<sup>25</sup> Cf. CATROGA. **A geografia dos afectos pátrios.**

<sup>26</sup> \_\_\_\_\_. **A geografia dos afectos pátrios**, p. 27

<sup>27</sup> Sobre o assunto ver: CATROGA. **A geografia dos afectos pátrios**, p. 31-33.

<sup>28</sup> Cf. ZUBER, Roger. **Les “belles infidèles” et la formation du goût classique.** Paris: Albin Michel, 1995.





Provisórias de Governo – indicam um afastamento das teorizações sobre o poder executivo caras à política napoleônica, ainda que se aproximassem das primeiras experimentações revolucionárias. No entanto, por outro, para além da existência de referências específicas nesses debates à administração departamental francesa e à obra de Bonnin, a própria Constituição da Monarquia Portuguesa de 1822 reavaliaria a forma de administração das instâncias “regionais”, instituindo que em cada distrito haveria um Administrador-Geral, de nomeação régia, que seria auxiliado por uma Junta Administrativa “composta de tantos membros, quantas forem as câmaras do distrito (...)”<sup>29</sup>. Não sem motivos, o “Extrato dos Princípios fundamentais do sistema administrativo de França por Mr. Bonnin” de Soares Franco era acompanhado de uma “comparação com os de Portugal”, apresentando as aproximações e diferenciações entre aquele modelo e as bases do sistema administrativo da Constituição Portuguesa de 1822<sup>30</sup>.

Em meio à crise político-institucional em torno do processo de emancipação política do Brasil a situação não seria diferente, e a (re)organização das instituições regionais de governo ocuparia um plano central nos debates travados no período.<sup>31</sup> Para referendar as pretensões de constitucionalização da soberania nacional, em nome do êxito de um projeto de monarquia unitária e centralizada, era preciso viabilizar um arranjo que considerasse a extensão territorial (e as condições de operacionalização da política) e a coexistência de múltiplas configurações identitárias, a partir das quais, a despeito da ausência na América Portuguesa de instâncias autárquicas intermediárias<sup>32</sup>, os domínios regionais eram, muitas vezes, identificados às “pátrias”<sup>33</sup>. Tratava-se de responder aos desafios da instituição da soberania nacional e de um

---

<sup>29</sup> MANIQUE. **Mouzinho da Silveira**, p. 39. Para uma análise das apropriações das discussões das Cortes de Cádiz nos debates constituintes vintistas portugueses ver: BERBEL, Márcia & FERREIRA, Paula. Soberanias em questão: apropriações portuguesas sobre um debate iniciado em Cádiz. In: BERBEL, Márcia & OLIVEIRA, Cecília Helena Salles de. **A experiência constitucional de Cádiz**. São Paulo: Alameda, 2012.

<sup>30</sup> FRANCO, Francisco Soares. **Extrato dos Princípios fundamentais do sistema administrativo de França por Mr. Bonnin, e sua comparação com os de Portugal**. Lisboa: Typografia Rollandiana, 1822.

<sup>31</sup> Sobre os debates em torno da organização do governo das províncias do Império ver: SLEMIAN, Andréa. **Sob o Império das Leis: constituição e unidade nacional na formação do Brasil (1824-1834)**. Tese (Doutorado em História) – USP, São Paulo, 2006; OLIVEIRA, Carlos Eduardo França de. **Construtores do Império, defensores da província: São Paulo e Minas Gerais na formação do Estado nacional e dos poderes locais, 1823-1834**. Tese (Doutorado em História) – USP, Programa de Pós-Graduação em História, São Paulo, 2014; FERNANDES, Renata Silva. **O governo das províncias do Império do Brasil: os Conselhos de Governo e os Conselhos Gerais de província nos debates parlamentares (1823-1834)**. Dissertação (Mestrado em História) – UFJF, Programa de Pós-Graduação em História, Juiz de Fora, 2014.

<sup>32</sup> Cf. MONTEIRO, Nuno Gonçalo. O central, o local e o inexistente regional. In: OLIVEIRA, César (dir.). **História dos municípios e do poder local**. Dos finais da Idade Média à União Europeia. Lisboa: Círculo de leitores, 1996.

<sup>33</sup> Cf. JANCÓS, István e PIMENTA, João Paulo. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). **Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)**. Formação: histórias. São Paulo: Senac, 2000.



novo ordenamento que se pretendia “moderno”, “racional”, apto a redefinir o controle sobre o território e a população e a superar a fragmentação político-administrativa típica do Antigo Regime Português<sup>34</sup>.

Cinco dias após a abertura da Assembleia Constituinte do Brasil de 1823, tiveram início as discussões sobre a organização político-administrativa das unidades regionais de governo, que deram origem ao decreto de 20 de outubro de 1823<sup>35</sup>. Embora não fosse uma solução consensual e tampouco a única aventada<sup>36</sup>, a Assembleia manteve a organização do Império em províncias, já então bases de representação política. Por outro lado, suas organizações institucionais foram significativamente alteradas.

O decreto, que “dava nova forma a organização das províncias do Brasil”, foi elaborado a partir do projeto de lei apresentado pelo deputado paulista Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva. Formado em direito pela Universidade de Coimbra, Andrada Machado desempenhou uma destacada atuação legislativa e de normatização burocrática durante sua trajetória política. Participou do movimento revolucionário de 1817 e a ele é atribuída a autoria da lei orgânica pernambucana<sup>37</sup>. Após alguns anos no cárcere pelo envolvimento na Revolução, foi eleito deputado para as Cortes de Lisboa e, depois, para a Assembleia Constituinte, sendo nessa ocasião o relator da comissão encarregada de apresentar o projeto de Constituição para o Império<sup>38</sup>.

Ao que tudo indica, o deputado paulista, assim como outros constituintes, era conhecedor dos debates franceses revolucionário-napoleônicos<sup>39</sup> e das teorizações sobre direito administrativo feitas por Bonnin<sup>40</sup>, como sugere a apresentação da proposta sobre a organização institucional

---

<sup>34</sup> CATROGA. **A geografia dos afectos pátrios**, p. 29.

<sup>35</sup> Para um panorama dos debates sobre os Presidentes e Conselhos de Governo instituídos pelo decreto da Constituinte de 1823 ao longo do período imperial ver: FERNANDES, Renata Silva. Uma capa de velhacos? Os conselhos de governo e a organização político-administrativa provincial. **Clio**, Recife, v. 2, n. 33, p. 198-222, 2015.

<sup>36</sup> No âmbito da própria Assembleia Constituinte foi apresentado, na sessão de 01 de setembro de 1823, um projeto de Constituição que previa a organização político-administrativa do Império por comarcas. O projeto pode ser consultado em: MELLO, Francisco Inácio Marcondes Homem de. **Escreptos Historicos e Litterários**. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1868.

<sup>37</sup> MELLO, Evaldo Cabral de. **A outra independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824**. São Paulo: Ed. 34, 2004, p. 48.

<sup>38</sup> Cf. MELLO. **Escreptos Historicos e Litterários**.

<sup>39</sup> A experiência francesa era frequentemente lembrada nas discussões ocorridas na Constituinte de 1823. Ver: BRASIL. **Diário da Assembleia Geral, Constituinte, e Legislativa do Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1823.

<sup>40</sup> O autor francês teve também algumas obras comercializadas no Brasil. O Diário do Governo de 18 de janeiro de 1823 anunciava, por exemplo, a venda da *Doctrine Sociale* de Bonnin em sua loja situada na rua da Quitanda. Bonnin, além disso, não raras vezes era mencionado em artigos publicados pela imprensa e citações de suas obras serviram de epígrafe a periódicos como O Universal (MG), O Astro de Minas (MG) e O Farol Maranhense (MA).



das províncias brasileiras. Ao apresentá-la, Andrada Machado destacava que seu projeto se assentava no axioma de que “administrar é próprio de um só homem, como o deliberar [é] de muitos”<sup>41</sup>.

O deputado ponderava, então, que dar o governo a “muitas cabeças” fora “um delírio dos franceses”, os quais, percebendo bem depressa o erro, “destruíram o altar que tinham erguido”, restituindo a “administração de cada departamento à unidade, reservando para pluralidade somente o que demandava exame e juízo”<sup>42</sup>. Os espanhóis, que teriam copiado muitos erros dos franceses, não teriam incorrido neste ao colocar “a testa da administração das Províncias administradores únicos com o nome de Chefes Políticos”. Já os regeneradores de Portugal, a quem especialmente Andrada Machado dirigia suas críticas, teriam adotado instituições que não se enquadravam, criando “administrações policéfalas nas províncias”, erro que eles próprios teriam revisto na Constituição de 1822 ao criarem os administradores-gerais<sup>43</sup>.

Andrada Machado retomava, nesse sentido, a definição, desdobrada das proposições expostas por Roederer em 1800, dos objetos relativos à administração elaborada por Charles Bonnin no livro I dos *Princípios d'Administração Pública* e parafraseava precisamente o trecho do extrato publicado por Soares Franco, colega de bancada de Andrada Machado nas Cortes de Lisboa, que definia: “os objetos relativos a administração pública são três, e todos os mais se podem referir a eles; 1º ação; 2º juízo; 3º exame”<sup>44</sup>.

Para o deputado paulista, as Cortes Vintistas, ao criarem as Juntas Provinciais, não teriam considerado esses três elementos que constituem a administração: a execução propriamente dita, o exame e o juízo. Não seria possível, como afirmava, “executar bem, senão uma vontade única, disso depende a celeridade e unidade (...)”<sup>45</sup>. Já o exame e o juízo administrativo, que também comporiam a administração, teriam como essência a pluralidade<sup>46</sup>. Assim, seria preciso “atribuir ao indivíduo aquilo que só um indivíduo pode bem fazer; deixar à coleção aquilo que só a coleção pode bem desempenhar (...)”<sup>47</sup>.

---

<sup>41</sup> \_\_\_\_\_. *Diário da Assembleia Geral, Constituinte, e Legislativa do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1823, p. 125.

<sup>42</sup> \_\_\_\_\_. *Diário da Assembleia Geral, Constituinte, e Legislativa do Império do Brasil*, p. 125.

<sup>43</sup> \_\_\_\_\_. *Diário da Assembleia Geral, Constituinte, e Legislativa do Império do Brasil* p. 125.

<sup>44</sup> FRANCO. *Extrato dos Princípios fundamentais do sistema administrativo de França por Mr. Bonnin, e sua comparação com os de Portugal*, p. 6.

<sup>45</sup> BRASIL. *Diário da Assembleia Geral, Constituinte, e Legislativa do Império do Brasil*, p. 125.

<sup>46</sup> Cf. FERNANDES, *Uma capa de velhacos?* p. 201.

<sup>47</sup> BRASIL. *Diário da Assembleia Geral, Constituinte, e Legislativa do Império do Brasil*, p. 125.



Sua proposição, como não poucas vezes reafirmaria, buscava assegurar a observância desses princípios, restituindo as “coisas a sua natureza”. As províncias deveriam ser governadas por Presidentes, nomeados pelo Imperador, agentes executivos únicos que contariam com o auxílio de um Conselho, de acordo com a proposta inicial, de composição mista, com membros natos e outros de eleição, que auxiliariam o Presidente nas matérias de “exame e juízo”<sup>48</sup>. O projeto, na observância dos rumos trilhados por outros países, cujas referências atuavam entre a apropriação e o rechaço, tal como prescrevia Bonnin e o modelo francês, instituía dois agentes de administração nas províncias: os administradores e os Conselhos Administrativos.

Esses princípios, ademais, coadunavam-se com as urgências políticas propriamente ditas. Discutida no calor da emancipação, em um momento de conflitos em torno da afirmação da soberania nacional e da própria adesão ao projeto monárquico, a proposta de Andrada Machado buscava, de um lado, dissociar a administração provincial daquela das Juntas Governativas, corpos coletivos frequentemente associados à anarquia, ligadas, para muitos, ao governo de Lisboa, e que representavam uma ameaça potencial à unidade do Império que se queria instituir<sup>49</sup>. De outro, almejava afastar-se das desconfianças sobre uma possível restituição do “despotismo dos antigos governadores e capitães gerais”, o que dificilmente seria bem recebido pelos “Povos”, como lembravam constantemente aqueles deputados que se opunham à nomeação dos Presidentes pelo Imperador ou que defendiam a manutenção das Juntas<sup>50</sup>.

Nessa direção, uma das principais alterações feitas em relação ao projeto inicial, apoiada pelo próprio Andrada Machado, seria a definição do órgão colegiado provincial, que atuaria em cooperação com os Presidentes – “delegados do Imperador” –, como instituições compostas totalmente mediante eleição. A proposição, conforme assinalava o autor do projeto ao rever algumas de suas bases, sinalizaria que as províncias teriam participação em seus respectivos governos, e, quanto aos “Povos”, ingerência “no que lhe interessa localmente, por meio de representantes locais, assim como trata os negócios gerais pelos seus representantes gerais [...]”<sup>51</sup>; uma fórmula que visava a assegurar a unidade e ser um justo meio entre a “anarquia” e o “despotismo”: um agente nomeado pelo governo, consagrando-se o princípio da “procuração da ação”, acompanhado dos eleitos pelos habitantes das províncias, que atuariam em uma rígida cadeia de “dependência hierárquica”.

---

<sup>48</sup> \_\_\_\_\_. Diário da Assembleia Geral, Constituinte, e Legislativa do Império do Brasil, p. 125.

<sup>49</sup> Cf. BERBEL & FERREIRA. **Soberanias em questão**.

<sup>50</sup> Cf. FERNANDES, **Uma capa de velhacos?**

<sup>51</sup> BRASIL. **Diário da Assembleia Geral, Constituinte, e Legislativa do Império do Brasil**, p. 125.



Apesar dos intensos debates que marcaram a elaboração do decreto, a doutrina da administração como parte do poder executivo seria vitoriosa. Os presidentes foram definidos como responsáveis únicos pela execução e administração provincial, que seriam auxiliados por um Conselho de Governo consultivo e deliberativo, composto mediante eleição. Aos Presidentes em Conselho de Governo caberia propor o estabelecimento de câmaras, decidir temporariamente conflitos de jurisdição e atender às queixas contra funcionários públicos. E mais, promover a educação da mocidade, propor obras novas e conserto de antigas, agenciar a catequização dos índios, formar censo e estatísticas, examinar as contas da receita dos municípios e as contas dos Presidentes. A administração da Justiça e da Força Armada seriam independentes; os Presidentes em Conselho de Governo poderiam, porém, suspender os comandantes militares e, onde houvesse Relação, os magistrados<sup>52</sup>.

O quadro institucional das províncias do Império, integrado também pelo Comando das Armas e pelas Juntas de Fazenda de acordo com o decreto de 20 de outubro de 1823, seria complementado, ainda, pela Constituição Política do Império do Brasil de 1824, que instituiu a criação de outro organismo provincial: os Conselhos Gerais de província. Estabelecidas pelo capítulo V da Carta Constitucional, essas instituições seriam colegiadas e eletivas, tendo como principal objetivo “propor, discutir, e deliberar sobre os negócios mais interessantes das suas províncias; formando projetos peculiares, e acomodados às suas localidades, e urgências”, que seriam remetidos ao poder executivo e legislativo conjuntamente<sup>53</sup>. A partir de suas instalações em 1828, ano da publicação do regimento que regulamentava seus trabalhos, os Conselhos Gerais passaram a desempenhar algumas das funções deliberativas dos Conselhos de Governo, voltadas ao desenvolvimento da província, controle fiscal e tutela e supervisão das câmaras municipais.

O arranjo do governo executivo provincial composto pelos Presidentes e Conselhos de Governo, embora instituído por um decreto da Constituinte de 1823, funcionou nas províncias do Império ao lado dos Conselhos Gerais de província, o que sugere, não obstante a origem instituinte diversa dessas instâncias, sua relação de complementaridade na arquitetura governativa das províncias, consideradas, nesse sentido, a princípio, como circunscrições administrativas.

---

<sup>52</sup> BRASIL. Decreto de 20 de outubro de 1823. **Colecção das leis da Assembleia Constituinte e Legislativa do Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1887.

<sup>53</sup> \_\_\_\_\_. Constituição Política do Império do Brasil. In: BRASIL. **Colecção das leis do Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886.



Em suas formulações, a experiência francesa, bem como sua assimilação em diferentes lugares<sup>54</sup>, em especial na Espanha de Cádiz, propiciaram aportes linguísticos, teóricos e práticos fundamentais, que se agregavam a especificidades, vinculadas, por exemplo, à existência de tradições jurídicas diversas e de instituições herdadas que limitavam ou alargavam as contraposições e apropriações possíveis diante de problemáticas conjunturais e espaciais particulares. Esse é o caso da tradição municipalista portuguesa, que tornou quase inexistente, ao menos em um primeiro momento, proposições que pretendiam ampliar os quadros locais da hierarquia administrativa, a partir da instituição de sub-administradores ou da efetivação de uma ordenada e nova divisão territorial, como ocorrera na França revolucionário-napoleônica<sup>55</sup>.

### Conclusão

A organização institucional das províncias do Império instituída pelo decreto de 20 de outubro de 1823 e pela Constituição de 1824 teve vida curta. As queixas sobre a “morosidade” nos assuntos administrativos, os conflitos ocasionados entre os Presidentes e os órgãos colegiados, as dificuldades para a imputação de responsabilidade, bem como as demandas por maior autonomia das instituições provinciais ou mesmo federalismo – em um momento no qual a organização norte-americana apareceria como principal modelo externo de referência – estariam no cerne dos debates que levaram, em 1834, à aprovação do Regimento dos Presidentes de Província, que extinguiu os Conselhos de Governo, e do Ato Adicional, que substituiu os Conselhos Gerais pelas Assembleias Legislativas provinciais<sup>56</sup>.

No entanto, na segunda metade do século XIX, em meio a inúmeras propostas apresentadas para a revisão da organização institucional das províncias delineada em 1834, o “modelo centralista francês” seria novamente retomado, especialmente pelos conservadores, como um referencial. Nomes como Visconde de Monte Alegre, Magalhães e Castro, Visconde do

---

<sup>54</sup> SOLEIL, Sylvain. El modelo francés de consejos de prefectura en la Europa de la primera mitad del siglo XIX. In: CANTUDO, Miguel Ángel Chamocho (dir.). **El nacimiento de la justicia administrativa provincial. De los Consejos de Prefectura a los Consejos Provinciales**. Madrid: Editorial Dykinson, 2014.

<sup>55</sup> As diferenciações entre o modelo francês e o sistema administrativo português indicadas por Soares Franco, ainda que referentes a Constituição de Portugal, são elucidativas também para o caso do Império do Brasil. Ver: FRANCO. **Extrato dos Princípios fundamentais do sistema administrativo de França por Mr. Bonnin, e sua comparação com os de Portugal**. Nos debates travados na Assembleia Constituinte de 1823 a questão também aparece e uma das diferenciações mais destacadas pelos deputados era relativa à extensão territorial.

<sup>56</sup> Sobre algumas das justificativas apresentadas na elaboração do Regimento dos Presidentes de Província ver: FERNANDES. **Uma capa de velhacos?** p. 219.



Uruguai e Pimenta Bueno sugeriram, em momentos diferentes, a restituição de Conselhos Administrativos<sup>57</sup>.

Para o Visconde do Uruguai<sup>58</sup>, um dos principais propositores dessa empreitada, citando Macarel, Dufour, Cornenin e o relatório apresentado por Roederer sobre o projeto da lei de 28 pluvioso do ano VIII, as alterações do modelo de administração francês, tal como feitas pelos primeiros legisladores brasileiros – especialmente a instituição de conselhos eletivos, a ausência de sub-administradores e de uma nova divisão do território – elaboradas, a seu ver, em “épocas de partidos e de paixões políticas”, seriam as responsáveis pela ineficácia daquelas instituições, cuja organização teria promovido uma politização daquilo que deveria ser apenas administração<sup>59</sup>.

Se o parecer de Visconde do Uruguai, enquanto político conservador, não esconde uma visão negativa sobre o arranjo das províncias brasileiras no período pós-emancipação (e também sobre aquele instituído a partir de 1834), suas considerações, na qualidade de estadista e estudioso da “ciência da administração”, alertam-nos, ainda que não sem ressalvas aos enviesamentos próprios à defesa de seu projeto de reforma, para a importância da “mais profunda análise e estudo de toda a nossa organização administrativa e, por ventura, da de outros países cujas formas governamentais tenham alguma analogia com as nossas porquanto, em tais assuntos, não é lícito inventar nem improvisar”<sup>60</sup>. Para Visconde do Uruguai, a análise e observação das experiências externas, desde que consideradas em um sentido comparativo, sem perder de vista os princípios que as sustentavam, mas também as especificidades “nacionais” – discurso e prática comum à cultura política oitocentista - poderiam auxiliar na reflexão e na formulação da organização política e administrativa do Império do Brasil<sup>61</sup>.

---

<sup>57</sup> Um levantamento desses projetos pode ser encontrado em: \_\_\_\_\_, **Uma capa de velhacos?**

<sup>58</sup> O texto publicado em 1858 como *Bases para uma melhor Organização das Administrações Provinciais* inicialmente foi apresentado como anexo ao relatório do Ministro do Império, Marquês de Olinda, também em 1858. LIMA, Pedro de Araújo (Marquês de Olinda). **Relatório do ano de 1857 apresentado a Assembleia Geral e Legislativa na 2ª sessão da 10ª Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império**. Rio de Janeiro: Typografia Universal de Laemmert, 1858. p. 01-18; SOUZA, Paulino José Soares de Souza (Visconde do Uruguai). **Bases para uma melhor Organização das Administrações Provinciais**. Rio de Janeiro, Typografia Nacional, 1858.

<sup>59</sup> Destaca-se que Visconde do Uruguai tivera uma passagem por Paris como ministro plenipotenciário em 1855, ocasião em que entrara em contato com a vida política e intelectual francesa. O episódio, como afirmaria o próprio Visconde do Uruguai causara “uma grande revolução em minhas ideias”. Sobre a trajetória e pensamento de Visconde do Uruguai ver: CARVALHO, José Murilo de Carvalho (org. e intr.). **Visconde do Uruguai**. São Paulo: Editora 34, 2002; COSER, Ivo. **O pensamento político do Visconde do Uruguai e o debate entre centralização e federalismo no Brasil (1822-1866)**. Belo Horizonte: Editora da UFMG / Rio de Janeiro: IUPERJ, 2008.

<sup>60</sup> SOUZA. **Bases para uma melhor Organização das Administrações Provinciais**, p. 2.

<sup>61</sup> Sobre essas premissas ver: CARVALHO. **Visconde do Uruguai**, p. 30.



Tais considerações, ao possibilitarem a historicização de algumas das problemáticas (e das diversas respostas encontradas para elas) defrontadas em diferentes espaços na tarefa de instituição de novos ordenamentos políticos bem como as apropriações das experiências vivenciadas por outros Estados, coloca em relevo, sobretudo, a importância dada pelos coetâneos à tarefa de instituir uma administração “moderna” e “racional”. Assim, os debates em torno dos princípios administrativos constituem-se, também, como elemento fundamental para compreensão dos projetos em disputa no processo de formação e consolidação do Estado e da Nação no Brasil do século XIX.





# A folia das barragens: Tempos discursivos de atingidos por hidrelétricas no Vale do Chopim

Revelry of dams: Discursive times of affected people in the Vale do Chopim

**Roberto Luiz Pocai Filho**

Mestre em História

UEPG

pocairoberto@gmail.com

**Robson Laverdi**

Doutor em História

UEPG

robson\_laverdi@hotmail.com

**Recebido em:** 05/08/2016

**Aprovado em:** 02/05/2017

**RESUMO:** Em 1999, um vazamento de informações da ANEEL possibilitou que o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) acessasse as primeiras informações sobre duas Usinas Hidrelétricas (UHE's) São João e Cachoeirinha; ambas seriam construídas no Vale do Chopim. Esse trabalho tem por intenção analisar as diversas interpretações do acontecimento futuro na comunidade Nossa Senhora dos Navegantes em Clevelândia – PR. Utilizando a história oral como metodologia, a pesquisa investiga as concepções de tempo dos ribeirinhos a partir das categorias memória e história de vida.

**PALAVRAS-CHAVE:** Memória, temporalidades, atingidos por barragens.

**ABSTRACT:** In 1999, a leak of ANEEL information enabled the Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) from accessing the first information about two hydropower plants (UHE's) São João and Cachoeirinha, both would be built in the Vale do Chopim. This article analyze different interpretations of the future event in the community Nossa Senhora dos Navegantes in Clevelândia - PR. Using oral history as a methodology, the research investigates the riverine of time concepts from the categories memory and life story.

**KEYWORDS:** Memory, temporality, damn affected.



O mês de Março de 1999 foi marcado pelo Apagão do sistema elétrico no Brasil e medidas foram tomadas pelo governo federal para sanar o problema<sup>1</sup>. Estudos realizados pela Eletrobrás já comprovavam o aproveitamento do rio Chopim para recursos hidrelétricos e as Usinas Hidrelétricas (UHE's) São João e Cachoeirinha estavam previstas<sup>2</sup> junto de outras 14 hidrelétricas na extensão de todo rio.

Em 2001, representantes da empreiteira Enterpa S.A. assinaram o Contrato de Concessão de Uso de Bem Público para Geração de Energia no Complexo Energético Cachoeirinha-São João com a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). O documento que validava a relação por 35 anos regularizava o uso do rio como um “bem público”, contudo, em nenhum momento especificou o destino da população existente em suas margens ou a formas de indenização<sup>3</sup>.

Em 2008, a companhia Chopim Energia S. A., pertencente ao grupo Gerdau, comprou a concessão da empreiteira Enterpa e a comunidade passou a ser alvo de pesquisas. A empresa afirmava o “potencial de produção energética” do rio e estudos comprovavam que a UHE de São João produziria 62,5 megawatts (MW), enquanto que a UHE de Cachoeirinha produziria 42,5 megawatts e “atuando juntas, as geradoras [iriam] produzir energia suficiente para suprir as necessidades de 245 mil pessoas”<sup>4</sup>. Atualmente o projeto sequer recebeu a Licença Ambiental para a construção das barragens e os atingidos pela construção ainda possuem dúvidas quanto às indenizações de suas propriedades e o destino das comunidades.

Para a pesquisa aqui apresentada, uma série de entrevistas foram realizadas na localidade de Nossa Senhora de Navegantes oportunizando entender como as barragens vem sendo interpretadas pelos ribeirinhos<sup>5</sup>. Com isso, lançamos a seguinte questão de partida: Face à possibilidade de construção das barragens, como os atingidos interpretam esse acontecimento futuro a partir dos episódios que recordam? O ato de lembrar como exercício nos possibilita

---

1 Segundo Célio Bermann, Fernando Henrique Cardoso ficou conhecido por construir uma gestão dependente do mercado estrangeiro (1999-2002), o setor energético nessa conjuntura não pode ser considerado nacional e popular e escolheu as hidrelétricas como modelo pois atendeu a agenda do Fundo Monetário Internacional. Cf.; BERMANN, Célio. **Energia no Brasil: Para quê? Para quem?** São Paulo: Editora Livraria da Física, FASE, 2001.

2 A bacia do rio Chopim, com área de drenagem em torno de 7.500 km<sup>2</sup>, está inserida no quadrilátero formado pelas coordenadas geográficas aproximadas de 25°32' e 26°35' de latitude sul e 51°30' e 53°12' de longitude oeste, região sul do estado do Paraná. Cf.; INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ. Disponível em: <http://www.iap.pr.gov.br>. Acesso em 09 Abr. 2017).

3 ANEEL. **Contrato de concessão de n. 16/2002 AHE Complexo São João/Cachoeirinha**. Disponível em: <http://www.aneel.gov.br>. Acesso em: 12 Abr. 2017.

4 Chopim Energia. **Informativo 1ª. Edição**, maio de 2009.

5 A comunidade Nossa Senhora de Navegantes foi desmembrada da Fazenda São Francisco de Salles na década de 1950. Era integrada por trabalhadores descendentes de indígenas e portugueses, acabou recebendo migrantes descendentes de europeus de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul que ali se instalaram para trabalhar em madeiras, nas lavouras e como tropeiros.



concordar com Lucília Delgado que considera a memória como “uma construção sobre o passado, atualizada e renovada no presente”<sup>6</sup>.

O artigo tem por objetivo analisar a subjetividade de cada narrador sendo que a visão de futuro redesenha o seu pertencimento ao lugar. Outro caminho nos leva a entender a maneira como o avanço das hidrelétricas influencia as interpretações e as concepções de tempo pertencentes aos atingidos.

O roteiro de entrevistas foi organizado de maneira semiestruturada com temas colocados da seguinte maneira: “Fale da sua história”; “Fale da comunidade”; “Fale das barragens”. Essas questões frequentemente foram intercaladas com indagações como “O que aconteceu nessa Audiência Pública?”; “O que você falou para o técnico da empresa Gerdau?”.

A transcrição das entrevistas respeitou a coloquialidade dos entrevistados. Essa alternativa utilizada tem por intenção que eles se reconheçam em suas falas sem alterar o sentido de suas palavras. A divisão do artigo entre histórias de vida oportuniza entender as diferentes temáticas a partir das concepções de tempo dos atingidos, sobretudo, na forma como se diferem e se complementam. As entrevistas, contudo, não são entendidas como algum tipo de exposição fiel, realista e detalhada da trajetória da vida do entrevistado. Devemos entender as ênfases, os esquecimentos, as fabulações contidas na narrativa de cada entrevistado, isto é, os elementos subjetivos que partilham da sua composição<sup>7</sup>.

### **Novela das barragens? Tião e o impasse das hidrelétricas**

Eu pra mim que essas barrage aí, tá parecendo uma novela. É novela! (voz alterada) Eu tava com oito anos começô esse negócio de usina aí, tô com 62 ano e tá na mesma. [...] Tu ia plantá um pé de abóbora não vai plantá mais: “vai saí a usina, eu vô perde, eles não vão pagá o que vale”. Tem muita gente aí que queria fazê potrero não vai fazê mais, fazê o potrero pra daí amanhã desmanchá, então essa novela aí não é de hoje, isso aí faz anos e vai continuá assim (Seu Tião).<sup>8</sup>

Uma história parada, como as águas de uma barragem? Uma novela, como a que passa na televisão, somente possível pela transmissão de energia elétrica até nossas casas? Uma perda de tempo, como a ironia do atingido que relativiza o acontecimento? Seja o que for, o entrevistado culpa as hidrelétricas, o alagamento e a baixa indenização das terras pelo potreiro que não foi

---

6 DELGADO, Lucília. **História oral**: memória, tempo, identidades. Autêntica, 2006, p. 14.

7 BOURDIEU, Pierre. **A ilusão biográfica**. FERREIRA, Marieta de Moraes; Amado, Janaína. Usos e abusos da história oral. 1996: 183-191.

8 BORBA, Sebastião. **Depoimento**. Entrevistador: Roberto Luiz Pocai Filho. Clevelândia: Comunidade Nossa Senhora de Navegantes. Áudio Digital (56min). 02 fev. 2015.



feito e até mesmo por um pé de abóbora que não foi plantado. Entre tantas possibilidades, antes da memória ser somente passado, as águas represadas pelas barragens ainda são fruto da imaginação sobre o que viria a acontecer no futuro.

A exaltação do entrevistado anuncia o tempo das barragens. Segundo Michel de Certeau, uma narrativa é um tempo discursivo, pois no hoje considera o ontem e o amanhã na mesma fala<sup>9</sup>. Da realidade para a ficção, Tião ironiza o impasse do acontecimento. Na fala do agricultor de 68 anos, todos vividos às margens do Chopim, as barragens se comportariam como algo sem lembrança, um episódio futuro sem data marcada. Para as empreiteiras e o Estado, as obras se justificariam pela necessidade de produção de energia. Em 2011, as barragens foram incluídas na segunda edição do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC-2) do governo federal.

Em 14 de janeiro de 2013, a presidente legítima Dilma Roussef vetou os projetos que previam a construção de ambas as hidrelétricas assim como outras nove usinas por todo Brasil<sup>10</sup>. Em 03 de junho de 2013, uma Ação Civil Pública foi movida pelos militantes da Comissão dos Atingidos até o Tribunal de Justiça do Paraná e anulou as Licenças de Instalação de ambas as hidrelétricas<sup>11</sup>. O impasse da construção das hidrelétricas conspira com a indecisão da voz de Tião, que declara que ele seus vizinhos não tem interesse em melhorar sua propriedade por acreditar que iriam “sair perdendo”<sup>12</sup>.

Reinhardt Koselleck argumenta que cada tempo possui também uma infinidade de concepções do próprio tempo. Entre tantas temporalidades, cada uma se constrói entre um espaço de experiência e uma expectativa de futuro. Os documentos históricos permitem interpretar como os acontecimentos foram pensados em uma relação de reciprocidade do passado com o futuro<sup>13</sup>.

A narrativa de Tião, enquanto exercita a memória, não se comporta como a descrição de uma sequência dos tempos, mas sim como o relato de uma relação dos tempos onde passado, presente e futuro vão e voltam no discurso. Por isso, o presente vivido além da trajetória cronológica sentida se constrói na “novela” relatada. Os autores de uma novela televisiva

---

9 CERTEAU, Michel. de. **A operação historiográfica**. In: CERTEAU, Michel. A escrita da história. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

10 **Centro de Tecnologia em Edificações**. Disponível em: <http://site.cte.com.br>. Acesso em: 30 Abr. 2017.

11 Tribunal de Justiça do Paraná. **Ação civil de improbidade administrativa n.º 1.050.979-6**. Disponível em: <https://tj-pr.jusbrasil.com.br/>. Acesso em: 10 Abr. 2017

12 BORBA. **Depoimento**. Áudio Digital (56min). 02 fev. 2015

13 KOSELLECK, Reinhardt. **Futuro passado**: Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2006, p. 16.



costumam mudar o seu enredo conforme o público vai reagindo. Não poderíamos pensar o mesmo das barragens? A empresa não estaria reconstruindo suas estratégias conforme os navegantes vão reagindo ao processo de construção?

### **Carletto e a identidade militante do atingido**

os cara lá de Cascavel e o Hélio Meca que vieram [em 1999] e fizeram uma reunião pra explicá comé que nós fazia pra se defendê dessas empresa” (Carletto).<sup>14</sup>

Dois anos antes de correr a concessão das hidrelétricas, o coordenador do Movimento dos Atingidos por Barragens<sup>15</sup>, Hélio Meca, tinha por objetivo conhecer as comunidades atingidas no Chopim afim de incentivar a organização dos ribeirinhos para que eles se inteirassem do processo de construção das barragens. Acabou conhecendo o agricultor Ciro Carletto, 60 anos vividos no Vale do Chopim – que se tornou coordenador de um grupo de base de 29 famílias pelo movimento. Ambos passaram a “informar o povo”, ir de casa em casa e levar as notícias das hidrelétricas nas comunidades. O “Fusquinha” de Carletto, citado por outros entrevistados ficou conhecido por fazer “várias corridas” nas estradas vicinais a fim de informar a população sobre o MAB. Tal processo denominado na linguagem comum dos movimentos sociais como “frente de massas” permitiu a ele constitutivamente ir se forjando como militante do MAB. A partir disso, junto dos demais atingidos, eles criaram a Comissão dos Atingidos pelas UHE's São João e Cachoeirinha. A organização da frente de massas não ficou restrita às margens do Chopim. Em sua entrevista, Carletto lembrou de um ato na sede da companhia de energia Eletropaulo, em São Paulo no ano de 2003:

Ciro Carletto: Quando cheguei na porta fui o primero, dois negão má desse tamanho anssim (gesto de altura com a mão) sparecia uns guarda-ropa os sigurança, pensei: Agora tô feito né!? (risos). Vinha vindo duas muié (do MAB) eu parei. As mulher entraro. Cada um pegô uma e daí largaro. Daí veio aquela multidão assim [...] (aproximadamente 800 pessoas). Aquilo tampô, tampô! Aí eles soltaro as muié e trancaro a porta de vidro. [...] **[Os militantes]** Chutaro a porta embaxo. Debuio tudo! Daí entraro tudo aquele diabedo e os funcionário correrro tudo! Daí eu olhava por cima do balcão, aquilo tramando de polícia. Não dexaro entrá as polícia. Daí acertaro de im conversá oito pessoa com o chefe **[diretor da Eletropaulo]**, eles garraro e queriam (enquanto isso) que nós saísse pra fora: Negativo! Se eles descê de lá e tá combinado nós sai senão não, nós tinha comida e forro (pra dormir). Daí um cara garrô, desceu de lá:

---

14 Hélio Meca atualmente é membro da coordenação do MAB, uma de suas principais lideranças. Na década de 1980, foi atingido pela UHE de Itá. Cf.; CARLETTO, Ciro. **Depoimento**. Entrevistador: Roberto Luiz Pocaí Filho. Clevelândia: Comunidade Nossa Senhora de Navegantes. Áudio Digital (44min). 20 jan. 2015.

15 O Movimento dos Atingidos por Barragens se consolidou nacionalmente em sua base rural na luta pela terra e em defesa da diversidade ambiental e das populações ribeirinhas que sobreviviam dos rios. Cf.; **Movimento Atingidos por Barragens**. Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br>. Acesso em: 08 Abr. 2017).



Nã, tá tudo certo! -Então vamo limpá, dexá tudo certo. E ajeitemo [o espaço antes de ir embora].<sup>16</sup>

O empoderamento do militante nos trechos: “tampô de gente”; “debuiô tudo a porta”; “daí entraram tudo aquele diabedo e os funcionários correram todos” se complementa no ato de resistência de não desocupar o prédio junto dos companheiros: “nós tínhamos comida e forro”. O entrevistado ao momento que vai falando, vai forjando sua identidade enquanto militante.

Para Michel Pollak, a identidade é um valor em disputa, constitutivamente formada e reformulada na imagem social que uma pessoa faz de si própria perante os outros, isto é, um processo de identificação de um sujeito na sua vida é um processo de autorreconhecimento na história a partir da memória<sup>17</sup>.

Um militante alimenta sua identidade nas marchas onde percorrem dezenas de quilômetros sob sol forte, no trabalho coletivo para erguer uma cozinha comunitária, no enfrentamento direto com a polícia recebendo tiros - tomando cacetadas e arriscando ser preso -, nas ocupações de canteiros de obras durante a madrugada, na arquitetura revolucionária de um barraco de lona que acolhe os companheiros e na voz dos trabalhadores que gritam as mesmas palavras de ordem. As adversidades, nas palavras de Eduardo Zen, se justificam na base de sua identificação a partir de suas relações de trabalho pois “vêm-se na iminência de perderem sua fonte de sustento, sua forma de trabalho, seu meio de conseguir comida para si e sua família”<sup>18</sup>.

A militância de Carletto se articulou em um processo de enfrentamento ao avanço das barragens. Ao relatar sua participação na Audiência Pública de Clevelândia ele enfatizou um debate que teria acontecido com representantes da empresa Gerdau onde falou sobre a paisagem do Vale do Chopim:

Ciro Carletto: Eles (da empresa Gerdau) vem aqui, sabe o que que eles dizem? Que aqui é um buraco: que que o cara que vim morá num buraco desse? Mas onde é plaino eles não fazem hidrelétrica: esse buraco é feito pra vocês ganhá dinheiro. Que se não tem buraco comé que vai enxê de água pra tocá a hidrelétrica? Esse é que nós temo, esse é um buraco apreparado pra vocês, que tá pronto. Vocês querem é de graça. Mas eu *casco o buchedo*, eu digo memo, quando eu vo nessas reunião.<sup>19</sup>

O empoderamento do militante, dessa vez, se constitui como resistência frente a

---

16 CARLETTO. **Depoimento**. Áudio Digital (44min). 20 jan. 2015.

17 POLLAK, Michel. **Memória, esquecimento, silêncio**. São Paulo, Revista Estudos Históricos. v. 2, n.3, p. 16-38, 1989.

18 ZEN, Eduardo Luís. **Movimentos sociais e a questão de classe**: Um olhar sobre o Movimento dos Atingidos por Barragens. 211 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-graduação em Sociologia, 2007, p. 58.

19 CARLETTO. **Depoimento**. Áudio Digital (44min). 20 jan. 2015.



desvalorização da terra que, segundo ele, para o técnico seria apenas um “buraco”. Carletto reverte seu relato afim de valorizar a paisagem não somente em sua estética, mas principalmente na sua posse da terra.

Simon Schama observa a paisagem como um processo: “antes de ser um repouso para os sentidos, a paisagem é obra da mente” de quem a observa, na sua memória que está desconexa com a sua identificação com o local. Narrar o lugar é se sentir pertencente ao lugar, um processo que pressupõe nossa presença “e, conosco, toda pesada bagagem cultural que carregamos”. No exercício de memorização, o tempo do observador se confunde com o tempo da natureza. A transcendência disso acontece a partir de saber como ribeirinho que se objetiva no discurso no funcionamento da barragem. Carletto denuncia a alteração do meio ambiente para pretexto da geração de lucros da empreiteira<sup>20</sup>.

Ao afirmar: “eu casco no buchedo”, Carletto compara o ato de reivindicar seus direitos com o ato de sacrificar, carnear e limpar as tripas de um animal para a alimentação de sua família e dos vizinhos. Em termos que o próprio militante compreende, a narrativa abre a percepção do tempo discursivo para os universos onde transita o entrevistado. Ele ainda relatou que descobriu a existência de diferentes tipos de indenização:

Ciro Carletto: Você tem que prová a produção e o tamanho de área. Eles tem tudo mapeado, eu vi lá os cara mostraro lá pá nós... [...] Sabe que a Chopim Energia, ela mapeô tudo por cima anssim, sabe? E mostrô quanto tem de mata nativa, quanto tem de potrero, quanto tem de vage que é lavora e quanto que tem de ladera. *Eles fincam na gente, sabem mais do que nós que semo dono do terreno.* [...] Tipo assim, o rio e daí aquelas encosta uma verada de mato, do lado é potrero daí... *só uma veradinha de lavora, daí não sei se é 25, 35% de toda bacia do rio Chopim que dá lavora, o resto é tudo potrero e mato e capoeira. Então eles consideraro que esses tipo de terra não tem valor nenhum de produção! Má você tá morando lá!*<sup>21</sup>

Apesar das Audiências Públicas e o eventual enfrentamento dos movimentos sociais com a construtora, a linguagem técnica dos EIA's não leva em conta o posicionamento dos atingidos. Segundo Cézár Karpinski, os EIA's possuem uma linguagem tecnicista que dificulta seu entendimento e ocultam graves problemas ambientais, não relevando diversos aspectos da vida social e comunitária das populações ribeirinhas atingidas<sup>22</sup>.

Apesar dos EIA's São João e Cachoeirinha apontarem a sobrevivência dos atingidos

---

20 SCHAMA, Simon. **Paisagem e memória**. Tradução de Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 17.

21 CARLETO. **Depoimento**. Áudio Digital (44min). 20 jan. 2015.

22 KARPINSKI, Cézár. Hidrelétricas e Legislação Ambiental Brasileira nas Décadas de 1980-90. **PerCursos**. Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 71-84, 2008.



como “um exemplo típico de como a ocupação antrópica desordenada afeta a diversidade biológica de certa região”<sup>23</sup>, Carletto denuncia que o aceleramento do processo de devastação ambiental ocasionado por alguns moradores a partir da notícia da construção das hidrelétricas. Isso acontece, segundo ele, porque os representantes da companhia Gerdau informaram em Audiência Pública que somente indenizariam áreas cultiváveis. Ou seja, a racionalidade das indenizações, diferenciando os tipos de terras como base para as indenizações, favoreceria a devastação das matas nativas para receber uma indenização ainda maior.

“Eles ficam na gente, sabem mais do que nós que semo dono do terreno”: Carletto interpreta as imagens via satélite como um tipo de invasão. A empresa “fincando” neles se comportaria como uma forma de apropriação privada da terra onde essa adquire mais conhecimento sobre cada alqueire atingido do que os próprios proprietários da terra<sup>24</sup>.

A companhia Gerdau lançou informativos bimensais afim de “informar sobre o processo de construção das usinas” e “esclarecer as dúvidas dos abrangidos pelos empreendimentos”<sup>25</sup>. Sobre o processo de informação das comunidades atingidas, Carletto relatou:

Ciro Carletto: A empresa falava que era mil maravilha. Iam fazê posto de saúde, ia tê assistência... Falaro até que molhavam aqui na minha residência com caminhão-pipa pra não fazê poeira na minha casa... Isso eles falarom, que era mil maravilha. Falavam que davam total assistência e ia sê um benefício demais de bão pro município. Faziam a maior propaganda pra você entrá na deles. Pra você fazê o acordo pra saí a hidrelétrica. Eram tipo uns político, pior que uns político, na verdade.<sup>26</sup>

Os informativos distribuídos entre os ribeirinhos se apresentavam como estratégia para conquistar a hegemonia da comunidade, isto é, para que os ribeirinhos aceitassem as condições da empreiteira. “Pior que políticos”, o militante define o processo de heimonização como uma campanha política, a promessa de benefícios tinha por finalidade conquistar a comunidade para construir a hidrelétrica.

### **Roberto Bach: Somos pobres mas gostamos da verdade**

Roberto Bach, 42 anos, morador de Navegantes, sobrevive de uma criação de 35 bezerros e outra de 80 galinhas carijó em uma pequena propriedade de um alqueire e meio de terra, do qual ele se refere como “um pedacinho de nada”:

Roberto Bach: Que nem eu aqui, só tenho um pedacinho, aqui, já dá uma parte

---

23 Consilium. **EIA, Estudo de Impacto Ambiental de São João**, 2008, p. 127.

24 CARLETTTO. **Depoimento**. Áudio Digital (44min). 20 jan. 2015..

25 Chopim Energia. **Informativo**.

26 CARLETTTO. **Depoimento**. Áudio Digital (44min). 20 jan. 2015.





de terra. Mas eu tenho uma família, uma moradia, tenho umas criaçãozinha. Eu tenho onde morá [...] Que nem eu fui pra Florianópolis eu fiquei lá no meio dos estranho. Só que eu não via a hora de volta sabe. Sai de lá e vim pro lugar que eu vim com 10 ano, bem dize nasci aqui [...] são 30 ano que eu to no lugar. [...] Sempre morei aqui, *então não tem como dize que eu não nasci aqui, eu participei daqui*. Daí a gente tem as raiz da gente aqui, a gente considera o vizinho, que é o parente mais perto, aonde a gente convive mais.<sup>27</sup>

A narrativa de Roberto constitui sua concepção de tempo e de pertencimento com o seu lugar. Dos 30 anos vividos ali, a lembrança de dois anos fora vivida em Florianópolis-SC “no meio dos estranhos”, intensifica duas dimensões de memórias. Entre um passado de intranquilidade na grande metrópole se manifesta um presente em meio aos vizinhos, suas “raízes” e a reivindicação de estar no lugar. A vida sossegada no mato aparece comparada com a vida conturbada na cidade como:

Roberto Bach: uma liberdade a mais [...]. Aqui no mato tu sai, vai num vizinho tomá um chimarrão, vai pra cá e pra lá. Aqui eu crio ternero. Daí eu saio trato os bicho. Sórto pra vê a bichada... No meu serviço eu tenho as hora às vez a tarde tô em casa, numa firma tu tem que cumpri hora.<sup>28</sup>

Fugindo da cidade e da linha de produção de uma fábrica, eis as vantagens do campo: “vai uma conta a mais, você pega e vende dois, três ternero e paga” e reiterou o que ele considera mais valioso em sua propriedade, a liberdade. Sua narrativa chega a falar da possibilidade de ele ser desalojado pela empreiteira para o município de Palmas:

Roberto Bach: tenho 20 ternero, a minha família, minha esposa é daqui. Comé que vai tirá eu daqui jogá lá no município de Palmas? Dá quantos quilômetro de lá aqui? Dá uns 80 km. Eu vô saí um domingo de lá, arriscando minha vida na BR lá pá vim visitá ali. Hoje a vida gente é a coisa mais preciosa que tem né... Então eles compra um pedaço de terra aqui e assentá nós aqui, que a terra seja boa não dá nada. [...] Gostaria que se fosse pra ele fazê a barrage, eles tinha que vim senta cos próprio, né?!<sup>29</sup>

Apesar de morar no que chamou de “pedacinho de nada”, Roberto defende seu patrimônio onde ele e sua família tem uma moradia, elementos que constituem sua forma de vida onde busca a liberdade. Na presença de Carletto, revelou seu posicionamento a partir da Audiência Pública com os técnicos da Chopim Energia:

Roberto Bach: Sobre a usina, nós soubemo sobre o Carletto e o Nelson Keller [...] Começaro a trazê o pessoal do MAB e daí eles viero e falaro pra nós. Fizero uma reunião nós participemo e fiquemo sabendo da barrage, daí essa *folia da barrage sai não sai, e daí o...* [alterando o tom de voz]. [...] Tivemo duas

---

27 BACH, Roberto. **Depoimento**. Entrevistador: Roberto Luiz Pocai Filho. Clevelândia: Comunidade Nossa Senhora de Navegantes. Áudio Digital (22min). 12 jul. 2014.

28 BACH. **Depoimento**. Áudio Digital (22min). 12 jul. 2014.

29 BACH. **Depoimento**. Áudio Digital (22min). 12 jul. 2014..



reunião lá no Paiol de Telha não sei como é que é nome do home, agora não me lembro[...]. *Só que ele dexo tudo mundo, sabe, na mão. Nós levemo o povo lá, só que dai teve pergunta que ele não sobe nem respondê.* Ele mostro um mapa lá, mostro uma região que era povo assentado, *na verdade ele mentiu!* (mudando o tom de voz) Que era a terra da mãe do Carletto que é aqui em cima, dai ele passo foi passando na televisão. Daí o Carletto que morava ali mando ele volta pá trás e falou: “Aí você tá mentindo”... Que não era assentamento, daí nós fiquemo ofendido [...]. *Ele só veio menti pra nós! E o povo não gosta de mentira. Nós semo pobre aqui, má gostemo da verdade...* [...] Tinha acho que umas 600 pessoa.<sup>30</sup>

Aqui entendemos que o sentimento de pertença não aparece no seu tempo discursivo como algo estático, mas sim a partir de tal reivindicação perante a ameaça das barragens apesar dele se considerar “pobre”. A lembrança da Audiência Pública logo expressa a confusão interpretada pelo entrevistado, uma parte do processo hidrelétrico, do qual ele denominou “folia das barragens”. O não-esclarecimento das condições de pagamento, a confusão nas Audiências, do valor das indenizações e dos direitos dos atingidos são ridicularizados assim como ele enquanto atingido se refere ao processo como se não fosse levado a sério pelos representantes da empreiteira. O atingido compreende o processo das barragens como algo confuso. Aqui, o tempo discursivo se comporta como uma narrativa de resistência, um discurso que sobrevive ao tempo e denuncia o avanço das barragens como uma ameaça ao modo de vida dos ribeirinhos.

### **Dona Juraci e o bico sem saída**

Apesar da paisagem das lavouras ser predominante, pequenos proprietários evidenciam outras narrativas. Juraci Nande Cardoso, produtora de feijão, milho, mandioca e batata em uma “quarta de terra”, a quarta parte de um alqueire (6050m<sup>2</sup>), garante sua alimentação e sua sobrevivência no lugar. Segundo a própria: “nossa história é rolando”, 60 anos, trinta desses vividos em Navegantes.

A trajetória de Juraci no lugar está inteiramente relacionada com o tempo das barragens: “Desde o tempo que nós viemo morá aqui nós sabemo dessa dita usina. Quando nós entremo morá aqui o Nego (filho) era pequenininho, ele tinha um aninho”<sup>31</sup>. Ao ser questionada sobre São João e Cachoeirinha logo expressou sua opinião:

Juraci Cardoso: Ah... eu no meu pensamento, gostaria que Deus ajudasse que saísse a usina pra mó de nós saí daqui porque aqui nós tamo num bico sem saída nesse lugar! [...] *Pra pobre aqui é um bico sem saída*, porque se fosse que tivesse um carro bão, tudo bem né. Má nós pagando um pra outro pra í pra cidade, se ficá doente pior ainda! [...] Mas se fosse pra mó de pessoa doentio, tinha morrido aqui à míngua [...].

---

30 BACH. **Depoimento**. Áudio Digital (22min). 12 jul. 2014.

31 CARDOSO, Juraci Nande. **Depoimento**. Entrevistador: Roberto Luiz Pocai Filho. Clevelândia: Comunidade Nossa Senhora de Navegantes. Áudio Digital (18min). 27 dez. 2014.



RP: Vocês querem ir pra cidade?

JC: Pra mim era melhor. Ficava mai perto do comércio, não dependia cada vez que vai pra cidade pedí pros vizinha: Leva nós. O meu filho mora em Curitiba, se fosse dele morá com nós, tem a famia dele lá né, véve a vida dele.<sup>32</sup>

A condição menos favorecida e a ausência do jovem no campo são sentidas em sua fala. Sobretudo, muito além de 1999, a ribeirinha expande o tempo das barragens para mais de trinta anos, um tempo paralelo a sua existência na localidade:

Juraci Cardoso: Desde o tempo que nós viemo morá aqui nós sabemos dessa dita usina. Quando nós entremo morá aqui o Nego **[filho]** era pequenininho, ele tinha um aninho quando nós viemo morá aqui **[há 32 anos]**. Primero era no Roncadô **[catarata no prolongamento do rio]** que era pra saí essa usina, daí do Roncadô passô pra cá. Tuda vida era pá saí essa usina.<sup>33</sup>

A aceitação das barragens não sugere que a atingida as considere como algo favorável para a comunidade, mas sim como algo favorável para transformar suas condições de sobrevivência. Ou seja, a expectativa de futuro sugere a imaginação do complexo hidrelétrico e, conseqüentemente, a mudança para a cidade como uma solução para os seus problemas. A partir do roteiro e das perguntas que emergem na entrevista se rememoram acontecimentos que nos levam a indagar: Quem narra? O que narra? Quando narra? Onde narra? Para quem narra? As condições de sobrevivência em Navegantes nos fazem entender porque o posicionamento de Dona Juraci difere de outros ribeirinhos.

### **Nelson Keller e a terra que virou quiçaça**

A narrativa de Dona Juraci abordando o tema da saúde vai ao encontro com o EIA São João que considera o número de leitos em Clevelândia: 296, aproximadamente 4,5 leitos/mil habitantes. A Organização Mundial da Saúde - OMS recomenda que devam existir, no mínimo, cinco leitos hospitalares para cada mil habitantes<sup>34</sup>. Augusto Bach, 66 anos, mais de cinquenta vividos no Vale do Chopim, destacou a situação da comunidade de Navegantes e das demais vizinhas:

Augusto Bach: *As comunidade aqui do interior tá ficando só o nome, que número de pessoa tá acabando né [...]. O jovem até fazê um segundo grau, daí cai fora... Vão zarpando daí. Também não tem o que eles fazê aqui né (olhos arregalados). Antigamente era mais muque pra plantá, dependia mais de pessoas, hoje o número de pessoas é mínimo, quem trabaia é a máquina não as pessoas, então que que o jovem fica fazendo aqui? Não tem o que ele fazê. Tu anda aqui nesses lugar é um casal de véio, uma tapera **[apontando com as mãos]**. [...] Aqui no interior só se*

---

32 CARDOSO. Depoimento. Áudio Digital (18min). 27 dez. 2014.

33 CARDOSO. Depoimento. Áudio Digital (18min). 27 dez. 2014.

34 Consiliu. EIA, Estudo de Impacto Ambiental de São João.



“você tivé máquina ou uma leitaria, senão não sobrevive, só se tivé uma aposentadoria. Depende só da lavora pra sobrevivê não dá mais não.”<sup>35</sup>

Para Augusto, a ausência dos jovens se deve a mecanização do campo sendo que o trabalho e a falta de condições de saúde e educação. Ao se referir aos aspectos econômicos, o EIA Cachoeirinha relatou que dentre as atividades produtivas desenvolvidas:

A agricultura (dentre as quais a da soja 60%, do milho 100%, feijão 87% e arroz 20%), se destaca, aparecendo em grande parte das propriedades (87%). [...] O uso para a pecuária aparece em terceiro lugar (53%), sendo os rebanhos mais relevantes o bovino e suíno, ambos em 80% dos imóveis rurais em análise.<sup>36</sup>

O cenário local condiz com as estatísticas do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Entre, 2003 e 2010, as grandes propriedades passaram de 95 mil unidades para 127 mil unidades e a área controlada pelos seus proprietários passou de 182 milhões de hectares para 265 milhões em apenas oito anos. João Pedro Stédile, analisando a conjuntura agrária, considera tais dados como uma evidência do projeto político de concentração da terra nas mãos de grandes fazendeiros. Juntamente dos médios proprietários, os latifundiários representam os interesses agronegócio e controlam 85% das terras e “praticamente toda a produção de commodities”<sup>37</sup>.

Nelson Keller, 70 anos, agricultor há 16 anos na comunidade, proprietário da terra há mais de 40 anos, relatou o processo de esvaziamento das pequenas propriedades em torno do rio Chopim:

Nelson Keller: O povo foi tudo embora, não tem mais estrada. Cara, é de ficá bobo. O povo foi tudo embora! Casa lá no Paiol Grande, só o cepo das casa ficô que era de concreto. Não tem estrada, buraco desse tamanho (um metro). Não tem como lidá. E daí, quem que planta arroz? Feijão? O preço lá embaxo. O milho pra quem que dá lucro. Cara que colhe 500 saco, eles plantam não conseguem. [...] Que que aconteceu? Os fio arrumaro serviço na cidade, abandonaro a terra. Tudo mundo na cidade. Tudo as terra abandonada [...]. As capela nem o padre vai mais, não vai gente. Comunidade que nem Serrano Alto, Serrano Baxo, Paiol Grande, quero que você veja, *eu fiquei bobo!* **[mãos na cabeça]**. O pequeno foi embora porque não compensa pra ele comprá trator, pulverizador... O que não arrendô<sup>38</sup>, foi embora!<sup>39</sup>

---

35 BACH, Augusto. **Depoimento**. Entrevistador: Roberto Luiz Pocai Filho. Clevelândia-PR: Comunidade Nossa Senhora dos Navegantes. Áudio Digital (12min). 14 dez. 2014.

36 Consiliu, p. 202.

37 A commodity seria um produto padronizado para a agricultura com a única finalidade de ser uma mercadoria global. A soja transgênica, por exemplo, é uma semente globalizada, a mesma semente vendida para os agricultores no Brasil é vendida nos Estados Unidos, na China e na Rússia. Quem ganha com isso é o mercado que determina o preço. Cf.; INCRA. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/>. Acesso em: 06 Abr. 2017; STÉDILE, João Pedro. Tendências do capital na agricultura. In: STÉDILE, João Pedro; ESTEVAM, Diego. (orgs.) **A questão agrária no Brasil: o debate na década de 2000**. São Paulo. Expressão popular, v. 3, n. 3, p. 17-47, 2013.

38 Segundo o artigo 1º do Decreto Nº 59.566, de 14 de novembro de 1966: “O arrendamento e a parceria são



A narrativa apavorada de Keller transita entre a atualidade e o passado, do mercado que antes era cheio, agora “só uns pingadinho”, das estradas antes escoavam a produção agora estão esburacadas. O tempo discursivo do autor compara a sua atualidade com 10 anos atrás onde enfatiza o esvaziamento das comunidades rurais. O motivo da ausência de Keller de Navegantes durante décadas aconteceu por conta dele estar prestando serviços para a Companhia Paranaense de Energia Elétrica (COPEL), na linguagem popular dos canteiros de obras ele era definido como mais um “barrageiro”<sup>40</sup>:

Nelson Keller: Aqui é o seguinte, quando eu inaugurei essa casa (há treze anos, 2000). Eu trabalhava na Usina Hidrelétrica de Salto Caxias e daí convidei os engenheiro passá um fim de ano aí. Como tava terminando Salto Caxias, não tinha nenhum outro projeto em vista e aqui era pra sair no Chopim 16 usina. Daí eles [...] falaro: Bá, tamo terminando Salto Caxias vamo fica sem serviço. Já tem um levantamento prévio (do rio Chopim). Vamo se fincá e vamo fazê essas usina aí, senão vamo ficá sem serviço. -De minha parte pode vim. E veio topografia e na outra semana veio aqui [...]. Fizero furo de 40, 50 metro ca sonda, né?!<sup>41</sup>

A antiga rede de relações com a COPEL possibilitou a realização dos levantamentos geológicos. Sobre o projeto de São João e Cachoeirinha, Nelson contou outros detalhes:

Nelson Keller: Daí na época o [governador do Paraná] Jaime Lerner queria privatizá a COPEL. Daí pra eles não adiantava fazê usina se ia privatizá, venderam o projeto, venderam pra Enterpa, que era do [Celso] Pitta e do [Paulo] Maluf, firma que ele colhia o lixo em São Paulo[...]. E como o Requião ganhô, era um rival político (do Maluf), não dexô fazê, trancô tudo. Não dexô nem entrá ninguém aí. Não teve acerto.<sup>42</sup>

A companhia Enterpa de Maluf<sup>43</sup> e a interferência política do governador, na época,

---

contratos agrários que a lei reconhece, para o fim de posse ou uso temporário da terra, entre o proprietário, quem detenha a posse ou tenha a livre administração de um imóvel rural, e aquele que nela exerça qualquer atividade agrícola, pecuária, agro-industrial, extrativa ou mista”. BRASIL. **Lei n. 59.566/1966** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>. Acesso em: 22 Abr. 2017).

39 KELLER, Nelson Antonio. **Depoimento**. Entrevistador: Roberto Luiz Pocaí Filho. Clevelândia: Comunidade Nossa Senhora de Navegantes. Áudio Digital (92min). 16 dez. 2014.

40 Barrageiro seria aquele que vive uma vida itinerante de barragem em barragem prestando serviço. No caso dele, ele empreitou para nove hidrelétricas serviços de mecânica de veículos.

41 KELLER. **Depoimento**. Áudio Digital (92min). 16 dez. 2014.

42 KELLER. **Depoimento**. Áudio Digital (92min). 16 dez. 2014.

43 Paulo Maluf foi governador de São Paulo (1979-1982), prefeito de São Paulo (1993-1996), eleito quatro vezes deputado federal (2006 até a atualidade), sobre suas costas pesam uma série de acusações como lavagem de dinheiro, formação de quadrilha, corrupção e crime contra o sistema financeiro (evasão fiscal). Celso Pitta foi seu sucessor (1997-2001), seu mandato foi marcado por uma série de denúncias de corrupção. Ao terminar seu mandato, o ex-prefeito era réu em treze ações civis públicas, acusando-o de ilegalidades. Durante a gestão de Maluf, a Enterpa fora contratada para coletar o lixo da cidade. Segundo o Portal Zero Hora, “parte do dinheiro movimentado teve origem em um negócio intermediado por Maluf, a venda da Enterpa Ambiental ao Grupo Macri”; Cf.; Zero Hora. **Justiça de Jersey determina que empresas ligadas a Paulo Maluf devolvam US\$ 22 milhões à prefeitura de São Paulo**. Disponível em: <http://zh.clicrbs.com.br> . Acesso em: 16 Abr. 2017).



Roberto Requião<sup>44</sup>, demonstram como os destinos de uma pequena comunidade se entrelaçam com os desígnios de outras instâncias de poder. A aproximação de Keller com os técnicos da COPEL permitiu a ele obter informações mais precisas da conjuntura hidrelétrica.

Com o prolongamento do processo hidrelétrico, denominado “novela das barragens” ou “folia das barragens” por alguns atingidos, e a eventual suspeita de que a companhia não pagaria devidamente as indenizações, Keller argumentou em torno da situação dos atingidos e da desvalorização das terras:

Nelson Keller: Essa terra [**sua propriedade**], na época da usina, deixei de vendê por 2 milhões aqui! O cara que me dá um milhão eu dou na mão: É teu! Desvalorizô a terra, o povo foi embora... Desvalorizô por causa da usina e em tudo! [...] Os mais grande que pegaram essa terra, tão plantando. E assim mesmo tão questionando que esse movimentar das máquina gasta muito combustível. Quase não compensa... Aquilo lá tá tudo abandonado! Todo mundo na cidade! Terra abandonada, virô quiçaça!<sup>45</sup>

O comparativo com a situação das comunidades vizinhas feito por Keller se desdobra na desvalorização das suas terras, essas são as transformações sentidas, seja por conta dos avanços do agronegócio ou derivado do processo das hidrelétricas.

### **Considerações finais**

A previsão da construção das UHE's São João e Cachoeirinha no Vale do Chopim oportuniza na comunidade Navegantes uma série de interpretações sobre o acontecimento futuro. As narrativas dos navegantes, ao invés de relatarem uma sequência de tempos, relacionam passado e futuro no presente, ou seja, o espaço de experiência e a expectativa de futuro emergem no exercício da lembrança.

Às margens do rio Chopim podemos escutar nas vozes dos atingidos as interações dos sujeitos com a estrutura social, absorvendo suas concepções de tempo. As memórias dos entrevistados submergem no texto e respondem a essas questões no decorrer da análise do relato.

No caso de participação do MAB, é interessante realçar que as condições de sobrevivência no campo ameaçadas pela inundação das águas do lago da barragem explicam a participação dos ribeirinhos no movimento social. A previsão da alteração do meio ambiente confunde os tempos narrativo e humano com o tempo da natureza, o que fortalece a identidade de cada militante.

---

44 Roberto Requião foi deputado estadual do Paraná (1983-1984), prefeito de Curitiba (1985-1989), eleito governador três vezes do Paraná (1991-1994, 2003-2006 e 2007-2010) e senador do mesmo estado por duas vezes (1995-1998 e 2011 até a atualidade).

45 KELLER. **Depoimento**. Áudio Digital (92min). 16 dez. 2014.



Os atingidos, que quase não são referidos no contrato de concessão das companhias com o Estado, revelaram que nunca foram informados do valor das indenizações. Apesar das Audiências Públicas, das visitas dos técnicos e dos informativos, as incertezas quanto aos seus direitos persistem nas suas memórias. Contudo, a falta de estrutura em saúde e educação nas comunidades atingidas possibilitam o seu esvaziamento e, conseqüentemente, alguns atingidos entendem as indenizações como uma oportunidade para melhorar suas condições ou se mudar para a cidade.

O entendimento das condições de experiência onde os atingidos estão inseridos faz entender a aceitação das barragens por alguns e a resistência de outros. A construção de duas barragens amplia as observações de um recorte espacial específico para outro mais amplo.

A folia das barragens não seria a interação da conjuntura com Navegantes que imprime a diversidade de interpretações do acontecimento futuro? Seja um tempo conturbado, um tempo de luta ou mesmo um tempo de espera, o tempo das barragens constitui uma série de temporalidades na vivência dos atingidos? Mas refletindo mais intensamente, não seriam as temporalidades que constituem o tempo das barragens? Provavelmente podemos afirmar sim para todas as questões. Contudo, em Navegantes não existe o “atingido” por barragem, existem os atingidos por barragens e cada um, a partir de suas condições de experiências, constitui sua concepção sobre o tempo das Usinas Hidrelétricas São João e Cachoeirinha. Barragens essas que sequer foram construídas, mas já existem na voz dos navegantes.



**GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Nosso amplo presente* - o tempo e a cultura contemporânea. Trad. Ana Isabel Soares. São Paulo: Editora da UNESP, 2015.**

**Igor Lemos Moreira**  
Graduado em História  
UDESC  
igorlemoreira@gmail.com

**Recebido em:** 09/01/2017  
**Aprovado em:** 25/05/2017

Formado em Literatura, Hans Ulrich Gumbrecht vem, nos últimos anos, sendo cada vez mais estudado por pesquisadores interessados pelas linguagens e, especificamente na história, pela estética e pela história do tempo presente. Autor de inúmeros textos e obras, possui traduzidos e publicados no Brasil algumas grandes obras, entre estas *Elogio da Beleza Atlética*<sup>1</sup>, *Produção de Presença* - o que o sentido não consegue transmitir<sup>2</sup> e *Depois de 1945*<sup>3</sup>. No tocando a suas obras, a problemática da presença foi corriqueiramente debatido, sendo a obra do Elogio da Beleza Atlética o primeiro ensaio publicado no país onde o autor exprime algumas reflexões a respeito do conceito.

De acordo com o autor, esta presença, poderia ser pensada em uma dimensão especial, e não temporal. Na obra *Produção de Presença* - o que o sentido não consegue transmitir (2010), Gumbrecht busca conceituar presença enquanto algo que só é possível de se percebida através dos sentidos. Nas palavras do próprio - “por “presença” pretendi dizer - e ainda pretendo- que as

---

<sup>1</sup> GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Elogio da beleza atlética*. Trad. Fernanda Ravagnani. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

<sup>2</sup> GUMBRECHT, Hans Ulrich **Produção de presença** – o que o sentido não consegue transmitir. Tradução de Ana Isabel Soares. Rio de Janeiro: Contraponto e PUC-Rio, 2010.

<sup>3</sup>GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Depois de 1945**: latência como origem do presente. Trad. Ana Isabel Soares. São Paulo, Editora da Unesp, 2014.

Vale destacar que o autor utilizou-se de lembrança e bens tanto de pesquisa quanto acumulados pelo tempo, assim como sua experiência própria para a escritura da obra, uma vez que o mesmo nascerá no pós-segunda guerra mundial, deste modo, a obra se constitui enquanto uma livro fascinante para os interessados tanto pela Segunda Guerra Mundial, quanto pelo contexto do pós conflito e pelos debates em torno da memória.





coisas estão a uma distancia de ou em proximidade aos nossos corpos; quer nos “toquem” diretamente ou não, têm uma substância”<sup>4</sup>.

Atuando especialmente no campo das linguagens, o autor busca nas obras citadas acima realizar uma narrativa descritiva dos eventos, colocando suas impressões e através dela refletindo acerca de suas problemáticas. Na obra escolhida para esta resenha, intitulada *Nosso amplo presente - o tempo e a cultura contemporânea*, publicada no Brasil em 2015 pela editora universitária Unesp, o autor se propõe a analisar, em curtos ensaios, nossa sociedade atual através de suas próprias experiências e de temas já trabalhados por ele em ocasiões anteriores.

Divida em 6 capítulos, considerações iniciais, introdução, considerações finais, referências bibliográficas e índice remissivo, a obra em questão se constitui enquanto um compilado brasileiro de textos publicados pelo autor inicialmente em outras ocasiões fora do país. Os capítulos em si, escritos em períodos e situações diferentes, tendo destinos diferentes originalmente, se unem em torno ao eixo central de um “diagnóstico complexo e de contos definidos do presente.”<sup>5</sup>.

Na introdução, intitulada Na sonda de uma hipótese, o autor busca realizar uma autoreflexão acerca de sua trajetória acadêmica e de pensamento, buscando refletir de que maneiras alguns pensadores, especialmente Reinhart Koselleck, o influenciaram em suas produções. Dialogando com Koselleck, e mesmo que não cite com François Hartog<sup>6</sup>, o autor nos coloca nesta parte alguns dos debates já desenvolvidos acerca de uma cultura do presente hiperlargado, em contra partida a um futuro interpretado enquanto uma dimensão fechada a prognósticos, aproximando-se de uma ameaça e da incerteza, diferente ao cronótopo moderno estudado na obra *Futuro Passado* de Koselleck<sup>7</sup>. Assim o autor em sua obra considera que “Entre os passados que nos engolem e o futuro ameaçador, o presente transformou-se numa dimensão de simultaneidades que se expandem.”<sup>8</sup>.

---

<sup>4</sup> GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Nosso amplo presente** - o tempo e a cultura contemporânea. Trad. Ana Isabel Soares. São Paulo: Editora da UNESP, 2015. p. 9.

<sup>5</sup> GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Nosso amplo presente - o tempo e a cultura contemporânea*. Trad. Ana Isabel Soares. São Paulo: Editora da UNESP, 2015. p. 12

<sup>6</sup> Não pretendendo realizar esta discussão aqui, gostaria apenas de destacar que mesmo sendo possível dialogar Hartog e Gumbrecht ambos não dialogam nesta obra em questão, especialmente no que se refere aos instrumentos para compreensão das experiências no tempo que o primeiro chama de “regime de historicidade” e o segundo nomeia de “Cronótopo”.

<sup>7</sup> KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Trad. Wilma Patricia Mass e Carlos Almeida. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, Contraponto 2006

<sup>8</sup> \_\_\_\_\_. **Nosso amplo presente** p. 16



Em Presença na linguagem ou presença adquirida contra a linguagem, primeiro capítulo da obra, o autor se propõe a através da linguagem buscar atingir algo que não seja a “linguagem”, compreendida então como presença. O texto, que fora originalmente uma palestra proferida na abertura do Congresso de Hegel de 2005, encontra-se dividido em três partes. Na primeira o autor se detém em quatro premissas que conduzem a linguagem à presença, focando em críticas a hermenêutica, a metafísica, as noções que fundamentam seu conceito de presença e a distinção de cultura de presença e cultura do sentido. A segunda parte do texto o autor reflete acerca de um caminho de retorno da presença à linguagem, dividida em seis modos, e, na parte final do texto, é realizada uma retrospectiva dos seis modos citados investigando se estes haveriam conduzidos ao horizonte de questionamentos e problemas aproximados aos de Heidegger.

O capítulo dois, intitulado Uma antropologia negativa da globalização, pode ser analisado em com o capítulo seis Disponibilidade infinita: Da hipercomunicação (e da terceira idade). Enquanto no segundo texto o autor busca refletir acerca dos problemas que este observa na globalização, a partir de exemplos vividos por ele quando encontrou um taxista brasileiro que não conhecia futebol, mas sim todos os detalhes sobre a vida de Michael Jackson, uma extensão da modernidade e de que maneira ambas rompem com as dimensões espaciais.

Retomando casos com a expansão da Disneylândia pelo mundo, não sendo apenas um parque exclusivo, Gumbrecht considera que ao mesmo tempo que a globalização possibilita um rompimento na territorialidade e nas dimensões físicas do espaço, esta mesma atua sob os corpos tornando-os em certa medida “completamente irrelevante para a atividade de suas mentes”<sup>9</sup>, porém é preciso destacar que o autor coloca que a necessidade de separação de corpo e mente existente na globalização remonta a fórmula de Descartes da autoreferência humana: “penso, logo existo”. Aliado a isso o capítulo seis se constitui enquanto outra reflexão de experiência viciada pelo autor, porém esta diretamente envolvendo seu trabalho. Gumbrecht relata que inicialmente na universidade onde leciona possui uma sala na biblioteca, direito este de poucos pesquisadores da instituição, para além de seu escritório na instituição.

Neste ambiente ele não possui acesso a internet e nem pode ser interrompido, deste modo era o espaço que mais aproveitava para a escrita e produção de pesquisas, deixando os demais tempos fora do espaço para resposta de e-mails e vida pessoal, além das atividades de docência.

---

<sup>9</sup> GUMBRECHT. **Nosso amplo presente**, p. 43



O eixo inteiro de reflexão do texto está justamente quando a universidade resolve instalar internet nestes espaços. De certa maneira o autor busca em ambos os capítulos aqui relacionados refletir a cerca da sua visão sobre os meios digitais e a internet, e, especialmente, como nossas sociedades no presente encontram-se mergulhadas nestas lógicas e as naturalização. Isso pode ser pensando inclusive enquanto criador de conflitos geracionais entra as nascidas diretamente nesses meios e as que, como a que Gumbrecht se auto-insere, vem sendo inseridas forçadamente nestes meios.

Os capítulos três, Estagnação: Temporal, Intelectual, Celestial; e cinco, “Admiração constante num presente em expansão: Da nossa nova relação com os clássicos”, podem igualmente serem relacionados. Em ambos o autor busca refletir acerca de nossas relações com produções passadas, sejam elas de propostas ideológicas e ideias de progressos, sejam estas de gêneros literários e obras. Especificamente no capítulo cinco, o autor se presente a, seguindo alguns pensamentos esboçados nos demais textos, refletir da relação com os clássicos no presente, afirmando que em nossa sociedade atual, com este presente hipervalorizado, a “relação com a autoridade, e não apenas a autoridade cultural, sofreu uma transformação combinada com nossa construção predominante. Pois nossa nova relação com os clássicos parece mais irônica do que era na época do historicismo”<sup>10</sup>. Neste sentido, o autor coloca sua impressão que no presente as leituras dos considerados clássicos ocorreria em um sentido menos político do que os realizados a um quarto de século antes. Estas leituras estariam agora primeiramente muito mais relacionadas com os desafios típicos da vida do que com a própria vida dos sujeitos.

Em “Perdidos na intensidade focalizada?: Esportes de espetáculo e estratégias de reenchantamento”, quarto capítulo do livro, Gumbrecht retoma aos seus estudos iniciados em Elogia da Beleza Atlética refletindo acerca dos sentimentos e da cultura do espetáculos que envolvem os esportes, especialmente aqueles que os assistem, e a dimensão da presença e dos sentimentos existentes nesses meios. É interessantes destacarmos que estes estudos do autor, que se detém ao esporte, especialmente ao futebol, por afinidades pessoais, podem ser aplicados aos estudos de cultura pop e da música também guardadas as suas devidas relativizações. Em suas perspectiva o autor defende a existência de laços e de dimensões da presenças entre os envolvidos durante a realização de partidas de jogos, laços criados entre jogadores e espectadores.

---

<sup>10</sup> GUMBRECHT. **Nosso amplo presente**, p. 96.



Já na conclusão, *Nosso amplo presente*, o autor retoma as principais argumentações de seus textos, destacando especialmente que os modos pelos quais vivenciamos os horizontes de futuro e de passado em um presente ampliado constantemente ainda estão em fase de estudo. Com isso o autor destaca especialmente as relações com os corpos, retomando as suas ideias defendidas no capítulo quatro, dois e seis especialmente, e no experimento de certa maneira de uma violência sobre os corpos para adaptações a própria sociedade, como as cirurgias plásticas e as práticas virtuais de socialização, envolvendo inclusive o aumento da taxa de suicídio.

As questões tocadas pelo livro, e que busquei pontuar brevemente nesta resenha, serviriam igualmente para alertar, e talvez esta seja uma das principais contribuições desta obra de Gumbrecht, sobre uma certa positividade existente na sociedade ao nosso presente onde a globalização, por exemplo, é narrada enquanto um elemento encantador do século XXI e responsável por maravilhas e revoluções. A leitura de *Nosso amplo presente - o tempo e a cultura contemporânea* contribui então para refletirmos acerca do tempo em que vivemos, e estimula um olhar de questionamento e, inclusive, de autoreflexão.



**SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloísa M.**  
***Brasil: uma biografia.* São Paulo: Companhia das  
Letras, 2015.**

**Marcos Vinícius Gontijo Alves**  
Licenciado em História – UFMG  
mvhistoria@ufmg.br

**Recebido em:** 07/10/2016  
**Aprovado em:** 08/11/2016

*Brasil: uma biografia*<sup>1</sup>, obra escrita em conjunto pela historiadora Heloísa M. Starling<sup>2</sup> e pela antropóloga e historiadora Lilia M. Schwarcz<sup>3</sup>, traz em si, como toda boa síntese propõe-se a fazer, um sentido outro para a história desse personagem conhecido pelo nome que vingou entre tantos outros, Brasil.

Com o auxílio de extensa bibliografia e documentos-chave para a compreensão de determinados acontecimentos e períodos que marcaram o desenrolar da história brasileira, as autoras optaram por uma narrativa na qual o Brasil aparece na categoria de personagem, dotado de interesses, vontades e dilemas. Sua história se inicia às vésperas da chegada dos europeus ao então chamado Novo Mundo, habitado pelos povos indígenas e coberto por uma exuberância tropical, até os idos de 1995, apesar das autoras concluírem com referências diretas aos governos Lula e Dilma e aos ocorridos de 2013, ano marcado por manifestações públicas em prol de maior amplitude dos direitos sociais e de uma política menos íntima da corrupção.

Em constante diálogo com o clássico *Raízes do Brasil*<sup>4</sup>, publicado em 1936, de Sérgio Buarque de Hollanda, e com os conceitos que nortearam a análise do sociólogo, as escritoras trilham caminhos percorridos pelo dito personagem que as conduziram às encruzilhadas com

---

<sup>1</sup> SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloísa M. *Brasil: uma biografia.* São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

<sup>2</sup> Heloísa Murgel Starling é professora titular do Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais. Tem sido referência nos estudos sobre o pensamento republicano e democrático e a teoria política ocidentais. Coordenou o relatório da Comissão Nacional da Verdade, criada em 2012. Auxiliada pelo grupo de pesquisadores membros do Projeto República, deram parecer sobre a atuação criminosa e violenta dos militares durante a Ditadura militar (1964-1985), com base em documentação do período.

<sup>3</sup> A professora Lilia Moritz Schwarcz é professora titular do Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo. Especialista no século dezenove, a historiadora e antropóloga tem se voltado principalmente para as relações entre as raças durante o desenvolvimento da sociedade brasileira e sua ligação com o racismo e a discriminação racial ainda presentes no Brasil.

<sup>4</sup> HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil.* 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.



as quais ele se deparou. Debruçadas sobre conceitos-base em torno dos quais certas ambivalências, bem como na obra do intelectual citado acima, surgem em acontecimentos abordados no livro, relacionadas à ideia de democracia, de república, de cidadania e identidade. Por conseguinte, as autoras mostram como eles apareceram, desenvolveram-se e se relacionaram ao longo da história do Brasil e suas características mais duradouras.

A “herança rural” e o passado colonial, marcado pela mão-de-obra negra escravizada e a grande propriedade monocultora, surgem numa análise sobre os desafios e a violência enfrentados pelos e contra os negros de origem africana, trazidos à força ao longo da história brasileira em capítulos como “Toma lá dá cá: o sistema escravocrata e a naturalização da violência”. Estrutura que, após a abolição em 1888 — a última dentre os países do continente —, produziu uma situação na qual o homem negro teve sua derradeira liberdade conquistada, mas que não garantira a conquista da igualdade. À maneira que a mácula do passado escravocrata e suas reminiscências ainda impõem aos dias de hoje impasses para com o exercício da cidadania pelo povo brasileiro, que alicerça uma sociedade na qual há uma enorme desigualdade social, onde os negros e negras possuem menos oportunidades e são por vezes alijados de direitos básicos e vítimas de discriminação. O legado rural, ademais, em acordo com a análise do sociólogo paulista, seria uma das principais causas da não separação entre as esferas pública e privada; a primeira, ao contrário, seria antes uma continuidade e projeção das relações familiares constituídas ao redor do latifúndio e seus dependentes, alicerce do patrimonialismo, encontrado no seio das instituições.

Por outro lado, as autoras demonstram que, desde a Revolução da Cachaça (1660)<sup>5</sup> embora não seja de forma contínua, até as manifestações de junho de 2013, como apontam na conclusão — utilizando, inclusive, fotografias do período —, a história brasileira se realizou, também, a partir de consequências oriundas de deliberações, embates em torno de distintos projetos de nação, negociações e resistências, muitas vezes nas ruas, no espaço público. Como se pode observar no quinto capítulo da obra, “Revoltas, conjurações, motins e sedições no paraíso dos trópicos”, logo em seu início, as autoras deixam claro ao leitor que a história desse personagem, contada por elas, é muito distinta da história harmoniosa e amena que a versão oficial nos dispõe. Ela é marcada por resistências e desacordos que, ressalvas sejam feitas, principalmente a partir do século XVIII, com a Inconfidência Mineira (1789), apresentavam ainda no período colonial ideias republicanas. Inclusive, décadas mais tarde, em 1824, a

---

<sup>5</sup> Cf. SCHWARCZ, Lília M.; STARLING, Heloísa M. **Brasil: uma biografia**, p. 129-131.



Confederação do Equador marcaria a província de Pernambuco com uma das maiores revoltas contrárias à Monarquia que se instaurava no Brasil, com uma independência e a favor de um governo republicano. Ainda em Pernambuco, em 1832 estourava a Cabanada, que em seus quatro anos de duração reuniu diversas parcelas da população, de escravos e índios a proprietários rurais, em oposição à renúncia de D. Pedro I. Para além disso, a obra *Brasil: uma biografia* ressalta o extenso número de quilombos e diversas formas de resistência, até mesmo física, dos homens negros escravizados contra o sistema escravocrata e os senhores de engenho.

Ato contínuo, o oitavo e nono capítulos, a Independência em 1822 e as alternativas possíveis naquele momento: optar pela república ou pela monarquia a modelo da metrópole; o décimo primeiro, A Proclamação da República, em 1889, fruto de um golpe negociado entre a elite política e os militares; e, também, o capítulo dezessete, “No fio da navalha: ditadura, oposição e resistência”, demonstram que a história não é meramente linear e que o seu desenvolver sempre se dá diante de alternativas que podem fazer com que prossigamos ou, como em 1964, passemos por momentos de regressão, porém sempre acompanhados de resistências e embates políticos na cena pública.

A história, marcada por avanços e recuos, lentos ou rápidos, é marcada também por sincronias. A democracia e a liberdade conquistadas no século XIX e tornadas mais agudas e amplas, sobretudo a partir de 1888 e ao longo do século XX — salvo os momentos de interrupções ditatoriais —, coexistiu com a problemática da igualdade entre homens e mulheres, negros, brancos e índios. A República proclamada em 1889 — abordada no capítulo treze, “A Primeira República e o povo nas ruas”, é o momento em que a análise das escritoras lança luz mais intensa sobre a relação entre os espaços público e privado e o “homem cordial”, exposta na obra *Raízes do Brasil*. A então recente vida republicana brasileira enfrentou problemas causados por uma carência dos valores republicanos entre o povo brasileiro, lidou com um Estado repleto de práticas patrimonialistas e a usurpação do poder público pelo poder privado e oligárquico, frutos de um passado colonial que traçara os contornos do “homem cordial”<sup>6</sup>. Um país que se ornamentava com ares de modernidade, sobretudo a partir da década de 1950, nutriu em seu seio, e ainda o nutre, uma das desigualdades sociais mais preocupantes do globo, sendo os negros a parte majoritária dos pobres e carentes, num sintomático apontamento para as reminiscências da

---

<sup>6</sup> HOLLANDA, Sérgio Buarque de. O homem cordial. In: **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p.139-162.



escravidão<sup>7</sup>. Ademais, um Estado que se diz harmonioso, hospitaleiro e pacífico continua a engendrar, ainda no século XXI, a violência contra o índio, o genocídio da juventude negra, a violência contra a mulher e a homofobia.

Outro cerne da história brasileira, pelo menos de um passado ainda recente, é o desenvolvimento da cidadania. Podemos concluir pela obra — que faz constante diálogo com o livro *Cidadania no Brasil: um longo caminho*, de José Murilo de Carvalho — que aquela teve difícil desabrochar. O desenvolvimento do Estado brasileiro, norteador por interesses de uma elite política patrimonialista e patriarcal, contribuiu para uma perspectiva hierárquica da sociedade, que estabeleceu para o Estado uma imagem paterna de provedor diante da população. Isto, em geral, fizera com que uma relação caracterizada pela delegação de direitos entre Estado e cidadão fosse constituída. O Estado, portanto, foi visto como aquele que provém, como um pai que às vezes é bondoso, apesar de seus surtos de fúria. Dessa forma, a relação com o papel de cidadão sempre fora conflitante entre Estado e a população, pois, em momentos cruciais, o povo brasileiro assumira o papel de “cidadão ativo” — aquele que não mais delega a defesa e a prática de seus direitos —, rompendo com essa forma de “pacto político”, enquanto colocara-se no lugar de atuante no seio da luta pela defesa dos próprios direitos.

A identidade do povo brasileiro também seria um dos problemas-chave da nossa história. País cuja formação e desenvolvimento se dá com a violenta colonização portuguesa, marcada pela grande propriedade rural e pela volumosa mão-de-obra escravizada (cerca de 40% da população africana retirada à força e trazida para a América tivera como destino a América portuguesa), a partir do século XIX, com sua independência em 1822, encontra a necessidade de dar sentido à nação e elaborar uma imagem do Estado.

A identidade do povo brasileiro desdobrou-se, ao cabo, ao redor dum ponto de tensão entre o autóctone e a cultura herdada da metrópole. O que caracterizou, e as autoras estão de acordo nesse ponto, o que Sérgio Buarque de Holanda chamou de “bovarismo”. Inspirado no

---

<sup>7</sup> Em 2015, de acordo com o Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento (Pnud), O Brasil estava em 75º entre 188 países, com base no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), considerando expectativa de vida, tempo de escolaridade e renda. Contudo o IDH não abarca a amplitude da desigualdade social, que aparece sobretudo entre regiões do país. Um dos itens analisados pelo índice demonstrou que a população brasileira estava em 14º lugar entre os países com pior distribuição de renda no mundo. Apesar de ocupar a oitava economia do mundo, o Brasil apresenta, inclusive, elevado índice de homicídios, destes, em 2012, sendo 67, 90% das vítimas negras. Disponíveis em: <http://brasildebate.com.br/homicidios-no-brasil-tem-raca-e-genero> <<http://hdr.undp.org/en/countries/profiles/BRA>>. Acesso em: 18 de dezembro de 2016.





romance de Gustave Flaubert, *Madame Bovary*, publicado em 1856<sup>8</sup>, o sociólogo apontou essa característica no povo brasileiro que definiria essa negação do real em favor de ideias que, muitas vezes, dizem muito pouco sobre ele próprio ou não se adequam a sua realidade. As escritoras de *Brasil: uma biografia*, mostram como o povo brasileiro possuiu, ao longo da construção do Estado brasileiro e de sua história republicana, distintas ideias sobre sua própria feição, de tal forma que em certo momento fomos um pouco franceses, inspirados pela *Art Nouveau* e a *Belle Époque*; enquanto em outro, fomos estadunidenses, frequentamos cassinos ao ritmo de jazz. Portanto, esse “bovarismo” faria com que sempre nos reconhecêssemos no outro, desencontrados de nossa realidade mais fundamental.

Dessa forma, como a democracia, a república e a cidadania ficariam nessas encruzilhadas da nossa história? A obra sugere que apesar dos avanços em direção à amplitude e expansão dos direitos conquistados pelo povo brasileiro, tais direitos muitas vezes coexistiram com seu contraditório. Teríamos, portanto, uma história marcada por ambivalências. Em vários momentos, a população, ou partes específicas dela, ocupou as ruas em defesa daquilo que entendia como interesse comum; outras vezes, direitos já conquistados foram suprimidos e, novamente, travou-se longa luta para reconquistá-los. No caso da república, sua instauração partira de um projeto de sentido vertical, ainda, quando proclamada, porque não se tratava de uma demanda da população em geral, o que deu forma à descontinuidade entre as instituições e os valores republicanos, numa sociedade marcadamente patriarcal e patrimonialista. Além disso, um Estado que não só negava a cidadania à parcela analfabeta de sua população, mas às pessoas negras em geral.

Colocado dessa maneira, pode parecer que a democracia e as conquistas políticas no Brasil foram realizadas ao longo de um movimento retilíneo com o passar do tempo. Contudo, a história, ressaltam as escritoras, não é feita apenas de fatos cronológicos: ela é formada por movimentos que muitas vezes não só avançam numa medida exata, mas que podem recuar ou avançar em intensidades variadas, como é o caso do golpe de 1964 que suprimiu durante 21 anos os direitos políticos e civis do povo brasileiro.

As autoras buscaram, e uma leitura crítica da obra nos permite tal reflexão, mostrar como conceitos e valores democráticos, cidadãos e republicanos ainda estão em construção e precisam estar, pois, mesmo com os avanços e momentos de retrocessos, em nossa história sempre houve,

---

<sup>8</sup> FLAUBERT, Gustave. *Madame Bovary*. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 2002.



podemos dizer, um outro lado da moeda. Onde mitos como o de um povo “pacífico”, “harmonioso” e “hospitaleiro” coexistiram com um índice grave de violência contra mulheres, negros e homossexuais; onde a imagem de país moderno e do futuro coexistiu com uma realidade na qual a moradia e a fome ainda estão entre os principais problemas; onde a imagem de um país urbano e desenvolvido, coexiste com vasto território rural e no qual práticas de mandonismo e trabalho compulsório persistem.

A democracia, portanto, como afirmam no capítulo dezoito do livro, não teria “ponto final” e a história e nosso presente, conclui a obra, não seria apenas termos de uma “soma” de resultado exato. São, pelo contrário, produtos de um processo conflituoso no qual alternativas distintas estiveram dispostas e pelas quais a sociedade e seus grupos deliberam e se enfrentam. A democracia é, por conseguinte, uma constante construção e assim deve o ser, de maneira que a sociedade esteja sempre apta a estabelecer diálogo com suas próprias transformações e os novos grupos que ela pode vir a engendrar. As autoras, portanto, com a obra já acabada e com os olhos voltados para os ocorridos de 2015, deixaram-nos um *post scriptum*, que define a conclusão da obra como um convite, convite para que o povo brasileiro ocupe mais uma vez o espaço público em defesa de seus projetos, sobretudo, democráticos e republicanos.



## Entrevista com Fernando Nicolazzi

**Fernando Felizardo Nicolazzi** possui graduação em História pela Universidade Federal do Paraná (2001), mestrado (2004) e doutorado (2008) em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Foi professor substituto da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2004-2006) e professor adjunto de Historiografia Brasileira na Universidade Federal de Ouro Preto (2008-2011). Atualmente é professor associado I na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, membro dos Programas de Pós-Graduação em História da UFRGS e do Mestrado Profissional em Ensino da História/PROFHISTÓRIA. É pesquisador do Laboratório de Estudos sobre os Usos Políticos do Passado/LUPPA-UFRGS e pesquisador-colaborador do Núcleo de Estudos em História da Historiografia e Modernidade/NEHM-UFOP. Foi coordenador do GT Teoria da História e Historiografia/ANPUH-RS (2012-2015). Tem experiência na área de História, com ênfase em Teoria da História e Historiografia, atuando principalmente nos seguintes temas: teoria da história, historiografia moderna e historiografia brasileira.

<http://lattes.cnpq.br/2763150600907417>

Entrevista concedida via correio eletrônico a Isabela de Oliveira Dornelas e Pedro Henrique Resende, mestrandos em Ciência e Cultura na História no Programa de Pós Graduação em História da UFMG e integrantes do Conselho Editorial da Temporalidades, gestão 2016.

**[Revista Temporalidades]: Na introdução da sua tese, “Um estilo de história: a viagem, a memória, o ensaio, sobre Casa-grande & senzala e a representação do passado”, defendida em 2008 na UFRGS, e publicada como livro em 2011 pela UNESP, você demonstra que a emergência de uma perspectiva modernista na abordagem dos intelectuais brasileiros da década de vinte do século XX, entre eles os historiadores, foi responsável por destacar um "descompasso do Brasil em relação ao que era produzido no resto do mundo". O resultado das interpretações modernistas foi colocar lado a lado uma temporalidade futurista, ligada às vanguardas literárias, e uma temporalidade com amarras no passado, a da sociedade e instituições nacionais. De quais maneiras o discurso intelectual da primeira metade do século XX, com os olhos voltados para o futuro, foi eficiente em romper com elementos considerados antiquados no Brasil da época?**

**[Fernando Nicolazzi]:** A ideia de descompasso usada no livro tem menos o sentido de uma diferença entre o que era produzido no Brasil e o que se produzia no resto do mundo (creio que o



trecho citado não consta na introdução) do que um sentido propriamente temporal, isto é, a percepção, por parte dos intelectuais brasileiros das primeiras décadas do século XX, de que havia uma crise na forma pela qual a temporalidade era experienciada naquele momento. Chamei isso, a partir de algumas referências teóricas que me são importantes, como por exemplo os trabalhos de François Hartog, de um “tempo desorientado”. Talvez o autor que de forma mais aguda representou isso tenha sido Euclides da Cunha, em *Os sertões*.

A viagem que Euclides fez para o interior da Bahia foi algo muito mais amplo que o simples deslocamento espacial do litoral ao sertão. Ao longo do livro ele mostra com muita perspicácia as diferenças entre ele, engenheiro fluminense educado segundo os parâmetros modernos de compreensão da história, e o sertanejo que habitava o sertão e o arraial de Canudos e que, sendo ao mesmo tempo um “forte” e uma “caqueirada humana” (palavras do autor), resistia aos avanços do exército republicano. Euclides manifestou muita dificuldade em compreender aquela situação que parecia escapar aos conceitos e categorias com os quais ele estava familiarizado, entre ela o conceito moderno de história, com sua dimensão processual, progressiva e linear. Antônio Conselheiro era representado como um “grande homem pelo avesso”, espécie de excrescência do passado que ainda permanecia no presente, atravancando o caminhar futuro da jovem República e comprometendo aquela linearidade progressiva mencionada. Euclides chega mesmo a afirmar que a ida para o lugar dos conflitos equivalia a um retroceder de três séculos de nossa história, ou seja, algo que fugia à “normalidade” do tempo. Minha hipótese é que esta percepção era compartilhada por não poucos letrados das primeiras décadas do século XX e que o esforço por uma interpretação da formação do Brasil, como foi feito pela tradição ensaística dos anos 1920 e 1930, era também uma maneira de reorganizar o tempo da sociedade brasileira.

Nesse sentido, concordo que o tempo “futurista” das vanguardas estéticas convivía, por vezes de forma bastante conturbada, com a força de tradições bastante arcaicas que estruturavam (e quem sabe ainda estruturam) a sociedade no Brasil. Ocorre que em muitos casos a estratégia para se lidar com essa desordem temporal ocorria pela via da “negação da contemporaneidade”, valendo-me de uma expressão do antropólogo Johannes Fabian, entre os elementos que apontavam para o desenvolvimento do ideal moderno de civilização nos trópicos, enfatizando o futuro, e os elementos do “passado” que, para os adeptos de tal ideal, permaneciam e resistiam anacronicamente no presente.



As respostas para isso foram bastante variadas. Em Gilberto Freyre, por exemplo, um certo sentimento de nostalgia e o apelo recorrente à memória, na forma do discurso memorial ou mesmo das lembranças físicas, com seus pesos, texturas, odores e colorações peculiares, mostrava que não se tratava em absoluto de romper plenamente com os aspectos da tradição e com toda a herança cultural que foi se sedimentando nos trópicos a partir dos contatos (e das violências) entre indígenas, africanos e europeus. Muito pelo contrário: a elaboração de um tempo homogêneo pelo autor de *Casa-grande & senzala* (1933), por meio do qual passado, presente e futuro poderiam coexistir pacífica e equilibradamente, mostra que o que você chamou de “amarras no passado” não deveriam, para aquele autor, ser desfeitas, mas sim constantemente reatadas, com nós cada vez mais fortes.

Sérgio Buarque de Holanda, por outro lado, embora se note na primeira edição do *Raízes do Brasil* (1936) certas semelhanças, inclusive terminológicas, com a perspectiva de Freyre (posteriormente matizadas ou simplesmente apagadas em edições posteriores), começa sua análise mostrando o peso persistente da herança ibérica e de nosso passado agrário, mas termina o livro buscando os “novos tempos” que poderiam habitar nossa experiência social e sinalizar para a “nossa revolução”, ou seja, superar os elementos nocivos daquela herança.

Assim, não creio que se trata apenas de buscar quais foram as saídas mais “eficientes” para aqueles impasses, nem tentar vislumbrar quais autores ou obras foram mais bem-sucedidos em “romper com elementos considerados antiquados no Brasil da época”. Penso, por outro lado, que são as tensões e disputas em torno dessas interpretações e das representações sobre as diversas experiências do tempo que podem servir de objeto para a reflexão, situando-as de acordo com os limites e as possibilidades que aquele ambiente político, social e cultural permitia.

\*\*\*

**[Revista Temporalidades]: As grandes sínteses históricas que se faziam presentes na historiografia brasileira até meados dos anos 60 possuíam elementos orientadores em suas narrativas. Esses elementos abordavam diferentes aspectos sociais, econômicos, demográficos, e foram mobilizados politicamente em diversos momentos da história brasileira. Sabemos que a partir do final dos anos 70, sobretudo nos anos 80 e 90, esse modelo de escrita caiu em desuso no país, e a historiografia brasileira, mais profissionalizada e especializada, passou a ser marcada por pesquisas pontuais, com recorte temporal e objetos mais localizados. Este novo modelo de escrita profissional da**



**história também pode ser mobilizado em discursos políticos? Há espaço na historiografia profissional contemporânea para obras mais abrangentes, no formato de sínteses e ensaios, ou esse modelo de escrita da história é incompatível com o que hoje é considerado como história acadêmica? No atual cenário político brasileiro, com tantas conturbações e inconsistências, o que os historiadores teriam a oferecer?**

**[Fernando Nicolazzi]:** Em primeiro lugar, creio que é preciso matizar essa dicotomia entre o modelo da síntese interpretativa e a “escrita profissional da história”. Se tomarmos o sentido de síntese como a apresentação da parte ou das partes principais de um todo com o objetivo de torná-lo inteligível, seria possível algum tipo de escrita historiográfica que não fosse sintética? Valendo-me de uma metáfora cartográfica, penso que a síntese é uma forma de colocar em escala determinada realidade com o intuito de podermos ter uma visão do conjunto, já que seria praticamente impossível, ao menos fora de um conto borgesiano, um mapa do real em escala 1:1.

Além disso, não estou plenamente seguro de que na década de 1980 tal modelo tenha caído em desuso. Obviamente, as formas pelas quais a historiografia brasileira passou a ser produzida a partir do desenvolvimento dos cursos de pós-graduação nos anos 70 se alteraram consideravelmente, colocando uma ênfase renovada nos princípios da investigação empírica e da discussão conceitual que definem o conhecimento histórico. Mas isso não significa dizer que o espaço para abordagens sintéticas e, em certa medida, normativas deixou de existir.

Nesse sentido, se encararmos a síntese como uma forma de abordagem que não equivale a uma História Geral, pelo menos de acordo com aquele modelo utilizado desde Varnhagen em meados do século XIX, mas que propõe uma interpretação das linhas gerais que caracterizam uma sociedade ou um determinado processo histórico, não há dúvidas de que um dos contextos em que ela esteve mais evidente foram as décadas iniciais do século XX, com a chamada tradição do ensaísmo histórico. Todavia, e esta foi uma das hipóteses que tentei desenvolver em minha tese de doutorado, a emergência do ensaio concedeu um privilégio à síntese interpretativa às custas da erudição histórica, ou seja, de um dos mais importantes princípios organizadores da pesquisa empírica. Essa forma de escrita da história buscava indicar o sentido formador da sociedade e da nação, não realizar um acúmulo de fontes e documentos.

Isso não quer dizer, obviamente, que ensaístas como Manoel Bomfim, Paulo Prado, Gilberto Freyre ou Sérgio Buarque de Holanda fossem pesquisadores negligentes, muito pelo contrário. Mas do ponto de vista propriamente textual é possível notar um deslocamento da



erudição, se compararmos novamente com a *História geral do Brasil* de Varnhagen, cuja primeira edição era um livro plenamente “anotado” onde a erudição transparecia em todo lugar e a todo momento, com notas cronológicas às margens das páginas, notas bibliográficas nos rodapés e notas explicativas ou de discussão documental ao final dos volumes. Com esse parâmetro, fica evidente como Sérgio Buarque, por exemplo, foi econômico com as referências e os documentos na primeira edição de *Raízes do Brasil* (1936). É claro que cada uma daquelas obras tinha suas particularidades, mas a hipótese pretendia oferecer uma visada geral sobre aquele contexto discursivo.

Por outro lado, o desenvolvimento da historiografia universitária que, em certa medida, colocou a tradição ensaística como o contraponto a ser superado, retomou o papel da pesquisa empírica de fôlego e dos procedimentos de crítica documental que foi tão enfatizado nos momentos de constituição da nossa historiografia nacional. É claro que os princípios teóricos organizadores do saber historiográfico foram profundamente alterados, entre outras coisas, pelo contato cada vez mais incontornável com outros campos de saber, sobretudo outras ciências sociais. Todavia, não penso que isso tenha esgotado ou anulado a importância do enfoque sintético, muito pelo contrário: creio que foi um impulso e uma inflexão para a produção de sínteses feitas sob outros parâmetros.

Tomemos o livro *O tempo saquarema. A formação do Estado imperial*, de Ilmar Rohloff de Mattos, que foi apresentado como tese de doutorado em 1985 e no ano seguinte foi premiado pelo Instituto Nacional do Livro. Dificilmente poderíamos defini-lo como uma “História Geral do Império do Brasil”. Assim, ao propor uma interpretação do processo de construção do Estado imperial a partir das definições de um projeto conservador guiado por uma determinada elite dirigente, os chamados Saquaremas, e mostrar como tal processo esteve atrelado à naturalização de uma experiência temporal que, ao criar determinada ordem, estabelecia os elos de ligação entre o passado colonial e a abertura de uma expectativa futura, o autor ofereceu uma das mais importantes sínteses do processo formativo da sociedade brasileira no século XIX.

Não foi de todo despropositada a escolha do termo “formação” para o título: trata-se de algo que remete diretamente às grandes obras de síntese histórica de nossa historiografia, tais como *Casa-grande & senzala*, cuja primeira edição, de 1933, trazia como subtítulo *Formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. O *Formação do Brasil Contemporâneo*, publicado por Caio



Prado Jr. em 1942 é outro exemplo significativo. E no final da década seguinte, Antonio Candido oferecia ao público o seu *Formação da literatura brasileira*.

Em 1993, João Fragoso e Manolo Florentino publicaram o livro *O arcaísmo como projeto*, que me parece um exemplo ainda mais significativo da natureza das sínteses históricas que temos naquele período, que era já de pleno desenvolvimento das pós-graduações no Brasil. O eixo norteador, como o próprio título deixa transparecer, é a natureza arcaizante do processo formativo da sociedade brasileira, ocasionada não por alguma espécie de atraso social, mas sim, segundo os autores, por um projeto consciente e cuidadosamente realizado de apropriação e concentração de renda econômica. Considero este trabalho significativo pois, nas suas cerca de 100 páginas, traz uma síntese interpretativa que está amparada por duas amplas pesquisas que constituíram teses de doutorado, defendidas no início dos anos 1990 e que posteriormente viraram livro: o *Homens de grossa aventura* (1992), de Fragoso, e o *Em costas negras* (1997), de Florentino.

Por fim, penso ser possível acrescentar à lista ainda, e quem sabe forçando um pouco a mão, a obra *O trato dos viventes* (2000), de Luiz Felipe de Alencastro, cujo princípio organizador da interpretação reside no processo formativo do Brasil no Atlântico Sul. O termo “formação” aparece uma vez mais no subtítulo. Ou seja, mesmo com a crescente consolidação da historiografia disciplinada, isto é, aquela elaborada dentro dos espaços universitários, de acordo com suas regras específicas, seus modelos de financiamento e suas formas de reprodução, penso ser ainda possível encontrarmos importantes obras de síntese histórica em nosso ambiente intelectual, as quais não são mais equivalente aos grande ensaios das décadas de 1920 e 1930, mas continuam oferecendo formas de inteligibilidade para pensarmos a formação de nossa sociedade, inclusive possibilitando formas de intervenção nela.

Isso nos remete à segunda parte da sua pergunta, ou seja, à dimensão política da historiografia e ao que os historiadores e historiadoras têm a oferecer diante dos impasses que o presente nos coloca. Para começar a responder a isso, é preciso desde logo salientar que não penso ser viável considerar a historiografia simplesmente como um ou mais um discurso político em funcionamento no espaço público. Acho que o conhecimento histórico, a partir de certos princípios de legitimidade epistemológica e discursiva que o caracterizam, possui uma singularidade que o torna evidentemente distinto da simples manifestação política ou, pior, de uma mera opinião pessoal, ainda que amparada por fatos do passado.





Por outro lado, enquanto conhecimento e enquanto discurso, não há como deslocar completamente a historiografia dos impasses e tensões que constituem a experiência contemporânea. Aqui não consigo escapar muito da formação acadêmica que tive, sobretudo com minha orientadora na graduação da UFPR, a professora Ana Maria Burmester, e por conta disso nunca achei viável desvencilhar uma coisa da outra. A produção do conhecimento é em si mesma um gesto político, algo que minha formação posterior na UFRGS não me fez abandonar, muito pelo contrário. Assim sendo, e sem pretender aqui assumir uma posição prescritiva ou dogmática, gostaria de sugerir algo que é tão somente uma posição pessoal em relação a este questionamento, mas que me orienta enquanto um praticante do ofício que considera incontornável agir no espaço público.

Para evitar uma discussão mais conceitual ou o uso de jargões sobre a “função social” do conhecimento, penso que poderíamos encarar a escrita da história de forma mais prosaica, digamos, como um mecanismo particular de visibilidade sobre o real. Em outras palavras, acho que ela nos faz ver e perceber nosso entorno de forma distinta do que a simples visão ocular ou a percepção física e sensorial nos permitiria. Isso não quer dizer, claro, que ela seja a única a fazer isso, afinal podemos a partir daí aproximá-la de outras formas de saber, como a própria literatura. O escritor contemporâneo, por exemplo, trabalhando nos limites da linguagem ficcional, pode nos colocar diante das fronteiras da memória, possibilitando encararmos a experiência da recordação como algo muito além da simples cobrança pela fidelidade da lembrança, como se narrar tal experiência fosse simplesmente uma tarefa passiva de reprodução dos fatos. E acho que isso nos faz ver de outra forma nossa própria relação com experiências de memória e, sobretudo para a historiografia, perceber modalidades variadas para a narrativa *da* e *sobre* a memória e o passado. O jogo literário que faz Julián Fuks, em *A resistência* (2016) e em *Procura do romance* (2011), parece-me significativo disso. Sob outra perspectiva mais voltada para outros debates, o livro menos badalado mas não menos significativo de Conceição Evaristo, *Olhos d'água* (2016), também desperta o nosso olhar para coisas que, no limite, estão mais que aparentes em nossa volta, embora envoltas pelos véus sociais que são impostos sobre algumas existências, como aquelas de mulheres negras e pobres no Brasil contemporâneo. Alguém poderia contrapor que isso serve para todo tipo de obra, mas eu discordo. Se pegarmos a “obra poética” (com o perdão da expressão e do livre uso dos termos “obra” e “poética”) de Michel Temer, o que foi ali cometido certamente não nos faz ver



absolutamente nada e, inclusive, nos alimenta uma vontade imensa de não vermos mais nada depois daquilo.

No caso da história, penso que ela permite justamente ver o real, nas suas múltiplas dimensões, com outros olhos. Isso não significa necessariamente ver melhor ou pior que em outros casos, mas tão somente (o que já é muito) ver de forma diferente. A perspectiva temporal possibilitada pelo conhecimento histórico nos coloca diante de modos variados de alteridade, desfamiliariza e desnaturaliza nosso mundo, colocando em suspenso as certezas e evidências com as quais estamos acostumados. Se a pergunta é sobre o que historiadores e historiadores nos têm a oferecer, eu diria muito diretamente, mesmo que isso possa parecer demasiado vago, que eles nos oferecem (ou podem nos oferecer) inquietações pertinentes, curiosidades possíveis, formas de desassossego.

É claro que a historiografia pode muito bem ser ou continuar sendo um grande discurso sobre as identidades sociais, uma maneira de reforçar nossas certezas e apaziguar com a “razão histórica”, quase como em uma terapia coletiva, os infortúnios de nossa existência, assegurando a ela uma certa racionalidade que é passível de ser reconstituída historicamente. Ela pode certamente nos dizer o que somos a partir do que fomos e pode fazer isso com a devida construção crítica, sem se transformar em uma atividade ingênua ou em algum tipo de liturgia identitária. Mas é preciso também deixar claro que esta é uma das modalidades de produção do conhecimento histórico, não a única e não a mais legítima. Ao invés de reforçar constantemente o discurso sobre “de onde viemos e para onde vamos”, penso sinceramente que a história também pode sugerir o que não somos mais, o que deixamos de ser e, com isso, fazer-nos ver e pensar nosso presente não apenas pela chave da semelhança, mas sobretudo pelo viés da diferença. Nesse sentido, acho importante considerar como diversos historiadores e historiadoras que se debruçam sobre a historicidade do conhecimento histórico estão hoje buscando outras formas de escrita da história, e não simplesmente reforçando as já existentes.

Por outro lado, é justamente essa possibilidade que está sendo comprometida pelo golpe de Estado que estamos vivenciando, com seu projeto vergonhoso e violento de destruição de direitos e com o processo de falência controlada da educação e da cultura que ele está promovendo. Voltamos aos tempos obscuros em que a precarização é um projeto, o único, voltado para a educação. E é isso também que o autoritarismo está tentando novamente nos impor com certas ideologias, como a da chamada “Escola sem partido”. Desprovida de projeto sobre a educação e



atuando exclusivamente como um ataque grosseiro contra professores e professoras, o que tal ideologia pretende é justamente anular qualquer capacidade de promoção das diferenças e, com isso, domesticar as inquietações e, digamos, sossegar o desassossego. Quando ela relega para a família questões tão importantes para a formação humana como o são os valores morais e os princípios da ética social, o que acaba fazendo é confinar os estudantes ao ambiente do “mesmo”, do familiar, justapondo isso como se fosse o natural. Por isso o ataque recorrente às diferenças normalmente vem acompanhado do falso argumento de que elas são “contrárias à natureza”, distúrbios ou patologias que precisam ser curadas ou criminalizadas.

Os defensores e propagadores desta ideologia não raro sugerem que os professores devem simplesmente “passar o conteúdo”, seja lá o que isso significa. Ou seja, a ideia de educação que eles defendem é uma ideia simplista que se contenta com aquilo que os olhos, enquanto órgãos biológicos, nos oferecem. Creio que a escola e os saberes sociais e humanísticos atuam em contraposição a isso, e por isso incomodam tanto. Não é por acaso que docentes e livros de história sejam alguns dos alvos mais visados pelas campanhas de ódio que vêm sendo promovidas cotidianamente em nossa sociedade.

Enfim, temos falado muito sobre a dimensão pública da historiografia, seja como área de conhecimento que pretende ter certas singularidades (como o campo da “história pública”), seja a partir da reflexão sobre as maneiras pelas quais seus praticantes podem intervir no espaço público, um espaço cada vez mais saturado de memórias em disputa e por passados sempre reinventados. Não creio que haja uma receita pronta para lidar com situações tão complexas, mas defendo que isso seja cada vez mais objeto de nossas reflexões e intervenções. Se não forem os historiadores a fazer isso, alguém o fará por eles. O grande problema é que nosso contexto não é favorável para esse tipo de omissão e seus riscos e consequências estão aí diante de nós para percebermos seus efeitos nefastos.